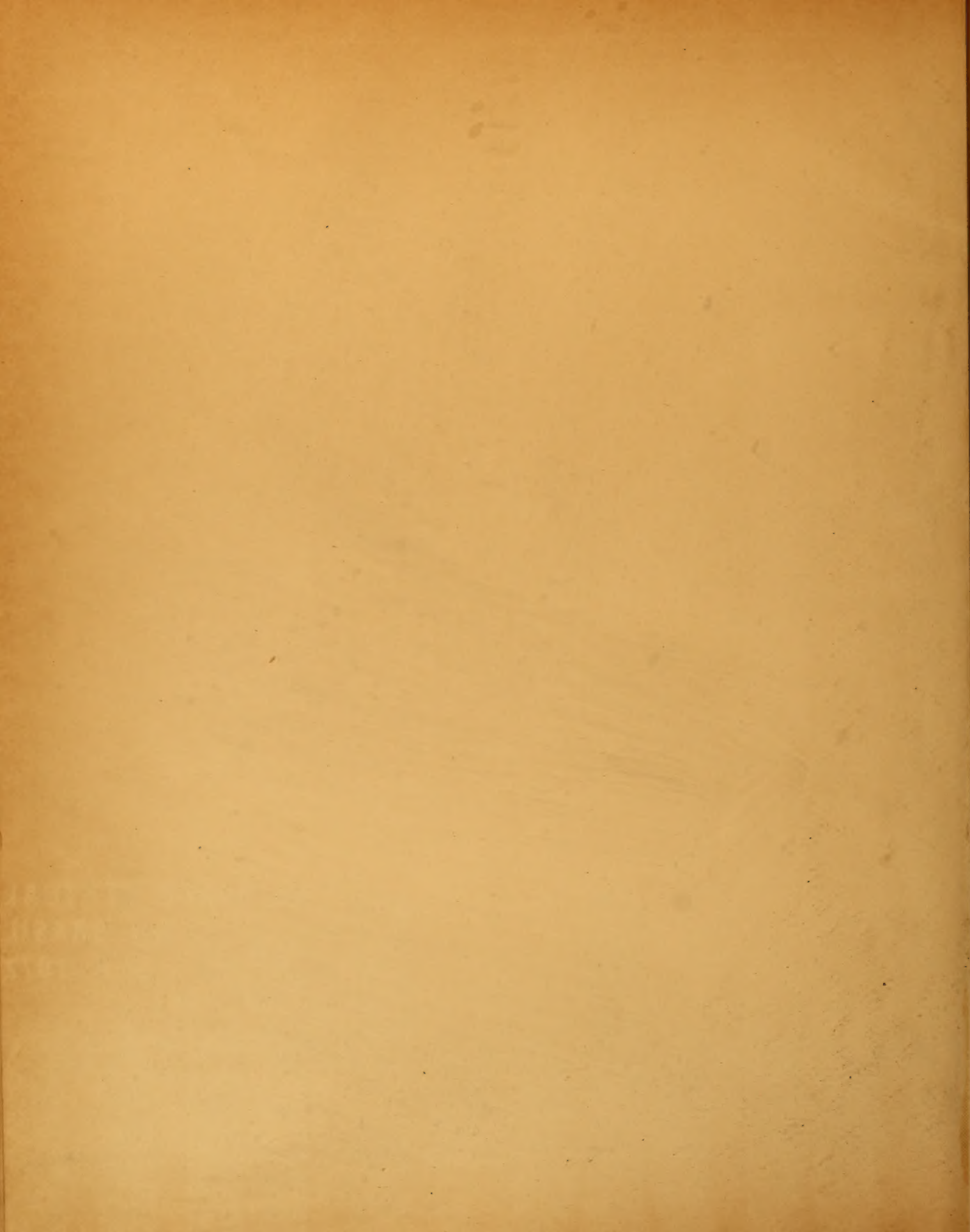
boletim

do BANCO CENTRAL
DO BRASIL
abril - 1972

Boletim do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 8	n. 4	abr. 1972

boletim do BANCO CENTRAL DO BRASIL

abril - 1972

ÍNDICE
INDEX

I – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL / I – FINANCIAL SYSTEM

II — ECONOMIA BRASILEIRA

II — BRAZILIAN ECONOMY

III — FINANÇAS DA UNIÃO

III — PUBLIC FINANCE

IV – DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

V – MERCADO DE AÇÕES

IV – INTERNAL PUBLIC DEBT

V – STOCK MARKET

NOTA DO BOLETIM

Diversos quadros estatísticos novos são apresentados neste número a saber:

II.54: **Indústria de Construção — Índices de Salários Pagos por Hora de Trabalho;**

II.55: **Índice de Remuneração Média de Trabalhadores Agrícolas;**

III.64: **Vinculações da Receita Federal e,**

III.65: **Receita Orçamentária**

Colocamo-nos à disposição dos leitores para quaisquer explicações ou esclarecimentos sobre quadros aqui publicados.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEPARTAMENTO ECONÔMICO
SETOR DE BOLETIM E RELATÓRIO
C.P. 1102-11 70 000 – BRASÍLIA, DF

CONVENÇÕES ESTATÍSTICAS
STATISTICAL SYMBOLS

... Dados desconhecidos
Unknown Data

— Dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente
Indicates a figure is zero, or that the phenomenon called for did not exist

0 Menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado
Less than half of the last digit shown

e Dados estimados
Estimated Data

p Dados provisórios ou preliminares
Provisional or preliminary data

r Dados retificados
Rectified Data

pr Dados retificados, mas ainda provisórios
Rectified data, but still provisional

Um hífen (-) entre os anos (p. ex. 1969-70) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último. Uma barra (/) é utilizada entre anos (p. ex. 1964/68), indicando a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.
A hyphen (-) is used between years (e. g. 1969-70) to indicate a total of the years inclusive of the beginning and ending years. An oblique stroke (/) is used between years (e.g. 1964/68) to indicate an annual average of the years shown, unless specified as crop-year or agreement-year.
NOTE — 1) *It has not been translated:* valor (*value*), Fonte (*source*), Cr$ milhões (*millions of cruzeiros*) quadro (*table*) *and name of the months* — Fev (*Feb*), Mai (*May*), Ago (*Aug*), Set (*Sep*), Out (*Oct*) *and* Dez (*Dec*).
2) *Digits to the right of the comma, in all numbers, represent a fraction of the unit mentioned. For example:* Cr$ 4.645,36 *means 4,645 units (cruzeiros) and 36/100 units (i.e. 36 cents).*

QUADROS SEM ALTERAÇÕES

Os quadros cujas séries estatísticas não sofreram alterações não são publicados neste número. Entretanto, estão mencionados no índice, com a indicação de sua última publicação no BOLETIM.

Êsses quadros voltarão a ser publicados tão logo os dados estatísticos sejam atualizados.

UNALTERED TABLES

Tables the statistical series of which have not been altered are not published in this number. However, they are mentioned in the table of contents with an indication of when they were published in this BOLETIM *the last time. Those tables will appear again whenever new data will be available for them.*

FONTES

Os quadros e gráficos são originais, ou de elaboração dêste Banco Central. Neste último caso, com base em dados de fontes diversas citadas nos rodapés.

SOURCES

Tables and graphs are either original or prepared by the Central Bank, and in the latter case on basis of various sources mentioned in footnotes.

SIGLAS UTILIZADAS

AID	— Associação Internacional de Desenvolvimento — órgão associado ao BIRD
BASA	— Banco da Amazônia S. A.
BB	— Banco do Brasil S. A.
BCB	— Banco Central do Brasil
BID	— Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	— Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	— Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	— Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNCC	— Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNH	— Banco Nacional da Habitação
BOVESPA	— Índice de Rentabilidade de Ações da Bolsa de Valores de São Paulo
BVRJ	— Bolsa de Valores do Rio de Janeiro
CD	— Certificado de Depósito
CEMIG	— Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A.
CEPLAC	— Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira
CFI	— Corporação Financeira Internacional — órgão associado ao BIRD
CIBPU	— Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai
CIEF	— Centro de Informações Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda
CIESP	— Centro das Indústrias de São Paulo
CREAI	— Carteira de Crédito Rural (BB)
CREGE	— Carteira de Crédito Geral (BB)
CSN	— Companhia Siderúrgica Nacional
DEICON	— Departamento de Estatísticas Industriais, Comerciais e de Serviços do IBGE
ESCAM	— Estatística Nacional das Operações de Câmbio
EUA	— Estados Unidos da América
FGTS	— Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FGV	— Fundação Getúlio Vargas
FIESP	— Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINAME	— Agência Especial de Financiamento Industrial
FIPEME	— Fundo de Financiamento a Pequena e Média Indústria
FMI	— Fundo Monetário Internacional
FRDC	— Fundo de Reserva e Defesa do Café
FRC	— Fundo de Racionalização da Cafeicultura
FUNAGRI	— Fundo Geral para Agricultura e Indústria
FUNDAG	— Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola
FUNGIRO	— Fundo de Financiamento para Capital de Giro
GERCA	— Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura
IBC	— Instituto Brasileiro do Café
IBGE	— Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBV	— Índice de Rentabilidade de Ações da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro
ICOMI	— Indústria e Comércio e Mineração S. A.
IDEG	— Instituto de Desenvolvimento do Estado da Guanabara
IFS	— Revista "International Financial Statistics", do Fundo Monetário International
INPS	— Instituto Nacional de Previdência Social
IPASE	— Instituto de Previdência dos Servidores do Estado
IPEA	— Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social
IRB	— Instituto de Resseguros do Brasil
LIGHT	— Light S. A. — Serviços de Eletricidade
LTN	— Letras do Tesouro Nacional
ORTN	— Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PASEP	— Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS	— Plano de Integração Social
SUMOC	— Superintendência da Moeda e do Crédito
TN	— Tesouro Nacional
USAID	— Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP	— Universidade de São Paulo

I — SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

FINANCIAL SYSTEM

MEIOS DE PAGAMENTO

QUADRO I.4

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
							Set	Out
MEIOS DE PAGAMENTO 1/	1	10 482	15 004	21 384	28 348	35 919	43 464	44 884
PAPEL MOEDA EMITIDO	2	2 840	3 598	5 100	6 400	7 900	8 000	8 200
PAPEL MOEDA EM CIRCULAÇÃO 2/	3	2 741	3 458	4 970	6 213	7 638	7 772	8 059
PAPEL MOEDA EM PODER DO PÚBLICO 3/	4	2 343	2 944	4 080	5 389	6 719	6 677	7 064
MOEDA ESCRITURAL 4/	5	8 139	12 060	17 304	22 959	29 200	36 787	37 820
Autoridades Monetárias	5A	1 947	2 438	3 820	5 347	6 772	8 642	8 912
Setor Público	5A1	1 103	1 093	1 747	2 439	3 035	3 969	3 969
Setor Privado 5/	5A2	844	1 345	2 073	2 908	3 737	4 673	4 943
Bancos Comerciais 6/	5B	6 192	9 622	13 484	17 612	22 428	28 145	28 908
Setor Público	5B1	566	1 103	1 756	2 216	2 753	3 914	3 847
Setor Privado 5/	5B2	5 626	8 519	11 728	15 396	19 675	24 231	25 061
COEFICIENTES DE COMPORTAMENTO								
PAPEL MOEDA EM PODER DO PÚBLICO / MEIOS DE PAGAMENTO – %	6	22,4	19,6	19,1	19,0	18,7	15,4	15,7
MEIOS DE PAGAMENTO / PAPEL MOEDA EMITIDO –	7	3,7	4,2	4,2	4,4	4,5	5,4	5,5
MOEDA ESCRITURAL DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS/ /MOEDA ESCRITURAL DOS BANCOS COMERCIAIS – %	8	31,4	25,3	28,3	30,4	30,2	30,7	30,8

1/ Por definição igual a Papel Moeda em Poder do Público (4) mais Moeda Escritural (5).
2/ Papel Moeda Emitido menos numerário na Tesouraria das Autoridades Monetárias.
3/ Papel Moeda em Circulação menos caixa em moeda corrente dos Bancos Comerciais.
4/ Depósito à vista e de aviso prévio até 120 dias.
5/ Inclui depósitos de Instituições Financeiras Não-monetárias e Sociedades de Economia Mista.
6/ Exclui depósitos sobre operações de câmbio.

MEANS OF PAYMENT

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

1971		1972					N.º	ITEM
Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr p	Mai e		
46 769	47 160	45 667 p	46 263 p	48 101 p	49 002	50 050	1	*MEANS OF PAYMENT 1/*
8 700	9 750	9 377	9 249	...	...	...	2	*CURRENCY ISSUED*
8 430	9 498	9 083	8 966	9 326	9 352	9 459	3	*CURRENCY IN CIRCULATION 2/*
7 156	8 554	7 985 p	7 977 p	8 497	8 502	8 609	4	*CURRENCY HELD BY THE PUBLIC 3/*
39 613	38 606	37 682 p	38 286 p	39 604 p	40 500	41 441	5	*DEMAND DEPOSITS 4/*
9 094	8 903	8 640	8 998	9 736	9 800	10 041	5A	*Monetary Authorities*
3 901	4 056	3 768	4 147	4 736	...	...	5A1	*Public Sector*
5 193	4 847	4 872	4 851	5 000	...	...	5A2	*Private Sector 5/*
30 519	29 703	29 042 p	29 288 p	29 868 p	30 700	31 400	5B	*Commercial Banks 6/*
4 195	3 749	4 401 p	4 525 p	...	...	...	5B1	*Public Sector*
26 324	25 954	24 641 p	24 763 p	...	...	...	5B2	*Private Sector 5/*
								BEHAVIOR COEFFICIENTS
15,3	18,1	17,5 p	17,2 p	17,7 p	17,4	17,2	6	*CURRENCY HELD BY THE PUBLIC / MEANS OF PAYMENT – %*
5,4	4,8	4,9 p	5,0 p	...	...	...	7	*MEANS OF PAYMENT/ /CURRENCY ISSUED*
29,8	30,0	29,8 p	30,7 p	32,6 p	31,9	32,0	8	*DEMAND DEPOSITS OF MONETARY AUTHORITIES/ DEMAND DEPOSITS OF COMMERCIAL BANKS – %*

1/ By definition it is Currency Held by the Public (4) plus Demand Deposits (5).
2/ Currency Issued minus cash at Monetary Authorities Treasury.
3/ Currency in Circulation minus Currency of Commercial Banks.
4/ Demand Deposits and Short-term Deposits until 120 days.
5/ Includes deposits from Non-monetary Financial Instituitions.
6/ Excludes deposits on exchange transactions.

COMPOSIÇÃO DO MEIO CIRCULANTE [1]

QUADRO 1.6

DISCRIMINAÇÃO [2]	N.º	1965 [2]	1966	1967 [3]	1968	1969	1970	19 Out
TOTAL	T	4 304	4 409	4 380	2 187	2 588	2 793	3 055
CÉDULAS	1	2 602	2 653	2 638	2 013	2 070	1 946	1 755
Cruzeiros Novos [3]	1A	2 602	2 653	2 638	2 013	2 070	1 894	1 575
0,001 [4]	1A1	308	306	290	—	—	—	—
0,002 [4]	1A2	168	168	157	—	—	—	—
0,005 [4]	1A3	320	372	240	—	—	—	—
0,01	1A4	257	253	323	319	315	302	296
0,02	1A5	230	225	196	183	177	170	166
0,05	1A6	113	106	196	188	181	163	149
0,10	1A7	127	122	208	195	183	157	138
0,20	1A8	101	103	84	70	57	46	41
0,50	1A9	179	138	113	111	120	105	85
1,00	1A10	490	440	273	224	201	187	137
5,00	1A11	309	384	472	498	468	355	214
10,00	1A12	—	36	86	225	368	409	349
Cruzeiros	1B	—	—	—	—	—	52	180
1,00	1B1	—	—	—	—	—	27	135
5,00	1B2	—	—	—	—	—	2	3
10,00	1B3	—	—	—	—	—	4	7
50,00	1B4	—	—	—	—	—	6	10
100,00	1B5	—	—	—	—	—	13	25
MOEDAS METÁLICAS	2	1 702	1 756	1 742	174	518	847	1 300
0,0001 [5]	2A	324	323	323	—	—	—	—
0,0002 [5]	2B	381	380	380	—	—	—	—
0,0005 [5]	2C	465	465	465	—	—	—	—
0,001 [5]	2D	271	270	267	—	—	—	—
0,002 [5]	2E	200	199	196	—	—	—	—
0,005 [5]	2F	0	0	0	—	—	—	—
0,01	2G	19	42	40	40	98	127	191
0,02	2H	24	49	45	34	103	144	204
0,05	2I	18	28	26	28	88	149	271
0,10	2J	—	—	—	33	100	202	262
0,20	2L	—	—	—	39	119	180	256
0,50	2M	—	—	—	0	10	22	83
1,00	2N	—	—	—	—	—	23	33

1/ A partir de 5.10.42 a unidade do sistema monetário brasileiro denominou-se CRUZEIRO (Símbolo: Cr$) divididos em 100 centavos. Em 2.12.64 foi extinto o centavo. A partir de 13.2.67 a unidade do sistema monetário passou a denominar-se CRUZEIRO NOVO (símbolo: NCr$), divididos em 100 centavos, sendo equivalente a 1 000 cruzeiros. A partir de 15.5.70 a unidade do sistema monetário brasileiro passou a denominar-se CRUZEIRO (símbolo: Cr$), divididos em 100 centavos, sendo equivalente a 1 cruzeiro novo.
2/ Os valores estão expressos em cruzeiros, unidade monetária em vigor a partir de 15.5.70.
3/ Às cédulas existentes na unidade monetária anterior a 13.2.67 foi adicionado os dizeres BANCO CENTRAL e os relativos ao valor em cruzeiro novo, exceto às antigas cédulas de 1, 2, 5, 20 e 200 cruzeiros (equivalentes no padrão monetário posterior a 15.5.70, a respectivamente, Cr$ 0,001, Cr$ 0,002, Cr$ 0,005, Cr$ 0,02 e Cr$ 0,20).
4/ Tais cédulas perderam o seu valor liberatório em 13.5.67.
5/ Tais moedas, cunhadas na unidade monetária anterior a 13.2.67 perderam seu valor liberatório em 12.2.68.

CURRENCY – DENOMINATIONS IN CIRCULATION 1/

Milhões de Unidades
Millions of Units

1971		1972						
Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	N.º	ITEM 2/
3 117	3 102	3 188	3 207	3 232	3 271	3 323	T	**TOTAL**
1 763	1 690	1 747	1 737	1 718	1 710	1 704	1	*PAPER-CURRENCY*
1 557	1 438	1 499	1 484	1 451	1 423	1 391	1A	**Cruzeiros Novos 3/**
–	–	–	–	–	–	–	1A1	0,001 4/
–	–	–	–	–	–	–	1A2	0,002 4/
–	–	–	–	–	–	–	1A3	0,005 4/
295	295	295	294	294	292	293	1A4	0,01
166	166	166	166	166	166	165	1A5	0,02
148	147	146	145	144	143	141	1A6	0,05
137	135	134	133	132	131	129	1A7	0,10
41	41	41	40	40	40	40	1A8	0,20
82	80	78	76	72	69	65	1A9	0,50
130	125	120	115	107	100	92	1A10	1,00
210	146	195	188	176	163	149	1A11	5,00
348	303	324	327	320	319	317	1A12	10,00
206	252	248	253	267	287	313	1B	**Cruzeiros**
154	174	184	190	200	218	239	1B1	1,00
3	3	3	3	3	3	3	1B2	5,00
8	9	9	7	7	7	8	1B3	10,00
13	26	17	19	21	21	24	1B4	50,00
28	40	35	34	36	38	39	1B5	100,00
1 354	1 412	1 441	1 470	1 514	1 561	1 619	2	*COINS*
–	–	–	–	–	–	–	2A	0,0001 5/
–	–	–	–	–	–	–	2B	0,0002 5/
–	–	–	–	–	–	–	2C	0,0005 5/
–	–	–	–	–	–	–	2D	0,001 5/
–	–	–	–	–	–	–	2E	0,002 5/
–	–	–	–	–	–	–	2F	0,005 5/
196	201	204	206	210	215	222	2G	0,01
211	217	221	224	229	234	241	2H	0,02
287	299	303	308	318	331	343	2I	0,05
270	286	295	303	311	319	331	2J	0,10
264	271	275	280	287	294	305	2L	0,20
92	102	106	112	121	130	138	2M	0,50
34	36	37	37	38	38	39	2N	1,00

Brazil's monetary unit presented the following evolution: a) After Oct. 5, 1942: "Cruzeiro" (Cr$), divided into 100 "centavos" (cents). The "centavo" was abolished on Dec. 2, 1964; b) On Feb. 13, 1967, the denomination was changed to "Cruzeiro Novo" (NCr$), divided into 100 "centavos" (cents), equivalent to 1,000 "cruzeiros" and 10 "cruzeiros", respectively. c) "Cruzeiro" (Cr$), the present denomination (as of May 15, 1970) divided into 100 "centavos" (cents), equivalent to 1 "cruzeiro novo" and one "centavo", respectively.

/ Values expressed in "cruzeiro", monetary unit prevailing as of May 15, 1970.

/ To paper currency expressed in the monetary unit prevailing prior to Feb. 13, 1967 were added the words BANCO CENTRAL and the new value in "cruzeiro novo", exception made to the old 1, 2, 5, 20, 200 cruzeiro bills, equivalent to Cr$ 0,001, Cr$ 0,002, Cr$ 0,005, Cr$ 0,02 and Cr$ 0,20 respectively in the present denomination after May 13, 1967.

/ These bills have lost their legal value as of May 13, 1967.

These coins, engraved in accordance with the monetary unit prevailing prior to Feb. 13, 1967, lost their legal value as of Feb. 12, 1968

DEPÓSITOS NO SISTEMA BANCÁRIO

QUADRO I.7

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
							Set	Out
SISTEMA BANCÁRIO p	1	9 164	13 840	20 155	26 435	34 202	43 216	44 650
Depósitos à Vista	1A	8 139	12 060	17 304	22 959	29 200	36 787	37 820
Depósitos a Prazo [1/]	1B	329	600	996	927	1 556	2 730	3 118
Outros Depósitos [2/]	1C	696	1 180	1 855	2 549	3 446	3 699	3 712
AUTORIDADES MONETÁRIAS	2	2 096	2 685	4 233	5 832	7 612	9 563	9 892
Depósitos à vista	2A	1 947	2 438	3 820	5 347	6 772	8 642	8 912
Depósitos a Prazo [1/]	2B	35	66	77	88	124	196	246
Outros Depósitos	2C	114	181	336	397	716	725	734
BANCOS COMERCIAIS p	3	7 068	11 155	15 922	20 603	26 590	33 653	34 758
Depósitos à Vista	3A	6 192	9 622	13 484	17 612	22 428	28 145	28 908
Depósitos a Prazo [1/]	3B	294	534	919	839	1 432	2 534	2 872
Outros Depósitos [2/]	3C	582	999	1 519	2 152	2 730	2 974	2 978

1/ Inclui Depósitos com Correção Monetária.
2/ Inclui os Depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Depósitos para Investimentos, Judiciais e Vinculados.

DEPOSITS IN THE BANKING SYSTEM

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

1971		1972						
Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr p	Mai e	N.º	ITEM
46 771	46 454	45 869 p	46 506 p	47 929 p	...	...	1	**BANKING SYSTEM p**
39 613	38 606	37 682 p	38 286 p	39 604 p	40 500	41 441	1A	*Demand Deposits*
3 334	3 659	3 881 p	4 006 p	4 121 p	...	...	1B	*Time Deposits 1/*
3 824	4 189	4 306 p	4 214 p	4 204 p	...	...	1C	*Other 2/*
10 298	10 166	9 894 r	10 245	10 953	...	...	2	**MONETARY AUTHORITIES**
9 094	8 903	8 640	8 998	9 736	9 800	10.041	2A	*Demand Deposits*
246	406	413	419	478	...	...	2B	*Time Deposits 1/*
958	857	841	828	739	...	...	2C	*Other*
36 473	36 288	35 975 p	36 261 p	36 976 p	...	...	3	**COMMERCIAL BANKS p**
30 519	29 703	29 042 p	29 288 p	29 868 p	30 700	31 400	3A	*Demand Deposits*
3 088	3 253	3 468 p	3 587 p	3 643 p	3 840	3 900	3B	*Time Deposits 1/*
2 866	3 332	3 465 p	3 386 p	3 465 p	...	...	3C	*Other 2/*

1/ It includes Time Indexed Deposits.
2/ It Includes Unemployment Insurance Fund Deposits (FGTS), Special Deposits for Investment, Earmarked and Judicial Deposits.

EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA BANCÁRIO [1/]

QUADRO I.8

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
TOTAL GERAL (ST1 + ST2)	T	3 096	5 451	8 067	10 040	14 949	23 797	31 398
SETOR PRIVADO (1+...+5=ST1A+ST1B) [2/]	ST1	1 945	3 506	5 521	7 377	11 496	18 944	27 130
COMÉRCIO [3/]	1	567	923	1 476	1 737	2 642	6 169	9 112
Bancos Comerciais	1A	447	740	1 240	1 433	2 191	3 752	5 271
Autoridades Monetárias	1B	120	183	236	304	451	2 417	3 841
INDÚSTRIA	2	802	1 414	2 327	2 971	4 446	5 816	8 246
Bancos Comerciais	2A	511	950	1 709	2 040	3 298	5 171	7 295
Autoridades Monetárias	2B	291	464	618	931	1 148	645	951
LAVOURA	3	376	785	1 077	1 572	2 452	2 962	3 948
Bancos Comerciais	3A	116	263	496	645	1 147	1 204	1 477
Autoridades Monetárias	3B	260	522	581	927	1 305	1 758	2 471
PECUÁRIA	4	91	178	277	472	864	1 748	2 298
Bancos Comerciais	4A	30	73	137	188	428	1 061	1 224
Autoridades Monetárias	4B	61	105	140	284	436	687	1 074
OUTROS	5	109	206	364	625	1 092	2 249	3 526
Bancos Comerciais	5A	106	202	357	589	987	1 843	2 847
Autoridades Monetárias	5B	3	4	7	36	105	406	679
TOTAL – BANCOS COMERCIAIS	ST1A	1 210	2 228	3 939	4 895	8 051	13 031	18 114
TOTAL – AUTORIDADES MONETÁRIAS [3/]	ST1B	735	1 278	1 582	2 482	3 445	5 913	9 016
SETOR PÚBLICO	ST2	1 151	1 945	2 546	2 663	3 453	4 853	4 268
Bancos Comerciais	6	86	72	169	356	566	798	1 292
Autoridades Monetárias [4/]	7	1 065	1 873	2 377	2 307	1 887	4 055	2 976

1/ Os valores referentes a 1968/69 refletem a alteração do critério de classificação das operações, decorrentes de nova padronização da contabilidade bancária. A partir de 1970, as operações passaram novamente a ser classificadas como o eram primitivamente. Não inclui o Empréstimos a Instituições Financeiras. Devido a diferentes critérios de compatibilização, as cifras deste quadro não são estritamente comparáveis com as dos quadros I.1, I.2 e I.3.
2/ Inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.
3/ Engloba as aplicações do PASEP.
4/ Não inclui o Plano de Assistência Financeira a Unidades Federativas.

LOANS OF THE BANKING SYSTEM [1]

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

1970	1971	1972					N.º	ITEM
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai e		
40 908	56 192	56 015 p	56 817 p	58 851 e	60 350	62 150	T	GRAND TOTAL (ST1 + ST2)
36 465	53 060	52 826 p	53 572 p	55 516 e	57 000	58 800	ST1	PRIVATE SECTOR (1+...+5=ST1A+ST1B) [2]
8 722	13 325	13 338 p	13 356 p	13 931 e	...	...	1	*COMMERCE* [3]
6 458	9 730	9 890 p	9 924 p	10 316 e	...	...	1A	*Commercial Banks*
2 264	3 595	3 448	3 432	3 615	...	...	1B	*Monetary Authorities*
13 399	19 189	19 059 p	19 416 p	20 117 e	...	...	2	*INDUSTRY*
9 991	13 697	13 733	14 082 p	14 630 e	...	...	2A	*Commercial Banks*
3 408	5 492	5 326	5 334	5 487	...	...	2B	*Monetary Authorities*
5 908	7 651	7 505 p	7 479 p	7 671 e	...	...	3	*AGRICULTURAL*
1 938	2 213	2 270 p	2 264 p	2 352 e	...	...	3A	*Commercial Banks*
3 970	5 438	5 235	5 215	5 319	...	...	3B	*Monetary Authorities*
3 089	4 171	4 250 p	4 365 p	4 487 e	...	...	4	*LIVE-STOCK*
1 504	1 932	1 990 p	2 069 p	2 138 e	...	...	4A	*Commercial Banks*
1 585	2 239	2 260	2 296	2 349	...	...	4B	*Monetary Authorities*
5 347	8 724	8 674 p	8 956 p	9 310 e	...	...	5	*OTHERS*
4 396	7 562	7 528 p	7 779 p	8 078 e	...	...	5A	*Commercial Banks*
951	1 162	1 146	1 177	1 232	...	...	5B	*Monetary Authorities*
24 287	35 134	35 411 p	36 118 p	37 514 e	38 600	39 600	ST1A	*TOTAL – COMMERCIAL BANKS*
12 178	17 926	17 415	17 454	18 002	18 400	19 200	ST1B	*TOTAL – MONETARY AUTHORITIES* [3]
4 443	3 132	3 189 p	3 245 p	3 335 e	3 350	3 350	ST2	*PUBLIC SECTOR*
1 790	2 356	2 342 p	2 355 p	2 437 e	2 450	2 450	6	*Commercial Banks*
2 653	776	847	890	898	900	900	7	*Monetary Authorities* [4]

1/ Figures refering to 1968/69 period result from changes in the general criterium to classify operations, as consequence of the uniformization of the Bank's accounting system. Since 1970 said operations are again being registered in accordance with the previous system. Loans to Financial Institutions are excluded of this tabela. Owing to differences in criteria, figures of this table may differ slighty from those in tables I.1, I.2 and I.3.
2/ Includes advances based on "Foreign Exchange Contract".
3/ Includes PASEP investiments.
4/ Excludes the "Financial Aid Plan to Federative Units".

BANCOS COMERCIAIS
ENCAIXE

QUADRO 1.9

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	19 Set	19 Out
ENCAIXE	T	2 511	3 441	4 851	5 778	6 976	9 198	9 147
VOLUNTÁRIO	1	1 333	1 530	1 911	2 164	2 388	3 622	3 314
Caixa em Moeda Corrente	1A	398	514	890	824	919	1 095	994
Depósitos no Banco do Brasil	1B	823	842	1 017	1 259	1 385	1 539	1 382
Títulos Federais	1C	112	174	4	81	84	988	938
COMPULSÓRIO	2	1 178	1 911	2 923	3 568	4 492	5 430	5 683
Espécie	2A	989	1 503	1 965	1 981	1 857	2 257	2 324
Títulos Federais	2B	189	408	958	1 587	2 635	3 173	3 359
RECOLHIMENTO ESPECIAL (Operações de Crédito Rural)	3	–	...	17	46	96	146	150

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DO BANCO CENTRAL AOS BANCOS COMERCIAIS 1/
TÍTULOS REDESCONTADOS

QUADRO I.10

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	19 Set	19 Out
TOTAL	T	354	439	955	1 456	1 535	1 765	2 108
LIQUIDEZ	1	188	164	447	410	351	305	350
REFINANCIAMENTO	2	166	275	508	1 046	1 184	1 460	1 758
Manufaturados Exportáveis	2A	...	...	...	170	322	457	477
Comercialização Agrícola	2B	...	...	...	76	64	229	158
Café	2C	88	157	263	632	640	628	973
Cacau, Fumo, Mamona e Sisal	2D	...	...	...	94	86	58	57
Rurais do Dec.-Lei n.º 167/67	2E	...	...	...	33	33	28	28
Bancos de Controle da União	2F	...	33	...	27	28	44	49
Diversos	2G	...	...	...	14	11	16	16

1/ Exclusive Cooperativas.

COMMERCIAL BANKS
RESERVES

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

71 Nov	71 Dez	1972 Jan p	1972 Fev p	1972 Mar p	1972 Abr p	1972 Mai e	N.º	ITEM
9 887	10 051	10 452	10 065	9 493	...	...	T	*RESERVES*
3 952	3 927	3 703	3 628	3 285	...	...	1	*VOLUNTARY*
1 274	943	1 098	989	829	818	850	1A	*Cash*
1 623	2 154	1 719	1 556	1 358	1 435	1 400	1B	*Deposits with Banco do Brasil*
1 055	830	886	1 083	1 098	...	...	1C	*Treasury Bonds*
5 788	5 943	6 581	6 210	6 049	6 410	6 180	2	*REQUIRED*
2 394	2 442	2 844	2 511	2 453	2 705	2 670	2A	*Cash*
3 394	3 501	3 737	3 699	3 596	3 705	3 510	2B	*Treasury Bonds*
147	181	168	167	159	...	...	3	*DEPOSITS ALTERNATIVE TO AGRICULTURAL CREDIT*

DISCOUNT OF BANCO CENTRAL TO COMMERCIAL BANKS 1/

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

71 Nov	71 Dez	1972 Jan	1972 Fev	1972 Mar	1972 Abr p	1972 Mai e	N.º	ITEM
2 083	2 284	2 502	2 215	2 389	2 262	2 293	T	TOTAL
275	516	829	706	562	418	238	1	*LIQUIDITY*
1 808	1 768	1 673	1 509	1 827	1 844	1 955	2	*REFINANCINGS*
491	520	516	537	567	...	...	2A	*Exportable Manufactures*
90	110	128	139	270	...	...	2B	*Marketing of farm products*
1 080	993	858	648	818	636	633	2C	*Coffee*
52	62	74	80	73	...	...	2D	*Cocoa, Tobbaco, Castor and Sisal*
28	31	31	29	24	...	...	2E	*Rurals referring to Decree-Law 167/67*
54	40	53	60	59	...	...	2F	*Banks under direct control of Treasury*
13	12	13	16	16	...	...	2G	*Other*

1/ It excludes Cooperatives.

BANCOS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO 1/

BALANCETE CONSOLIDADO

QUADRO I.12

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1969	1970	1 9				
				Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
ATIVO	T	688	1 058	1 200	1 249	1 303	1 433	1 459
ENCAIXE	1	30	46	40	43	72	80	62
EMPRÉSTIMOS	2	444	694	807	840	886	928	963
Setor Público e Infraestrutura	2A	192	187	202	204	209	214	203
Setor Privado	2B	252	507	605	636	677	714	760
Giro	2B1	60	71	90	94	92	99	109
Investimento	2B2	192	436	515	542	585	615	651
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	3	85	225	184	172	169	244	243
Participações Societárias	3A	73	149	151	149	153	151	150
Outros	3B	12	76	33	23	16	93	93
OUTRAS CONTAS	4	107	74	147	172	153	156	165
IMOBILIZADO	5	22	19	22	22	23	25	26
PASSIVO	T	688	1 058	1 200	1 249	1 303	1 433	1 459
RECURSOS PRÓPRIOS	6	292	475	510	513	516	599	601
Capital	6A	240	377	378	396	376	469	469
Reservas e Fundos	6B	26	50	72	62	74	70	72
Outros	6C	26	48	60	55	66	60	60
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO	7	–	–	–	–	–	–	–
REFINANCIAMENTOS	8	253	363	423	441	480	514	528
FINAME	8A	23	30	35	38	43	47	48
BNDE – FIPEME	8B	25	6	8	9	12	12	15
BNH	8C	6	30	57	62	82	92	103
Recursos do Exterior	8D	47	72	75	77	80	80	69
Outros	8E	152	225	248	255	203	283	293
OUTRAS CONTAS	9	143	220	267	295	307	320	330

1/ Em 1969 eram 7 os Bancos de Desenvolvimento que compõem este quadro: Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S.A., Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A., Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão S.A. e Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo S.A.. Em set/70 foi incluído o Banco de Desenvolvimento do Ceará S.A. e em out/70 o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A.

STATE DEVELOPMENT BANKS [1]

CONSOLIDATED BALANCE SHEET

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

1971				1972			N.º	ITEM
Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar		
1 507	1 590	1 685	1 743	1 799	1 870	1 960	T	ASSETS
53	48	51	62	53	48	52	1	*CASH*
1 004	1 039	1 102	1 186	1 222	1 266	1 329	2	*LOANS*
202	194	199	202	205	206	210	2A	*Public Sector & Infrastructure*
802	845	903	984	1 017	1 060	1 119	2B	*Private Sector*
117	106	109	107	140	149	158	2B1	*Working Capital*
685	739	794	877	877	911	961	2B2	*Investment*
247	245	258	248	262	265	268	3	*SECURITIES*
151	151	156	166	180	188	191	3A	*Societary Participation*
96	94	102	82	82	77	77	3B	*Other*
176	229	246	220	228	257	277	4	*OTHER ACCOUNTS*
27	29	28	27	34	34	34	5	*REAL ESTATE*
1 507	1 590	1 685	1 743	1 799	1 870	1 960	T	LIABILITIES
599	606	609	634	663	692	701	6	*CAPITAL ACCOUNTS*
467	478	479	479	481	481	481	6A	*Capital Paid-in*
75	77	79	80	97	99	105	6B	*Reserves*
57	51	51	75	86	113	116	6C	*Other*
–	–	–	–	10	10	9	7	*TIME DEPOSITS*
539	574	606	635	650	685	711	8	*REFINANCING*
52	57	59	63	64	69	72	8A	*FINAME*
16	19	21	23	24	27	28	8B	*BNDE-FIPEME*
111	132	148	155	172	182	189	8C	*BNH*
70	70	72	73	76	76	76	8D	*Foreign Loans*
290	296	306	321	314	331	346	8E	*Other*
369	410	470	474	476	483	539	9	*OTHER ACCOUNTS*

1/ In 1969 there were 7 Development Banks that made this table: Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S. A., Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A., Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão S.A. and Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo S.A. In September 1970 it was included the Banco de Desenvolvimento do Ceará S.A. and in October 1970 the Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A.

EMPRÉSTIMOS POR ACEITE CAMBIAL

QUADRO I.14

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
							Ago	Set
TOTAL	T	906	2 105	4 558	6 172	9 756	12 415	12 890
Crédito ao Consumidor	ST1	...	...	...	...	7 729	10 398	10 812
Capital de Giro	ST2	...	...	...	...	2 027	2 017	2 078
FINANCEIRAS 1/	1	805	1 560	3 625	4 452	7 850	10 102	10 507
Crédito ao Consumidor	1A	...	...	...	3 940	7 512	9 991	10 402
Capital de Giro	1B	...	...	...	512	338	111	105
BANCOS DE INVESTIMENTOS	2	101	545	933	1 720	1 906	2 313	2 383
Crédito ao Consumidor	2A	...	...	...	...	217	407	410
Capital de Giro	2B	...	...	...	...	1 689	1 906	1 973

1/ Estimativa baseada em amostragem de 5 praças (Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife). A partir de dez. 70 a representatividade da amostra é superior a 50% do universo para as duas primeiras cidades e é 100% para as demais. Anteriormente a dezembro de 1970 a amostra correspondia a um mínimo de 60% para todas as cidades mencionadas.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO COM CORREÇÃO MONETÁRIA

QUADRO I.16

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1	
							Ago	Set
TOTAL	T	129	469	1 056	1 939	4 284	6 799	7 200
Com Emissão de Certificados	ST1	...	...	...	326	779	1 193	1 36[illegible]
Sem Emissão de Certificados	ST2	...	...	...	1 613	3 505	5 606	5 831
BANCOS DE INVESTIMENTOS	1	2	85	409	1 099	2 808	4 347	4 55[illegible]
Com CD	1A	...	...	...	319	730	1 087	1 25[illegible]
Sem CD	1B	...	...	...	780	2 078	3 260	3 305
BANCOS COMERCIAIS	2	127	336	573	758	1 356	2 264	2 450
Com CD	2A	...	...	...	7	47	105	11[illegible]
Sem CD	2B	...	...	...	751	1 309	2 159	2 33[illegible]
BANCO DO BRASIL	3	...	48	74	82	120	188	19[illegible]
Com CD	3A	–	–	–	–	2	1	1
Sem CD	3B	...	48	74	82	118	187	191

ACCEPTANCES CREDITS

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

1			1972				N.º	ITEM
Out	Nov	Dez	Jan P	Fev P	Mar P	Abril P		
13 366	14 074	15 118	15 935	16 381	16 722	17 443	T	TOTAL
11 285	11 780	12 830	13 430	13 851	14 357	15 010	ST1	*Consumer Credit*
2 081	2 294	2 288	2 505	2 530	2 365	2 433	ST2	*Working Capital*
10 964	11 495	12 551	13 150	13 586	13 988	14 629	1	FINANCE COMPANIES 1/
10 857	11 383	12 462	13 049	13 498	13 902	14 544	1A	*Consumer Credit*
107	112	89	101	88	86	85	1B	*Working Capital*
2 402	2 579	2 567	2 785	2 795	2 734	2 814	2	INVESTMENT BANKS
428	397	368	381	353	455	466	2A	*Consumer Credit*
1 974	2 182	2 199	2 404	2 442	2 279	2 348	2B	*Working Capital*

1/ Estimator based upon samples from 5 market-places (Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre and Recife). After Dec. 1970 sample size is over 50% of the universe of Rio and S. Paulo and 100% of the other market-places. Before Dec. 1970, the sampling size corresponds to a minimum of 60% of each market-place.

TIME INDEXED DEPOSITS

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

1			1972				N.º	ITEM
Out	Nov	Dez P	Jan P	Fev P	Mar P	Abril P		
8 016	8 662	8 871	9 632	10 117	...	...	T	TOTAL
1 392	1 514	1 561	1 659	1 841	...	...	ST1	*With Certificates of Deposits (CD's)*
6 624	7 148	7 310	7 973	8 276	...	...	ST2	*Without Certificates of Deposits*
5 007	5 438	5 322	5 851	6 271	6 327	6 431	1	INVESTMENT BANKS
1 267	1 392	1 423	1 518	1 694	1 673	1 712	1A	*With CD's*
3 740	4 046	3 899	4 333	4 577	4 654	4 719	1B	*Without CD's*
2 767	2 982	3 148	3 373	3 433	...	...	2	COMMERCIAL BANKS
123	120	136	139	145	...	...	2A	*With CD's*
2 644	2 862	3 012	3 234	3 288	...	...	2B	*Without CD's*
242	242	401	408	413	473	...	3	BANCO DO BRASIL
2	2	2	2	2	2	...	3A	*With CD's*
240	240	399	406	411	471	...	3B	*Without CD's*

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

BALANCETE AJUSTADO 1/

QUADRO 1.17

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	19	
							Set	Out
ATIVO	T	155	934	2 371	4 389	7 431	10 146	10 745
ENCAIXE	1	31	43	39	41	30	53	206
Moeda Corrente	1A	0	1	2	10	10	46	14
Depósitos em Bancos	1B	31	42	37	31	20	7	192
FINANCIAMENTOS E REFINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	2	89	451	1 873	3 582	6 231	8 382	8 787
Caixas Econômicas	2A	16	121	461	662	690	761	...
Companhias Estaduais de Habitação	2B	50	171	438	783	1 412	1 659	...
Cooperativas Habitacionais	2C	14	68	224	601	1 147	1 616	...
Sociedades de Crédito Imobiliário 2/	2D	1	13	148	286	482	810	...
Mercado de Hipotecas	2E	...	3	105	418	881	1 108	1 099
Bancos Privados e Oficiais	2F	...	14	254	511	1 073	1 631	...
Institutos de Previdência	2G	...	12	41	67	146	208	...
Associações de Poupança e Empréstimos	2H	..3/	..3/	17	117	224	310	...
Outras Entidades	2I	8	49	185	137	176	279	...
INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS	3	27	416	425	688	1 047	1 471	1 492
Letras Imobiliárias	3A	5	75	103	139	137	139	138
Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional	3B	22	341	322	549	910	1 332	1 354
Outros	3C	0	0	0	0	0	0	0
IMOBILIZADO	4	4	8	15	27	48	77	78
CRÉDITOS DIVERSOS	5	4	16	19	51	75	163	182
PASSIVO	T	155	934	2 371	4 389	7 431	10 146	10 745
RECURSOS PRÓPRIOS	6	110	185	310	526	942	1 003	864
Capital	6A	98	123	222	298	486	760	760
Fundos e Reservas	6B	12	62	85	167	354	489	522
Saldo líquido das Contas de Resultado	6C	–	–	3	61	102	–246	–418
DEPÓSITOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	7	–	629	1 902	3 611	6 040	8 653	9 383
DEPÓSITOS DE ENTIDADES DO SISTEMA HABITACIONAL	8	8	27	25	40	153	115	147
LETRAS IMOBILIÁRIAS DE EMISSÃO DO BNH	9	36	75	80	108	148	155	156
FINANCIAMENTOS EXTERNOS	10	–	3	40	85	127	146	155
EXIGIBILIDADES DIVERSAS	11	1	15	14	19	21	74	40

1/ A cada trimestre civil é aplicado correção monetária.
2/ Inclusive Carteiras Imobiliárias das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos.
3/ Incluído em "Outras Entidades" (2I).

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

ADJUSTED BALANCE SHEET 1/

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

1971		1972						
Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	N.º	ITEM
10 987	11 888	12 186	12 478	13 333	13 582	13 986	T	ASSETS
237	24	132	328	72	240	111	1	*CASH*
8	1	6	3	13	...	...	1A	*Currency*
229	23	126	325	59	...	...	1B	*Bank Deposits*
8 938	9 927	9 986	10 057	10 654	10 741	11 030	2	*HOUSING REFINANCING*
...	825	...	...	...	...	...	2A	*Savings Banks*
...	1 883	...	...	...	...	...	2B	*State Housing Companies*
...	1 981	...	...	...	...	...	2C	*Housing Cooperatives*
...	951	...	...	...	...	...	2D	*Housing Credit Co.* 2/
1 144	1 355	1 273	1 182	1 134	1 063	1 268	2E	*Mortgage Market*
...	2 003	...	...	...	...	...	2F	*Private and Official Commercial Banks*
...	249	...	...	...	...	...	2G	*Social Security Institutes*
...	340	...	...	...	...	...	2H	*Savings and Loans Associations*
...	340	...	...	...	...	...	2I	*Other*
1 546	1 697	1 836	1 853	2 378	2 368	2 602	3	*SECURITIES*
137	136	135	135	134	134	24	3A	*Housing Bonds*
1 409	1 561	1 701	1 718	2 244	2 234	2 578	3B	*Gov. Indexed Bonds*
0	0	0	0	0	0	0	3C	*Other*
80	83	84	85	86	88	91	4	*FIXED ASSETS*
186	157	148	155	143	145	152	5	*OTHER*
10 987	11 888	12 186	12 478	13 333	13 582	13 986	T	LIABILITIES
930	1 553	1 158	1 180	1 559	1 197	1 381	6	*CAPITAL ACCOUNT*
760	957	957	960	960	960	960	6A	*Capital*
522	567	601	622	622	628	654	6B	*Reserves*
– 352	29	– 400	– 402	– 23	– 391	– 233	6C	*Result Accounts Net Balance*
9 565	9 813	10 488	10 761	11 186	11 816	11 991	7	*UNEMPLOYMENT INSURANCE FUND DEPOSITS*
138	146	156	164	193	172	203	8	*FINANCIAL HOUSING SYSTEM DEPOSITS*
156	176	176	179	177	177	186	9	*HOUSING BONDS ISSUED BY BNH*
155	164	164	164	186	186	175	10	*FOREIGN LOANS*
43	36	44	30	32	34	50	11	*OTHER*

1/ Monetary Correction has been applied at the end of each civil quarter
2/ Includes Housing Cred. Dept. of Finance Co.
3/ Included in "Other" (2I).

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO 1/

QUADRO I.18

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1967 1/	1968	1969	1970	19 Ago	19 Set	19 Out
FLUXOS NO PERÍODO								
ARRECADAÇÃO BRUTA	1	611	1 223	1 792	2 516	295	307	329
RESSARCIMENTOS EFETUADOS	2	19	215	568	1 002	142	136	140
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	3	592	1 008	1 224	1 514	153	171	189
SALDOS EM FIM DE PERÍODO								
ARRECADAÇÃO BRUTA	4	611	1 834	3 626	6 142	8 391	8 698	9 027
RESSARCIMENTOS EFETUADOS	5	19	234	802	1 804	2 779	2 915	3 055
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	6	592	1 600	2 824	4 338	5 612	5 783	5 972

FONTE: Banco Nacional da Habitação.
1/ O primeiro valor registrado foi no mês de abril de 1967.

LETRAS IMOBILIÁRIAS

QUADRO I.19

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966 1/	1967	1968	1969	1970	19 Jul	19 Ago
TOTAL								
Fluxos no Período	1	12	203	350	506	154	44	101
Saldos em fim de Período	2	12	215	565	1 071	1 862	2 106	2 207
COLOCAÇÃO LÍQUIDA JUNTO AO PÚBLICO								
Fluxos no Período	3	7	133	321	461	155	45	87
Saldos em fim de Período	4	7	140	461	922	1 724	1 971	2 058
COLOCAÇÃO LÍQUIDA JUNTO AO BNH								
Fluxos no Período	5	5	70	29	45	– 1	– 1	14
Saldos em fim de Período	6	5	75	104	149	138	135	149

FONTE: Banco Nacional da Habitação.
1/ O primeiro valor desta coluna foi registrado no mês de junho de 1966.

UNEMPLOYMENT INSURANCE FUND 1/

Cr$ milhões

71		1972					N.º	ITEM
Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai		
								FLOW BY PERIOD
323	319	334	406	515	396	372	1	*GROSS RECEIPTS*
141	145	135 r	135	173	162	201	2	*DISBURSEMENTS*
182	174	199	271	342	234	171	3	*NET RECEIPTS*
								BALANCE AT END OF PERIOD
9 350	9 669	10 003	10 409	10 924	11 320	11 692	4	*GROSS RECEIPTS*
3 196	3 341	3 476 r	3 611 r	3 784	3 946	4 147	5	*DISBURSEMENTS*
6 154	6 328	6 527 r	6 798 r	7 140	7 374	7 545	6	*NET RECEIPTS*

1/ The first observations were in April, 1967.

HOUSING BONDS

Cr$ milhões

71			1972				N.º	ITEM
Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar p		
								TOTAL
186	174	95	245	89	69	136	1	*Flow by period*
2 393	2 567	2 662	2 907	2 996	3 065	3 201	2	*Balance at end of period*
								PLACED WITH PUBLIC
187	175	96	246	89	69	136	3	*Flow by period*
2 245	2 420	2 516	2 762	2 851	2 920	3 056	4	*Balance at end of period*
								PLACED WITH BNH
– 1	– 1	– 1	– 1	–	–	–	5	*Flow by period*
148	147	146	145	145	145	145	6	*Balance at end of period*

/ The was observed the first value of this column in July, 1966.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL [1/]

BALANCETE AJUSTADO

QUADRO I.20

ATIVO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9… Mai	Jun
TOTAL	T	628	1 117	1 670	2 289	5 307	7 274	6 481
ENCAIXE	1	56	184	91	161	263	417	453
Moeda Corrente	1A	11	21	23	32	38	60	58
Depósitos	1B	45	163	68	129	225	357	395
EMPRÉSTIMOS	2	394	615	1 120	1 548	3 112	3 688	3 897
Bens de Consumo Duráveis	2A	...	...	...	...	118	115	115
Consignações	2B	95	144	176	152	421	447	411
Crédito Pessoal	2C	...	...	...	...	136	184	199
Habitacionais	2D	...	...	...	...	1 677	1 975	2 078
Hipotecários	2E	195	207	492	743	480	675	764
Penhores	2F	51	67	76	83	117	130	133
Promessa de Venda de Imóveis	2G	...	...	...	...	59	79	81
Sob Caução	2H	0	0	2	6	5	0	0
Outros	2I	53	197	374	564	99	83	116
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	3	87	129	199	242	331	235	283
Títulos Federais	3A	28	116	178	211	290	191	239
ORTN	3A1	28	116	178	211	290	189	193
LTN	3A2	...	...	...	...	...	2	46
Títulos Estaduais e Municipais	3B	...	...	...	...	...	0	0
Outros	3C	59	13	21	31	41	44	44
IMÓVEIS NÃO DESTINADOS A USO	4	9	21	17	40	...	251	231
IMOBILIZADO	5	18	42	95	128	327	216	218
OUTROS CRÉDITOS	6	64	126	148	170	1 274	2 467	1 399
BNH — Conta Depósitos	6A	...	...	...	...	27	17	10
Diversos	6B	64	126	148	170	1 247	2 450	1 389

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL [1]

ADJUSTED BALANCE SHEET

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

7 1						1972	N.º	ASSETS
Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan		
7 449	7 679	7 828	7 972	8 252	8 145	8 843	T	TOTAL
390	382	416	413	368	365	422	1	*CASH*
64	60	67	65	60	50	65	1A	*Currency*
326	322	349	348	308	315	357	1B	*Bank*
4 065	4 220	4 320	4 569	4 711	4 802	5 030	2	*LOANS*
117	117	119	124	132	132	135	2A	*Durable Consumer Goods*
407	377	373	366	379	370	384	2B	*Consignments*
218	266	296	309	315	316	320	2C	*Personnel credit*
2 179	2 252	2 303	2 476	2 549	2 633	2 789	2D	*Housing*
801	856	876	935	960	985	1 026	2E	*Mortgage*
135	137	139	141	143	143	148	2F	*Pawns*
95	102	103	108	117	119	126	2G	*Real Estate Sales Advances*
0	0	0	0	0	0	0	2H	*Under Guarantee*
113	113	111	110	116	104	102	2I	*Other*
308	303	234	240	319	333	313	3	*SECURITIES*
263	258	188	194	269	269	249	3A	*Treasury Bonds*
203	203	187	194	223	269	249	3A1	*ORTN*
60	55	1	–	46	–	–	3A2	*LTN*
0	0	0	0	0	0	0	3B	*State and Municipal Bonds*
45	45	46	46	50	64	64	3C	*Other*
239	240	249	256	253	258	264	4	*REAL ESTATE*
222	226	230	235	239	246	252	5	*FIXED ASSETS*
2 225	2 308	2 379	2 259	2 362	2 141	2 562	6	*OTHER ASSETS*
10	9	9	9	9	9	9	6A	*BNH – Deposit Account*
2 215	2 299	2 370	2 250	2 353	2 132	2 553	6B	*Other*

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL [1]

BALANCETE AJUSTADO

QUADRO I.20

PASSIVO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	19 Mai	Jun
TOTAL	T	628	1 117	1 670	2 289	5 307	7 274	6 481
RECURSOS PRÓPRIOS	7	55	150	321	515	1 013	1 973	1 237
Capital (Patrimônio)	7A	21	65	260	411	353	900	900
Reservas e Provisões	7B	16	42	10	12	589	940	163
Saldo Líquido — Contas de Resultado	7C	18	43	51	92	71	133	174
DEPÓSITOS À VISTA	8	333	582	591	696	1 069	1 014	1 067
Populares	8A	313	565	574	693	616	557	539
Sem Limite	8B	...	...	...	...	270	277	328
Outros	8C	20	17	17	3	183	180	200
DEPÓSITOS A PRAZO	9	81	161	217	427	1 298	1 650	1 696
Poupança Livre [2]	9A	...	...	...	...	1 189	1 513	1 552
Poupança Vinculada	9B	...	...	...	...	27	40	44
Prazo Fixo	9C	10	43	51	47	74	73	73
Judiciais	9D	1	1	0	3	8	21	24
Sob Caução	9E	6	5	7	4	—	—	—
Outros	9F	64	112	159	373	...	3	3
FUNDOS ESPECIAIS	10	...	...	...	...	122	41	128
OUTRAS EXIGIBILIDADES	11	159	224	541	651	1 805	2 596	2 353
BNH — Conta Refinanciamentos	11A	...	...	...	...	431	484	476
Outros Empréstimos e Refinanciamentos	11B	...	...	...	...	...	55	55
Diversos	11C	159	224	541	651	1 374	2 057	1 822

1/ De 1966 a novembro de 1970 compreende as Caixas Econômicas Federais de São Paulo, Rio de Janeiro (GB), Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Brasília, que apresentavam elevada percentagem do Ativo e Passivo de tôdas as 22 Caixas existentes em 30.11.1970. A partir do mês de dezembro de 1970 o Balancete é o da Caixa Econômica Federal ajustado.
2/ Até novembro de 1970 os Depósitos de Poupança livre eram apurados no item "Outros" de Depósitos a Prazo (9F).

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL [1/]
ADJUSTED BALANCE SHEET

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

7 1						1972	N.º	LIABILITIES
Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan		
7 449	7 679	7 828	7 972	8 252	8 145	8 843	T	TOTAL
2 376	2 461	2 490	2 527	2 600	1 638	1 695	7	*CAPITAL ACCOUNTS*
900	900	900	900	900	900	900	7A	*Patrimonial*
1 252	1 425	1 428	1 429	1 430	738	738	7B	*Reserves*
224	136	162	198	270	–	57	7C	*Allocations Result Account*
1 057	1 163	1 098	1 082	1 069	1 083	1 061	8	*DEMAND DEPOSITS*
540	601	577	572	573	554	548	8A	*Private*
318	295	294	300	288	318	293	8B	*Unlimited*
199	267	227	210	208	211	220	8C	*Other*
1 795	1 847	1 925	2 066	2 119	2 198	2 365	9	*TIME DEPOSITS*
1 649	1 695	1 765	1 901	1 953	2 029	2 193	9A	*Savings* [2/]
44	45	47	46	46	46	47	9B	*Earmarked savings*
76	76	76	76	76	76	79	9C	*Fixed–term*
24	29	35	42	43	46	45	9D	*Judicial*
–	–	–	–	–	–	–	9E	*Under Guarantee*
2	2	2	1	1	1	1	9F	*Other*
131	22	33	16	37	195	202	10	*SPECIAL FUNDS*
2 090	2 186	2 282	2 281	2 427	3 031	3 520	11	*OTHER LIABILITIES*
497	509	508	531	531	527	546	11A	*BNH – Refinancings Account*
66	58	145	87	87	89	51	11B	*Other loans and refinancings*
1 527	1 619	1 629	1 663	1 809	2 415	2 923	11C	*Other*

1/ It includes from 1966 to Nov. 1970 the Federal Savings Banks of São Paulo, Rio de Janeiro (GB), Rio Grande do Sul, Minas Gerais and Brasília of the total 22 Savings Banks existing on Nov. 30, 1970. After Dec. 1970, the Balance Sheet is that Federal Savings Bank, adjusted.
2/ Savings Deposits were included in "Other" of "Time Deposits" (9F), until Nov., 1970.

DEPÓSITOS DE POUPANÇA

QUADRO I.23

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
							Jul	Ago
TOTAL	T	18	86	330	887	2 106	2 977	3 141
Voluntários	ST1	18	86	330	859	2 082	2 940	3 103
Outros	ST2	—	—	—	28	24	37	38
CAIXAS ECONÔMICAS 1/	1	18	77	261	752	1 809	2 554	2 698
Voluntários	1A	18	77	261	732	1 792	2 535	2 678
Outros	1B	—	—	—	20	17	19	20
SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO 2/	2	—	9	50	73	147	243	253
Voluntários	2A	—	9	50	67	145	229	239
Outros	2B	—	—	—	6	2	14	14
ASSOCIAÇÕES DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMOS	3	—	—	19	62	150	180	190
Voluntários	3A	—	—	19	60	145	176	186
Outros	3B	—	—	—	2	5	4	4

FONTE: Banco Central do Brasil e Banco Nacional da Habitação.
1/ Caixa Econômica Federal e Caixas Estaduais.
2/ Inclusive as Carteiras de Crédito Imobiliário das Financeiras

RENTABILIDADE DE TÍTULOS ADQUIRIDOS 12 MESES ANTES DO MÊS ASSINALADO

QUADRO I.26

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9 7 1	
		Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Nov	Dez
ORTN 1/	1	46,2	29,9	43,3 §/	22,8	24,0	27,7	27,1
LETRA IMOBILIÁRIA 2/	2	46,3	36,5	33,4	27,1	28,7	32,7	32,7
LETRA DE CÂMBIO 3/	3	...	33,2	31,8	30,3	30,5	30,1	30,3
AÇÕES 4/	4	– 23,5	72,9	64,8	276,6	104,2	259,9	225,1
ÍNDICE GERAL DE PREÇOS — DISPONIBILIDADE INTERNA 5/	5	42,9	25,0	25,5	20,1	19,3	19,4	19,5

1/ Adotou-se para as ORTN o maior valor da correção monetária e cambial. A taxa de juros era de 6% a.a. para os papéis emitidos até 20 de julho de 1967, e após esta data, de 4% a.a. O prazo da ORTN é de 12 meses. O sinal § indica que no período assinalado a correção cambial foi superior à monetária.
2/ Letras Imobiliárias de 3 anos de prazo, juros de 8% a.a., sendo juros de 2% e correção monetária pagos trimestralmente. Para fins deste quadro considerou-se o reinvestimento de juros e da correção monetária em outras Letras Imobiliárias.
3/ Letras de Câmbio de 6 meses de prazo, levadas ao ano, com reinvestimento.
4/ Índice "BV" de rentabilidade de ações, da Bôlsa de Valores doRio de Janeiro.
5/ Acréscimo nos últimos 12 meses anteriores ao assinalado.

SAVINGS DEPOSITS

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

7 1				1 9 7 2			N.º	ITEM
Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar P		
3 393	3 497	3 640	3 784	4 106	4 240	4 397	T	TOTAL
3 353	3 474	3 619	3 762	4 073	4 207	4 364	ST1	*Voluntary*
40	23	21	22	33	33	33	ST2	*Other*
2 936	3 048	3 171	3 276	3 541	3 656	3 802	1	SAVINGS BANKS 1/
2 914	3 031	3 156	3 261	3 524	3639	3 785	1A	*Voluntary*
22	17	15	15	17	17	17	1B	*Other*
261	261	269	293	328	338	353	2	HOUSING CREDIT CO. 2/
247	259	267	290	317	327	342	2A	*Voluntary*
14	2	2	3	11	11	11	2B	*Other*
196	188	200	215	237	246	242	3	SAVINGS AND LOANS ASSOCIATIONS
192	184	196	211	232	241	237	3A	*Voluntary*
4	4	4	4	5	5	5	3B	*Other*

1/ Caixa Econômica Federal and State Saving Banks.
2/ It includes Housing Credit Dept. of Finance Co.

12 MONTHS YIELD OF SELECTED SECURITIES

% ao ano
Per year

1 9 7 2							N.º	ITEM
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul		
26,2	25,4	25,4	25,6	25,9	26,2	25,9	1	ORTN 1/
31,3	31,3	31,3	...	...	...	...	2	HOUSING BONDS 2/
...	...	...	...	...	...	...	3	BILL OF EXCHANGE 3/
73,0	56,0	32,5	0,4	...	...	...	4	STOCKS 4/
19,5	20,0	19,3	18,8	...	...	...	5	GENERAL INDEX OF PRICES — DOMESTIC AVAILABILITY 5/

1/ For ORTN, the highest value for monetary and foreign exchange corrections were employed. The annual interest rate was 6 per cent for papers issued prior to July 20, 1967 and 4% for issuances made after that date. ORTN carry a maturity of 12 months. The sign $ indicates that foreign exchange correction, within the period, was higher than monetary correction.
2/ Housing Bonds carryng a 3-year maturity, an annual interest rate of 8 per cent with monetary correction and interest rate being paid quartely. For the purposes of this table, reinvestment in other "Housing Bonds" of were taken into account.
3/ Bills on Exchange of 6-month maturity, taken in a year rate.
4/ "BV" Index of rentability, of stock transaction at Bolsa de Valores dodo Rio de Janeiro.
5/ Increase occurred in the 12 months prior to the month chosen.

EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO PELO SISTEMA FINANCEIRO [1/]

QUADRO I.24

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
							Abr	Mai
TOTAL	T	10 328	17 279	29 560	44 179	65 927	72 733[e]	75 127[e]
PARA INVESTIMENTO	ST1	2 302	4 129	7 275	12 025	20 237	22 465[e]	23 406[e]
BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO [2/]	1	855	1 410	1 807	2 894	4 240	4 588	4 702
SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL	2	353	866	2 482	4 755	9 723	11 174[e]	11 620[e]
Banco Nacional da Habitação [3/]	2A	73	316	1 158	2 409	4 468	5 058[e]	5 393[e]
Sociedades de Crédito Imobiliário	2B	12	224	615	1 144	2 009	2 276	2 288
Caixa Econômica Federal	2C	195	207	492	743	2 157	2 566	2 650
Caixas Econômicas Estaduais	2D	73	119	198	397	939	1 114	1 127
Associações de Poupanças e Empréstimos	2E	—	—	19	62	150	160	162
BANCOS DE INVESTIMENTOS	3	5	15	29	65	327	359	532
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Excl. Cart. Imob.)	4	199	408	628	805	955	1 030	1 038
CAIXAS ECONÔMICAS ESTADUAIS (Excl. Cart. Imob.)	5	72	110	197	311	313	356	381
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	6	130	248	379	531	620	607	616
FINAME	7	91	140	280	429	569	648	683
BANCOS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO [4/]	8	14	19	46	80	370	415	433
BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO	9	13	18	30	42	44	46	55
CEPLAC	10	7	13	22	36	64	66	68
BANCO DO BRASIL	11	563	882	1 375	2 077	3 012	3 176	3 278
PARA OUTROS FINS	ST2	8 026	13 150	22 285	32 154	45 690	50 268	51 721
SOCIEDADES FINANCEIRAS	12	1 016	1 579	3 625	4 452	7 850	8 495	8 716
Aceites Cambiais	12A	805	1 560	3 625	4 452	7 850	8 495	8 716
Resolução 21	12B	211	19	0	—	—	—	—
BANCOS COMERCIAIS [5/]	13	4 956	8 183	12 573	17 458	23 504	25 806	26 256
Aplicações [6/]	13A	4 821	7 931	12 175	16 941	22 706	25 061	25 515
Banco do Nordeste do Brasil	13B	135	252	398	517	798	745	741
BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO	14	18	30	53	88	91	87	97
BANCOS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO [4/]	15	5	6	10	10	71	90	94
BANCO DO BRASIL	16	1 918	2 670	4 538	6 939	9 166	10 043	10 576
BANCOS DE INVESTIMENTOS	17	113	682	1 486	3 207	5 008	5 747	5 982

1/ Inclusive Sociedades de Economia Mista.
2/ Inclusive FUNGIRO, a partir de Dez. 1969.
3/ Exclusive o total de letras imobiliárias adquiridas pelo BNH.
4/ Exclusivamente o Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) até 1969.
5/ Inclusive Resolução n.º 5 do Banco Central do Brasil e exclusive empréstimos às instituições financeiras.
6/ Exclusive FINAME (bancos comerciais), BNB (giro e investimento) e inclusive BASA (giro e investimento).

LOANS TO PRIVATE SECTOR FROM THE FINANCIAL SYSTEM [1/]

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

7 1							N.º	ITEM
Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
78 709	80 994 e	83 625 er	86 521 r	90 563 e	94 321 e	99 679 r	T	TOTAL
24 810	25 379 e	26 059 e	26 762 r	27 360 e	29 201 e	31 001 r	STI	*INVESTMENT*
4 879	4 980	5 140	5 308 r	5 385	5 626	6 160 r	1	*BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO* [2/]
12 170	12 733 e	13 013 e	13 295	14 003 e	14 717 e	15 502	2	*FINANCIAL HOUSING SYSTEM*
5 710	6 030 e	6 021 e	5 990	6 213 e	6 698 e	7 099	2A	*Banco Nacional da Habitação* [3/]
2 294	2 349	2 460	2 654	2 828	2 931	3 200	2B	*Housing Credit Co.*
2 842	2 980	3 108	3 179	3 411	3 509	3 618	2C	*Caixa Econômica Federal*
1 161	1 194	1 234	1 276	1 363	1 379	1 370	2D	*State Savings Banks*
163	180	190	196	188	200	215	2E	*Savings and Loans Associations*
796	588	576	542	574	584	568	3	*INVESTMENT BANKS*
1 055	1 085	1 112	1 141	1 158	1 202	1 184	4	*CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Excludes Housing Credit Dept.)*
366	374	382	384	395	405	422	5	*STATE SAVINGS BANKS (Excludes Housing Credit Dept.)*
632	598	616	615	615	640	643	6	*BANCO DO NORDESTE DO BRASIL*
717	774	826	878	921	948	973	7	*FINAME*
448	464	485	506	531	566	636	8	*STATE DEVELOPMENT BANKS* [4/]
63	69	67	65	65	64	65	9	*BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO*
70	73	77	88	94	107	118	10	*CEPLAC*
3 614	3 641	3 765	3 940	4 119	4 342	4 730	11	*BANCO DO BRASIL*
53 899	55 615	57 566 r	59 759 r	62 703	65 120	68 678 r	ST2	*OTHER USES*
8 961	9 212	10 102	10 507 r	10 964	11 495	12 551	12	*FINANCE CO.*
8 961	9 212	10 102	10 507 r	10 964	11 495	12 551	12A	*Acceptances*
—	—	—	—	—	—	—	12B	*Resolução 21*
27 250	28 187	28 858 r	29 950 r	31 323	32 550	34 251 r	13	*COMMERCIAL BANKS* [5/]
26 515	27 420	27 981 r	29 043 r	30 416	31 630	32 291 r	13A	*Investments* [6/]
735	767	877	907	907	920	960	13B	*Banco do Nordeste do Brasil*
108	108	106	107	108	109	125	14	*BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO*
92	99	109	117	106	109	107	15	*STATE DEVELOPMENT BANKS* [4/]
11 349	11 444	11 536	11 909	12 650	12 939	13 196	16	*BANCO DO BRASIL*
6 139	6 565	6 855	7 169	7 552	7 918	8 448	17	*INVESTMENTS BANKS*

1/ Includes Mixed Economy Co.
2/ Includes FUNGIRO, Since Dec. 1969.
3/ Excludes housing bonds bought by BNH.
4/ Only Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) until 1969.
5/ Includes Resolução n.º 5 of Banco Central do Brasil and excludes loans from financial institutions.
6/ Excludes FINAME (commercial banks), BNB (working capital and investment) and includes BASA (working capital and investment).

PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS EM PODER DO PÚBLICO NÃO BANCÁRIO

QUADRO I.25

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
							Abr	Mai
TOTAL	T	...	20 790	30 461 r	41 214	57 350	60 810	63 056
HAVERES MONETÁRIOS	ST1	10 906	15 650	22 295	29 542	37 341	37 999	39 136
Papel Moeda 1/	1	2 318	2 896	4 018	5 284	6 608	6 338	6 216
Depósitos à Vista 2/	2	8 588	12 754	18 277	24 258	30 733	31 661	32 920
HAVERES NÃO MONETÁRIOS	ST2	...	5 140	8 166 r	11 672	20 009	22 811	23 920
Depósitos de Poupança 3/	3	18	86	330	887	2 106	2 628	2 772
Depósitos a Prazo Fixo	4	...	796	1 503	2 066	4 440	5 214	5 581
Sem correção monetária 4/	4A	...	327 5/	447 5/	127	156	150	157
Com correção monetária 6/	4B	129	469	1 056	1 939	4 284	5 064	5 424
Sem emissão de Certificado	4B1	...	...	...	1 613	3 505	4 185	4 457
Com emissão de Certificado	4B2	...	...	...	326	779	879	967
Aceites Cambiais 7/	5	906	2 105	4 558	6 172	9 756	10 738	11 181
Letras Imobiliárias 8/	6	7	140	461	922	1 724	1 921	1 926
ORTN 9/p	7	...	2 013	1 314 r	1 625	1 303	1 108	1 212
LTN	8	–	–	–	–	680	1 202	1 24[illegible]

1/ Papel Moeda em Poder do Público menos Caixa em Moeda Corrente das Caixas Econômicas.
2/ Sistema Bancário, Caixas Econômicas, menos Depósitos à Vista das Caixas Econômicas no Sistema Bancário.
3/ Caixas Econômicas, Sociedades de Crédito Imobiliário e Associações de Poupança e Empréstimos.
4/ Sistema Bancário e Caixas Econômicas.
5/ Inclui Depósitos para investimento no Banco da Amazônia.
6/ Sistema Bancário e Bancos de Investimento.
7/ Financeiras e Bancos de Investimentos.
8/ Exceto as colocadas junto ao BNH.
9/ Exclui, também, a parcela referente à Caixa Econômica Federal.

NON-BANKING SECTOR HOLDINGS OF SELECTED FINANCIAL ASSETS

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

1

Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	N.º	ITEM
66 342	67 804	70 224	73 463	76 823	80 576	83 518	T	TOTAL
41 663	42 157	43 032	44 573	46 027	47 932	48 340	ST1	*MONETARY ASSETS*
6 129	6 591	6 416	6 520	6 898	7 002	8 417	1	*Currency 1/*
35 534	35 566	36 616	38 053	39 129	40 930	39 923	2	*Demand Deposits 2/*
24 679	25 647	27 192	28 890	30 796	32 644	35 178	ST2	*NON-MONETARY ASSETS*
2 824	2 977	3 141	3 393	3 497	3 640	3 784	3	*Savings Deposits 3/*
5 927	6 468	6 964	7 361	8 200	8 847	9 479	4	*Time Deposits*
156	184	165	161	183	183	169	4A	*Non indexed 4/*
5 771	6 284	6 799	7 200	8 017	8 664	9 310	4B	*Indexed 6/*
4 756	5 175	5 606	5 831	6 625	7 150	7 615	4B1	*Without CD's*
1 015	1 109	1 193	1 369	1 392	1 514	1 695	4B2	*With CD's*
11 442	11 604	12 415 r	12 890	13 265	14 074	15 117	5	*Acceptances 7/*
1 926	1 971	2 058	2 245	2 420	2 516	2 762	6	*Housing Bonds 8/*
1 098	794	967	1 046	1 023	1 044	1 196	7	*Federal Indexed Bonds 9/ p*
1 462	1 833	1 647	1 955	2 391	2 523	2 840	8	*Treasury Bills*

Currency outside the banking system **minus** currency of Savings Banks.
Banking System, Savings Banks **minus** Demand Deposits of Savings Banks in the Banking System.
Savings Banks, Housing Credit Co., and Savings and Loans Asso ciations.
Banking System and Savings Banks.
It includes Investment Deposits of **Banco da Amazônia**.
Banking System and Investment Banks.
Finance Co. and Investment Banks.
Housing Bonds held by BNH excluded.
Also excludes balances with Caixa Econômica Federal Savings Bank.

INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL E EMPRESAS SEGURADORAS [1/]

BALANCETE CONSOLIDADO

QUADRO I.28

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1 9 Jun
ATIVO	T	387	589	829	1 167	1 392
ENCAIXE	1	52	66	120	133	114
Moeda Corrente	1A	7	3	3	4	8
Depósitos	1B	45	63	117	129	106
VALORES MOBILIÁRIOS	2	72	117	224	327	392
Títulos Públicos	2A	12	22	54	124	160
Ações e Debêntures	2B	54	79	124	169	190
Outros	2C	6	16	46	34	42
EMPRÉSTIMOS	3	14	14	13	15	16
Hipotecários	3A	9	9	10	10	10
Outros	3B	5	5	3	5	6
IMOBILIZADO	4	136	220	286	412	473
OUTRAS CONTAS	5	113	172	186	280	397
PASSIVO	T	387	589	829	1 167	1 392
RECURSOS PRÓPRIOS	6	148	246	340	465	549
Capital	6A	55	94	111	161	219
Aumento de Capital	6B	0	0	1	2	4
Fundos e Reservas	6C	85	138	213	298	301
Saldo líquido das Contas de Resultado	6D	8	14	15	4	25
RESERVAS TÉCNICAS	7	199	287	397	593	600
OUTRAS EXIGIBILIDADES	8	40	56	92	109	243

FONTE: IRB.

1/ Número de empresas: 1966 = 157, 1967 = 156, 1968 = 157, 1969 = 158, 1970 = 157.

IRB & INSURANCE Co [1]

CONSOLIDATED BALANCE SHEET

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

1970 Set	1970 Dez	1971 Mar	1971 Jun	1971 Set	N.º	ITEM
1 521	1 621	1 769	2 004	2 161	T	ASSETS
124	155	138	202	175	1	*CASH*
8	9	10	14	11	1A	*Currency*
116	146	128	188	164	1B	*Bank*
460	499	549	596	737	2	*SECURITIES*
205	214	216	237	305	2A	*Government Bonds*
203	231	243	285	328	2B	*Stocks and Debentures*
52	54	88	74	104	2C	*Other*
17	18	19	20	26	3	*LOANS*
10	10	10	9	8	3A	*Mortgage*
7	8	9	11	18	3B	*Other*
494	529	568	614	641	4	*FIXED ASSETS*
426	420	495	572	582	5	*OTHER*
1 521	1 621	1 769	2 004	2 161	T	LIABILITIES
559	625	752	973	942	6	*CAPITAL ACCOUNTS*
237	233	276	314	351	6A	*Capital*
5	1	2	2	1	6B	*Increase of Capital*
301	387	389	404	379	6C	*Reserves*
16	4	85	253	211	6D	*Allocations Result Account*
623	818	822	826	927	7	*TECHNICAL RESERVES*
339	178	195	205	292	8	*OTHER*

1/ Number of corporations: 1966 = 157, 1967 = 156, 1968 = 157, 1969 = 158, 1970 = 157.

INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

BALANCETE CONSOLIDADO

INPS — IPASE

QUADRO I. 29

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	19[illegible] Mar	Jun
ATIVO	T	1 727	2 803	3 128	4 263	4 640	4 598
ENCAIXE	1	633	1 093	945	1 331	1 250	1 313
Moeda Corrente	1A	40	167	152	153	134	170
Depósitos	1B	593	926	793	1 178	1 116	1 143
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO	2	12	13	20	15	15	15
VALORES MOBILIÁRIOS	3	20	22	34	90	91	97
Títulos Públicos Federais	3A	2	2	0	0	0	0
Ações de Sociedades de Economia Mista	3B	18	19	33	86	86	94
Outros	3C	0	1	1	4	5	3
EMPRÉSTIMOS	4	40	50	68	84	84	84
Hipotecários	4A	27	36	51	65	65	65
Outros	4B	13	14	17	19	19	19
DÍVIDA ATIVA	5	631	1 009	1 276	1 585	1 585	1 585
União	5A	466	703	1 029	1 300	1 300	1 300
Outros	5B	165	306	247	285	285	285
IMOBILIZADO	6	195	281	447	788	809	844
OUTRAS CONTAS	7	196	335	338	370	806	660
PASSIVO	T	1 727	2 803	3 128	4 263	4 640	4 598
RESERVAS E PROVISÕES	8	1 196	1 855	2 322	3 314	2 961	2 542
Fundo de Garantia	8A	1 079	1 489	1 728	1 804	2 203	2 203
Outros	8B	113	361	588	605	1 095	1 095
Saldo líquido das Contas de Resultado	8C	4	5	6	905	– 337	– 756
DEPÓSITOS	9	225	58	91	20	20	28
OUTRAS EXIGIBILIDADES	10	306	890	715	929	1 659	2 028

SOCIAL SECURITY INSTITUTES

CONSOLIDATED BALANCE SHEET

INPS – IPASE

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

70 Set	70 Dez	1971 Mar	1971 Jun	1971 Set	1971 Dez	N.°	ITEM
4 223	5 352	5 051	5 281	5 526	7 092	T	ASSETS
698	1 576	1 184	1 262	1 565	2 165	1	CASH
129	101	86	141	73	197	1A	*Currency*
569	1 475	1 098	1 121	1 492	1 968	1B	*Deposits*
33	34	34	34	34	34	2	TIME DEPOSITS
102	112	113	112	113	116	3	SECURITIES
0	0	0	0	0	0	3A	*Government Bonds*
98	107	108	107	108	109	3B	*Mixed economy stocks*
4	5	5	5	5	7	3C	*Other*
83	79	83	83	86	99	4	LOANS
64	63	63	62	62	80	4A	*Mortgage*
19	16	20	21	24	19	4B	*Other*
1 585	2 105	2 105	2 105	2 105	2 627	5	UNCOLLECTED CLAIMS
1 300	1 688	1 688	1 688	1 688	2 105	5A	*Treasury*
285	417	417	417	417	522	5B	*Other*
871	979	989	1 029	1 079	1 180	6	REAL ESTATE
851	467	543	656	544	871	7	OTHER
4 223	5 352	5 051	5 281	5 526	7 092	T	LIABILITIES
2 450	3 950	3 483	2 846	2 529	5 035	8	RESERVES
2 203	2 306	2 312	2 312	2 311	2 556	8A	*Guarantee Fund*
1 095	1 620	1 617	1 619	1 618	2 453	8B	*Other*
– 848	24	– 446	– 1 085	– 1 400	26	8C	*Surplus Account*
46	161	152	145	137	62	9	DEPOSITS
1 727	1 241	1 416	2 290	2 860	1 995	10	OTHER CLAIMS

TAXAS DE JUROS DAS FINANCEIRAS

FINANCE CO. INTEREST RATES

ACEITE CAMBIAIS

ACCEPTANCES

RIO DE JANEIRO – GB

QUADRO I.15 — *% a. m. / p. m.*

MESES / *MONTHS*	CUSTO DO DINHEIRO PARA O MUTUÁRIO 1/ *RATE FOR BORROWER*						TAXA PAGA AO TOMADOR DE LETRA DE CAMBIO 2/ *BILL OF EXCHANGE YIELD*					
	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1967	1968	1969	1970	1971	1972
Janeiro	4,36	3,98	3,89	3,74	3,72 r	3,61	2,80	2,58	2,47	2,35	2,35 r	2,36
Fevereiro	4,41	3,94	3,89	3,56	3,70 r	–	2,84	2,56	2,48	2,34	2,34 r	–
Março	4,46	3,92	3,91	3,74	3,69	–	2,87	2,56	2,48	2,42	2,34 r	–
Abril	4,30	3,78	3,93	3,69	3,68 r	–	2,74	2,45	2,50	2,39	2,35 r	–
Maio	3,99	3,76	3,85	3,68	3,66 r	–	2,56	2,37	2,44	2,39	2,33 r	–
Junho	3,78	3,78	3,42	3,72	3,65 r	–	2,44	2,37	2,24	2,39	2,32 r	–
Julho	3,83	3,79	3,53	3,68	3,64 r	–	2,43	2,38	2,26	2.40	2,34 r	–
Agosto	3,87	3,83	3,54	3,64	3,62 r	–	2,46	2,45	2,28	2,40	2,35 r	–
Setembro	3,87	3,83	3,55	3,68	3,61 r	–	2,45	2,44	2,29	2,43	2,34 r	–
Outubro	4,11	3,84	3,56	3,45	3,61 r	–	2,62	2,46	2,32	2,42	2,35 r	–
Novembro	4,02	3,86	3,53	3,62	3,62 r	–	2,57	2,47	2,32	2,35	2,35 r	–
Dezembro	4,01	3,86	3,62	3,69	3.64 r	–	2,56	2,48	2,35	2,40	2,34 r	–

1/ Até 1970 referem-se a capital de giro a 180 dias de prazo. A partir de 1971 referem-se a crédito ao consumidor, a 360 dias de prazo.
1/ Up to 1970: 180 days loans for working capital. After 1971 it refers to consumer credit maturing in 360 days.
2/ A 180 dias de prazo até 1970. A 360 dias, a partir de 1971.
2/ 180 days – maturity, up to 1970. After 1971, maturity considered 360 days.

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

BALANCETE AJUSTADO
ADJUSTED BALANCE SHEET

SALDOS EM FIM DE PERÍODO
BALANCE AT END OF PERIOD

QUADRO 1.21 — Cr$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1971 Jun	1971 Set	1971 Dez	1972 Jan	1972 Fev	1972 Mar	1972 Abr	N.º	ITEM
ATIVO	T	46	144	296	344	392	474	531	T	ASSETS
ENCAIXE	1	3	21	5	3	10	49	59	1	*RESERVES*
EMPRÉSTIMOS	2	3	56	245	302	364	413	468	2	*LOANS*
Instituições não Financeiras	2A	3	46	135	182	230	265	292	2A	*Nonfinancial Institutions*
Indústria	2A1	3	13	61	87	135	128	113	2A1	*Industry*
Hipotecas	2A2	–	23	42	40	40	54	77	2A2	*Mortgage*
Comércio	2A3	–	10	32	30	30	32	50	2A3	*Commerce*
Outras	2A4	–	–	–	25	25	51	52	2A4	*Other*
Instituições Financeiras	2B	–	10	110	120	134	148	176	2B	*Financial Institutions*
Banco do Brasil	2B1	–	–	50	50	50	53	50	2B1	*Banco do Brasil*
FINAME	2B2	–	10	60	70	84	95	117	2B2	*FINAME*
Outras	2B3	–	–	–	–	–	–	9	2B3	*Other*
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	3	40	67	46	39	18	12	4	3	*SECURITIES*
Títulos Públicos Federais	3A	15	25	7	–	–	–	–	3A	*Government Securities*
Certificados de Depósitos	3B	25	42	39	39	18	12	4	3B	*Certificate of Deposits*
Outros	3C	–	–	–	–	–	–	–	3C	*Other*
OUTRAS CONTAS	4	0	0	0	0	0	0	0	4	*OTHER*
PASSIVO	T	46	144	296	344	392	474	531	T	LIABILITIES
ARRECADAÇÃO	5	46	139	279	327	371	435	489	5	*GROSS COLECTION*
OUTRAS CONTAS	6	0	5	17	17	21	39	42	6	*OTHER*

II — ECONOMIA BRASILEIRA
BRAZILIAN ECONOMY

PRODUÇÃO — ÍNDICES

QUADRO II.40

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1971	19
								Set
PETRÓLEO								
— Produção	1	127	161	179	192	183	191	186
— Processado nas Refinarias	2	110	114	132	152	163	171	173
MINÉRIO DE FERRO p	3	139	124	126	157	223	218	123
MINÉRIO DE MANGANÊS p	4	81	53	100	111	110	175	154
CIMENTO	5	108	114	130	139	160	175	185
BORRACHA	6	119	117	136	141	162	170	168
Sintética	6A	162	159	181	190	232	241	240
Natural	6B	80	70	78	81	85	86	91
Regenerada	6C	95	115	150	148	152	175	155
SIDERURGIA								
AÇO EM LINGOTES	7	125	121	148	163	178	200	206 p
LAMINADOS DE AÇO	8	122	114	156	174	182	214	224 p
Planos	8A	136	132	176	193	187	227	246 p
Não Planos	8B	108	118	139	159	177	206	206 p
COQUE	9	136	147	161	165	177	183	188 p
GUSA	10	119	125	138	152	172	197	204 p
SÍNTER	11	129	128	131	163	196	210	209 p

FONTE: Conselho Nacional de Petróleo, ICOMI, Instituto Brasileiro de Siderurgia, Petrobrás, Sindicato Nacional da Indústria de Cimento, Superintendência da Borracha e Cia. Vale do Rio Doce.

SALÁRIOS-MÍNIMOS 1/

QUADRO II.45

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	19	
		Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Set	Out
VALOR NOMINAL								
Rio de Janeiro (GB)	1	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	225,60
São Paulo (SP)	2	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	225,60
Porto Alegre (RS)	3	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	208,80
VALOR REAL (em Cr$ de 1953) 2/								
Rio de Janeiro (GB)	4	1,11	1,11	1,10	1,07	1,06	1,12	1,10
São Paulo (SP)	5	1,05	1,04	1,03	1,01	1,03	1,07	1,06
Porto Alegre (RS)	6	1,02	1,05	1,06	1,07	1,04	1,11	1,10

1/ Em 1966 o salário mínimo foi reajustado em março; em 1967, em fevereiro; em 1968, em março; de 1969 a 1972, em maio.

2/ Valores nominais deflacionados pelos respectivos índices de custo de vida, fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PRODUCTION – INDEXES

1964 = 100

71 Out	71 Nov	71 Dez	1972 Jan	1972 Fev	1972 Mar	1972 Abr	N.º	ITEM
								CRUDE PETROLEUM
196	192	198	194 r	180 r	196	186	1	– Production
181	171	173	180	195	190	...	2	– Processed by Refineries
138	145	180	257	245	299	267	3	*IRON ORE* p
127	153	87	61	131	131	49	4	*MANGANESE ORE* p
180	189	196	185	171	198	...	5	*CEMENT*
188	185	192	172	180	...	...	6	*RUBBER*
297	262	291	243	274	...	...	6A	*Synthetic*
69	107	93	99	72	...	...	6B	*Natural*
170	164	161	154	177	...	...	6C	*Recovered*
								STEEL-WORKS
221	209	209	204	193	202	206	7	*INGOTS OF STEEL*
235	232	227	212	215	228	222	8	*STEEL PLATES*
253	248	253	221	229	232	225	8A	*Smooth*
220	218	206	204	204 r	225	...	8B	*Rough*
192	179	179	182	173	193	...	9	*COKE*
207	190	190	195	186	201	199	10	*PIG IRON*
230	225	212	216	195	223	...	11	*SINTER*

MINIMUM WAGES [1]

Cr$

71 Nov	71 Dez	1972 Jan	1972 Fev	1972 Mar	1972 Abr	1972 Mai	N.º	ITEM
								NOMINAL VALUE
225,60	225,60	225,60	225,60	225,60	225,60	268,80	1	*Rio de Janeiro (GB)*
225,60	225,60	225,60	225,60	225,60	225,60	268,80	2	*São Paulo (SP)*
208,80	208,80	208,80	208,80	208,80	208,80	249,60	3	*Porto Alegre (RS)*
								REAL VALUE (in 1953 Prices) [2]
1,09	1,08	1,07	1,05	1,03	1,02	1 21	4	*Rio de Janeiro (GB)*
1,04	1,03	1,01	0,99	0,98	0,97	...	5	*São Paulo (SP)*
1,09	1,07	1,02	1,01	1,00	0,99	1,17	6	*Porto Alegre (RS)*

1/ Minimum wages were readjusted as follows: 1966-March; 1967-February; 1968-March; 1969-1972 in May.
2/ Nominal values deflated by the corresponding cost of living indexes provided by FGV, Universidade de São Paulo and Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PREÇOS — ÍNDICES

VARIAÇÕES PERCENTUAIS ACUMULADAS NO ANO ATÉ O MÊS ASSINALADO

QUADRO II.49

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
		Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Set	Out
ÍNDICE GERAL DE PREÇOS 1/								
Oferta Global	1	38,2	25,0	25,5	21,4	19,8	15,1	16,5
Disponibilidade Interna	2	38,2	25,0	25,5	20,1	19,3	15,9	17,3
PREÇOS POR ATACADO								
Oferta Global	3	37,4	22,6	25,1	21,6	19,4	16,1	17,4
Produtos Agrícolas	3A	42,3	21,5	16,4	31,9	20,4	18,6	20,3
Produtos Industriais	3B	32,3	23,3	34,3	14,8	18,9	14,4	15,6
Disponibilidade Interna	4	41,5	22,0	24,2	19,2	18,5	17,4	18,8
Matérias Primas	4A	39,7	22,5	21,6	17,8	22,0	11,3	11,7
Gêneros Alimentícios	4B	50,6	25,2	16,3	23,3	18,3	23,5	25,9
PREÇOS INDUSTRIAIS EM SÃO PAULO (FOB — Fábrica)	5	— 4,0	24,5	23,3	15,1	15,7	10,5	11,7
PREÇOS NA AGRICULTURA PAULISTA								
Recebidos pelos agricultores	6	...	6,1	30,4	40,2	14,8	15,3	16,9
Pagos pelos agricultores	7	...	10,9	35,2	17,2	24,7	20,1	20,9
Insumos adquiridos fora do Setor Agrícola	8	...	27,1	40,2	13,9	18,0	15,2	15,4
CUSTO DE CONSTRUÇÃO								
São Paulo (SP)	9	38,0	23,0	46,9	7,9	19,9	18,3	16,8
Rio de Janeiro (GB)	10	35,6	40,8	32,3	12,6	18,7	11,9	12,3
CUSTO DE VIDA								
São Paulo (SP) — Total	11	46,3	25,3	25,2	22,6	17,5	16,6	18,0
Alimentação	11A	49,5	18,8	24,8	27,5	11,9	19,9	21,8
Rio de Janeiro (GB) — Total	12	41,1	24,5	24,0	24,2	20,9	14,4	16,1
Alimentação	12A	38,4	14,1	17,7	30,9	20,9	15,5	17,7
Belo Horizonte (MG) — Total	13	43,0	26,8	27,4	22,2	21,9	17,8	18,7
Alimentação	13A	52,0	19,5	25,7	31,4	23,0	27,0	29,6
Porto Alegre (RS) — Total	14	42,7	22,3	21,2	19,5	22,4	15,9	17,0
Alimentação	14A	42,9	10,8	16,9	23,0	28,5	20,2	20,9
Curitiba (PR) — Total	15	59,2	41,6	29,4	30,0	22,3	16,4	18,5
Alimentação	15A	69,0	17,5	31,9	34,4	20,8	21,5	25,5
Florianópolis (SC) — Total	16	...	...	...	...	19,0	16,0	17,5
Alimentação	16A	...	...	...	...	14,9	20,1	21,2

FONTE: Assessoria Técnica Conjunta Banco do Brasil (São Paulo), Banco Central e Ministério da Fazenda, Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., Escola Superior de Administração e Gerência, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade de São Paulo.

1/ Média ponderada dos índices de preços por atacado (peso 6), custo de vida na GB (peso 3) e custo de construção da GB (peso 1).

PRICES — INDEXES

ACCUMULATED PERCENTAGE CHANGES IN THE YEAR

71		1972					N.º	ITEM
Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai		
								GENERAL PRICE INDEX [1/]
17,7	18,7	1,8	3,8	5,5	6,7	7,7	1	*Aggregate Supply*
18,5	19,5	1,7	3,7	5,3	6,5	7,4	2	*Products and Services for Domestic Use*
								WHOLESALE PRICES
18,8	20,0	2,0	4,3	5,8	6,7	7,3	3	*Total Aggregate Supply*
22,6	24,7	3,1	5,3	7,8	8,6	7,5	3A	*Farm Products*
16,4	17,1	1,3	3,6	4,7	5,5	7,1	3B	*Industrial Products*
20,3	21,4	1,8	4,1	5,5	6,3	6,7	4	*Products For Domestic Use*
12,2	12,8	1,5	2,9	4,6	5,4	7,7	4A	*Raw Materials*
28,3	30,2	2,5	4,4	6,4	6,7	4,8	4B	*Foodstuffs*
12,3	12,7	1,5	3,5	4,5	5,4	...	5	*INDUSTRIAL PRICES IN SÃO PAULO — SP (FOB — Plant)*
								AGRICULTURE PRICES IN SÃO PAULO STATE
20,7	25,3	4,0	5,8	5,7	...	...	6	*Received by Farmers*
22,2	26,3	2,2	3,2	3,7	...	...	7	*Payed by Farmers*
16,3	18,9	0,8	1,4	2,3	...	...	8	*Imputs bought by Agricultural Sector*
								BUILDING COST
16,6	16,9	2,8	3,6 r	7,8 r	8,5 r	...	9	*São Paulo (SP)*
12,6	12,6	0,7	1,6 r	5,4 r	9,5 r	14,0	10	*Rio de Janeiro (GB)*
								COST OF LIVING
19,5	20,6	2,7	4,2	5,3	6,6	...	11	*São Paulo (SP) — Total*
22,8	23,6	2,7	3,4	4,7	6,2	...	11A	*Food*
17,1	18,1	1,7	3,6	5,0	5,8	6,6	12	*Rio de Janeiro (GB) — Total*
18,4	19,8	2,6	4,5	5,9	6,5	6,4	12A	*Food*
21,5	23,7	2,5	5,1 r	5,8	6,1	...	13	*Belo Horizonte (MG) — Total*
34,4	37,8	4,2	8,0	8,6	7,2	...	13A	*Food*
18,4	20,0	4,9	6,4	7,9	8,6	9,3	14	*Porto Alegre (RS) — Total*
23,1	25,9	5,6	7,6	8,9	8,9	8,3	14A	*Food*
20,4	21,9	2,7	6,0	6,5	...	...	15	*Curitiba (PR) — Total*
28,5	29,1	2,6	7,4	10,0	...	...	15A	*Food*
19,7	21,8	2,6	4,2	4,9	5,9	...	16	*Florianópolis (SC) — Total*
25,7	28,3	1,5	4,2	5,3	6,9	...	16A	*Food*

1/ Weighted Average of Wholesale Price Index (Weight 6), Cost of Living at Guanabara (Weight 3) and Building Cost at Guanabara (Weight 1).

INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO

ÍNDICE DE SALÁRIO POR HORA DE TRABALHO

QUADRO II.54

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1969	1970	1971	1 9			
					Fev	Mar	Abr	Mai
ARMADOR								
Belo Horizonte (MG)	1	1 096	1 347	1 530	1 461	1 461	1 461	1 483
Porto Alegre (RS)	2	1 031	1 195	1 494	1 474	1 368	1 368	1 474
Recife (PE)	3	1 104	1 303	1 608	1 354	1 354	1 692	1 692
Rio de Janeiro (GB)	4	1 099	1 234	1 444	1 250	1 333	1 333	1 333
São Paulo (SP)	5	1 168	1 376	1 573	1 527	1 527	1 527	1 527
CARPINTEIRO DE FORMAS								
Belo Horizonte (MG)	6	1 127	1 435	1 593	1 556	1 556	1 556	1 611
Porto Alegre (RS)	7	1 191	1 357	1 629	1 647	1 529	1 529	1 564
Recife (PE)	8	1 225	1 519	1 833	1 544	1 544	1 930	1 930
Rio de Janeiro (GB)	9	1 051	1 193	1 435	1 246	1 385	1 385	1 423
São Paulo (SP)	10	1 137	1 137	1 557	1 455	1 455	1 455	1 455
INSTALADOR								
Belo Horizonte (MG)	11	1 298	1 484	1 759	1 524	1 524	1 524	1 676
Porto Alegre (RS)	12	1 059	1 431	2 284	1 647	2 178	1 765	2 471
Recife (PE)	13	1 267	1 574	1 900	1 600	1 600	2 000	2 000
Rio de Janeiro (GB)	14	1 053	1 209	1 378	1 200	1 300	1 333	1 333
São Paulo (SP)	15	1 061	1 221	1 333	1 357	1 357	1 357	1 357
MESTRE-DE-OBRAS								
Belo Horizonte (MG)	16	1 025	1 196	1 663	1 600	1 600	1 600	1 600
Porto Alegre (RS)	17	1 129	1 366	2 057	2 069	2 235	1 931	2 138
Recife (PE)	18	1 141	1 295	1 513	1 385	1 385	1 692	1 539
Rio de Janeiro (GB)	19	1 147	1 266	1 649	1 360	1 600	1 600	1 600
São Paulo (SP)	20	1 041	1 148	1 406	1 182	1 364	1 273	1 455
PEDREIRO								
Belo Horizonte (MG)	21	1 152	1 346	1 574	1 529	1 529	1 529	1 529
Porto Alegre (RS)	22	1 019	1 178	1 584	1 478	1 444	1 444	1 667
Recife (PE)	23	1 267	1 574	1 873	1 600	1 600	1 818	1 982
Rio de Janeiro (GB)	24	1 088	1 240	1 468	1 333	1 458	1 458	1 500
São Paulo (SP)	25	1 147	1 313	1 658	1 527	1 546	1 527	1 527
PINTOR								
Belo Horizonte (MG)	26	1 102	1 296	1 520	1 389	1 389	1 389	1 467
Porto Alegre (RS)	27	1 060	1 238	1 486	1 400	1 500	1 500	1 500
Recife (PE)	28	1 267	1 574	1 886	1 600	1 600	1 982	1 982
Rio de Janeiro (GB)	29	1 127	1 271	1 472	1 311	1 475	1 475	1 475
São Paulo (SP)	30	1 102	1 280	1 624	1 522	1 522	1 652	1 652
SERVENTE								
Belo Horizonte (MG)	31	1 128	1 346	1 630	1 423	1 423	1 442	1 731
Porto Alegre (RS)	32	1 110	1 308	1 636	1 420	1 420	1 420	1 740
Recife (PE)	33	1 196	1 476	1 780	1 500	1 500	1 619	1 905
Rio de Janeiro (GB)	34	1 136	1 364	1 642	1 444	1 414	1 444	1 741
São Paulo (SP)	35	1 162	1 344	1 594	1 444	1 444	1 444	1 444

FONTE: IBGE/DEICON

CONSTRUCTION INDUSTRY

INDEX OF HOURLY WAGES

Jan 1969 = 1000

7 1								
Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	N.º	ITEM
								CONTRACTOR
1 573	1 573	1 573	1 573	1 573	1 584	1 584	1	*Belo Horizonte (MG)*
1 579	1 579	1 474	1 474	1 579	1 474	1 684	2	*Porto Alegre (RS)*
1 692	1 692	1 692	1 692	1 692	1 692	1 692	3	*Recife (PE)*
1 542	1 583	1 542	1 542	1 533	1 542	1 542	4	*Rio de Janeiro (GB)*
1 527	1 636	1 636	1 636	1 636	1 636	1 682	5	*São Paulo (SP)*
								CARPENTER
1 611	1 611	1 611	1 611	1 611	1 611	1 611	6	*Belo Horizonte (MG)*
1 705	1 705	1 588	1 588	1 588	1 588	1 953	7	*Porto Alegre (RS)*
1 930	1 930	1 930	1 930	1 930	1 930	1 930	8	*Recife (PE)*
1 438	1 492	1 492	1 492	1 539	1 539	1 539	9	*Rio de Janeiro (GB)*
1 455	1 727	1 636	1 636	1 636	1 727	1 682	10	*São Paulo (SP)*
								FITTER
1 905	1 905	1 905	1 905	1 905	1 905	1 905	11	*Belo Horizonte (MG)*
2 471	2 471	2 471	2 471	2 471	2 471	2 941	12	*Porto Alegre (RS)*
2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	13	*Recife (PE)*
1 373	1 467	1 467	1 467	1 467	1 467	1 467	14	*Rio de Janeiro (GB)*
1 357	1 429	1 286	1 286	1 286	1 286	1 286	15	*São Paulo (SP)*
								MASTER-BUILDER
1 600	1 600	1 750	1 750	1 750	1 750	1 750	16	*Belo Horizonte (MG)*
2 138	2 235	2 069	1 883	1 903	1 959	2 414	17	*Porto Alegre (RS)*
1 539	1 539	1 539	1 539	1 539	1 539	1 539	18	*Recife (PE)*
1 600	1 600	1 600	1 760	1 800	1 920	1 992	19	*Rio de Janeiro (GB)*
1 455	1 500	1 500	1 500	1 500	1 500	1 509	20	*São Paulo (SP)*
								MASON
1 529	1 588	1 588	1 588	1 647	1 647	1 647	21	*Belo Horizonte (MG)*
1 667	1 556	1 556	1 556	1 667	1 667	1 833	22	*Porto Alegre (RS)*
1 982	1 982	1 982	1 982	1 982	1 982	1 982	23	*Recife (PE)*
1 500	1 500	1 500	1 500	1 517	1 517	1 500	24	*Rio de Janeiro (GB)*
1 546	1 818	1 818	1 818	1 818	1 818	1 682	25	*São Paulo (SP)*
								PAINTER
1 556	1 556	1 556	1 556	1 667	1 667	1 667	26	*Belo Horizonte (MG)*
1 500	1 500	1 500	1 500	1 400	1 400	1 800	27	*Porto Alegre (RS)*
1 982	1 982	1 982	1 982	1 982	1 982	1 982	28	*Recife (PE)*
1 508	1 516	1 475	1 533	1 533	1 533	1 516	29	*Rio de Janeiro (GB)*
1 552	1 552	1 739	1 739	1 739	1 739	1 739	30	*São Paulo (SP)*
								UNSKILLED LABORER
1 731	1 731	1 731	1 731	1 731	1 731	1 731	31	*Belo Horizonte (MG)*
1 740	1 740	1 740	1 740	1 740	1 740	1 740	32	*Porto Alegre (RS)*
1 905	1 905	1 905	1 905	1 905	1 905	1 905	33	*Recife (PE)*
1 741	1 741	1 741	1 741	1 741	1 741	1 741	34	*Rio de Janeiro (GB)*
1 444	1 741	1 741	1 741	1 741	1 741	1 759	35	*São Paulo (SP)*

ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO MÉDIA DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS [1]

QUADRO II.55

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1969			19
		Jan - Jun	Jul - Dez	Ano *Year*	Jan - Jun
ADMINISTRADOR					
Bahia	1	966	1 034	1 320	1 273
Goiás	2	1 003	997	1 410	1 335
Mato Grosso	3	967	1 033	1 095	1 091
Minas Gerais	4	906	1 094	1 264	1 179
Paraná	5	950	1 050	1 259	1 170
Pernambuco	6	983	911	1 140	1 089
Rio Grande do Sul	7	1 000	1 000	1 296	1 296
Rio de Janeiro	8	993	1 007	1 293	1 230
CAPATAZ					
Bahia	9	900	1 100	1 272	1 171
Goiás	10	964	1 036	1 363	1 259
Mato Grosso	11	883	1 117	1 234	1 214
Minas Gerais	12	927	1 073	1 281	1 254
Paraná	13	911	1 089	1 288	1 224
Pernambuco	14	988	1 012	1 132	1 077
Rio Grande do Sul	15	969	1 031	1 168	1 156
Rio de Janeiro	16	993	1 007	1 168	1 097
TRATORISTA					
Bahia	17	926	1 074	1 240	1 162
Goiás	18	999	1 001	1 107	1 049
Mato Grosso	19	979	1 021	1 159	1 037
Minas Gerais	20	993	1 007	1 196	1 124
Paraná	21	935	1 065	1 244	1 163
Pernambuco	22	970	1 030	1 108	1 092
Rio Grande do Sul	23	984	1 016	1 218	1 155
Rio de Janeiro	24	1 010	990	1 167	1 094
TRABALHADOR PERMANENTE					
Bahia	25	965	1 035	1 301	1 251
Goiás	26	977	1 022	1 222	1 190
Mato Grosso	27	986	1 014	1 227	1 188
Minas Gerais	28	950	1 050	1 159	1 106
Paraná	29	956	1 044	1 219	1 080
Pernambuco	30	972	1 028	1 083	1 065
Rio Grande do Sul	31	980	1 020	1 163	1 095
Rio de Janeiro	32	986	1 014	1 314	1 230
TRABALHADOR EVENTUAL					
Bahia	33	966	1 031	1 296	1 111
Goiás	34	951	1 046	1 107	1 137
Mato Grosso	35	1 002	998	1 143	1 085
Minas Gerais	36	962	1 035	1 161	1 101
Paraná	37	958	1 039	1 233	1 157
Pernambuco	38	980	1 020	1 115	1 079
Rio Grande do Sul	39	986	1 014	1 160	1 083
Rio de Janeiro	40	946	1 054	1 307	1 292

FONTE: FGV

2/ Os dados se referem a trabalhadores mensalistas, exceto os de "Trabalhador Eventual" que são diaristas. Inclui somente a remuneração em dinheiro.

FARM HANDS' AVERAGE EARNINGS [1]

1969 = 1000

1970 Jul - Dez	1971 Ano Year	1971 Jan - Jun	1971 Jul - Dez	N.º	ITEM
					MANAGER
1 367	1 489	1 471	1 507	1	*Bahia*
1 485	1 795	1 735	1 855	2	*Goiás*
1 099	1 476	1 362	1 590	3	*Mato Grosso*
1 348	1 584	1 534	1 634	4	*Minas Gerais*
1 348	1 635	1 544	1 726	5	*Paraná*
1 198	1 534	1 421	1 647	6	*Pernambuco*
1 296	1 438	1 416	1 459	7	*Rio Grande do Sul*
1 356	1 507	1 501	1 513	8	*Rio de Janeiro*
					FOREMAN
1 373	1 579	1 489	1 668	9	*Bahia*
1 468	1 728	1 634	1 823	10	*Goiás*
1 254	1 571	1 473	1 669	11	*Mato Grosso*
1 307	1 650	1 648	1 653	12	*Minas Gerais*
1 353	1 459	1 374	1 545	13	*Paraná*
1 186	1 355	1 233	1 476	14	*Pernambuco*
1 179	1 453	1 324	1 582	15	*Rio Grande do Sul*
1 239	1 457	1 437	1 476	16	*Rio de Janeiro*
					TRACTOR DRIVER
1 317	1 916	1 771	2 062	17	*Bahia*
1 164	1 420	1 378	1 463	18	*Goiás*
1 280	1 658	1 618	1 698	19	*Mato Grosso*
1 268	1 393	1 308	1 479	20	*Minas Gerais*
1 325	1 599	1 540	1 657	21	*Paraná*
1 123	1 638	1 616	1 661	22	*Pernambuco*
1 282	1 507	1 467	1 547	23	*Rio Grande do Sul*
1 240	1 361	1 297	1 425	24	*Rio de Janeiro*
					REGULAR FARM HANDS
1 350	1 589	1 564	1 614	25	*Bahia*
1 254	1 439	1 365	1 513	26	*Goiás*
1 267	1 427	1 373	1 480	27	*Mato Grosso*
1 212	1 544	1 491	1 597	28	*Minas Gerais*
1 358	1 638	1 598	1 679	29	*Paraná*
1 101	1 277	1 176	1 379	30	*Pernambuco*
1 232	1 486	1 393	1 580	31	*Rio Grande do Sul*
1 399	1 625	1 556	1 694	32	*Rio de Janeiro*
					TEMPORARY FARM HANDS
1 469	1 667	1 626	1 704	33	*Bahia*
1 077	1 244	1 195	1 290	34	*Goiás*
1 200	1 430	1 375	1 485	35	*Mato Grosso*
1 218	1 475	1 380	1 567	36	*Minas Gerais*
1 307	1 663	1 600	1 727	37	*Paraná*
1 146	1 368	1 348	1 383	38	*Pernambuco*
1 234	1 440	1 411	1 469	39	*Rio Grande do Sul*
1 318	1 518	1 500	1 536	40	*Rio de Janeiro*

1/ Data above refer to those workers on a monthly basis, except for temporary ones that are day-laborers as a rule. It includes cash payment only.

VALOR REAL 1/ DE COMPRAS E VENDAS INDUSTRIAIS

GRANDE SÃO PAULO

QUADRO II.50

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1971	19 Ago
COMPRAS – TOTAL	ST1	101	77	109	112	125	176	185
Química	1	98	69	77	84	99	189	182
Metalúrgica	2	124	89	115	108	139	226	234
Alimentação	3	125	110	127	113	108	111	102
Têxtil	4	114	113	221	156	168	166	187
Material de Transporte	5	92	63	92	109	117	166	179
VENDAS – TOTAL	ST2	100	95	115	130	145	184	192
Química	6	103	107	120	129	144	186	203
Metalúrgica	7	103	98	125	130	151	239	262
Alimentação	8	106	106	123	146	157	152	136
Têxtil	9	84	78	122	110	113	112	116
Material de Transporte	10	106	96	115	149	163	226	233

FONTE: Assessoria Técnica Conjunta do Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A. e CIBPU.
1/ Deflacionados pelos índices de preços (FOB – Fábrica) elaborada pela Fonte.

REAL VALUE[1/] OF INDUSTRIAL PURCHASES AND SALES

GREAT SÃO PAULO

Out 66 = 100

71				1972			N.º	ITEM
Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar		
210	220	218	223	214	211	249	ST1	PURCHASES – TOTAL
239	280	269	286	234	245	261	1	*Chemicals*
270	270	288	295	278	236	295	2	*Metallurgy*
117	130	136	130	132	124	147	3	*Food*
154	163	162	210	192	189	240	4	*Textile*
198	195	188	173	175	185	223	5	*Transportation Equipment*
194	210	214	211	189	192	226	ST2	SALES – TOTAL
191	223	212	207	191	192	226	6	*Chemicals*
252	273	283	306	281	252	303	7	*Metallurgy*
153	161	170	181	152	175	189	8	*Food*
118	124	123	107	98	121	123	9	*Textile*
233	255	244	244	230	228	277	10	*Transportation Equipment*

1/ Deflated by prices index (FOB – Plant) provided by Source.

III — FINANÇAS DA UNIÃO

PUBLIC FINANCE

VINCULAÇÕES DA RECEITA FEDERAL

PERÍODO: JAN-ABR

QUADRO III.64

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1971 Arrecadada *Collected* (A)	1971 Distribuída *Distributed* (B)	% B/A
RECEITA TOTAL	T	7 636,4	1 846,7	24,2
RECEITA TRIBUTÁRIA	ST1	6 550,4	1 775,9	27,1
IMPOSTOS	1	6 476,9	1 702,4	26,3
IPI	1A	2 995,0	359,4	12,0
Renda	1B	1 915,5	230,2	12,0
Importação	1C	448,0	—	—
Energia Elétrica	1D	133,6	132,9	99,5
Minerais	1E	25,1	20,4	81,3
Combustíveis e Lubrificantes	1F	939,8	939,8	100,0
Transportes Rodoviários de Passageiros	1G	19,5	19,5	100,0
Atribuído à União nos Territórios	1H	0,4	0,2	50,0
TAXAS	2	64,0	64,0	100,0
Fiscalização de Telecomunicação	2A	1,7	1,7	100,0
Rodoviário Federal	2B	62,3	62,3	100,0
Melhoramentos de Portos	2C	—	—	—
TARIFAS	3	9,5	9,5	100,0
Utilização de Faróis	3A	—	—	—
Aeroportuárias	3B	9,5	9,5	100,0
OUTRAS RECEITAS	ST2	1 086,0	70,8	6,5
Quota Federal: Salário Educação	4	—	—	—
PIN	5	70,8	70,8	100,0
PROTERRA	6	—	—	—
Diversas	7	1 015,2	—	—

FONTE: Banco Central do Brasil e Banco do Brasil S.A.

TREASURY REVENUE TIED

PERIOD : JAN-ABR

Cr$ milhões

1972			N.º	ITEM
Arrecadada *Collected* (A)	Distribuida *Distributed* (B)	% B/A		
10 674,4	3 049,9	28,6	T	REVENUE
8 894,0	2 465,8	27,7	ST1	*TAX REVENUE*
8 685,1	2 261,9	26,2	1	*TAXES*
3 870,5	464,4	12,0	1A	*Industrial Products*
2 661,5	319,4	12,0	1B	*Income*
676,3	–	–	1C	*Imports*
230,9	229,7	99,5	1D	*Electric Power*
41,7	44,9	107,7	1E	*Minerals*
1 177,9	1 177,9	100,0	1F	*Fuel and Lubricating Oils*
25,2	25,2	100,0	1G	*Transport of Road Passengers*
1,1	0,4	36,4	1H	*Treasury Receipts from Federal Territories*
193,3	188,3	97,4	2	*CONTRIBUTIONS*
1,7	1,7	100,0	2A	*Telecomunications*
86,5	86,5	100,0	2B	*Federal Road*
105,1	100,1	95,2	2C	*Port charges*
15,6	15,6	100,0	3	*TARIFFS*
0	–	–	3A	*Harbour lights*
15,6	15,6	100,0	3B	*Airports & Ports*
1 780,4	584,1	32,8	ST2	*OTHER RECEIPTS*
110,1	110,1	100,0	4	*Federal Quota: "Salary Education"*
141,3	141,3	100,0	5	*PIN*
36,3	36,3	100,0	6	*PROTERRA*
1 492,7	296,4	19,9	7	*Miscellaneous*

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

QUADRO III.65

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1970 Cr$ milhões	1970 %	1971 Cr$ milhões	1971 %
RECEITA (ST1 + ST2)	T	19 193,8	100,0	26 980,3	100,0
TRIBUTÁRIA	ST1	17 734,6	92,4	24 026,3	89,1
IMPOSTOS	1	17 390,0	90,6	23 466,1	87,0
Imposto sobre a Renda	1A	4 628,2	24,1	6 352,5	23,5
Pessoa Física	1A1	550,8	2,9	843,7	3,1
Pessoa Jurídica	1A2	1 744,8	9,1	2 143,3	7,9
Fonte (Pessoa Física)	1A3	2 332,6	12,1	3 365,5	12,5
Imposto sobre a Produção e o Consumo	1B	11 315,6	59,0	15 199,2	56,4
Imposto sobre Produtos Industrializados	1B1	8 143,1	42,5	10 817,4	40,1
Fumo	1B1A	2 458,6	12,8	3 173,2	11,8
Outros	1B1B	5 684,5	29,7	7 644,2	28,3
Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes	1B2	2 675,7	13,9	3 673,1	13,6
Imposto Único sobre Minerais	1B3	62,4	0,3	96,2	0,4
Imposto Único sobre Energia Elétrica	1B4	434,4	2,3	612,5	2,3
Impostos sobre Transações e Transportes	1C	72,2	0,4	68,2	0,3
Imposto sobre Operações Financeiras	1C1	–	–	–	–
Imposto sobre Transportes Rodoviários de Passageiros	1C2	72,2	0,4	68,2	0,3
Impostos sobre Comércio Exterior	1D	1 371,9	7,1	1 844,2	6,8
Imposto sôbre Importações	1D1	1 371,9	7,1	1 844,2	6,8
Imposto sobre Exportações	1D2	–	–	–	–
Outros Impostos	1E	2,1	0	2,0	0
Atribuído à União nos Territórios	1E1	2,1	0	2,0	0
TAXAS	2	344,6	1,8	560,0	2,1
Rodoviária Federal	2A	181,6	0,9	273,7	1,0
Melhoramentos de Portos	2B	–	–	135,3	0,5
Outras	2C	163,0	0,9	151,2	0,6
OUTRAS RECEITAS	ST2	1 459,2	7,6	2 954,0	10,9
PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	3	–	–	566,0	2,1
PROTERRA	4	–	–	–	–
SUDAN	4A	–	–	–	–
SUDENE	4B	–	–	–	–
OUTROS	4C	–	–	–	–
QUOTA FEDERAL: SALÁRIO EDUCAÇÃO	5	123,9	0,6	103,7	0,4
DIVERSAS	6	1 335,3	7,0	2 284,3	8,4
RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS	R	...	...	223,7	0,8
IPI e Outros	R1	...	...	50,5	0,2
Renda – Pessoa Física	R2	...	...	77,1	0,3
Renda – Pessoa Jurídica	R3	...	...	96,1	0,3

FONTE: Banco Central do Brasil e Banco do Brasil S.A.

US$ milhão

JAN – ABR				N.º	ITEM
1971		1972			
Cr$ milhões	%	Cr$ milhões	%		
7 636,4	100,0	10 674,4	100,0	T	REVENUE (ST1 + ST2)
6 550,4	85,8	9 190,4	86,1	ST1	TAX REVENUE
6 476,9	84,8	8 981,5	84,2	1	TAXES
1 915,5	25,1	2 661,5	25,0	1A	Income and Profits
404,4	5,3	519,7	4,9	1A1	Personal
609,5	8,0	841,1	7,9	1A2	Corporate
901,6	11,8	1 300,7	12,2	1A3	Withhold
4 093,5	53,5	5 321,0	49,9	1B	Production and Consumption
2 995,0	39,2	3 870,5	36,3	1B1	Industrial Products (IPI)
795,5	10,4	1 010,2	9,5	1B1A	Tobacco
2 199,5	28,8	2 860,3	26,8	1B1B	Other
939,8	12,3	1 177,9	11,0	1B2	Fuel and Lubricating oils
25,1	0,3	41,7	0,4	1B3	Minerals
133,6	1,7	230,9	2,2	1B4	Electric Power
19,5	0,3	321,6	3,0	1C	Transactions and Transports
–	–	296,4	2,8	1C1	Financial Transactions
19,5	0,3	25,2	0,2	1C2	Transport of road Passengers
448,0	5,9	676,3	6,3	1D	Foreign Trade
448,0	5,9	673,3	6,3	1D1	Imports
–	–	–	–	1D2	Exports
0,4	0	1,1	0	1E	Other Taxes
0,4	0	1,1	0	1E1	Treasury Receipts from Federal Territories
73,5	1,0	208,9	1,9	2	CONTRIBUTIONS
62,3	0,9	86,5	0,8	2A	Federal Roads
–	–	105,1	1,0	2B	Port Charges
11,2	0,1	17,3	0,1	2C	Other
1 086,0	14,2	1 484,0	13,9	ST2	OTHER RECEIPTS
70,8	0,9	141,3	1,3	3	PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
–	–	36,3	0,4	4	PROTERRA
–	–	11,3	0,1	4A	SUDAM
–	–	17,6	0,2	4B	SUDENE
–	–	7,4	0,1	4C	OTHER
–	–	110,1	1,0	5	FEDERAL QUOTA: "SALARY-EDUCATION"
1 015,2	13,3	1 196,3	11,2	6	MISCELLANEOUS
...	...	89,9	0,8	R	RETURN OF TAXES
...	...	11,2	0,1	R1	IPI and others
...	...	64,4	0,6	R2	Income – Personal
...	...	14,3	0,1	R3	Income – Corporate

IV — DÍVIDA PÚBLICA INTERNA
INTERNAL PUBLIC DEBT

OPERAÇÕES DE MERCADO ABERTO

LETRAS DO TESOURO NACIONAL

TAXAS DE RENTABILIDADE 1/

QUADRO IV.70

MATURIDADE EM SEMANAS	1970	1 9										
	Dez	Mar	Jun		Jul		Ago		Set		Out	
			11	25	16	30	13	27	10	24	15	29
1	14,16	13,80	13,92	14,28	14,40	13,80	13,80	13,20	13,92	–	13,20	13,20
2	14,64	14,88	14,16	14,76	14,04	15,00	15,36	14,16	14,64	13,92	14,64	14,88
3	14,88	15,36	15,36	15,60	15,84	15,60	16,44	14,28	15,00	15,12	15,60	15,84
4	15,12	15,84	15,60	15,84	16,32	16,20	16,44	14,88	15,84	15,72	16,08	16,20
5	15,36	16,20	15,96	16,32	16,68	16,56	16,80	15,36	16,32	16,08	16,32	16,44
6	15,48	16,44	16,08	16,68	16,92	16,92	17,04	15,84	16,56	16,32	16,56	16,80
7	–	16,68	16,32	16,92	17,28	17,16	17,16	15,96	16,80	16,80	16,80	17,04
8	–	17,16	16,80	17,16	17,52	17,28	17,16	16,20	17,28	16,80	16,92	17,16
9	–	17,28	17,04	17,40	17,64	17,40	17,52	16,44	17,40	16,92	17,16	17,40
10	–	17,40	17,28	17,64	17,76	17,52	17,64	16,68	17,52	17,16	17,40	17,64
11	–	17,52	17,40	17,76	18,00	17,64	17,64	16,92	17,64	17,40	17,52	17,76
12	18,00	18,24	17,76	18,00	18,12	17,88	17,88	17,04	17,88	17,64	17,64	17,88
13	18,48	18,60	18,00	18,24	18,24	18,12	18,00	17,40	18,12	17,88	17,88	18,12

1/ As taxas de rentabilidade acima foram calculadas com base nas cotações para venda de LTN entre instituições financeiras. No mês de dez 1970 as taxas são a média aritmética mensal. Para o período jan/mar 1971 as taxas referem à moda mensal. A partir de abril, as taxas se referem à moda nos dias especificados.

OPEN MARKET OPERATIONS

TREASURY BILLS

YIELD [1/]

% a. a.
p. a.

1971				1972								MATURITY IN WEEKS
Nov		Dez		Jan		Fev		Mar		Abr		
12	26	17	31	14	28	11	25	16	30	14	28	
–	–	–	–	–	13,20	–	9,00	–	9,55	–	–	1
15,12	14,88	–	13,80	14,64	14,64	13,20	13,26	14,22	13,72	14,50	–	2
15,84	15,72	16,08	15,00	15,60	16,08	13,92	14,22	14,58	13,80	15,00	15,15	3
16,20	16,20	16,44	16,20	16,20	16,56	14,64	14,40	14,76	14,88	15,24	15,38	4
16,56	16,56	16,80	16,56	16,32	17,04	14,40	14,64	14,94	15,00	15,36	15,48	5
16,92	16,80	17,16	16,80	16,80	17,16	14,64	14,88	15,12	15,18	15,42	15,54	6
17,16	17,04	17,28	17,04	17,16	17,40	15,12	15,12	15,24	15,30	15,48	15,60	7
17,28	17,16	17,52	17,28	17,52	17,76	15,36	15,18	15,30	15,36	15,54	15,66	8
17,52	17,52	17,76	17,40	17,52	17,76	15,48	15,36	15,42	15,48	15,66	15,72	9
17,64	17,64	17,88	17,64	17,52	17,88	15,60	15,42	15,48	15,54	15,72	15,78	10
17,76	17,76	18,00	17,76	17,76	18,00	15,48	15,48	15,60	15,60	15,80	15,84	11
18,00	17,88	18,12	18,00	17,88	18,00	15,72	15,60	15,66	15,66	15,84	15,90	12
18,12	18,00	18,24	18,24	18,00	18,24	15,84	15,72	15,72	15,72	15,90	15,96	13

1/ Yield rates above were calculated on the basis of LTN selling rates to financial institutions. For Dec. 1970, rates represent the monthly arithmetic average. For the period Jan/Mar 1970 rates represent the monthly mode. As of April, rates reflect the mode on the specifield days.

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOURO NACIONAL

JUROS EXIGÍVEIS NO MÊS ASSINALADO

QUADRO IV.72

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1971						19
		Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
CORREÇÃO MENSAL								
PAGAMENTO ANUAL								
4% a.a.	1	2,01	2,04	2,07	2,10	2,14	2,18	2,21
PAGAMENTO SEMESTRAL								
5% a.a.	2	1,31	1,33	1,35	1,37	1,39	1,42	1,44
CORREÇÃO TRIMESTRAL								
PAGAMENTO ANUAL								
6% a.a.	3	2,94	2,99	3,04	3,09	3,14	3,19	3,24
PAGAMENTO SEMESTRAL								
7% a.a.	4	1,80	1,83	1,86	1,89	1,92	1,95	1,98
10% a.a.	5	2,58	2,62	2,66	2,70	2,75	2,80	2,85

INDEXED TREASURY BONDS

INTEREST DUE BY PERIOD

Cr$ / ORTN

7 2							N.º	*ITEM*
Fev	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**		
								MONTHLY CORRECTION
								ANNUAL PAYMENTS
2,25	2,29	2,33	2,36	2,40	2,44	2,48	1	*4% p.a.*
								SEMIANNUAL PAYMENTS
1,47	1,50	1,52	1,55	1,57	1,59	1,61	2	*5% p.a.*
								QUARTERLY CORRECTION
								ANNUAL PAYMENTS
3,30	3,36	3,42	3,48	3,54	3,60	3,65	3	*6% p.a.*
								SEMIANNUAL PAYMENTS
2,02	2,06	2,10	2,13	2,16	2,19	2,22	4	*7% p.a.*
2,90	2,95	3,00	3,04	3,08	3,12	...	5	*10% p.a.*

V — MERCADO DE AÇÕES
STOCK MARKET

QUADRO V.90

TRANSAÇÃO DE AÇÕES EM BÔLSA
RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1 9
								Set
FLUXOS NO PERÍODO EM Cr$ MILHÕES								
TOTAL	T	151	269	416	2 461	4 552	25 564	1 830
À Vista	ST1	151	269	416	2 204	4 140	24 378	1 819
A Têrmo	ST2	–	–	–	257	412	1 186	11
RIO DE JANEIRO (GB)	1	100	175	252	1 589	2 943	14 154	976
À Vista	1A	100	175	252	1 332	2 531	13 126	965
A Têrmo	1B	–	–	–	257	412	1 028	11
SÃO PAULO (SP)	2	51	94	164	872	1 609	11 410	854
À Vista	2A	51	94	164	872	1 609	11 252	854
A Têrmo	2B	–	–	–	–	–	158	0
ÍNDICE DE RENTABILIDADE 2.1.68 = 100								
IBV (GB)	3	64	81	142	468	781	2 626	139
BOVESPA (SP)	4	–	–	157	426	642	1 713	2 024

REGISTRO DE AÇÕES PARA OFERTA PÚBLICA NO BANCO CENTRAL

QUADRO V.91

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1968	1969	1970	1 9			
		Dez	Dez	Dez	Jul	Ago	Set	Out
VALOR DE REGISTRO	1	263,0	143,0	321,8	577,7	1 035,8	1 402,7	1 493,6
Ordinárias	1A	147,3	59,9	116,0	216,4	336,9	371,1	422,0
Preferenciais	1B	115,7	83,1	205,8	361,3	698,9	1 031,6	1 071,6
VALOR DE LANÇAMENTO	2	–	–	–	–	–	526,7	670,2
Ordinárias	2A	–	–	–	–	–	55,3	142,8
Preferenciais	2B	–	–	–	–	–	471,4	527,4
NÚMERO DE REGISTROS	3	26	44	83	99	133	154	176

STOCK EXCHANGE TRANSACTIONS

71			1972				N.º	ITEM
Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr		
								FLOW BY PERIOD IN Cr$ MILLIONS
1 811	1 469	2 198	1 789	1 758	1 975	...	T	*TOTAL*
1 797	1 337	2 050	1 694	1 694	1 814	...	ST1	*On Sight*
14	132	148	95	64	161	...	ST2	*Forward*
884	820	1 060	789	745	954	735	1	*RIO DE JANEIRO (GB)*
873	715	960	728	711	839	649	1A	*On Sight*
11	105	100	61	34	115	86	1B	*Forward*
927	649	1 138	1 000	1 013	1 021	...	2	*SÃO PAULO (SP)*
924	622	1 090	966	983	975	...	2A	*On Sight*
3	27	48	34	30	46	...	2B	*Forward*
								YIELD INDEX (Jan. 2, 1968 = 100)
2 849	2 532	2 653	2 622	2 547	2 398	2 151	3	*Rio de Janeiro*
1 874	1 692	1 748	1 743	1 665	1 535	...	4	*São Paulo*

REGISTER OF SECURITIES AT BANCO CENTRAL FOR PUBLIC ISSUES

Fluxos acumulados no ano
Yearly accumulated flow
Cr$ milhões

71		1972					N.º	ITEM
Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai		
1 628,4	1 873,0	34,9	119,4	174,6	186,8	187,6	1	*NOMINAL VALUE*
468,1	538,1	6,7	70,3	83,3	87,3	87,6	1A	*Ordinary*
1 160,3	1 334,9	28,2	49,1	91,3	99,5	100,0	1B	*Preferred*
846,3	1 156,9	52,0	182,5	283,4	304,3	305,1	2	*VALUE AT MARKET PRICES*
208,7	302,5	10,8	105,0	126,3	133,0	133,3	2A	*Ordinary*
637,6	854,4	41,2	77,5	157,1	171,3	171,8	2B	*Preferred*
199	254	10	24	41	44	46	3	*NUMBER OF REGISTERS*

VI — ECONOMIA INTERNACIONAL
INTERNATIONAL ECONOMY

LIQUIDEZ INTERNACIONAL – AUTORIDADES MONETÁRIAS

QUADRO VI.107

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
TOTAL	T	244,3	482,6	421,1	198,0	256,7	655,5	1 186,7
Ouro	1	91,2	62,8	45,2	45,2	45,2	45,2	45,2
Direitos Especiais de Saque	2	–	–	–	–	–	–	62,3
Tranche-Ouro no FMI	3	–	–	12,1	12,5	12,3	12,3	117,4
Divisas	4	153,1	419,8	363,8	140,3	199,2	598,0	961,8

1/ Até fev 1972 a paridade é de US$ 35,00 por onça-troy de ouro. A partir de mar 1972 é de US$ 38,00.

INTERNATIONAL LIQUIDITY – MONETARY AUTHORITIES

Saldos em fim de período
Balance at end of period
US$ milhões

1971				1972			N.º	ITEM
Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar 1/		
1 581,5	1 576,4	1 642,6	1 722,9	1 796,2	1 918,0	2 076,8	T	TOTAL
46,3	46,3	46,3	46,3	46,3	46,3	50,3	1	*Gold*
110,4	110,4	110,4	110,5	157,1	157,1	170,4	2	*Special Drawing Rights*
116,3	116,3	116,3	116,3	116,3	116,3	126,3	3	*Gold-tranche in IMF*
1 308,5	1 303,4	1 369,6	1 449,8	1 476,5	1 598,3	1 729,8	4	*Foreign Exchange*

1/ It was considered a parity of US$ 35.00 per ounce-troy of gold up to Feb. 1972. After March 1972 is US$ 38.00.

— **BALANCETES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM 29.3.1972 E 28.4.1972**

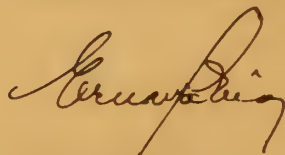
— **CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL**
MEMBROS

— **BANCO CENTRAL DO BRASIL**
DIRETORIA E CHEFES DE UNIDADES

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BALANCETE EM 29 DE MARÇO DE 1972

ATIVO

FINANCEIRO EXTERNO			Cr$
Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras	6.792.868.450,92		
Valores em Moedas Estrangeiras	1.746.063.694,03	8.538.932.144,95	
Ouro		5.480.520,41	8.544.412.665,36
OPERAÇÕES:			
Devedores por Financiamentos e Refinanciamentos	1.657.401.485,42		
Devedores por Refinanciamentos (Res. Bancentral n.º 21)	3.388.691,98		
Empréstimos a Instituições Financeiras	1.821.244.875,46		
Títulos Federais	2.132.364.947,51		
Títulos Redescontados	1.827.579.774,20	7.441.979.774,57	
OUTROS CRÉDITOS:			
Banco do Brasil S.A. — Conta de Movimento	10.328.351.384,95		
Banco do Brasil S.A. — Conta de Suprimentos Especiais	1.406.077.048,75		
Créditos a Receber	65.547.261,98		
Devedores por Adiantamentos	998.712.828,13		
Devedores por Compromissos Imobiliários	1.357.022,94		
Devedores por Títulos a Receber por Financiamentos de Taxa	8.040.460,24		
Responsáveis por Retenção e Repasses de Recursos Vinculados	1.083.752.856,83		
Responsáveis por Repasses de Recursos Resultantes de Empréstimos Externos	1.836.861.201,96		
Tesouro Nacional — Conta de Ressarcimentos em Suspenso	1.047.371.993,09		
Tesouro Nacional-Integralização de Quotas e Reajustamento de Haveres de Organismos Financeiros Internacionais	3.329.325.571,14		
Outras Contas	1.644.675.434,74	21.750.073.064,75	
VALORES E BENS:			
Ações e Obrigações	481.386.805,28		
Imóveis não Destinados a Uso	1.384.513,23	482.771 318,51	29.674.824.157,83
Total do Ativo Financeiro			38.219.236.823,19
PERMANENTE			
Almoxarifado		2.596.363,97	
Móveis e Utensílios		18.290.010,72	
Imóveis de Uso		25.109.353,60	
Tesouro Nacional — Meio Circulante Transferido		1.504.778.424,27	1.550.774.152,56
PENDENTE			
Contas de Resultado		75.129.077,30	
Outras Contas		211.174.274,60	286.303.351,90
Subtotal			40.056.314.327,65
COMPENSAÇÃO			
Saldos Devedores			261.772.199.989,61
			301.828.514.317,26

Ernane Galvêas
Presidente

Paulo Yokota
Diretor

PASSIVO

			Cr$
FINANCEIRO EXTERNO			
OBRIGAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS:		1.346.600.775,88	
DEPÓSITOS EM CRUZEIROS DE ENTIDADES INTERNACIONAIS:			
Associação Internacional de Desenvolvimento	94.903.200,00		
Banco Interamericano de Desenvolvimento	598.900.492,99		
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	184.214.239,90		
Fundo Monetário Internacional	1.812.803.342,37	2.690.821.275,26	4.037.422.051,14
FINANCEIRO INTERNO			
DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:			
Depósitos Compulsórios	2.881.851.829,65		
Depósitos para Constituição e Aumento de Capital de Instituições Financeiras	97.887.702,21		
Depósitos Decorrentes de Vendas de Câmbio	289.911.531,88		
Depósitos Voluntários	694,05	3.269.651.757,79	
Outros Depósitos:		263.782.641,79	
RECURSOS VINCULADOS:			
Aprovisionamento de Recursos para Operações Especiais	2.014.719.139,76		
Fundo de Defesa de Produtos Agropecuários	4.243.747.995,52		
Fundo de Estabilização da Receita Cambial	146.314.555,17		
Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL	1.582.051,66		
Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX)	116.546.773,95		
Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI) — Decreto n.º 56.835/65	3.276.588.360,54		
Fundo para Investimentos Sociais — FUNINSO	67.436.942,04		
Fundo para Ocorrer a Compromissos Decorrentes de Empréstimos Externos	31.477.928,38		
Fundo de Resgate e Controle da Dívida Pública Interna Fundada Federal	562.396,40		
Tesouro Nacional — Fundo de Indenizações Trabalhistas — Decreto n.º 53.787/64	113.491,26	9.899.089.634,68	
OUTRAS EXIGIBILIDADES:			
Banco do Brasil S.A. — Obrigações por Repasses de Recursos Resultantes de Empréstimos Externos	364.505.365,86		
Tesouro Nacional — Obrigações Resultantes de Operações Especiais com Entidades Internacionais	1.591.943.839,53		
Operações de Crédito da União	5.312.782.875,18		
Despesas Orçamentárias do Exercício, a Pagar	95.831,43		
Outras Contas	1.765.435.094,26	9.034.763.006,26	22.467.287.040,52
Total do Passivo Financeiro			26.504.709.091,66
PERMANENTE			
Meio Circulante			9.428.174.976,32
PATRIMÔNIO E RESERVAS			
Patrimônio e Reservas		1.593.717.042,67	
Provisões		421.604.300,30	2.015.321.342,97
PENDENTE			
Contas de Resultado		257.827.785,40	
Outras Contas		1.850.281.131,30	2.108.108.916,70
Subtotal			40.056.314.327,65
COMPENSAÇÃO			
Saldos Credores			261.772.199.989,61
			301.828.514.317,26

Brasília (DF), 20 de abril de 1972

Waldemar Soares de Almeida

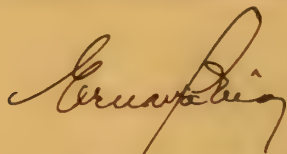
Contador Geral

C.R.C. n.º 18.299 GB-S-DF

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BALANCETE EM 28 DE ABRIL DE 1972

ATIVO

			Cr$
FINANCEIRO EXTERNO			
Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras	7.953.018.658,71		
Valores em Moedas Estrangeiras	1.754.344.579,48	9.707.363.238,19	
Ouro		5.480.520,41	9.712.843.758,60
FINANCEIRO INTERNO			
OPERAÇÕES:			
Devedores por Financiamentos e Refinanciamentos	1.689.661.200,70		
Devedores por Refinanciamentos (Res. Bancentral n.º 21)	3.338.691,98		
Empréstimos a Instituições Financeiras	1.725.701.197,12		
Títulos Federais	787.279.057,33		
Títulos Redescontados	2.026.611.602,25	6.232.641.749,38	
OUTROS CRÉDITOS:			
Banco do Brasil S.A. — Conta de Movimento	10.225.638.553,59		
Banco do Brasil S.A. — Conta de Suprimentos Especiais	1.406.077.048,75		
Créditos a Receber	65.402.515,98		
Devedores por Adiantamentos	1.003.427.407,23		
Devedores por Compromissos Imobiliários	1.291.979,32		
Devedores por Títulos a Receber por Financiamentos de Taxa	8.040.460,24		
Responsáveis por Retenção e Repasses de Recursos Vinculados	1.147.220.741,70		
Responsáveis por Repasses de Recursos Resultantes de Empréstimos Externos	1.843.252.243,23		
Tesouro Nacional — Conta de Ressarcimentos em Suspenso	1.048.351.270,83		
Tesouro Nacional-Integralização de Quotas e Reajustamento de Haveres de Organismos Financeiros Internacionais	3.329.615.136,67		
Outras Contas	1.048.287.037,75	21.126.604.395,29	
VALORES E BENS:			
Ações e Obrigações	625.126.742.83		
Imóveis não Destinados a Uso	1.384.513,23	626.511.256,06	27.985.757.400,37
Total do Ativo Financeiro			37.698.601.159,33
PERMANENTE			
Almoxarifado		2.665.141,97	
Móveis e Utensílios		19.129.173,72	
Imóveis de Uso		25.109.353,60	
Tesouro Nacional — Meio Circulante Transferido		1.504.778.424,27	1.551.682.093,56
PENDENTE			
Contas de Resultado		102.303.742,09	
Outras Contas		228.543.603,74	330.847.345,83
Subtotal			39.581.130.598,72
COMPENSAÇÃO			
Saldos Devedores			261.062.492.891,11
			300.643.623.489,83

Ernane Galvêas
Presidente

Paulo Yokota
Diretor

PASSIVO

			Cr$
FINANCEIRO EXTERNO			
OBRIGAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS:		1.307.972.006,99	
DEPÓSITOS EM CRUZEIROS DE ENTIDADES INTERNACIONAIS:			
Associação Internacional de Desenvolvimento	94.903.200,00		
Banco Interamericano de Desenvolvimento	605.918.644,92		
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	184.076.922,84		
Fundo Monetário Internacional	1.812.803.598,29	2.697.702.366,05	4.005.674.373,04
FINANCEIRO INTERNO			
DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:			
Depósitos Compulsórios	3.168.469.090,51		
Depósitos para Constituição e Aumento de Capital de Instituições Financeiras	102.580.410,31		
Depósitos Decorrentes de Vendas de Câmbio	239.808.346,04		
Depósitos Voluntários	514,32	3.510.858.361,18	
Outros Depósitos:		305.182.136,63	
RECURSOS VINCULADOS:			
Aprovisionamento de Recursos para Operações Especiais	2.133.564.144,57		
Fundo de Defesa de Produtos Agropecuários	4.346.536.293,81		
Fundo de Estabilização da Receita Cambial	146.314.555,17		
Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL	1.582.051,66		
Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX)	116.546.773,95		
Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI) — Decreto n.º 56.835/65	3.265.330.439,30		
Fundo para Investimentos Sociais — FUNINSO	67.436.942,04		
Fundo para Ocorrer a Compromissos Decorrentes de Empréstimos Externos	31.122.800,48		
Fundo de Resgate e Controle da Dívida Pública Interna Fundada Federal	562.396,40		
Tesouro Nacional — Fundo de Indenizações Trabalhistas — Decreto n.º 53.787/64	113.491,26	10.109.109.888,64	
OUTRAS EXIGIBILIDADES:			
Banco do Brasil S.A. — Obrigações por Repasses de Recursos Resultantes de Empréstimos Externos	364.505.365,86		
Tesouro Nacional — Obrigações Resultantes de Operações Especiais com Entidades Internacionais	1.607.067.291,41		
Operações de Crédito da União	4.011.441.689,97		
Despesas Orçamentárias do Exercício, a Pagar	124.303,81		
Outras Contas	1.920.125.102,16	7.903.263.753,21	21.828.414.139,66
Total do Passivo Financeiro			25.834.088.512,70
PERMANENTE			
Meio Circulante			9.532.491.145,66
PATRIMÔNIO E RESERVAS			
Patrimônio e Reservas		1.593.717.042,67	
Provisões		421.589.112,78	2.015.306.155,45
PENDENTE			
Contas de Resultado		347.119.252,30	
Outras Contas		1.852.125.532,61	2.199.244.784,91
Subtotal			39.581.130.598,72
COMPENSAÇÃO			
Saldos Credores			261.062.492.891,11
			300.643.623.489,83

Brasília (DF), 15 de maio de 1972

Waldemar Soares de Almeida

Contador Geral

C.R.C. n.º 18.299-GB-S-DF

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

MEMBROS

Ministro da Fazenda — Presidente	ANTÔNIO DELFIM NETTO
Ministro do Planejamento e Coordenação Geral — Vice-Presidente	*João Paulo dos Reis Velloso*
Ministro da Indústria e do Comércio	*Marcus Vinícius Pratini de Moraes*
Ministro da Agricultura	*Luiz Fernando Cirne Lima*
Ministro do Interior	*José da Costa Cavalcanti*
Presidente do Banco Central do Brasil	*Ernane Galvêas*
Presidente do Banco do Brasil S. A.	*Nestor Jost*
Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	*Marcos Pereira Vianna*

Paulo H. Pereira Lira
Francisco De Boni Neto
Luiz de Carvalho e Mello Filho
Paulo Yokota
Gastão Eduardo de Bueno Vidigal
Rui de Castro Magalhães

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

ERNANE GALVÊAS	Presidente	DEJUR, DEPEC, GEDIP
José Antonio Berardinelli Vieira	Chefe de Gabinete	
Paulo H. Pereira Lira	Diretor	FIRCE, GECAM
Alfredo Martins de Oliveira	Chefe de Gabinete	
Francisco de Boni Neto	Diretor	GEMEC, ISMEC
Newton Peixoto Leal	Chefe de Gabinete	
Luiz de Carvalho e Mello Filho	Diretor	CEPRO, GEBAN, ISBAN
José Alves Filho	Chefe de Gabinete	
Paulo Yokota	Diretor	CONGE, DEPAD, GECRI, MECIR
Alexandre Caminha de Castro Monteiro	Chefe de Gabinete	

CHEFE	UNIDADE CENTRAL
Antonio Maria Claret de Assis Souza	Centro de Processamento de Dados (CEPRO)
Waldemar Soares de Almeida	Contadoria Geral (CONGE)
Jefferson Paes de Figueiredo	Departamento Administrativo (DEPAD)
Edésio Fernandes Ferreira	Departamento Econômico (DEPEC)
J. Jacaúna de Souza	Departamento Jurídico (DEJUR)
Oswaldo Tavares Moreira	Gerência de Coordenação do Crédito Rural e Industrial (GECRI)
Carlos Brandão	Gerência da Dívida Pública (GEDIP)
Antonio Radesca	Gerência de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros (FIRCE)
Celso de Lima e Silva	Gerência do Meio Circulante (MECIR)
Ari Cordeiro Filho	Gerência do Mercado de Capitais (GEMEC)
Ernesto Albrecht	Gerência de Operações Bancárias (GEBAN)
Pedro José da Matta Machado	Gerência de Operações de Câmbio (GECAM)
Francisco de Assis Figueira	Inspetoria de Bancos (ISBAN)
Edson de Araujo Medeiros	Inspetoria do Mercado de Capitais (ISMEC)

publicação especial | DESEMBOLSOS E AMORTIZAÇÕES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

do BANCO CENTRAL
DO BRASIL
maio - 1972

boletim

Boletim do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 8	n. 5	mai. 1972

boletim do BANCO CENTRAL DO BRASIL

maio - 1972

ÍNDICE
INDEX

II — ECONOMIA BRASILEIRA

II — BRAZILIAN ECONOMY

III — FINANÇAS DA UNIÃO

IV — DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

III — PUBLIC FINANCE

IV — INTERNAL PUBLIC DEBT

V — MERCADO DE AÇÕES

VI — ECONOMIA INTERNACIONAL

V — STOCK MARKET

VI — INTERNATIONAL ECONOMY

NOTA DO BOLETIM

Como publicação especial deste número tem-se os **Desembolsos e Amortizações de Organismos Internacionais ao Brasil**, para o período de 1964-70.

Neste número três quadros foram reformulados e um é publicado pela primeira vez, a saber:

I.11 — **Bancos Federais de Desenvolvimento — Balancete Consolidado** — Agora enriquecido com a introdução do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, tendo a série sido retificada desde 1966.

II.55 — **Índice de Remuneração Média de Trabalhadores Agrícolas** — Contém novas informações do Estado de São Paulo.

VI.106 — **Poder de Compra das Exportações e Capacidade de Importar** — Este quadro foi inteiramente reformulado, com bases mais adequadas, englobando o período de 1964-70.

VI.116 — **Exportações e Importações Brasileiras** — Quadro novo, com valores em milhões de cruzeiros, milhões de dólares e quantidade em mil toneladas. As cifras serão fornecidas mensalmente, com a série retroagindo, com valores anuais para o período 1964-70, e mensais a partir de 1971.

As publicações do Fundo Monetário Internacional, cujas assinaturas são realizadas através deste Banco têm seus preços atualizados neste número.

Colocamo-nos à disposição dos leitores para quaisquer explicações ou esclarecimentos sobre informações aqui publicadas.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEPARTAMENTO ECONÔMICO
SETOR DE BOLETIM E RELATÓRIO
C.P. 1102-11 70 000 — BRASILIA, DF

DESEMBOLSOS E AMORTIZAÇÕES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS: 1964-70

ORGANISMOS INTERNACIONAIS
BRASIL — DESEMBOLSOS E AMORTIZAÇÕES

PERÍODOS	N.º	Banco Mundial *IBRD*		Banco Interamericano *IDB*				
		Desembolsos (D) *Disbursements (D)*	Amortizações (A) *Amortizations (A)*	Capital Ordinário *Ordinary Capital*		Operações Especiais *Special Fund*		Progresso Social *Social*
				(D)	(A)	(D)	(A)	(D)
1964								
JAN	1	42,0	808,0	1 487,8	—	117,2	—	421,2
FEV	2	172,0	601,0	245,3	—	1 654,4	—	289,8
MAR	3	4,3	219,0	721,5	—	633,1	—	799,1
ABR	4	2 160,5	1 622,0	194,6	53,5	351,2	—	1 293,1
MAI	5	127,1	578,0	2 302,0	47,0	528,5	—	308,8
JUN	6	180,7	734,0	2 296,8	94,0	730,5	—	1 154,4
JUL	7	31,3	2 713,0	912,8	19,0	2 154,5	—	3 393,6
AGO	8	—	734,0	936,8	—	58,5	—	4 214,3
SET	9	38,2	1 400,0	910,9	—	265,1	—	274,5
OUT	10	2 107,5	352,0	267,5	12,8	370,0	10,4	86,2
NOV	11	336,4	591,0	254,7	60,7	222,6	—	2 823,5
DEZ	12	1 020,3	2 378,0	656,6	141,0	843,0	—	813,3
ANO	13	6 220,3	12 730,0	11 187,3	428,0	7 928,6	10,4	15 871,8
1965								
JAN	14	212,1	1 134,0	54,0	—	1 039,5	—	507,4
FEV	15	—	—	83,3	36,0	1 114,3	10,3	2 120,5
MAR	16	183,6	2 530,6	1 849,8	—	1 220,5	—	604,8
ABR	17	—	—	538,0	53,6	30,0	—	700,6
MAI	18	56,5	603,0	2 092,8	40,0	180,2	—	1 359,3
JUN	19	55,4	1 404,6	3 279,8	100,0	1 353,0	—	1 845,0
JUL	20	41,3	2 178,4	1 425,8	359,3	106,2	—	888,3
AGO	21	46,1	778,7	1 116,7	—	312,2	10,4	1 357,1
SET	22	—	714,6	1 399,2	100,9	1 041,8	79,6	1 397,3
OUT	23	280,9	1 084,0	1 197,5	40,7	423,6	—	1 080,6
NOV	24	—	616,0	2 932,5	50,0	235,8	—	606,6
DEZ	25	3,5	3 437,0	3 620,1	663,5	550,5	160,4	1 128,1
ANO	26	879,4	14 480,9	19 589,5	1 444,0	7 607,6	260,7	13 595,6
1966								
JAN	27	425,3	216,0	999,8	—	694,8	—	626,9
FEV	28	195,7	515,0	2 425,0	40,0	25,7	10,4	—
MAR	29	226,4	1 859,0	793,7	—	350,6	—	209,5
ABR	30	—	250,0	1 604,6	62,4	563,7	—	723,1
MAI	31	125,5	629,0	1 594,2	320,9	208,4	—	288,2
JUN	32	320,0	2 506,0	1 697,7	778,1	512,3	219,3	485,3
JUL	33	146,5	1 220,0	3 984,1	58,0	250,4	—	833,6
AGO	34	423,5	1 109,0	664,5	—	706,5	10,4	685,5
SET	35	282,8	715,0	5 044,0	96,7	2 961,1	—	262,0
OUT	36	1 037,3	850,0	2 266,0	44,6	245,3	—	460,2
NOV	37	369,0	—	2 437,0	542,7	214,8	—	127,1
DEZ	38	176,0	2 956,0	5 482,7	437,5	3 886,1	401,8	835,2
ANO	39	3 728,0	12 825,0	28 993,3	2 380,9	10 619,7	641,9	5 536,6
1967								
JAN	40	175,8	1 489,0	3 026,9	506,7	307,9	—	147,1
FEV	41	222,7	733,0	4 245,4	—	774,7	10,4	442,4
MAR	42	298,4	1 040,0	2 993,2	109,6	631,0	—	523,7
ABR	43	198,7	951,0	3 889,3	102,6	3 910,9	—	149,0
MAI	44	1 428,9	656,0	1 637,9	461,5	5 287,4	—	508,1
JUN	45	371,7	2 536,0	3 753,4	637,3	22,5	373,2	787,0
JUL	46	3 688,4	1 339,0	2 320,9	561,4	2 121,9	—	637,0
AGO	47	1 234,5	1 133,0	4 525,6	—	476,9	10,4	367,6
SET	48	1 534,6	428,0	3 151,9	188,9	326,7	—	467,5
OUT	49	1 570,8	—	3 165,0	164,7	4 373,8	—	483,7
NOV	50	889,9	1 215,0	1 875,7	792,5	326,1	136,0	138,5
DEZ	51	708,9	2 399,0	6 078,3	717,4	504,6	480,3	632,5
ANO	52	12 323,3	13 919,0	40 663,5	4 242,6	19 064,4	1 010,3	5 284,1

INTERNATIONAL AGENCIES
BRAZIL – DISBURSEMENTS AND AMORTIZATIONS

de Desenvolvimento								
Social *Fund*	Fundo Canadense *Canadian Fund*		Fundo Sueco *Swedish Fund*		TOTAL		N.º	*PERIODS*
(A)	(D)	(A)	(D)	(A)	D	A		
								1964
—	—	—	—	—	2 026,2	—	1	JAN
—	—	—	—	—	2 189,5	—	2	FEB
20,0	—	—	—	—	2 153,7	20,0	3	MAR
—	—	—	—	—	1 838,9	53,5	4	APR
37,5	—	—	—	—	3 139,3	84,5	5	MAY
—	—	—	—	—	1 181,7	94,0	6	JUN
—	—	—	—	—	6 460,9	19,0	7	JUL
7,5	—	—	—	—	5 209,6	7,5	8	AUG
—	—	—	—	—	1 450,5	—	9	SEP
55,5	—	—	—	—	723,7	78,7	10	OCT
52,5	—	—	—	—	3 300,8	113,2	11	NOV
32,0	—	—	—	—	2 312,9	173,0	12	DEC
205,0	—	—	—	—	34 987,7	643,4	13	*YEAR*
								1965
—	—	—	—	—	1 600,9	—	14	JAN
7,5	—	—	—	—	3 318,1	53,8	15	FEB
40,0	—	—	—	—	3 675,1	40,0	16	MAR
—	—	—	—	—	1 268,6	53,6	17	APR
105,3	—	—	—	—	3 632,3	145,3	18	MAY
—	—	—	—	—	6 477,8	100,0	19	JUN
—	—	—	—	—	2 420,3	359,3	20	JUL
10,0	—	—	—	—	2 786,0	20,4	21	AUG
7,5	—	—	—	—	3 838,3	188,0	22	SEP
48,0	—	—	—	—	2 701,7	88,7	23	OCT
57,7	—	—	—	—	3 774,9	107,7	24	NOV
—	—	—	—	—	5 298,7	823,9	25	DEC
276,0	—	—	—	—	40 792,7	1 980,7	26	*YEAR*
								1966
50,0	—	—	—	—	2 321,5	50,0	27	JAN
12,5	—	—	—	—	2 450,7	62,9	28	FEB
60,0	—	—	—	—	1 353,8	60,0	29	MAR
48,0	—	—	—	—	2 891,4	110,4	30	APR
57,2	—	—	—	—	2 090,8	378,1	31	MAY
69,3	—	—	—	—	2 695,3	1 066,7	32	JUN
5,0	—	—	—	—	5 068,1	63,0	33	JUL
7,5	—	—	—	—	2 056,5	17,9	34	AUG
—	—	—	—	—	8 267,1	96,7	35	SEP
96,0	—	—	—	—	2 971,5	140,6	36	OCT
124,4	—	—	—	—	2 778,9	667,1	37	NOV
—	—	—	—	—	10 204,0	839,3	38	DEC
529,9	—	—	—	—	45 149,6	3 552,7	39	*YEAR*
								1967
50,0	—	—	—	—	3 481,9	556,7	40	JAN
12,5	—	—	—	—	5 462,5	22,9	41	FEB
80,0	—	—	—	—	4 147,9	189,6	42	MAR
—	—	—	—	—	7 949,2	102,6	43	APR
172,4	—	—	—	—	7 433,4	633,9	44	MAY
19,3	—	—	—	—	4 562,9	1 029,8	45	JUN
50,0	—	—	—	—	5 079,8	611,4	46	JUL
12,5	—	—	—	—	5 370,1	22,9	47	AUG
—	—	—	—	—	3 946,1	188,9	48	SEP
128,0	—	—	—	—	8 022,5	292,7	49	OCT
290,9	—	—	—	—	2 340,3	1 219,4	50	NOV
50,0	—	—	—	—	7 215,4	1 247,7	51	DEC
865,6	—	—	—	—	65 012,0	6 118,5	52	*YEAR*

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

BRASIL — DESEMBOLSOS E AMORTIZAÇÕES

PERÍODOS	N.º	Banco de Exportação e Importação — EUA *EXIMBANK — USA*		Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional *USAID*		
				Projeto *Project*		Programa *Program*
		(D)	(A)	(D) I	(D) II	(D)
1964						
JAN	1	81,5	2 162,1		30,0	–
FEV	2	201,7	2 057,5	–	–	–
MAR	3	154,3	218,8		–	–
ABR	4	139,3	–		–	–
MAI	5	14,5	20,0	72,5	1 101,0	–
JUN	6	144,9	211,8		734,1	–
JUL	7	169,0	1 641,7		380,7	–
AGO	8	29,2	–	–	1 509,2	50 000,0
SET	9	78,9	– 4 557,6		30,2	–
OUT	10	27 455,7	27 559,3		410,4	–
NOV	11	818,0	870,2	80,8	109,6	–
DEZ	12	4 994,2	5 312,9		883,5	–
ANO	13	34 281,2	35 496,7	153,3	5 188,7	50 000,0
1965						
JAN	14	6 258,4	6 661,6		5 333,5	45 000,0
FEV	15	1 583,6	1 684,9	49,3	444,6	–
MAR	16	631,2	675,1		554,3	–
ABR	17	1 811,3	1 927,0		1 612,8	–
MAI	18	609,8	648,8	86,1	869,3	–
JUN	19	5 201,7	5 518,9		1 708,8	–
JUL	20	7 925,2	8 424,7		1 115,8	5 876,7
AGO	21	1 673,4	1 780,2	167,9	1 049,9	– 5 876,7
SET	22	557,7	593,3		2 667,6	–
OUT	23	543,6	578,3		3 184,3	3 740,8
NOV	24	270,0	287,2	94,5	2 771,1	7 348,8
DEZ	25	4 717,8	5 023,5		2 553,3	13 541,4
ANO	26	31 783,7	33 803,5	397,8	23 865,3	69 631,0
1966						
JAN	27	1 177,4	7 789,9		3 614,5	12 028,8
FEV	28	–	1 794,6	287,1	4 197,2	1 638,7
MAR	29	328,9	596,3		4 194,2	3 174,3
ABR	30	313,3	81,1		2 649,1	3 598,4
MAI	31	88,6	452,2	180,0	3 463 5	15 624,9
JUN	32	394,7	5 681,9		6 873 2	13 382,7
JUL	33		7 990,4		2 718,4	17 166,9
AGO	34	204,1		354,1	7 006,4	20 078,0
SET	35	294,1	680,5		4 435,1	15 318,0
OUT	36	83,2	–		9 453,8	33 078,9
NOV	37	525.0	497,1	410,9	3 786,3	13 679,3
DEZ	38	139,8	5 428 9		4 300,2	2 353,7
ANO	39	3 549,1	30 992,7	1 232,1	56 691,9	151 122,6
1967						
JAN	40	22,1	9 501,5		6 788,7	6 803,4
FEV	41	–	–	47,4	3 197,9	2 907,2
MAR	42	4 480,2	1 099.3		9 050 2	10 416,2
ABR	43	3 929,4	575,0		4 045,1	7 179,1
MAI	44	4 365,4	1 072,1	304,8	5 577,3	2 280,7
JUN	45	2 598,7	5 911,0		4 486,3	1 017,6
JUL	46	660,3	7 112,3		5 099,9	2 745,2
AGO	47	1 037,6	2 102,7	137,4	3 401,1	2 328,1
SET	48	1 936,3	575,0		4 991,0	3 861,7
OUT	49	543,5	741,3		2 650,0	1 917,5
NOV	50	83,3	991,0	291,1	1 920 0	1 591,6
DEZ	51	400,1	21 330,9		6 496,6	2 049,7
ANO	52	20 056,9	51 012,1	780,7	57 704,1	45 098 0

INTERNATIONAL AGENCIES
BRAZIL – DISBURSEMENTS AND AMORTIZATIONS

Corporação Financeira Internacional *IFC*		Kreditanstalt Fur Wiederaufbau *KFW*		Banco Nacional da Dinamarca *National Bank of Denmark*		N.º	PERIODS
(D)	(A)	(D)	(A)	(D)	(A)		
							1964
—	—	—	—	—	—	1	JAN
—	—	—	—	—	—	2	FEB
—	—	—	—	—	—	3	MAR
—	—	—	—	—	—	4	APR
—	—	—	—	—	—	5	MAY
—	—	—	—	—	—	6	JUN
—	—	—	—	—	—	7	JUL
—	—	—	—	—	—	8	AUG
—	—	—	—	—	—	9	SEP
—	—	—	—	—	—	10	OCT
—	—	—	—	—	—	11	NOV
—	—	—	—	—	—	12	DEC
—	—	—	—	—	—	13	*YEAR*
							1965
—	—	—	—	—	—	14	JAN
—	—	—	—	—	—	15	FEB
—	—	—	—	—	—	16	MAR
—	—	—	—	—	—	17	APR
—	—	—	—	—	—	18	MAY
—	—	—	—	—	—	19	JUN
—	—	—	—	—	—	20	JUL
—	—	—	—	—	—	21	AUG
—	—	—	—	—	—	22	SEP
—	—	—	—	—	—	23	OCT
—	—	—	—	—	—	24	NOV
—	—	—	—	—	—	25	DEC
—	—	—	—	—	—	26	*YEAR*
							1966
—	—		—	—	—	27	JAN
—	—	—	—	—	—	28	FEB
—	—	—	—	—	—	29	MAR
—	—	—	—	—	—	30	APR
—	—	—	—	—	—	31	MAY
—	—	—	—	—	—	32	JUN
—	—	—	—	—	—	33	JUL
—	—	—	—	—	—	34	AUG
—	—	—	—	—	—	35	SEP
—	—	—	—	—	—	36	OCT
—	—	—	—	—	—	37	NOV
—	—	—	—	—	—	38	DEC
—	—	—	—	—	—	39	*YEAR*
							1967
—	—	—	—	—	—	40	JAN
—	—	—	—	—	—	41	FEB
300,0	—	—	—	—	—	42	MAR
—	—	—	—	—	—	43	APR
—	—	—	—	—	—	44	MAY
—	—	—	—	—	—	45	JUN
—	—	—	—	—	—	46	JUL
—	—	—	—	—	—	47	AUG
450,0	—	—	—	—	—	48	SEP
—	—	—	—	—	—	49	OCT
—	—	— }	—	—	—	50	NOV
—	—	9 702,2 }	—	—	—	51	DEC
8 915,0	2 650,0	— }	—	—	—	52	*YEAR*
9 665,0	2 650,0	9 702,2	—	340,9	—		

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

BRASIL – DESEMBOLSOS E AMORTIZAÇÕES

PERÍODOS	N.º	Banco Mundial *IBRD*		Banco Interamericano *IDB*				
		Desembolsos (D) *Disbursements*	Amortizações (A) *Amortizations*	Capital Ordinário *Ordinary Capital*		Operações Especiais *Special Fund*		Progresso Social
		(D)	(A)	(D)	(A)	(D)	(A)	(D)
1968								
JAN	53	2 252,7	1 554,0	2 687,0	394,3	111,7	137,5	582,5
FEV	54	468,4	777,0	1 483,7	3,0	297,1	32,4	166,5
MAR	55	659,6	2 051,0	2 195,6	411,2	468,7	–	81,5
ABR	56	1 401,5	–	1 418,9	64,0	2 082,4	–	213,8
MAI	57	1 245,8	–	3 055,7	999,6	1 381,9	738,4	262,8
JUN	58	2 142,8	2 102,0	2 528,7	377,9	447,3	–	351,6
JUL	59	1 597,8	1 929,0	2 352,8	767,9	580,7	137,7	611,1
AGO	60	1 056,4	777,0	2 067,9	1 551,6	6 175,6	10,4	166,1
SET	61	1 607,6	2 105,0	1 579,0	138,9	5 214,2	–	866,7
OUT	62	3 250,7	–	4 254,5	411,0	7 970,3	–	233,0
NOV	63	2 786,8	–	1 298,7	1 038,1	4 147,5	673,0	547,5
DEZ	64	1 417,4	2 489,0	1 046,0	575,9	1 648,8	–	929,9
ANO	65	19 887,5	13 784,0	25 968,5	6 733,4	30 526,2	1 729,4	5 013,0
1969								
JAN	66	4 343,9	1 624,0	2 215,6	1 999,1	6 069,5	137,6	437,1
FEV	67	2 175,7	–	1 819,0	1 240,7	2 131,3	10,4	251,5
MAR	68	1 905,0	2 939,0	2 204,3	481,9	2 218,1	49,1	220,2
ABR	69	2 413,3	–	3 196,2	404,6	6 021,0		668,8
MAI	70	2 705,0	–	3 810,8	621,4	1 395,9	164,3	45,6
JUN	71	3 036,3	3 077,0	2 638,8	875,2	8 230,1	340,0	295,2
JUL	72	5 201,6	320,0	4 097,4	1 795,1	2 469,2	183,8	912,2
AGO	73	3 285,1	820,0	3 563,6	1 212,1	3 968,9	10,4	460,2
SET	74	3 641,4	–	2 787,0	425,9	3 486,0	73,5	280,3
OUT	75	7 631,1	2 176,0	3 470,9	563,8	8 660,5	1 056,8	1 006,8
NOV	76	3 957,5	–	6 612,0	826.6	3 384,2	167,2	47,2
DEZ	77	6 028,9	2 216,0	8 591,4	1 757,8	7 262,5	347,7	1 913,0
ANO	78	46 324,8	13 172,0	45 007,0	12 204,2	55 297,2	2 540,8	6 538,1
1970								
JAN	79	5 841,9	1 245,7	5 082,7	1 312,5	4 812,0	285,5	–
FEV	80	3 542,3	582,7	3 171,3	1 533,1	858,4	10,4	–
MAR	81	4 371,3	1 073,1	3 629,9	1 134,6	4 992,7	62,6	–
ABR	82	5 755,1	1 504,0	4 347,2	1 208,9	5 506,0	1 333,7	–
MAI	83	5 963,1	200,0	5 847,8	1 133,2	1 773,1	170,1	–
JUN	84	10 825,9	2 254,5	4 843,7	1 433,2	5 294,5	355,5	–
JUL	85	5 934,8	1 271,5	2 631,8	2 993,3	2 345,8	246,5	–
AGO	86	6 030,8	–	1 420,9	2 148,6	6 353,0	61,6	–
SET	87	6 603,8	1 676,2	4 484,1	1 571,2	1 624,4	–	–
OUT	88	8 721,5	1 750,0	3 229,9	683,0	5 601,7	1 819,9	–
NOV	89	5 213,4	–	4 853,0	1 959,8	1 710,2	153,1	–
DEZ	90	4 579,6	2 448,1	3 142,3	752,6	15 287,8	383,5	–
ANO	91	73 383,5	14 005,8	46 684,6	17 864,0	56 159,6	4 882,4	–

de Desenvolvimento

Social *Fund*	Fundo Canadense *Canadian Fund*		Fundo Sueco *Swedish Fund*		TOTAL		N.º	*PERIODS*
(A)	(D)	(A)	(D)	(A)	(D)	(A)		
								1968
–	–	–	–	–	3 381,2	531,8	53	JAN
30,5	–	–	–	–	1 947,3	65,9	54	FEB
170,0	–	–	–	–	2 745,8	581,2	55	MAR
48,0	–	–	–	–	3 715,1	112,0	56	APR
317,0	–	–	–	–	4 700,4	2 055,0	57	MAY
–	–	–	–	–	3 327,6	377,9	58	JUN
50,0	–	–	–	–	3 544,6	955,6	59	JUL
50,0	–	–	–	–	8 409,6	1 612,5	60	AUG
–	–	–	–	–	7 659,9	138,9	61	SEP
192,0	–	–	–	–	12 457,8	603,0	62	OCT
–	–	–	–	–	5 993,7	2 012,1	63	NOV
301,0	–	–	–	–	3 624,7	575,9	64	DEC
1 159,0	–	–	–	–	61 507,7	9 621,8	65	YEAR
								1969
50,0	–	–	–	–	8 722,2	2 186,7	66	JAN
101,1	–	–	–	–	4 201,8	1 352,2	67	FEB
175,0	–	–	–	–	4 642,6	706,0	68	MAR
350,0	–	–	–	–	9 886,0	754,6	69	APR
306,4	–	–	–	–	5 252,3	1 092,1	70	MAY
42,4	–	–	7,5	–	11 171,6	1 257,6	71	JUN
110,8	–	–	–	–	7 478,8	2 089,7	72	JUL
107,9	–	–	–	–	7 992,7	1 330,4	73	AUG
–	127,8	–	7,5	–	6 688,6	499,4	74	SEP
–	280,1	–	–	–	13 418,3	1 620,6	75	OCT
571,2	10,8	–	–	–	19 054,2	1 565,0	76	NOV
116,2	355,5	–	7,5	–	18 129,9	2 221,7	77	DEC
1 931,0	774,2	–	22,5	–	107 639,0	16 676,0	78	YEAR
								1970
–	167,2	–	73,5	–	10 135,4	1 598,0	79	JAN
111,8	20,5	–	–	–	4 050,2	1 655,3	80	FEB
180,0	57,2	–	7,5	–	8 687,3	1 377,2	81	MAR
350,0	19,8	–	0,6	–	9 873,6	2 892,6	82	APR
325,7	–	–	–	–	7 620,9	1 629,0	83	MAY
38,5	59,9	–	63,7	–	10 261,8	1 827,2	84	JUN
98,4	27,2	–	246,4	–	5 251,2	3 338,2	85	JUL
89,9	95,2	–	–	–	7 869,1	2 300,1	86	AUG
–	39,4	–	67,2	–	6 215,1	1 571,2	87	SEP
262,7	44,7	–	56,6	–	8 932,9	2 765,6	88	OCT
322,8	33,2	–	37,4	–	6 633,8	2 435,7	89	NOV
–	76,6	–	705,4	–	19 212,1	1 136,1	90	DEC
1 779,8	640,9	–	1 258,3	–	104 743,4	24 526,2	91	YEAR

ORGANISMOS INTERNACIONAIS
BRASIL — DESEMBOLSOS E AMORTIZAÇÕES

PERÍODOS	N.º	Banco de Exportação e Importação — EUA *EXIMBANK — USA* (A)	(D)	Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional *USAID* — Projeto *Project* (D) I	Projeto *Project* (D) II	Programa *Program* (D)
1968						
JAN	53	654,8	8 727,8		4 257,5	2 376,1
FEV	54	262,8	2 688,7	—	2 604,9	5 804,6
MAR	55	149,1	1 108,0		3 998,3	10 640,3
ABR	56	3 236,9	1 274,1		2 386,3	8 457,8
MAI	57	3 232,3	1 524,0	423,1	5 742,4	9 961,7
JUN	58	332,6	4 733,0		7 207,0	3 602,4
JUL	59	652,8	8 707,8		2 971,0	8 608,4
AGO	60	11 544,0	2 674,1	—	3 023,6	13 767,5
SET	61	80,1	1 142,0		4 147,2	8 649,7
OUT	62	1 112,0	1 274,1		6 356,8	15 245,9
NOV	63	79,4	1 524,0	—	2 541,0	5 073,9
DEZ	64	1 022,6	4 352,5		5 750,1	4 652,9
ANO	65	22 359,4	39 730,1	423,1	50 986,1	96 841,2
1969						
JAN	66	1 067,1	9 844,4		3 600,3	4 320,7
FEV	67	132,7	1 891,1	9,7	2 919,4	1 346,7
MAR	68	805,3	1 238,0		1 552,5	1 179,1
ABR	69	3 104,0	1 673,6		3 262,1	2 313,5
MAI	70	1 606,6	1 108,0	—	2 157,7	2 550,7
JUN	71	17,9	3 021,2		6 711,0	4 849,0
JUL	72	—	—		1 387,9	2 822,6
AGO	73	13 741,1	11 755,9	23,8	2 332,2	3 064,7
SET	74	2 569,0	1 238,0		2 094,7	4 357,6
OUT	75	4 996,2	1 673,6		1 265,8	2 824,4
NOV	76	5 599,0	1 108,0	—	1 961,9	1 316,4
DEZ	77	1 554,3	5 259,2		2 879,9	15 845,3
ANO	78	35 193,2	39 811,0	33,5	32 125,4	46 790,7
1970						
JAN	79				1 534,9	2 252,3
FEV	80	6 385,4	11 607,6	—	2 673,1	972,3
MAR	81				2 108,6	1 738,8
ABR	82	5 426,0	2 216,0		3 334,9	3 593,6
MAI	83	848,0	980,0	—	4 193,6	5 509,9
JUN	84	5 265,0	5 234,0		3 316,9	4 796,9
JUL	85	3 933,0	11 615,0		1 802,7	4 590,3
AGO	86			—	2 269,2	5 055,2
SET	87	4 513,0	1 238,0		3 352,5	3 775,2
OUT	88	18 792,0	4 082,0		2 828,3	5 879,5
NOV	89			—	1 306,8	1 788,9
DEZ	90	8 303,0	5 171,0		4 215,3	3 931,6
ANO	91	53 465,4	42 143,6	—	32 936,8	43 884,5

NOTAS:
1/ A coluna I inclui juros que foram pagos com os recursos do próprio empréstimo; os dados são disponíveis somente em bases trimestrais. A coluna II compreende os desembolsos propriamente ditos.
2/ Até o presente não tiveram início as amortizações dos empréstimos da USAID.
3/ Não estão compreendidos os "Empréstimos Compensatórios" bem como o "Empréstimo E-7", do EXIMBANK.
FONTES: Extratos dos Organismos, exceto:
a) AID — Dados levantados com base nos "Statement of Disbursements" da "Loan Management Division" da USAID.
b) KFW, CFI e BNB — Dados levantados com base nos registros do BCB.

INTERNATIONAL AGENCIES

BRAZIL – DISBURSEMENTS AND AMORTIZATIONS

Corporação Financeira Internacional *IFC*		Kreditanstalt Fur Wiederaufbau *KFW*		Banco Nacional da Dinamarca *National Bank of Denmark*		N.º	PERIODS
(D)	(A)	(D)	(A)	(D)	(A)		
							1968
–	–				–	53	JAN
–	–	1 762,3	–		–	54	FEB
–	–				–	55	MAR
–	–				–	56	APR
250,0	400,0	337,4	82,1		–	57	MAY
–	–				–	58	JUN
–	–				–	59	JUL
–	–	–	11,1		–	60	AUG
400,0	–				–	61	SEP
–	182,0				–	62	OCT
400,0	–	1 740,9	93,0		–	63	NOV
625,0	400,0				–	64	DEC
1 675,0	982,0	3 840,6	186,2	505,5	–	65	*YEAR*
							1969
–	–					66	JAN
	–	3 341,9	–	–	–	67	FEB
–	–					68	MAR
–	182,0			58,5		69	APR
–	400,0	4 416,0	92,9		–	70	MAY
–	–					71	JUN
–	–					72	JUL
–	–	8 972,6	–	802,8	116,2	73	AUG
–	–					74	SEP
923,0	–					75	OCT
–	582,0	8 324,9	241,2	548,0	46,7	76	NOV
650,0	146,3					77	DEC
1 573,0	1 310,3	25 055,4	334,1	1 409,3	162,9	78	*YEAR*
							1970
–	–					79	JAN
–	–	3 865,7	–	298,7	116,6	80	FEB
–	–					81	MAR
–	182,0					82	APR
600,0	–	3 013,1	245,1	–	–	83	MAY
–	146,2					84	JUN
600,0	–					85	JUL
300,0	–	4 059,3	351,1	–	116,7	86	AUG
300,0	–					87	SEP
150,0	182,0					88	OCT
261,0	–	5 525,1	919,1	–	–	89	NOV
250,0	219,4					90	DEC
2 461,0	729,6	16 463,2	1 515,3	298,7	233,3	91	*YEAR*

NOTES:
1/ Column I includes interest payments honored with resources provided by loans themselves. Data available on quarterly basis only. In column II disbursement properly is entered.
2/ Up to the present date no amortizations from USAID loans have been initiated.
3/ "Compensatory Loans" and "E-7 Loans" from the EXIMBANK have not been included among these data.
SOURCES: Agencies Statements except:
a) AID – Data appraised with basis on the Statement of Disbursements of USAID's Loan Management Division.
b) KFW, IFC and NBD – Data appraised with basis on BCB entries.

PUBLICAÇÕES DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

(PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 10.12.72)

I – PERIÓDICOS

1. "Staff Papers" – três números por ano: estudos econômicos elaborados por técnicos do FMI. Assinatura anual .... Cr$ 35,28 1/
2. "International Financial Statistics" – mensal: elaborado pelo Departamento de Estatística do FMI. Apresenta dados estatísticos sobre assuntos financeiros e econômicos dos países membros do FMI. Assinatura anual .... Cr$ 58,80 1/
3. "Direction of Trade" – mensal. É um suplemento ao "IFS". Apresenta estatísticas de comércio mundial, por países. Assinatura anual .... Cr$ 58,80 1/
4. "Balance of Payments Yearbook". Discrimina o balanço de pagamentos de mais de 90 países
   Apresentação em folhas soltas .... Cr$ 44,10
   Folhas soltas atualizadas mensalmente e um encadernador .... Cr$ 79,38 1/
   Somente um volume anual .... Cr$ 73,50

II – LIVROS E FOLHETOS

1. "The International Monetary Fund – 1945-65: Twenty years of international cooperation". Mostra a origem e o desenvolvimento do FMI (na opinião dos seus técnicos) e os principais acontecimentos no período de 1945-69 (escrito pelo Conselho Geral do FMI). Coleção completa .... Cr$ 73,50
   Vol. I – Por J. Keith Horsefield. 663 pag. ... Cr$ 29,40
   Vol. II – por Margaret G. de Vries, J. Keith Horsefield e outros. 621 pag. ...... Cr$ 29,40
   Vol. III – editado por J. Keith Horsefield. 549 pag. Cr$ 29,40
2. "International Reserves: Needs and Availability". Documentos e Sumários do Seminário ocorrido no Fundo Monetário Internacional em 1/3 de junho de 1970, no qual participaram 22 especialistas de vários países e membros do "staff" do Fundo. 552 pag. .... Cr$ 35,28
3. "The Stand-By Arrangements of the International Monetary Fund: A Commentary on Their Formal, Legal and Financial Aspects", por Joseph Gold. 1970, 295 pag. .... Cr$ 23,52
4. "Central Banking Legislation", coleção de leis sobre bancos centrais, assuntos monetários e bancários, escolhidas e anotadas por Hans Aufricht, ex-membro do Departamento Jurídico do Fundo.
   Vol. I – 1961, 1012 pag. .... Cr$ 58,80
   Vol. II – Europe, 1967 – 922 pag. .... Cr$ 58,80

5. "International Monetary Problems, 1959-1963": Principais pronunciamentos de Per Jacobsson, durante sua gestão como Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional. 1964. 368 pag. .... Cr$ 14,70
6. "The Fund Agreement in the Courts": discussão de casos nos quais o Convênio Constitutivo haja sido citado judicialmente em Tribunais nacionais e internacionais. Por Joseph Gold, Conselheiro Geral do Fundo. 1962. 159 pag. .... Cr$ 20,58
7. "Surveys of African Economies": uma série de livros descrevendo as economias de países da África e seus acordos de cooperação regional.
   - Vol. I – "Cameroon, Central African Republic, Chad, Congo (Brazzaville) and Gabon". 1968. 365 pag. .... Cr$ 29,40 2/
   - Vol. II – "Kenya, Tanzania, Uganda and Somalia". 1969. 448 pag. .... Cr$ 29,40 2/
   - Vol. III – "Dahomey, Ivory Coast, Mauritania, Niger, Senegal, Togo and Upper Volta". 1970. 786 pag. .... Cr$ 29,40 2/
8. "Etudes Generales Sur Les Economies Africaines".
   - Vol. I – "Cameroun, Republique Centrafricaine, Tchad, Congo (Brazzaville) et Gabon". 1968. 393 pag. .... Cr$ 29,40 2/
   - Vol. II – "Kenia, Tanzanie, Ouganda et Somalie". 1970. 458 pag. .... Cr$ 29,40 2/

Pedidos para:

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEPARTAMENTO ECONÔMICO
SETOR DE BOLETIM E RELATÓRIO
CAIXA POSTAL 1102/11
70 000 – BRASÍLIA, DF

Os pedidos deverão ser dirigidos ao endereço acima, acompanhados de cheque pagável em Brasília a favor do BANCO CENTRAL DO BRASIL no valor das publicações pretendidas. Os preços acima relacionados poderão sofrer aumentos a qualquer momento que o Fundo Monetário assim determinar.

O Banco Central ao receber os pedidos, comunicará ao Fundo Monetário Internacional para que aquele organismo passe a remeter as publicações diretamente aos adquirentes. A correspondência referente a reclamações por eventuais faltas de recebimentos de publicações, deverá ser feita diretamente para:

The Secretary
INTERNATIONAL MONETARY FUND
19 th and H Streets, N.W.
WASHINGTON, D.C. 20431
USA

1/ Para bibliotecas universitárias, estudantes e professores universitários o preço é de Cr$ 17,64 para cada bublicação, ou de Cr$ 58,80 para o total das publicações de 1 a 4.
2/ Para bibliotecas universitárias, estudantes e professores universitários o preço é de Cr$ 14,70.

CONVENÇÕES ESTATÍSTICAS

STATISTICAL SYMBOLS

...	Dados desconhecidos *Unknown Data*
–	Dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente *Indicates a figure is zero, or that the phenomenon called for did not exist*
0	Menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado *Less than half of the last digit shown*
e	Dados estimados *Estimated Data*
p	Dados provisórios ou preliminares *Provisional or preliminary data*
r	Dados retificados *Rectified Data*
pr	Dados retificados, mas ainda provisórios *Rectified data, but still provisional*

Um hífen (-) entre os anos (p. ex. 1969-70) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último. Uma barra (/) é utilizada entre anos (p. ex. 1964/68), indicando a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

A hyphen (-) is used between years (e. g. 1969-70) to indicate a total of the years inclusive of the beginning and ending years. An oblique stroke (/) is used between years (e.g. 1964/68) to indicate an annual average of the years shown, unless specified as crop-year or agreement-year.

NOTE – 1) *It has not been translated:* valor (*value*), Fonte (*source*), Cr$ milhões (*millions of cruzeiros*) quadro (*table*) *and name of the months* – Fev (*Feb*), Mai (*May*), Ago (*Aug*), Set (*Sep*), Out (*Oct*) *and* Dez (*Dec*).

2) *Digits to the right of the comma, in all numbers, represent a fraction of the unit mentioned. For example:* Cr$ 4.645,36 *means 4,645 units (cruzeiros) and 36/100 units (i.e. 36 cents).*

QUADROS SEM ALTERAÇÕES

Os quadros cujas séries estatísticas não sofreram alterações não são publicados neste número. Entretanto, estão mencionados no índice, com a indicação de sua última publicação no BOLETIM.

Êsses quadros voltarão a ser publicados tão logo os dados estatísticos sejam atualizados.

UNALTERED TABLES

Tables the statistical series of which have not been altered are not published in this number. However, they are mentioned in the table of contents with an indication of when they were published in this BOLETIM *the last time. Those tables will appear again whenever new data will be available for them.*

FONTES

Os quadros e gráficos são originais, ou de elaboração dêste Banco Central. Neste último caso, com base em dados de fontes diversas citadas nos rodapés.

SOURCES

Tables and graphs are either original or prepared by the Central Bank, and in the latter case on basis of various sources mentioned in footnotes.

SIGLAS UTILIZADAS

AID — Associação Internacional de Desenvolvimento — órgão associado ao BIRD
BASA — Banco da Amazônia S. A.
BB — Banco do Brasil S. A.
BCB — Banco Central do Brasil
BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD — Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB — Banco do Nordeste do Brasil
BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNCC — Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNH — Banco Nacional da Habitação
BOVESPA — Índice de Rentabilidade de Ações da Bolsa de Valores de São Paulo
BVRJ — Bolsa de Valores do Rio de Janeiro
CD — Certificado de Depósito
CEMIG — Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A.
CEPLAC — Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira
CFI — Corporação Financeira Internacional — órgão associado ao BIRD
CIBPU — Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai
CIEF — Centro de Informações Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda
CIESP — Centro das Indústrias de São Paulo
CREAI — Carteira de Crédito Rural (BB)
CREGE — Carteira de Crédito Geral (BB)
CSN — Companhia Siderúrgica Nacional
DEICON — Departamento de Estatísticas Industriais, Comerciais e de Serviços do IBGE
ESCAM — Estatística Nacional das Operações de Câmbio
EUA — Estados Unidos da América
FGTS — Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FGV — Fundação Getúlio Vargas
FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINAME — Agência Especial de Financiamento Industrial
FIPEME — Fundo de Financiamento a Pequena e Média Indústria
FMI — Fundo Monetário Internacional
FRDC — Fundo de Reserva e Defesa do Café
FRC — Fundo de Racionalização da Cafeicultura
FUNAGRI — Fundo Geral para Agricultura e Indústria
FUNDAG — Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola
FUNGIRO — Fundo de Financiamento para Capital de Giro
GERCA — Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura
IBC — Instituto Brasileiro do Café
IBGE — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBV — Índice de Rentabilidade de Ações da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro
ICOMI — Indústria e Comércio e Mineração S. A.
IDEG — Instituto de Desenvolvimento do Estado da Guanabara
IFS — Revista "International Financial Statistics", do Fundo Monetário International
INPS — Instituto Nacional de Previdência Social
IPASE — Instituto de Previdência dos Servidores do Estado
IPEA — Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social
IRB — Instituto de Resseguros do Brasil
LIGHT — Light S. A. — Serviços de Eletricidade
LTN — Letras do Tesouro Nacional
ORTN — Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PASEP — Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS — Plano de Integração Social
SUMOC — Superintendência da Moeda e do Crédito
TN — Tesouro Nacional
USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP — Universidade de São Paulo

I — SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
FINANCIAL SYSTEM

MEIOS DE PAGAMENTO

QUADRO I.4

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	19 Set	19 Out
MEIOS DE PAGAMENTO 1/	1	10 482	15 004	21 384	28 348	35 919	43 464	44 884
PAPEL MOEDA EMITIDO	2	2 840	3 598	5 100	6 400	7 900	8 000	8 200
PAPEL MOEDA EM CIRCULAÇÃO 2/	3	2 741	3 458	4 970	6 213	7 638	7 772	8 059
PAPEL MOEDA EM PODER DO PÚBLICO 3/	4	2 343	2 944	4 080	5 389	6 719	6 677	7 064
MOEDA ESCRITURAL 4/	5	8 139	12 060	17 304	22 959	29 200	36 787	37 820
Autoridades Monetárias	5A	1 947	2 438	3 820	5 347	6 772	8 642	8 912
Setor Público	5A1	1 103	1 093	1 747	2 439	3 035	3 969	3 969
Setor Privado 5/	5A2	844	1 345	2 073	2 908	3 737	4 673	4 943
Bancos Comerciais 6/	5B	6 192	9 622	13 484	17 612	22 428	28 145	28 908
Setor Público	5B1	566	1 103	1 756	2 216	2 753	3 914	3 847
Setor Privado 5/	5B2	5 626	8 519	11 728	15 396	19 675	24 231	25 061
COEFICIENTES DE COMPORTAMENTO								
PAPEL MOEDA EM PODER DO PÚBLICO / MEIOS DE PAGAMENTO – %	6	22,4	19,6	19,1	19,0	18,7	15,4	15,7
MEIOS DE PAGAMENTO / PAPEL MOEDA EMITIDO	7	3,7	4,2	4,2	4,4	4,5	5,4	5,5
MOEDA ESCRITURAL DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS/ /MOEDA ESCRITURAL DOS BANCOS COMERCIAIS – %	8	31,4	25,3	28,3	30,4	30,2	30,7	30,8

1/ Por definição igual a Papel Moeda em Poder do Público (4) mais Moeda Escritural (5).
2/ Papel Moeda Emitido menos numerário na Tesouraria das Autoridades Monetárias.
3/ Papel Moeda em Circulação menos caixa em moeda corrente dos Bancos Comerciais.
4/ Depósito à vista e de aviso prévio até 120 dias.
5/ Inclui depósitos de Instituições Financeiras Não-monetárias e Sociedades de Economia Mista.
6/ Exclui depósitos sobre operações de câmbio.

MEANS OF PAYMENT

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

71 Nov	71 Dez	1972 Jan	1972 Fev	1972 Mar	1972 Abr p	1972 Mai e	N.º	ITEM
46 769	47 160	44 857 pr	46 263 p	48 017 p	49 088 e	50 050	1	*MEANS OF PAYMENT 1/*
8 700	9 750	9 377	9 249	9 450	9 554	...	2	*CURRENCY ISSUED*
8 430	9 498	9 083	8 966	9 326	9 425	9 459	3	*CURRENCY IN CIRCULATION 2/*
7 156	8 554	7 175 pr	7 977 p	8 498 p	8 623	8 609	4	*CURRENCY HELD BY THE PUBLIC 3/*
39 613	38 606	37 682 p	38 286 p	39 519 p	40 465	41 441	5	*DEMAND DEPOSITS 4/*
9 094	8 903	8 640	8 998	9 736	9 990	10 041	5A	*Monetary Authorities*
3 901	4 055	3 768	4 147	4 736	4 603	...	5A1	*Public Sector*
5 193	4 848	4 872	4 851	5 000	5 387	...	5A2	*Private Sector 5/*
30 519	29 703	29 042 p	29 288 p	29 783 p	30 475 e	31 400	5B	*Commercial Banks 6/*
4 195	3 749	4 401 p	4 525 p	3 771 p	4 267 e	...	5B1	*Public Sector*
26 324	25 954	24 641 p	24 763 p	26 012 p	26 208 e	...	5B2	*Private Sector 5/*
								BEHAVIOR COEFFICIENTS
15,3	18,1	16,0 pr	17,2 p	17,7 p	17,6 e	17,2	6	*CURRENCY HELD BY THE PUBLIC / MEANS OF PAYMENT – %*
5,4	5,0	4,9 p	5,0 p	5,1 p	5,2 e	...	7	*MEANS OF PAYMENT/ /CURRENCY ISSUED*
29,8	30,0	29,7 pr	30,7 p	32,7 p	32,8 e	32,0	8	*DEMAND DEPOSITS OF MONETARY AUTHORITIES/ DEMAND DEPOSITS OF COMMERCIAL BANKS – %*

1/ By definition it is Currency Held by the Public (4) plus Demand Deposits (5).
2/ Currency Issued minus cash at Monetary Authorities Treasury.
3/ Currency in Circulation minus Currency of Commercial Banks.
4/ Demand Deposits and Short-term Deposits until 120 days.
5/ Includes deposits from Non-monetary Financial Instituitions.
6/ Excludes deposits on exchange transactions.

DEPÓSITOS NO SISTEMA BANCÁRIO

QUADRO I.7

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	19	
							Set	Out
SISTEMA BANCÁRIO p	1	9 164	13 840	20 155	26 435	34 202	43 216	44 650
Depósitos à Vista	1A	8 139	12 060	17 304	22 959	29 200	36 787	37 820
Depósitos a Prazo 1/	1B	329	600	996	927	1 556	2 730	3 118
Outros Depósitos 2/	1C	696	1 180	1 855	2 549	3 446	3 699	3 712
AUTORIDADES MONETÁRIAS	2	2 096	2 685	4 233	5 832	7 612	9 563	9 892
Depósitos à vista	2A	1 947	2 438	3 820	5 347	6 772	8 642	8 912
Depósitos a Prazo 1/	2B	35	66	77	88	124	196	246
Outros Depósitos	2C	114	181	336	397	716	725	734
BANCOS COMERCIAIS p	3	7 068	11 155	15 922	20 603	26 590	33 653	34 758
Depósitos à Vista	3A	6 192	9 622	13 484	17 612	22 428	28 145	28 908
Depósitos a Prazo 1/	3B	294	534	919	839	1 432	2 534	2 872
Outros Depósitos 2/	3C	582	999	1 519	2 152	2 730	2 974	2 978

1/ Inclui Depósitos com Correção Monetária.
2/ Inclui os Depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Depósitos para Investimentos, Judiciais e Vinculados.

DEPOSITS IN THE BANKING SYSTEM

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

71		1972						
Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai e	N.º	ITEM
46 771	46 454	45 869 p	46 506 p	47 087 p	49 277 e	...	1	**BANKING SYSTEM p**
39 613	38 606	37 682 p	38 286 p	39 519 p	40 465 e	41 441	1A	*Demand Deposits*
3 334	3 659	3 881 p	4 006 p	4 211 p	4 690 e	...	1B	*Time Deposits 1/*
3 824	4 189	4 306 p	4 214 p	3 357 p	4 122 e	...	1C	*Other 2/*
10 298	10 166	9 894 r	10 245	10 953	11 469	...	2	**MONETARY AUTHORITIES**
9 094	8 903	8 640	8 998	9 736	9 990	10.041	2A	*Demand Deposits*
246	406	413	419	478	669	...	2B	*Time Deposits 1/*
958	857	841	828	739	810	...	2C	*Other*
36 473	36 288	35 975 p	36 261 p	36 134 p	37 808 e	...	3	**COMMERCIAL BANKS p**
30 519	29 703	29 042 p	29 288 p	29 783 p	30 475 e	31 400	3A	*Demand Deposits*
3 088	3 253	3 468 p	3 587 p	3 733 p	4 021 e	3 900	3B	*Time Deposits 1/*
2 866	3 332	3 465 p	3 386 p	2 618 p	3 312 e	...	3C	*Other 2/*

1/ It includes Time Indexed Deposits.
2/ It Includes Unemployment Insurance Fund Deposits (FGTS), Special Deposits for Investment, Earmarked and Judicial Deposits.

EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA BANCÁRIO [1/]

QUADRO I.8

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968
TOTAL GERAL (ST1 + ST2)	T	1 917	3 096	5 451	8 067	10 040	14 949	23 797
SETOR PRIVADO (1+...+5=ST1A+ST1B) [2/]	ST1	1 244	1 945	3 506	5 521	7 377	11 496	18 944
COMÉRCIO [3/]	1	394	567	923	1 476	1 737	2 642	6 169
Bancos Comerciais	1A	312	447	740	1 240	1 433	2 191	3 752
Autoridades Monetárias	1B	82	120	183	236	304	451	2 417
INDÚSTRIA	2	497	802	1 414	2 327	2 971	4 446	5 816
Bancos Comerciais	2A	293	511	950	1 709	2 040	3 298	5 171
Autoridades Monetárias	2B	204	291	464	618	931	1 148	645
LAVOURA	3	191	376	785	1 077	1 572	2 452	2 962
Bancos Comerciais	3A	58	116	263	496	645	1 147	1 204
Autoridades Monetárias	3B	133	260	522	581	927	1 305	1 758
PECUÁRIA	4	73	91	178	277	472	864	1 748
Bancos Comerciais	4A	16	30	73	137	188	428	1 061
Autoridades Monetárias	4B	57	61	105	140	284	436	687
OUTROS	5	89	109	206	364	625	1 092	2 249
Bancos Comerciais	5A	86	106	202	357	589	987	1 843
Autoridades Monetárias	5B	3	3	4	7	36	105	406
TOTAL – BANCOS COMERCIAIS	ST1A	765	1 210	2 228	3 939	4 895	8 051	13 031
TOTAL – AUTORIDADES MONETÁRIAS [3/]	ST1B	479	735	1 278	1 582	2 482	3 445	5 913
SETOR PÚBLICO	ST2	673	1 151	1 945	2 546	2 663	3 453	4 853
Bancos Comerciais	6	61	86	72	169	356	566	798
Autoridades Monetárias [4/]	7	612	1 065	1 873	2 377	2 307	1 887	4 055

1/ Os valores referentes a 1968/69 refletem a alteração do critério de classificação das operações, decorrentes de nova padronização da contabilidade bancária. A partir de 1970, as operações passaram novamente a ser classificadas como o eram primitivamente. Não inclui os Empréstimos a Instituições Financeiras. Devido a diferentes critérios de compatibilização, as cifras deste quadro não são estritamente comparáveis com as dos quadros I.1, I.2 e I.3.
2/ Inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.
3/ Engloba as aplicações do PASEP.
4/ Não inclui o Plano de Assistência Financeira a Unidades Federativas.

LOANS OF THE BANKING SYSTEM [1/]

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

1969	1970	1971	1972 Fev	1972 Mar	1972 Abr	1972 Mai e	N.º	ITEM
31 398	40 908	56 192	56 817 p	58 777 p	60 747 e	62 150	T	GRAND TOTAL (ST1 + ST2)
27 130	36 465	53 060	53 572 p	55 453 p	57 383 e	58 800	ST1	PRIVATE SECTOR (1+...+5=ST1A+ST1B) [2/]
9 112	8 722	13 325	13 356 p	14 316 p	14 778 e	...	1	*COMMERCE* [3/]
5 271	6 458	9 730	9 924 p	10 701 p	11 095 e	...	1A	*Commercial Banks*
3 841	2 264	3 595	3 432	3 615	3 683	...	1B	*Monetary Authorities*
8 246	13 399	19 189	19 416 p	19 866 p	20 564 e	...	2	*INDUSTRY*
7 295	9 991	13 697	14 082 p	14 379 p	14 897 e	...	2A	*Commercial Banks*
951	3 408	5 492	5 334	5 487	5 667	...	2B	*Monetary Authorities*
3 948	5 908	7 651	7 479 p	7 657 p	8 011 e	...	3	*AGRICULTURAL*
1 477	1 938	2 213	2 264 p	2 338 p	2 405 e	...	3A	*Commercial Banks*
2 471	3 970	5 438	5 215	5 319	5 606	...	3B	*Monetary Authorities*
2 298	3 089	4 171	4 365 p	4 431 p	4 543 e	...	4	*LIVE-STOCK*
1 224	1 504	1 932	2 069 p	2 082 p	2 134 e	...	4A	*Commercial Banks*
1 074	1 585	2 239	2 296	2 349	2 409	...	4B	*Monetary Authorities*
3 526	5 347	8 724	8 956 p	9 183 p	9 487 e	...	5	*OTHERS*
2 847	4 396	7 562	7 779 p	7 951 p	8 263 e	...	5A	*Commercial Banks*
679	951	1 162	1 177	1 232	1 224	...	5B	*Monetary Authorities*
18 114	24 287	35 134	36 118 p	37 451 p	38 794 e	39 600	ST1A	*TOTAL – COMMERCIAL BANKS*
9 016	12 178	17 926	17 454	18 002	18 589	19 200	ST1B	*TOTAL – MONETARY AUTHORITIES* [3/]
4 268	4 443	3 132	3 245 p	3 324 p	3 364 e	3 350	ST2	*PUBLIC SECTOR*
1 292	1 790	2 356	2 355 p	2 426 p	2 564 e	2 450	6	*Commercial Banks*
2 976	2 653	776	890	898	800	900	7	*Monetary Authorities* [4/]

1/ Figures refering to 1968/69 period result from changes in the general criterium to classify operations, as consequence of the uniformization of the Bank's accounting system. Since 1970 said operations are again being registered in accordance with the previous system. Loans to Financial Institutions are excluded of this tabela. Owing to differences in criteria, figures of this table may differ slightly from those in tables I.1, I.2 and I.3.
2/ Includes advances based on "Foreign Exchange Contract".
3/ Includes PASEP investiments.
4/ Excludes the "Financial Aid Plan to Federative Units".

BANCOS COMERCIAIS
ENCAIXE

QUADRO 1.9

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
							Set	Out
ENCAIXE	T	2 511	3 441	4 851	5 778	6 976	9 198	9 147
VOLUNTÁRIO	1	1 333	1 530	1 911	2 164	2 388	3 622	3 314
Caixa em Moeda Corrente	1A	398	514	890	824	919	1 095	994
Depósitos no Banco do Brasil	1B	823	842	1 017	1 259	1 385	1 539	1 382
Títulos Federais	1C	112	174	4	81	84	988	938
COMPULSÓRIO	2	1 178	1 911	2 923	3 568	4 492	5 430	5 683
Espécie	2A	989	1 503	1 965	1 981	1 857	2 257	2 324
Títulos Federais	2B	189	408	958	1 587	2 635	3 173	3 359
RECOLHIMENTO ESPECIAL (Operações de Crédito Rural)	3	–	...	17	46	96	146	150

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DO BANCO CENTRAL AOS BANCOS COMERCIAIS 1/
TÍTULOS REDESCONTADOS

QUADRO I.10

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
							Set	Out
TOTAL	T	354	439	955	1 456	1 535	1 765	2 108
LIQUIDEZ	1	188	164	447	410	351	305	350
REFINANCIAMENTO	2	166	275	508	1 046	1 184	1 460	1 758
Manufaturados Exportáveis	2A	...	...	...	170	322	457	477
Comercialização Agrícola	2B	...	...	...	76	64	229	158
Café	2C	88	157	263	632	640	628	973
Cacau, Fumo, Mamona e Sisal	2D	...	...	...	94	86	58	57
Rurais do Dec.-Lei n.º 167/67	2E	...	...	...	33	33	28	28
Bancos de Controle da União	2F	...	33	...	27	28	44	49
Diversos	2G	...	...	...	14	11	16	16

1/ Exclusive Cooperativas.

COMMERCIAL BANKS
RESERVES

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

71		1972						
Nov	Dez	Jan p	Fev p	Mar p	Abr p	Mai e	N.º	ITEM
9 887	10 051	10 452	10 065	9 493	9 935	...	T	*RESERVES*
3 952	3 927	3 703	3 628	3 285	3 169	...	1	*VOLUNTARY*
1 274	943	1 098	989	828	802	850	1A	*Cash*
1 623	2 154	1 719	1 556	1 293	1 381	1 400	1B	*Deposits with Banco do Brasil*
1 055	830	886	1 083	1 099	986	...	1C	*Treasury Bonds*
5 788	5 943	6 581	6 210	6 097	6 597	6 180	2	*REQUIRED*
2 394	2 442	2 844	2 511	2 450	2 632	2 670	2A	*Cash*
3 394	3 501	3 737	3 699	3 647	3 965	3 510	2B	*Treasury Bonds*
147	181	168	167	180	169	...	3	*DEPOSITS ALTERNATIVE TO AGRICULTURAL CREDIT*

DISCOUNT OF BANCO CENTRAL TO COMMERCIAL BANKS 1/

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

71		1972						
Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr p	Mai e	N.º	ITEM
2 083	2 284	2 502	2 215	2 389	2 446	2 293	T	TOTAL
275	516	829	706	562	419	238	1	*LIQUIDITY*
1 808	1 768	1 673	1 509	1 827	2 027	1 955	2	*REFINANCINGS*
491	520	516	537	567	653	...	2A	*Exportable Manufactures*
90	110	128	139	270	418	...	2B	*Marketing of farm products*
1 080	993	858	648	818	786	633	2C	*Coffee*
52	62	74	80	73	62	...	2D	*Cocoa, Tobbaco, Castór and Sisal*
28	31	31	29	24	21	...	2E	*Rurals referring to Decree-Law 167/67*
54	40	53	60	59	69	...	2F	*Banks under direct control of Treasury*
13	12	13	16	16	18	...	2G	*Other*

1/ It excludes Cooperatives.

BANCOS FEDERAIS DE DESENVOLVIMENTO

BALANCETE AJUSTADO

BANCO DA AMAZÔNIA, BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO, BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

QUADRO I.11

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970
ATIVO	T	2 082	3 209	4 569	6 306	8 668
ENCAIXE	1	237	109	225	228	345
Moeda Corrente	1A	9	12	19	16	18
Depósitos à vista	1B	228	97	206	212	327
APLICAÇÕES	2	1 359	2 341	3 458	5 052	7 091
VALORES MOBILIÁRIOS	3	66	216	115	256	212
Títulos Públicos	3A	65	216	84	203	102
Títulos Privados	3B	1	0	31	53	110
OUTRAS CONTAS	4	402	506	712	695	905
IMÓVEIS	5	2	5	10	15	33
IMOBILIZADO	6	16	32	49	60	82
PASSIVO	T	2 082	3 209	4 569	6 306	8 668
RECURSOS PRÓPRIOS	7	825	1 433	2 105	3 291	5 135
Capital	7A	234	458	670	1 231	1 987
Reservas	7B	535	801	1 312	1 937	3 044
Saldo Líquido das Contas de Resultado	7C	56	174	123	123	104
RECURSOS ESPECÍFICOS	8	36	45	27	2	10
DEPÓSITOS	9	629	912	1 301	1 646	2 032
Especiais	9A	75	41	85	104	186
À Vista	9B	88	140	267	304	400
A Prazo	9C	425	669	900	1 174	1 360
Outros	9D	41	62	49	64	86
OUTRAS EXIGIBILIDADES	10	592	819	1 136	1 367	1 491
Instituições Estrangeiras	10A	105	116	135	182	426
Outras	10B	487	703	1 001	1 185	1 065

FEDERAL DEVELOPMENT BANKS
ADJUSTED BALANCE SHEET

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

1971 Mar	1971 Jun	1971 Set	1971 Dez	1972 Jan	N.º	ITEM
8 757	10 031	10 399	11 704	12 071	T	**ASSETS**
278	364	262	377	390	1	*CASH*
16	18	21	22	22	1A	*Currency*
262	346	241	355	368	1B	*Demand Deposits*
7 217	7 893	8 442	9 570	9 729	2	*LOANS*
220	217	334	387	378	3	*SECURITIES*
97	94	226	242	230	3A	*Government Bonds*
123	123	108	145	148	3B	*Private Securities*
912	1 305	1 060	1 062	1 252	4	*OTHER ACCOUNTS*
40	38	43	47	49	5	*REAL ESTATE*
90	214	258	261	273	6	*FIXED ASSETS*
8 757	10 031	10 399	11 704	12 071	T	**LIABILITIES**
5 416	6 283	6 626	7 302	7 338	7	*CAPITAL ACCOUNTS*
1 987	4 253	4 353	4 830	4 830	7A	*Paid-in Capital*
3 314	1 879	2 037	2 216	2 258	7B	*Reserves*
115	151	236	256	250	7C	*Allocation Result Account*
9	21	33	33	39	8	*SPECIFICS FUNDS*
1 877	1 904	1 915	2 097	2 146	9	*DEPOSITS*
183	243	202	194	222	9A	*Specials*
465	447	427	482	478	9B	*Demand*
1 153	1 135	1 190	1 334	1 302	9C	*Time*
76	79	96	87	144	9D	*Other*
1 455	1 823	1 825	2 272	2 548	10	*OTHER LIABILITIES*
414	462	475	475	486	10A	*Foreign Institutions*
1 041	1 361	1 350	1 797	2 062	10B	*Other*

EMPRÉSTIMOS POR ACEITE CAMBIAL

QUADRO I.14

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
							Set	Out
TOTAL	T	906	2 105	4 558	6 172	9 756	12 890	13 366
Crédito ao Consumidor	ST1	...	...	...	...	7 729	10 812	11 285
Capital de Giro	ST2	...	...	...	...	2 027	2 078	2 081
FINANCEIRAS 1/	1	805	1 560	3 625	4 452	7 850	10 507	10 964
Crédito ao Consumidor	1A	...	...	...	3 940	7 512	10 402	10 857
Capital de Giro	1B	...	...	...	512	338	105	107
BANCOS DE INVESTIMENTOS	2	101	545	933	1 720	1 906	2 383	2 402
Crédito ao Consumidor	2A	...	...	...	...	217	410	428
Capital de Giro	2B	...	...	...	...	1 689	1 973	1 974

1/ Estimativa baseada em amostragem de 5 praças (Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife). A partir de dez. 70 a representatividade da amostra é superior a 50% do universo para as duas primeiras cidades e é 100% para as demais. Anteriormente a dezembro de 1970 a amostra correspondia a um mínimo de 60% para todas as cidades mencionadas.

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO COM CORREÇÃO MONETÁRIA

QUADRO I.16

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
							Set	Out
TOTAL	T	129	469	1 056	1 939	4 284	7 246	8 016
Com Emissão de Certificados	ST1	...	...	...	326	779	1 369	1 392
Sem Emissão de Certificados	ST2	...	...	...	1 613	3 505	5 877	6 624
BANCOS DE INVESTIMENTOS	1	2	85	409	1 099	2 808	4 603	5 007
Com CD	1A	...	...	...	319	730	1 252	1 267
Sem CD	1B	...	...	...	780	2 078	3 351	3 740
BANCOS COMERCIAIS	2	127	336	573	758	1 356	2 450	2 767
Com CD	2A	...	...	...	7	47	115	123
Sem CD	2B	...	...	...	751	1 309	2 335	2 644
BANCO DO BRASIL	3	...	48	74	82	120	193	242
Com CD	3A	—	—	—	—	2	2	2
Sem CD	3B	...	48	74	82	118	191	240

ACCEPTANCES CREDITS

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

71 Nov	71 Dez	1972 Jan P	1972 Fev P	1972 Mar P	1972 Abril P	1972 Mai	N.º	ITEM
14 074	15 118	15 858	16 381	16 722	17 443	18 192	T	**TOTAL**
11 780	12 830	13 434	13 851	14 357	15 010	15 661	ST1	*Consumer Credit*
2 294	2 288	2 424	2 530	2 365	2 433	2 531	ST2	*Working Capital*
11 495	12 551	13 082	13 586	13 988	14 629	15 311	1	**FINANCE COMPANIES 1/**
11 383	12 462	12 989	13 498	13 902	14 544	15 231	1A	*Consumer Credit*
112	89	93	88	86	85	80	1B	*Working Capital*
2 579	2 567	2 776	2 795	2 734	2 814	2 881	2	**INVESTMENT BANKS**
397	368	445	353	455	466	430	2A	*Consumer Credit*
2 182	2 199	2 331	2 442	2 279	2 348	2 451	2B	*Working Capital*

1/ Estimator based upon samples from 5 market-places (Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre and Recife). After Dec. 1970 sample size is over 50% of the universe of Rio and S. Paulo and 100% of the other market-places. Before Dec. 1970, the sampling size corresponds to a minimum of 60% of each market-place.

TIME INDEXED DEPOSITS

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

71 Nov	71 Dez P	1972 Jan P	1972 Fev P	1972 Mar P	1972 Abril P	1972 Mai	N.º	ITEM
8 664	9 311	9 632	10 117	...	...	...	T	**TOTAL**
1 514	1 695	1 659	1 841	...	...	...	ST1	*With Certificates of Deposits (CD's)*
7 150	7 616	7 973	8 276	...	...	...	ST2	*Without Certificates of Deposits*
5 440	5 746	5 637	6 271	6 327	6 431	6 632	1	**INVESTMENT BANKS**
1 392	1 557	1 488	1 694	1 673	1 712	1 851	1A	*With CD's*
4 048	4 189	4 149	4 577	4 654	4 719	4 781	1B	*Without CD's*
2 982	3 164	3 373	3 433	...	...	...	2	**COMMERCIAL BANKS**
120	136	139	145	...	...	...	2A	*With CD's*
2 862	3 028	3 234	3 288	...	...	...	2B	*Without CD's*
242	401	408	413	473	...	...	3	**BANCO DO BRASIL**
2	2	2	2	2	...	...	3A	*With CD's*
240	399	406	411	471	...	...	3B	*Without CD's*

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL [1/]

BALANCETE AJUSTADO

QUADRO I.20

ATIVO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
							Jul	Ago
TOTAL	T	628	1 117	1 670	2 289	5 307	7 449	7 679
ENCAIXE	1	56	184	91	161	263	390	382
Moeda Corrente	1A	11	21	23	32	38	64	60
Depósitos	1B	45	163	68	129	225	326	322
EMPRÉSTIMOS	2	394	615	1 120	1 548	3 112	4 065	4 220
Bens de Consumo Duráveis	2A	...	...	...	...	118	117	117
Consignações	2B	95	144	176	152	421	407	377
Crédito Pessoal	2C	...	...	...	...	136	218	266
Habitacionais	2D	...	...	...	...	1 677	2 179	2 252
Hipotecários	2E	195	207	492	743	480	801	856
Penhores	2F	51	67	76	83	117	135	137
Promessa de Venda de Imóveis	2G	...	...	...	...	59	95	102
Sob Caução	2H	0	0	2	6	5	0	0
Outros	2I	53	197	374	564	99	113	113
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	3	87	129	199	242	331	308	303
Títulos Federais	3A	28	116	178	211	290	263	258
ORTN	3A1	28	116	178	211	290	203	203
LTN	3A2	...	...	...	...	...	60	55
Títulos Estaduais e Municipais	3B	...	...	...	...	...	0	0
Outros	3C	59	13	21	31	41	45	45
IMÓVEIS NÃO DESTINADOS A USO	4	9	21	17	40	...	239	240
IMOBILIZADO	5	18	42	95	128	327	222	226
OUTROS CRÉDITOS	6	64	126	148	170	1 274	2 225	2 308
BNH — Conta Depósitos	6A	...	...	...	...	27	10	9
Diversos	6B	64	126	148	170	1 247	2 215	2 299

FEDERAL SAVINGS BANK [1/]

ADJUSTED BALANCE SHEET

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

71				1972			N.º	ASSETS
Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar		
7 828	7 972	8 252	8 145	8 843	8 632	9 154	T	TOTAL
416	413	368	365	422	390	588	1	*CASH*
67	65	60	50	65	64	62	1A	*Currency*
349	348	308	315	357	326	526	1B	*Bank Deposits*
4 320	4 569	4 711	4 802	5 030	5 095	5 164	2	*LOANS*
119	124	132	132	135	139	141	2A	*Durable Consumer Goods*
373	366	379	370	384	389	375	2B	*Consignments*
296	309	315	316	320	326	347	2C	*Personnel credit*
2 303	2 476	2 549	2 633	2 789	2 795	2 829	2D	*Housing*
876	935	960	985	1 026	1 059	1 075	2E	*Mortgage*
139	141	143	143	148	155	161	2F	*Pawns*
103	108	117	119	126	128	129	2G	*Real Estate Sales Advances*
0	0	0	0	0	0	0	2H	*Under Guarantee*
111	110	116	104	102	104	107	2I	*Other*
234	240	319	333	313	309	277	3	*SECURITIES*
188	194	269	269	249	245	213	3A	*Treasury Bonds*
187	194	223	269	249	202	168	3A1	*ORTN*
1	–	46	–	–	43	45	3A2	*LTN*
0	0	0	0	0	0	0	3B	*State and Municipal Bonds*
46	46	50	64	64	64	64	3C	*Other*
249	256	253	258	264	269	266	4	*REAL ESTATE*
230	235	239	246	252	257	260	5	*FIXED ASSETS*
2 379	2 259	2 362	2 141	2 562	2 312	2 599	6	*OTHER ASSETS*
9	9	9	9	9	9	10	6A	*BNH – Deposit Account*
2 370	2 250	2 353	2 132	2 553	2 303	2 589	6B	*Other*

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL [1/]

BALANCETE AJUSTADO

QUADRO I.20

PASSIVO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	19 Jul	19 Ago
TOTAL	T	628	1 117	1 670	2 289	5 307	7 449	7 679
RECURSOS PRÓPRIOS	7	55	150	321	515	1 013	2 376	2 461
Capital (Patrimônio)	7A	21	65	260	411	353	900	900
Reservas e Provisões	7B	16	42	10	12	589	1 252	1 425
Saldo Líquido — Contas de Resultado	7C	18	43	51	92	71	224	136
DEPÓSITOS À VISTA	8	333	582	591	696	1 069	1 057	1 163
Populares	8A	313	565	574	693	616	540	601
Sem Limite	8B	...	...	...	...	270	318	295
Outros	8C	20	17	17	3	183	199	267
DEPÓSITOS A PRAZO	9	81	161	217	427	1 298	1 795	1 847
Poupança Livre [2/]	9A	...	...	...	...	1 189	1 649	1 695
Poupança Vinculada	9B	...	...	...	...	27	44	45
Prazo Fixo	9C	10	43	51	47	74	76	76
Judiciais	9D	1	1	0	3	8	24	29
Sob Caução	9E	6	5	7	4	—	—	—
Outros	9F	64	112	159	373	...	2	2
FUNDOS ESPECIAIS	10	...	...	...	...	122	131	22
OUTRAS EXIGIBILIDADES	11	159	224	541	651	1 805	2 090	2 186
BNH — Conta Refinanciamentos	11A	...	...	...	...	431	497	509
Outros Empréstimos e Refinanciamentos	11B	...	...	...	...	...	66	58
Diversos	11C	159	224	541	651	1 374	1 527	1 619

1/ De 1966 a novembro de 1970 compreende as Caixas Econômicas Federais de São Paulo, Rio de Janeiro (GB), Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Brasília, que apresentavam elevada percentagem do Ativo e Passivo de todas as 22 Caixas existentes em 30.11.1970. A Partir do mês de dezembro de 1970 o Balancete é o da Caixa Econômica Federal ajustado.

2/ Até novembro de 1970 os Depósitos de Poupança Livre eram apurados no item "Outros" de Depósitos a Prazo (9F).

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL [1/]
ADJUSTED BALANCE SHEET

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

71 Set	71 Out	71 Nov	71 Dez	1972 Jan	1972 Fev	1972 Mar	N.º	LIABILITIES
7 828	7 972	8 252	8 145	8 843	8 632	9 154	T	TOTAL
2 490	2 527	2 600	1 638	1 695	1 709	1 756	7	CAPITAL ACCOUNTS
900	900	900	900	900	900	900	7A	Patrimonial
1 428	1 429	1 430	738	738	739	741	7B	Reserves
162	198	270	—	57	70	115	7C	Allocations Result Account
1 098	1 082	1 069	1 083	1 061	1 225	1 251	8	DEMAND DEPOSITS
577	572	573	554	548	608	623	8A	Private
294	300	288	318	293	290	348	8B	Unlimited
227	210	208	211	220	327	280	8C	Other
1 925	2 066	2 119	2 198	2 365	2 456	2 570	9	TIME DEPOSITS
1 765	1 901	1 953	2 029	2 193	2 277	2 392	9A	Savings [2/]
47	46	46	46	47	47	47	9B	Earmarked savings
76	76	76	76	79	83	80	9C	Fixed–term
35	42	43	46	45	48	50	9D	Judicial
—	—	—	—	—	—	—	9E	Under Guarantee
2	1	1	1	1	1	1	9F	Other
33	16	37	195	202	15	51	10	SPECIAL FUNDS
2 282	2 281	2 427	3 031	3 520	3 227	3 526	11	OTHER LIABILITIES
508	531	531	527	546	518	515	11A	BNH — Refinancings Account
145	87	87	89	51	51	49	11B	Other loans and refinancings
1 629	1 663	1 809	2 415	2 923	2 658	2 962	11C	Other

1/ It includes from 1966 to Nov. 1970 the Federal Savings Banks of São Paulo, Rio de Janeiro (GB), Rio Grande do Sul, Minas Gerais and Brasília of the total 22 Savings Banks existing on Nov. 30, 1970. After Dec. 1970, the Balance Sheet is that Federal Savings Bank, adjusted.
2/ Savings Deposits were included in "Other" of "Time Deposits" (9F), until Nov., 1970.

CAIXAS ECONÔMICAS ESTADUAIS 1/

BALANCETE AJUSTADO

QUADRO I.22

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
							Jul	Ago
ATIVO	T	303	503	845	1 205	1 894	2 204	2 291
ENCAIXE	1	37	71	105	144	111	128	182
Moeda Corrente	1A	14	27	39	73	73	82	81
Depósitos em Bancos	1B	23	44	66	71	38	46	101
EMPRÉSTIMOS	2	220	314	542	900	1 488	1 820	1 875
Governos Estaduais	2A	1	1	0	0	0	0	0
Governos Municipais	2B	63	74	135	179	223	244	251
Autarquias	2C	11	10	12	13	13	8	8
Crédito Pessoal	2D	35	42	52	88	127	154	160
Sob Caução	2E	2	5	7	28	48	31	28
Habitacionais 2/	2F	...	...	...	...	915	463	483
Hipotecários	2G	73	119	198	397	24	731	751
Rurais	2H	7	16	17	19	44	69	69
Bens de Consumo Duráveis 3/	2I	...	...	...	...	1	2	2
Outros	2J	28	47	121	176	93	118	123
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	3	1	49	80	59	32	5	4
Títulos Estaduais e Municipais	3A	1	48	77	54	20	1	0
Outros	3B	0	1	3	5	12	4	4
IMÓVEIS NÃO DESTINADOS A USO	4	4	6	8	7	17	17	17
IMOBILIZADO	5	8	9	19	28	85	92	91
OUTROS	6	33	54	91	67	161	142	122
PASSIVO	T	303	503	845	1 205	1 894	2 204	2 291
RECURSOS PRÓPRIOS	7	27	37	74	114	231	171	165
Patrimônio	7A	17	22	31	67	173	176	177
Fundos e Reservas	7B	7	8	14	24	58	63	61
Saldo Líquido das Contas de Resultado	7C	3	7	29	23	—	– 68	– 73
DEPÓSITOS À VISTA	8	184	319	516	803	727	666	665
Populares	8A	176	254	369	490	544	474	489
Sem Limite 4/	8B	...	...	...	...	...	40	42
Poderes Públicos	8C	3	43	47	69	107	91	87
Outros 5/	8D	5	22	100	244	76	61	47
DEPÓSITOS A PRAZO	9	39	64	104	139	744	1 088	1 145
Poupança Voluntária 6/	9A	...	...	...	...	598	919	974
Poupança Vinculada	9B	2	2	4	4	11	1	1
Prazo Fixo	9C	3	8	10	30	2	0	0
Judiciais	9D	34	54	90	105	133	168	170
Outros	9E	—	—	—	—	0	0	0
DEMAIS EXIGIBILIDADES	10	53	83	151	149	192	279	316
BNH — Refinanciamentos 7/	10A	...	...	...	...	134	161	170
Outras	10B	53	83	151	149	58	118	146

1/ Dados ajustados dos Balancetes das Caixas Econômicas dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. A Caixa Econômica do Estado de Goiás — criada em 11.8.64 — e a Caixa Econômica Estadual de Santa Catarina — criada em 5.1.70 — foram consolidadas a partir de dez. 71.
2/ Até dez. 70, os "Empréstimos Habitacionais" (2F), estavam incluídos em "Empréstimos Hipotecários" (2G).
3/ Os "Empréstimos a Bens de Consumo Duráveis" (2I) só começaram a ser especificados em dez. 70.
4/ Os "Depósitos à vista sem Limite" (8B), estavam incluídos em "Populares" (8A) até fev. 70.
5/ "Outros Depósitos à Vista" (8D) incluíam os "Depósitos de Poupança Voluntária" (9A) até set. 70.
6/ Até set. 70, os "Depósitos de Poupança Voluntária" (9A) estavam incluídos em "Outros", de "Depósitos à Vista" (8D). Vide nota 5/.
7/ Até dez. 70, "BNH-Refinanciamentos" estavam incluídas em "Outros" de "Demais Exigibilidades" (10B).

STATE SAVINGS BANKS [1/]

ADJUSTED BALANCE SHEET

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

71				1972				
Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	N.º	*ITEM*
2 331	2 472	2 586	2 599	3 179	3 315	3 252	T	**ASSETS**
197	189	234	178	297	234	241	1	*RESERVES*
90	101	94	88	95	92	92	1A	*Currency*
107	88	140	90	202	142	149	1B	*Deposits with Banks*
1 930	2 074	2 109	2 128	2 385	2 444	2 483	2	*LOANS*
0	41	41	43	41	45	45	2A	*State Governments*
262	267	276	285	296	306	311	2B	*Local Governments*
8	8	8	8	8	7	7	2C	*Public Autonomous Entities*
155	163	170	178	215	223	231	2D	*Personnel Loans*
30	30 r	30 r	30 r	36	27	31	2E	*Under Guarantee*
515	545	591	590	769	774	786	2F	*Houses* 2/
761	818	788	780	789	827	832	2G	*Mortgage*
69	68	69	76	76	78	79	2H	*Rural*
2	2	2	2	3	2	2	2I	*Durable Consumer's Goods* 3/
128	132	134	136	152	155	159	2J	*Other*
4	4	54	54	61	127	189	3	*SECURITIES*
–	0	50	50	57	123	182	3A	*State and Municipal Bonds*
4	4	4	4	4	4	7	3B	*Other*
17	18	25	25	25	25	25	4	*REAL ESTATE*
91	90	92	92	102	102	104	5	*FIXED ASSETS*
92	97	72	122	309	383	210	6	*OTHER*
2 331	2 472	2 586	2 599	3 179	3 315	3 252	T	**LIABILITIES**
179	213	259	316	283	313	317	7	*CAPITAL ACCOUNTS*
177	177	177	235	244	244	244	7A	*Patrimonial*
61	62	61	81	92	92	92	7B	*Reserves*
– 59	– 26	21	–	– 53	– 23	– 19	7C	*Net Balance on Result Accounts*
624	663	696	639	773	739	750	8	*DEMAND DEPOSITS*
465	472	475	454	493	512	519	8A	*Common*
44	38	41	39	48	40	51	8B	*Unlimited* 4/
76	107	141	108	116	118	117	8C	*Public Sector*
39	46	39	38	116	69	63	8D	*Other* 5/
1 193	1 283	1 358	1 393	1 577	1 612	1 652	9	*TIME DEPOSITS*
1 022	1 119	1 193	1 222	1 337	1 376	1 441	9A	*Savings* 6/
1	1	1	1	5	2	3	9B	*Earmarked Savings*
0	0	0	0	0	0	0	9C	*Fixed Time Deposits*
170	163	164	170	231	229	204	9D	*Judicial*
0	0	0	0	4	5	4	9E	*Other*
335	313	273	251	546	651	533	10	*OTHER LIABILITIES*
169	176	185	179	347	345	338	10A	*BNH–Refinancings* 7/
166	137	88	72	199	306	195	10B	*Other*

1/ Adjusted data of States Savings Banks of Minas Gerais, Rio Grande do Sul and S. Paulo State Savings Banks of Goiás – created on Aug. 11, 1964 and of Santa Catarina – created on Jan. 5, 1970 – are not entered in this balance-sheet up to Dec. 1971.

2/ Untill Dec., 1970 "Housing loans (2F) were included in "Mortgage Loans" (2G).

3/ "Loans of Consumer's Durable Goods" (2I) were only specified after Dec., 1970.

4/ "Unlimited Time Deposits" (8B) were included in "Private Demand Deposits" (8A) until Feb., 1970

5/ "Savings Deposits" (9A) were included in "Other Demand Deposits" (8D) until Sept., 1970

6/ Untill Sept., 1970 "Savings Deposits" (9A) were included in "Other Demand Deposits" (8D) See Note 5/.

7/ Untill Dec., 1970 "BNH–Refinancings" were included in "Other" of "Other Liabilities" (10B)

CONTA CAFÉ

QUADRO I.27

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969
SALDO LIQUIDO DA CONTA CAFÉ (1+2+3–4)	T	348	300	897	1 539
FUNDO DE RESERVA E DEFESA DO CAFÉ-FRDC (1A-1B)	1	345	505	1 418	2 826
RECEITAS BRUTAS	1A	2 501	3 611	5 020	7 257
Valor em cruzeiros da venda pelo Banco do Brasil dos dólares recebidos sob a forma de "Quota de Contribuição"	1A1	2 328	3 256	4 319	5 971
Valor das vendas de café dos estoques oficiais ao consumo interno	1A2	30	46	129	368
Valor das vendas de café dos estoques oficiais ao comércio exportador	1A3	79	106	270	396
Valor das vendas de café dos estoques oficiais nos entrepostos e levado a crédito do FRDC	1A4	9	98	197	381
Valor das vendas diretas de café dos estoques oficiais ao exterior	1A5	—	—	—	19
Redução de Preços Mínimos (Reintegro)	1A6	48	98	98	102
Renda de juros	1A7	—	—	0	13
Diferenciais de exportação de café	1A8	7	7	7	7
SUPRIMENTOS E DESPESAS À CONTA DO FRDC	1B	2 156	3 106	3 604	4 431
Compra de excedentes	1B1	1 600	2 084	2 251	2 370
Nivelamento de mercado	1B2	19	19	19	19
Bonificações por exportações de café	1B3	44	44	50	61
Indenização por garantia de preço	1B4	9	9	33	48
Prêmio de estímulo ao aprimoramento da qualidade	1B5	0	0	1	1
Contratos de Câmbio	1B6	21	34	38	77
Financiamentos de exportações adicionais	1B7	—	—	41	92
Financiamentos de exportações para o mercado argentino	1B8	—	2	4	6
Custeio Administrativo do IBC e GERCA	1B9	228	369	553	735
Aplicações	1B10	—	—	—	142
Investimentos de Capital feitos pelo IBC	1B11	45	141	159	159
Taxa de propaganda instituída pela Lei 3 302 (US$ 0,25/saca)	1B12	2	12	24	40
Erradicação e diversificação da cafeicultura	1B13	153	286	321	372
FUNAGRI — FUNDAG	1B14	—	—	—	—
Outras despesas	1B15	35	93	110	309
FUNDO DE RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA — FRC	2	78	69	58	48
RECEITA	2A	94	101	68	53
DESPESA	2B	16	32	10	5
VALOR DAS VENDAS DE CAFÉ DOS ESTOQUES OFICIAIS LEVADO A CRÉDITO DO "FUNDO DOS ÁGIOS"	3	145	145	145	145
EMPRÉSTIMOS E REDESCONTOS A CAFÉ	4	220	419	724	1 480
EMPRÉSTIMOS NORMAIS PELA CREGE	4A	118	200	237	525
ADIANTAMENTOS SOBRE CONTRATOS DE CÂMBIO	4B	14	43	178	273
EMPRÉSTIMOS PELA CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL	4C	88	19	46	51
REDESCONTOS PELO BANCO CENTRAL	4D	...	157	263	631

COFFEE ACCOUNT

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

1970	1971 Ago	1971 Set	1971 Out	N.º	ITEM
2 458	2 824	2 389	1 926	T	COFFEE ACCOUNT NET BALANCE (1+2+3–4)
3 964	4 426	4 310	4 283	1	FRDC – NET BALANCE (1A–1B)
9 431	10 823	11 049	11 207	1A	*GROSS REVENUE*
7 474	8 322	8 418	8 517	1A1	*Cruzeiros value of Banco do Brasil sales of dollars earned under the "Contribution Quota"*
687	1 040	1 102	1 160	1A2	*Value of coffee sales from Governments Stocks to Domestic Consumption*
441	441	441	441	1A3	*Value of coffee sales from Government stocks to Foreign Trade*
671	847	914	914	1A4	*Value of coffee sales from Government stocks at entrepôts carried to FRDC*
30	30	30	30	1A5	*Value of direct coffee sales abroad from official stocks*
102	102	102	102	1A6	*Reduction of Minimum Prices (Reintegration)*
19	34	35	36	1A7	*Interest earned*
7	7	7	7	1A8	*Coffee export differentials*
5 467	6 397	6 739	6 924	1B	*ADVANCES AND EXPENDITURES UNDER ACCOUNT OF "FRDC"*
2 370	2 373	2 482	2 584	1B1	*Purchase of surpluses*
19	19	19	19	1B2	*Market prices levining*
79	180	181	185	1B3	*Allowances for coffee exports*
54	84	84	84	1B4	*Price support payments*
1	1	1	1	1B5	*Quality improvement premium*
80	86	87	88	1B6	*Exchange contracts*
118	45	51	60	1B7	*Additional exports financing*
6	6	8	8	1B8	*Exports financing to Argentina market IBC*
990	1 132	1 286	1 287	1B9	*IBC and GERCA administration cost*
191	241	249	283	1B10	*Investments*
159	159	159	159	1B11	*Investments of IBC*
56	64	68	70	1B12	*Advertising tax imposed by Law 3 302 (US$ 0,25/bag)*
481	496	496	496	1B13	*Coffee erradication and diversification*
273	626	688	745	1B14	*FUNAGRI – FUNDAG*
590	885	880	855	1B15	*Other expenses*
90	63	63	85	2	FRC – NET BALANCE
144	171	174	200	2A	*REVENUE*
54	108	111	115	2B	*EXPENDITURES*
145	145	145	145	3	VALUE OF COFFEE SALES FROM GOVERNMENT STOCKS CARRIED UNDER CREDIT OF THE "AGIO FUND"
1 741	1 810	2 129	2 587	4	LOANS AND REDISCOUNTS ON COFFEE
762	784	1 009	1 199	4A	*ORDINARY LOANS BY CREGE OF BANCO DO BRASIL*
97	68	69	89	4B	*ADVANCEMENTS ON EXCHANGE CONTRACTS*
242	491	423	326	4C	*LOANS BY CREAI OF BANCO DO BRASIL*
640	467	628	973	4D	*REDISCOUNT BY BANCO CENTRAL*

CONTA CAFÉ

QUADRO I.27

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1971 Nov	1971 Dez	19 Jan
SALDO LÍQUIDO DA CONTA CAFÉ (1+2+3–4)	T	1 791	2 032	2 432
FUNDO DE RESERVA E DEFESA DO CAFÉ-FRDC (1A-1B)	1	4 344	4 470	4 655
RECEITAS BRUTAS	1A	11 438	11 707	11 979
Valor em cruzeiros da venda pelo Banco do Brasil dos dólares recebidos sob a forma de "Quota de Contribuição"	1A1	8 619	8 756	8 963
Valor das vendas de café dos estoques oficiais ao consumo interno	1A2	1 214	1 290	1 350
Valor das vendas de café dos estoques oficiais ao comércio exportador	1A3	441	441	441
Valor das vendas de café dos estoques oficiais nos entrepostos e levado a crédito do FRDC	1A4	989	1 042	1 047
Valor das vendas diretas de café dos estoques oficiais ao exterior	1A5	30	30	30
Redução de Preços Mínimos (Reintegro)	1A6	102	102	102
Renda de juros	1A7	36	39	39
Diferenciais de exportação de café	1A8	7	7	7
SUPRIMENTOS E DESPESAS À CONTA DO FRDC	1B	7 094	7 237	7 324
Compra de excedentes	1B1	2 636	2 648	2 648
Nivelamento de mercado	1B2	19	19	19
Bonificações por exportações de café	1B3	186	186	187
Indenização por garantia de preço	1B4	85	86	86
Prêmio de estímulo ao aprimoramento da qualidade	1B5	1	1	1
Contratos de Câmbio	1B6	88	89	90
Financiamentos de exportações adicionais	1B7	86	116	116
Financiamentos de exportações para o mercado argentino	1B8	8	8	8
Custeio Administrativo do IBC e GERCA	1B9	1 287	1 289	1 289
Aplicações	1B10	370	378	388
Investimentos de Capital feitos pelo IBC	1B11	159	159	159
Taxa de propaganda instituída pela Lei 3 302 (US$ 0,25/saca)	1B12	71	73	73
Erradicação e diversificação da cafeicultura	1B13	498	499	499
FUNAGRI – FUNDAG	1B14	800	875	935
Outras despesas	1B15	800	811	826
FUNDO DE RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA – FRC	2	75	62	39
RECEITA	2A	196	196	196
DESPESA	2B	121	134	157
VALOR DAS VENDAS DE CAFÉ DOS ESTOQUES OFICIAIS LEVADO A CRÉDITO DO "FUNDO DOS ÁGIOS"	3	145	145	145
EMPRÉSTIMOS E REDESCONTOS A CAFÉ	4	2 773	2 645	2 407
EMPRÉSTIMOS NORMAIS PELA CREGE	4A	1 310	1 321	1 227
ADIANTAMENTOS SOBRE CONTRATOS DE CÂMBIO	4B	108	125	86
EMPRÉSTIMOS PELA CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL	4C	276	206	236
REDESCONTOS PELO BANCO CENTRAL	4D	1 079	993	858

COFFEE ACCOUNT

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

71 Fev	Mar	Abr	N.º	ITEM
2 910	2 111	2 326	T	**COFFEE ACCOUNT NET BALANCE (1+2+3–4)**
4 845	4 242	4 346	1	**FRDC – NET BALANCE (1A-1B)**
12 152	12 292	12 445	1A	*GROSS REVENUE*
9 076	9 189	9 295	1A1	*Cruzeiros value of Banco do Brasil sales of dollars earned under the "Contribution Quota"*
1 350	1 369	1 378	1A2	*Value of coffee sales from Governments Stocks to Domestic Consumption*
441	441	445	1A3	*Value of coffee sales from Government stocks to Foreign Trade*
1 104	1 110	1 144	1A4	*Value of coffee sales from Government stocks at entrepôts carried to FRDC*
30	30	30	1A5	*Value of direct coffee sales abroad from offcial stocks*
102	102	102	1A6	*Reduction of Minimum Prices (Reintegration)*
42	44	44	1A7	*Interest earned*
7	7	7	1A8	*Coffee export differentials*
7 307	8 050	8 099	1B	*ADVANCES AND EXPENDITURES UNDER ACCOUNT OF "FRDC*
2 648	3 209	3 224	1B1	*Purchase of surpluses*
19	19	19	1B2	*Market prices levining*
187	188	188	1B3	*Allowances for coffee exports*
87	87	87	1B4	*Price support payments*
1	1	1	1B5	*Quality improvement premium*
90	90	91	1B6	*Exchange contracts*
118	118	116	1B7	*Additional exports financing*
8	8	8	1B8	*Exports financing to Argentina market IBC*
1 289	1 289	1 289	1B9	*IBC and GERCA administration cost*
404	449	481	IB10	*Investments*
159	159	159	1B11	*Investments of IBC*
75	79	80	1B12	*Advertising tax imposed bi Law 3 302 (US$ 0,25/bag)*
499	499	499	1B13	*Coffee erradication and diversification*
935	955	963	1B14	*FUNAGRI – FUNDAG*
788	900	894	1B15	*Other expenses*
27	19	14	2	**FRC – NET BALANCE**
195	196	195	2A	*REVENUE*
168	177	181	2B	*EXPENDITURES*
145	145	145	3	**VALUE OF COFFEE SALES FROM GOVERNMENT STOCKS CARRIED UNDER CREDIT OF THE "AGIO FUND"**
2 107	2 295	2 179	4	**LOANS AND REDISCOUNTS ON COFFEE**
1 114	1 029	883	4A	*ORDINARY LOANS BY CREGE OF BANCO DO BRASIL*
84	118	147	4B	*ADVANCEMENTS ON EXCHANGE CONTRACTS*
262	330	363	4C	*LOANS BY CREAI OF BANCO DO BRASIL*
647	818	786	4D	*REDISCOUNT BY BANCO CENTRAL*

VELOCIDADE DE CIRCULAÇÃO DA MOEDA ESCRITURAL

QUADRO I.5

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1 9	
		Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Ago	Set
CHEQUES COMPENSADOS								
Valor Bruto — Cr$ milhões	1	12 990	18 580	31 752	43 450	59 529	81 333	81 842
Valor Ajustado — Cr$ milhões 1/	2	12 571	17 981	30 554	42 048	57 609	78 708	81 842
Índice A	2A	1 227	1 755	2 983	4 105	5 624	7 686	7 992
MOEDA ESCRITURAL								
Valor — Cr$ milhões 2/	3	8 059	12 037	16 913	22 238	28 351	34 714	35 999
Índice B	3A	851	1 271	1 786	2 348	2 835	3 665	3 801
Velocidade de Circulação Mensal 3/	4	1,6	1,5	1,8	1,9	2,0	2,3	2,3
Índice 4/	4A	144	138	167	175	198	210	210
Velocidade de Circulação Anual 5/	5	16,8	17,3	20,0	22,2	23,1	24,9	25,2

1/ Calculado segundo a fórmula: Valor Bruto x 30 / N.º de dias do mês indicado.
2/ Média aritmética simples entre o valor global no fim do mês e o valor no fim do mês anterior.
3/ Valor ajustado dos cheques compensados (2) dividido peio valor da moeda escritural (3).
4/ Índice obtido segundo a fórmula: Índice A x 100/Índice B.
5/ Soma da velocidade de circulação mensal para os últimos 12 meses (total anual móvel).

CIRCULATION VELOCITY OF DEMAND DEPOSIT

Base do Indice
Index Basis
1962=100

71			1972				N.º	ITEM
Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr e		
								CLEARED CHECKS
83 434	87 451	109 681	85 727	89 894	100 892 e	101 877	1	*Gross Value — Cr$ millions*
80 743	87 451	106 145	82 962	92 994	98 605 e	101 877	2	*Adjusted Value — Cr$ millions* 1/
7 885	8 540	10 366	8 102	9 081	9 629 e	9 949	2A	*Index A*
								DEMAND DEPOSITS
36 910	38 716	39 108	38 647 p	37 984 p	38 902 p	39 992	3	*Value — Cr$ millions* 2/
3 898	4 088	4 130	4 081 p	4 011 p	4 108 p	4 223	3A	*Index B*
2,2	2,3	2,7	2,1 p	2,5 p	2,3 e	2,4	4	*Monthly Velocity of Circulation* 3/
202	209	251	198 p	226 p	234 e	236	4A	*Index* 4/
25,4	25,8	26,4	26,8 p	27,5 p	27,3 e	27,5	5	*Annual Velocity of Circulation* 5/

1/ Calculated as follows: Gross Value x 30 / n.º of days of the month indicated.
2/ Arithmetic average of the global value at the end of the month and the value at the end of the previous month.
3/ Adjusted value of cleared checks (2) divided by the value of demand deposits (3).
4/ Calculated as follows: Index A x 100/ Index B.
5/ Annual Circulation Velocity added over the last 12 months.

II — ECONOMIA BRASILEIRA

BRAZILIAN ECONOMY

PRODUÇÃO — ÍNDICES

QUADRO II.40

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1971	19 Out
PETRÓLEO								
— Produção	1	127	161	179	192	183	191	196
— Processado nas Refinarias	2	110	114	132	152	163	171	181
MINÉRIO DE FERRO p	3	139	124	126	157	223	218	138
MINÉRIO DE MANGANÊS p	4	81	53	100	111	110	175	127
CIMENTO	5	108	114	130	139	160	175	180
BORRACHA	6	119	117	136	141	162	170	188
Sintética	6A	162	159	181	190	232	241	298 r
Natural	6B	80	70	78	81	85	86	69
Regenerada	6C	95	115	150	148	152	175	170
SIDERURGIA								
AÇO EM LINGOTES	7	125	121	148	163	178	200	221
LAMINADOS DE AÇO	8	122	114	156	174	182	214	235
Planos	8A	136	132	176	193	187	227	253
Não Planos	8B	108	118	139	159	177	206	220
COQUE	9	136	147	161	165	177	183	192
GUSA	10	119	125	138	152	172	197	207
SÍNTER	11	129	128	131	163	196	210	230

FONTE: Conselho Nacional de Petróleo, ICOMI, Instituto Brasileiro de Siderurgia, Petrobrás, Sindicato Nacional da Indústria de Cimento, Superintendência da Borracha e Cia. Vale do Rio Doce.

CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA

QUADRO II.41

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1971	19 Set
TOTAL	T	650	666	774	869	943	1 114	1 173
LIGHT	1	511	522	601	675	716	831	879
Região Rio	1A	94	94	106	118	127	144	145
Região São Paulo	1B	417	428	495	557	589	687	734
CEMIG	2	139	144	173	194	227	283	294

FONTE: Light e CEMIG.

PRODUCTION – INDEXES

1964 = 100

71		1972					N.º	ITEM
Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai		
								CRUDE PETROLEUM
192	198	194 r	180 r	196	186	198	1	– Production
171	173	180	195	190	...	...	2	– Processed by Refineries
145	180	257	245	299	267	270	3	*IRON ORE* p
153	87	61	131	131	49	111	4	*MANGANESE ORE* p
189	196	185	171	198	184	...	5	*CEMENT*
185	192	172	180	165	...	...	6	*RUBBER*
262	291	243	274	224	286	...	6A	*Synthetic*
107	93	99	72	87	50	...	6B	*Natural*
164	161	154	177	189	...	...	6C	*Recovered*
								STEEL-WORKS
209	209	204	193	202	206	222	7	*INGOTS OF STEEL*
232	227	212	215	228	225	240	8	*STEEL PLATES*
248	253	221	229	232	220	251	8A	*Smooth*
218	206	204	204 r	225	216	232	8B	*Rough*
179	179	182	173	193	187	...	9	*COKE*
190	190	195	186	201	205	222	10	*PIG IRON*
225	212	216	195	223	232	...	11	*SINTER*

ELECTRIC POWER INDUSTRIAL CONSUMPTION

Médias mensais por período
Period monthly average
milhões kwh

71			1972				N.º	ITEM
Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr		
1 162	1 169	1 162	1 125	1 134	1 160	1 179	T	TOTAL
856	878	869	825	845	871	883	1	*LIGHT*
145	148	148	145	143	143	155	1A	*Rio Area*
711	730	721	680	701	728	728	1B	*São Paulo Area*
306	292	293	300	289	288	296	2	*CEMIC*

BENS DE CONSUMO DURÁVEIS [1/] — ÍNDICES

QUADRO II.42

DISCRIMINAÇÃO	N.º	MÉDIAS MENSAIS *MONTHLY AVERAGE*						
		1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA PRODUÇÃO								
Valor a Preços Correntes	1	100	143	216	272	421	604	804
Valor a Preços Constantes de 1964	2	100	97	116	119	149	184	215
Preços	3	100	148	186	228	281	328	374
INDÚSTRIA DE APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS DOMÉSTICOS — VENDAS								
TOTAL	4	100	90	103	120	167	183	199
Eletrodomésticos	4A	100	77	96	108	137	151	148
Eletrônico domésticos	4B	100	98	108	126	185	208	239

FONTE: Associação Brasileira de Indústrias Elétricas e Eletrônicas e Ministério da Indústria e do Comércio.

1/ Índices calculados pelos critérios Laspeyres, ponderação fixa, encadeado a partir de janeiro de 1968, com a ponderação:
a) 1964-67 — preços de outubro de 1966.
b) 1968 em diante — preços de março de 1968

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

QUADRO II.43

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1 9
								Set
PRODUÇÃO (mil unidades)	1	224	225	279	352	416	515	41
Automóveis	1A	120	132	161	239	303 r	396	31
Caminhões e Utilitários	1B	104	93	118	113	113 r	119	10
VENDAS (mil unidades)	2	222	227	277	348	417	511	44
Automóveis	2A	120	132	160	236	304 r	392	33 r
Caminhões e Utilitários	2B	102	95	117	112	113 r	119	11 r
CONSUMO DE CHAPAS DE AÇO — 1 000t	3	146	140	182	240	295	348	27

FONTE: Ministério da Indústria e do Comércio.

DURABLE CONSUMER GOODS [1/] *– INDEXES*

1964 = 100

1971	1971	1972					N.º	ITEM
1971	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai		
								AUTOMOTIVE INDUSTRY *PRODUCTION*
1 148	1 207	1 061	1 340	1 608	1 453	...	1	*Value at Current Prices*
267	267	234	284	339	300	...	2	*Value at 1964 Constant Prices*
428	452	453	471	475	485	...	3	*Prices*
								ELECTRIC AND ELECTRONIC HOME APPLIANCES INDUSTRY – SALES
244	341	201	200	230	211	243	4	*TOTAL*
196	298	205	197	197	165	188	4A	*Electric*
281	371	194	199	253	246	286	4B	*Electronic*

1/ Indexes based upon Laspeyre's criteria beginning in January, 1968, with fixed prices:
a) 1964-67: Oct. 66 prices.
b) from 1968: Mar. 68 prices.

AUTO INDUSTRY

71			1972				N.º	ITEM
Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr		
49	46	43	35	47	56	50	1	PRODUCTION (1 000 units)
38	36	33	26	37	44	39	1A	*Cars*
11	10	10	9	10	12	11	1B	*Trucks & Other Commercial Vehicles*
49	48	48	41	46	54	48	2	SALES (1 000 units)
40 r	37	37	31	36	42	37	2A	*Cars*
9 r	11	11	10	10	12	11	2B	*Trucks & Other Commercial Vehicles*
31	28	25	24	30	36	33	3	CONSUMPTION OF STEEL PLATES (1 000 metric tons)

EMPREGO — ÍNDICES

QUADRO II.44

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	1971	19.. Out
ÍNDICE DE EMPREGO								
INDUSTRIAL SÃO PAULO (SP)								
Geral	1	98	92	103	110	109	115	118
Metalurgia, Mecânica e Material Elétrico	2	92	79	96	112	109	112	114
Fiação e Tecelagem	3	93	87	98	102	104	116	120
Construção e Mobiliária	4	100	104	112	111	103	107	113
Vestuário	5	103	92	93	89	87	90	94
Alimentação	6	95	103	104	100	101	96	96
ÍNDICE DE OFERTA DE EMPREGO EM SÃO PAULO (SP)								
Global	7	149	104	168	171	171	233	260
Administrativo	8	125	79	139	151	143	191	213
Vendas	9	141	138	150	169	216	312	347
Produção	10	247	133	227	218	187	255	307
Técnicas	11	167	110	211	212	227	300	319
NO RIO DE JANEIRO (GB)								
Global	12	125	132	158	125	115	121	154
Administrativo	13	139	130	163	135	95	121	159
Vendas	14	123	179	285	262	250	245	355
Produção	15	139	144	153	84	75	91	117
Técnicas	16	118	150	207	216	263	425	139
Domésticos	17	97	79	67	72	64	64	43
Diversos	18	129	154	199	164	192	148	106

FONTE: FIESP/CIESP, IBGE (DEICON), IDEC e Fundação Getúlio Vargas.

Médias mensais por período
Dez 64 = 100
Period monthly average

71 Nov	71 Dez	1972 Jan	1972 Fev	1972 Mar	1972 Abr	1972 Mai	N.º	ITEM
								EMPLOYMENT INDEX
								INDUSTRIAL SÃO PAULO (SP)
119	118	119	120	120	121	...	1	*General*
115	114	115	117	118	119	...	2	*Metallurgy, Mechanics and Electric Material*
121	122	123	123	127	124	...	3	*Textile*
114	113	113	111	110	111	...	4	*Housebuilding & Furniture*
93	90	89	85	83	84	...	5	*Clothing*
97	96	98	104	105	106	...	6	*Food*
								JOB: SUPPLY INDEXES *SÃO PAULO (SP)*
259	268	391	274	271	283	241	7	*Global*
207	250	365	228	212	237	193	8	*Administrative*
396	353	510	437	396	410	316	9	*Sales*
227	258	342	251	327	269	276	10	*Production*
307	271	415	296	348	390	401	11	*Technical*
								RIO DE JANEIRO (GB)
151	102	156	121	108	128	131	12	*Global*
172	140	122	103	113	141	121	13	*Administrative*
394	192	439	267	233	335	368	14	*Sales*
99	69	130	113	91	69	87	15	*Production*
440	383	440	493	546	702	611	16	*Technical*
56	48	40	41	42	50	46	17	*Domestics*
101	101	113	99	60	106	57	18	*Other*

QUADRO II.46

INSOLVÊNCIAS — NÚMERO

DISCRIMINAÇÃO	N.º	MÉDIA MENSAL *MONTHLY AVERAGE*						1 9
		1966	1967	1968	1969	1970	1971	Set
FALÊNCIAS E CONCORDATAS								
REQUERIDAS	1	205	251	251	339	320	299	343
São Paulo (SP)	1A	165	204	198	247	217	197	223
Rio de Janeiro (GB)	1B	40	47	53	92	103	102	120
DECRETADAS OU DEFERIDAS	2	57	65	74	109	116	95	74
São Paulo (SP)	2A	43	52	57	86	89	70	42
Rio de Janeiro (GB)	2B	14	13	17	23	27	25	32
FALÊNCIAS								
REQUERIDAS	3	166	224	219	294	285	272	320
São Paulo (SP)	3A	136	182	172	213	189	175	206
Rio de Janeiro (GB)	3B	30	42	47	81	96	97	114
DECRETADAS	4	26	39	48	70	85	70	51
São Paulo (SP)	4A	20	31	36	56	64	50	22
Rio de Janeiro (GB)	4B	6	8	12	14	21	20	29
CONCORDATAS								
REQUERIDAS	5	39	27	32	45	35	28	23
São Paulo (SP)	5A	29	22	26	34	28	22	17
Rio de Janeiro (GB)	5B	10	5	6	11	7	6	6
DEFERIDAS	6	31	26	26	39	31	24	23
São Paulo (SP)	6A	23	21	21	30	25	20	20
Rio de Janeiro (GB)	6B	8	5	5	9	6	4	3

FONTE: Fundação Getúlio Vargas.

INSOLVENCIES — NUMBER

71			1972				N.º	ITEM
Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr		
								VOLUNTARY & BANKRUPTICIES
337	323	287	273	302	303	246	1	*ASKED*
245	203	181	190	219	225	204	1A	*São Paulo (SP)*
92	120	106	83	83	78	42	1B	*Rio de Janeiro (GB)*
91	118	94	97	100	117	98	2	*DECREED OR GRANTED*
81	87	67	76	78	85	71	2A	*São Paulo (SP)*
10	31	27	21	22	32	27	2B	*Rio de Janeiro (GB)*
								BANKRUPTCIES
309	295	267	234	272	279	222	3	*ASKED*
219	181	165	152	193	204	184	3A	*São Paulo (SP)*
90	114	102	82	79	75	38	3B	*Rio de Janeiro (GB)*
72	92	76	79	65	83	79	4	*DECREED OR GRANTED*
64	65	51	59	47	56	54	4A	*São Paulo (SP)*
8	27	25	20	18	27	25	4B	*Rio de Janeiro (GB)*
								VOLUNTARY BANKRUPTCIES
28	28	20	39	30	24	24	5	*ASKED*
26	22	16	38	26	21	20	5A	*São Paulo (SP)*
2	6	4	1	4	3	4	5B	*Rio de Janeiro (GB)*
19	26	18	18	35	34	19	6	*DECREED OR GRANTED*
17	22	16	17	31	29	17	6A	*São Paulo (SP)*
2	4	2	1	4	5	2	6B	*Rio de Janeiro (GB)*

VALOR REAL DAS EMISSÕES DE CAPITAL 1/

A PREÇOS DE 1957

QUADRO II.48

DISCRIMINAÇÃO	N.º	MÉDIA MENSAL *MONTHLY AVERAGE*						1 9
		1966	1967	1968	1969	1970	1971	Set
BRASIL	1	17,1	21,5	23,5	33,4	27,0	32,8	34,1
NOVAS SOCIEDADES	1A	0,4	1,1	1,6	1,5	1,5	3,3	1,8
AUMENTO DE CAPITAL	1B	16,7	20,4	21,9	31,9	25,5	29,5	32,3
Subscrição em Dinheiro	1B1	4,7	5,5	7,1	7,2	6,9	14,2	15,0
Incorporação de Reservas	1B2	2,7	2,2	2,4	12,0	8,4	5,5	6,4
Incorporação de Contas Correntes	1B3	0,6	0,5	1,0	0,8	1,2	1,0	0,9
Reavaliação de Ativo	1B4	7,8	11,6	9,3	10,2	8,0	7,4	8,5
Outras Operações	1B5	0,9	0,6	2,1	1,7	1,0	1,4	1,5
GUANABARA	2	5,2	6,3	6,6	6,2	7,9	7,2	9,7
NOVAS SOCIEDADES	2A	0,1	0,3	0,8	0,1	0,2	0,3	0,3
AUMENTO DE CAPITAL	2B	5,1	6,0	5,8	6,1	7,7	6,9	9,4
Subscrição em Dinheiro	2B1	1,1	0,6	1,4	1,0	2,3	3,0	3,3
Incorporação de Reservas	2B2	1,4	0,4	1,0	2,1	2,1	1,4	2,0
Incorporação de Contas Correntes	2B3	0,3	0,1	0,2	0,2	0,6	0,3	0,2
Reavaliação de Ativo	2B4	2,2	4,8	3,1	2,6	2,5	2,0	3,7
Outras Operações	2B5	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
SÃO PAULO	3	7,7	9,0	9,5	17,5	13,3	15,5	13,6
NOVAS SOCIEDADES	3A	0,2	0,2	0,3	0,4	0,7	2,3	0,9
AUMENTO DE CAPITAL	3B	7,5	8,8	9,2	17,1	12,6	13,2	12,7
Subscrição em Dinheiro	3B1	1,9	2,3	2,6	3,3	2,5	5,5	5,1
Incorporação de Reservas	3B2	1,0	1,3	1,0	6,5	4,7	2,9	2,8
Incorporação de Contas Correntes	3B3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,4	0,4
Reavaliação de Ativo	3B4	3,8	4,6	3,9	5,5	4,4	3,9	3,5
Outras Operações	3B5	0,5	0,3	1,4	1,4	0,5	0,5	0,9

FONTE: Fundação Getúlio Vargas

1/ Deflacionado pelo índice de preços por atacado — Oferta Global.

VALUE OF REAL CAPITAL ISSUES [1/]

1957 PRICES

Cr$ milhões

71			1972				N.º	ITEM
Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr		
21,9	22,6	38,1	31,5	26,1	27,6	20,3	1	**BRAZIL**
1,6	1,5	2,5	3,2	1,9	1,5	0,6	1A	*NEW COMPANIES*
20,3	21,1	35,6	28,3	24,3	26,1	19,7	1B	*CAPITAL INCREASE*
10,1	12,1	22,7	10,8	12,9	18,9	8,6	1B1	*Subscriptions*
4,1	4,2	4,8	9,3	6,6	3,7	5,8	1B2	*Incorporation of Reserves*
1,4	0,5	1,4	0,2	0,4	0,6	1,4	1B3	*Incorporation of Current Accounts*
4,0	2,6	5,1	4,6	1,9	1,7	2,2	1B4	*Revaluation of Fixed Assets*
0,7	1,7	1,6	3,3	2,4	1,2	1,7	1B5	*Other*
4,6	5,2	9,0	10,3	9,3	5,3	3,7	2	**GUANABARA**
0,4	0,7	1,6	1,9	0,6	0,0	0,0	2A	*NEW COMPANIES*
4,2	4,5	7,4	8,4	8,7	5,2	3,7	2B	*CAPITAL INCREASE*
1,5	2,9	4,0	2,9	4,5	3,1	1,4	2B1	*Subscriptions*
0,6	1,0	1,5	3,8	2,3	1,1	0,8	2B2	*Incorporation of Reserves*
0,5	0	0,3	0,0	0,0	0,3	0,8	2B3	*Incorporation of Current Accounts*
1,4	0,6	1,6	0,9	0,7	0,6	0,3	2B4	*Revaluation of Fixed Assets*
0,2	0	0	0,8	1,2	0,0	0,3	2B5	*Other*
9,2	9,8	16,6	12,7	9,2	12,1	11,9	3	**SÃO PAULO**
0,3	0,4	0,5	0,9	0,1	0,2	0,2	3A	*NEW COMPANIES*
8,9	9,4	16,1	11,9	9,1	11,9	11,8	3B	*CAPITAL INCREASE*
3,9	4,0	10,2	4,5	5,1	8,9	5,3	3B1	*Subscriptions*
2,3	2,5	2,5	3,7	1,9	1,9	4,0	3B2	*Incorporation of Reserves*
0,6	0,1	0,5	0,1	0,4	0,2	0,3	3B3	*Incorporation of Current Accounts*
1,8	1,3	2,4	2,7	0,9	0,7	1,2	3B4	*Revaluation of Fixed Assets*
0,3	1,5	0,5	0,7	0,7	0,2	1,0	3B5	*Other*

1/ Deflated by Wholesale Prices — Aggregate Supply.

PREÇOS — ÍNDICES

VARIAÇÕES PERCENTUAIS ACUMULADAS NO ANO ATÉ O MÊS ASSINALADO

QUADRO II.49

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1966	1967	1968	1969	1970	19	
							Set	Out
ÍNDICE GERAL DE PREÇOS 1/								
Oferta Global	1	38,2	25,0	25,5	21,4	19,8	15,1	16,5
Disponibilidade Interna	2	38,2	25,0	25,5	20,1	19,3	15,9	17,3
PREÇOS POR ATACADO								
Oferta Global	3	37,4	22,6	25,1	21,6	19,4	16,1	17,4
Produtos Agrícolas	3A	42,3	21,5	16,4	31,9	20,4	18,6	20,3
Produtos Industriais	3B	32,3	23,3	34,3	14,8	18,9	14,4	15,6
Disponibilidade Interna	4	41,5	22,0	24,2	19,2	18,5	17,4	18,8
Matérias Primas	4A	39,7	22,5	21,6	17,8	22,0	11,3	11,7
Gêneros Alimentícios	4B	50,6	25,2	16,3	23,3	18,3	23,5	25,9
PREÇOS INDUSTRIAIS EM SÃO PAULO (FOB — Fábrica)	5	— 4,0	24,5	23,3	15,1	15,7	10,5	11,7
PREÇOS NA AGRICULTURA PAULISTA								
Recebidos pelos agricultores	6	...	6,1	30,4	40,2	14,8	15,3	16,9
Pagos pelos agricultores	7	...	10,9	35,2	17,2	24,7	20,1	20,9
Insumos adquiridos fora do Setor Agrícola	8	...	27,1	40,2	13,9	18,0	15,2	15,4
CUSTO DE CONSTRUÇÃO								
São Paulo (SP)	9	38,0	23,0	46,9	7,9	19,9	18,3	16,8
Rio de Janeiro (GB)	10	35,6	40,8	32,3	12,6	18,7	11,9	12,3
CUSTO DE VIDA								
São Paulo (SP) — Total	11	46,3	25,3	25,2	22,6	17,5	16,6	18,0
Alimentação	11A	49,5	18,8	24,8	27,5	11,9	19,9	21,8
Rio de Janeiro (GB) — Total	12	41,1	24,5	24,0	24,2	20,9	14,4	16,1
Alimentação	12A	38,4	14,1	17,7	30,9	20,9	15,5	17,7
Belo Horizonte (MG) — Total	13	43,0	26,8	27,4	22,2	21,9	17,8	18,7
Alimentação	13A	52,0	19,5	25,7	31,4	23,0	27,0	29,6
Porto Alegre (RS) — Total	14	42,7	22,3	21,2	19,5	22,4	15,9	17,0
Alimentação	14A	42,9	10,8	16,9	23,0	28,5	20,2	20,9
Curitiba (PR) — Total	15	59,2	41,6	29,4	30,0	22,3	16,4	18,5
Alimentação	15A	69,0	17,5	31,9	34,4	20,8	21,5	25,5
Florianópolis (SC) — Total	16	...	...	...	...	19,0	16,0	17,5
Alimentação	16A	...	...	...	...	14,9	20,1	21,2

FONTE: Assessoria Técnica Conjunta Banco do Brasil (São Paulo), Banco Central e Ministério da Fazenda, Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., Escola Superior de Administração e Gerência, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade de São Paulo.

1/ Média ponderada dos índices de preços por atacado (peso 6), custo de vida na GB (peso 3) e custo de construção da GB (peso 1).

PRICES – INDEXES

ACCUMULATED PERCENTAGE CHANGES IN THE YEAR

1971 Nov	1971 Dez	1972 Jan	1972 Fev	1972 Mar	1972 Abr	1972 Mai	N.º	ITEM
								GENERAL PRICE INDEX 1/
17,7	18,7	1,8	3,8	5,5	6,7	7,7	1	*Aggregate Supply*
18,5	19,5	1,7	3,7	5,3	6,5	7,4	2	*Products and Services for Domestic Use*
								WHOLESALE PRICES
18,8	20,0	2,0	4,3	5,8	6,7	7,3	3	*Total Aggregate Supply*
22,6	24,7	3,1	5,3	7,8	8,6	7,5	3A	*Farm Products*
16,4	17,1	1,3	3,6	4,7	5,5	7,1	3B	*Industrial Products*
20,3	21,4	1,8	4,1	5,5	6,3	6,7	4	*Products For Domestic Use*
12,2	12,8	1,5	2,9	4,6	5,4	7,7	4A	*Raw Materials*
28,3	30,2	2,5	4,4	6,4	6,7	4,8	4B	*Foodstuffs*
12,3	12,7	1,5	3,5	4,5	5,4	...	5	*INDUSTRIAL PRICES IN SÃO PAULO – SP (FOB – Plant)*
								AGRICULTURE PRICES IN SÃO PAULO STATE
20,7	25,3	4,0	5,8	5,7	...	...	6	*Received by Farmers*
22,2	26,3	2,2	3,2	3,7	...	...	7	*Payed by Farmers*
16,3	18,9	0,8	1,4	2,3	...	...	8	*Imputs bought by Agricultural Sector*
								BUILDING COST
16,6	16,9	2,8	3,6 r	7,8 r	8,5	17,8	9	*São Paulo (SP)*
12,6	12,6	0,7	1,6 r	5,4 r	9,5	14,0	10	*Rio de Janeiro (GB)*
								COST OF LIVING
19,5	20,6	2,7	4,2	5,3	6,6	7,6	11	*São Paulo (SP) – Total*
22,8	23,6	2,7	3,4	4,7	6,2	5,8	11A	*Food*
17,1	18,1	1,7	3,6	5,0	5,8	6,6	12	*Rio de Janeiro (GB) – Total*
18,4	19,8	2,6	4,5	5,9	6,5	6,4	12A	*Food*
21,5	23,7	2,5	5,1 r	5,8	6,1	6,4	13	*Belo Horizonte (MG) – Total*
34,4	37,8	4,2	8,0	8,6	7,2	6,4	13A	*Food*
18,4	20,0	4,9	6,4	7,9	8,6	9,3	14	*Porto Alegre (RS) – Total*
23,1	25,9	5,6	7,6	8,9	8,9	8,3	14A	*Food*
20,4	21,9	2,7	6,0	6,5	8,0	9,0	15	*Curitiba (PR) – Total*
28,5	29,1	2,5	7,4	9,9	9,7	8,9	15A	*Food*
19,7	21,8	2,6	4,2	4,9	5,9	7,2	16	*Florianópolis (SC) – Total*
25,7	28,3	1,5	4,2	5,3	6,9	5,8	16A	*Food*

1/ Weighted Average of Wholesale Price Index (Weight 6), Cost of Living at Guanabara (Weight 3) and Building Cost at Guanabara (Weight 1).

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1/

ÍNDICES DE PESSOAL OCUPADO

QUADRO II.51

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1969	1970	1971	19 Mai	Jun	Jul	Ago
BRASIL	1	1 001	1 002	1 043	1 042	1 046	1 052	1 048
Química	2	1 006	1 032	1 045	1 051	1 049	1 049	1 047
Metalurgia	3	997	1 007	1 046	1 038	1 047	1 054	1 053
Produtos Alimentares	4	1 032	1 016	1 034	1 056	1 071	1 078	1 022
Textil	5	988	956	963	972	969	969	960
Material de Transporte	6	1 020	1 033	1 136	1 129	1 140	1 154	1 156
SÃO PAULO	7	1 006	1 007	1 048	1 044	1 048	1 056	1 059
Química	8	1 004	1 034	1 052	1 059	1 055	1 055	1 055
Metalurgia	9	995	994	1 040	1 035	1 039	1 048	1 049
Produtos Alimentares	10	1 000	1 016	997	990	1 008	1 022	1 007
Textil	11	997	970	969	974	972	970	967
Material de Transporte	12	1 029	1 043	1 150	1 143	1 153	1 166	1 168
GUANABARA	13	969	969	984	986	989	990	978
Química	14	1 003	1 006	1 017	1 009	1 027	1 036	1 034
Metalurgia	15	1 051	1 129	1 130	1 074	1 165	1 157	1 082
Produtos Alimentares	16	1 019	1 017	1 010	1 025	1 020	1 016	1 012
Textil	17	962	861	846	871	863	861	828
Material de Transporte	18	948	939	1 045	1 031	1 058	1 089	1 079
RIO GRANDE DO SUL	19	1 001	998	1 100	1 136	1 133	1 124	1 073
Química	20	1 031	1 084	1 072	1 112	1 098	1 072	1 049
Metalurgia	21	953	968	1 013	1 017	1 020	1 023	1 016
Produtos Alimentares	22	1 252	1 005	1 181	1 435	1 457	1 381	1 050
Textil	23	966	929	976	960	957	962	966
Material de Transporte	24	976	1 011	1 127	1 101	1 115	1 129	1 144
MINAS GERAIS	25	1 014	1 033	1 072	1 081	1 090	1 100	1 062
Química	26	1 109	1 156	1 484	1 771	1 765	1 774	1 070
Metalurgia	27	1 010	1 021	1 063	1 063	1 068	1 074	1 064
Produtos Alimentares	28	1 052	1 060	1 117	1 085	1 158	1 259	1 166
Textil	29	1 007	1 044	1 035	1 047	1 046	1 036	1 034
Material de Transporte	30	945	1 086	1 092	1 124	1 121	1 127	1 073
PERNAMBUCO	31	980	956	985	966	962	973	998
Química	32	991	973	982	965	974	995	991
Metalurgia	33	1 021	1 082	1 124	1 077	1 094	1 118	1 160
Produtos Alimentares	34	965	977	955	870	854	878	948
Textil	35	964	898	976	1 003	999	1 000	1 003
Material de Transporte	36	890	625	602	567	596	612	633

FONTE: IBGE/DEICON

1/ Em 1968 os setores selecionados representavam 60,11% do total do produto da Indústria de Transformação. Os totais estaduais e nacional incluem outros setores que não os mencionados no quadro.

MANUFACTURING INDUSTRY [1/]

EMPLOYMENT INDEXES

Jan 1969 = 1000

71				1972			N.º	ITEM
Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar		
1 051	1 056	1 056	1 055	1 061	1 062	7 076	1	**BRAZIL**
1 048	1 044	1 036	1 041	1 038	1 050	1 059	2	*Chemicals*
1 057	1 060	1 062	1 059	1 061	1 056	1 065	3	*Metallurgy*
1 013	999	1 007	1 010	1 013	1 006	1 053	4	*Food*
965	966	963	950	945	941	948	5	*Textile*
1 164	1 180	1 165	1 166	1 173	1 190	1 200	6	*Transportation Equipment*
1 062	1 068	1 066	1 064	1 071	1 076	1 085	7	**SÃO PAULO**
1 058	1 053	1 041	1 048	1 045	1 063	1 071	8	*Chemicals*
1 056	1 055	1 056	1 053	1 060	1 062	1 066	9	*Metallurgy*
1 013	993	1 001	983	985	992	994	10	*Food*
972	976	970	964	959	963	973	11	*Textile*
1 175	1 192	1 174	1 175	1 186	1 204	1 215	12	*Transportation Equipment*
980	982	982	972	963	959	975	13	**GUANABARA**
1 008	1 009	1 032	1 037	1 024	1 015	1 010	14	*Chemicals*
1 086	1 096	1 092	1 094	995	994	1 001	15	*Metallurgy*
1 019	970	974	969	966	961	975	16	*Food*
841	847	838	765	747	742	777	17	*Textile*
1 108	1 113	1 118	1 112	1 050	1 052	1 064	18	*Transportation Equipment*
1 079	1 084	1 092	1 118	1 133	1 133	1 196	19	**RIO GRANDE DO SUL**
1 026	1 044	1 044	1 044	7 041	1 040	1 143	20	*Chemicals*
1 016	1 017	1 013	1 013	1 005	955	967	21	*Metallurgy*
974	933	933	1 051	1 096	1 053	1 324	22	*Food*
986	992	1 023	1 024	1 036	1 038	1 054	23	*Textile*
1 150	1 194	1 179	1 193	1 261	1 291	1 315	24	*Transportation Equipment*
1 060	1 060	1 066	1 063	1 070	1 057	1 064	25	**MINAS GERAIS**
1 062	1 061	1 045	1 042	1 022	1 029	1 024	26	*Chemicals*
1 066	1 071	1 077	1 075	1 089	1 088	1 102	27	*Metallurgy*
1 143	1 133	1 141	1 103	1 084	1 085	1 076	28	*Food*
1 025	1 007	1 012	1 009	1 007	947	944	29	*Textile*
1 020	1 032	1 057	1 060	953	995	888	30	*Transportation Equipment*
1 014	1 009	1 015	1 014	1 016	1 007	997	31	**PERNAMBUCO**
1 008	993	993	994	1 008	987	954	32	*Chemicals*
1 168	1 204	1 219	1 169	1 167	1 182	1 197	33	*Metallurgy*
1 000	1 002	1 020	1 004	984	963	988	34	*Food*
1 011	1 006	1 003	1 007	1 013	1 016	978	35	*Textile*
645	619	617	624	616	607	628	36	*Transportation Equipment*

1/ Selected sectors had a share of 60.11% of the manufacturing sector in 1968. State and national totals include sectors which were not specified on the table.

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO [1/]

ÍNDICES DE SALÁRIOS PAGOS

QUADRO II.52

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1969	1970	1971	1 9			
					Mai	Jun	Jul	Ago
BRASIL	1	1 111	1 411	1 848	1 837	1 841	1 889	1 911
Química	2	1 098	1 463	1 819	1 769	1 768	1 824	1 841
Metalurgia	3	1 104	1 440	1 924	1 983	1 894	1 946	1 980
Produtos Alimentares	4	1 101	1 390	1 771	1 758	1 821	1 882	1 840
Têxtil	5	1 051	1 269	1 610	1 588	1 599	1 637	1 632
Material de Transporte	6	1 169	1 482	2 002	2 047	2 040	2 083	2 117
SÃO PAULO	7	1 119	1 422	1 874	1 854	1 868	1 916	1 950
Química	8	1 094	1 460	1 823	1 770	1 769	1 821	1 845
Metalurgia	9	1 105	1 403	1 859	1 881	1 863	1 910	1 944
Produtos Alimentares	10	1 087	1 403	1 786	1 727	1 809	1 898	1 881
Têxtil	11	1 068	1 299	1 636	1 624	1 616	1 638	1 646
Material de Transporte	12	1 170	1 484	2 003	2 058	2 044	2 082	2 118
GUANABARA	13	1 063	1 325	1 649	1 611	1 659	1 698	1 670
Química	14	1 158	1 537	1 218	1 150	1 178	1 244	1 290
Metalurgia	15	1 152	1 579	1 990	1 871	1 983	2 015	1 948
Produtos Alimentares	16	1 029	1 273	1 559	1 552	1 573	1 621	1 605
Têxtil	17	1 038	1 189	1 532	1 462	1 532	1 575	1 600
Material de Transporte	18	1 155	1 411	2 008	1 875	2 047	2 153	2 116
RIO GRANDE DO SUL	19	1 177	1 417	1 908	1 947	1 955	1 967	1 945
Química	20	1 098	1 455	1 791	1 724	1 806	1 808	1 777
Metalurgia	21	1 065	1 438	1 925	1 950	1 899	2 014	2 069
Produtos Alimentares	22	1 300	1 386	1 926	2 346	2 411	2 204	1 797
Têxtil	23	888	1 057	1 367	1 336	1 327	1 342	1 354
Material de Transporte	24	1 217	1 590	2 192	1 232	2 083	2 157	2 270
MINAS GERAIS	25	1 107	1 454	1 922	2 014	1 860	1 927	1 953
Química	26	1 251	1 764	2 444	2 531	2 293	2 378	2 293
Metalurgia	27	1 102	1 459	1 980	2 148	1 887	1 930	1 963
Produtos Alimentares	28	1 190	1 527	2 060	2 014	2 191	2 441	2 292
Têxtil	29	1 084	1 379	1 743	1 766	1 761	1 807	1 846
Material de Transporte	30	1 013	1 488	1 817	1 735	1 800	1 805	1 852
PERNAMBUCO	31	1 095	1 344	1 670	1 600	1 607	1 709	1 718
Química	32	1 045	1 283	1 642	1 667	1 627	1 789	1 714
Metalurgia	33	1 238	1 620	2 400	2 333	2 283	2 429	2 719
Produtos Alimentares	34	1 041	1 346	1 573	1 366	1 315	1 409	1 637
Têxtil	35	1 010	1 197	1 573	1 512	1 601	1 781	1 534
Material de Transporte	36	1 376	1 317	1 516	1 378	1 438	1 543	1 571

FONTE: IBGE/DEICON

1/ Em 1968 os setores selecionados representavam 60,11% do total do produto da Indústria de Transformação. Os totais estaduais e nacional incluem outros setores que não os mencionados no quadro.

MANUFACTURING INDUSTRY [1/]

MONTHLY EARNING INDEXES

Jan 1969 = 1000

71				1972			N.º	ITEM
Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar		
1 906	1 978	2 027	2 076	2 151	2 131	2 236	1	**BRAZIL**
1 897	1 909	1 989	1 984	2 072	2 206	2 283	2	*Chemicals*
1 966	2 073	2 138	2 202	2 182	2 124	2 273	3	*Metallurgy*
1 828	1 900	1 872	1 965	1 993	1 958	2 089	4	*Food*
1 648	1 677	1 719	1 803	1 875	1 844	1 889	5	*Textile*
2 067	2 133	2 125	2 166	2 356	2 340	2 479	6	*Transportation Equipment*
1 937	1 996	2 049	2 104	2 202	2 187	2 288	7	**SÃO PAULO**
1 908	1 912	2 011	1 986	2 069	2 248	2 316	8	*Chemicals*
1 925	1 956	2 030	2 098	2 107	2 056	2 201	9	*Metallurgy*
1 851	1 906	1 928	2 051	2 048	2 011	2 116	10	*Food*
1 643	1 689	1 726	1 855	1 933	1 894	1 958	11	*Textile*
2 062	2 128	2 114	2 157	2 355	2 338	2 484	12	*Transportation Equipment*
1 674	1 741	1 809	1 814	1 835	1 818	1 885	13	**GUANABARA**
1 238	1 233	1 311	1 342	1 413	1 354	1 522	14	*Chemicals*
1 934	2 122	2 258	2 310	2 024	2 006	1 977	15	*Metallurgy*
1 704	1 549	1 612	1 605	1 677	1 651	1 700	16	*Food*
1 647	1 617	1 666	1 593	1 643	1 722	1 701	17	*Textile*
2 072	2 171	2 585	2 214	2 380	2 272	2 304	18	*Transportation Equipment*
1 995	2 101	2 085	2 144	2 157	2 148	2 337	19	**RIO GRANDE DO SUL**
1 829	1 924	1 881	1 905	2 047	2 027	2 162	20	*Chemicals*
2 082	2 121	2 124	2 242	2 133	2 026	2 116	21	*Metallurgy*
1 692	2 100	1 701	1 824	1 871	1 901	2 370	22	*Food*
1 392	1 404	1 523	1 539	1 635	1 647	1 658	23	*Textile*
2 480	2 451	2 528	2 547	2 598	2 854	3 047	24	*Transportation Equipment*
1 935	2 102	2 150	2 211	2 222	2 150	2 290	25	**MINAS GERAIS**
2 507	2 616	2 524	2 717	2 871	2 754	2 682	26	*Chemicals*
1 951	2 196	2 254	2 320	2 289	2 225	2 425	27	*Metallurgy*
2 199	2 218	2 203	2 273	2 254	2 254	2 317	28	*Food*
1 822	1 862	1 872	1 896	2 055	1 800	1 864	29	*Textile*
1 770	1 952	2 188	2 186	1 990	2 010	1 837	30	*Transportation Equipment*
1 784	1 848	1 867	1 900	1 943	1 921	1 984	31	**PERNAMBUCO**
1 768	1 749	1 734	1 867	1 876	1 941	1 956	32	*Chemicals*
2 663	3 078	2 932	2 340	2 689	2 815	2 871	33	*Metallurgy*
1 740	1 820	1 816	1 843	1 986	1 862	1 913	34	*Food*
1 680	1 684	1 748	1 879	1 813	1 859	1 876	35	*Textile*
1 745	1 713	1 745	1 754	1 754	1 775	1 913	36	*Transportation Equipment*

1/ Selected sectors had a share of 60.11% of the manufacturing sector in 1968. State and national totals include subsectors which were not specified on the table.

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1/

ÍNDICES DE SALÁRIOS MÉDIOS

QUADRO II.53

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1969	1970	1971	1 9			
					Mai	Jun	Jul	Ago
BRASIL	1	1 110	1 408	1 771	1 763	1 761	1 796	1 823
Química	2	1 092	1 416	1 740	1 683	1 684	1 739	1 758
Metalurgia	3	1 107	1 407	1 837	1 910	1 810	1 847	1 881
Produtos Alimentares	4	1 068	1 368	1 715	1 665	1 700	1 745	1 799
Têxtil	5	1 064	1 327	1 672	1 633	1 650	1 689	1 695
Material de Transporte	6	1 147	1 433	1 759	1 814	1 790	1 806	1 825
SÃO PAULO	7	1 114	1 411	1 786	1 776	1 782	1 815	1 842
Química	8	1 090	1 411	1 733	1 671	1 676	1 727	1 750
Metalurgia	9	1 112	1 410	1 787	1 817	1 794	1 822	1 868
Produtos Alimentares	10	1 087	1 382	1 790	1 744	1 794	1 857	1 869
Têxtil	11	1 072	1 338	1 689	1 667	1 662	1 687	1 703
Material de Transporte	12	1 137	1 421	1 740	1 800	1 773	1 787	1 808
GUANABARA	13	1 087	1 367	1 676	1 635	1 677	1 715	1 709
Química	14	1 154	1 528	1 197	1 140	1 146	1 202	1 248
Metalurgia	15	1 095	1 396	1 766	1 742	1 702	1 741	1 801
Produtos Alimentares	16	1 009	1 523	1 545	1 515	1 534	1 596	1 586
Têxtil	17	1 082	1 382	1 814	1 679	1 774	1 831	1 933
Material de Transporte	18	1 223	1 501	1 915	1 819	1 934	1 977	1 960
RIO GRANDE DO SUL	19	1 119	1 419	1 733	1 714	1 726	1 751	1 814
Química	20	1 070	1 345	1 674	1 550	1 646	1 686	1 694
Metalurgia	21	1 119	1 479	1 899	1 918	1 862	1 969	2 037
Produtos Alimentares	22	1 059	1 379	1 651	1 635	1 655	1 596	1 711
Têxtil	23	922	1 138	1 399	1 392	1 387	1 395	1 401
Material de Transporte	24	1 248	1 558	1 939	2 028	1 867	1 911	1 968
MINAS GERAIS	25	1 091	1 408	1 793	1 862	1 706	1 752	1 838
Química	26	1 127	1 524	1 776	1 429	1 299	1 340	2 143
Metalurgia	27	1 090	1 429	1 861	2 020	1 766	1 797	1 844
Produtos Alimentares	28	1 132	1 437	1 838	1 856	1 893	1 938	1 966
Têxtil	29	1 075	1 320	1 687	1 688	1 684	1 744	1 785
Material de Transporte	30	1 071	1 373	1 671	1 543	1 607	1 602	1 726
PERNAMBUCO	31	1 117	1 405	1 693	1 657	1 671	1 756	1 722
Química	32	1 054	1 319	1 670	1 727	1 669	1 797	1 730
Metalurgia	33	1 211	1 498	2 126	2 165	2 088	2 172	2 345
Produtos Alimentares	34	1 077	1 384	1 642	1 570	1 540	1 605	1 726
Têxtil	35	1 051	1 332	1 607	1 507	1 603	1 781	1 530
Material de Transporte	36	1 583	2 108	2 513	2 432	2 411	2 523	2 481

FONTE: IBGE/DEICON

1/ Em 1968 os setores selecionados representavam 60,11% do total do produto da Indústria de Transformação. Os totais estaduais e nacional incluem outros setores que não os mencionados no quadro.

MANUFACTURING INDUSTRY [1/]

MONTHLY AVERAGE WAGES INDEXES

Jan 1969 = 1000

71 Set	Out	Nov	Dez	1972 Jan	Fev	Mar	N.º	ITEM
1 813	1 874	1 919	1 967	2 027	2 006	2 079	1	**BRAZIL**
1 811	1 829	1 915	1 906	1 996	2 100	2 156	2	*Chemicals*
1 856	1 956	2 013	2 079	2 057	2 011	2 136	3	*Metallurgy*
1 805	1 902	1 859	1 947	1 968	1 946	1 984	4	*Food*
1 707	1 735	1 785	1 898	1 983	1 959	1 993	5	*Textile*
1 777	1 810	1 824	1 858	2 009	1 966	2 066	6	*Transportation Equipment*
1 824	1 869	1 923	1 978	2 056	2 032	2 109	7	**SÃO PAULO**
1 803	1 816	1 925	1 895	1 980	2 114	2 163	8	*Chemicals*
1 824	1 855	1 923	1 991	1 988	1 936	2 065	9	*Metallurgy*
1 828	1 921	1 926	2 087	2 079	2 027	2 128	10	*Food*
1 691	1 730	1 779	1 924	2 017	1 966	2 013	11	*Textile*
1 755	1 788	1 800	1 836	1 985	1 942	2 044	12	*Transportation Equipment*
1 709	1 773	1 841	1 867	1 907	1 895	1 934	13	**GUANABARA**
1 228	1 222	1 271	1 294	1 380	1 334	1 508	14	*Chemicals*
1 781	1 935	2 068	2 111	2 035	2 019	1 976	15	*Metallurgy*
1 673	1 597	1 655	1 656	1 736	1 718	1 744	16	*Food*
1 958	1 910	1 987	2 082	2 201	2 320	2 189	17	*Textile*
1 870	1 950	2 311	1 990	2 268	2 159	2 166	18	*Transportation Equipment*
1 849	1 938	1 909	1 917	1 904	1 896	1 955	19	**RIO GRANDE DO SUL**
1 783	1 843	1 801	1 825	1 967	1 949	1 891	20	*Chemicals*
2 050	2 086	2 096	2 213	2 153	2 120	2 189	21	*Metallurgy*
1 738	2 251	1 833	1 735	1 707	1 806	1 790	22	*Food*
1 411	1 415	1 489	1 504	1 578	1 588	1 572	23	*Textile*
2 157	2 054	2 144	2 134	2 061	2 212	2 317	24	*Transportation Equipment*
1 826	1 984	2 017	2 079	2 078	2 034	2 153	25	**MINAS GERAIS**
2 361	2 466	2 416	2 606	2 808	2 677	2 619	26	*Chemicals*
1 831	2 051	2 093	2 158	2 102	2 045	2 200	27	*Metallurgy*
1 924	1 958	1 932	2 061	2 080	2 078	2 153	28	*Food*
1 778	1 849	1 850	1 878	2 041	1 901	1 975	29	*Textile*
1 735	1 893	2 070	2 062	2 088	2 020	2 068	30	*Transportation Equipment*
1 759	1 832	1 839	1 875	1 913	1 907	1 990	31	**PERNAMBUCO**
1 754	1 762	1 745	1 879	1 862	1 966	2 051	32	*Chemicals*
2 280	2 557	2 405	2 002	2 305	2 381	2 398	33	*Metallurgy*
1 740	1 816	1 779	1 835	2 018	1 934	1 937	34	*Food*
1 662	1 675	1 742	1 866	1 790	1 829	1 919	35	*Textile*
2 704	2 768	2 829	2 811	2 848	2 926	3 044	36	*Transportation Equipment*

1/ Selected sectors had a share of 60.11% of the manufacturing sector in 1968. State and national totals include subsectors which were not specified on the table.

ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO MÉDIA DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS [1/]

QUADRO II.55

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1969			19
		Jan - Jun	Jul - Dez	Ano *Year*	Jan - Jun
ADMINISTRADOR					
Bahia	1	966	1 034	1 320	1 273
Goiás	2	1 003	997	1 410	1 335
Mato Grosso	3	967	1 033	1 095	1 091
Minas Gerais	4	906	1 094	1 264	1 179
Paraná	5	950	1 050	1 259	1 170
Pernambuco	6	983	911	1 140	1 089
Rio Grande do Sul	7	1 000	1 000	1 296	1 296
Rio de Janeiro	8	993	1 007	1 293	1 230
São Paulo	9	916	1 084	1 230	1 078
CAPATAZ					
Bahia	10	900	1 100	1 272	1 171
Goiás	11	964	1 036	1 363	1 259
Mato Grosso	12	883	1 117	1 234	1 214
Minas Gerais	13	927	1 073	1 281	1 254
Paraná	14	911	1 089	1 288	1 224
Pernambuco	15	988	1 012	1 132	1 077
Rio Grande do Sul	16	969	1 031	1 168	1 156
Rio de Janeiro	17	993	1 007	1 168	1 097
TRATORISTA					
Bahia	18	926	1 074	1 240	1 162
Goiás	19	999	1 001	1 107	1 049
Mato Grosso	20	979	1 021	1 159	1 037
Minas Gerais	21	993	1 007	1 196	1 124
Paraná	22	935	1 065	1 244	1 163
Pernambuco	23	970	1 030	1 108	1 092
Rio Grande do Sul	24	984	1 016	1 218	1 155
Rio de Janeiro	25	1 010	990	1 167	1 094
São Paulo	26	863	1 137	1 174	1 034
TRABALHADOR PERMANENTE					
Bahia	27	965	1 035	1 301	1 251
Goiás	28	977	1 022	1 222	1 190
Mato Grosso	29	986	1 014	1 227	1 188
Minas Gerais	30	950	1 050	1 159	1 106
Paraná	31	956	1 044	1 219	1 080
Pernambuco	32	972	1 028	1 083	1 065
Rio Grande do Sul	33	980	1 020	1 163	1 095
Rio de Janeiro	34	986	1 014	1 314	1 230
São Paulo	35	869	1 131	1 295	1 164
TRABALHADOR EVENTUAL					
Bahia	36	966	1 031	1 296	1 111
Goiás	37	951	1 046	1 107	1 137
Mato Grosso	38	1 002	998	1 143	1 085
Minas Gerais	39	962	1 035	1 161	1 101
Paraná	40	958	1 039	1 233	1 157
Pernambuco	41	980	1 020	1 115	1 079
Rio Grande do Sul	42	986	1 014	1 160	1 083
Rio de Janeiro	43	946	1 054	1 307	1 292
São Paulo	44	915	1 082	1 332	1 278

FONTE: FGV e Instituto de Economia Agrícola de São Paulo.

1/ Os dados se referem a trabalhadores mensalistas, exceto os de "Trabalhador Eventual" que são diaristas. Inclui somente a remuneração em dinheiro. Para São Paulo, o índice é de salário médio.

FARM HANDS' AVERAGE EARNINGS [1/]

1969 = 1000

70	1971			N.º	ITEM
Jul - Dez	Ano Year	Jan - Jun	Jul - Dez		
					MANAGER
1 367	1 489	1 471	1 507	1	*Bahia*
1 485	1 795	1 735	1 855	2	*Goiás*
1 099	1 476	1 362	1 590	3	*Mato Grosso*
1 348	1 584	1 534	1 634	4	*Minas Gerais*
1 348	1 635	1 544	1 726	5	*Paraná*
1 198	1 534	1 421	1 647	6	*Pernambuco*
1 296	1 438	1 416	1 459	7	*Rio Grande do Sul*
1 356	1 507	1 501	1 513	8	*Rio de Janeiro*
1 382	1 540	1 433	1 648	9	*São Paulo*
					FOREMAN
1 373	1 579	1 489	1 668	10	*Bahia*
1 468	1 728	1 634	1 823	11	*Goiás*
1 254	1 571	1 473	1 669	12	*Mato Grosso*
1 307	1 650	1 648	1 653	13	*Minas Gerais*
1 353	1 459	1 374	1 545	14	*Paraná*
1 186	1 355	1 233	1 476	15	*Pernambuco*
1 179	1 453	1 324	1 582	16	*Rio Grande do Sul*
1 239	1 457	1 437	1 476	17	*Rio de Janeiro*
					TRACTOR DRIVER
1 317	1 916	1 771	2 062	18	*Bahia*
1 164	1 420	1 378	1 463	19	*Goiás*
1 280	1 658	1 618	1 698	20	*Mato Grosso*
1 268	1 393	1 308	1 479	21	*Minas Gerais*
1 325	1 599	1 540	1 657	22	*Paraná*
1 123	1 638	1 616	1 661	23	*Pernambuco*
1 282	1 507	1 467	1 547	24	*Rio Grande do Sul*
1 240	1 361	1 297	1 425	25	*Rio de Janeiro*
1 315	1 498	1 331	1 665	26	*São Paulo*
					REGULAR FARM HANDS
1 350	1 589	1 564	1 614	27	*Bahia*
1 254	1 439	1 365	1 513	28	*Goiás*
1 267	1 427	1 373	1 480	29	*Mato Grosso*
1 212	1 544	1 491	1 597	30	*Minas Gerais*
1 358	1 638	1 598	1 679	31	*Paraná*
1 101	1 277	1 176	1 379	32	*Pernambuco*
1 232	1 486	1 393	1 580	33	*Rio Grande do Sul*
1 399	1 625	1 556	1 694	34	*Rio de Janeiro*
1 423	1 625	1 431	1 816	35	*São Paulo*
					TEMPORARY FARM HANDS
1 469	1 667	1 626	1 704	36	*Bahia*
1 077	1 244	1 195	1 290	37	*Goiás*
1 200	1 430	1 375	1 485	38	*Mato Grosso*
1 218	1 475	1 380	1 567	39	*Minas Gerais*
1 307	1 663	1 600	1 727	40	*Paraná*
1 146	1 368	1 348	1 383	41	*Pernambuco*
1 234	1 440	1 411	1 469	42	*Rio Grande do Sul*
1 318	1 518	1 500	1 536	43	*Rio de Janeiro*
1 387	1 660	1 552	1 766	44	*São Paulo*

1/ Data above refer to those workers on a monthly basis, except for temporary ones that are day-laborers as a rule. It includes cash payment only. *Exclusively average wages for São Paulo.*

TÍTULOS PROTESTADOS

QUADRO II.47

DISCRIMINAÇÃO	N.º	MÉDIA MENSAL *MONTHLY AVERAGE* 1966	1967	1968	1969	1970	1971	19.. Set
TOTAL								
Número – Milhares	1	15,1	17,1	18,0	25,3	27,7	28,8	28,7
Valor Nominal – Cr$ milhões	2	8,1	8,9	14,8	26,0	32,8	39,4	41,2
Valor Real a Preços de 1957 1/ – Cr$ mil	3	273	242	322	473	493	485	488
Valor Real Médio a Preços de 1957 – Cr$	4	18,1	14,2	17,9	18,7	16,9	16,8	17,0
GUANABARA								
Número – Milhares	5	3,8	3,7	3,7	6,1	6,4	7,4	6,6
Valor Nominal – Cr$ milhões	6	2,0	2,1	3,2	8,2	9,3	11,3	8,9
Valor Real a Preços de 1957 1/ – Cr$ mil	7	66	59	70	149	138	139	105
Valor Real Médio a Preços de 1957 – Cr$	8	17,4	15,9	18,9	24,2	21,6	18,8	15,9
SÃO PAULO								
Número – Milhares	9	11,6	13,4	14,4	19,1	21,4	21,4	22,1
Valor Nominal – Cr$ milhões	10	6,1	6,7	11,5	17,8	23,5	28,1	32,3
Valor Real a Preços de 1957 1/ – Cr$ mil	11	207	183	252	324	354	345	383
Valor Real Médio a Preços de 1957 – Cr$	12	17,8	13,7	17,6	16,9	16,4	16,1	17,3

FONTE: Fundação Getúlio Vargas.
1/ Deflacionado pelo índice de Preços por Atacado – Oferta Global.

PROTESTED BILLS

71 Out	71 Nov	71 Dez	1972 Jan	1972 Fev	1972 Mar	1972 Abr	N.º	ITEM
								TOTAL
29,9	29,2	27,8	30,6	31,0	...	...	1	*Number-Thousand*
48,6	41,5	39,7	49,5	45,6	...	...	2	*Nominal Value — Cr$ millions*
569	481	455	556	501	...	...	3	*Real Value at Prices of 1957 1/ — Cr$ 1 000*
19,0	16,5	16,4	18,2	16,2	...	...	4	*Average Real Value at Prices of 1957 — Cr$*
								GUANABARA
7,7	7,4	6,5	7,2	7,7	...	...	5	*Number-Thousand*
12,5	12,3	10,8	11,8	11,7	...	...	6	*Nominal Value — Cr$ millions*
147	143	124	133	129	...	...	7	*Real Value at Prices of 1957 1/ — Cr$ 1 000*
19,1	19,2	19,0	18,5	16,7	...	...	8	*Average Real Value at Prices of 1957 — Cr$*
								SÃO PAULO
22,2	21,8	21,3	23,4	23,3	28,7	30,2	9	*Number-Thousand*
36,1	29,2	28,4	37,7	33,9	35,8	55,3	10	*Nominal Value — Cr$ millions*
422	338	330	423	372	388	594	11	*Real Value at Prices of 1957 1/ — Cr$ 1 000*
19,0	15,5	15,5	18,1	16,0	13,5	19,7	12	*Average Real Value at Prices of 1957 — Cr$*

1/ Deflated by Wholesale Prices Index — Total Supply.

III — FINANÇAS DA UNIÃO
PUBLIC FINANCE

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL

PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES 1/

QUADRO III.60

DISCRIMINAÇÃO	N.º	PREÇOS CORRENTES / *CURRENT PRICES*					
		1966 2/	1967	1968	1969	1970	1971
RECEITA	ST1	5 910	6 814	10 275	13 953	19 194	26 980
RECEITA TRIBUTÁRIA	1	5 661	6 190	9 950	13 815	17 735	24 026
Impostos	1A	5 629	6 062	9 858	13 579	17 390	23 466
Produtos Industrializados	1A1	2 214	2 840	5 074	6 357	8 144	10 819
Renda	1A2	1 339	1 550	2 173	3 598	4 628	6 352
Importação	1A3	418	464	816	1 115	1 372	1 844
Energia Elétrica	1A4	194	105	157	217	434	612
Minerais	1A5	29	32	38	40	62	96
Combustíveis e Lubrificantes	1A6	896	1 069	1 597	2 250	2 676	3 673
Transportes Rodoviários de Passageiros	1A7	—	0	0	0	72	68
Atribuído à União nos Territórios	1A8	0	2	3	2	2	2
Operações Financeiras 3/	1A9	—	—	—	—	—	—
Taxas	1B	32	128	92	236	345	560
OUTRAS RECEITAS 3/	2	249	624	325	138	1 459	2 954
DESPESA	ST2	6 496	8 039	11 502	14 709	19 932	27 652
PAGAMENTOS, JUROS E COMISSÕES	3	6 195	737	461	538	318	1 003
COTAS DE DESPESA EFETIVA	4	...	4 928	7 611	9 221	12 620	17 048
DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA VINCULADA	5	...	1 902	1 794	2 551	3 583	5 568
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	6	—	...	1 433	1 151	1 532	2 061
DIVERSOS	7	301	472	203	1 248	1 879	1 972
RESULTADO DE CAIXA (ST1-ST2)	ST3	– 586	– 1 225	– 1 227	– 756	– 738	– 672
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ST4	586	1 225	1 227	756	738	672
DÉBITO JUNTO ÀS AUTORIDADES MONETÁRIAS	8	– 190	699	1 079	– 1 026	– 832	– 3 364
Operações com Títulos	8A	48	157	752	– 74	170	– 150
Cobertura Decretos-Lei 96/66 e 1205/72	8B	—	—	215	896	1 444	787
Depósitos de Operações Especiais	8C	– 273	– 35	44	– 1 818	– 2 140	– 4 001
Variações de Depósitos — Execução Financeira	8D	35	577	68	– 30	– 306	—
DÉBITO JUNTO AO PÚBLICO	9	606	526	148	1 782	1 570	4 036
Através da Dívida Mobiliária	9A	606	526	– 91	1 471	1 382	3 891
Depósitos de Contribuintes	9B	—	—	239	311	188	145

FONTE : Banco Central do Brasil e Banco do Brasil S. A.
1/ Deflacionado pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (base jan. 70=100).
2/ Inclui, em 1966, Cr$ 539 milhões referentes ao Imposto do Selo, que foi extinto pela Emenda Constitucional n.º 18, de 1.1.65. Em 1966, a soma dos itens 8 e 9 não correspondem a ST4, uma vez que o item ST4 inclui Cr$ 170 milhões de "Recursos Externos - AID".
3/ Incluído no Orçamento somente a partir de 1972.
4/ Inclui receita não classificada e recursos em trânsito.

TREASURY CASH BUDGET

CURRENT AND CONSTANT VALUES 1/

Fluxos em Cr$ milhões
Flow in Cr$ millions

JAN – MAI									
PREÇOS CORRENTES / *CURRENT PRICES*		PREÇOS CONSTANTES / *CONSTANT PRICES*		PARTICIPAÇÃO NO TOTAL / *SHARING ON TOTAL*		VARIAÇÃO PERCENTUAL 1972/71 / *PERCENTAGE CHANGE*		N.º	ITEM
1971	1972	1971	1972	1971	1972	P. Correntes	P. Constantes		
9 505	13 767	8 986	11 125	100,0	100,0	44,8	23,8	ST1	**REVENUE**
8 695	12 650	8 222	10 224	91,5	91,9	45,5	24,3	1	*TAX REVENUE*
8 606	12 348	8 141	9 979	90,6	89,7	43,5	22,6	1A	**Taxes**
3 900	5 302	3 693	4 282	41,1	38,5	35,9	16,0	1A1	*Industrial Products*
2 538	3 625	2 399	2 926	26,7	26,3	42,8	21,9	1A2	*Income*
622	916	584	745	6,5	6,7	47,1	27,6	1A3	*Imports*
210	387	198	312	2,2	2,8	84,7	57,6	1A4	*Electric Power*
36	64	36	56	0,4	0,5	79,0	54,9	1A5	*Minerals*
1 275	1 615	1 204	1 302	13,4	11,7	26,7	8,1	1A6	*Fuel and lubricating oils*
25	34	27	33	0,3	0,3	32,8	24,2	1A7	*Transport of road passengers*
0	2	0	0	0	0	200,0	0,0	1A8	*Treasury Receipts from Federal Territories*
–	403	–	323	–	2,9	–	–	1A9	*Financial 3/*
89	302	81	245	0,9	2,2	239,3	202,6	1B	**Contributions**
810	1 117	764	901	8,5	8,1	38,0	18,0	2	*OTHER RECEIPTS 3/*
8 822	12 385	8 335	9 983	100,0	100,0	40,4	19,8	ST2	**EXPENDITURE**
304	329	292	270	3,5	2,7	7,9	– 7,6	3	*SAUNBRY, INTEREST & FEES*
5 924	7 305	5 592	5 889	67,1	59,0	23,3	5,3	4	*EXPENDITURE QUOTAS*
1 747	3 211	1 650	2 586	19,8	25,9	83,7	56,7	5	*DISTRIBUTION OF EARMARKED TAXES*
773	1 071	734	859	8,8	8,6	38,6	17,1	6	*PARTICIPATION FUNDS*
74	469	67	379	0,8	3,8	535,8	468,8	7	*OTHER*
683	1 382	651	1 142	100,0	100,0	102,3	75,3	ST3	**CASH BALANCE (ST1-ST2)**
– 683	– 1 382	– 651	– 1 142	100,0	100,0	102,3	75,3	ST4	**CREDIT TRANSACTIONS**
– 1 811	– 2 928	– 1 726	– 2 420	– 265,1	– 211,9	61,7	40,1	8	*DEBT TO MONETARY AUTHORITIES*
– 60	– 1 616	– 57	– 1 336	– 8,8	– 117,0	2 593,3	2 242,1	8A	*Security Transactions*
–	– 712	–	– 589	–	– 51,6	–	–	8B	*Special Advances*
– 926	837	– 882	692	– 135,5	60,6	190,4	178,4	8C	*(Decree-Law 96/66) Special Transactions*
– 825	– 1 437	– 787	– 1 187	– 120,8	– 103,9	74,2	50,8	8D	*Changes in Deposits — Budgetary Transactions*
1 128	1 546	1 075	1 278	165,1	111,9	37,1	18,9	9	*DEBT TO PUBLIC*
1 072	1 518	1 022	1 255	156,9	109,9	41,5	22,8	9A	*Securities*
56	28	53	23	8,2	2,0	– 48,2	– 56,6	9B	*Taxpayer's Deposits*

1/ Deflated by General Price Index — For Domestic Use (basis Jan. 70=100).
2/ In 1966, includes Cr$ 539 million of Stamp Tax that was abolished by Emenda Constitucional n.º 18, of Dec. 1, 1965. Sum of items 8 and 9 in 1966 do not add to item ST4, a time when ST4 included Cr$ 170 millions of "Foreign Resources of USAID".
3/ It was included in the Budget in 1972.
4/ It includes unclassified revenue and taxes float.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL

FLUXOS ACUMULADOS ATÉ O MÊS ASSINALADO

QUADRO III.61

DISCRIMINAÇÃO	N.º	19						
		Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
RECEITA	ST1	7 636	9 505	11 172	13 294	15 459	17 556	20 064
IMPOSTOS	1	6 476	8 607	10 406	12 303	14 454	16 443	18 391
Produtos Industrializados	1A	2 993	3 901	4 744	5 639	6 649	7 630	8 493
Renda	1B	1 916	2 538	3 034	3 532	4 083	4 570	5 032
Importação	1C	448	622	770	923	1 104	1 266	1 420
Energia Elétrica	1D	134	210	256	290	370	421	445
Minerais	1E	25	36	44	52	61	70	79
Combustíveis e Lubrificantes	1F	940	1 275	1 527	1 831	2 144	2 436	2 868
Transportes Rodoviários de Passageiros	1G	20	25	30	35	42	49	53
Atribuído à União nos Territórios	1H	0	0	1	1	1	1	1
Operações Financeiras	1I	–	–	–	–	–	–	–
TAXAS	2	78	101	116	171	243	284	332
OUTRAS RECEITAS 1/	3	1 082	797	650	820	762	829	1 341
DESPESA	ST2	6 758	8 822	11 098	13 094	15 249	17 447	19 689
RESULTADO DE CAIXA (ST1-ST2)	ST3	878	683	74	200	210	109	375
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ST4	– 878	– 683	– 74	– 200	– 210	– 109	– 375
DÉBITO JUNTO ÀS AUTORIDADES MONETÁRIAS	4	– 1 513	– 1 811	– 1 599	– 1 918	– 2 188	– 2 422	– 3 241
Operações com Títulos	4A	– 60	– 60	– 60	– 90	– 90	– 90	– 120
Cobertura Decretos-Lei 96/66 e 1205/72	4B	–	–	–	–	–	–	–
Depósitos de Operações Especiais	4C	– 373	– 926	– 1 218	– 1 309	– 1 489	– 1 707	– 2 155
Variações Dep. Execução Financeira	4D	– 1 080	– 825	– 321	– 519	– 609	– 625	– 966
DÉBITO JUNTO AO PÚBLICO	5	635	1 128	1 525	1 718	1 978	2 313	2 866
Através da Dívida Mobiliária	5A	591	1 072	1 457	1 636	1 882	2 204	2 746
Depósitos de Contribuintes	5B	44	56	68	82	96	109	120

FONTE: Banco Central do Brasil e Banco do Brasil S.A.

1/ Inclui receita não classificada e recursos em trânsito.

TREASURY CASH BUDGET

MONTHLY ACCUMULATED FLOW

Cr$ milhões

1971		1972						
Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	N.º	ITEM
22 210	26 980	1 599	4 374	7 688	10 674	13 767	ST1	**REVENUE**
20 627	23 466	1 038	3 609	6 568	8 685	12 348	1	*TAXES*
9 494	10 819	465	1 547	2 924	3 870	5 302	1A	*Industrial Products*
5 666	6 352	300	1 241	2 050	2 662	3 625	1B	*Income*
1 563	1 844	85	271	482	676	916	1C	*Imports*
535	612	7	68	190	231	387	1D	*Electric Power*
87	96	3	12	27	42	64	1E	*Minerals*
3 221	3 673	176	462	876	1 178	1 615	1F	*Fuel and lubricating oils*
59	68	2	8	18	25	34	1G	*Transport of road passengers*
2	2	0	0	1	1	2	1H	*Treasury Receipts from Federal Territories*
—	—	...	...	...	...	403	1I	*Financial*
374	560	33	93	162	209	302	2	*CONTRIBUTIONS*
1 209	2 954	528	672	958	1 780	1 117	3	*OTHER RECEIPTS* 1/
22 042	27 652	1 129	3 149	6 238	9 086	12 385	ST2	**EXPENDITURE**
168	– 672	470	1 225	1 450	1 588	1 382	ST3	**CASH BALANCE (ST1-ST2)**
– 168	672	– 470	– 1 225	– 1 450	– 1 588	– 1 382	ST4	**CREDIT TRANSACTIONS**
– 3 405	– 3 364	– 533	– 1 017	– 1 689 r	– 2 275 r	– 2 928	4	*DEBT TO MONETARY AUTHORITIES*
– 120	– 150	—	—	—	1 372 r	– 1 616	4A	*Securities Transactions*
—	787	—	– 579	– 712	– 712	– 712	4B	*Special Advances Decree-Laws 96/66 and 1205/72*
– 2 442	– 4 001	46	412	115 r	1 280 r	837	4C	*Special Transactions*
– 843	—	– 579	– 850	– 1 092	– 1 471	– 1 437	4D	*Change in Deposits — Budgetary Transactions*
3 237	4 036	63	– 208	239 r	687 r	1 546	5	*DEBT TO PUBLIC*
3 105	3 891	58	– 219	220 r	664 r	1 518	5A	*Securities*
132	145	5	11	19	23	28	5B	*Taxpayer's Deposits*

1/ It includes unclassified revenue and taxes float.

RECEITA DO TESOURO NACIONAL

FLUXOS ACUMULADOS ATÉ O MÊS ASSINALADO

QUADRO III.63

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1930 Dez	1940 Dez	1950 Dez	1960 Dez	1965 Dez	1966 Dez	1967 Dez
TOTAL	T	1,7	4,0	20,8	247,4	3 907	5 910	6 814
TRIBUTOS DIRETOS (Imp. Renda)	ST1	0,1	0,4	5,6	64,1	1 023	1 339	1 550
TRIBUTOS INDIRETOS	ST2	1,2	2,4	11,6	162,4	2 673	4 322	4 640
IMPOSTOS	1	1,2	2,4	11,6	160,5	2 654	4 290	4 512
Selo 1/	1A	0,2	0,3	2,1	25,5	348	539	—
Produtos Industrializados	1B	0,4	1,1	6,4	83,5	1 308	2 214	2 840
Combustíveis e Lubrificantes	1C	—	—	1,4	27,6	674	896	1 069
Importação	1D	0,6	1,0	1,7	22,1	208	418	464
Energia Elétrica	1E	—	—	—	1,7	97	194	105
Minerais	1F	—	—	0	0,1	19	29	32
Transportes Rodoviários de Passageiros	1G	—	—	—	—	—	—	0
Atribuído à União nos Territórios	1H	—	0	0	0	0	0	2
Operações Financeiras	1I	—	—	—	—	—	—	—
TAXAS	2	—	—	—	1,9	19	32	128
OUTRAS RECEITAS 2/	ST3	0,4	1,2	3,6	20,9	211	249	624
PARTICIPAÇÃO DOS TRIBUTOS NO TOTAL DA RECEITA (%)								
DIRETOS	3	5,9	10,0	26,9	25,9	26,2	22,7	22,7
INDIRETOS	4	70,6	60,0	55,8	65,6	68,4	73,1	68,1

FONTE: Banco Central do Brasil e Banco do Brasil S. A.

1/ Extinto pela Emenda Constitucional n.º 18 de 1.12.65.

2/ Inclui receita não classificada e recurso em trânsito.

TREASURY REVENUE

MONTHLY ACCUMULATED FLOW

Cr$ milhões

1968	1969	1970	1971	1972			N.º	ITEM
Dez	Dez	Dez	Dez	Mar	Abr	Mai		
10 275	13 953	19 194	26 980	7 688	10 674	13 767	T	TOTAL
2 173	3 598	4 628	6 352	2 050	2 662	3 625	ST1	*DIRECT TAXES (Income Tax)*
7 777	10 217	13 107	17 674	4 680	6 232	9 025	ST2	*INDIRECT TAXES & CONTRIBUTIONS*
7 685	9 981	12 762	17 114	4 518	6 023	8 723	1	*TAXES*
–	–	–	–	–	–	–	1A	*Stamp* 1/
5 074	6 357	8 144	10 819	2 924	3 870	5 302	1B	*Industrial Products*
1 597	2 250	2 676	3 673	876	1 178	1 615	1C	*Fuel and lubricating oils*
816	1 115	1 372	1 844	482	676	916	1D	*Imports*
157	217	434	612	190	231	387	1E	*Electric Power*
38	40	62	96	27	42	64	1F	*Minerals*
0	0	72	68	18	25	34	1G	*Transport of road Passengers*
3	2	2	2	1	1	2	1H	*Treasury Receipts from Federal Territories*
–	–	–	–	...	...	403	1I	*Financial*
92	236	345	560	162	209	302	2	*CONTRIBUTIONS*
325	138	1 459	2 954	958	1 780	1 117	ST3	*OTHER RECEIPTS* 2/
								SHARE OF TAXES ON TOTAL REVENUE (%)
21,1	25,8	24,1	23,5	26,7	24,9	26,3	3	*DIRECT*
75,7	73,2	68,3	65,5	60,9	58,4	65,6	4	*INDIRECT*

1/ Abolished by Emenda Constitucional n.º 18, of Dec. 1, 1965.
2/ Includes unclassified revenue and taxes float.

VINCULAÇÕES DA RECEITA FEDERAL

PERÍODO: JAN-MAI

QUADRO III.64

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1971		
		Arrecadada *Collected* (A)	Distribuída *Distributed* (B)	% B/A
RECEITA TOTAL	T	9 505	2 520	26,5
RECEITA TRIBUTÁRIA	ST1	8 695	2 400	27,6
IMPOSTOS	1	8 606	2 311	26,9
IPI	1A	3 900	469	12,0
Renda	1B	2 538	305	12,0
Importação	1C	622	—	—
Energia Elétrica	1D	210	208	99,5
Minerais	1E	36	29	81,2
Combustíveis e Lubrificantes	1F	1 275	1 275	100,0
Transportes Rodoviários de Passageiros	1G	25	25	100,0
Atribuído à União nos Territórios	1H	0	0	—
Operações Financeiras	1I	—	—	—
TAXAS	2	76	76	100,0
Fiscalização de Telecomunicação	2A	2	2	100,0
Rodoviário Federal	2B	74	74	100,0
Melhoramentos de Portos	2C	—	—	—
TARIFAS	3	13	13	100,0
Utilização de Faróis	3A	—	—	—
Aeroportuárias	3B	13	13	100,0
OUTRAS RECEITAS	ST2	810	120	14,9
Quota Federal: Salário Educação	4	—	—	—
PIN	5	120	120	100,0
PROTERRA	6	—	—	—
Diversas	7	690	—	—

FONTE: Banco Central do Brasil e Banco do Brasil S.A.

TREASURY REVENUE EARMARKED

PERIOD : Jan – May

Cr$ milhões

1972			N.º	ITEM
Arrecadada *Collected* (A)	Distribuida *Distributed* (B)	% B/A		
13 767	4 282	31,1	T	REVENUE
12 650	3 871	30,6	ST1	*TAX REVENUE*
12 348	3 572	28,9	1	*TAXES*
5 302	638	12,0	1A	*Industrial Products*
3 625	435	12,0	1B	*Income*
916	–	–	1C	*Imports*
387	385	99,5	1D	*Electric Power*
64	62	97,0	1E	*Minerals*
1 615	1 615	100,0	1F	*Fuel and Lubricating Oils*
34	34	100,0	1G	*Transport of Road Passengers*
2	0	33,3	1H	*Treasury Receipts from Federal Territories*
403	403	100,0	1I	*Financial*
277	274	98,9	2	*CONTRIBUTIONS*
3	3	100,0	2A	*Telecomunications*
135	135	100,0	2B	*Federal Road*
139	136	98,5	2C	*Port charges*
25	25	100,0	3	*TARIFFS*
0	0	–	3A	*Harbour lights*
25	25	100,0	3B	*Airports & Ports*
1 117	417	36,8	ST2	*OTHER RECEIPTS*
86	86	100,0	4	*Federal Quota: "Salary Education"*
229	229	100,0	5	*PIN*
96	96	100,0	6	*PROTERRA*
706	–	–	7	*Miscellaneous*

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

QUADRO III.65

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1970		1971	
		Cr$ milhões	%	Cr$ milhões	%
RECEITA (ST1 + ST2)	T	19 193,8	100,0	26 980,3	100,0
TRIBUTÁRIA	ST1	17 734,6	92,4	24 026,3	89,1
IMPOSTOS	1	17 390,0	90,6	23 466,1	87,0
Imposto sobre a Renda	1A	4 628,2	24,1	6 352,5	23,5
Pessoa Física	1A1	550,8	2,9	843,7	3,1
Pessoa Jurídica	1A2	1 744,8	9,1	2 143,3	7,9
Fonte (Pessoa Física)	1A3	2 332,6	12,1	3 365,5	12,5
Imposto sobre a Produção e o Consumo	1B	11 315,6	59,0	15 199,2	56,4
Imposto sobre Produtos Industrializados	1B1	8 143,1	42,5	10 817,4	40,1
Fumo	1B1A	2 458,6	12,8	3 173,2	11,8
Outros	1B1B	5 684,5	29,7	7 644,2	28,3
Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes	1B2	2 675,7	13,9	3 673,1	13,6
Imposto Único sobre Minerais	1B3	62,4	0,3	96,2	0,4
Imposto Único sobre Energia Elétrica	1B4	434,4	2,3	612,5	2,3
Impostos sobre Transações e Transportes	1C	72,2	0,4	68,2	0,3
Imposto sobre Operações Financeiras	1C1	—	—	—	—
Imposto sobre Transportes Rodoviários de Passageiros	1C2	72,2	0,4	68,2	0,3
Impostos sobre Comércio Exterior	1D	1 371,9	7,1	1 844,2	6,8
Imposto sobre Importações	1D1	1 371,9	7,1	1 844,2	6,8
Imposto sobre Exportações	1D2	—	—	—	—
Outros Impostos	1E	2,1	0	2,0	0
Atribuído à União nos Territórios	1E1	2,1	0	2,0	0
TAXAS	2	344,6	1,8	560,0	2,1
Rodoviária Federal	2A	181,6	0,9	273,7	1,0
Melhoramentos de Portos	2B	—	—	135,3	0,5
Outras	2C	163,0	0,9	151,2	0,6
OUTRAS RECEITAS	ST2	1 459,2	7,6	2 954,0	10,9
PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	3	—	—	566,0	2,1
PROTERRA	4	—	—	—	—
SUDAN	4A	—	—	—	—
SUDENE	4B	—	—	—	—
OUTROS	4C	—	—	—	—
QUOTA FEDERAL: SALÁRIO EDUCAÇÃO	5	123,9	0,6	103,7	0,4
DIVERSAS	6	1 335,3	7,0	2 284,3	8,4
RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS	R	...	...	223,7	0,8
IPI e Outros	R1	...	...	50,5	0,2
Renda — Pessoa Física	R2	...	...	77,1	0,3
Renda — Pessoa Jurídica	R3	...	...	96,1	0,3

FONTE: Banco Central do Brasil e Banco do Brasil S.A.

US$ milhão

JAN-MAI				N.º	ITEM
1971		1972			
Cr$ milhões	%	Cr$ milhões	%		
9 505	100,0	13 767	100,0	T	REVENUE (ST1 + ST2)
8 695	91,5	12 650	91,9	ST1	TAX REVENUE
8 606	90,6	12 348	89,7	1	TAXES
2 538	26,7	3 625	26,3	1A	Income and Profits
493	5,2	710	5,1	1A1	Personal
827	8,7	1 183	8,6	1A2	Corporate
1 218	12,8	1 732	12,6	1A3	Withhold
5 421	57,1	7 368	53,5	1B	Production and Consumption
3 900	41,1	5 302	38,5	1B1	Industrial Products (IPI)
1 135	12,0	1 478	10,7	1B1A	Tobacco
2 756	29,1	3 824	27,8	1B1B	Other
1 275	13,4	1 615	11,7	1B2	Fuel and Lubricating oils
36	0,4	64	0,5	1B3	Minerals
210	2,2	387	2,8	1B4	Electric Power
25	0,3	437	3,2	1C	Transactions and Transports
—	—	403	2,9	1C1	Financial Transactions
25	0,3	34	0,3	1C2	Transport of road Passengers
622	6,5	916	6,7	1D	Foreign Trade
622	6,5	916	6,7	1D1	Imports
—	—	—	—	1D2	Exports
0	0	2	0	1E	Other Taxes
0	0	2	0	1E1	Treasury Receipts from Federal Territories
89	0,9	302	2,2	2	CONTRIBUTIONS
74	0,8	135	1,0	2A	Federal Roads
—	—	139	1,0	2B	Port Charges
15	0,1	28	0,2	2C	Other
810	8,5	1 117	8,1	ST2	OTHER RECEIPTS
120	1,3	229	1,7	3	PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
—	—	96	0,7	4	PROTERRA
—	—	24	0,2	4A	SUDAM
—	—	52	0,4	4B	SUDENE
—	—	20	0,1	4C	OTHER
—	—	86	0,6	5	FEDERAL QUOTA: "SALARY-EDUCATION"
690	7,2	706	5,1	6	MISCELLANEOUS
...	...	108	0,8	R	RETURN OF TAXES
...	...	15	0,1	R1	IPI and others
...	...	76	0,6	R2	Income — Personal
...	...	17	0,1	R3	Income — Corporate

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL
TREASURY CASH BUDGET

QUADRO III.62

Fluxos em Cr$ milhões
Flow in Cr$ millions

DISCRIMINAÇÃO	JAN – MAI			*ITEM*
	1971	1972	%	
CREDORES	9 505	13 767	44,8	*CREDITORS*
RECEITA EFETIVA	9 505	13 767	44,8	*REVENUE*
Recursos	11 005	14 508	31,8	*Funds*
Arrecadação de Rendas e Tributos	8 993	13 299	47,9	*Revenue and Taxes Collection*
Arrecadação a Classificar	92	126	37,2	*Classifiable Collections*
Suprimentos e Recursos em Trânsito	20	– 496	– 2 532	*Supplies and Float Funds*
Recursos Especiais Dec.-Lei n.º 1147/71	90	–	–	*Special Funds (Decree Law n.º 1147/71)*
Diversos	1 810	1 579	– 12,8	*Other*
Menos	1 500	741	– 50,6	*Minus*
Depósitos de Terceiros	2	5	104,0	*Third Parties Deposits*
Depósitos p/ Recursos	54	23	– 56,6	*Judicial Deposits*
Cobertura Dec.-Lei n.º 96/66	1 444	713	– 50,7	*Coverage with B.B. (D.L. n.º 96/66)*
DEFICIT DE CAIXA	–	–	–	*CASH DEFICIT*
DEVEDORES	9 505	13 767	44,8	*DEBTORS*
DESPESA EFETIVA	8 822	12 385	40,4	*USES*
Despesa Autorizada	11 308	15 116	33,7	*Authorized Expediture*
Pagamentos, Juros e Comissões	304	329	7,9	*Payments, Interest and Fees*
Cotas de Despesa	8 410	10 036	19,4	*Expediture Quotas*
Distribuição da Receita Vinculada	1 747	3 211	83,7	*Taxes Earmarket Distribution*
Fundos de Participação	773	1 071	38,6	*Participation Funds*
Despesas deduzidas da Arrecadação	0	0	0	*Fees deducted from Revenues*
Diversos	3 732	4 930	32,1	*Other*
Menos	3 658	4 461	21,9	*Minus*
Saldo Transferido do ano anterior	3 658	3 749	2,5	*Last Year's Balance Carry-Over*
Decreto-Lei 1205/72	–	712	–	*Decree-Law 1205/72*
Menos — Governo Federal: Variação dos Depósitos à Vista	2 486	2 731	9,8	*Minus — Federal Gov.: Change of Demand Deposits*
Governo Federal: Variação líquida das demais operações	0	0	0	*Federal Gov.: Net Change in other Transactions*
SUPERAVIT DE CAIXA	683	1 382	102,3	*CASH SUPERAVIT*

FONTE: **Banco Central do Brasil e Banco do Brasil S. A.**

IV — DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

INTERNAL PUBLIC DEBT

OPERAÇÕES DE MERCADO ABERTO

LETRAS DO TESOURO NACIONAL

TAXAS DE RENTABILIDADE 1/

QUADRO IV.70

MATURIDADE EM SEMANAS	1970	1971										
	Dez	Mar	Jun		Set		Out		Nov		Dez	
			11	25	10	24	15	29	12	26	17	31
1	14,16	13,80	13,92	14,28	13,92	–	13,20	13,20	–	–	–	–
2	14,64	14,88	14,16	14,76	14,64	13,92	14,64	14,88	15,12	14,88	–	13,80
3	14,88	15,36	15,36	15,60	15,00	15,12	15,60	15,84	15,84	15,72	16,08	15,00
4	15,12	15,48	15,60	15,84	15,84	15,72	16,08	16,20	16,20	16,20	16,44	16,20
5	15,36	16,20	15,96	16,32	16,32	16,08	16,32	16,44	16,56	16,56	16,80	16,56
6	15,48	16,44	16,08	16,68	16,56	16,32	16,56	16,80	16,92	16,80	17,16	16,80
7	–	16,68	16,32	16,92	16,80	16,80	16,80	17,04	17,16	17,04	17,28	17,04
8	–	17,16	16,80	17,16	17,28	16,80	16,92	17,16	17,28	17,16	17,52	17,28
9	–	17,28	17,04	17,40	17,40	16,92	17,16	17,40	17,52	17,52	17,76	17,40
10	–	17,40	17,28	17,64	17,52	17,16	17,40	17,64	17,64	17,64	17,88	17,64
11	–	17,52	17,40	17,76	17,64	17,40	17,52	17,76	17,76	17,76	18,00	17,76
12	18,00	18,24	17,76	18,00	17,88	17,64	17,64	17,88	18,00	17,88	18,12	18,00
13	18,48	18,60	18,00	18,24	18,12	17,88	17,88	18,12	18,12	18,00	18,24	18,24

1/ As taxas de rentabilidade acima foram calculadas com base nas cotações para venda de LTN entre instituições financeiras. No mês de dez 1970 as taxas são a média aritmética mensal. Para o período jan /mar 1971 as taxas referem à moda mensal. A partir de abril, as taxas se referem à moda nos dias especificados.

OPEN MARKET OPERATIONS

TREASURY BILLS

YIELD 1/

% a. a.
p. a.

1972										MATURITY IN WEEKS
Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		
14	28	11	25	17	31	14	28	12	26	
–	13,20	–	9,00	–	9,55	–	–	–	–	1
14,64	14,64	13,20	13,26	14,22	13,72	14,50	–	14,40	–	2
15,60	16,08	13,92	14,22	14,58	13,80	15,00	15,15	15,00	13,60	3
16,20	16,56	14,64	14,40	14,76	14,88	15,24	15,38	15,22	15,00	4
16,32	17,04	14,40	14,64	14,94	15,00	15,36	15,48	15,48	15,20	5
16,80	17,16	14,64	14,88	15,12	15,18	15,42	15,54	15,54	15,46	6
17,26	17,40	15,12	15,12	15,24	15,30	15,48	15,60	15,60	15,60	7
17,52	17,76	15,36	15,18	15,30	15,36	15,54	15,66	15,72	15,70	8
17,52	17,76	15,48	15,36	15,42	15,48	15,66	15,72	15,72	15,75	9
17,52	17,88	15,60	15,42	15,48	15,54	15,72	15,78	15,78	15,78	10
17,76	18,00	15,48	15,48	15,60	15,60	15,80	15,84	15,84	15,88	11
17,88	18,00	15,72	15,60	15,66	15,66	15,84	15,90	15,90	15,90	12
18,00	18,24	15,84	15,72	15,72	15,72	15,90	15,96	15,96	15,95	13

1/ Yield rates above were calculated on the basis of LTN selling rates to financial institutions. For Dec. 1970, rates represent the monthly arithmetic average For the period Jan/Mar 1970 rates represent the monthly mode. As of April, rates reflect the mode on the specifield days.

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOURO NACIONAL

VALOR NOMINAL

INDEXED TREASURY BONDS

NOMINAL VALUE

QUADRO IV 73

Cr$

CORREÇÃO *INDEXED* MENSAL 1/ *MONTHLY 1/*	TRIMESTRAL *QUARTERLY*	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
JANEIRO	Janeiro/Março	–	11,30	16,60	23,23	28,48	35,62	42,35	50,51	61,52
FEVEREIRO		–	–	17,05	23,78	28,98	36,27	43,30	51,44	62,26
MARÇO		–	–	17,30	24,28	29,40	36,91	44,17	52,12	63,09
ABRIL	Abril/Junho	–	13,40	17,60	24,64	29,83	37,43	44,67	52,64	63,81
MAIO		–	–	18,28	25,01	30,39	38,01	45,08	53,25	64,66
JUNHO		–	–	19,09	25,46	31,20	38,48	45,50	54,01	65,75 r
JULHO	Julho/Setembro	10,00	15,20	19,87	26,18	32,09	39,00	46,20	55,08	66,93
AGOSTO		–	–	20,43	26,84	32,81	39,27	46,61	56,18	67,89
SETEMBRO		–	15,70	21,01	27,25	33,41	39,56	47,05	57,36	–
OUTUBRO	Outubro/Dezembro	10,00	15,90	21,61	27,38	33,88	39,92	47,61	58,61	–
NOVEMBRO		–	16,05	22,18	27,57	34,39	40,57	48,51	59,79	–
DEZEMBRO		–	16,30	22,69	27,96	34,95	41,42	49,54	60,77	–

1/ As ORTN com correção mensal foram criadas em setembro de 1965.
Monthly Indexed ORTN's were created in September, 1965

V — MERCADO DE AÇÕES
STOCK MARKET

FUNDOS MÚTUOS DE INVESTIMENTO[1] – PRINCIPAIS OPERAÇÕES

Quadro V.93

DISCRIMINAÇÃO	N.º	19						
		Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
SALDOS NA ÚLTIMA TERÇA-FEIRA DO MÊS								
Valor da Carteira	1	2 717	3 374	3 858	3 604	3 590	3 597	3 177
Depósitos em Bancos	2	110	149	128	115	105	99	70
Quota Média – Cr$	3	6,22	6,85	6,64	5,78	5,50	5,23	4,39
TRANSAÇÕES NO PERÍODO[2]								
Quotas (4A – 4B)	4	256	462	264	303	145	93	62
Compras pelo Público (+)	4A	309	615	392	410	206	175	153
Resgates (–)	4B	53	153	128	107	61	82	91
Ações em Bolsa (5A – 5B)	5	100	267	202	256	135	122	149
Compras (+)	5A	266	448	292	429	233	294	259
Vendas (–)	5B	166	181	90	173	98	172	110
Subscrição de Ações	6	–	–	–	–	–	–	–
Títulos Públicos Federais (Líquido)	7	118	67	26	5	– 12	– 25	– 30
Outros (Líquido)	8	13	93	33	37	3	– 6	– 9

1/ Posição de 20 Fundos Mútuos que, ao final de Mar 71, representavam cerca de 80% do Universo, em termos de valor de Carteira.
2/ O sinal indica o valor em que as vendas ou resgates são superiores às compras.

MUTUAL INVESTMENTS FUNDS[1] – PRINCIPAL ACCOUNTS

Cr$ milhões

71 Dez	1972 Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	N.º	ITEM
							BALANCE AT THE LAST TUESDAY OF EACH MONTH
3 555	3 393	3 311	3 074	2 887	3 178	1	*Total Portfolio*
71	68	40	68	60	72	2	*Deposits in Banks*
4,95	4,42	4,18	3,86	3,40	3,67	3	*Average Quota – Cr$*
							TRANSACTIONS IN THE PERIOD [2]
49	150	22	6	– 3	142	4	*Quotas (4A – 4B)*
109	219	96	67	60	222	4A	*Buying by Public (+)*
60	69	74	61	63	80	4B	*Quitance (–)*
124	16	64	28	2	150	5	*Stocks in Exchanges (5A – 5B)*
217	122	176	117	104	322	5A	*Purchase (+)*
93	106	112	89	102	172	5B	*Sales (–)*
–	–	23	6	13	5	6	*Subscription of Stocks*
– 72	– 32	36	– 60	4	– 1	7	*Treasury Bonds & Bills (net)*
10	9	7	– 13	– 2	1	8	*Other (net)*

1/ Position of 20 Funds that at end of March 71 had 80% of the total value of all Funds.
2/ The signal indicates that sales are greater than purchase.

VI — ECONOMIA INTERNACIONAL
INTERNATIONAL ECONOMY

PODER DE COMPRA DAS EXPORTAÇÕES E CAPACIDADE DE IMPORTAR

QUADRO VI.106

N.º	Períodos *Periods*	Exportações de Mercadorias a Preços Correntes *Exports of Goods at Current Prices*	Índice de Preços 1965/67 = 100 *Index of Prices 1965/67 = 100*		Exportações de Mercadorias Preços de 1965/67 *Exports of Goods at 1965/67 Prices*
			Exportação *Exports*	Importação *Imports*	
		(1)	(2)	(3)	(4) = 100 (1)/(2)
1	1959	1 282	95,1	97,2	1 348
2	1960	1 270	93,3	94,8	1 361
3	1961	1 405	98,0	96,4	1 434
4	1962	1 215	85,5	97,2	1 421
5	1963	1 406	85,2	99,5	1 650
6	1964	1 430	102,0	96,4	1 402
7	1965	1 596	103,0	97,7	1 550
8	1966	1 741	98,7	99,8	1 764
9	1967	1 654	98,5	102,0	1 679
10	1968	1 881	97,2	105,0	1 935
11	1969	2 311	100,0	103,0	2 311
12	1970	2 739	113,0	105,0	2 424

Índice de Relação de Trocas 1965/67 = 100 *Index of Terms of Trade 1965/67 = 100* $(5) = 100 \frac{(2)}{(3)}$	Poder de Compra das Exportações *Purchasing Power of Exports* $(6) = 100 \frac{(4)}{(5)}$	Variação do Poder de Compra das Exportações sobre o ano de 1959 / *Change of the Purchasing Power of Exports against 1959* TOTAL $(7) = (6)_t - (6)_{1959}$	Pela Variação do Quantum das Exportações *By Changes in the Quantum of Exports* $(8) = (4)_t - (4)_{1959}$	Pela Mudança da Relação de Trocas *By Changes in the Terms of Trade* $(9) = (8) - (7)$	N.º
97,8	1 318	–	–	–	1
98,4	1 339	21	13	8	2
102,0	1 463	145	86	59	3
88,0	1 250	– 68	73	– 141	4
85,6	1 412	94	302	– 208	5
105,8	1 483	165	54	111	6
105,4	1 634	316	202	114	7
98,9	1 745	427	416	11	8
96,6	1 622	304	331	– 27	9
92,6	1 792	474	587	– 113	10
97,1	2 244	926	963	– 37	11
107,6	2 608	1 290	1 076	214	12

PODER DE COMPRA DAS EXPORTAÇÕES E CAPACIDADE DE IMPORTAR

QUADRO VI.106

N.º	S E R V *S E R V*			
	R E C E I T A *R E C E I P T S*			
	Comerciais 2/ *Commercial 2/*		Não Comerciais 2/ *Non-Commercial 2/*	
	Preços Correntes *Current Prices* (10)	Preços de 1965/67 *At 1965/67 Prices* (11) = 100 (10)/(3)	Preços Correntes *Current Prices* (12)	Preços de 1965/67 *At 1965/67 Prices* (13) = 100 (12)/(3)
1	42	43	117	120
2	50	53	143	151
3	53	55	82	85
4	49	50	35	36
5	53	53	43	43
6	52	54	66	68
7	59	60	102	104
8	65	65	76	76
9	77	75	108	106
10	99	94	106	101
11	134	130	156	151
12	169	161	209	199

I Ç O S[1/]
I C E S[1/]

DESPESA / PAYMENTS				
Comerciais[2/] / *Commercial*[2/]		Não Comerciais[2/] / *Non-Commercial*[2/]		N.º
Preços Correntes / *Current Prices*	Preços de 1965/67 / *At 1965/67 Prices*	Preços Correntes / *Current Prices*	Preços de 1965/67 / *At 1965/67 Prices*	
(14)	(15) $= 100 \frac{(14)}{(3)}$	(16)	(17) $= 100 \frac{(16)}{(3)}$	
– 138	– 142	– 394	– 405	1
– 135	– 142	– 517	– 545	2
– 136	– 141	– 349	– 362	3
– 133	– 137	– 290	– 298	4
– 153	– 154	– 212	– 213	5
– 125	– 130	– 252	– 261	6
– 93	– 95	– 430	– 440	7
– 117	– 117	– 487	– 488	8
– 135	– 132	– 577	– 566	9
– 171	– 163	– 590	– 562	10
– 280	– 272	– 640	– 621	11
– 367	– 350	– 826	– 787	12

PODER DE COMPRA DAS EXPORTAÇÕES E CAPACIDADE DE IMPORTAR

QUADRO VI.106

N.º	Amortizações / *Amortizations*		Ingresso Líquido de Capitais [3/] / *Net Inflow of Capital* [3/]		Capacidade de Pagamentos no Exterior / *Capacity of Foreign Payments*	Capacidade de Importar / *Capacity to Import*
	Preços Correntes / *Current Prices*	Preços de 1965/67 / *At 1965/67 Prices*	Preços Correntes / *Current Prices*	Preços de 1965/67 / *At 1965/67 Prices*		
	(18)	(19) = 100 (18)/(3)	(20)	(21) = 100 (20)/(3)	(22)=(6)+(11)+(13)+(19)+(21)	(23)=(22)+(15)+(17)
1	– 377	– 388	559	575	1 668	1 121
2	– 417	– 440	475	501	1 604	917
3	– 327	– 339	615	638	1 902	1 399
4	– 310	– 319	491	505	1 522	1 087
5	– 364	– 366	310	312	1 454	1 087
6	– 277	– 287	359	372	1 690	1 299
7	– 304	– 311	298	305	1 792	1 257
8	– 350	– 351	474	475	2 010	1 405
9	– 444	– 435	471	462	1 830	1 132
10	– 484	– 461	1 025	976	2 502	1 777
11	– 533	– 517	1 383	1 343	3 351	2 458
12	– 672	– 640	1 687	1 607	3 935	2 798

FONTES: Banco Central do Brasil.
Colunas (2) e (3): índices n^os. 117 e 166, respectivamente, de "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas.

1/ Exclui Reinvestimentos.
2/ Serviços Comerciais: Transportes e Seguros.
Serviços Não Comerciais: Demais componentes do item Serviços.
3/ Exclui Amortizações e Reinvestimentos.
4/ A saber: Relação de Trocas, Serviços, Amortizações e Ingresso Líquido de Capitais.

Variação da Capacidade de Importar sobre o Ano de 1959 — *Change in the Capacity of Import against 1959*			Importação de Mercadorias — *Imports of Goods*		Insuficiência (–) ou Excesso da Capacidade de Importar	
TOTAL	Pela Variação do Quantum das Exportações — *By Changes in the Quantum of Exports*	Por Mudança de Comportamento de outras Variáveis 4/ — *By Changes in the Behavior of other Variables 4/*	Preços Correntes — *Current Prices*	Preços de 1965/67 — *At 1965/67 Prices*	*Deficit (–) or Surplus in Capacity to Import*	N.º
(24)	(25)	(26)	(27)	(28) = 100 (27)/(3)	(29)=(23)+(28)	
–	–	–	– 1 210	– 1 245	– 124	1
– 204	13	– 217	– 1 293	– 1 364	– 447	2
278	86	192	– 1 292	– 1 340	59	3
– 34	73	– 107	– 1 304	– 1 342	– 255	4
– 34	302	– 336	– 1 294	– 1 301	– 214	5
178	54	124	– 1 086	– 1 127	172	6
136	202	– 66	– 941	– 963	294	7
284	416	– 132	– 1 303	– 1 306	99	8
11	331	– 320	– 1 441	– 1 413	– 281	9
656	587	69	– 1 855	– 1 767	10	10
1 337	963	374	– 1 993	– 1 935	523	11
1 677	1 076	601	– 2 507	– 2 388	410	12

SOURCES: Banco Central do Brasil.
Columns (2) and (3): Indexes n.º 117 and 166, respectively, of "Conjuntura Econômica", of Fundação Getúlio Vargas

1/ Excludes Reinvestments.
2/ Commercial Services: Transportation and Insurance.
Non-Commercial: other items of the standard balance of payments.
3/ Includes Amortizations and Reinvestments.
4/ Istum est: Terms of Trade, Services, Amortizations and net inflow of Capital.

VALOR PAR DAS MOEDAS [1]

INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS (IFS) – JUNHO 72

QUADRO VI.110

N.º	MOEDA – Designação	MOEDA – Símbolo	MOEDA – País	MODALIDADE DE TAXA
1.	Afegane	Af.	Afeganistão	Taxa oficial (Abr. 72)
	Idem		Idem	Taxa livre (Abr. 72)
2.	Baht	B	Tailândia	Valor par declarado ao FMI
3.	Balboa	B/	Panamá	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
4.	Bolivar	Bs	Venezuela	Taxa de venda (Abr. 72)
5.	Novo Cedi	NS/	Gana	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
6.	Colombo	₡	Costa Rica	Taxa oficial de compra (Abr. 72)
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
	Idem		Idem	Taxa oficial de venda (Abr. 72)
7.	Colombo	₡	Rep. do Salvador	Valor par declarado ao FMI e taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
8.	Córdova	Cords.	Nicarágua	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa de venda (Abr. 72)
9.	Coroa Dinamarquesa	Dan. Kr.	Dinamarca	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
10.	Coroa Islandesa	I. Kr.	Islândia	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa de venda (Abr. 72)
11.	Coroa Norueguesa	Nor. Kr.	Noruega	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Mar. 72)
12.	Coroa Sueca	Sw. Kr.	Suécia	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
13.	Coroa Tcheca	Kc.	Tcheco-Eslováquia	Taxa de Contelburo – última cotação
14.	Cruzeiro [5]	Cr$	Brasil	Taxa de compra do Banco do Brasil
	Idem		Idem	Taxa de venda do Banco do Brasil
15.	Dalasi	...	Gâmbia	Valor par declarado ao FMI
16.	Dinar	D. T.	Tunísia	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
17.	Dinar		Rep. P. D. Yemem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
18.	Dinar Iraqueano	I. D.	Iraque e Coveite	Valor par declarado ao FMI
19.	Dinar Iugoslavo	Din.	Iugoslávia	Valor par declarado ao FMI
20.	Dinar Jordaniano	J. D.	Jordânia	Valor par declarado ao FMI
21.	Dinar Líbico (c)	L	Líbia	Valor par declarado ao FMI
22.	Dirham Marroquino	DH	Marrocos	Valor par declarado ao FMI
23.	Dólar Caribeano	...	Barbados	Valor par declarado ao FMI
24.	Dólar Malaio	M$	Malásia e Cingapura	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Mar. 72)
25.	Dólar Americano	US$	Estados Unidos da América	Valor par declarado ao FMI
26.	Dólar Australiano	$A	Austrália	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa de venda (Abr. 72)
27.	Dólar Canadense	Can$	Canadá	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
28.	Dólar	NT$	China (Formosa)	Valor par declarado ao FMI
29.	Dólar Etíope	Eth.$	Etiópia	Valor par declarado ao FMI
30.	Dólar	G$	Guiana	Valor par declarado ao FMI
31.	Dólar Liberiano	Lib$	Libéria	Valor par declarado ao FMI e taxa vigorante no mercado
32.	Dólar Jamaicano		Jamaica	Valor par declarado ao FMI
33.	Dólar Neozelandês	NZ$	Nova Zelândia	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Mar. 72)
34.	Dólar T.T.	TT$	Trinidad e Tobago	Valor par declarado ao FMI
35.	Dracma	Dr.	Grécia	Valor par declarado ao FMI
36.	Escudo Chileno	Esc. Ch.	Chile	Taxa para transações comerciais (Mar. 72)
	Idem		Idem	Taxa para outras transações (Mar. 72)
37.	Escudo Português	Esc.	Portugal	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)

VALOR - PAR OURO		VALOR - PAR EM DÓLARES		CRUZEIROS POR UNIDADE MONETÁRIA [4/] (TAXA DE VENDA)	CÓDIGO ESCAM		N.º
Gramas de Ouro Fino por Unidade Monetária	Unidade Monetária por Onça "Troy" de Ouro Fino	Unidade de Moeda por Dólar [2/]	Dólar por Unidade de Moeda [3/]		País	Moeda	
—	—	45,00	0,022222	0,131444	024	004	1
—	—	84,11 [a]	0,011889 [a]	0,070325 [a]			
0,0393516	—	20,80 [a]	0,048077 [a]	0,284375 [a]	876	008	2
0,818513	—	1,00	1,000000	5,915000	704	014	3
—	—	4,40	0,227273	1,344318	986	018	4
—	—	1,282051	0,780000	4,613701	380	022	5
—	—	6,62	0,151057	0,893505	280	024	6
—	—	8,62 [a]	0,116009 [a]	0,686195 [a]			
—	—	6,65	0,150376	0,889474			
0,327405	—	2,50	0,400000	2,366000	796	028	7
0,116930	—	7,00	0,142857	0,845000	640	034	8
—	—	7,05	0,141844	0,839007			
—	—	6,98 [d]	0,143266 [d]	0,847421 [d]	312	038	9
—	—	7,002 [a]	0,142816 [a]	0,844759 [a]			
0,00930128	—	88,00	0,011364	0,067216	526	044	10
—	—	87,42	0,011439	0,067662			
—	—	6,64539 [d]	0,150480 [d]	0,890091 [d]	656	048	11
—	—	6,60 [a]	0,151515 [a]	0,896212 [a]			
—	—	4,8129 [d]	0,207775 [d]	1,228989 [d]	860	054	12
—	—	4,782 [a]	0,209118 [a]	1,236930 [a]			
—	—	7,19993	0,138890	0,821536	904	058	13
—	—	5,880	0,170068	—	—	064	14
—	—	5,915	0,169062	—	—		
0,426562	72,9167	1,91886	0,521143	3,082559	378	–	15
1,69271	18,3750	0,483552	2,068030	12,232397	934	079	16
—	—	0,48	2,083333	12,322917			
—	—	0,383142 [a]	2,610000 [a]	15,438140 [a]	...	...	17
2,48828	12,5000	0,328947	3,040000	17,981620	514-284	068	18
0,0481478	—	17,00	0,058824	0,347941	544	074	19
2,29184	—	0,357143	2,800000	16,561993	554	078	20
2,48828	12,5000	0,328947	3,040000	17,981620	570	358	21
0,175610	177,117	4,66098	0,214547	1,269046	602	084	22
0,444335	70,000	1,84211	0,542857	3,210992	...	...	23
0,290299	107,143	2,81955	0,354666	2,097852	590-236	—	24
—	—	2,84 [a]	0,352113 [a]	2,082746 [a]			
0,818513	—	1,00	1,000000	5,915000	351	140	25
0,995310	31,2500	0,822370	1,216000	7,192626	126	142	26
—	—	1,191	0,839631	4,966415			
—	—	0,9922 [a]	1,007861 [a]	5,961500 [a]	192	172	27
0,0204628	—	40.00 [a]	0,025000 [a]	0,147875 [a]	222	592	28
0,355468	—	2,30263	0,434285	2,568802	354	112	29
0,409256	—	2,00	0,500000	2,957500	418	—	30
0,818513	—	1,00	1,000000	5,915000	564	174	31
1,06641	29,1667	0,767544	1,302860	7,706399	546		32
0,995310	31,2500	0,822370	1,216000	7,192626	672	372	33
—	—	1,1952	0,836680	4,948963			
0,444335	70,0000	1,84211	0,542857	3,210992	928	176	34
—	—	30,00 [d]	0,033333 [d]	0,197167 [d]	400	212	35
—	—	15.80	0,063291	0,374367	216	238	36
—	—	28,03	0,035676	0,211024			
—	—	27,25 [d]	0,036697 [d]	0,217064 [d]	740	224	37
—	—	27,20 [a]	0,036765 [a]	0,217463 [a]			

VALOR PAR DAS MOEDAS [1/]

INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS (IFS) – JUNHO 72

QUADRO VI.110

N.º	MOEDA Designação	Símbolo	País	MODALIDADE DE TAXA
38.	Florim	Fls.	Holanda	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Mar. 72)
39.	Franco	CFA-Fr.	África Equatorial, Camarões, Congo (Brazzaville), Gabão, Rep. Central Africana e Chade	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
40.	Franco	CFA-Fr.	África Ocidental, Alto Volta, Costa do Marfim, Daomé, Mauritânia, Níger, Senegal e Togo	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
41.	Franco	Fr. Bur.	Burundi	Valor par declarado ao FMI
42.	Franco	FM	Mali	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
43.	Franco Belga	Fr. Blg.	Bélgica	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
44.	Franco Francês	FF.	França	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
45.	Franco Luxemburguês	LF.	Luxemburgo	Valor par declarado ao FMI
46.	Franco R.B.	FRW	Ruanda	Valor par declarado ao FMI
47.	Franco Suíço	Sw. Fr.	Suíça	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
48.	Gourde	G.	Haiti	Valor par declarado ao FMI e taxa vigorante no mercado (Mar. 72)
49.	Guarani	G	Paraguai	Taxa de venda (Abr. 72)
50.	Iene	Yen	Japão	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Mar. 72)
51.	Quiate	K	Birmània	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Mar. 72)
52.	Kwacha	...	Zâmbia	Valor par declarado ao FMI e taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
53.	Kwacha	M	Malavi	Valor par declarado ao FMI
54.	Lempira	L.	Honduras	Valor par declarado ao FMI e taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
55.	Leone	Lo.	Serra Leoa	Valor par declarado ao FMI
56.	Libra Cipriota	£ Cypr.	Chipre	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
57.	Libra Egípcia	£ E.	R.A.U.	Taxa de venda (Abr. 72)
58.	Libra Esterlina	£	Inglaterra (R. Unido)	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
59.	Libra Irlandesa	£ Ir.	Irlanda	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa de venda (Abr. 72)
60.	Libra Israelense	£ IL	Israel	Valor par declarado ao FMI e taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
61.	Libra Libanesa	£ L	Líbano	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
62.	Libra Maltesa	...	Malta	Valor par declarado ao FMI
63.	Libra Nigeriana	£ N	Nigéria	Valor par declarado ao FMI e taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
64.	Libra Síria	£ Syr.	Rep. Árabe Síria	Taxa controlada (Abr. 72)
	Idem		Idem	Taxa livre (Abr. 72)
65.	Libra Sudanesa	£ S	Sudão	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
66.	Lira Italiana	Lit.	Itália	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
67.	Lira Turca	LT.	Turquia	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa de exportação (Abr. 72)
	Idem		Idem	Taxa de importação (Abr. 72)

VALOR - PAR OURO		VALOR - PAR EM DÓLARES		CRUZEIROS POR UNIDADE MONETÁRIA 4/ (TAXA DE VENDA)	CÓDIGO ESCAM		N.º
Gramas de Ouro Fino por Unidade Monetária	Unidade Monetária por Onça "Troy" de Ouro Fino	Unidades de Moeda por Dólar 2/	Dólar por Unidade de Moeda 3/		País	Moeda	
–	–	3,2447 d	0,308195 d	1,822973 d	702	246	38
–	–	3,194	0,313087	1,851910			
–	–	255,79	0,003909	0,023124	(178-250 376-210 e 902)		39
–	–	255,79	0,003909	0,023124	(044-270 302-608 644-806 e 912)		40
–	–	87,50 d	0,011429 d	0,067600 d	172	264	41
–	–	511,57	0,001955	0,011562	592	265	42
–	–	44,8159 d	0,022314 d	0,131984 d	148	251	43
–	–	44,14 a	0,022655 a	0.134005 a			
0,1600000	194,397	5,11570	0,195477	1,156245	373	263	44
–	–	5,032	0,198728 a	1,175477 a			
–	–	44,8159 d	0,022314 d	0,131984 d	572	253	45
0,00888671	3 500,00	92,1053	0,010857	0,064220	784	267	46
–	–	3,862 a	0,258933 a	1,531590 a	868	272	47
0,163703	–	5,00	0,200000	1,183000	454	276	48
–	–	126,00	0,007937	0,046944	712	282	49
–	–	308,00 d	0,003247 d	0,019205 d	549	588	50
–	–	304,2	0,003287	0,019444	549	588	
–	–	5,3487 d	0,186961 d	1,105876 d	158	286	51
–	–	5,456	0,183284	1,084128			
1,14592	–	0,714286	1,400000	8,280997	994	388	52
1,06641	29,1667	0,767544	1,302857	7,706399	591	364	53
0,409256	–	2,00 d	0,500000 d	2,957500	472	294	54
1,06641	29,1667	0,767544	1,302857	7,706399	810	295	55
2,13281	14,5833	0,383772	2,605713	15,412797	232	312	56
–	–	0,383142	2,610000	15,438140	232	312	
–	–	0,434782	2,300000	13,604519	768	322	57
2,13281	14,5833	0,383772	2.605713	15,412797	765	593	58
–	–	0,382995 a	2,611000 a	15,444066 a			
2,13281	14,5833	0,383772	2,605713	15,412797	520	337	59
–	–	0,382995 a	2,611000	15,444066 a			
0,194884	–	4,20 d	0,238095	1,408333	532	376	60
–	–	3,08 a	0,324675 a	1,920455 a	560	362	61
–	–	0,374412 d	2,670855 d	15,798105 d	...	...	62
2,48828	12,5000	0,328947	3,040000	17,981620	648	366	63
–	–	3,82	0,261780	1,548429	840	382	64
–	–	4,32	0,231481	1,369213			
–	–	0,348189	2,872000	16,987900	844	386	65
–	–	581,5 d	0,001720 d	0.010172 d	538	407	66
–	–	583.80 a	0,001713 a	0,010132 a			
–	–	14,00 d	0,071429 d	0,422500 d	940	408	67
–	–	14,00	0,071429	0,422500			
–	–	14,30	0,069930	0,413636			

VALOR PAR DAS MOEDAS [1]

INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS (IFS) – JUNHO 72

QUADRO VI.110

N.º	MOEDA – Designação	MOEDA – Símbolo	MOEDA – País	MODALIDADE DE TAXA
68.	Marco Alemão	DM	Alemanha (Rep. Fed.)	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
69.	Marco Finlandês	MK	Finlândia	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Mar. 72)
70.	Peseta	Pts.	Espanha	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa de venda (Mar. 72)
71.	Peso Argentino	P$Arg.	Argentina	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
	Idem		Idem	Taxa financeira (Mar. 72)
72.	Peso Boliviano	t$b	Bolívia	Taxa de venda (Abr. 72)
73.	Peso Colombiano	Col$	Colômbia	Taxa de venda (Mar. 72)
74.	Peso Dominicano	RD$	Rep. Dominicana	Valor par declarado ao FMI e taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
75.	Peso Filipino	P	Filipinas	Taxa de compra (Abr. 72)
	Idem		Idem	Taxa de venda (Abr. 72)
76.	Peso Mexicano	P$Mex.	México	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
77.	Peso Uruguaio	O$U	Uruguai	Taxa oficial de venda (Mar. 72)
78.	Piastra	P	Vietname	Taxa vigorante no mercado oficial (Abr. 72)
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado paralelo (Abr. 72)
79.	Quetsal	Q	Guatemala	Valor par declarado ao FMI e taxa vigorante no mercado (Mar. 72)
80.	Rande	R	Botswana, Lesotho, Suazilandia	Valor par declarado ao FMI
81.	Rande	R	África do Sul	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Mar. 72)
82.	Rial	S. Rls.	Arábia Saudita	Valor par declarado ao FMI
	Idem	...	Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
83.	Rial	Rl.	Irã	Taxa vigorante no mercado (Mar. 72)
84.	Rúpia Cingalesa	C. Rc.	Ceilão	Taxa de venda (Mar. 72)
85.	Rúpia Hindu	Re.	Índia	Valor par declarado ao FMI e taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
	Idem		Idem	Taxa de venda (Mar. 72)
86.	Rúpia	N. Re.	Nepal	Valor par declarado ao FMI
87.	Rúpia	...	Maurício	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
88.	Rúpia Paquistan.	Pak. Re.	Paquistão	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa de venda (Abr. 72)
89.	Sol	S/.	Peru	Taxa principal de venda (Abr. 72)
	Idem		Idem	Outra (Abr. 72)
90.	Sucre	S/.	Equador	Taxa oficial de venda (Abr. 72)
91.	Von	Won	Coréia do Sul	Taxa oficial (Abr. 72)
92.	Xelin África Oriental	Sh.	Tanzânia - Uganda e Quênia	Valor par declarado ao FMI (Abr. 72)
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado
93.	Xelin Austríaco	Sch.	Áustria	Valor par declarado ao FMI
	Idem	Idem	Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
94.	Xelin Somali	Sc. Sh.	Somália	Valor par declarado ao FMI
	Idem		Idem	Taxa vigorante no mercado (Abr. 72)
95.	Zaire	Z.	Zaire	Valor par declarado ao FMI e taxa vigorante no mercado (Abr. 72)

FONTE: Banco Central do Brasil e International Financial Statistics. Quadro "Realignement of Exchange Rates" e linha de "Exchange Rates" nas páginas dos países, para as taxas vigorantes no mercado, taxas de venda e outras que não a paridade.

1/ As paridades referem se à data de 17 de maio de 1972.
2/ Esta coluna representa o "divisor" para se obter o valor de uma moeda estrangeira em dólares.
3/ Esta coluna representa o "multiplicador" para se obter o valor de uma moeda estrangeira em dólares.
4/ Esta coluna representa o "divisor" para se obter o valor de uma moeda estrangeira em cruzeiros.
5/ Taxas vigorante a partir de 8 de maio de 1972.

VALOR - PAR OURO		VALOR - PAR EM DÓLARES		CRUZEIROS POR UNIDADE MONETÁRIA 4/ (TAXA DE VENDA)	CÓDIGO ESCAM		N.º
Gramas de Ouro Fino por Unidade Monetária	Unidade Monetária por Onça "Troy" de Ouro Fino	Unidade de Moeda por Dólar 2/	Dólar por Unidade de Moeda 3/		País	Moeda	
–	–	3,2225 [d]	0,310318 [d]	1,835531 [d]	037	419	68
–	–	3,179 [a]	0,314564 [a]	1,860648 [a]			
–	–	4,1 [d]	0,241546 [a]	1,442683 [d]	368	422	69
–	–	4,14 [a]	0,243902 [d]	1,428744 [a]			
0,0126953	2 450,00	64,4737	0,015510	0,091743	336	432	70
–	–	64,70	0,015456	0,091422			
–	–	5,00	0,200000	1,183000	120	437	71
–	–	9,75 [a]	0,102564 [a]	0,606667 [a]			
–	–	11,88	0,084175	0,497896	162	438	72
–	–	21,50	0,046512	0,275116	240	442	73
0,818513	–	1,00	1,000000 [d]	5,915000 [a]	772	452	74
–	–	3,90	0,256410	1,516667	362	456	75
–	–	6,78 [a]	0,147493 [a]	0,872419 [a]			
–	–	12,50	0.080000	0,473200	612	462	76
0,0654810	–	12,49	0,080064	0,473579			
–	–	370,00	0,002703	0,015986	974	466	77
–	–	118,00	0,008475	0,050127	990	472	78
–	–	410,0	0,002439	0,014427			
0,818515	–	1,00	1,000000	5,915000	412	476	79
1,09135	–	0,75	1,333333	7,886667			80
0,09135	–	0,75	1,333333	7,886667	026-842	482	81
–	–	0,749625 [a]	1,334000 [a]	7,890612 [a]			
0,197482	157,500	4,14475	0,241269	1,427107	108	486	82
–	–	4,14	0,241546	1,428744			
–	–	75,75 [d]	0,013201 [d]	0,078086 [d]	720	488	83
–	–	5,970	0,167504	0,990787	208	513	84
–	–	7,27927 [d]	0,137376 [d]	0,812581 [d]	496	512	85
–	–	7,279	0,137382 [a]	0,812612			
–	–	10,125	0,098765	0,584198	624	–	86
0,0808408	–	5,12 [a]	0,195313 [a]	1,155273 [a]			87
		11,00 [d]	0,090909 [b]	0 537727 [b]			88
–	–	4,793	0,208638	1,234091	708	515	
0,0744103	–	38,70	0,025840	0,152842	728	572	89
–	–	48,38	0,020670	0,122261			
–	–	25,25	0,039604	0,234257	328	576	90
–	–	393,00 [a]	0,002545 [a]	0,015051 [a]	260	582	91
–	–	7,14286	0,140000	0,828100	(892-948	(552-554	
–	–	7,143	0,139997	0,828083	e 758)	–)	92
0,114592	–	23,3 [d]	0,042919 [d]	0,253863 [d]	132	542	93
–	–	23,19 [a]	0,043122 [a]	0.255067 [a]			
–	–	6,9252 [d]	0,144400 [d]	0,854127 [d]	836	564	94
–	–	6,925	0,144404	0,854152			
–	–	0,5000 [d]	2,000000 [d]	11,830000 [d]	248	...	95

a) Alterada em relação à anterior.
b) Dados que não figuravam anteriormente.
c) Libra Líbica – A partir de 1.9.71 passou a se chamar Dinar Líbico.
d) Taxa central estabelecida.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS — FOB

POR MERCADORIAS

QUADRO VI. 115

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
TOTAL GERAL	T	1 268,8	1 403,0	1 214,2	1 406,5	1 429,8	1 595,5	1 741,4
Café	ST1	712,7	710,4	642,7	748,5	759,9	707,4	773,5
Em grão	ST1A	712,7	710,4	642,7	148,3	759,7	706,6	764,0
Solúvel	ST1B	—	0,0	0,0	0,2	0,2	0,8	9,5
Total Exclusive Café	ST2	556,1	692,6	571,5	658,0	669,9	888,1	967,9
Manufaturados 1/	ST2A	21,2	35,6	33,1	37,4	69,9	109,5	96,8
Produtos Primários	ST2B	534,9	657,0	538,4	620,6	600,0	778,6	871,1
Especificados	ST2B1	466,3	566,6	481,3	560,0	544,0	677,3	770,6
Tradicionais	1	327,0	376,9	327,6	370,2	338,4	379,9	447,5
Algodão em rama	1A	45,6	109,7	112,2	114,2	108,3	95,7	111,0
Minério de ferro	1B	53,0	59,8	68,3	70,4	80,5	103,0	100,2
Açúcar	1C	57,7	65,6	39,5	72,3	32,9	56,7	80,5
Demerara	1C1	52,5	65,6	39,1	69,7	32,9	54,0	80,5
Cristal	1C2	5,2	0,0	0,4	9,6	0,0	2,7	—
Cacau	1D	98,2	62,2	41,5	51,3	46,4	41,4	72,0
Amêndoas	1D1	69,2	45,9	24,2	35,0	34,9	27,7	50,7
Manteiga	1D2	24,6	14,8	16,8	15,7	10,8	13,4	20,8
Torta	1D3	4,4	1,5	0,5	0,6	0,7	0,3	0,5
Madeira de pinho	1E	42,7	47,7	38,6	37,4	49,7	53,9	57,0
Pinho serrado	1E1	42,1	46,8	36,2	34,8	46,4	51,7	55,7
Outras	1E2	0,6	0,9	2,4	2,6	3,3	2,2	1,3
Minério de manganês	1F	29,8	31,9	27,5	24,6	20,6	29,2	26,8
Outros produtos especificados	2	139,3	189,7	153,7	189,8	205,6	297,4	323,1
Carne bovina 2/	2A	9,7	19,4	14,3	9,9	17,2	37,6	23,1
Milho em grão	2B	0,4	0,2	0,0	29,5	2,9	27,9	31,5
Soja	2C	—	6,9	8,4	7,2	3,0	15,0	27,6
Óleo de mamona	2D	9,7	23,9	14,8	17,8	24,4	26,8	22,3
Couros e peles	2E	14,3	12,6	10,2	9,0	11,7	23,9	30,3
Fumo em folha	2F	18,6	26,6	23,6	24,1	28,3	26,2	21,9
Madeiras (exceto pinho)	2G	4,5	4,4	4,3	5,6	8,0	14,5	18,5
Sisal	2H	22,3	24,8	24,8	36,4	37,5	24,6	23,2
Fibra	2H1	21,0	23,2	22,9	33,6	33,9	22,7	22,1
Bucha	2H2	1,3	1,6	1,9	2,8	3,6	1,9	1,1
Lã	2I	1,1	0,3	0,0	2,9	23,5	15,0	25,5
Arroz	2J	0,0	13,2	4,7	—	0,9	23,8	33,3
Castanha do Brasil	2K	14,3	15,6	9,9	8,9	10,4	11,6	15,1
Cera de carnaúba	2L	17,8	14,1	10,0	10,2	10,2	10,8	9,7
Banana	2M	4,6	3,8	3,2	2,9	5,8	6,3	6,3
Pimenta	2N	2,5	2,9	2,2	1,8	3,0	6,0	5,4
Mate	2O	9,0	9,5	7,5	7,7	7,8	6,9	6,9
Lagosta	2P	1,8	2,9	4,0	3,5	2,6	3,6	3,8
Laranja	2Q	6,1	6,0	4,7	6,2	3,7	7,4	3,8
Amendoim	2R	—	—	4,1	2,5	0,0	4,1	3,4
Carne de gado cavalar	2S	—	—	0,0	0,0	0,7	0,9	1,7
Minério de nióbio	2T	—	—	—	—	—	—	4,2
Melaço	2U	—	—	—	0,5	—	—	—
Castanha de caju	2V	0,5	0,3	0,5	0,8	1,0	0,9	1,9
Camarão	2X	—	0,1	0,0	0,0	0,2	0,9	0,5
Chá	2Y	0,6	0,9	1,0	0,9	1,3	1,7	2,0
Linters de algodão	2Z	1,5	1,3	1,5	1,5	1,5	1,0	1,2
Demais Produtos	ST2B2	68,6	90,4	57,1	60,6	56,0	101,3	100,5

1/ Classes V a VIII.
2/ Inclui carne congelada, resfriada, de vitela, seca ou charque, salgada ou salmoura e conserva ou preparação.

BRAZILIAN EXPORTS – FOB

BY PRODUCTS

US$ milhões

1967	1968	1969	1970	1971	JAN – FEV 1971	JAN – FEV 1972	N.º	ITEM
1 654,0	1 881,3	2 311,2	2 738,9	2 903,6	293,6	460,5	T	GRAND TOTAL
733,0	797,3	845,7	981,8	822,2	57,1	147,5	ST1	*Coffee*
704,7	774,5	813,0	939,3	772,5	50,5	139,3	ST1A	*Beans*
28,3	22,8	32,7	42,5	49,7	6,6	8,2	ST1B	*Instant*
921,0	1 084,0	1 465,5	1 757,1	2 081,4	236,5	313,0	ST2	*Total Excluding Coffee*
142,7	130,0	181,6	306,9	424,0	...	...	ST2A	*Manufactures 1/*
778,3	954,0	1 283,9	1 450,2	1 657,4	...	...	ST2B	*Primary Products*
688,6	858,3	1 137,3	1 249,1	1 378,6 r	153,2	...	ST2B1	*Specified*
424,4	506,0	689,6	701,7	724,1	81,7	...	1	*Traditional*
90,8	130,8	196,0	154,4	137,1	2,0	24,6	1A	*Raw cotton*
102,8	104,5	147,4	208,6	237,3	35,7	33,5	1B	*Iron ore*
80,4	101,6	115,0	126,6	146,6	13,2	48,5	1C	*Sugar*
80,4	101,6	115,0	126,5	146,6	13,2	48,5	1C1	*Raw*
–	–	–	0,1	–	–	...	1C2	*Crystallized*
85,3	73,1	138,6	109,3	90,8	14,3	15,4	1D	*Cocoa*
59,1	46,1	105,4	77,6	61,7	10,3	11,0	1D1	*Beans*
25,1	25,9	30,6	28,0	24,3	4,0	4,4	1D2	*Butter*
1,1	1,1	2,6	3,7	4,8	0	...	1D3	*Cake*
51,1	71,9	75,5	72,2	74,6	11,2	6,4	1E	*Pinewood*
48,8	68,9	71,7	67,5	71,8	10,6	6,4	1E1	*Sawn*
2,3	3,0	3,8	4,7	2,8	0,6	...	1E2	*Other*
14,0	24,1	17,1	30,6	37,7	5,3	2,9	1F	*Manganese ore*
264,2	352,3	447,7	547,4	654,5 r	71,5	...	2	*Other specified products*
13,9	39,3	60,5	86,0	150,0	6,2	16,4	2A	*Beef 2/*
22,1	57,0	32,9	80,6	75,4	14,7	0	2B	*Maize (grain)*
39,5	25,2	52,7	70,7	105,8	5,9	11,4	2C	*Soya*
23,2	36,4	45,2	38,2	39,3	3,9	7,0	2D	*Castor oil*
25,6	23,3	44,5	41,1	33,4	5,3	4,8	2E	*Hides and skins*
20,3	18,9	26,5	31,2	36,5	5,2	4,4	2F	*Tobacco leaves*
18,7	23,7	35,2	35,6	42,9	4,7	...	2G	*Wood (excluding pinewood)*
16,3	17,0	16,8	16,5	15,3 r	1,9	3,6	2H	*Sisal*
15,5	16,0	15,6	15,4	14,7 r	1,8	...	2H1	*Fibre*
0,8	1,0	1,2	1,1	0,6	0,1	...	2H2	*Cordage*
19,8	15,5	22,0	20,8	16,6	3,9	...	2I	*Wool*
4,8	21,2	7,8	6,8	11,5	4,9	–	2J	*Rice*
10,1	15,0	12,1	13,6	13,8	0,7	0,1	2K	*Brazil nuts*
7,5	9,2	9,4	9,6	10,6	1,5	1,6	2L	*Carnauba wax*
5,5	5,6	9,8	10,7	10,4	1,7	1,3	2M	*Banana*
6,2	5,6	9,1	8,2	14,9	2,3	1,6	2N	*Pepper*
5,0	4,9	4,9	4,8	5,7	0,7	0,2	2O	*Mate*
2,8	5,5	10,2	10,0	12,8	1,5	1,2	2P	*Lobster*
3,5	3,1	3,6	3,4	4,1	–	...	2Q	*Orange*
3,6	2,3	6,9	12,3	8,8	0,7	0,8	2R	*Peanuts*
2,9	4,9	7,4	8,3	12,9	1,2	3,0	2S	*Horse meat*
2,9	3,0	6,1	11,1	2,1	0,2	...	2T	*Niobium ore*
3,8	4,7	6,8	7,7	8,6	1,9	2,8	2U	*Molasses*
1,6	3,6	4,9	7,3	5,3	0,8	1,0	2V	*Cashewnuts*
1,2	2,7	6,8	6,3	11,0	0,4	1,7	2X	*Shrimps*
2,2	2,3	2,2	2,8	4,0	0,8	...	2Y	*Tea*
1,2	2,4	3,4	3,8	2,8	0,5	0,1	2Z	*Cotton linter*
89,7	95,7	146,6	201,1	278,8 r	...	...	ST2B2	*Other Products*

1/ Classes V to VIII.
2/ Including frozen, chilled, veal, dried, salted, corned and preserved meat by other means.

QUADRO VI.116

PERÍODO *Period*	N.º	TOTAL US$ milhões	TOTAL Cr$ milhões	TOTAL t mil	CAFÉ EM GRÃO E SOLÚVEL *Coffee: beans & instant* US$ milhões	CAFÉ Cr$ milhões	CAFÉ t mil	MANUFATURA *Manufac* US$ milhões	MANUFATURA Cr$ milhões
								EXPOR *Ex*	
1960	1	1 268,9	147,1	10 618,6	712,7	59,4	1 009,1	21,2	3,8
1961	2	1 403,0	245,1	12 716,6	710,4	78,8	1 018,2	35,6	8,8
1962	3	1 214,2	307,1	12 361,2	642,7	101,6	982,6	33,1	11,7
1963	4	1 406,5	549,5	14 141,0	748,5	187,0	1 170,9	37,4	19,8
1964	5	1 429,8	1 177,5	14 586,8	759,9	406,8	897,5	69,9	84,8
1965	6	1 595,5	2 214,8	19 678,9	707,4	621,6	812,9	109,5	198,2
1966	7	1 741,4	3 813,5	20 103,4	773,5	1 754,3	1 021,7	96,8	211,2
1967	8	1 654,0	4 265,5	21 128,7	733,0	1 864,5	1 015,7	142,7	374,4
1968	9	1 881,3	6 177,9	23 487,2	797,3	2 622,0	1 126,0	130,0	430,1
1969	10	2 311,2	9 214,2	30 286,4	972,0	3 355,1	1 139,8	181,6	734,6
1970	11	2 738,9	10 844,7	39 969,6	981,8	2 804,2	983,4	306,9	1 402,6
1971	12	2 903,6	15 223,0	43 824,3	822,1	3 223,4	1 057,3	...	...
Jan	13	148,9	744,5	3 003,6	29,0	97,2	33,8	...	...
Fev	14	144,7	723,7	3 162,5	30,5	108,9	36,3	...	...
Mar	15	222,5	1 112,3	3 763,4	59,8	226,2	75,1	...	...
Abr	16	235,3	1 176,3	4 390,2	52,9	235,9	77,7	...	...
Mai	17	235,0	1 212,8	3 100,4	71,8	307,2	101,5	...	...
Jun	18	249,7	1 288,3	3 768,9	77,3	337,1	111,9	...	...
Jul	19	297,1	1 559,3	4 112,0	96,7	391,6	128,6	...	...
Ago	20	297,9	1 606,4	3 651,9	102,2	385,7	126,6	...	...
Set	21	246,3	1 347,3	3 712,0	89,6	360,0	117,7	...	...
Out	22	219,5	1 200,7	3 458,3	58,5	218,5	69,3	...	...
Nov	23	264,2	1 482,8	3 573,6	82,5	300,3	98,7	...	...
Dez	24	342,5	1 768,6	4 127,5	71,3	254,8	80,1	...	...
1972									
Jan	25	207,7	...	2 631,6	74,1	268,2	86,7	...	...
Fev	26	252,7	...	3 620,4	73,3	281,6	84,9	...	...
Mar	27	267,7	...	...	...	...	...	...	...

TAÇÕES *ports*	IMPORTAÇÕES *Imports*									
DOS *turers*	TOTAL			PETRÓLEO BRUTO E DERIVADOS *Petroleum: crude oil & derivates*			TRIGO *Wheat*			N.º
t mil	US$ milhões	Cr$ milhões	t mil	US$ milhões	Cr$ milhões	t mil	US$ milhões	Cr$ milhões	t mil	
91,3	1 292,8	201,2	15 646,2	194,6	25,3	9 895,2	121,9	14,3	2 032,9	1
68,2	1 291,8	299,3	15 858,9	190,6	47,3	10 566,6	117,5	30,9	1 881,3	2
55,1	1 304,2	511,7	16 785,9	191,9	78,1	11 195,2	139,4	57,5	2 191,8	3
112,9	1 294,0	782,2	17 666,2	192,8	119,4	11 670,8	138,8	91,9	2 175,6	4
347,0	1 086,4	1 242,9	18 174,3	176,6	223,8	11 842,1	176,3	232,4	2 609,0	5
558,6	940,6	1 929,6	16 633,3	154,0	358,2	11 083,7	113,6	253,7	1 876,3	6
266,8	1 303,4	3 264,8	19 392,4	165,8	477,4	12 261,6	142,3	372,4	2 380,7	7
780,0	1 441,3	4 291,9	19 044,5	153,5	595,8	11 607,5	153,2	458,6	2 428,9	8
492,0	1 855,1	6 826,2	23 647,8	204,0	873,5	14 259,5	153,7	576,4	2 614,3	9
598,2	1 993,2	8 982,0	24 619,2	203,8	1 059,8	15 310,9	134,8	640,3	2 346,2	10
972,4	2 506,9	12 903,6	28 073,4	236,1	1 459,0	17 848,0	103,8	578,1	1 957,8	11
...	3 250,1	...	32 891,9	327,0p	...	...	108,0p	...	...	12
...	242,3	...	...	16,0	...	...	8,5	...	...	13
...	229,9	...	...	18,7	...	...	1,2	...	...	14
...	278,1	...	...	23,5	...	...	1,6	...	...	15
...	250,5	...	...	23,8	...	...	5,6	...	...	16
...	260,1	...	...	31,1	...	...	10,2	...	...	17
...	269,2	...	...	27,2	...	...	6,5	...	...	18
...	278,7	...	...	25,3	...	...	8,8	...	...	19
...	290,9	...	...	30,1	...	...	17,2	...	...	20
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	21
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	22
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	23
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	24
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	25
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	26
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	27

QUADRO VI.107

DISCRIMINAÇÃO	N.º	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
TOTAL	T	244,3	482,6	421,1	198,0	256,7	655,5	1 186,7
Ouro	1	91,2	62,8	45,2	45,2	45,2	45,2	45,2
Direitos Especiais de Saque	2	–	–	–	–	–	–	62,3
Tranche-Ouro no FMI	3	–	–	12,1	12,5	12,3	12,3	117,4
Divisas	4	153,1	419,8	363,8	140,3	199,2	598,0	961,8

1/ Até fev 72 a paridade considerada é de US$ 35,00 por onça-troy de ouro. A partir de mar 72 é de US$ 38,00.

INTERNATIONAL LIQUIDITY – MONETARY AUTHORITIES

Saldos em fim de período
Balance at end of period
US$ milhões

1971			1972				N.º	ITEM
Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar 1/	Abr		
1 576,4	1 642,6	1 722,9	1 796,2	1 918,0	2 076,8	2 212,7	T	TOTAL
46,3	46,3	46,3	46,3	46,3	50,3	50,3	1	*Gold*
110,4	110,4	110,5	157,1	157,1	170,4	170,4	2	*Special Drawing Rights*
116,3	116,3	116,3	116,3	116,3	126,3	126,3	3	*Gold-tranche in IMF*
1 303,4	1 369,6	1 449,8	1 476,5	1 598,3	1 729,8	1 865,7	4	*Foreign Exchange*

1/ *Up to Feb 72, the parity is US$ 35.00 per once-troy of fine gold. After Mar 72 is US$ 38.00.*

— BALANCETE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM 31.5.1972

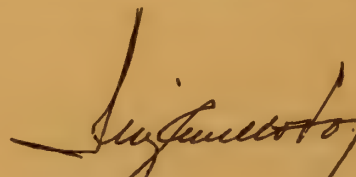
— CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
MEMBROS

— BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA E CHEFES DE UNIDADES

B A N C O   C E N T R A L   D O   B R A S I L

BALANCETE EM 31 DE MAIO DE 1972

A T I V O

			Cr$
F I N A N C E I R O E X T E R N O			
Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras	9.184.336.094,40		
Valores em Moedas Estrangeiras	1.788.335.854,37	10.972.671.948,77	
Ouro		5.480.520,41	10.978.152.469,18
F I N A N C E I R O I N T E R N O			
OPERAÇÕES:			
Devedores por Financiamentos e Refinanciamentos	1.762.772.523,97		
Devedores por Refinanciamentos (Res. Bancentral n.º 21)	3.388.691,98		
Empréstimos a Instituições Financeiras	1.655.889.393,17		
Títulos Federais	440.558.949,59		
Títulos Redescontados	1.982.075.758,60	5.844.685.317,31	
OUTROS CRÉDITOS:			
Banco do Brasil S.A. — Conta de Movimento	10.113.537.693,73		
Banco do Brasil S.A. — Conta de Suprimentos Especiais	1.406.077.263,24		
Créditos a Receber	41.375.246,19		
Devedores por Adiantamentos	1.185.606.280,86		
Devedores por Compromissos Imobiliários	1.274.855,33		
Devedores por Títulos a Receber por Financiamentos de Taxa	8.040.460,24		
Responsáveis por Retenção e Repasses de Recursos Vinculados	1.166.473.568,37		
Responsáveis por Repasses de Recursos Resultantes de Empréstimos Externos	1.870.895.433,28		
Tesouro Nacional — Conta de Ressarcimentos em Suspenso	1.056.077.715,48		
Tesouro Nacional-Integralização de Quotas e Reajustamento de Haveres de Organismos Financeiros Internacionais	3.329.772.595,67		
Outras Contas	1.392.389.403,10	21.571.520.515,49	
VALORES E BENS:			
Ações e Obrigações	661.697.614,70		
Imóveis não Destinados a Uso	1.384.513,23	663.082.127,93	28.079.287.960,73
Total do Ativo Financeiro			39.057.440.429,91
P E R M A N E N T E			
Almoxarifado		3.004.899,10	
Móveis e Utensílios		19.762.350,05	
Imóveis de Uso		25.125.408,93	
Tesouro Nacional — Meio Circulante Transferido		1.504.778.424,27	1.552.671.082,35
P E N D E N T E			
Contas de Resultado		125.983.634,43	
Outras Contas		248.944.843,00	374.928.477,43
S u b t o t a l			40.985.039.989,69
C O M P E N S A Ç Ã O			
Saldos Devedores			260.718.593.731,98
			301.703.633.721,67

Ernane Galvêas
Presidente

Luiz de Carvalho e Mello Filho
Diretor

PASSIVO

			Cr$
FINANCEIRO EXTERNO			
OBRIGAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS:		1.370.786.095,87	
DEPÓSITOS EM CRUZEIROS DE ENTIDADES INTERNACIONAIS:			
Associação Internacional de Desenvolvimento	94.903.200,00		
Banco Interamericano de Desenvolvimento	620.185.269,27		
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	184.015.403,59		
Fundo Monetário Internacional	1.812.798.302,29	2.711.902.175,15	4.082.688.271,02
FINANCEIRO INTERNO			
DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:			
Depósitos Compulsórios	3.223.005.471,92		
Depósitos para Constituição e Aumento de Capital de Instituições Financeiras	75.527.724,59		
Depósitos Decorrentes de Vendas de Câmbio	369.037.520,57		
Depósitos Voluntários	190,32	3.667.570.907,40	
Outros Depósitos:		291.666.622,66	
RECURSOS VINCULADOS:			
Aprovisionamento de Recursos para Operações Especiais	2.233.197.530,87		
Fundo de Defesa de Produtos Agropecuários	4.204.530.732,38		
Fundo de Estabilização da Receita Cambial	146.314.555,17		
Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL	1.585.634,15		
Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX)	116.559.412,01		
Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI) — Decreto n.º 56.835/65	3.459.693.672,57		
Fundo para Investimentos Sociais — FUNINSO	67.436.942,04		
Fundo para Ocorrer a Compromissos Decorrentes de Empréstimos Externos	31.450.340,95		
Fundo de Resgate e Controle da Dívida Pública Interna Fundada Federal	562.610,89		
Tesouro Nacional — Fundo de Indenizações Trabalhistas — Decreto n.º 53.787/64	113.491,26	10.261.444.922,29	
OUTRAS EXIGIBILIDADES:			
Banco do Brasil S.A. — Obrigações por Repasses de Recursos Resultantes de Empréstimos Externos	365.505.365,86		
Tesouro Nacional — Obrigações Resultantes de Operações Especiais com Entidades Internacionais	1.614.067.291,41		
Operações de Crédito da União	4.604.464.734,16		
Despesas Orçamentárias do Exercício, a Pagar	119.024,57		
Outras Contas	2.100.843.728,80	8.685.000.144,80	22.905.682.597,15
Total do Passivo Financeiro			26.988.370.868,17
PERMANENTE			
Meio Circulante			9.716.985.741,88
PATRIMÔNIO E RESERVAS			
Patrimônio e Reservas		1.593.717.042,67	
Provisões		422.154.104,49	2.015.871.147,16
PENDENTE			
Contas de Resultado		402.609.395,61	
Outras Contas		1.861.202.836,87	2.263.812.232,48
Subtotal			40.985.039.989,69
COMPENSAÇÃO			
Saldos Credores			260.718.593.731,98
			301.703.633.721,67

Brasília (DF), 15 de junho de 1972

Waldemar Soares de Almeida
Contador Geral
C.R.C. n.º 18.299-GB-S-DF

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

MEMBROS

Ministro da Fazenda — Presidente	ANTÔNIO DELFIM NETTO
Ministro do Planejamento e Coordenação Geral — Vice-Presidente	*João Paulo dos Reis Velloso*
Ministro da Indústria e do Comércio	*Marcus Vinícius Pratini de Moraes*
Ministro da Agricultura	*Luiz Fernando Cirne Lima*
Ministro do Interior	*José da Costa Cavalcanti*
Presidente do Banco Central do Brasil	*Ernane Galvêas*
Presidente do Banco do Brasil S. A.	*Nestor Jost*
Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	*Marcos Pereira Vianna*

Paulo H. Pereira Lira
Francisco De Boni Neto
Luiz de Carvalho e Mello Filho
Paulo Yokota
Gastão Eduardo de Bueno Vidigal
Rui de Castro Magalhães

DIRETORIA

ERNANE GALVÊAS	Presidente	DEJUR, DEPEC, GEDIP
José Antonio Berardinelli Vieira	Chefe de Gabinete	
Paulo H. Pereira Lira	Diretor	FIRCE, GECAM
Alfredo Martins de Oliveira	Chefe de Gabinete	
Francisco de Boni Neto	Diretor	GEMEC, ISMEC
Newton Peixoto Leal	Chefe de Gabinete	
Luiz de Carvalho e Mello Filho	Diretor	CEPRO, GEBAN, ISBAN
José Alves Filho	Chefe de Gabinete	
Paulo Yokota	Diretor	CONGE, DEPAD, GECRI, MECIR
Alexandre Caminha de Castro Monteiro	Chefe de Gabinete	

CHEFE	UNIDADE CENTRAL
Antonio Maria Claret de Assis Souza	Centro de Processamento de Dados (CEPRO)
Waldemar Soares de Almeida	Contadoria Geral (CONGE)
Jefferson Paes de Figueiredo	Departamento Administrativo (DEPAD)
Edésio Fernandes Ferreira	Departamento Econômico (DEPEC)
J. Jacaúna de Souza	Departamento Jurídico (DEJUR)
Oswaldo Tavares Moreira	Gerência de Coordenação do Crédito Rural e Industrial (GECRI)
Carlos Brandão	Gerência da Dívida Pública (GEDIP)
Antonio Radesca	Gerência de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros (FIRCE)
Celso de Lima e Silva	Gerência do Meio Circulante (MECIR)
Ari Cordeiro Filho	Gerência do Mercado de Capitais (GEMEC)
Ernesto Albrecht	Gerência de Operações Bancárias (GEBAN)
Pedro José da Matta Machado	Gerência de Operações de Câmbio (GECAM)
Francisco de Assis Figueira	Inspetoria de Bancos (ISBAN)
Edson de Araujo Medeiros	Inspetoria do Mercado de Capitais (ISMEC)

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RELATÓRIO 1971

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RELATÓRIO 1971

Boletim do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 8	n. 6	jun. 1972

O Relatório do Banco Central do Brasil relativo ao exercício de 1971 revela a contínua expansão da economia nacional, assumindo níveis superiores aos mais elevados dos anos recentes. Esse objetivo fundamental da política econômico-financeira do Governo do Presidente Médici foi atingido ao mesmo tempo em que também se alcançava o equilíbrio do balanço de pagamentos, com adequada formação de reservas internacionais, e se reduzia a taxa de incremento dos índices de preços internos, dentro da estratégia de promover contínua e gradativa redução do processo inflacionário.

Durante o ano de 1971, foram mantidas as diretrizes básicas da política econômico-financeira, que se realiza através da conjugação de programas e medidas nas áreas monetária, fiscal, cambial, salarial e de incentivo à agricultura e às exportações.

É oportuno registrar que as medidas da política econômico-financeira, especialmente no campo das Autoridades Monetárias, pautaram-se pela observância dos princípios de livre iniciativa e igualdade de oportunidades que conduzem à sociedade aberta e à descentralização do poder. Dessa forma, o significativo desenvolvimento global da economia brasileira se fez acompanhar de resultados que representam contribuição importante para o estreitamento das disparidades regionais, para a melhor distribuição da renda e correção do descompasso até há pouco existente entre as atividades agrícolas e industriais.

Por tudo isso, pode-se considerar como muito bom o comportamento da economia brasileira em 1971, conforme demonstram os dados estatísticos e a análise técnica deste Relatório. São analisados, além dos índices dos setores produtivos industriais e agropecuários, o funcionamento do Sistema Financeiro e do crédito em geral, a execução dos Orçamentos Públicos e o mecanismo de formação e captação da poupança nacional através do mercado de capitais.

No tocante aos problemas de ordem regional, são estudados diversos aspectos financeiros das fronteiras econômicas ampliadas e abertas durante o ano, em regiões menos desenvolvidas do território nacional, em consonância com os elevados propósitos reafirmados pelo Presidente da República, de promover a integração nacional.

Nas relações econômicas do Brasil com o exterior, se observa um aumento de cerca de 100% do valor do intercâmbio de mercadorias no período de 1967 a 1971. Nesse setor, operou-se de fato uma notável transformação, inclusive de ordem qualitativa, valendo citar o aumento das exportações de bens manufaturados e industriais em geral, cuja participação no valor total alcançou cerca de 20% em 1971. Como corolário dos resultados obtidos nas relações com o "resto do mundo", o Brasil pôde ostentar uma reserva internacional que ultrapassou, no fim do exercício, a 1,7 bilhão de dólares.

Ernane Galvêas
Presidente

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL

APÊNDICES

I — ECONOMIA MUNDIAL

I — ECONOMIA MUNDIAL

1.1 — ASPECTOS GERAIS

Os efeitos marcantemente negativos de um longo e progressivo desequilíbrio nas relações de pagamentos entre nações líderes da economia mundial culminaram, em 1971, por ameaçar a própria estrutura do sistema monetário internacional.

Desde os meados do decênio anterior que o sistema, em maior ou menor grau, vinha se ressentindo dos desajustes resultantes de uma excessiva movimentação de capitais, agravada pela resistência de alguns países industrializados em modificar as suas taxas de paridade declaradas ao Fundo Monetário Internacional (FMI), como forma de corrigir desequilíbrios já fundamentais.

Tal comportamento, aparentemente de defesa das paridades fixas, conflitava inteiramente com o sistema implantado em Bretton Woods, que, embora assentasse as suas bases na estabilidade das taxas referidas ao ouro, preconizava o seu reajuste sempre que ocorressem desequilíbrios de natureza fundamental.

A manutenção a longo prazo de moedas sobrevalorizadas e subvalorizadas — e mais os preços internacionais do ouro completamente acima da relação oficial dólar/ouro — tenderia, como de fato aconteceu, a comprometer todo o sistema. As medidas adotadas no decorrer dos últimos anos para contornar as sucessivas pressões sobre o ouro e moedas de importância no sistema, principalmente o dólar americano e o marco alemão (vide Relatórios de 1968, 1969 e 1970 deste Banco), tiveram, na realidade, apenas o efeito de retardar o rompimento de uma crise, latente de longa data. No início de 1971, volumoso ingresso de dólares na Europa — estimulado pela sobrevalorização dessa moeda, pelo diferencial compensador das taxas de juros e pelas especulações em torno de próxima revalorização de algumas moedas européias — deu novo impulso ao desajuste, levando alguns países, na tentativa de minimizar os efeitos nocivos desse movimento sobre as suas economias, a adotar medidas acauteladoras, iniciadas com o fechamento de seus mercados de câmbio. Logo a seguir, a exemplo do que fizera o Canadá em 1970, a Alemanha e a Holanda declararam as suas taxas flutuantes e a Suíça e a Áustria valorizaram as suas moedas.

Enquanto isto os Estados Unidos — às voltas com inflação crescente, com a indústria apresentando uma certa capacidade ociosa e com taxa de desemprego da ordem de 6% — incapazes de restabelecerem a curto prazo o equilíbrio das transações com o exterior, diante da perspectiva de novo e elevado deficit no Balanço de Pagamentos, seguiam mantendo a paridade do dólar. Essa atitude, ao mesmo tempo em que alimentava as pressões especulativas financeiras nos mercados de câmbio da Europa, reduzia a capacidade competitiva das exportações americanas e aumentava o atrativo pelas importações.

Cresceram então as manifestações dos países europeus pela desvalorização do dólar e os Estados Unidos, diante do deficit que se apresentava em seu comércio exterior, ocasionando inclusive perda substancial de reservas-ouro nos primeiros sete meses de 1971, resolveram, em agosto, tornar o dólar inconversível em ouro, impor 10% de sobretaxa a importações de manufaturados, congelar salários e preços durante noventa dias e liberar de impostos as compras de bens de capital produzidos internamente.

A inconversibilidade do dólar interrompeu o papel por ele desempenhado, durante tantos anos, de moeda base do sistema monetário internacional, comprometendo definitivamente o princípio vigorante das paridades fixas. Face a esta circunstância, a fim de evitar flutuações desordenadas, e por isso mesmo indesejáveis, das taxas de câmbio e a expansão das restrições cambiais e ao comércio, que terminariam por destruir toda a disciplina existente, o Fundo Monetário Internacional, em outubro, convidou os seus membros a, enquanto o sistema monetário não fosse reformulado, o que evidentemente demandará um certo tempo dada a complexidade da matéria, estabelecerem, com brevidade, uma estrutura satisfatória de taxas, evitando, por outro lado, as práticas restritivas. Em dezembro, como conseqüência de acordo alcançado em reunião do "Grupo dos Dez", aprovou o FMI que os seus membros passassem a utilizar um sistema de taxas centrais, fixadas pelos respectivos bancos centrais, como alternativa à paridade se o preferissem, com margens mais amplas de flutuações acima ou abaixo da cotação oficial.

Em linhas gerais, na reunião do "Grupo dos Dez" e mais a Suiça, efetuada em Washington em 18 de dezembro, ficou acertado que: 1) os Estados Unidos desvalorizariam o dólar, em termos de ouro, até US$ 38 a onça, declarando então nova paridade ao Fundo; 2) as demais moedas seriam objeto de realinhamento, sob a forma de novas paridades declaradas ao FMI, ou de taxas fixadas pelos bancos centrais (o Canadá não aderiu ao acordo, preferindo manter a taxa flutuante, a França e alguns países mantiveram inalterada a sua paridade em relação ao ouro, a Suiça estabeleceu a taxa de Sw Fr 3,84 por dólar, o que representa uma valorização de 6,4% sobre a cotação fixada em maio e outros países conservaram a mesma taxa em relação ao dólar, e 3) seria de 2,25% o limite de margem de oscilação das taxas, nos dois sentidos.

O quadro que se segue mostra as variações ocorridas em certas moedas em relação ao ouro e ao dólar.

País	Alteração em relação ao ouro (%)	Alteração em relação ao dólar (%)
França	–	+ 8,57
Estados Unidos .	– 7,89	–
Rep. Fed. Alemã	+ 4,59	+ 13,58
Áustria	– 2,16	+ 11,59
Bélgica	+ 2,76	+ 11,57
Dinamarca	– 1,03	+ 7,45
Espanha	–	+ 8,57
Itália	– 1,00	+ 7,48
Japão	+ 7,65	+ 16,88
Noruega	– 1,00	+ 7,48
Holanda	+ 2,76	+ 11,57
Portugal	– 2,82	+ 5,50
Reino Unido ...	–	+ 8,57
Suécia	– 1,00	+ 7,49

As medidas e compromissos de dezembro reintroduziram uma certa tranqüilidade ao sistema. Contudo, dado o caráter provisório da solução, o amortecimento da crise será mais ou menos duradouro na medida em que as nações industrializadas conseguirem conter a inflação de âmbito mundial e se disciplinarem às novas normas do sistema.

A inflação e os acontecimentos monetários exerceram, como não poderia deixar de ocorrer, forte influência no comportamento da economia mundial em 1971.

No que se refere aos Estados Unidos, as estatísticas disponíveis permitem verificar alguma tendência de melhoria no final do ano pela aplicação da nova política econômica. O nível de preços, de forma geral, e a estabilidade dos preços industriais, principalmente em setembro e outubro, refletiram a política de congelamento de preços, nessa área. Contudo, não foram determinados com exatidão seus efeitos sobre os preços de mercado, que registraram ligeira alta, no fim de outubro.

Em compensação, a taxa de crescimento do salário-hora, no setor privado, caiu levemente, o que mostra certa tendência de comportamento salarial. A atividade industrial mostrou alguma reação, que repercutiu na modesta elevação de aproximadamente 3% do PNB, em termos reais. Por outro lado, a taxa de desemprego experimentou ligeiro declínio, atingindo, em outubro, 5,8%, enquanto os preços de mercado caíram de uma taxa anual de 5%, em setembro, para 2,4% em outubro.

Na França, a inflação, apesar das providências drásticas tomadas pelas autoridades monetárias, recrudesceu, atingindo o nível de preços cerca de 6%, em média, o maior dos últimos anos. As pressões dos sindicatos de trabalhadores provocaram um aumento do salário-hora da ordem de 11%. O setor industrial, por seu lado, manifestou sua preocupação no sentido de que a redução dos lucros marginais, em razão da política de preços fixos determinada pelo governo, poderia levar eventualmente a um menor grau de investimentos, com repercurssões no crescimento econômico nível de emprego e capacidade tecnológica para competir com outros países. Financiamentos governamentais foram concedidos à indústria para estimular a industrialização da França Ocidental, de regiões na fronteira oriental e permitir a recuperação de áreas de antigas minas de carvão. O PNB, segundo estimativas recentes, cresceu de 5,5% contra 5,9% em 1970.

A República Federal Alemã apresentou um comportamento declinante na produção industrial. O custo de vida subiu cerca de 5,8%, os preços dos produtos industriais aumentaram de 5% e os salários subiram a uma taxa de 15%. Houve ligeiro acréscimo na taxa de desemprego que, todavia, é atualmente a mais baixa, (entre 1,1% e 1,2%) dos países industriais. Com o realinhamento das moedas, decorrente do Acordo de Washington, melhoraram as condições para os exportadores e as perspectivas para a economia alemã, excessivamente dependente dos mercados externos. Em termos reais, o PNB cresceu de 2,8% (estimados) contra 5,5% no ano anterior.

Relativamente à Itália, as autoridades lograram manter a taxa de inflação sob controle, mas as condições de emprego continuaram difíceis. Em outubro a taxa de desemprego cresceu para 3,2%. Os indicadores econômicos permitem, contudo, prever tomada do ritmo de desenvolvimento, com o governo acelerando o financiamento de projetos habitacionais e outros prioritários

Fora da Comunidade Econômica Européia, é de se destacar o comportamento das economias inglesa e japonesa. A Inglaterra vem de enfrentar séria conjuntura inflacionária, associada a estagnação econômica, passando por ligeira expansão, no fim do período, e afetada por alta taxa de desemprego da ordem de 4%, em outubro. Dados estimados mostram que, até novembro, os preços de mercado cresceram cerca de 6%. A taxa do salário-hora foi aumentada em 10%, em média, os investimentos caíram 5% e, a despeito das facilidades de crédito, prevê-se uma queda de 3%, em 1972. Entretanto, a partir do 3.º trimestre de 1971, graças a providências de ordem fiscal, melhoraram as condições de lucratividade das empresas, o que, aliado ao aumento das despesas de consumo, poderá determinar uma mudança no comportamento dos industriais, relativamente a seus planos de investimento. A economia inglesa continua a apresentar baixos índices de crescimento. Em 1971, o PNB real evoluiu, de acordo com estimativas, de apenas 1,5%, contra 2,2% no ano anterior.

Finalmente, dados recentes da economia japonesa mostram que seu crescimento real foi de cerca de 4,3%, uma das piores taxas registradas pelo país desde o após-guerra. As despesas com gastos de consumo cresceram aproximadamente 8%, caindo, durante o ano, o índice de preços por atacado em 1,2%, resultante do declínio dos preços dos produtos industriais, notadamente do aço e dos metais não ferrosos. No que se refere ao setor externo, a economia foi pressionada, no segundo semestre, pelas medidas adotadas pelas autoridades norteamericanas, passando o iene a flutuar, a partir de setembro, com um grau de valorização da ordem de 16,88%, o que afetou parte do valor das exportações japonesas. Não obstante esse fato, o saldo da balança comercial foi da ordem de US$ 600 milhões e superavit do balanço de pagamentos, de cerca de US$ 2 bilhões.

1.2 — COMÉRCIO MUNDIAL

O ritmo de crescimento do comércio mundial declinou sensivelmente em 1971. Em termos de valor global a taxa de evolução do intercâmbio, medida através das exportações mundiais, foi da ordem de 12%, comparável a cerca de 15% no ano anterior. Este comportamento deriva exclusivamente da menor expansão ocorrida no volume global exportado, uma vez que os preços, em termos correntes, apresentaram um crescimento médio em torno de 6%, índice que todavia não se aplica à totalidade dos produtos, haja vista que, com exceção de uns poucos itens, os preços das matérias-primas experimentaram declínio geral em 1971. Dentre as exceções, cabe destacar o petróleo, cujos preços cresceram mais do que a média geral, em decorrência de negociações mundiais.

CORRENTES MUNDIAIS DE COMÉRCIO

WORLD TRADE

QUADRO I.1 — US$ bilhões

Importação / *Imports* — Exportação / *Exports*	Anos / *Years*	Países Industriais / *Industrial Countries*		Países de Economia Centralmente Planificada / *Centrally Planned Economies*		Demais Países / *Rest of the World*		Total Mundial / *World Total*	
		Valor / *Value*	%	Valor / *Value*	%	Valor / *Value*	%	Valor / *Value*	%
Países Industriais .... *Industrial Countries*	1965/69	108,3	48,5	5,9	2,7	35,6	15,9	149,8	67,1
	1970	160,9	51,5	8,2	2,6	47,6	15,2	216,7	69,3
	1971	179,1	51,8	9,2	2,7	52,4	15,1	240,7	69,6
Países de Economia Centralmente Planificada .... *Centrally Planned Economies*	1965/69	5,8	2,6	15,5	7,0	3,9	1,7	25,2	11,3
	1970	7,7	2,5	19,8	6,3	5,4	1,7	32,9	10,5
	1971	8,5	2,5	21,3	6,1	6,2	1,8	36,0	10,4
Demais Países .. .... *Rest of the World*	1965/69	34,6	15,5	2,6	1,2	10,7	4,9	47,9	21,6
	1970	45,8	14,6	3,5	1,1	13,9	4,5	63,2	20,2
	1971	50,2	14,4	4,0	1,2	15,1	4,4	69,3	20,0
TOTAL MUNDIAL . *World Total*	1965/69	148,8	66,7	24,1	10,8	50,1	22,5	223,0	100,0
	1970	214,1	68,5	31,5	10,1	66,9	21,4	312,5	100,0
	1971	237,8	68,7	34,5	10,0	73,7	21,3	346,0	100,0

É importante assinalar que as primeiras estimativas do comércio mundial para 1971 indicam que os países produtores de bens primários apresentaram um aumento no valor global de suas exportações, de aproximadamente 7%.

O intercâmbio global totalizou cerca de US$ 352,7 bilhões, sem alterações, seja na orientação das correntes de comércio, seja na sua estrutura. O Mercado Comum Europeu mantém sua condição de maior mercado exportador e importador do mundo, absorvendo cerca de 28% do total do intercâmbio. Seguem-se-lhe a Associação Européia de Livre Comércio e os Estados Unidos, com 14 e 13%, respectivamente. Vale dizer que as nações industriais dominam a maior parte do intercâmbio mundial.

Observe-se, por outro lado, que mesmo essas nações enfrentaram sérios problemas na condução de seu comércio externo, como foi, por exemplo, o caso de aceleração das importações da Inglaterra e, principalmente dos Estados Unidos. Tal fato levou os Estados Unidos a adotarem medidas que afetaram fortemente suas importações provenientes dos demais países industrializados, medidas entre as quais se destaca o estabelecimento de uma sobretaxa de 10% incidente sobre o valor de importação de determinados produtos manufaturados.

QUADRO I.2

US$ bilhões

Discriminação *Item*	1965/69		1970		1971	
	Exp. FOB	Imp. CIF	Exp. FOB	Imp. CIF	Exp. FOB	Imp. CIF
Estados Unidos *United States of America*	32,4	30,7	43,2	42,5	46,0	51,1
Japão *Japan*	11,5	11,5	19,3	18,9	23,5	17,6
Canadá	11,4	11,3	16,9	14,5	19,1	20,2
Comunidade Econômica Européia *European Economic Community — EEC*	59,3	59,1	88,7	88,6	98,8	99,2
República Federal da Alemanha *Fed. Rep. of Germany*	22,7	19,5	34,2	29,8	37,7	34,0
França *France*	12,0	13,2	17,9	19,1	20,9	21,6
Itália *Italy*	9,2	9,7	13,2	14,9	14,7	15,7
Demais *Other*	15,4	16,7	23,4	24,8	25,5	27,9
Associação Européia de Livre Comércio — AELC *European Free Trade Association — EFTA*	32,1	38,2	43,2	51,1	48,6	55,3
Reino Unido *United Kingdom*	15,2	17,9	19,4	21,7	22,9	23,9
Suécia *Sweden*	4,7	4,9	6,8	7,0	7,6	6,9
Suíça *Switzerland*	3,7	4,3	5,1	6,6	5,6	7,2
Demais *Other*	8,5	11,1	11,9	15,8	12,5	17,3
Conselho de Assistência Econômica Mútua — COMECON 1/ *Mutual Assist. Econ. Council — COMECON 1/*	23,8	22,5	31,1	30,2	38,0	34,3
U.R.S.S. *USSR*	9,8	8,8	12,8	11,7	17,4	13,5
República Democrática Alemã *Democratic Rep. of Germany*	3,5	3,4	4,6	4,9	5,0	4,8
Tcheco-Eslováquia	2,9	2,9	4,0	3,7	4,6	4,4
Demais *Other*	7,6	7,4	9,7	9,9	11,0	11,6
Associação Latino-Americana de Livre Comércio — ALALC *Latin America Free Trade Association — LAFTA*	9,9	9,9	11,8	12,1	12,6	12,6
Brasil	1,8	1,7	2,7	2,9	2,9	3,2
Argentina	1,5	1,2	1,8	1,7	2,0	2,0
México	1,3	1,8	1,4	2,5	1,4	2,4
Demais *Other*	5,3	5,2	5,9	5,0	6,3	5,0
Resto do Mundo *Rest of the World*	42,0	49,4	56,5	66,2	66,1	76,7
TOTAL	222,4	232,6	310,7	324,1	352,7	367,0

1/ Para o COMECON os dados de Importação são FOB.
FOB basis data for COMECON.

Relativamente à estrutura da pauta de mercadorias, a característica continua sendo a constante expansão dos itens de manufaturas, preocupação fundamental, não só dos países industrializados, cuja participação no total das exportações mundiais atinge 70%, mas, também, e, principalmente, dos países em desenvolvimento. A propósito, fato da maior importância, em 1971, foi a adoção pelos países da Comunidade Econômica Européia, Dinamarca, Finlândia, Inglaterra, Noruega, Suécia, Suiça, Nova Zelândia e Japão, de preferências tarifárias para determinadas mercadorias, principalmente manufaturas e semimanufaturas, originárias dos países em desenvolvimento.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL

WORLD TRADE

QUADRO 1.3

Discriminação *Item*	1966	1967	1968	1969	1970	1971
TOTAL	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**
Produtos Primários ***Primary Products***	**38,2**	**37,3**	**35,3**	**33,7**	**33,2**	**32,6**
Alimentos *Food*	16,1	17,3	14,3	14,8	14,8	14,6
Matérias-primas *Raw Materials*	12,8	10,4	11,4	9,8	9,1	8,8
Petróleo *Petroleum*	9,3	9,6	9,6	9,1	9,3	9,2
Manufaturas ***Manufactures***	**61,8**	**62,7**	**64,7**	**66,3**	**66,8**	**67,4**
Produtos Químicos *Chemicals*	6,7	6,9	7,1	7,1	7,1	7,1
Máquinas e Equipamentos *Machinery and Equipments*	25,4	28,1	27,7	29,8	30,6	31,4
Outras Manufaturas *Other Manufactures*	29,7	27,7	29,9	29,4	29,1	28,9

II — ECONOMIA BRASILEIRA

II - ECONOMIA BRASILEIRA

II.1 — SÍNTESE

Ao registrar em 1971 um crescimento real estimado em 11,3%, a economia brasileira completou um quadriênio altamente favorável, com expansão média anual superando a elevada taxa de 9% (9,3% em 1968, 9,0% em 1969 e 9,5% em 1970), resultado até então jamais alcançado.

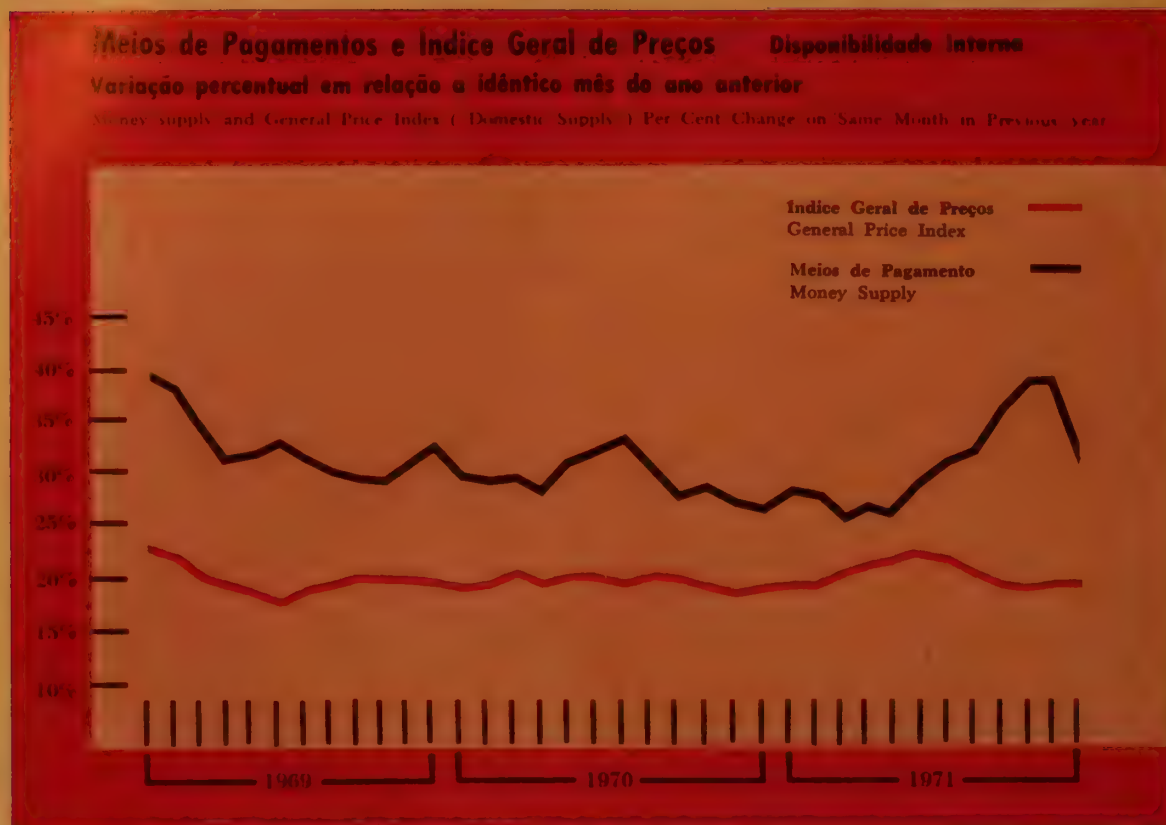
O desempenho da economia no ano pode ser visto como resultado positivo das medidas de incentivo ao desenvolvimento, postas em prática simultânea e consistentemente com o programa de combate ao processo inflacionário. Assim, para um crescimento real do Produto Interno Bruto estimado em 11,3% e uma elevação de 21,4% no Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna), expandiu-se a oferta monetária em 31,0%, com vistas à preservação da liquidez em nível adequado às necessidades reais do sistema econômico.

O setor primário, cujo desempenho, em boa parte, tem sofrido influência de eventos aleatórios, continuou merecendo atenção especial, principalmente no que se refere ao aproveitamento de áreas novas, à capitalização e ao incremento da produtividade em geral, através da difusão de tecnologia mais avançada (mecanização, insumos modernos, novos métodos de cultivo, adequação das culturas às características específicas dos diversos solos, etc.). Os meios financeiros, representados pelos fundos sob responsabilidade de diversos organismos oficiais, permitiram ao Governo canalizar recursos crescentes, de origem interna e externa, para o crédito especializado, assegurando, assim, fluxo adequado de financiamentos para setores prioritários da agropecuária nacional. Com essas medidas de incentivo, procurou o Governo alcançar simultaneamente o aumento da oferta de alimentos e uma participação mais estável do setor na formação do produto interno.

Paralelamente, prosseguiu o Governo na política de amparo aos investimentos de infra-estrutura, nos ramos de energia elétrica, transportes e comunicações, especialmente assegurando um fluxo crescente de arrecadações vinculadas. Outros ramos industriais de infra-estrutura, tais como siderurgia, cimento, petroquímica e as indústrias de transformação em geral, beneficiaram-se da ação do Governo, através dos estímulos fiscais, do apoio à captação de poupanças e à abertura de capital das empresas, da criação de facilidades às fusões, modernização e ampliação das escalas produtivas, melhorando o poder de competição nos mercados interno e externo.

O empresariado nacional vem respondendo de maneira efetiva aos estímulos oficiais, fato que contribui para o êxito da política de desenvolvimento. A ênfase emprestada ao aumento da produtividade induziu as empresas a implementar seus planos de reequipamento com base em melhoria tecnológica, sem que isto se refletisse de forma desfavorável no índice de emprego industrial, que, em 1971, revelou incremento de 4%.

No plano das transações com o exterior, a orientação que vem sendo seguida se insere na política global de desenvolvimento susten-

tado. Assim, em 1971, o balanço de pagamentos do País voltou a apresentar saldo positivo US$ 555 milhões, ligeiramente superior ao do ano precedente. Referido saldo efetivou-se em função da entrada líquida de capitais — no montante de US$ 1 832 milhões, com crescimento de 80% em relação ao de 1970 — eis que, ao deficit de "serviços", somou-se o da balança comercial. A maciça entrada de capitais, em ritmo crescente, reflete o grau de confiança que a economia brasileira vem desfrutando nos meios financeiros internacionais, seja no campo oficial, de governos e organismos diversos, seja na área dos investimentos privados.

O intercâmbio comercial atingiu a cifra recorde de US$ 6,1 bilhões, com expansão de 17,1% sobre 1970. As exportações — no valor de US$ 2,90 bilhões, ou seja, mais 6,0% que as do ano anterior — continuaram a expandir-se, principalmente as de manufaturados, tendo o total, exceto café, crescido de 18,4%, refletindo resultados do regime de taxa cambial flexível e os efeitos da ampliação e aperfeiçoamento da política de incentivos fiscais e financeiros. A orientação cambial, o conjunto de incentivos à exportação, o estímulo governamental ao desenvolvimento de uma mentalidade empresarial consciente das vantagens do comércio exterior, vêm suscitando a formação e desenvolvimento de setores, cuja produção também já se orienta considerando as vendas externas, diferentemente do que ocorria no passado, em que o mercado externo só se buscava quando havia sobras do consumo doméstico.

Essa evolução gerou a necessidade, plenamente percebida pelo Governo, de criar, melhorar e conjugar as infra-estruturas de produção, transporte, comercialização e de atendimento creditício, com vistas a permitir a continuidade do crescente fluxo das exportações de produtos primários e industrializados.

Vale observar, ainda, que o crescimento das exportações apresentou, além de outros, dois aspectos muito importantes, quais sejam a diversificação da pauta e a conquista de novos mercados.

Com referência às importações, cujo valor, no ano, foi de US$ 3,25 bilhões (incremento de 30,0%), seu extraordinário crescimento decorreu da rápida expansão da economia brasileira que demandou crescente volume de máquinas e equipamentos importados. A composição das compras externas, em 1971 — com apenas 8,5% de gêneros alimentícios e bebidas, entre os quais se inclui o trigo com total sensivelmente reduzido, no confronto com a média do período 1965/69 — apresentou os percentuais de 37,7%, 15,3% e 15,1%, respectivamente para máquinas e equipamentos, matérias-primas e produtos químicos e farmacêuticos.

A posição de reservas internacionais do Brasil continuou melhorando substancialmente em 1971, atingindo US$ 1 723 milhões, comparativamente à de US$ 1 187 milhões de 1970. As políticas fiscal, monetária e cambial continuaram a ser conduzidas de forma coordenada. Em 1971, a administração da dívida pública revelou-se importante instrumento auxiliar para a execução combinada das políticas fiscal e monetária.

A execução da política monetária teve como instrumento decisivo para regular a liquidez do sistema as operações de mercado aberto. Na verdade, a colocação de títulos federais em 1971 excedeu amplamente as necessidades de financiamento do deficit do Tesouro Nacional, dando melhores condições ao Banco Central de controle sobre as disponibilidades monetárias do Sistema. Através das operações de assistência financeira, o Banco Central proporcionou ao sistema bancário condições mais flexíveis de acesso a recursos de curto prazo, destinados ao nivelamento dos seus encaixes.

No âmbito da política de crédito seletivo, continuou a merecer atenção especial o redesconto de papéis ligados à exportação de produtos manufaturados e à comercialização e custeio de safras agrícolas. Os depósitos compulsórios dos bancos comerciais, além de instrumento de controle quantitativo, foram utilizados como elemento auxiliar da política de crédito seletivo e do aperfeiçoamento da estrutura do sistema bancário.

A execução orçamentária da União manteve-se em melhoria, tendo o deficit de caixa no montante de Cr$ 672,3 milhões, representado 2,4% das despesas do Tesouro e 0,3% do Produto Interno Bruto. A redução do deficit se deveu a maior crescimento de receita (40,6%), comparativamente ao da despesa (38%). Os valores absolutos da receita e da despesa foram de, respectivamente, Cr$ 28 980 e Cr$ 27 653 milhões. O financiamento integral do deficit da União se processou, mais uma vez, de forma não inflacionária, mediante colocação de títulos do Governo (ORTN e LTN) junto ao setor privado. Em conseqüência, o endividamento interno alcançou, no final de 1971, o total de Cr$ 15 445 milhões, representando aproximadamente 6,7% do Produto Interno Bruto (5,6% em 1970), nível ainda baixo se comparado com o de outros países.

O mercado de capitais continuou merecendo do Governo tratamento especial, no sentido de seu permanente aperfeiçoamento.

O crescimento do número e respectivos valores de operações nas bolsas de valores durante o ano, sem retração prejudicial dos demais segmentos do mercado, revelou a existência de significativo potencial de poupança à espera de mobilização. Objetivando corrigir algumas distorções e evitar o aparecimento de outras capazes de comprometer a finalidade maior da consolidação definitiva do mercado, adotaram-se diversas providências que levaram, inclusive, à melhoria da estrutura funcional e do aparelhamento das bolsas de valores. Por outro lado, ativou-se a tramitação dos processos de abertura de capital das empresas, criando-se, ao mesmo tempo, facilidades para as operações de "underwriting", sempre que as condições técnicas e financeiras das emissoras o permitissem. Desse modo verifica-se que, das 493 empresas detentoras atualmente de certificado de capital aberto 120 alcançaram essa situação no transcurso de 1971, sendo que o número de entidades registradas junto ao Banco Central para oferta pública de capital cresceu de 206% e o valor dessas emissões aumentou de 576% (Cr$ 2 306 milhões, contra apenas Cr$ 322 milhões em 1970).

Os fundos fiscais, criados pelo Decreto-lei n.º 157, apresentaram notável desempenho, tanto na captação como na aplicação de recursos. Esses fundos constituíram poderoso suporte à expansão das pequenas e médias empresas e ao desenvolvimento do próprio

mercado secundário. Simultaneamente, os fundos mútuos de investimento atuaram junto ao mercado de ações como investidores institucionais de elevado potencial financeiro, carreando vultosas somas de recursos para as bolsas de valores.

Ainda com objetivo de fortalecer e dar maior eficiência ao mercado de capitais, continuou o Governo a incentivar os bancos de investimentos e as sociedades de crédito, financiamento e investimento a ampliar suas escalas, através de fusões, e aumentar seu grau de especialização.

No âmbito do mercado bancário, além de estimular as fusões, a orientação oficial procurou induzir melhor estruturação da rede de bancos mediante remanejamento de agências. Como medida de caráter mais amplo, o primeiro passo foi dado no sentido da maior integração do sistema financeiro com outros ramos da atividade econômica, ao se liberar parcela dos recolhimentos compulsórios para subscrição de debêntures conversíveis em ações ou ações novas de pequenas e médias empresas não financeiras.

II.2 – INDICADORES DO NÍVEL DE PRODUÇÃO E EMPREGO

O setor industrial reproduziu, em termos globais, o excelente desempenho do ano anterior, ao apresentar, em 1971, crescimento estimado em 11,2%. É relevante assinalar o papel de liderança assumido pela indústria de transformação desde a recuperação de 1968, quando seu crescimento foi de 15,9%.

Em 1971, apenas o primeiro trimestre foi afetado pela retração do ritmo da produção industrial, motivada pelo decréscimo sazonal da procura no início do ano. A partir do 2.° trimestre, os acréscimos ao volume da produção foram se acelerando, com maior intensidade depois de julho, como resposta às perspectivas altamente favoráveis do lado da demanda, comportamento esse que se estendeu praticamente a todas as regiões do País, abrangendo a grande maioria dos ramos industriais. O otimismo das empresas, quanto à manutenção dessa tendência, pode ser aferido pelo fato de que, mesmo as indústrias com alguma capacidade ociosa, mantiveram seus planos de aumento de produção para o quarto trimestre.

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO [1/]
TAXAS DE CRESCIMENTO REAL
MANUFACTURING
REAL GROWTH RATES

QUADRO II.1

Discriminação *Item*	1971/70 %
Minerais não Metálicos *Nonmetallic Minerals*	3,9
Metalurgia *Metallurgy* Mecânica *Machinery and Tools* Material Elétrico e de Comunicações *Electric and Communication Equipment*	14,9
Material de Transporte *Transport Equipment*	17,6
Papel e Papelão *Paper and Cardboard*	6,7
Borracha *Rubber*	15,1
Química e Perfumaria *Chemicals*	13,4
Textil *Textiles* Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido *Clothes, shoes and other*	14,0
Produtos Alimentares *Food* Bebidas *Beverages* Fumo *Tobacco*	2,3
TOTAL	11,3

1/ Indicadores preliminares do período janeiro/outubro de 1971.
Preliminar Indicators based on data from January to October of 1971.

A exemplo do que ocorrera no ano anterior, o crescimento da indústria manufatureira deu-se tanto na produção de máquinas e equipamentos, como na de bens intermediários e de consumo. Apenas os ramos de minerais não metálicos, produtos alimentares, bebidas e fumo e, em menor grau, papel e papelão revelaram crescimento reduzido em relação aos demais. Quanto aos minerais não metálicos, deve-se considerar que sua produção se expandiu de 25,4% em 1970.

Indicadores parciais confirmam o excelente desempenho das atividades industriais, tendo-se verificado expansão de 24,6% na produção de veículos em geral, de 11,0% na de lingotes de aço, de 9,1% na de cimento e de 4,5% no total do petróleo processado nas refinarias nacionais.

INDICADORES DA ATIVIDADE INDUSTRIAL

VARIAÇÕES PERCENTUAIS SOBRE O MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR

INDUSTRIAL ACTIVITY INDICATORS

PER CENT CHANGES OVER THE SAME PERIOD OF PREVIOUS YEAR

QUADRO II.2

Discriminação *Item*	1970					1971				
	I	II	III	IV	Ano *Year*	I	II	III	IV	Ano *Year*
Cimento [1/] .... *Cement*	13,5	19,9	14,7	12,6	15,1	14,1	3,6	10,2	8,8	9,1
Borracha [1/] [4/] .... *Rubber*	27,5	14,6	6,4	19,5	16,4	– 4,7	– 0,7	7,6	7,2	2,6
Minério de Ferro [1/] .... *Iron Ore*	41,1	40,5	37,1	47,3	41,6	43,9	22,7	– 21,1	– 40,0	– 2,0
Lingotes de Aço [1/] .... *Steel Ingots*	3,5	8,9	10,7	10,8	9,0	12,6	8,3	11,6	11,4	11,0
Petróleo [1/] *Petroleum*										
Produção Nacional .... *Domestic Production*	– 8,8	– 7,6	– 2,6	0,2	– 4,8	2,5	8,5	4,7	1,7	4,4
Processamento nas Refinarias Nacionais .... *Processed by Domestic Refineries*	5,7	15,9	1,8	8,0	7,6	3,2	4,3	9,1	1,7	4,5
Veículos [2/] .... *Vehicles*	12,3	8,2	9,1	40,2	16,6	22,7	28,5	26,6	20,7	24,6
Automóveis [2/] .... *Cars*	39,0	18,0	15,2	46,4	28,6	27,1	38,2	36,2	26,3	31,9
Caminhões, camionetas e Utilitários [2/] .... *Trucks & other commercial vehicles*	– 16,6	– 5,5	0,7	29,8	0,5	14,9	12,1	12,2	10,6	12,4
Energia Elétrica [3/] .... Electric Power	3,9	5,8	10,5	13,4	8,6	22,0	21,9	16,1	13,5	18,1
(Sistema Light + CEMIG) *(Light & CEMIG System)*										

1/ Produção.
Production.

2/ Índices de valor a preços constantes da produção, critério Fisher, ponderação e bases móveis.
Production constant prices value indexes; Fisher's criterion, weighing and changeable bases.

3/ Consumo Industrial.
Industrial Consumption.

4/ Inclui borracha sintética, natural e regenerada.
Includes synthetic, natural recovered rubber.

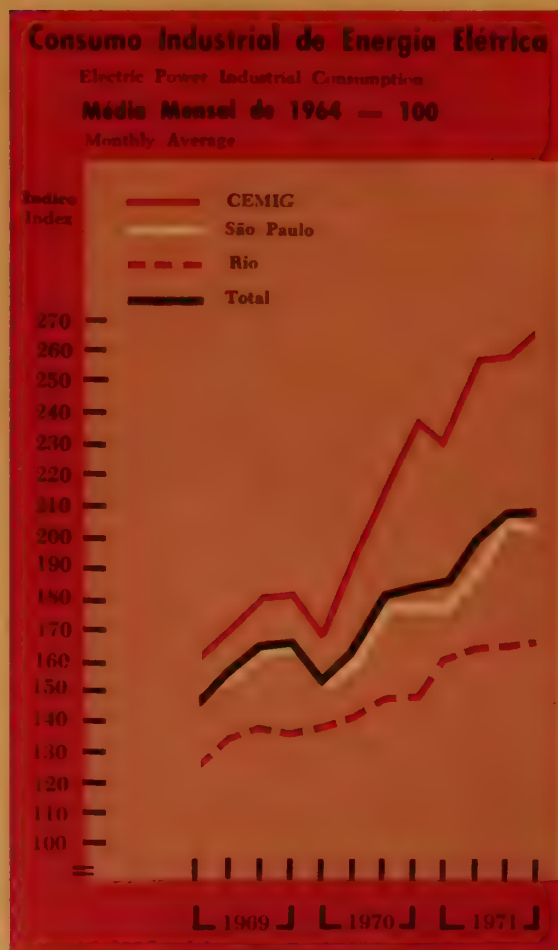
O consumo industrial de energia elétrica cresceu de 18,1%, comparativamente a 8,6% em 1970, na região servida pelos sistemas LIGHT e CEMIG, que compreende o principal complexo industrial do País. A capacidade instalada global da produção de energia elétrica expandiu-se de 12,4%, suficiente para atender ao crescimento da demanda nos seus diversos componentes.

A indústria automobilística continuou apresentando produção crescente, com um total de 516 038 veículos, ou seja, mais 24% no confronto com 1970. Os preços dos veículos nacionais apresentaram variação de 14,4%, mostrando, assim, significativa redução em termos reais. Esse comportamento indica que a indústria automobilística nacional vem, paulatinamente, atingindo escala mais eficiente de produção, o que lhe permite oferecer produtos em melhores condições de preço.

GRÁFICO II.2

Em razão dos estímulos proporcionados pelo Governo à mecanização da agricultura, a indústria colocou à disposição do setor primário 24.680 tratores de todos os tipos e cultivadores motorizados, número superior em quase 50% ao de 1970.

As atividades agropecuárias apresentaram contribuição bastante significativa para a formação do PIB, estimando-se o crescimento global do setor em 11,4%, correspondente a 14,8% para as lavouras em geral e 4,3% para a produção animal e derivados. Vale ressaltar que para esse resultado muito contribuiu a recuperação da produção cafeeira. Contudo, mesmo excluindo-se o café, os resultados auferidos pelo setor agrícola foram bastante satisfatórios. O conjunto das colheitas de soja (+ 47,0%), algodão (+ 17,0%), trigo (+ 11,5%), cacau (+ 7,2%) e feijão (+ 6,9%), aumentou substancialmente. A produção de arroz, foi prejudicada pela irregularidade do regime de chuvas, apresentando declínio da ordem de 19,7%, em relação à do ano anterior.

Aos instrumentos já existentes, de amparo ao setor primário (política de preços mínimos, fundos diversos, financiamentos para custeio de safras e investimentos rurais, incentivos fiscais, etc.), adicionaram-se outros destinados a acelerar a melhoria da infra-estrutura sócio-econômica do meio rural. A instituição do Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste (PROTERRA), o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), o do de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), etc., evidenciam o permanente empenho do Governo na solução dos problemas que afetam o desenvolvimento da agropecuária nacional.

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS

SELECTED AGRICULTURAL PRODUCTS

QUADRO II.3

Discriminação *Item*	Volume 1 000 t			Variações Percentuais *Per cent Changes*	
	1969	1970	1971*	1970/69	1971/70*
PERMANENTES *Permanent*					
Cacau *Cocoa*	211	197	211	– 6,7	7,2
Café-em-côco *Coffee-Beans*	2 567	1 510	3 330	– 41,3	120,7
Sisal ou agave *Sisal*	311	263	...	– 15,3	...
Laranja (1 000 000 frutos) *Orange (in million of units)*	14 484	15 497	16 694	6,9	7,8
Banana (1 000 000 cachos) *Banana (in million of bunches)*	463	493	524	6,5	6,3
Côco-da-Bahia (1 000 000 frutos) *Coconuts (in million of units)*	656	657	705	0,0	7,5
Pimenta-do-reino *Black Pepper*	14	14	...	2,3	...
TEMPORÁRIAS *Temporary*					
Arroz *Rice*	6 394	7 553	6 065	18,1	– 19,7
Milho *Maize*	12 693	14 216	14 358	12,0	1,0
Trigo *Wheat*	1 374	1 844	2 056	34,2	11,6
Feijão *Beans*	2 200	2 211	2 364	0,5	6,9
Soja *Soybeans*	1 057	1 509	2 218	42,9	47,0
Batata inglêsa *Potatoes*	1 507	1 583	1 650	4,8	4,4
Mandioca *Manioc*	30 074	29 464	30 258	– 2,0	2,7
Algodão *Cotton*	2 111	1 955	2 287	– 7,4	17,0
Amendoim *Peanuts*	754	928	962	23,2	3,5
Cana-de-açúcar *Sugar-cane*	75 247	79 753	79 754	6,0	0,0
Juta *Jute*	49	38	...	– 21,1	...

O crescimento de 4% registrado no emprego industrial — superior à taxa de expansão demográfica — revela comportamento favorável no que respeita à absorção da força de trabalho disponível no País.

Os salários médios da indústria de transformação revelaram um aumento da ordem de 25,4% contra 19,5% do custo de vida nacional, evidenciando a participação dos trabalhadores nos ganhos de produtividade.

GRÁFICO II.3

II.3 — INDICADORES DO AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DE FATORES DE PRODUÇÃO

A importação de máquinas e equipamentos, a produção interna de bens de capital, as emissões de ações e o volume de projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial permitem avaliar a expansão da capacidade produtiva do País. Pela verificação desses elementos, pode-se constatar que, em 1971, os setores de produção continuaram a expandir em ritmo acelerado seus investimentos fixos.

As importações de máquinas e equipamentos atingiram o valor recorde de US$ 1 225 milhões, expressando crescimentos de 30,6% e 157% em relação a 1970 e à média de 1965/69, respectivamente. Esses bens destinaram-se, não somente ao processo de ampliação ou de reposição do parque industrial, mas, também, a setores de infra-estrutura, ligados especialmente a energia elétrica, telecomunicações e transportes.

EMISSÕES DE AÇÕES
VALOR A PREÇOS CONSTANTES DE 1957 1/

STOCKS ISSUES
CONSTANT PRICE AS OF 1957 1/

QUADRO II.4 — Cr$ milhões

Discriminação *Item*	1970 I	II	III	IV	Ano *Year*	1971 I	II	III	IV	Ano *Year*	Variação *Change* % 1971/ /70
Novas Sociedades *New Companies*	6,9	4,3	4,5	2,5	18,2	25,3	3,3	5,3	5,5	39,4	116,5
Aumento de capital mediante subscrições *Capital Increase by Subscription*	16,6	20,5	20,5	25,1	82,7	35,2	22,8	67,6	45,0	170,6	106,3
Outras Operações *Other Operations*	6,4	1,6	1,7	2,9	12,6	5,3	1,7	5,1	3,9	16,0	27,0
SUBTOTAL	29,9	26,4	26,7	30,5	113,5	65,8	27,8	78,0	54,4	226,0	99,1
Incorporações de Reservas *Incorporation of Reserves*	15,8	21,5	41,7	21,2	100,2	9,4	15,8	27,4	13,2	65,8	–34,3
Incorporações de Conta Corrente *Incorporation of Current Accounts*	7,0	2,0	1,3	3,5	13,8	2,1	2,2	4,7	3,3	12,3	–10,9
Reavaliações de Ativo *Revaluation of Assets*	17,7	17,4	29,9	31,0	96,0	7,0	23,5	46,8	11,7	89,0	– 7,3
TOTAL	**70,4**	**67,4**	**99,6**	**86,2**	**323,5**	**84,3**	**69,3**	**156,9**	**82,6**	**393,1**	**21,5**

1/ Deflacionado pelo Índice de Preços por Atacado — disponibilidade Interna.
Deflated by Wholesale Price Index — Domestic Supply.

As emissões de ações ultrapassaram a casa dos Cr$ 32 bilhões, com acréscimo nominal de 46,5% sobre o total alcançado em 1970. É relevante registrar a mudança substancial ocorrida nas origens dos aumentos de capital, que, ao contrário dos anos precedentes, provieram, em sua maior parte, da captação de recursos junto ao público. Com efeito, em 1970, as subscrições em dinheiro, incorporações de reservas e reavaliação do ativo atingiram as cifras de Cr$ 5,6 bilhões, Cr$ 6,8 bilhões e Cr$ 6,6 bilhões, respectivamente, enquanto em 1971, estes mesmos itens totalizaram Cr$ 14,0 bilhões, Cr$ 5,4 bilhões e Cr$ 7,3 bilhões. Nota-se, assim, que as subscrições em dinheiro expandiram-se em mais de 150%, como resultado concreto do incentivo proporcionado ao mercado de capitais.

PROJETOS COM ESTÍMULOS FISCAIS E FINANCEIROS CONCEDIDOS PELO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL — INVESTIMENTOS FIXOS —

PROJECTS WITH FISCAL AND FINANCIAL INCENTIVES GRANTED BY THE CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL — FIXED INVESTMENTS —

QUADRO II.5 — Cr$ milhões

Setores Industriais *Industrial Sectors*	1969	%	1970	%	1971	%
Indústrias de Bens de Capital *Capital Goods Industries*	156,3	3,7	158,7	2,6	120,4	2,9
Indústrias de Matérias-Primas *Raw Material Industries*	2 342,7	55,0	2 071,4	34,4	1 694,5	39,6
Indústrias de Bens Intermediários *Intermediate Goods Industries*	739,3	17,3	1 423,0	23,7	1 225,2	28,7
Indústrias Automotivas e de seus Componentes *Automotive Industries (Including Components)*	484,8	11,4	1 656,1	27,5	508,2	11,9
Indústrias de Bens de Consumo *Consumer Goods Industries*	536,1	12,6	709,9	11,8	725,0	16,9
TOTAL	4 259,2	100,0	6 019,1	100,0	4 273,3	100,0

Foram aprovados, através da sistemática do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), projetos de instalação de novas unidades e ampliação das existentes, envolvendo investimentos fixos no montante de Cr$ 4 273,3 milhões. Deste total, 39,6% se referem a indústrias de matérias-primas, 28,7% a de bens intermediários, 16,9% a de bens de consumo, 11,9% a automotiva e seus componentes e 2,9% a de bens de capital. O total dos incentivos fiscais concedidos pelo CDI atingiu aproximadamente Cr$ 1 600 milhões, compreendendo Imposto de Importação, ICM e IPI, que, em média, representaram 60% sobre o valor dos equipamentos importados.

II.4 – INDICADORES DE NATUREZA FINANCEIRA

O sistema financeiro continuou a desempenhar importante papel na aceleração do crescimento econômico, através da captação de recursos e aplicação nos diversos setores da economia, em operações de empréstimos a curto e médio prazos, e no financiamento de investimentos fixos.

Para a captação de recursos junto ao público, o sistema financeiro passou a contar, nos últimos anos, com vários instrumentos que se diferenciam em termos de liquidez, rentabilidade e risco. Refletindo essa ampliação das alternativas para aplicação de seus recursos, tem-se verificado diminuição da participação do papel-moeda e dos depósitos à vista no total dos ativos financeiros em poder do público.

Além da captação de recursos internos, o sistema financeiro contou ainda com fundos de origem externa para atender à crescente demanda de crédito decorrente do dinamismo das atividades econômicas. O afluxo líquido de capitais do exterior atingiu a cifra de US$ 1 832 milhões, comparativamente a US$ 1 015 milhões em 1970.

Do lado das aplicações, o desenvolvimento das instituições financeiras não-bancárias tem levado o sistema bancário a perder participação relativa no total dos empréstimos concedidos ao setor privado. Esse comportamento é explicado pelo fato de que as novas instituições vieram satisfazer à demanda por empréstimos a médio e longo prazos das empresas – faixas essas não adequadamente atendidas pelos bancos comerciais – bem como ao financiamento de habitação e bens de consumo duráveis. Como exemplo, podem ser citadas as entidades componentes do sistema financeiro habitacional, que em dez/71, já participavam com 15,9% do total dos empréstimos ao setor privado.

O mesmo comportamento é observado para as demais instituições financeiras não-bancárias, como é o caso dos bancos de investimento que aumentaram sua participação, no total dos empréstimos ao setor privado, de 8,5%, em 1970, para 9,3%, em dez/71. Esses bancos, conforme orientação das Autoridades Monetárias, têm dirigido seus recursos principalmente para o financiamento de capital de giro das empresas, deixando para as sociedades de crédito, financiamento e investimento as operações de crédito ao consumidor.

Com a finalidade de complementar as fontes de financiamento a médio e longo prazos e de fortalecer a estrutura das empresas, criou o Governo o Fundo de Desenvolvimento do Mercado de Capitais (FUMCAP) e a Comissão de Fusões e Incorporações (COFIE). O FUMCAP atuará como mecanismo regulador e estimulador do mercado primário, através de financiamentos, via oferta de títulos típicos de longo prazo (debêntures), visando atender as necessidades de implantação, ampliação e reaparelhamento das empresas nacionais, bem como a reestruturação financeira das mesmas. A COFIE, através de estímulos à incorporação e abertura de capital, objetiva fortalecimento da empresa nacional, via redução de custos operacionais e aumento da produtividade.

II.5 – O COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

Os resultados obtidos na área fiscal evidenciaram mais uma vez a tendência contínua e decrescente da influência do financiamento do deficit de caixa do Tesouro Nacional como fator de pressão inflacionária. A expansão da oferta monetária, por outro lado, foi compatível com a preservação da liquidez real do sistema econômico, evitando-se, dessa forma, a criação de focos inflacionários provenientes de um crescimento excessivo da demanda agregada. A taxa cambial foi desvalorizada em 13,8%, em função das variações nos preços internos e externos, em concordância com a política de incremento das exportações adotada pelo Governo.

CUSTO DA VIDA E DA CONSTRUÇÃO
VARIAÇÕES PERCENTUAIS NOS PERÍODOS INDICADOS

COST OF LIVING AND COST OF CONSTRUCTIONS INDEXES
PER CENT CHANGES

QUADRO II.6

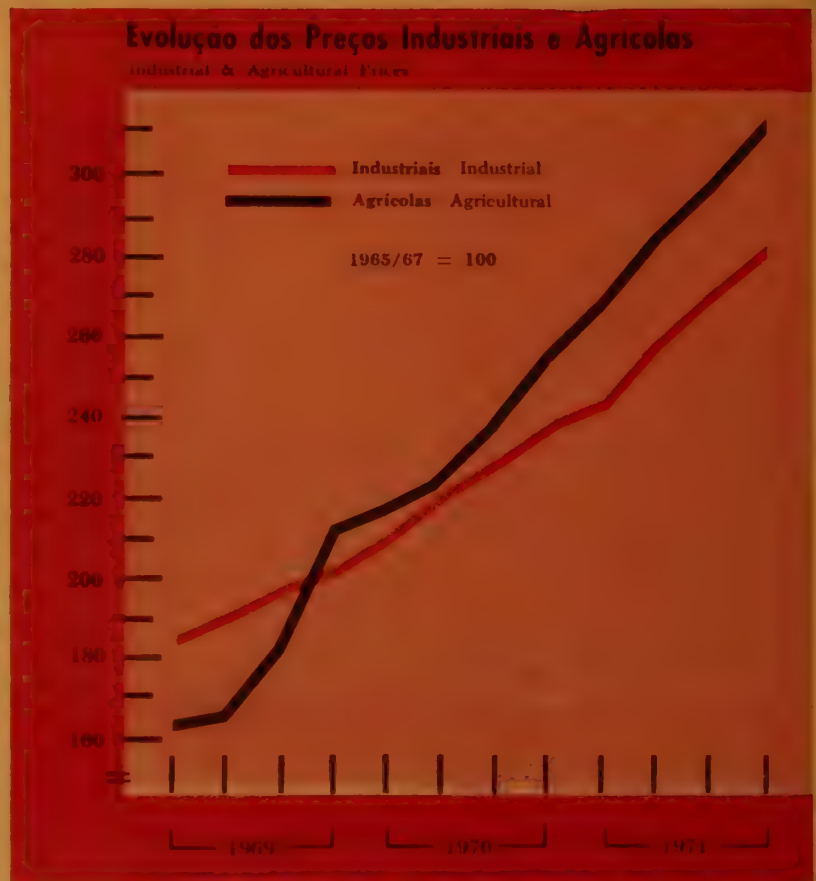
Discriminação	1970 1.° semestre	1970 2.° semestre	1970 Ano *Year*	1971 1.° semestre	1971 2.° semestre	1971 Ano *Year*	*Item*
A. ÍNDICES DO CUSTO DA VIDA							***A. COST OF LIVING INDEXES***
1. Rio de Janeiro (GB)							*1. Rio de Janeiro (GB)*
1.1 Total	8,9	11,0	20,9	9,3	8,1	18,1	*1.1 Total*
1.2 Alimentação ...	7,8	12,1	20,9	11,0	7,9	19,8	*1.2 Food*
2. São Paulo (SP)							*2. São Paulo (SP)*
2.1 Total	8,1	8,6	17,5	12,6	7,1	20,6	*2.1 Total*
2.2 Alimentação ...	1,0	10,7	11,9	16,1	6,5	23,6	*2.2. Food*
3. Porto Alegre (RS)							*3. Porto Alegre (RS)*
3.1 Total	13,1	8,8	23,0	11,6	7,5	20,0	*3.1 Total*
3.2 Alimentação ...	16,5	9,4	27,4	14,5	10,0	25,9	*3.2 Food*
4. Belo Horizonte (MG)							*4. Belo Horizonte (MG)*
4.1 Total	13,4	7,5	21,9	12,9	9,6	23,7	*4.1 Total*
4.2 Alimentação ...	10,5	11,3	23,0	22,2	12,8	37,8	*4.2 Food*
5. Curitiba (PR)							*5. Curitiba (PR)*
5.1 Total	13,4**	7,9**	22,3**	10,3	10,5	21,9	*5.1 Total*
5.2 Alimentação ...	9,2	10,6	20,8	16,2	11,1	29,1	*5.2 Food*
B. CUSTO DA CONSTRUÇÃO							***B. COST OF CONSTRUCTION***
1. Rio de Janeiro (GB)	12,6	5,4	18,7	9,2	3,0	12,6	*1. Rio de Janeiro (GB)*
2. São Paulo (SP) ...	15,8	3,5	19,9	17,4	–0,5	16,9	*2. São Paulo (SP)*

O custo da construção e o custo de vida tiveram um comportamento mais f a v o r á v e l, acusando queda nos seus ritmos de e x p a n s ã o (12,6% e 18,1%, em 1971, comparados com 18,7 e 20,9%, em 1970, respectivamente), ao passo que os preços por atacado (Disponibilidade Interna e Oferta Global, com a u m e n t o s de 21,4% e 20,0%, respectivamente), apresentaram maiores taxas.

No conceito de Disponibilidade Interna dos preços por atacado, a elevação ocorrida nos produtos alimentares predominou sobre a das matérias-primas, ao contrário do observado em 1970. Identicamente, no conceito de Oferta Global, o índice referente ao grupo dos produtos agrícolas acelerou-se em comparação a 1970 (24,7% contra 20,4%), enquanto que o relativo aos produtos industriais apresentou menor incremento (17,1% contra 18,9%).

GRÁFICO II.4

Os bens de consumo responderam preponderantemente p e l o aumento verificado nos preços por atacado, cabendo a alguns produtos agrícolas, como o arroz, o café, a batata e o milho, influência mais significativa. O aumento de 86% no preço por atacado do arroz, devido à redução da safra de produto. foi responsável por 19,1% e 20,3% do total da expansão dos índices de Disponibilidade Interna e Oferta Global, respectivamente. A alta de 163% no preço do café, resultante da eliminação do subsídio ao produto consumido internamente, influenciou em 5,8% o primeiro daqueles índices, provocando, porém, impacto irrelevante no último. A batata e o milho, com preços majorados de 69,5% e 29,1%, contribuíram, em conjunto, com elevações da ordem de 7,2% e 8,0%, nos dois conceitos.

Para o crescimento dos preços ao nível do consumidor, destacaram-se, no decorrer de 1971, três componentes com evolução paralela: "Assistência à Saúde e Higiene", "Serviços Pessoais" e "Alimentação". Em particular, os gastos com a "Alimentação" exerceram influência relevante na evolução do índice de Custo de Vida, tendo os impactos mais significativos sido exercidos por apenas dois produtos (arroz e café) que explicam cerca de 33% da alta do custo dos alimentos, e 13% da elevação geral do custo de vida.

Pode-se afirmar que o comportamento dos preços ter-se-ia apresentado bem mais favorável, não fora a influência de fatores climáticos aleatórios — que resultaram na contração da oferta de alguns gêneros de primeira necessidade, de grande ponderação, tanto nos índices de atacado, como de varejo e, bem assim, da supressão dos subsídios ao consumo interno do café.

INDICADORES DE PREÇOS
VARIAÇÕES PERCENTUAIS NOS PERÍODOS INDICADOS
PRICE INDICATORS
PER CENT CHANGES DURING PERIOD

QUADRO II.7

Discriminação *Item*	1970 I	1970 II	1970 III	1970 IV	1970 Ano *Year*	1971 I	1971 II	1971 III	1971 IV	1971 Ano *Year*
A. ÍNDICE GERAL DE PREÇOS *General Price Index*										
1. Disponibilidade Interna *Domestic Supply*	4,7	4,2	6,1	3,1	19,3	5,5	5,7	3,9	3,1	19,5
2. Oferta Global .... *Total Supply*	5,1	4,2	6,2	3,1	19,8	5,2	5,5	3,7	3,1	18,7
B. ÍNDICES DE PREÇOS POR ATACADO *Wholesale Price Index*										
1. Disponibilidade Interna *Domestic Supply*	4,7	3,6	6,0	3,0	18,5	6,1	6,7	3,7	3,5	21,4
2. Oferta Global .... *Total Supply*										
2.1 Geral .... *General*	5,5	3,6	6,1	3,0	19,4	5,6	6,3	3,4	3,5	20,0
2.2 Produtos Agrícolas *Agricultural Produces*	5,6	1,5	7,9	4,1	20,4	9,1	6,4	2,2	5,2	24,7
2.3 Produtos Industriais *Industrial Produces*	5,4	5,1	4,9	2,4	18,9	3,4	6,3	4,1	2,4	17,1

ÍNDICES DE PREÇOS NA AGRICULTURA PAULISTA 1/
STATE OF SÃO PAULO AGRICULTURE PRICE INDEXES 1/

QUADRO II.8 — 1961/62 = 100

Discriminação *Item*	1970 I	1970 II	1970 III	1970 IV	1970 Ano *Year*	1971 I	1971 II	1971 III	1971 IV	1971 Ano *Year*
ÍNDICES DE PREÇOS *Prices Indexes*										
A. Recebidos pelos agricultores .... *Received by farmers*	1 702	1 718	1 867	1 968	1 814	2 050	2 160	2 255	2 388	2 213
B. Pagos pelos agricultores *Paid by farmers*	1 635	1 662	1 800	1 929	1 757	2 056	2 197	2 315	2 422	2 247
C. Pagos por insumos fora do setor agrícola ...... *Paid for inputs from other sectors*	1 788	1 841	1 928	1 988	1 886	2 075	2 172	2 292	2 347	2 221
ÍNDICES DE PARIDADE *Parity Radio Indexes*										
$\frac{A}{B}$ x 100	104	103	104	102	103	99,7	98,3	97,4	98,6	98,5
$\frac{A}{C}$ x 100	95	93	97	99	96	98,8	99,4	98,4	101,7	99,6

1/ Média mensal no período.
Monthly average by period.

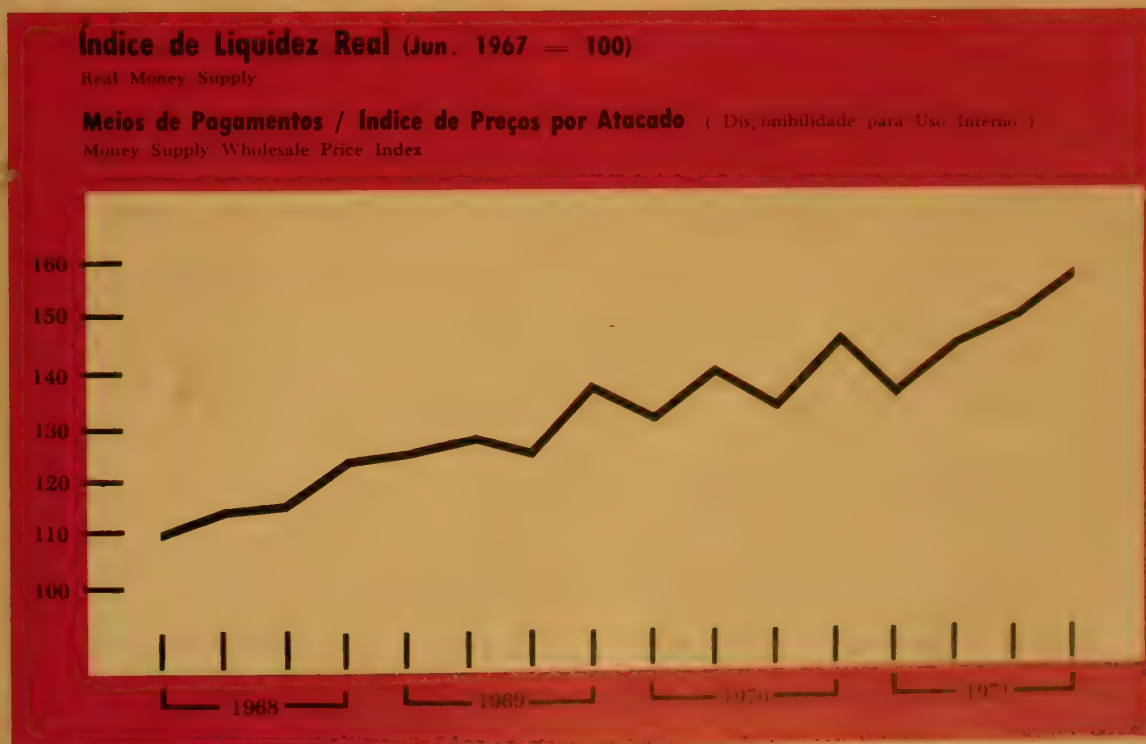
III — SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

III — SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Ao final de 1971, os empréstimos e financiamentos ao setor privado, supridos através do Sistema Financeiro Nacional, alcançaram o montante de Cr$ 97 456 milhões, apresentando taxa de crescimento de 54,6% relativamente ao saldo de Cr$ 63 024 milhões verificado em dezembro de 1970.

As operações de empréstimo do Sistema Bancário ao setor privado apresentaram crescimento de 45,2%, situando-se bem acima das variações ocorridas nos índices de preços. Diminuiu, entretanto, sua participação no confronto com o total verificado para o Sistema Financeiro. Com efeito, em dezembro de 1970 seus empréstimos representaram 57,5% do total concedido pelo Sistema Financeiro ao setor privado, participação que caiu para 54,0% no final de 1971.

Os empréstimos do Banco do Brasil tiveram reduzida sua participação relativa de 19,3% em 1970 para 18,4% em 1971, passando a dos bancos comerciais de 38,2% para 35,6%, respectivamente, no total dos empréstimos do

GRÁFICO III.1

Sistema Financeiro ao setor privado. Não obstante essa queda de participação as operações de empréstimos dos bancos comerciais cresceram 44,0% no ano de 1971, com a indústria e o comércio absorvendo a maior parcela. Tal resultado foi possível, principalmente, com o acréscimo de 36,1% no total dos depósitos nesses bancos, particularmente os de prazo fixo, que, a exemplo de 1970, apresentaram elevado crescimento (+ 129,1%). Outros recursos importantes com que contaram os bancos comerciais foram os de endividamento por redescontos e empréstimos junto as instituições financeiras oficiais e os de origem externa.

SISTEMA FINANCEIRO
EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO 1/

FINANCIAL SYSTEM
LOANS TO PRIVATE SECTOR 1/

QUADRO III.1

Saldos em fim de ano
Balance at end of year
Cr$ milhões

Discriminação	1970	%	1971	%	*Item*
Soc. de Cred. Fin. e Inv.	6 379	10,1	12 551	12,9	*Finance Companies*
Bancos Comerciais 2/	22 128	35,1	32 495	33,3	*Commercial Banks 2/*
Banco do Nordeste do Brasil	1 418	2,2	1 603	1,6	*Banco do Nordeste do Brasil*
Banco da Amazônia	578	0,9	671	0,7	*Banco da Amazônia*
Banco do Brasil	12 178	19,3	17 926	18,4	*Banco do Brasil*
Banco Nacional de Crédito Cooperativo	135	0,2	190	0,2	*Banco Nacional de Crédito Cooperativo*
Bancos Estaduais de Desenvolvimento	441	0,7	743	0,8	*State Development Banks*
Bancos de Investimentos	5 335	8,5	9 016	9,3	*Investment Banks*
Banco Nacional Desenv. Econômico	2 808	4,5	4 062	4,2	*Banco Nacional Desenv. Econômico*
Sistema Financeiro Habitacional	9 723	15,4	15 502	15,9	*Housing Financial System*
Banco Nacional da Habitação 3/	4 468	7,1	7 099	7,3	*BNH 3/*
Sociedades de Crédito Imobiliário	2 009	3,2	3 200	3,3	*Housing Credit Companies*
Caixa Econômica Federal	2 157	3,4	3 618	3,7	*Caixa Econômica Federal*
Caixas Econômicas Estaduais	939	1,5	1 370	1,4	*State Savings Banks*
Assoc. Poupança e Empréstimos	150	0,2	215	0,2	*Savings and Loans Associations*
Caixa Econômica Federal (Excl. Carteira Imob.)	955	1,5	1 184	1,2	*Caixa Econômica Federal (Except Housing Credit Department)*
Caixas Econômicas Estaduais (Excl. Carteira Imob.)	313	0,5	422	0,4	*State Savings Banks (Except Housing Credit Department)*
FINAME	569	0,9	973	1,0	*FINAME*
CEPLAC	64	0,1	118	0,1	*CEPLAC*
T O T A L	63 024	100,0	97 456	100,0	T O T A L

1/ Inclusive Sociedades de Economia Mista.
Includes Mixed Economy Companies.
2/ Inclusive Resolução n.º 5 do Banco Central, exclusive Empréstimos à Instituições Financeiras; não inclui FINAME (Bancos Comerciais), BNB e BASA.
Includes Resolução n.º 5 of Banco Central, excludes Loans to Finance Institutions; does not include FINAME (Commercial Banks), BNB and BASA.
3/ Exclusive o total de letras imobiliárias adquiridas pelo BNH.
Does not include total Housing Bonds bought by BNH.

De outra parte, os empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado cresceram de 47,2%, contra 35,1% em 1970. Ao contrário do ocorrido com os bancos comerciais, grande parte desses empréstimos destina-se à lavoura e pecuária com 42,8% do total.

Os intermediários financeiros não bancários mostraram também elevado ritmo de atividade-

des, com as respectivas operações de empréstimos e financiamentos elevando-se a Cr$ 44 761 milhões, nível superior em 67,5% ao de dezembro de 1970. Face a esse crescimento, sua participação no total das aplicações do Sistema Financeiro cresceu de 42,4% para 45,9%.

Nesse grupo de instituições, o Sistema Financeiro Habitacional elevou de 15,4% para 15,9% sua participação no total dos empréstimos ao setor privado. O comportamento do próprio Banco Nacional da Habitação, cujo total de financiamentos apresentou um incremento de 58,9% no ano, explica, em grande parte, aquela expansão.

O saldo acumulado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, principal fonte de recursos do BNH, representou 81,9% do total de seu passivo, ao atingir Cr$ 9 813 milhões em dezembro de 1971. A arrecadação líquida desse Fundo (arrecadação bruta menos ressarciamentos efetuados) evoluiu de Cr$ 4 338 milhões em dezembro de 1970, para Cr$ 6 328 milhões em dezembro de 1971, com acréscimo, de 45,9%.

As sociedades de crédito imobiliário, as associações de poupança e empréstimos e as caixas econômicas, entidades ligadas ao Sistema Financeiro Habitacional, mantiveram do mesmo modo, em elevado ritmo, suas operações, seja através de repasse de fundos do BNH, seja pela captação de recursos junto ao público. Em 1971, o crescimento dos depósitos de poupança foi de 79,7%, enquanto o saldo das letras imobiliárias em circulação apresentou aumento de 43,3%.

Os bancos de investimento elevaram sua participação, no total dos empréstimos ao setor privado, de 8,5% em dezembro de 1970, para 9,3% em dezembro de 1971, em virtude do crescimento de 69% em suas operações nesse período. Por outro lado, os valores mobiliários, que envolvem em proporção elevada as operações de "underwriting", passaram de 12,3% para 13,6% do ativo total desses bancos com o respectivo saldo crescendo de 112,8%.

Com relação à captação de recursos por parte dos bancos de investimento, vale notar que essas instituições estão reduzindo progressivamente a importância relativa dos aceites cambiais e voltando-se mais à captação de depósitos a prazo fixo com correção monetária. Esses depósitos apresentaram no ano um crescimento de 105,0%, comparativamente à taxa de 35,7% observada para os aceites cambiais. Quanto aos demais recursos com que contaram os bancos de investimento, verificaram-se crescimentos de 150,0% nos de origem externa, captados ao amparo da Resolução n.º 63, do Banco Central, e de 83,5% nos recursos próprios.

As companhias de crédito, financiamento e investimento, evidenciando acréscimo de 96,8% em suas operações, elevaram, de 10,1% para 12,9% sua participação no total de empréstimos ao setor privado. Essas entidades beneficiaram-se de medidas adotadas pelo Banco Central, que visaram dar maior flexibilidade operacional e condições para redução de seus custos (Resoluções nºs. 197 e 198, ambas de 30.11.71).

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) elevou suas operações de financiamento em ritmo relativamente lento com o que sua participação no financiamento global do sistema financeiro ao setor privado reduziu-se de 4,5%, em 1970, para 4,2% em 1971. A colaboração financeira do BNDE ao setor privado se fez sentir mais intensamente, através de participações societárias, cujo saldo se elevou de forma acentuada (46,8%), e através de operações de concessão de aval a créditos de financiadores do exterior.

As demais instituições componentes do Sistema Financeiro Nacional não alteraram substancialmente suas participações no total de empréstimos concedidos ao setor privado.

PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS EM PODER DO PÚBLICO NÃO-BANCÁRIO
NON – BANKING PUBLIC HOLDINGS OF SELECTED FINANCIAL ASSETS

QUADRO III.2 — Cr$ milhões

Discriminação *Item*	1967	1968	1969	1970	1971
I – Papel moeda em poder do público *Currency Held by the Public*	2 896	4 013	5 285	6 609	7 762
II – Depósitos à vista *Demand Deposits*	12 768	18 364	24 395	30 875	40 866
SUBTOTAL	15 664	22 377	29 680	37 484	48 628
III – Depósitos de poupança *Savings Deposits*	66	342	887	2 106	3 784
IV – Depósitos a prazo *Time Deposits*	796 1/	1 502 1/	2 065	4 439	7 926
a) Sem correção monetária *Nom indexed*	327 1/	447 1/	127	156	160
b) Com correção monetária *Indexed*	469	1 055	1 938	4 283	7 766
– Sem emissão de certificado *Without certificates of deposits*	469	1 055	1 612	3 505	6 335
– Com emissão de certificado *With certificates of deposits (CD's)*	–	–	326	778	1 431
V – Aceites Cambiais *Acceptance bills*	2 105	4 558	6 172	9 756	15 052
– Financeiras *Finance Co.*	1 560	3 625	4 452	7 850	12 177
– Bancos de Investimento *Investment Banks*	545	933	1 720	1 906	2 875
VI – Letras Imobiliárias 2/ *Housing bonds*	140	461	922	1 724	2 470
VII – ORTN 3/ *Indexed Treasury Bonds*	...	1 314	1 625	1 303	861
VIII – Letras do Tesouro Nacional *Treasury Bills*	–	–	–	680	1 927
TOTAL GERAL *Grand Total*	...	30 554	41 351	57 492	80 648

I – Papel moeda em poder do público menos caixa das Caixas Econômicas Federal e Estaduais.
Currency held by the public minus cash of Savings Banks.
II – Autoridades Monetárias, Bancos Comerciais, Caixas Econ ômicas Federal e Estaduais menos depósitos à vista das C. Econômicas no S. Bancário.
Monetary Authorities, Commercial Banks Savings Banks minus demand deposits of Savings Banks with Banking System.
III – Caixas Econômicas Federal e Estaduais, Sociedades de Crédito Imobiliário e APE's.
Savings Banks, Housing Credit Co. and APE's
IV – a) Bancos Comerciais, Banco do Brasil e Caixas Econômicas Federal e Estaduais; b) B. Comerciais, B. Brasil e Bancos de Investimento.
a) Commercial Banks, Banco do Brasil and Savings Banks; b) Commercial Banks, Banco do Brasil and Investment Banks.
1 – Inclui depósitos p/ investimento no Banco da Amazônia.
Includes deposits for investment with Banco da Amazônia.
2 – Junto ao público.
Held by the public.
3 – Exclui a parcela relativa ao recolhimento compulsório à ordem do Banco Central.
The amount of reserve requirements at Banco Central, excluded.

III.1 – SISTEMA BANCÁRIO

III.1.1 – Política Monetária

A política monetária em 1971 visou contribuir para a manutenção de elevado nível da atividade econômica e a redução da taxa de inflação. O aumento da oferta monetária, da ordem de 31%, mostrou-se adequado à preservação da liquidez real do sistema econômico, cujo equilíbrio tem sido importante fator de dinamização das atividades produtivas nos últimos anos.

Em termos absolutos, o total da oferta monetária cresceu de Cr$ 11 149 milhões durante o ano de 1971, dos quais Cr$ 1 838 milhões na forma de papel-moeda em poder do público e Cr$ 9 311 milhões na forma de depósitos à vista no sistema bancário.

Ao maior crescimento do estoque de moeda do sistema econômico em 1971, comparativa-

QUADRO III.3

OPERAÇÕES DO SETOR MONETÁRIO E MEIOS DE PAGAMENTO
MONETARY SECTOR OPERATIONS AND MONEY SUPLY

Discriminação *Item*	Variações / *Changes* — Cr$ Milhões 1970	Cr$ Milhões 1971 1.º Sem. *1st. Sem.*	Cr$ Milhões 1971 Ano *Year*	% 1 970	% 1971 1.º sem. *1st. Sem.*	% 1971 Ano *Year*
I — Fatores de Expansão *Expansion*	14 391	8 605	20 609	33,1	14,9	35,6
1. Empréstimos *Loans*	9 508	4 722	13 149	30,3	11,5	32,1
1.1. Ao setor público *Public Sector*	173	– 1 839	– 3 281	4,1	– 41,4	– 73,9
1.1.1. Tesouro Nacional *Treasury*	– 833	– 1 599	– 3 364	– 32,1	– 91,0	–
1.1.2. Governos Estaduais e Municipais, Autarquias e outras entidades públicas *State and Local Governments, Public Autonomous Entities*	1 006	– 240	83	60,0	– 8,6	3,1
1.2. Setor Privado *Private Sector*	9 335	6 561	16 430	34,4	18,0	45,1
2. Reservas Estrangeiras Líquidas 1/ *Net Foreign Reserves 1/*	3 498	795	2 934	137,5	13,2	48,6
3. Outras contas cambiais *Other exchange accounts*	1 803	37	– 445	– 41,4	1,5	– 17,4
4. Títulos do governo federal em poder dos Bancos Comerciais *Commercial Banks holdings of Treasury bonds*	1 051	904	1 652	63,0	33,3	60,8
5. Outras contas do sistema bancário (saldo líquido) *Other accounts of banking system (net)*	2 137	2 147	3 319	61,6	38,3	59,2
II — Fatores de Contração *Contraction*	6 821	4 054	9 460	45,2	18,5	43,2
1. Depósitos à prazo *Time deposits*	629	592	2 131	67,9	38,1	137,0
2. Outros depósitos *Other deposits*	898	– 31	718	35,2	– 0,9	20,8
3. Fundo do café *Coffee fund*	1 180	492	480	41,1	12,1	11,8
4. Recursos próprios (Autoridades Monetárias e Bancos Comerciais) *Capital account (Monetary Authorities and Commercial Banks)*	4 427	2 998	6 193	53,8	23,7	48,9
5. Contrapartida de auxílios externos (USAID e BID) *Counterpart of foreign aid (USAID and IDB)*	– 313	3	– 62	– 62,0	– 32,3	– 32,3
III — Expansão Líquida da Oferta Monetária = (I – II) = (A + B) *Net Expansion of Money Supply = (I – II) = (A + B)*	7 570	4 551	11 149	26,7	12,7	31,0
A — Depósitos à vista e a curto prazo *Demand deposits*	6 240	4 998	9 311	27,2	17,1	31,9
1. Setor privado *Private Sector*	5 108	3 898	7 341	27,9	16,7	31,4
2. Setor público *Public Sector*	1 132	1 100	1 970	24,3	19,0	34,0
B — Papel moeda em poder do público *Currency (outside the banking system)*	1 330	– 447	1 838	24,7	– 6,6	27,4

1/ Autoridades Monetárias e Bancos Comerciais
Monetary Authorities and Commercial Banks

mente ao ano de 1970, correspondeu também um aumento mais acentuado do valor real da produção de bens e serviços no País. Desse modo, a elevação da liquidez da economia foi compatível, simultaneamente, com o grande dinamismo das atividades econômicas e com o objetivo de manter sob controle a taxa de inflação.

A execução da política de moeda e crédito do País baseou-se na utilização coordenada dos instrumentos à disposição das Autoridades Monetárias. Assim, as operações no mercado aberto constituiram-se em instrumento decisivo para neutralizar o efeito expansionista do superavit verificado nas transações do País com o resto do mundo.

EXPANSÃO DOS MEIOS DE PAGAMENTO
VARIAÇÕES PERCENTUAIS EM FIM DE ANO

MONEY SUPPLY-PER CENT CHANGE AT END OF YEAR

QUADRO III.4

Discriminação *Item*	1970	1971
Papel-Moeda em Poder do Público .... *Currency Outside the Banking System*	24,7	27,4
Moeda Escritural .... *Demand Deposits*	27,2	31,9
Banco do Brasil	26,6	31,5
Setor Público .... *Public Sector*	24,4	33,7
Setor Privado .... *Private Sector*	28,5	29,7
Bancos Comerciais .... *Commercial Banks*	27,3	32,0
TOTAL	26,7	31,0

O aumento líquido de reservas internacionais em 1971 (exclusive *Direitos Especiais de Saque*), da ordem de US$ 593 milhões, teve seu impacto expansionista atenuado pela colocação de elevado volume de títulos federais junto ao público.

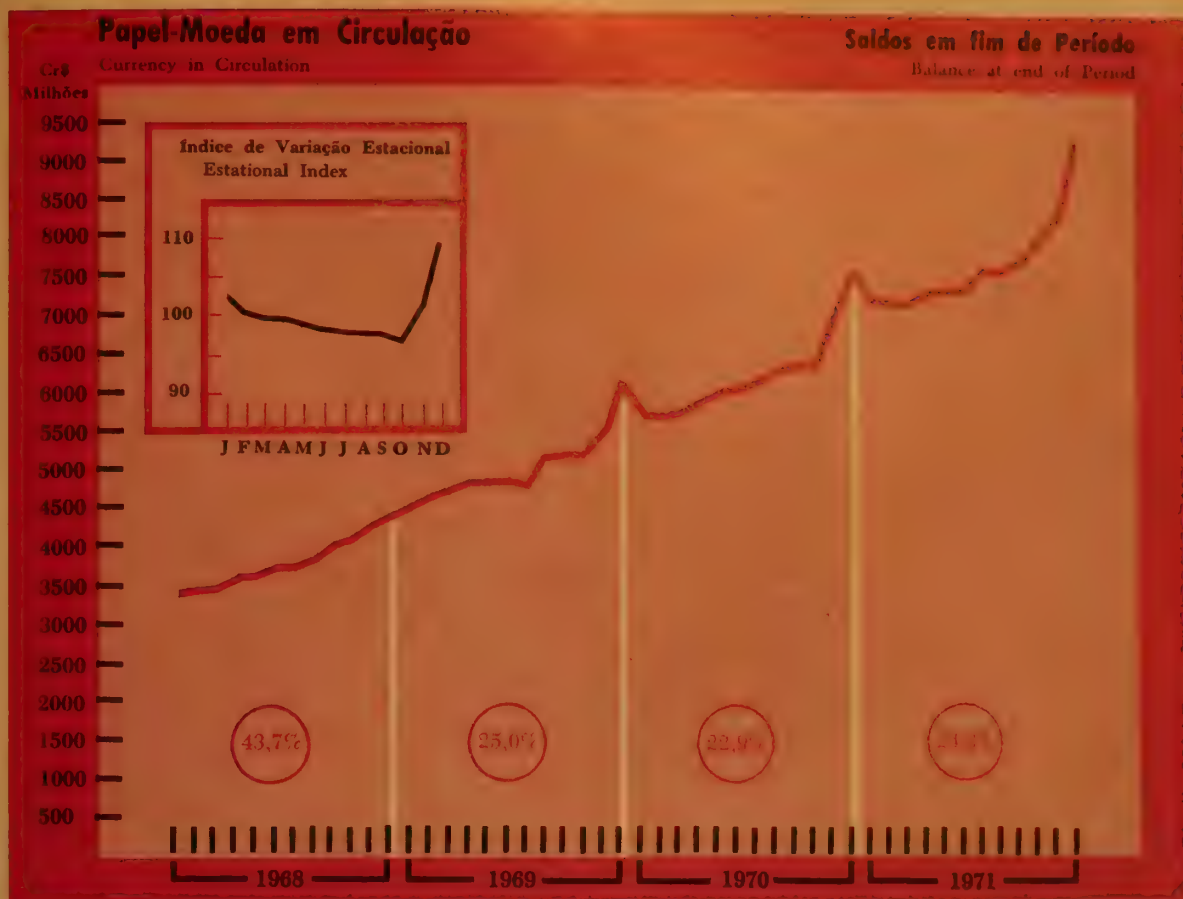
Os créditos do Banco do Brasil ao setor privado foram orientados de modo a atender aos programas especiais estabelecidos pelo Governo, como a política de sustentação de preços mínimos de produtos agrícolas e a assistência, sob condições adequadas, às atividades rurais em geral, além de contribuir para assegurar liquidez às demais atividades econômicas.

As Autoridades Monetárias continuaram, por intermédio dos diversos fundos sob sua orientação, a administrar a utilização da grande parte do crédito especializado destinado às atividades rurais e alguns ramos industriais. Os financiamentos especializados a cargo do *Fundo Nacional de Refinanciamento Rural* (*FNRR*) e *Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola* (*FUNDAG*), em particular, apresentaram crescimento acentuado durante o ano de 1971.

Através das operações de assistência financeira aos bancos comerciais continuaram as Autoridades Monetárias a garantir liquidez à rede bancária além de incentivá-la a aplicar recursos em setores prioritários da economia brasileira. Nesse sentido, continuou a merecer atenção especial o redesconto de títulos ligados à exportação de produtos manufaturados e à comercialização e custeio de safras agrícolas.

A política de recolhimentos compulsórios dos bancos comerciais continuou a funcionar como importante instrumento de ação das Autoridades Monetárias. Nesse sentido, continuaram os bancos comerciais a serem incentivados a abrir agências pioneiras em localidades onde inexistissem serviços bancários, a aplicar parcelas mínimas de recursos nas áreas menos desenvolvidas do País e a prestar assistência financeira a pequenas e médias empresas sob condições de juros e prazos preferenciais.

Com relação às taxas de juros, continuaram em vigor as medidas adotadas em 1970, além de outras estabelecidas em 1971. Assim, para os estabelecimentos bancários, foram mantidos os limites adotados pela Resolução n.º 134 de 18.2.70, do Banco Central, fixando em 1,6% a.m. (prazo até 60 dias) e 1,8% a.m. (prazo acima de 60 dias) as taxas cobradas pelos bancos comerciais nas operações de empréstimos à produção e comercialização. No caso dos bancos de investimento, continuou em vigor a Resolução n.º 136, de 18.2.70, que havia determinado redução mínima de 10% no custo total das operações de crédito para o financiado, realizadas por esses bancos a partir de 2.3.70. As pequenas e médias empresas industriais continuaram a obter recursos menos onerosos, conforme determinou a Resolução n.º 130, modificada posteriormente apenas em aspectos conceituais pela Resolução

GRÁFICO III.2

n.º 172, de 2.2.71. Por outro lado, a Resolução n.º 175, de 4.3.71, autorizou os bancos oficiais a concederem empréstimos especiais a pequenos e médios produtores rurais, enquanto a Resolução n.º 181, de 29.3.71, aprovou um Programa Especial de Crédito Rural Orientado para as Regiões Norte e Nordeste e, em particular, destinando recursos especiais para a região amazônica.

III.1.2 — Operações das Autoridades Monetárias

As operações globais das Autoridades Monetárias apresentaram ritmo de expansão superior ao dos bancos comerciais em 1971, ao contrário do que ocorrera no ano anterior. As operações ligadas a câmbio e os empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado foram as que demonstraram maior crescimento dentre os itens do ativo.

Do lado do passivo, o levantamento de recursos pelas Autoridades Monetárias se processou de maneira a manter aproximadamente a mesma composição do ano anterior, quanto a recursos de natureza monetária e não-monetária. Em 1971, o volume dos recursos não monetários correspondeu a 49,0% do total, participação essa ligeiramente inferior à de 1970, quando essa percentagem foi de 50,0%.

No passivo de natureza não-monetária, destacaram-se os recursos próprios, cuja expansão foi da ordem de 52,1% e no grupo dos recursos monetários o crescimento mais acentuado registrou-se nos depósitos voluntários dos bancos comerciais, com 74,5%.

a — Operações com o setor público não financeiro

As relações das Autoridades Monetárias com o setor público não-financeiro abrangem as operações de financiamento do deficit fiscal do Tesouro Nacional e as de empréstimos e depósitos de autarquias e outras entidades públicas.

AUTORIDADES MONETÁRIAS
RECURSOS

MONETARY AUTHORITIES
LIABILITIES

QUADRO III.5-A

Saldos em Cr$ milhões
Balance in

Discriminação *Item*	1970 Dez	1971 Mar	Jun	Set	Dez
I. PASSIVO NÃO-MONETÁRIO **Nonmonetary Liabilities**	**18 452**	**19 298**	**21 794**	**21 002**	**23 787**
Recursos da Conta Café *Cofee Fund*	4 199	4 626	4 690	4 519	4 678
FUNDAG (Saldo líquido — Recursos internos) *FUNDAG (Net Balance — Internal Resources)*	169	288	388	499	269
Depósitos Vinculados, Compulsórios e a Prazo do Público *Earmarked, Compulsory and Time Deposits of the Public*	764	676	712	802	1 143
Conta de Capital e demais exigibilidades *Capital Accounts and other liabilities*	9 663	9 873	11 820	12 187	14 177
Recursos Próprios do Banco do Brasil S.A. *Banco do Brasil Capital Accounts*	4 955	5 000	5 812	5 966	6 977
Recursos Próprios do Banco Central *Banco Central Capital Accounts*	2 087	2 096	3 064	3 209	3 733
Depósitos para fechamento de câmbio *Guarantee for imports contracts Deposits*	483	590	586	623	800
Outros *Others*	2 138	2 187	2 358	2 389	2 667
Contrapartida em Cr$ de recursos externos (AID, Commodity Credit Corporation, BID e BIRD) *Cr$ Counterpart from foreign aid (AID, Commodity Credity Corporation, IDB and IBRD)*	1 903	1 911	1 993	2 072	2 102
Arrecadação de imposto sobre operações financeiras 2/ *Collection of Financial Operation Tax 2/*	1 754	1 924	2 191	819	1 126
PASEP (Recursos) *PASEP (Resources)*	—	—	—	104	292
II. PASSIVO MONETÁRIO 1/ **Monetary Liabilities**	**18 485**	**17 836**	**19 930**	**21 158**	**24 763**
Papel-moeda em circulação *Currency in circulation*	7 638	7 207	7 447	7 772	9 498
Depósitos de Bancos *Bank Deposits*	4 075	3 560	4 911	4 745	6 362
Voluntários *Voluntary Deposits*	2 315	1 591	2 892	2 556	4 040
Compulsórios *Reserve requirements*	1 760	1 969	2 019	2 189	2 322
Depósitos do Público à vista *Demand Deposits*	6 772	7 069	7 572	8 641	8 903
Autarquias *Public autonomous entities*	2 779	2 929	3 009	3 474	3 686
Setor Privado *Private Sector*	3 993	4 140	4 563	5 167	5 217
TOTAL	**36 937**	**37 134**	**41 724**	**42 160**	**48 550**

1/ Por definição contábil, o Passivo Monetário é igual ao Crédito Líquido das Autoridades Monetárias.
By definition, equal to the Net Credit of the Monetary Authorities.

2/ A queda na série deve-se ao fato de que o Conselho Monetário Nacional considerou como custeio do BNDE as parcelas entregues àquele órgão por conta dos recursos do IOF, até 31-7-71.
Decrease observed in the series is due to the fact that the National Monetary Council regarded as cost to the BNDE the amounts granted to that entity on account of the Financial Operations Tax (IOF) until 7-31-71.

AUTORIDADES MONETÁRIAS
APLICAÇÕES

MONETARY AUTHORITIES
ASSETS

QUADRO III.5-B

Saldos em Cr$ milhões
Balance in

Discriminação *Item*	1970 Dez	1971 Mar	 Jun	 Set	 Dez
I. Tesouro Nacional (Valores acumulados) *Treasury (accumulated Balance)*					
Financiamento p/Autoridades Monetárias .... *Financing by Monetary Authorities*	1 758	– 63	159	– 664	– 1 606
Deficit	6 901	5 667	6 828	6 792	7 573
Financiamento p/público (menos) ...... *Financing by the public (minus)*	5 143	5 730	6 669	7 456	9 179
II. Operações Cambiais ...... *Exchange Transactions*	11 448	11 968	13 117	13 875	13 609
Reservas Estrangeiras Líquidas ...... *Net Foreign Reserves*	5 891	6 345	7 152	8 063	8 981
Outras Contas Cambiais ...... *Other Exchange Accounts*	5 557	5 623	5 965	5 812	4 628
III. Empréstimos do Banco do Brasil ao Setor Privado *Banco do Brasil Loans to the Private Sector*	12 178	12 609	14 963	15 849	17 211
CREGE 1/	6 624	6 831	7 947	8 636	9 374
CREAI 1/	4 721	4 817	5 808	5 860	6 284
Outros 2/ ...... *Other*	833	961	1 208	1 353	1 553
IV. Empréstimos a Autarquias 3/ ...... *Loans to Public Autonomous Entities*	889	707	463	556	501
V. Redescontos 4/ ...... *Discount*	1 535	1 975	1 754	1 765	2 284
Liquidez ...... *Ordinary*	351	679	435	305	516
Exportação ...... *Export*	325	376	435	457	520
Refinanciamentos rurais ...... *Rural refinancing*	820	845	827	943	1 195
Outros refinanciamentos ...... *Other refinancing*	39	75	57	60	53
VI. Financiamentos e Refinanciamentos com recursos da contrapartida em Cr$ de empréstimos externos (AID, Commodity Credit corporation e BID) .. *Financing Operations on account of foreign aid (USAID and IDB)*	1 713	1 694	1 798	1 938	1 972
VII. Compra e Venda de Produtos Agrícolas ...... *Purchase and Sale of Agricultural Produces*	1 255	1 496	1 293	982	2 117
VIII. Adiantamentos ao BNDE 5/ ...... *Advances to BNDE*	1 310	1 415	1 580	165	330
IX. Empréstimos às Instituições Financeiras ...... *Loans to Financial Institutions*	329	366	400	653	894
X. FUNAGRI (Aplicações Recursos Internos)	543	733	842	825	1 068
XI. PASEP (Aplicações)	—	—	—	496	729
XII. Demais Contas (Saldo Líquido) ...... *Other accounts (Net Balance)*	3 979	4 234	5 355	5 720	9 441
TOTAL	36 937	37 134	41 724	42 160	48 550

1/ Inclui operações do FIREX. Preços Mínimos, empréstimos a café.
Includes transactions of the "FIREX", Minimum-price support transactions and Loans to Coffee Sector.

2/ Operações da CACEX, Câmbio e Adiantamentos s/contratos de câmbio.
Transations of foreign Trade and Exchange Departments of Banco do Brasil includes loans on export contrats.

3/ Inclui empréstimo à Comissão de Financiamento da Produção para compra de produtos agrícolas.
Includes loans to the Comissão de Financiamento da Produção for purchase of agricultural products.

4/ Inclui redescontos a café.
Includes coffees discounts.

5/ A queda na série deve-se ao fato de que o Conselho Monetário Nacional considerou como custeio do BNDE as parcelas entregues àquele órgão por conta dos recursos do IOF. até 31-7-71.
Decrease observed in the series is due to the fact that the Conselho Monetário Nacional regarded as cost to the BNDE the amounts granted to that entity on account of the Financial Operations Tax (IOF) until 7-31-71.

As operações com o Tesouro Nacional, a exemplo de anos anteriores, continuaram a mostrar comportamento contracionista, de vez que o deficit de caixa (Cr$ 672 milhões) foi financiado integralmente através da política da dívida pública, a qual propiciou às Autoridades Monetárias elevada absorção líquida de recursos.

No tocante às autarquias e outras entidades públicas, registrou-se redução de Cr$ 218 milhões no saldo global dos empréstimos, devido principalmente à queda nos financiamentos ao Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA). Os depósitos dessas instituições no Banco do Brasil cresceram de Cr$ 1 021 milhões, do que resultou uma captação, pelas Autoridades Monetárias, de recursos líquidos da ordem de Cr$ 1 239 milhões.

b – Operações com o setor privado não financeiro

Nas relações das Autoridades Monetárias com o setor privado não financeiro estão compreendidas, de um lado, as operações de empréstimos do Banco do Brasil através de suas carteiras especializadas, de Crédito Rural (CREAI), Crédito Geral (CREGE), Comércio Exterior (CACEX) e Câmbio (CAMIO), e, de outro, as operações de levantamento de recursos, principalmente sob a forma de depósitos e de arrecadação das "quotas de contribuição", calculadas sobre as cambiais de exportação de café, e outras receitas parafiscais. Os empréstimos totais das Autoridades Monetárias ao setor privado não financeiro mostraram evolução ascendente em 1971, tendo os saldos nominais dessas operações se elevado de 47,2% no confronto com os valores do final do ano anterior.

O volume dos empréstimos da CREGE expandiu-se de 41,5% em termos nominais, sendo os ramos industriais mais contemplados os das indústrias siderúrgica, mecânica, alimentar, textil, veículos automotores, autopeças e acessórios. Os empréstimos dessa Carteira a café expandiram-se de 78,2% no ano de 1971, principalmente em face da recuperação havida na produção do grão.

BANCO DO BRASIL
EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO
LOANS TO PRIVATE SECTOR

QUADRO III.6

Saldos em fins de trimestres
Balance at end of period
Cr$ milhões

Discriminação *Item*	1970 Dez	1971 Mar	 Jun	 Set	 Dez
I – Carteira de Crédito Geral (CREGE) *Commercial Credit Department*	6 624	6 831	7 947	8 636	9 374
Preços Mínimos *Minimum price support operations*	271	259	465	538	365
Soc. de Economia Mista *Mixed Companies*	133	129	151	182	174
Café *Coffee*	742	760	660	1 010	1 322
Outras *Other*	5 458	5 683	6 671	6 906	7 513
II – Carteira de Crédito Rural (CREAI) *Rural Credit Department*	4 721	4 817	5 808	5 860	6 284
Preços Mínimos *Minimum price support operations*	244	123	344	509	298
Café *Coffee*	242	376	500	423	208
Outros *Other*	4 235	4 318	4 964	4 928	5 780
III – Carteira de Câmbio e de Comércio Exterior *Foreign Trade and Exchange Departments*	833	961	1 208	1 353	1 553
IV – PASEP	–	–	–	–	715
TOTAL	12 178	12 609	14 963	15 849	17 926

CONTA CAFÉ

COFFEE ACCOUNT

QUADRO III.7 — Cr$ milhões

Discriminação *Item*	1970	FLUXOS *Flow* — 1971: I	II	III	IV	Ano *Year* 1971	Saldo acumulado em 31.12.71 *Accumulated Balance on 31.12.71*
1. Receita ***Receipts***	**+2 173,7**	**+593,6**	**+388,1**	**+637,4**	**+657,0**	**+2 276,1**	**11 706,2**
Quota de Contribuição *Contribution Quota*	+1 501,4	+380,2	+217,9	+347,8	+337,4	+1 283,3	8 755,7
Vendas de Estoques Oficiais *Official Stocks Sales*	+ 666,6	+210,6	+161,8	+285,1	+315,8	+ 973,3	2 803,2
Outros *Other*	+ 5,7	+ 2,8	+ 8,4	+ 4,5	+ 3,8	+ 19,5	147,3
2. Suprimentos e Despesas Totais ***Allocations and Expenses***	**+1 035,5**	**+181,1**	**+287,7**	**+804,2**	**+496,7**	**+1 769,7**	**7 236,0**
Compras de Excedentes *Purchase of Surplus*	–	–	+ 2,6	+110,4	+165,2	+ 278,2	2 648,3
Orçamento do IBC e GERCA *IBC and GERCA expenditure*	+ 253,7	+ 3,5	+ 68,7	+224,1	+ 3,0	+ 299,3	1 288,8
Transferências para o GERCA *Allocations to GERCA*	+ 109,4	–	– 0,5	+ 15,0	+ 3,1	+ 17,6	498,6
Transferências para FUNDAG *Allocations to FUNDAG*	+ 272,9	+121,8	+133,4	+159,7	+187,6	+ 602,5	875,4
Outros *Other*	+ 399,5	+ 55,8	+ 83,5	+295,0	+137,8	+ 572,1	1 924,9
3. Saldo do Fundo de Reserva de Defesa do Café (1–2) ***Balance of Coffee Defense Reserve Fund (1 – 2)***	**+1 138,2**	**+412,5**	**+100,4**	**– 166,8**	**+160,3**	**+ 506,4**	**+4 470,2**
4. Saldo Líquido do Fundo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) ***Fund for Rationalization of Coffee Productions Net Balance (GERCA)***	**+ 42,3**	**+ 15,3**	**– 37,0**	**– 4,5**	**– 1,1**	**– 27,3**	**+ 62,3**
5. Valor das Vendas de Café dos Estoques Oficiais Levado ao Fundo dos Ágios ***Value of Official Stocks Coffee Sales Included in Agios Fund Account***	–	–	–	–	–	–	**145,2**
6. Recursos da Conta Café (3+4+5) ***Coffee Account Resource (3+4+5)***	**+1 180,5**	**+427,8**	**+ 63,4**	**–171,3**	**+159,2**	**+ 479,1**	**+4 677,7**
7. Empréstimos e Redescontos a Café ***Loans and Rediscounts to Coffee***	**+ 261,5**	**– 51,7**	**–111,7**	**+551,4**	**+516,1**	**+ 904,1**	**2 645,2**
CREGE – Empréstimos Normais *Banco do Brasil, General Departments – Normal Loans*	+ 237,0	– 1,6	– 99,7	+349,4	+311,7	+ 559,8	1 321,5
CREGE – Adiantamentos S/Contratos de Câmbio *Banco do Brasil, General Department – Loans on export contracts*	– 176,8	– 25,7	+ 34,1	– 36,5	+ 56,1	+ 28,0	124,6
Carteira de Crédito Rural *Banco do Brasil, Rural Department*	+ 191,0	+133,7	+124,4	77,5	–217,1	– 36,5	205,9
Redescontos *Banco Central do Brasil, Rediscounts*	+ 10,3	–158,1	–170,5	+316,0	+365,4	+ 352,8	993,2
8. Saldo Líquido da Conta ***Net Balance Coffee Account***	**+ 919,0**	**+479,5**	**+175,1**	**–722,7**	**–356,9**	**– 425,0**	**2 032,5**

Os financiamentos decorrentes da Política de Preços Mínimos efetuados pela CREGE experimentaram elevação de 34,7%, principalmente em face das operações destinadas a propiciar o armazenamento e comercialização dos produtos amparados pelo regime de preços mínimos, com exceção do arroz, cuja produção sofreu queda acentuada.

As operações de empréstimos efetuadas pela CREAI cresceram de 33,1% em 1971. Como habitualmente ocorre, a lavoura foi o setor mais atendido, havendo preponderância das operações destinadas a custeio, tanto em número de contrato, como em valor representado pelos financiamentos deferidos. No tocante aos créditos para investimento, destacaram-se empréstimos para a compra de tratores, máquinas e implementos agrícolas de fabricação nacional.

As operações da CREAI ligadas à Política de Preços Mínimos elevaram-se de 22,1% em relação a 1970, não obstante as aplicações destinadas à aquisição de produtos agrícolas terem-se reduzido de 40,7%.

Os empréstimos ligados ao Comércio Exterior (CACEX, CÂMIO e adiantamentos sobre contratos de câmbio pela CREGE e CREAI), expandiram-se de Cr$ 720 milhões (86,4%) em 1971. As atividades da CACEX envolveram operações relacionadas aos programas especiais de amparo a produtos de exportação e importação, destacando-se o açúcar, cera de carnaúba e trigo, além de operações de financiamento à exportação de produtos manufaturados, com recursos do Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX).

Dentre as operações envolvendo levantamento de recursos junto ao setor privado não financeiro, destacaram-se os grupos dos depósitos vinculados, compulsórios e voluntários a prazo do público, cuja taxa conjunta de aumento foi da ordem de 49,6%. Os depósitos à vista do público cresceram em menor ritmo (31,5%), embora tenham continuado como item predominante de captação de recursos junto ao setor privado não-financeiro. Os recursos líquidos do Fundo de Reserva de Defesa de Café (FRDC) mostraram crescimento de apenas 11,4% o que se deveu, de um lado, a um menor afluxo de receita por redução acentuada da "quota de contribuição" e de outro, pelo aumento de despesas com compras de garantia.

c — Operações com o setor financeiro

c.1 — Operações com o sistema bancário

As relações das Autoridades Monetárias com o sistema bancário apresentaram-se em expansão em 1971. Além das operações de assistência financeira para nivelamento de encaixes bancários, foram canalizados recursos para os bancos comerciais através de diversos tipos de redescontos especiais e repasses de fundos, a médio e longo prazos, de origem interna e externa.

O total dos depósitos dos bancos comerciais junto às Autoridades Monetárias expandiu-se de Cr$ 2 287 milhões. Os depósitos compulsórios evidenciaram ritmo de crescimento de 31,9%, acompanhando, em termos aproximados, a evolução dos depósitos à vista. Os depósitos voluntários, por sua vez, cresceram mais aceleradamente, ou seja, 74,5%.

c.1.1 — Operações de redescontos

As operações globais de redescontos no ano de 1971 aumentaram de Cr$ 749 milhões, em decorrência principalmente da intensificação dos redescontos seletivos às atividades rurais e de exportação.

No início de 1971, através da Resolução n.º 168, de 22.1.71, do Banco Central, foi introduzida alteração na sistemática dos redescontos de liquidez. Pelo novo sistema, que dá maior flexibilidade ao instrumento do redesconto pela maior presteza no atendimento às solicitações de recursos, o Banco Central passou a prestar assistência financeira aos estabelecimentos bancários, mediante contratos de abertura de crédito, lastreados por títulos públicos federais que compõem a reserva compulsória.

Redesconto normal — Nesse grupo figuram as operações de assistência financeira aos bancos comerciais, instituídas pela citada Resolução n.º 168, e, bem assim, os redescontos a bancos sob controle da União.

No que se refere à assistência financeira registrou-se elevado nível de utilizações no primeiro trimestre, situando-se o saldo dessas operações em Cr$ 679 milhões ao final do mês de março, comparativamente ao valor de

Cr$ 351 milhões em dezembro de 1970. A redução da liquidez bancária no primeiro trimestre tem caráter sazonal e decorre principalmente do ajustamento do meio circulante promovido pelas Autoridades Monetárias nesse período, quando parte das emissões realizadas na fase final do ano anterior é retirada de circulação.

A partir do segundo trimestre, os saldos dessas operações mantiveram-se em ritmo declinante, como conseqüência da melhoria experimentada nos níveis das reservas bancárias, explicada principalmente pelo crescimento mais acentuado das operações ativas das Autoridades Monetárias. A posição de folga experimentada no encaixe do sistema bancário deve-se também à utilização mais intensa do mecanismo de troca de reservas entre bancos, beneficiando todo o sistema. O mais baixo nível das operações amparadas pela Resolução n.º 168, verificou-se em novembro, com o saldo de Cr$ 275 milhões.

Ainda na faixa normal de redesconto, situam-se as operações de assistência financeira a bancos oficiais controlados pela União (o Banco da Amazônia e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo são os dois estabelecimentos que mais se utilizam dessa faixa), que são conduzidas sob condições especiais de prazo e taxas de juros. O saldo dessas operações, a exemplo do ano anterior, manteve-se em nível estável com maior utilização no mes de fevereiro, quando o seu valor atingiu Cr$ 62 milhões.

GRÁFICO III.3

Redesconto seletivo — O redesconto seletivo destina-se a atender determinados setores e produtos considerados prioritários e com grande volume de comercialização. Neste grupo enquadram-se os refinanciamentos de custeio e comercialização agrícola, os refinanciamentos a produtos manufaturados de exportação e os vinculados ao café, cacau, mamona, fumo e sisal.

Os refinanciamentos de custeio da produção são pouco representativos no total das operações de redescontos e mantiveram-se em níveis estáveis e reduzidos. As maiores utilizações vêm-se concentrando no algodão, na avicultura e no custeio da criação de bovinos.

As operações de refinanciamentos às exportações de produtos manufaturados tem registrado níveis crescentes desde a sua instituição pela Resolução n.º 71, de 1.11.67, do Banco Central. Pela Resolução n.º 182, de 22.4.71, o teto dessas operações foi ampliado de 40% para 50% do limite dos redescontos de liquidez, elevação essa destinada exclusivamente a pequenas e médias empresas, assim consideradas aquelas cujas exportações anual não ultrapassam o valor de US$ 200 mil. Iniciadas em maio, as operações desta faixa atingiram o saldo de Cr$ 39 milhões em dezembro de 1971. O saldo total dessas operações alcançou Cr$ 520 milhões em dezembro de 1971, evidenciando taxa de acréscimo de 60,0% sobre o ano anterior.

As operações de refinanciamentos à comercialização de produtos agrícolas elevaram-se em relação às do ano anterior, tendo atingido o valor máximo no mês de julho, com um saldo de Cr$ 430 milhões. Os produtos beneficiados por essas operações foram, em ordem decrescente de importância, o algodão, arroz, amendoim, milho e soja.

As operações de redescontos ao café, refletindo a recuperação da produção cafeeira em 1971, evidenciaram forte elevação. Seguindo o comportamento sazonal característico do produto, o saldo dessas operações passou de um valor mínimo de Cr$ 283 milhões, verificado em julho, para um máximo de Cr$ 1 079 milhões em novembro.

c.1.2 — Recolhimento compulsório

Em 1971, os recolhimentos compulsórios continuaram a ser manipulados como instrumento de controle quantitativo, além de atender a objetivos da política de crédito seletivo do Governo e de propiciar condições aos bancos para a redução das suas taxas de juros e do remanejamento de suas agências.

Embora não tenha havido alteração nas taxas globais do compulsório, foi introduzida nova sistemática de recolhimento que deu a esse instrumento maior eficiência como regulador das reservas bancárias. Pela Resolução, n.º 169, de 22.1.71, do Banco Central, o recolhimento passou a ser calculado com base em saldos médios quinzenais de depósitos, medida essa que veio eliminar a imperfeição da prática anteriormente adotada, em que o cálculo para o recolhimento se baseava na posição dos depósitos em uma única data. As médias quinzenais de depósitos, refletindo com maior precisão a dimensão de cada banco, permitem maior eqüidade da incidência do recolhimento compulsório e propicia maior estabilidade às reservas bancárias.

Dentro da política de crédito seletivo, as liberações de recursos efetuadas com base na Resolução n.º 130, de 28.1.70, do Banco Central, destinadas a amparar pequenas e médias empresas, mantiveram-se em contínua expansão, evoluindo de Cr$ 334 milhões, em dezembro de 1970, para Cr$ 439 milhões em igual período de 1971.

Em 1971, o esquema de amparo às pequenas e médias empresas com base nas liberações dos recolhimentos compulsórios foi ampliado. Através da Resolução n.º 184, de 20.5.71, o Banco Central liberou recursos equivalentes a 0,5 ponto de percentagem dos recolhimentos compulsórios para subscrição de debêntures conversíveis em ações ou em ações novas de pequenas e médias empresas, excluídas as de instituições financeiras. Em 31.12.71. 134 bancos já haviam sido autorizados a fazer aplicações com base naquela Resolução. Os recursos liberados até dezembro de 1971, no montante de Cr$ 114 milhões, destinaram-se principalmente aos setores de turismo (18,7%), administração de bens (13,6%), serviços técnicos (12,1%) e hotéis (9,5%).

O mecanismo de estímulo à redução das taxas de juros e ao remanejamento de agências bancárias foi mantido. Assim, além de haver permanecido em vigor a isenção temporária do recolhimento sobre os depósitos de agências pioneiras, ampliou-se a parcela remunera-

TAXAS DE RECOLHIMENTO E COMPOSIÇÃO DOS COMPULSÓRIOS
RESERVE REQUIREMENTS OF COMMERCIAL BANKS

QUADRO III.8

Discriminação / *Item*	5-4-68 a 5-7-68	5-8-68 a 5-10-68	5-11-68	5-12-68 a 5-5-69	5-6-69 a 5-7-69	5-8-69 a 5-1-70	5-2-70	A partir de / *Since of* 5-3-70	A partir de / *Since of* 1-7-71 6/
TAXAS DE RECOLHIMENTO / *Reserve Requirement (Per cent of Deposits)*									
Zona Mais Desenvolvida / *More Developed Zone*									
Depósito à vista / *Demand Deposits*	30	27	28,5	30	30	27	27	27	27
Depósitos à prazo / *Time Deposits*	10	9	9,5	10	10	9	9	9	9
Zona Menos Desenvolvida / *Less Developed Zone*									
Depósito à vista / *Demand Deposits*	20	18	19	20	20	18	18	18	18
Depósitos a prazo / *Time Deposits*	5	4,5	4,75	5	5	4,5	4,5	4,5	4,5
Composição Percentual das Reservas Compulsórias / *Percentual distribution of Required Reserves*									
Depósito em dinheiro à ordem do Banco Central: mínimo de / *Deposits with Banco Central: minimum*	70	70	60	60	60 3/	60 3/	60 3/ e 4/	45 4/	45 4/
Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e outros Títulos Públicos Federais: máximo de / *Indexed Treasury Bonds & other Federal Bonds: maximum*	20 1/	20 1/	40 2/	40 2/	40 3/	40 3/	40 3/	55 5/	55 5/
Aplicações Rurais Especiais e Bônus Agrícolas: máximo de / *Agricultural Loans & Bonds: maximum*	10 1/	10 1/	10 2/	10 2/	10 3/	10 3/	10 3/	–	–

1/ As parcelas máximas são reduzidas em 50%, isto é, para o máximo de 10% para Obrigações e outros títulos Federais, e 5% para Aplicações Rurais especiais e bônus agrícolas para os bancos que não adotarem as seguintes taxas de juros ao mês, para suas aplicações:
a) 2% nas operações até 60 dias;
b) 2,5% nas transações comerciais acima le 60 dias.
c) 2,5% no total das operações acima de 60 dias.

2/ As parcelas máximas serão reduzidas de 50% para os bancos que não adotarem as taxas máximas de juros especificados na nota (1).

3/ Os bancos que em suas operações ativas de financiamento à comercialização e produção cobrarem 1,6% em empréstimos até 60 dias e 1,8% nas operações acima de 60 dias poderão aplicar o Comp. na forma:
– Depósitos em espécie – mínimo de 50%.
– ORTN e outros títulos Federais – máximo de 50%.
– Aplicações Rurais – máximo de 10%.

4/ Os bancos que constituírem faixa especial de financiamento destinado a emprêsas industriais de pequeno e médio porte, terão liberada uma parcela dos recolhimentos compulsórios em moeda, correspondente a 2% dos depósitos à vista ou de aviso prévio até 90 dias.

5/ Sòmente ORTN, sendo tal percentual válido para todos os bancos.

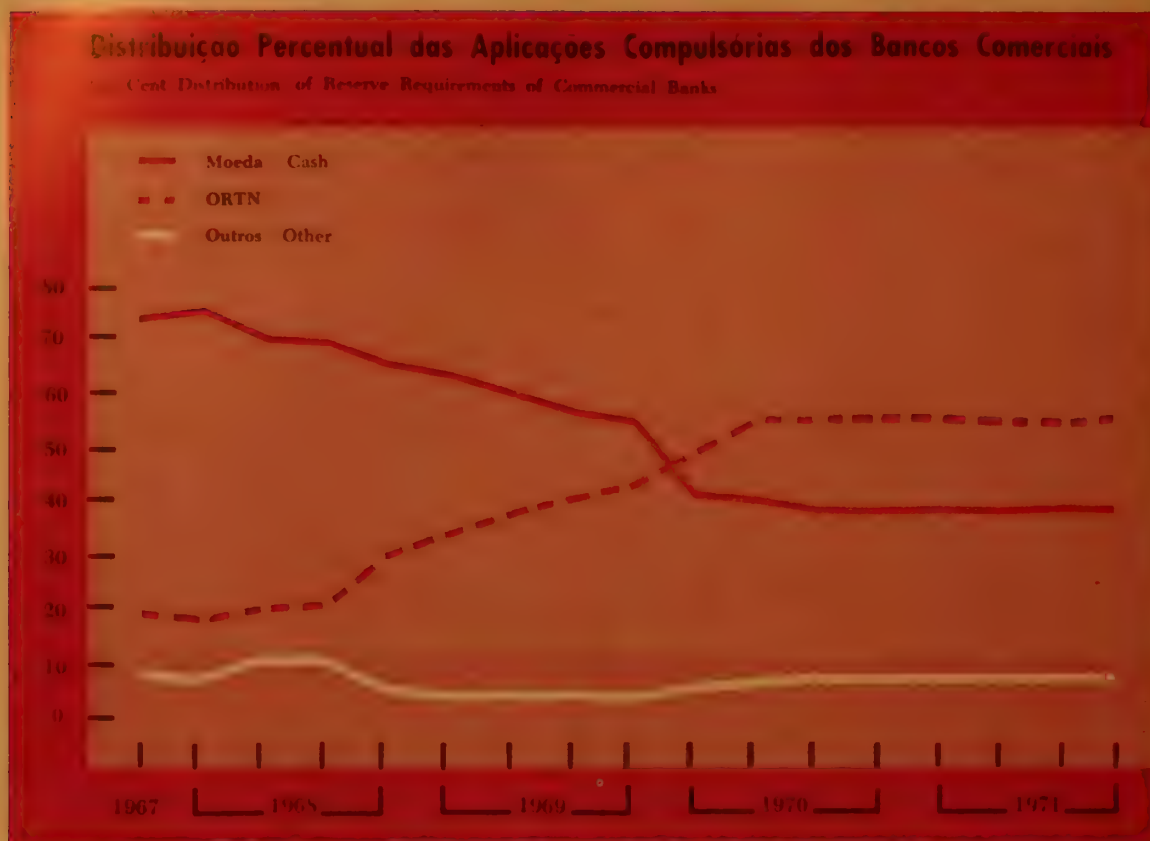
6/ Foram liberados recursos correspondentes a 0,5 pontos de percentagem da taxa do encaixe compulsório para Subscrição, pelo sistema bancário, de debêntures conversíveis em ações ou de ações novas de pequenas e médias emprêsas, exclusive instituições financeiras.

da do compulsório, pela liberação de recursos autorizados através da Resolução n.º 184, já citada.

Com as modificações introduzidas na estrutura dos recolhimentos compulsórios, a parcela remunerada das aplicações compulsórias passou a representar 62,5% do total ao final do ano de 1971, enquanto essa proporção era de 61,2% em igual período do ano anterior.

Da parcela das aplicações remuneradas, 86,5% constituiam compra de ORTN, 10,7% representavam operações de assistência financeira a pequenas e médias empresas, sob o amparo da Resolução n.º 130, e os restantes 2,8% correspondiam a operações previstas na Resolução n.º 184.

Em 1971, a participação dos depósitos isentos do compulsório no total dos depósitos ele-

GRÁFICO III.4

vou-se de forma acentuada. Essa proporção, que era de 20,1% em dezembro de 1970, aumentou para 29,6% em igual data de 1971, sem que tenha sido instituída isenção sobre novos tipos de depósitos. Tal crescimento, portanto, explica-se pelo expressivo aumento dos depósitos que já gozavam de isenção, tais como os de governos estaduais e suas autarquias nos respectivos bancos oficiais, os depósitos com correção monetária e os depósitos do FGTS e do INPS.

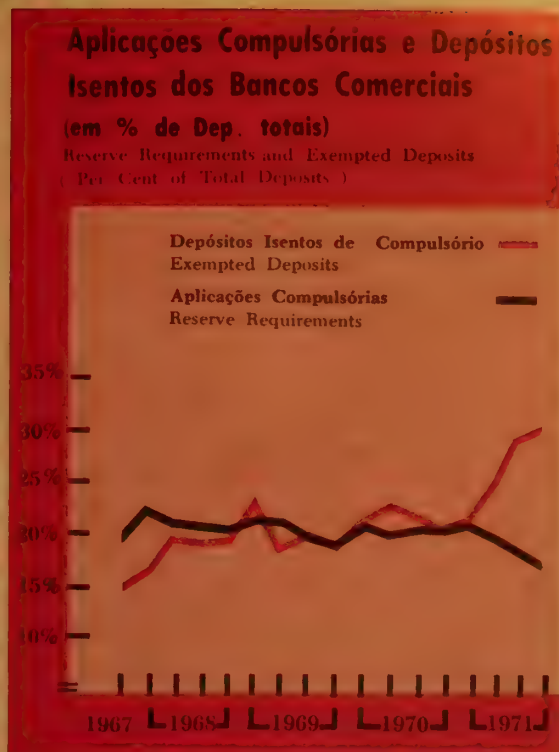
c.1.3 — Operações no Mercado Aberto

As operações no mercado aberto, pela flexibilidade com que podem ser desenvolvidas, vêm-se revelando técnica mais eficiente que os outros tradicionais instrumentos de controle monetário. Seu impacto sobre os encaixes bancários é imediato, absorvendo ou fornecendo recursos aos bancos, ao contrário das variações nas taxas dos encaixes compulsórios, cujo efeito, além de defasado, atinge todos os bancos, indistintamente da posição de reservas de cada um em particular.

Apesar da pequena experiência brasileira, essa técnica de controle monetário já se constitui em instrumento dos mais importantes para a execução da política monetária no País

As oscilações nas operações ativas das Autoridades Monetárias, cujo comportamento é de difícil previsão no curto prazo, tal como variação das reservas internacionais, têm sido devidamente compensadas através da política de compra e venda de títulos no mercado aberto.

Nos períodos em que a liquidez do sistema econômico se encontra em nível insuficiente as operações no mercado aberto são utilizadas no sentido de injetar papel-moeda no sistema; através de compras das LTN em volume superior às vendas, procedendo-se de maneira inversa quando a situação é de liquidez excessiva. O desenvolvimento dessas operações veio representar, assim, importante fator de equilíbrio da liquidez do sistema bancário já que, de acordo com a conjuntura, atua o Banco Central, ora retirando ora fornecendo reservas aos bancos.

GRÁFICO III.5

A orientação básica adotada em 1971 foi ainda no sentido de aumentar o estoque de Letras do Tesouro Nacional em circulação. Esse aumento é fundamental para o Banco Central ampliar sua margem de manipulação sobre as disponibilidades monetárias do sistema econômico, o que, aliás, é uma de suas funções básicas.

c.2 — Operações com as instituições financeiras não-bancárias

Ao lado das operações conduzidas pelas Autoridades Monetárias com os bancos comerciais, outras fontes de crédito têm sido criadas para atender às instituições financeiras não-bancárias. Tais operações são de natureza mais restrita e se originam de diretrizes traçadas pelo Conselho Monetário Nacional, visando a preservar a liquidez do sistema financeiro, através de empréstimos a prazo mais longo do que o propiciado pelos instrumentos normais de assistência financeira. O valor dessas operações acusou nível máximo de Cr$ 421 milhões em setembro para encerrar o ano com um saldo de Cr$ 397 milhões.

d — Operações com o Setor Externo

O resultado financeiro das relações econômicas do País com o exterior continuou a representar importante fator de expansão monetária. O balanço de pagamentos em 1971 evidenciou *superavit* de US$ 555 milhões, resultado bastante aproximado ao do ano anterior. A melhoria na liquidez internacional das Autoridades Monetárias foi da ordem de US$ 536 milhões, com que o saldo das reservas estrangeiras líquidas se elevou para US$ 1 723 milhões ao final do ano.

e — Operações com agentes financeiros dos fundos especiais administrados pelo Banco Central

O repasse de recursos financeiros externos e internos realizado através dos diversos fundos administrados pelo Banco Central tem possibilitado o atendimento creditício a áreas prioritárias, em condições de prazo e juros preferenciais.

O total de crédito suprido pelo Banco Central através dos fundos especiais de financiamento alcançou um saldo de Cr$ 4 126 milhões, evidenciando acréscimo de 51,6% sobre o ano anterior. Ao final de 1971, o setor rural detinha Cr$ 2 133 milhões, ou seja, 51,7% do total desses financiamentos, seguindo-se o setor industrial que absorveu Cr$ 873 milhões, isto é, 21,2%. Os financiamentos para investimentos de infra-estrutura, assistência técnica à educação, investimentos sociais e outros, representaram, respectivamente, 7%, 12,2%, 3% e 4,9% daquele total. Essas operações de crédito especializado se processaram através de diversos fundos instituídos no Banco Central.

O Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI) tem como subcontas específicas para o crédito rural o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural (FNRR), o Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária (FUNDEPE) e o Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG) e, como subcontas específicas de crédito industrial, o Fundo para Financiamento de Importações de Bens de Produção (FIBEP) e o Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE). Ainda no âmbito do Banco Central, porém fora da alçada do FUNAGRI, figuram o Fundo para Investimentos Sociais (FUNIN-

SO), o Fundo de Estímulos Financeiros ao uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (FUNFERTIL), em extinção, e o Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX).

As aplicações do FNRR apresentaram expansão de Cr$ 547 milhões (80,7%), em relação ao ano de 1970 e foram financiadas com recursos externos no valor de Cr$ 40 milhões, oriundos de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e com recursos internos de Cr$ 507 milhões, provenientes principalmente do Fundo de Defesa dos Produtos Agropecuários (FDPAP).

FUNDOS DE FINANCIAMENTO ADMINISTRADOS PELO BANCO CENTRAL

RECURSOS INTERNOS E EXTERNOS

BANCO CENTRAL DEVELOPMENT FUNDS

FOREIGN AND DOMESTIC RESOURCES

QUADRO III.9

Saldos em fim de ano
Balance at end of year
Cr$ milhões

Fundo *Fund*	Recursos *Resources*			Investimentos *Investments*		
	1969	1970	1971	1969	1970	1971
FNRR Nacional de Refinanciamento Rural ... *Agricultural Refinancing*	597,3	951,9	1 654,7	448,1	677,8	1 224,6
FUNDECE De Democratização do Capital das Empresas ... *Capital Openning Incentive*	125,4	147,1	166,5	123,7	139,8	156,1
FUNDEPE De Desenvolvimento da Pecuária ... *Livestock Development*	35,5	50,8	172,3	10,0	43,6	155,3
FIBEP De Financiamento para Importação de Bens de Produção ... *Capital Goods Import Financing*	209,9	203,9	156,2	135,5	142,9	133,4
FUNINSO Para Investimentos Sociais ... *Social Wellfare*	31,0	60,3	67,7	26,2	56,3	63,0
FINEX De Financiamento às Exportações ... *Export Financing*	44,2	96,5	107,3	23,8	73,1	76,9
FUNFERTIL De Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais .. *Incentives for Using Fertilizers*	61,3	74,2	74,2	61,2	72,7	72,6
FUNDAG Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola ... *Agricultural Development*	—	272,9	874,9	—	103,8	605,5

O FUNDEPE, para o qual são canalizados os recursos destinados ao programa de desenvolvimento da pecuária de corte, recebeu recursos no montante de Cr$ 122 milhões, relativos a adiantamentos do Banco Central, do FDPAP e de empréstimo do Banco Mundial.

As aplicações realizadas mediante repasses desse fundo alcançaram em 1971 a cifra de Cr$ 112 milhões.

O FUNDAG destina-se a estimular as exportações de produtos agropecuários, aumentar a produção e produtividade da terra, subsidiando parte das despesas com a aquisição de insumos modernos. Os recursos desse Fundo, que provêm basicamente da venda, no mercado interno, dos estoques governamentais de café, atingiram o montante de Cr$ 875 milhões em dezembro de 1971, dos quais Cr$ 602 milhões captados no ano. O saldo das aplicações acusou valor de Cr$ 606 milhões ao final de 1971. Das aplicações efetivadas no ano em análise, 20,1% foram feitas a "fundo perdido" e 79,9% em "reembolsáveis". As aplicações a "fundos perdidos" se relacionam com a cobertura de subsídios de encargos bancários, predominando as operações para aquisição de i n s u m o s modernos. As utilizações "reembolsáveis" foram dirigidas, especialmente, ao desenvolvimento agropecuário.

O FUNDECE, destinado a prover recursos de capital de giro às empresas industriais que se proponham a democratizar o seu capital e cujo agente principal é o Banco do Brasil, teve suas possibilidades de expansão limitadas à realização de receitas de juros, correção monetária e retorno do capital emprestado. O acréscimo no saldo de créditos deferidos ao setor privado por esse fundo foi de 11,7% em 1971, com base em recursos exclusivamente de origem interna (Cr$ 16 milhões).

O FUNINSO tem suas atividades voltadas para financiamentos de programas de investimentos em serviços sociais básicos, principalmente nas áreas de saneamento e abastecimento de água. Os recursos para esse fundo provêm do Banco Interamericano de Desenvolvimento, tendo-se verificado, em 1971, um acréscimo líquido de Cr$ 6,7 milhões em suas aplicações.

Os subsídios concedidos através do FUNFERTIL aos produtores rurais envolvem despesas bancárias com financiamentos para aquisição de adubos, corretivos e sais minerais. Este fundo encontra-se em regime de extinção, tendo a execução de seus contratos sido transferida para o FUNDAG.

O FINEX, instituído para estimular as atividades de exportação, recebeu, em 1971, recursos adicionais no montante de Cr$ 10,8 milhões, com o respectivo volume de suas aplicações crescendo 5,2%, em relação ao ano anterior.

Quanto ao crédito industrial, foram dinamizadas as importações de bens de capital, sem similar nacional, de origem e procedência norte-americana, com recursos do FIBEP. Esse fundo recebeu no ano de 1971 recursos no montante de Cr$ 12,3 milhões, sendo Cr$ 3 milhões originários dos empréstimos da USAID e Cr$ 9,3 milhões do Banco Central. As aplicações desse fundo no ano em exame aumentaram de Cr$ 12 milhões, embora o saldo de fim de ano tenha acusado queda de Cr$ 9,5 milhões em virtude dos retornos serem maiores que as aplicações.

Em 1971, foram reformulados alguns procedimentos de rotina na execução da política de crédito rural, tendo sido ainda estabelecidos programas específicos para as regiões norte e nordeste.

Em 1971, foram iniciadas operações ligadas à execução do Acordo de Trigo Canadense cuja contrapartida em moeda nacional, da ordem de Cr$ 291 milhões, destina-se a apoiar programas de desenvolvimento. Autorizaram-se, no exercício, alocações de Cr$ 3,9 milhões.

Pelas Resoluções n.os 175, de 4.3.71 e 195, de 4.11.71, do Banco Central, instituiram-se "Programas Especiais de Crédito Rural Orientado", para atender à recuperação da pequena e média agropecuária das regiões amazônica e nordeste. Outro programa especial de crédito rural orientado para as regiões norte e nordeste foi instituído pela Resolução n.º 191, de 27.5.71, pela qual fixaram-se normas de assistência aos produtores de cacau.

III.1.3 — Bancos Comerciais

As principais operações dos bancos comerciais apresentaram crescimento acentuado em 1971. Os ativos líquidos desses bancos, na forma de caixa em moeda, depósitos voluntários e títulos federais de curto prazo, apresentaram um crescimento global de Cr$ 1 484 milhões, ou seja 61,1%. O aumento dos empréstimos e investimentos em títulos e valores foi também significativo, alcançando, respectivamente, 42,5% e 76,7%.

BALANCETE CONSOLIDADO DOS BANCOS COMERCIAIS 1/

COMMERCIAL BANKS CONSOLIDATED BALANCE SHEET 1/

QUADROS III.10-A e III.10-B

Saldos em fim de ano
Balance at end of year
Cr$ milhões

Ativo *Assets*	1970	1971
Caixa *Cash*	2 305	3 078
Em moeda *Currency*	919	940
Depósito no Banco do Brasil *Deposits with Banco do Brasil*	1 386	2 138
Títulos do Tesouro Nacional *Treasury bills*	112	823
ORTN *Indexed*	112	823
Letras *Non-indexed*	—	
Reservas Compulsórias *Reserve Requirements*	4 492	6 015
Depósitos no Banco Central *Deposits with Banco Central*	1 857	2 467
Títulos do Tesouro Nacional *Indexed Treasury bonds*	2 635	3 548
Depósitos especiais no Banco Central (Res. 69) *Special deposits with Banco Central (alternative to agricultural credit requirements)*	96	190
Haveres em Moeda Estrangeira *Foreig Assets*	1 312	2 468
Empréstimos *Loans*	26 195	37 331
A Instituições Financeiras *Finance Institutions*	118	271
Setor Público *Public Sector*	1 790	2 092
Setor Privado *Private Sector*	24 287	34 968
Investimentos em Títulos e Valores *Securities*	966	1 707
Imobilizado *Fixed Assets*	2 644	3 165
Outras Contas *Other Assets*	13 988	16 247
TOTAL	52 110	71 024

Passivo *Liabilities*	1970	1971
Depósitos à Vista e a Curto Prazo *Demand and Short-Term Deposit*	22 429	29 608
Instituições Financeiras *Finance Institutions*	676	1 614
Do Setor Público *Public Sector*	2 753	3 702
Do Setor Privado *Private Sector*	19 000	24 292
Depósitos a Prazo *Time Deposits*	1 432	3 281
Do Setor Público *Public Sector*	1	34
Do Setor Privado *Private Sector*	1 431	3 247
Com Correção Monetária *Indexed Deposits*	1 356	3 148
Outros *Other*	75	99
Outros Depósitos *Other Deposits*	2 730	3 308
Especiais do Tesouro Nacional *Treasury Special Deposits*	9	32
Do Setor Privado *Private Sector*	2 721	3 276
Operações de Câmbio *Guarantee for import contracts*	263	318
Especiais (FGTS) *Collection of contributions to FGTS*	667	1 063
PIS	—	28
Para Investimentos (Incentivos Fiscais) *Due to income-tax incentives for regional and sectorial investments*	1 360	1 300
Outros *Other*	431	567
Obrigações em Moeda Estrangeira *Foreign Liabilities*	4 472	6 801
Débito Junto ao Banco Central *Debt with Banco Central*	1 675	2 467
Redescontos *Discounts*	1 433	1 702
Outras Operações *Other Operations*	242	765
Recursos Próprios *Capital Account*	5 619	8 145
Outras Contas *Other Liabilities*	13 753	17 414
TOTAL GERAL *Grand Total*	52 110	71 024

1/ Exclusive Banco do Brasil.
Banco do Brasil excluded.

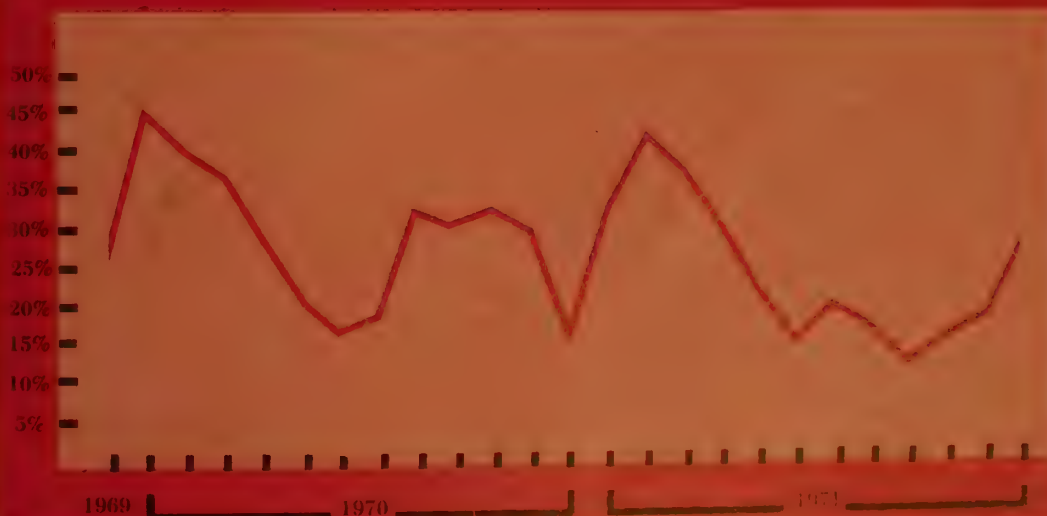
No grupo dos ativos líquidos, o expressivo aumento verificado no saldo dos títulos federais de curto prazo (Cr$ 112 milhões, em dezembro de 1970 e Cr$ 823 milhões, em dezembro de 1971), reflete a rápida aceitação das Letras do Tesouro Nacional (LTN) por parte dos bancos comerciais, as quais, gozando de elevada liquidez, passaram a ser utilizadas na formação de reservas secundárias.

Dadas as características de elevada liquidez das LTN, foi facultado às pessoas jurídicas a contabilização dessas letras em conta do ativo disponível, condição essa tornada obrigatória no caso dos bancos comerciais e demais instituições financeiras, conforme as Resoluções n.º 156, de 9.3.71 e n.º 158, de 31.3.71, do Banco Central, conferindo às Letras características de quase-moeda.

As operações de empréstimos mantiveram-se em forte expansão e continuaram a ser orientadas em maior proporção para o financiamento a atividades privadas. Entre 1970 e 1971, a participação dos créditos bancários ao setor privado no total dessas operações elevou-se de 92,7% para 93,7%. A taxa de crescimento dos créditos bancários às atividades privadas foi da ordem de 44,0%, tendo a indústria continuado a absorver a maior soma de recursos (39% do saldo total dos empréstimos), seguida do setor comercial (27,8%). A participação do setor agropecuário no total dos créditos bancários mostrou-se em declínio (14,2% em 1970 e 12,0% em 1971), ao passo que os créditos a particulares tiveram aumentada sua participação (18,1% em 1970 e 19,7% em 1971).

Os investimentos financeiros realizados pelos bancos comerciais, evidenciando aumento de Cr$ 741 milhões, atingiram saldo de Cr$ 1 707 milhões em 31.12.71. Esses investimentos constituiram-se, preponderantemente, de ações e outras obrigações de empresas privadas e para seu crescimento concorreu a Resolução n.º 184, de 20.5.71, do Banco Central, que liberou parcela do recolhimento compulsório para ser aplicada em ações e debêntures de pequenas e médias empresas.

O encaixe obrigatório em moeda, na ausência de alterações importantes nas taxas globais do compulsório, apenas acompanhou o ritmo de crescimento dos depósitos. Em final do ano, esse encaixe totalizava Cr$ 2 467 milhões evidenciando taxa de acréscimo de 32,9%

GRÁFICO III.6

A captação de recursos pelos bancos comerciais continuou a se processar preponderantemente através de depósitos à vista do setor privado, muito embora em termos de taxa de crescimento o item de maior destaque tenha sido os depósitos a prazo com correção monetária. A expansão dos depósitos à vista do setor privado foi da ordem de 27,9%, e seu saldo em final de 1971 correspondia a cerca de 67,1% dos depósitos bancários totais, relação essa que atingia 71,5% em 1970.

A perda de participação dos depósitos à vista no total dos depósitos bancários se deveu, basicamente, ao crescimento acentuado dos depósitos a prazo com correção monetária, cuja expansão no período foi de 132,2%. A maior capacidade dos bancos comerciais de levantar esses recursos a prazo decorreu principalmente do fato de que esses bancos tiveram liberadas suas taxas de juros sobre empréstimos a particulares, o que lhes permitiu oferecer remuneração capaz de atrair aquele tipo de depósito.

Dentre os recursos de instituições financeiras oficiais em poder dos bancos comerciais, continuaram a se destacar os depósitos de arrecadação do FGTS, cujo saldo atingiu o valor de Cr$ 1 063 milhões, em 31.12.71, com taxa de acréscimo de 59,4%. Os recursos a médio e longo prazo, colocados à disposição dos bancos comerciais, sob a forma de repasses destinados ao financiamento de programas especiais de desenvolvimento, totalizaram Cr$ 3 050 milhões, com taxa de acréscimo de 63,8% sobre o ano anterior. Como repassadores desses recursos se destacaram o BNH, o Banco Central, através de diversos fundos sob sua administração e, em menor escala, a FINAME e o BNDE. Os recursos captados no exterior pelos bancos comerciais sob o amparo da Resolução n.º 63, de 21.8.67, do Banco Central totalizavam, em 31.12.71, US$ 637,3 milhões, com variação líquida de US$ 117,3 milhões sobre 1970.

O acesso dos bancos comerciais a recursos do Banco Central se processou principalmente através dos redescontos seletivos ligados às atividades de exportação de manufaturados, custeio e comercialização rural e, em menor proporção, dos empréstimos da Resolução n.º 168, que substituiram os redescontos de liquidez. O saldo global dos redescontos seletivos elevou-se de Cr$ 583,0 milhões, ou seja, 49,2%.

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS COMERCIAIS

BRAZILIAN BANKING SYSTEM

QUADRO III.11

Fim de Ano / *End of Year*	Nacionais / *National*						Estrangeiros / *Foreign*			Total Geral / *Grand Total*
		Agências / *Agencies*					Filiais / *Branches*			
	Sedes / *Head Offices*	Banco do Brasil	Demais Bancos / *Other Banks*	Total	Escritórios / *Offices*	Total	Representação Principal / *Chief Office*	Demais / *Other*	Total	
1951	404	284	1 980	2 264	551	3 219	8	34	42	3 261
1962	336	501	5 023	5 524	264	6 124	8	36	44	6 168
1963	327	525	5 387	5 912	262	6 501	8	36	44	6 545
1964	328	578	5 706	6 284	170	6 782	8	36	44	6 826
1965	223	624	6 123	6 747	168	7 238	8	37	45	7 283
1966	305	640	6 398	7 038	157	7 500	8	38	46	7 546
1967	254	697	6 899	7 596	126	7 976	8	35	42	8 018
1968	223	720	7 164	7 884	—	8 107	8	35	43	8 150
1969	205	740	7 111	7 851	—	8 056	8	35	43	8 099
1970	187	740	7 108	7 848	—	8 035	8	35	43	8 078
1971	161	745	7 099	7 844	—	8 005	8	35	43	8 048

A liquidez bancária, de modo geral, apresentou-se em melhor nível que em 1970. Tal fato se depreende do comportamento da assistência financeira da Resolução n.º 168 (redesconto de liquidez) que, em termos reais, reduziu-se bastante em relação à média de 1970.

A melhoria experimentada na liquidez bancária deve-se em grande parte à intensificação do mecanismo de trocas de reservas entre bancos. Tais operações são realizadas mediante a troca, interbancos, das reservas voluntárias depositadas nas Autoridades Monetárias, utilizando-se como garantia da operação as LTN. Assim, o mercado interbancário de reservas veio funcionar, para cada banco em particular, como fonte adicional de recursos para suprir eventuais deficiências de liquidez.

III.2 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO-MONETÁRIAS

Em 1971, as instituições financeiras não-monetárias continuaram a evoluir dentro da tendência de maior especialização e concentração em termos de patrimônio líquido. Os únicos tipos de instituições que mostraram

NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM FUNCIONAMENTO
NUMBER OF ACTIVE FINANCIAL INSTITUTIONS

QUADRO III.12 — Fim de ano / *End of year*

Discriminação / *Item*	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
Estabelecimentos Bancários Comerciais / *Commercial Banks*	331	313	261	231	213	195	158
Bancos de Desenvolvimento / *Development Banks*							
a) Federal / *Federal Banks*	1	1	1	1	1	1	1
b) Estaduais / *State Banks*	1	2	2	3	7	9	9
Banco Nacional da Habitação	1	1	1	1	1	1	1
Bancos de Investimento / *Investment Banks*	–	7	21	21	29	30	40
Caixas Econômicas / *Savings Banks*							
a) Federal / *Fed. Savings Banks*	22	22	22	22	22	1 1/	1
b) Estaduais / *State Savings Banks*	4	4	4	4	4	5	5
Financeiras / *Finance Companies*							
a) Sem Carteira Imobiliária / *Without Housing Department*	202	272	247	235	203	212	168
b) Com Carteira Imobiliária / *With Housing Department*	–	3	10	10	9	–	–
Companhias de Seguro / *Insurance Companies*	151	157	156	157	158	157	157
Sociedades de Crédito Imobiliário / *Housing Credit Companies*	–	2	22	25	34	44	45
Associações de Poupança e Empréstimo / *Savings and Loans Associations*	–	–	–	21	32	32	34
Sociedades Corretoras / *Brokerage Companies*	–	–	254	377	394	404	421
Sociedades Distribuidoras / *Securities Sales Agencies*	–	–	–	556	576	573	572
Sociedades de Investimento 2/ / *Investment Companies*	...	...	9	6	3	2	2
Bolsas de Valores / *Stock Exchanges*	...	...	10	10	14	15	16

1/ Unificação das Caixas Econômicas Federais de acordo com o Decreto-lei n.º 759, de 12-8-69.
Unification of Federal Savings Banks according to Decree-Law n.º 759, of 8-12-69.

2/ Até 1966 estas entidades foram englobadas no total de Financeiras
Until 1966 these entities used to be included in the total for Finance Companies.

aumento significativo em número foram os bancos de investimento e as sociedades corretoras. Os bancos de investimento tiveram seu número aumentado de 30 para 40 unidades, por efeito basicamente da fusão e incorporação de financeiras, cujo número caiu de 212 para 168, entre 1970 e 1971. As sociedades corretoras cresceram em número, de 404 em 1970, para 421 em 1971, refletindo a ampliação do mercado de ações.

As demais instituições financeiras não-monetárias, de modo geral, não mostram modificações importantes em número de sedes. Permaneciam, assim, em funcionamento, o sistema de bancos de desenvolvimento, constituído pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e um conjunto de 9 bancos estaduais e regionais de desenvolvimento; o sistema financeiro de habitação, abrangendo o Banco Nacional da Habitação e um conjunto de 45 (44 no ano anterior) sociedades de crédito imobiliário e de 34 (32 em 1970) associações de poupança e empréstimo; a Caixa Econômica Federal e 5 caixas econômicas estaduais e o sistema de seguros, constituído pelo Instituto de Resseguros e o conjunto de 157 companhias seguradoras.

Durante o ano, entrou em funcionamento uma nova bolsa de valores, passando o núme-

NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM FUNCIONAMENTO POR ESTADO

NUMBER OF ACTIVE FINANCIAL INSTITUTIONS BY STATES

QUADRO III.13 — Em 31.12.71

Estados *States*	Caixas Econômicas *Savings Banks*	Banco Nacional da Habitação *National Housing Bank*	Bancos Federais de Desenvolvimento *Federal Development Banks*	Bancos Estaduais de Desenvolvimento *State Development Banks*	Bancos de Investimento *Investment Banks*	Financeiras *Finance Companies*	Sociedades de Crédito Imobiliário *Housing Credit Companies*	Associações de Poupança e Empréstimo *Savings and Loans Associations*	Companhias de Seguro *Insurance Companies*	Bolsas de Valores *Stock Exchanges*	Sociedades de Investimento *Investment Companies*	Sociedades Corretoras *Brokerage Companies*	Sociedades Distribuidoras *Securities Sales Agencies*	Total
Acre														—
Alagoas						1		1		1		6		9
Amazonas							1	1		1		7		10
Bahia				1	1	2	2	1	4	1		18	9	39
Ceará				1		1	2	1					2	7
Distrito Federal	1 1/		1		1	1		1					4	9
Espírito Santo				1		1	1	1	1	1		6	3	15
Goiás	1					2	1	1	2	1		9		17
Guanabara		1			12	33	9	4	85	1		74	142	361
Maranhão				1		1		1						3
Mato Grosso						1	1	1						3
Minas Gerais	1			1	5	10	3	3	4	1		33	77	138
Pará							1	1	2				2	6
Paraíba						1		1						2
Paraná				1	2	4	2	1	7	1		22	26	66
Pernambuco						6	3	1	2	1		34	6	53
Piauí								1						1
Rio Grande do Norte						1		1		1		10	1	14
Rio Grande do Sul	1			1	4	14	3	3	13	1		29	55	124
Rio de Janeiro				1		3	1	1	2	1		11	8	28
Santa Catarina	1					1	1	1	3	1		6	8	22
São Paulo	1			1	15	85	14	6	32	2	2	152	229	539
Sergipe								1		1		4		6
TOTAL	6	1	1	9	40	168	45	34	157	16	2	421	572	1 472

1/ Caixa Econômica Federal.

ro dessas instituições a situar-se em 16. As sociedades distribuidoras caíram de uma unidade, totalizando 572 ao final do ano, enquanto as sociedades de investimento não sofreram alteração, permanecendo seu número em um total de 2 instituições.

III.2.1 — Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE)

Em 1971, o total de financiamento do BNDE ao setor de produção não-financeiro atingia Cr$ 4 465 milhões, representando acréscimo de 44,2% em relação ao ano anterior. Esse total inclui pequena parcela de financiamentos a empresas sob controle parcial ou total do setor público (Cr$ 403 milhões).

As relações do BNDE com o setor de produção na forma de participação societária cresceram, por sua vez, em ritmo acelerado (46,8%), totalizando esse tipo de ativo em poder da instituição Cr$ 2 101 milhões, ao final de 1971. Além dessas operações, o BNDE prestou colaboração financeira a entidades públicas e empresas privadas sob a forma de aval a créditos de financiadores do exterior, em nome próprio ou da União. Em 1971, foram aprovadas operações desse tipo em montante aproximado de US$ 99 milhões.

As operações de financiamento do BNDE se desenvolvem através de diversos fundos representativos do seu programa de atividades. Em 1971, para um total de financiamentos aprovados de Cr$ 1 504 milhões, o BNDE contratou Cr$ 118 milhões de operações de "underwriting" e subscrição de ações e debêntures, por conta do Fundo de Recuperação Econômica. Nos demais Fundos, por conta dos quais foram contratadas volume de operações em montante aproximado ao do Fundo de Recuperação Econômica, se enquadram os programas de desenvolvimento técnico-científico (FUNTEC), de financiamento à pequena e média empresa (FIPEME), financiamento de capital de giro (FUNGIRO), modernização e reorganização industrial (FMRI) e o de financiamento industrial, através da FINAME.

A estrutura de aplicações do BNDE, sob a forma de financiamentos e participações societárias, continuou a evoluir dentro da tendência de uma participação crescente das indústrias de transformação. Em 1971, esse ramo de indústria beneficiou-se de 65,6% do total das aplicações globais aprovadas pelo Banco para o setor de produção. Os serviços de utilidade pública contaram com operações aprovadas no montante de apenas Cr$ 505,4 milhões (15,7% do total), devendo-se essa participação relativamente pequena, comparada a períodos anteriores, ao fato de que as entidades responsáveis por investimentos nesse tipo de serviços terem passado a contar com volume crescente de recursos vinculados, orçamentários ou não, que lhes têm permitido financiar seus programas com menor dependência de empréstimos do BNDE, notadamente com base no Fundo de Reaparelhamento Econômico, originariamente instituido para apoiar a expansão de tais serviços.

É de se ressaltar o crescimento expressivo do ativo imobilizado no balanço do BNDE (Cr$ 157,3 milhões), devendo-se tal fato basicamente a imobilizações financeiras ligadas à subscrição de capital do Banco na FINAME.

O balanço do BNDE para 31.12.1971 mostrava estrutura em que predominavam os recursos próprios (74,8% dos recursos totais), os quais representavam reservas e capital de participação integralmente da União. A maior parcela dos recursos mobilizados pelo BNDE, em 1971, foi de origem interna, com destaque para as dotações orçamentárias. Os recursos provenientes da reserva monetária, alocados pelo Conselho Monetário Nacional e incorporados ao capital do Banco, foram da ordem de Cr$ 300 milhões, as quais se somaram Cr$ 330 milhões sob a forma de empréstimos por conta daquela arrecadação. Cabe registrar, também, os recursos correspondentes ao retorno de aplicações e os aportes do Banco Central e da Caixa Econômica Federal destinados à FINAME. Os fundos captados através de empréstimos externos continuaram com expressão reduzida no total de recursos do BNDE (5,7%) e se destinaram ao atendimento de programas específicos, principalmente o de financiamento à pequena e média empresas.

QUADRO III.14

Saldos em fim de ano
Balance at end of year
Cr$ milhões

Discriminação	1970	1971	Item
ATIVO			*ASSETS*
Disponível			*Reserves*
Caixa em moeda e depósitos à vista	134,3	204,0	*Cash and demand deposits*
Reservas internacionais	7,4	6,9	*International reserves*
Outros	7,8	26,5	*Other*
Curto Prazo			*Short-term assets*
Depósitos bancários a prazo	5,5	7,9	*Time deposits*
Encargos de financiados e avalizados e avais honrados	252,1	310,3	*Expenses and other charges on loans and guaranties*
Responsabilidades do Tesouro Nacional	256,5	226,9	*Responsabilities of the National Treasury*
Outros	274,5	308,5	*Other*
Longo Prazo			*Long-term Assets*
Financiamentos	2 948,5	4 214,6	*Financing operations*
Participações de capital	1 431,6	2 101,2	*Capital participation*
Adiantamentos por conta do Fundo Nacional de Investimento	70,3	71,9	*Advances on account of the National Investment Fund*
Financiamentos a pequenas e médias empresas (inclusive reaplicações)	377,3	608,9	*Financing to small and middle business (readvances included)*
Outros títulos a longo prazo	—	0,3	*Other long-term securities*
Imobilizado	28,4	185,7	*Fixed Assets*
TOTAL	**5 794,2**	**8 273,6**	*TOTAL*
PASSIVO			*LIABILITIES*
Recursos Próprios			*Capital Accounts*
Capital	1 716,1	4 435,9	*Capital*
Reservas e superavit	2 697,2	1 749,6	*Reserves and surplus*
Provisões	6,0	18,5	*Provisions*
Curto Prazo			*Short-term Liabilities*
Depósitos	37,5	63,6	*Deposits*
Depósitos dos Fundos Especiais	186,1	194,0	*Special Funds deposits*
Adicionais do Imposto de Renda (Lei 62/66)	116,0	116,0	*Income Tax Additional (Law 62/66)*
Outros	70,9	92,4	*Other*
Longo Prazo			*Long-term Liabilities*
Financiamentos por entidades internacionais	425,8	474,7	*Financing by International Entities*
Financiamentos por entidades nacionais	97,7	680,2	*Financing by National Entitities*
Fundo Nacional de Investimentos	180,2	207,2	*National Investment Fund*
Depósitos compulsórios de companhias de seguros	—	6,9	*Compulsory deposits of insurance corporations*
Adicional do Imposto de Renda (Lei 1 474/51)	260,7	234,6	*Income tax Additional (Law 1474/51)*
TOTAL	**5 794,2**	**8 273,6**	*TOTAL*

III.2.2 — Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)

O saldo dos refinanciamentos da FINAME acusou um crescimento de 69,3% no exercício de 1971, atingindo Cr$ 1 017 milhões ao final do período.

Os refinanciamentos com vistas à aquisição de equipamentos nacionais evoluíram de 77%, alcançando Cr$ 840 milhões. Essas operações tiveram como principal agente repassador os bancos de investimento. Do mesmo modo, cresceram os empréstimos especiais a cargo da Agência, destacando-se os efetivados por conta do Fundo para Importação de Bens de Produção (FIBEP), com 15,7% de expansão e com um saldo de Cr$ 88,3 milhões ao final de dezembro.

Os refinanciamentos para compra de equipamentos agrícolas (Resolução n.º 44 do Banco Central), por sua vez, registraram um saldo de Cr$ 44,4 milhões, comparativamente ao de Cr$ 16,7 milhões do final de 1970.

As operações de atendimento financeiro a curto prazo, com objetivo de suprir recursos de liquidez às *"financeiras"* e bancos de investimento, elevaram-se a Cr$ 45 milhões, com variação de 34,3% em relação a 1970.

No total dos recursos da FINAME, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) figura como o principal supridor de fundos, com aproximadamente 38,9% em dezembro de 1971, sem considerar recursos sob a forma de adiantamentos. Os repasses do Banco Central totalizavam Cr$ 301,0 milhões, ou seja, 28,9% do passivo, sendo a parcela principal decorrente de operações vinculadas a empréstimos da *Agência para o Desenvolvimento Internacional — AID.*

O total de recursos próprios, inclusive suprimentos especiais do BNDE, atingiu, ao final de 1971, Cr$ 179,8 milhões, evidenciando taxa de expansão da ordem de 77,5%.

BALANCETE GERAL DA FINAME
GENERAL BALANCE OF FINAME

QUADRO III.15 — Cr$ milhões

Discriminação	1970	1971	Item
ATIVO	**617,9**	**1 041,4**	**ASSETS**
Encaixe	1,6	1,4	*Cash*
Refinanciamentos	601,1	1 017,4	*Refinancing*
a) Ordinárias	474,6	839,7	*a) Ordinary*
Bancos Comerciais	138,2	199,4	*Commercial Banks*
Bancos de Investimentos	171,6	408,6	*Investment Banks*
Bancos de Desenvolvimento	26,7	54,7	*Development Banks*
Financeiras	138,1	177,0	*Finance Co.*
b) Especiais	126,5	177,7	*b) Special*
Financiamento da Importação de Bens de Produção — FIBEP	76,3	88,3	*Imports Financing — FIBEP*
Equipamentos Agrícolas (Res. 44)	16,7	44,4	*Agricultural Machinery*
Operações Financeiras a Curto Prazo	33,5	45,0	*Short Term Transactions*
Imobilizado	0,2	0,3	*Fixed Assets*
Outros Créditos	15,0	22,3	*Other Credits*
PASSIVO	**617,9**	**1 041,4**	**LIABILITIES**
Recursos Próprios	81,3	159,8	*Capital Account*
Suprimento Especial do BNDE (Dec. 59.170)	20,0	20,0	*BNDE Special Allocations (Dec. 59 170)*
Operações por conta do Banco Central vinculados a Emp. da USAID	208,0	262,9	*Banco Central Special Allocations (USAID Funds)*
Operações por conta BNDE	201,7	315,7	*Operations on Account of BNDE*
BNDE — c/ FIBEP	76,5	89,2	*Refinancing — BNDE/FIBEP*
Banco Central: c/Equipamentos Agrícolas (Res. 44)	16,7	38,1	*Banco Central: Refinancing for Agriculture Machinery Credit Operation*
Receita de Correção Monetária por conta do Banco Central e BNDE	0,2	—	*Receipts from Monetary Correction on Account of Banco Central and BNDE*
Outras Contas	13,5	155,7	*Other Accounts*

III.2.3 Bancos Estaduais e Regionais de Desenvolvimento

Os nove bancos de desenvolvimento sob controle de governos estaduais apresentaram, em 31.12.71, um ativo total da ordem de Cr$ 1 743 milhões, com 64,7% de aumento sobre dezembro de 1970.

Os empréstimos dessas instituições ao setor privado expandiram-se a uma taxa de 94,1% e representaram 56,5% de seu ativo total. A parcela preponderante dessas operações constituiu-se de financiamentos para formação de capital fixo, com o percentual de 89,1%. Os empréstimos ao setor público apresentaram crescimento de apenas 8,0% e sua participação no ativo global atingiu a 11,6%.

BALANCETE CONSOLIDADO DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

DEVELOPMENT BANKS CONSOLIDATED BALANCE SHEET

QUADRO III.16 — Cr$ milhões

Discriminação *Item*	Dez./70	Dez./71
ATIVO **Assets**	**1 058**	**1 743**
Encaixe *Cash*	46	62
Empréstimos *Loans*	694	1 186
Setor Privado *Private Sector*	507	984
Giro *Working Capital*	71	107
Investimento *For Investment*	436	877
Setor Público *Public Sector*	187	202
Valores Mobiliários *Securities*	225	248
Imobilizado *Fixed Assets*	19	27
Outras Contas *Other Accounts*	74	220
PASSIVO Liabilities	1 058	1 743
Recursos Próprios *Capital Account*	475	634
Refinanciamentos de Instituições Financeiras Oficiais *Refinancing from official Finance Institutions*	291	562
Empréstimos Exteriores *Foreign Loans*	72	73
Outras Contas *Other Accounts*	220	474

As operações com valores mobiliários alcançaram o saldo de Cr$ 248 milhões em dezembro de 1971. Desse total, parcela substancial refere-se a ativos sob a forma de ações e outras obrigações do setor de produção.

Esses bancos contaram com elevada proporção de recursos próprios, correspondentes a 36,4% do passivo, ao final de 1971. Os fundos oriundos de repasses de instituições financeiras oficiais, em que vem se destacando o *Banco Nacional da Habitação*, têm crescido em importância e representaram, em dezembro de 1971, 32,2% dos recursos globais.

As obrigações sob a forma de empréstimos obtidos no exterior (Resolução n.º 63, do Banco Central), praticamente não mostraram variação no período, ficando ainda mais reduzida a sua participação no total dos recursos.

III.2.4 — Previdência Social

O Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) apresentou balanço para 31.12.1971, com suas operações totalizando Cr$ 6 451 milhões ou seja, com 33,5% de aumento sobre 1970.

De um modo geral, a estrutura das contas do INPS não evidenciou alterações importantes, continuando, do lado do ativo, como itens mais relevantes o encaixe (32,4% do ativo total) e a dívida ativa contra a União e outros contribuintes (36,5% do ativo total).

Nas demais operações apenas se destacaram os itens do ativo real (14,6% do total). As operações de empréstimos, envolvendo principalmente hipotecas a segurados, demonstraram taxa de crescimento acentuada, ou seja, 108,0% ao final de 1971, embora a participação dessa rubrica no ativo total tenha permanecido inexpressiva (0,8% do total do ativo). As operações no mercado financeiro, envolvendo ações de sociedades de economia mista e outros valores, permaneceram praticamente inalteradas em termos nominais e com participação igualmente reduzida no ativo global.

As reservas e provisões continuaram a representar os itens básicos de recursos para o INPS, com 69,9% do total do passivo. A receita do INPS, que foi de Cr$ 8 611 milhões em 1970, passou para Cr$ 11 503 milhões em 1971, total esse em que 87% provieram de contribuições. Por outro lado, as despesas ascenderam a Cr$ 11 121 milhões, caracterizando-se assim superavit financeiro no ano, contrariamente ao ocorrido em 1970.

BALANCETE AJUSTADO DO INPS

ADJUSTED BALANCE SHEET OF THE NATIONAL INSTITUTE FOR SOCIAL SECURITY

QUADRO III.17

Saldos em Cr$ milhões
Balance in

Discriminação *Item*	1970				1971			
	Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
ATIVO *Assets*	4 228	4 160	3 751	4 831	4 543	4 747	4 983	6 451
Encaixe *Cash*	1 234	1 291	663	1 533	1 143	1 214	1 525	2 093
Depósitos a Prazo Fixo *Time Deposits*	15	15	33	34	34	34	34	34
Valores em Trânsito *Securities*	251	45	155	12	71	120	– 11	13
Valores Mobiliários *Securities*	90	96	100	109	110	109	110	113
Ações de Sociedades de Economia Mista *Stock of Mixed Companies*	86	94	98	107	108	107	108	109
Outros Valores *Other Value*	4	2	2	2	2	2	2	4
Empréstimos *Loans*	28	28	27	25	29	29	31	52
Hipotecários *Mortgage*	19	19	18	18	18	17	17	37
Outros *Other*	9	9	9	7	11	12	14	15
Dívida Ativa *Uncollected Claims*	1 403	1 403	1 403	1 884	1 884	1 884	1 884	2 352
União *Treasury*	1 118	1 118	1 118	1 467	1 467	1 467	1 467	1 830
Outros *Other*	285	285	285	417	417	417	417	522
Imóveis *Real Estate*	455	462	466	543	549	579	596	637
Imobilizado *Fixed Assets*	203	226	247	246	261	272	298	307
Outros Créditos *Other Credits*	549	594	657	445	462	506	516	850
PASSIVO *Liabilities*	4 228	4 160	3 751	4 831	4 543	4 747	4 983	6 451
Reservas e Provisões *Reserves*	2 613	2 167	2 042	3 494	3 026	2 364	2 043	4 508
Fundo de Garantia *Guarantee Fund*	1 921	1 921	1 921	1 940	1 946	1 946	1 946	2 157
Outras *Other*	1 023	1 023	1 023	1 532	1 532	1 532	1 532	2 327
Saldo Líquido das Contas de Resultado *Surplus Account*	– 331	– 777	– 902	22	– 452	– 1 114	– 1 435	24
Recursos de Terceiros *Third Parties Assets*	1 615	1 993	1 709	1 337	1 517	2 383	2 940	1 913
Depósitos *Deposits*	18	27	46	160	152	145	136	61
Outras Exigibilidades *Other Liabilities*	1 597	1 966	1 663	1 177	1 365	2 238	2 804	1 882

III.2.5 — Sociedades Seguradoras

As atividades das sociedades seguradoras apresentaram desenvolvimento acentuado em 1971. As contas consolidadas dessas sociedades e do Instituto de Resseguros mostraram um crescimento global de 42,1% entre setembro de 1970 e setembro de 1971.

O sistema de seguros beneficiou-se, em 1971, de medidas institucionais, que concorreram para racionalização dos custos operacionais e melhor utilização das reservas técnicas. O Governo Federal instituiu normas visando a obtenção de escala operacional mais eficiente para as companhias de seguros, elevando as exigências de capital mínimo para as operações de seguros e concedendo isenção de imposto de renda incidente sobre o acréscimo do valor resultante da reavaliação do ativo das seguradoras, nos casos de fusão ou incorporação. A Resolução n.º 192, de 28.7.71, do Banco Central, veio consolidar o conjunto de medidas anteriormente adotado, dando maior flexibilidade e ampliando as oportunidades para aplicação das reservas técnicas.

As operações com valores mobiliários mostraram significativo crescimento de 60,2%, com destaque especial para os investimentos em ações e debêntures. O ativo imobilizado cresceu a ritmo relativamente lento, enquanto as operações de emprestimos continuaram com valor inexpressivo no ativo total.

A composição de recursos do sistema de seguros mostrou, em setembro de 1971, valores aproximadamente iguais para o patrimônio líquido e reservas técnicas. O rápido crescimento dos recursos próprios, em ritmo superior ao das reservas técnicas, deveu-se, em boa parte, à obtenção de resultados operacionais bastante favoráveis, cujo valor, totalizando Cr$ 211 milhões, correspondeu a 9,8% dos recursos totais ao final de setembro de 1971.

BALANCETE CONSOLIDADO DO INSTITUTO DE RESSEGUROS E COMPANHIAS SEGURADORAS

CONSOLIDATED BALANCE SHEET OF THE REINSURANCE INSTITUTE AND INSURANCE COMPANIES

QUADRO III.18

Saldos em Cr$ milhões
Balance in

Discriminação	1970				1971			Item
	Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set	
ATIVO	**1 293**	**1 392**	**1 521**	**1 621**	**1 769**	**2 004**	**2 161**	*ASSETS*
Encaixe	123	114	124	155	138	202	175	*Cash*
Valores Mobiliários	378	392	460	499	549	596	737	*Securities*
Títulos Públicos	153	160	205	214	216	237	305	*Government Bonds*
Ações e Debêntures	178	190	203	231	243	285	328	*Stocks and Debentures*
Outros	47	42	52	54	90	74	104	*Other*
Empréstimos	16	16	17	18	19	20	26	*Loans*
Hipotecários	10	10	10	10	10	9	8	*Mortgage*
Outros	6	6	7	8	9	11	18	*Other*
Imobilzado	428	473	494	529	568	614	641	*Fixed Assets*
Outros Créditos	348	397	426	420	495	572	582	*Other Credits*
PASSIVO	**1 293**	**1 392**	**1 521**	**1 621**	**1 769**	**2 004**	**2 161**	*LIABILITIES*
Recursos Próprios	495	549	559	625	752	973	942	*Capital Account*
Capital	189	219	237	233	276	314	351	*Capital Paid-in*
Aumento de Capital	2	4	5	1	2	2	1	*Capital Paid-up*
Fundos e Reservas	288	301	301	387	389	404	379	*Funds and Reserves*
Saldo Líquido das c/de Resultado	16	25	16	4	85	253	211	*Allocations Result Account*
Recursos de Terceiros	798	843	962	996	1 017	1 031	1 219	*Third Parties Resources*
Reservas Técnicas	597	600	623	818	822	826	927	*Technical Reserves*
Outras Exigibilidades	201	243	339	178	195	205	292	*Other*

III.2.6 — Sistema Financeiro Habitacional

Em dezembro de 1971, o montante das operações do Banco Nacional da Habitação (BNH), Sociedades de Crédito Imobiliário, Associações de Poupança e Empréstimos e das carteiras imobiliárias das Caixas Econômicas, Federal e Estaduais, representava 15,9% do saldo dos emprestimos concedidos pelo Sistema Financeiro Nacional ao setor privado.

No decorrer do ano, verificaram-se importantes alterações institucionais no Sistema Financeiro Habitacional.

Foram tomadas medidas objetivando facilitar a aquisição de moradia por parte das famílias de renda média e baixa. Criou-se o sistema de amortizações constantes, ao mesmo tempo em que foram aumentados os prazos de financiamento e reduzidos os juros. A redução das taxas de juros fez-se com a promulgação da Lei 5.705, de 21.9.71, que uniformizou em 3% a.a. a remuneração real dos depósitos do FGTS, para os novos depositantes. A referida lei, regulamentada pelo Decreto n.º 69.265, de 22.9.71, ensejou igualmente a possibilidade da amortização parcial ou total dos financiamentos no sistema, com a utilização dos depósitos do FGTS, no período de 1.10.71 a 30.9.72.

Para efeito de cálculo do imposto sobre a renda, a Portaria BR-106, de 23.12.71, do Ministério da Fazenda, em conformidade com o Decreto-Lei 1.188, de 21.9.71, permitiu aos mutuários das entidades integrantes do sistema abater da renda bruta auferida os juros decorrentes dos financiamentos contraídos e mais, a título de reajustamento, a parcela correspondente a 20% do montante das prestações pagas no ano-base.

No setor habitacional, foram financiadas 114 mil unidades residenciais, de valor médio em torno de Cr$ 39 mil, elevando para 739 mil o total de habitações financiadas através de convênios e contratos. Somente em 1971 foram concluídas 117 mil habitações, elevando para 561 mil o total de unidades entregues desde o início do SFH.

Parcela substancial das aplicações no setor de habitação deve-se à mobilização de poupança voluntária, captada através de letras imobiliárias e de depósitos de poupança, com o respectivo valor superando o nível de Cr$ 6,5 bilhões de cruzeiros.

SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL
NÚMERO DE HABITAÇÕES FINANCIADAS

HOUSING FINANCIAL SYSTEM
RESIDENTIAL UNITS FINANCED

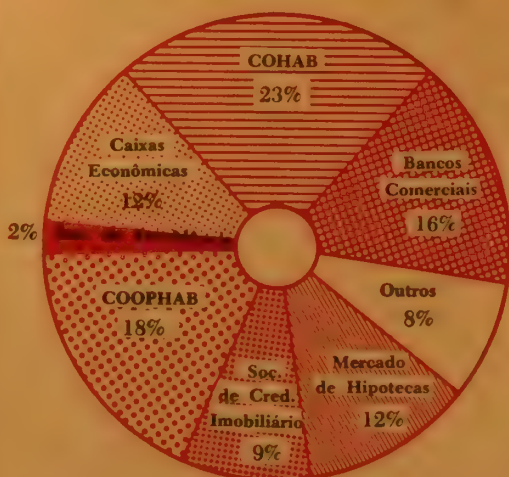
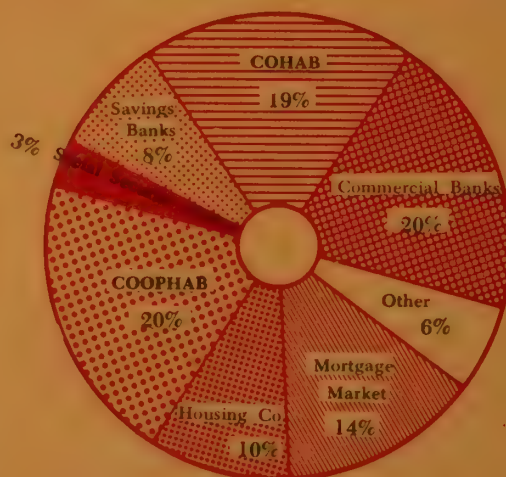
QUADRO III.19 — Mil unidades / *Thousand units*

Programa de Financiamento / *Financing Program*	Até *Until* 1966	1967	1968	1969	1970	1971	Até *Until* 1971
I — Para Construção e Aquisição / *For Building and Purchase*	52,4	103,9	162,0	169,0	107,4	97,6	692,3
II — Para Compra de Material de Contrução / *For Building Material Purchase*	—	0,2	3,6	9,8	16,7	16,6	46,9
TOTAL	**52,4**	**104,1**	**165,6**	**178,8**	**124,1**	**114,2**	**739,2**

Os depósitos do FGTS apresentaram saldo de cerca de Cr$ 9,8 bilhões em dezembro de 1971. Somente nesse ano o BNH creditou aproximadamente Cr$ 1,5 bilhão de correção monetária e Cr$ 0,4 bilhão de juros nas seis milhões de contas que compõem esse fundo. Durante o período foram efetuados depósitos no FGTS da ordem de Cr$ 3,5 bilhões, ao mesmo tempo em que os participantes receberam aproximadamente Cr$ 1,5 bilhão através de saques efetuados nas contas vinculadas.

Na execução dos programas de saneamento básico firmaram-se convênios, prevendo o abastecimento de água para 2.179 municípios, dos quais em 340 já se executaram obras orçadas em Cr$ 2,5 bilhões, para o atendimento de uma população de cerca de 34 milhões de pessoas.

Na área das indústrias de materiais de construção e daquelas voltadas para a construção civil, foram concedidos em 1971 financiamentos no valor de Cr$ 0,8 bilhão, que geraram um total de investimentos da ordem de Cr$ 2,0 bilhões.

GRÁFICO III 7

a — Banco Nacional da Habitação

O total de Cr$ 10,1 bilhões dos financiamentos concedidos pelo BNH, conforme seu balanço ajustado de 1971, apresenta incremento de 58,6% (Cr$ 3,7 bilhões), em confronto com o valor registrado no ano anterior.

No exercício de 1971 foram contratadas a construção e aquisição de 114 mil unidades residenciais com a interveniência do Banco, correspondendo a um decréscimo de 8% em relação ao total alcançado em 1970 (124 mil), em conseqüência do menor ritmo de crescimento da demanda.

Cerca de 97,0% do ativo do Banco constituiu-se de financiamentos concedidos através dos agentes do sistema financeiro da habitação e de ORTN, sendo inexpressivos os valores das demais contas. Com respeito à composição das aplicações, verifica-se, na posição de 31.12.71, redução dos repasses às caixas econômicas (de 12% do total em 1970 para 8%) e às companhias habitacionais estaduais (de 23% do total em 1970 para 19%), tendo sido aumentada a participação das outras entidades repassadoras. Em relação a dezembro do ano anterior, o crescimento das aplicações em ORTN foi de 71,5% (Cr$ 651 milhões), totalizando Cr$ 1,6 bilhão, ou seja, 13% do ativo real.

A conta de depósitos do FGTS, no valor de Cr$ 9,8 bilhões para 1971 e representando 82,0% do total do passivo e 95,0% da soma das exigibilidades, acusou o incremento de 62,5%, isto é, Cr$ 3,8 bilhões, na comparação entre os balanços dos dois anos. O acréscimo relativo à arrecadação líquida do FGTS no período foi de 46,0%, no valor de Cr$ 2,0 bilhões. Observa-se também que a média mensal dos recolhimentos líquidos apresentou variação positiva de 32,0% (Cr$ 166 milhões em 1971 e Cr$ 126 milhões em 1970), apesar do aumento na relação ressarcimento/recolhimento (43,6% em 1971 e 39,8% em 1970).

No final do exercício de 1971, o BNH foi transformado em empresa pública com o capital inicial de Cr$ 1,0 bilhão (Lei 5.672, de 14.12.71). A importância dessa transformação está contida na maior flexibilidade operacional, propícia ao desenvolvimento dos programas a cargo da Instituição.

Além dos programas destinados ao financiamento de habitações, o BNH administra o Programa de Financiamento para o Saneamento (FINANSA) e o Programa de Financiamento de Materiais de Construção (FIMACO).

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

BALANCETE AJUSTADO

ADJUSTED BALANCE SHEET

QUADRO III.20-A

Saldo em fim de ano
Balance at end of year

Ativo *Assets*	1970 Cr$ milhões	1970 % do total do Ativo *% of total Assets*	1971 Cr$ milhões	1971 % do total do Ativo *% of total Assets*
Encaixe *Cash*	30	0,4	24	0,2
Títulos e Valores *Securities*	910	12,2	1 561	13,0
ORTN *Indexed Treasury Bonds*	910	12,2	1 561	13,0
Outros *Other*	0	0	0	0
Créditos a Curto Prazo *Short Term Credits*	28	0,4	26	0,2
Financiamentos e Refinanc. Imobiliários *Housing Refinancing*	6 377	85,2	10 115	84,4
Bancos Comerciais *Commercial Banks*	1 073	14,3	2 003	16,7
Caixas Econômicas *Savings Banks*	690	9,2	825	6,9
COHAB's	1 412	18,9	1 883	15,7
COOPHAB's	1 147	15,3	1 981	16,5
Sociedades de Crédito Imobiliário *Housing Credit Co.*	482	6,4	951	7,9
Associações de Poupança e Empréstimo *Savings and Loans Associations*	224	3,0	340	2,8
Institutos de Previdência Social *Social Security Institutes*	146	1,9	249	2,1
Outras Entidades *Other Entities*	176	2,4	340	2,8
Letras Imobiliárias *Housing Bonds*	137	1,8	136	1,1
Cédulas Hipotecárias *Mortgage Bonds*	890	11,9	1 407	11,9
Créditos a Prazo Indeterminado *Other Credits*	87	1,2	174	1,5
Imobilizado *Fixed Assets*	49	0,6	83	0,7
TOTAL	7 481	100,0	11 983	100,0

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

BALANCETE AJUSTADO
ADJUSTED BALANCE SHEET

QUADRO III.20-B

Saldo em fim de ano
Balance at end of year

Passivo *Liabilities*	1970 Cr$ milhões	1970 % do total do Passivo *% of total Liabilities*	1971 Cr$ milhões	1971 % do total do Passivo *% of total Liabilities*
Depósitos *Deposits*	132	1,8	136	1,1
Caixas Econômicas *Saving Banks*	27	0,4	10	0,1
Sociedades de Crédito Imobiliário *Housing Credit. Co.*	102	1,4	123	1,0
Outras Instituições *Other Institutions*	3	0	3	0
Outras Exigibilidades de Curto Prazo *Short Term Liabilities*	12	0,2	15	0,1
Obrigações de Longo Prazo *Long Term Liabilities*	6 167	82,4	9 977	83,2
FGTS *Unemployment Insurance Fund*	6 040	80,7	9 813	81,9
Financiamentos Externos *Foreign Loans*	127	1,7	164	1,3
Letras Imobiliárias de Emissão do BNH *Housing Bonds Issued by BNH*	149	2,0	176	1,5
Recursos Próprios *Capital Account*	982	13,1	1 596	13,3
Capital	525	7,0	1 000	
Fundos e Reservas *Reserves*	457	6,1	506	5,0
Outras Obrigações *Other Liabilities*	39	0,5	83	0,8
TOTAL	7 481	100,0	11 983	100,0

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

UNEMPLOYMENT INSURANCE FUND

QUADRO III.21

Cr$ milhões

Timestre *Quarters*	Arrecadação Bruta *Gross Receipts* A	Ressarcimentos Efetuados *Disbursements* B	Arrecadação Líquida *Net Receipts* B-A	% *B/A*	Saldo *Balance*
1968					
I	301	28	273	9,3	865
II	277	45	232	16,2	1 097
III	311	67	244	21,5	1 341
IV	334	75	259	22,5	1 600
1969					
I	448	97	351	21,7	1 951
II	407	126	281	31,0	2 232
III	449	135	314	30,1	2 546
IV	448	210	278	43,0	2 824
1970					
I	621	185	436	29,8	3 260
II	560	238	422	42,5	3 582
III	636	288	348	45,3	3 930
IV	699	291	408	41,6	4 338
1971					
I	882	308	574	34,9	4 912
II	798	381	417	47,7	5 329
III	876	422	454	48,2	5 783
IV	971	426	545	43,9	6 328

O FINANSA objetiva prover e adequar os sistemas de água e esgotos nos centros urbanos, tendo aplicado, desde o início do projeto até dezembro de 1971, o montante de Cr$ 429 milhões, sendo Cr$ 162 milhões no exercício passado. O programa é exercido através dos subprogramas de Refinanciamento de Sistemas de Abastecimento D'Água (REFINAG), que absorveu, em 1971, 79,6% das aplicações, de Refinanciamentos de Sistemas de Esgotos (REFINESG), responsável por mais 5,6% e pelas aplicações do subprograma de Estímulos ao Sistema Financeiro do Saneamento (EFISAN), com 14,8%.

O FIMACO, cujas aplicações totalizaram no período 1968-71 Cr$ 1,6 bilhão (Cr$ 760 milhões em 1971), tem por finalidade estimular o desenvolvimento da indústria de materiais de construção, com vistas à ampliação da oferta e à redução dos custos dos insumos. Este programa é desenvolvido através dos subprogramas de Refinanciamento ao Consumidor de Materiais de Construção (RECON), de Refinanciamento do Investimento no Ativo Fixo das Empresas Produtoras e Distribuidoras de Materiais de Construção (REINVEST) e de Refinanciamento do Capital de Giro das Empresas Produtoras de Materiais de Construção (REGIR). Pela ordem, esses subprogramas tiveram, em 1971, aplicações em relação ao total, de 60% (Cr$ 436 milhões), de 29,5% (Cr$ 227 milhões) e de 10,5% (Cr$ 77 milhões).

b — Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI)

As fontes principais de recursos das sociedades de crédito imobiliário — letras imobiliárias, depósitos de poupança e empréstimos do BNH — somaram Cr$ 4,2 bilhões em 31.12.71, comparados a Cr$ 2,5 bilhões em dezembro do ano anterior, portanto com crescimento de 68,0%.

As vendas de letras imobiliárias ao público aumentaram de 60,2% (Cr$ 1,1 bilhão) em 1971, quando atingiram Cr$ 2,8 bilhões. Tais letras apresentaram excelentes condições de concorrência no mercado de títulos de renda fixa. Na verdade, não considerados os incentivos fiscais, sua rentabilidade foi de 32,7% ao ano em 1971.

As SCI detiveram, em 1971, 7,7% (Cr$ 293 milhões) do total dos depósitos do sistema brasileiro de poupança e empréstimo, com 16,8% (365 mil) do número de contas. O saldo dos depósitos de poupança nas mesmas aumentou de 99,3% (Cr$ 146 milhões) entre dezembro de 1970 e dezembro de 1971.

Os empréstimos do Banco Nacional da Habitação às SCI cresceram de 97,3% (Cr$ 469 milhões) até dezembro, alcançando o valor de Cr$ 951 milhões e representando 10,0% do total dos empréstimos concedidos pelo Banco. No final do ano, o saldo dos empréstimos concedidos pelo BNH para compra de letras imobiliárias permaneceu inalterado em relação ao final de 1970, totalizando Cr$ 136 milhões.

O número de SCI evoluiu de 44, em 1970, para 45, em 1971. Como no caso de outros intermediários financeiros, verifica-se acentuada concentração geográfica na Guanabara e São Paulo, com 24 sedes.

LETRAS IMOBILIÁRIAS
HOUSING BONDS

QUADRO III.22 — Cr$ milhões

Período *Period*	Vendas Líquidas / *Net Sales* Ao Público *To the Public*	Ao BNH *To BNH*	Saldo em fim de Período *Balance at end of period*
1966	7	5	12
1967	70	133	215
1968	321	29	565
1969			
I	11	16	692
II	128	3	823
III	98	19	939
IV	125	7	1 071
1970			
I	160	4	1 235
II	194	0	1 429
III	156	– 14	1 571
IV	292	– 1	1 862
1971			
I	154	–	2 016
II	48	– 2	2 062
III	319	12	2 393
IV	517	– 3	2 907

c — Associação de Poupança e Empréstimo (APE)

Os depósitos de poupança nas APE ao final de dezembro de 1971 totalizavam Cr$ 215 milhões, dos quais apenas Cr$ 4 milhões se referiam a depósitos obrigatórios ou vinculados. O crescimento dos depósitos de poupança no período foi de 43,3%, ou seja, Cr$ 65 mi-

lhões. As APE detiveram, em 1971, 5,7% do saldo desses depósitos no sistema brasileiro de poupança e empréstimos, com 15,3% (332 mil) do número de contas existentes.

Os empréstimos do BNH a essas associações evoluiram de Cr$ 223 milhões, em 31.12.70, para Cr$ 340 milhões em 31.12.71, variando de 52,4%. Esses recursos correspondem a 3% do total dos financiamentos concedidos pelo Banco.

III.2.7 – Caixas Econômicas

a – Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica Federal, unificada **através** do Decreto-Lei 759, de 12.8.69, apre**senta** variação positiva de 53,5% (Cr$ 2,8 bilhões) em suas operações, que atingiram Cr$ 8,1 bilhões em dezembro de 1971. A conta de empréstimos, com Cr$ 4,8 bilhões (59% do total do ativo), conforme o balanço ajustado, mostra incremento de 54,3% (Cr$ 1,7 bilhão), em confronto com o valor registrado no ano anterior. Os financiamentos habitacionais (92 mil contratos) representaram 54,8% (Cr$ 2,6 bilhões) dos empréstimos realizados e 32,3% do total do ativo, com o incremento de 57,0% (Cr$ 956 milhões), no período. Os créditos hipotecários aumentaram de 105,2% (Cr$ 505 milhões), atingindo a cifra de Cr$ 985 milhões (20,5% da soma dos empréstimos). As aplicações em valores imobiliários situaram-se em 4,1% do ativo e constituiram-se principalmente de aquisições de ORTN (Cr$ 269 milhões).

BALANCETE AJUSTADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 1/

ADJUSTED BALANCE SHEET OF CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 1/

Saldos em fim de período
Balance at End of Period
Cr$ milhões

QUADRO III.23

Discriminação	1970	1971				Item
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez	
ATIVO	5 307	6 779	6 481	7 828	8 145	ASSETS
Encaixe	263	300	453	416	365	*Cash*
Empréstimos	3 112	3 457	3 897	4 320	4 802	*Loans*
Bens de Consumo Durável	118	118	115	119	132	*Consumer Credits*
Crédito Pessoal	557	614	610	669	686	*Personnel Credits*
Habitacionais	1 677	1 856	2 078	2 303	2 633	*Housings*
Hipotecários	480	581	764	817	985	*Mortgage*
Penhores	117	127	133	139	143	*Pawns*
Outros	163	161	197	214	223	*Other*
Valores Mobiliários	331	243	283	234	333	*Securities*
Imóveis Não Destinados a Uso	92	93	231	249	258	*Real Estate*
Imobilizado	327	359	218	230	246	*Fixed Assets*
Outros Créditos	1 182	2 327	1 399	2 379	2 141	*Other Credits*
PASSIVO	5 307	6 779	6 481	7 828	8 145	*LIABILITIES*
Recursos Próprios	1 013	1 939	1 237	2 490	1 638	*Capital Account*
Depósitos à Vista	1 069	985	1 067	1 098	1 083	*Demand Deposits*
Populares	616	603	539	577	554	*Private*
Sem Limite	270	197	328	294	318	*Unlimited Deposits*
Outros	183	185	200	227	211	*Other*
Depósitos à Prazo	1 298	1 535	1 696	1 925	2 198	*Long Term Deposits*
Poupança Voluntária	1 189	1 402	1 552	1 765	2 029	*Saving Deposits*
Prazo Fixo	74	73	73	76	76	*Time Deposits*
Judiciais	8	17	24	35	46	*Sub-Judice*
Outros	27	43	47	49	47	*Other*
Outras Exigibilidades	1 927	2 320	2 481	2 315	3 226	*Other Liabilities*
BNH - Refinanciamentos	431	445	476	508	527	*BNH – Refinancing*
Empréstimos e Refinanciamentos	55	55	55	67	89	*Loans and Refinancing*
Diversos	1 441	1 820	1 950	1 740	2 610	*Other*

1/ Unificação efetivada em agosto/70 - Dec.-lei n.º 759, de 12.8.69.
By Decree-Law n.º 759, of August/70, 12.th the administration of the Caixa Econômica Federal in the states was centralized.

A Caixa Econômica Federal obteve seus recursos basicamente através de depósitos de poupança, depósitos à vista e refinanciamentos do BNH, equivalentes a 31,2%, 16,6% e 8,2%, respectivamente, do total do exigível. Os depósitos de poupança cresceram no período de 70,6% (Cr$ 840 milhões) e representaram 61,8% de todos os depósitos da instituição. A Caixa deteve, no final de 1971, 53,9% (Cr$ 2,1 bilhões) do saldo global dos depósitos de poupança. O incremento dos depósitos à vista foi lento, atingindo apenas 1,3%. Os refinanciamentos do BNH à Caixa, correspondendo a 5% do total dos empréstimos do Banco, somaram Cr$ 539 milhões em 31.12.71, maiores em 22,3% no confronto com 1970. Os recursos próprios da instituição, capital mais reservas (20,1% do total do passivo), no montante de Cr$ 1,6 bilhão, apresentaram crescimento de 61,7 (Cr$ 625 milhões). Em março de 1971, o capital da Caixa foi aumentado de Cr$ 353 milhões para Cr$ 900 milhões.

A Lei Complementar n.º 7, de 7.9.70, delegou à Caixa Econômica Federal a administração do Programa de Integração Social (PIS), através da criação do Fundo de Participação, cujos recursos são originários de percentuais incidentes sobre o faturamento e sobre o imposto de renda devido pelas empre-

FUNDO DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
SOCIAL INTEGRATION PROGRAM FUND

QUADRO III.24

Saldos em fim de período
Balance at end of period
Cr$ milhões

Discriminação *Item*	1971						
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
ATIVO ***Assets***							
Encaixe *Cash*	3	—	5	21	5	25	5
Empréstimos *Loans*	3	17	28	56	143	173	245
Instituições Financeiras *Finance Institutions*	—	—	—	10	70	90	110
Banco do Brasil	—	—	—	—	50	50	50
FINAME	—	—	—	10	20	40	60
Outras Instituições *Other*	—	—	—	—	—	—	—
Outros *Other*	3	17	28	46	73	83	135
Indústria *Manufacturing Credits*	3	16	7	13	22	32	61
Hipotecários *Mortgage*	—	1	21	23	21	21	42
Comércio *Commercial Credits*	—	—	—	10	30	30	32
Títulos e Valores Mobiliários *Securities*	40	41	66	67	43	38	46
Títulos Públicos Federais *Federal Bonds*	15	—	25	25	—	—	7
Certificados de depósitos *Deposit Certificate*	25	41	41	42	43	38	39
Outros *Other*	—	—	—	—	—	—	—
Outras Contas *Other Credits*	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ATIVO E PASSIVO ***Total Assets and Liabilities***	46	58	99	144	191	236	296
PASSIVO ***Liabilities***							
Arrecadação *Contributions*	46	54	97	139	185	230	279
Outras Contas *Other Liabilities*	0	4	2	5	6	6	17

sas. A Resolução 174, de 25.2.71, do Banco Central, regulamentou as atividades do PIS, dispondo sobre a canalização de crédito aos diversos setores da economia, mediante operações de financiamento, refinanciamento e investimento. Tais aplicações atingiram o valor de Cr$ 291 milhões em 1971, enquanto a arrecadação do PIS totalizou Cr$ 279 milhões, com a média mensal de Cr$ 46 milhões.

b — Caixas Econômicas Estaduais

Em 1971, as operações das Caixas Econômicas Estaduais aumentaram de 36,6% (Cr$ 768 milhões), tendo alcançado Cr$ 2,9 bilhões em dezembro. As operações de empréstimos cresceram de 40,9% (Cr$ 674 milhões), correspondendo a 81,1% (Cr$ 2,3 bilhões) do ativo consolidado dessas entidades. Da soma dos empréstimos, 31,7% (Cr$ 736 milhões) constituem financiamentos para aquisição ou construção de moradias (26 mil contratos), na forma do Plano Nacional da Habitação, apresentando o incremento de 40,7% (Cr$ 213 milhões), na comparação de seus dois últimos balanços. Os demais créditos hipotecários atingiram o valor de Cr$ 784 milhões, com o crescimento de 42,8% (Cr$ 235 milhões),

BALANCETE CONSOLIDADO DAS CAIXAS ECONÔMICAS ESTADUAIS [1/]

CONSOLIDATED BALANCE SHEET OF STATE SAVINGS BANKS [1/]

QUADRO III.25

Saldos em fim de período
Balance at end of Period
Cr$ milhões

Discriminação	1970	1971				Item
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez	
ATIVO	**2 096**	**2 238**	**2 415**	**2 568**	**2 864**	***ASSETS***
Encaixe	113	123	139	205	195	*Cash*
Empréstimos	1 648	1 803	1 969	2 099	2 322	*Loans*
Governos Estaduais	3	3	33	1	45	*State Government*
Governos Municipais	225	229	239	264	288	*Municipal Government*
Autarquias	13	12	9	8	8	*Autonomous Public Entities*
Crédito Pessoal	146	155	163	179	205	*Personnel Credits*
Caucionados	48	55	33	30	30	*Under Guarantee*
Habitacionais	523	547	581	649	736	*Housings*
Hipotecários	549	643	718	764	784	*Mortgage*
Rurais	44	57	68	69	76	*Rural*
Outros	97	102	125	135	150	*Other*
Valores Mobiliários	32	10	7	4	54	*Securities*
Imóveis Não Destinados a Uso	23	22	23	23	31	*Real Estate*
Imobilizado	87	90	93	94	95	*Fixed Assets*
Outros Créditos	193	190	184	143	169	*Other*
PASSIVO	**2 096**	**2 238**	**2 415**	**2 568**	**2 864**	***LIABILITIES***
Recursos Próprios	239	203	230	194	336	*Capital Account*
Depósitos à Vista	749	704	732	654	670	*Demand Deposits*
Populares	487	469	469	479	467	*Private*
Sem Limite	67	48	39	44	39	*Unlimited*
Poderes Públicos	119	102	143	91	126	*Public Sector*
Outros	76	85	81	40	38	*Other*
Depósitos à Prazo	751	912	1 020	1 202	1 407	*Long Term Deposits*
Poupança Voluntária	605	757	857	1 027	1 232	*Saving*
Judiciais	133	145	162	170	170	*Sub-Judice*
Outros	13	10	1	5	5	*Other*
Demais Exigibilidades	357	419	433	518	451	*Other Liabilities*
BNH — Refinanciamentos	226	240	246	250	264	*BNH — Refinancing*
Empréstimos e Refinanciamentos	41	43	53	58	68	*Loans and Refinancing*
Outros	90	136	134	210	119	*Other*

1/ Caixas Econômicas de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Santa Catarina.
State Savings Banks of São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás and Santa Catarina.

sendo que essas operações representam 33,8% do total de financiamentos dessas entidades. As outras contas de empréstimos registram variações menos expressivas e correspondem a 34,5% do total de créditos.

O incremento, no período, dos depósitos nas caixas econômicas estaduais foi de 38,5% (Cr$ 577 milhões), correspondendo a 89,4% (Cr$ 2,1 bilhões) do passivo total. Os depósitos de poupança aumentaram de 103,6% (Cr$ 627 milhões), registrando Cr$ 1,2 bilhão em dezembro de 1971, valor representativo de 32,5% do saldo global de depósitos de poupança. Os depósitos à vista decresceram no exercício em 10,5% (Cr$ 79 milhões), registrando o valor de Cr$ 670 milhões. Em 31.12.71, os financiamentos concedidos pelo BNH a essas instituições somavam Cr$ 286 milhões (2,8% do total dos empréstimos do Banco), com o crescimento de 18,2%, ou seja, Cr$ 44 milhões, no confronto com o final de 1970.

Presentemente, estão em operação 5 caixas econômicas estaduais, sediadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Santa Catarina.

III.2.8 — Bancos de Investimento

Em 1971, o saldo das operações globais dos bancos de investimento mostrou elevação de 92,6%. Verificou-se no ano expansão da rede de bancos de investimento com a criação de dez novos bancos, originados principalmente da fusão de sociedades de crédito, financiamento e investimento. Em consequência, no final do período, o número de sedes desses organismos se elevava a 40, com 144 dependências. Ao mesmo tempo, verificou-se substancial acréscimo na dimensão média dos bancos de investimento. Seu patrimônio líquido que era, em média, de Cr$ 35 milhões, cresceu para Cr$ 49 milhões até o final de 1971.

BANCOS DE INVESTIMENTO
BALANCETE CONSOLIDADO

INVESTMENT BANKS
CONSOLIDATED BALANCE SHEET

QUADRO III.26

Saldos em fim de ano
Balance at end of year

Discriminação	1970	% s/total	1971	% s/total	*Item*
ATIVO	**8 189**	**100,0**	**15 771**	**100,0**	***ASSETS***
Encaixe	262	3,2	701	4,4	*Cash*
Deveds. p/Respon. Cambiais	1 906	23,3	2 566	16,3	*Debitors (exchange respons.)*
Emprést. e Financiamentos	2 685	32,8	4 648	29,5	*Loans*
FINAME	314	3,8	629	4,0	*FINAME*
Resolução n.º 63	672	8,2	1 686	10,7	*Resolução n.º 63*
Títs. e Valores Mobil.	1 005	12,3	2 139	13,6	*Securities*
Outras Contas	1 345	16,4	3 402	21,5	*Other*
PASSIVO	**8 189**	**100,0**	**15 771**	**100,0**	***LIABILITIES***
Recursos de Terceiros	1 060	12,9	1 947	12,3	*Capital Account*
Capital Autorizado	753	9,2	1 265	8,0	*Paid-in Capital*
Reservas e Fundos	307	3,7	682	4,3	*Reserves*
Recursos de Terceiros	6 510	79,5	12 654	80,3	*Third Parties Resources*
Aceites Cambiais	1 774	21,7	2 407	15,3	*Acceptances*
Depósitos a P. Fixo	2 808	34,3	5 755	36,5	*Time Deposits*
FINAME	275	3,3	612	3,9	*Refinancing — FINAME*
Resolução n.º 63	670	8,2	1 676	10,6	*Loans — Resolução 63*
Outros	983	12,0	2 204	14,0	*Other*
Outras Contas	619	7,6	1 170	7,4	*Other Accounts*

As operações desses bancos se processaram de forma a ampliar o grau de sua especialização no mercado financeiro. Os fundos por eles captados sob a forma de depósitos a prazo fixo cresceram de importância nos seus recursos totais (de 34,3% em 1970 para 36,5% em 1971), a participação dos aceites cambiais — recursos de utilização exclusiva das "financeiras" — no passivo global dos bancos de investimento. Observe-se, entretanto, que o aumento do saldo dos recursos captados através de aceites cambiais se deve à transformação de "financeiras" em bancos de investimento. O crescimento dos depósitos a prazo fixo foi da ordem de 105,0%, enquanto os aceites cambiais aumentaram de 35,7%.

Outras fontes importantes de recursos para os bancos de investimento consistiram nos empréstimos do exterior na forma da Resolução n.º 63, do Banco Central (+ 150,2%), nos repasses da FINAME (+ 122,5%), e, em menor escala, de recursos do Banco Nacional da Habitação, destinados ao programa de financiamento de materiais de construção (FIMACO).

O saldo dos empréstimos deferidos pelos bancos de investimento elevou-se a Cr$ 9 529 milhões, em 31.12.71, com a parcela de Cr$ 9 161 milhões relativa a créditos a médio e longo prazos a atividades produtivas, situando-se a parcela de empréstimos a consumidores no nível de Cr$ 368 milhões. Os níveis para 31.12.70 foram os seguintes: Cr$ 5 577, Cr$ 5 360 e Cr$ 217 milhões.

DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO

CAPITAL DISTRIBUTION OF INVESTMENTS BANKS

QUADRO III.27

Capital — Cr$ milhões	Número de Bancos *Number of Banks* 1970	1971
10 — 15	2	—
15 — 20	16	14
20 — 25	3	4
25 — 30	3	5
30 — 35	4	4
35 — 40	—	1
40	2	12
TOTAL	30	40

O ativo desses bancos, sob a forma de valores mobiliários apresentou o crescimento expressivo de 112,8%, elevando-se o saldo dessas operações a Cr$ 2 139 milhões, em 31.12.71, saldo em que têm participação importante as ações e outras obrigações de emissão de empresas privadas.

A atuação dos bancos de investimento no mercado de capitais também se fez sentir de forma significativa, em 1971, através da administração de fundos de investimento e de operações de lançamento de novos papéis ao público. Ao final do ano, 37 bancos de investimento administravam fundos mútuos, com valor patrimonial correspondente a 63% do total desse tipo de fundo. Por sua vez, os 33 fundos fiscais do Decreto-lei n.º 157, sob a administração destes bancos, possuiam valor superior a 71% do patrimônio global desses fundos.

Os bancos de investimento exerceram papel de relevância na liderança, patrocínio e seleção técnica de novos papéis oferecidos ao público. Em 1971, aumentou substancialmente sua participação, tanto no volume como no valor das emissões, liderando 106 lançamentos (41% do total), os quais correspondem a 50% do valor global (Cr$ 1,1 bilhão). Registre-se a exclusividade da liderança dos bancos de investimento, isoladamente ou em consórcio, nos lançamentos para oferta pública, de valor de emissão superior a 50 mil vezes o maior salário mínimo vigente.

No mercado de curto prazo, os bancos de investimento se destacaram, entre as instituições financeiras, nas negociações com Letras do Tesouro Nacional tanto nas vendas como nas compras ao Banco Central no mercado secundário, assim como nas subscrições, participando respectivamente, com 78%, 65% e 60% do movimento global de cada um desses itens, no período em análise.

Como medida regulamentar, merece destaque a autorização dada através da Resolução n.º 178, de 9.3.71, do Banco Central, para que os bancos de investimento aumentassem suas aplicações, em bens de ativo fixo, de 10% para 30% do capital e reservas livres. Tal medida foi motivada principalmente pela expansão das atividades desses bancos, além de se estabelecer um tratamento equitativo, visto que as *"financeiras"* e os bancos de desenvolvimento já estavam autorizados legalmente a operar dentro dos mencionados limites.

III.2.9 — Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento ("FINANCEIRAS")

As *"financeiras"*, além de apresentarem crescimento expressivo em suas operações em 1971, atingiram maior grau de especialização, dirigindo proporção crescente de suas atividades de financiamento ao consumidor ou usuário final, faixa que lhes é legalmente reservada.

Ao fim de 1971, o número de "financeiras" em funcionamento era de 168, com redução de 44, no confronto com o ano de 1970. Acentuou-se, assim, a tendência de redução paulatina do número dessas instituições, comportamento esse que vem ocorrendo sob a ação e orientação do Banco Central, que tem procurado estimular fusões e incorporações, com objetivo de levar as instituições financeiras a uma dimensão mais eficiente.

Os padrões de segurança e eficiência das *"financeiras"* apresentaram melhoria significativa no ano. A distribuição do capital dessas instituições mostra ter havido forte concentração nas empresas de maior porte, de vez que o número de "financeiras" com capital acima de Cr$ 5 milhões, que representava 20,7% em 1970, elevou-se para 43,5% do total em 1971.

O total de empréstimos, mediante aceite cambial realizados por *"financeiras"*, aumentou de Cr$ 6 172 milhões (96,8%), atingindo o saldo, em 31.12.71, de Cr$ 12 551 milhões. Com isso, ampliou-se a proporção dos seus empréstimos com base em aceites cambiais comparativamente aos efetivados por bancos de investimento (77,0% em 1970 e 83,0% em 1971), ao mesmo tempo em que se elevou a parcela dessas operações das *"financeiras"* dirigidas a créditos a consumidores.

DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL DAS FINANCEIRAS

CAPITAL DISTRIBUTION OF FINANCE CO.

QUADRO III.28

Capital — Cr$ milhões	N.º de Financeiras / *N.º of Financial Co.* 1970	1971
0,5 — 1	7	4
1 — 2	20	9
2 — 3	81	31
3 — 4	38	32
4 — 5	22	19
+ 5	44	73
TOTAL	**212**	**168**

EMPRÉSTIMOS MEDIANTE ACEITE CAMBIAL

ACCEPTANCE OPERATIONS

QUADRO III.29 — Cr$ milhões

Meses / *Months*	1970 Financeiras / *Finance Companies*	1970 Bancos de Investimentos / *Investment Banks*	1970 Total	1971 Financeiras / *Finance Companies*: Crédito ao Consumidor / *Consumer Credit*	1971 Financeiras: Capital de giro / *Working Capital*	1971 Financeiras: Total	1971 Bancos de Investimentos / *Investment Banks*: Crédito ao Consumidor / *Consumer Credit*	1971 Bancos de Investimentos: Capital de Giro / *Working Capital*	1971 Bancos de Investimentos: Total	Total Geral / *Grand Total*
Janeiro	4 611	1 746	6 357	7 508	313	7 821	192	1 733	1 925	9 746
Fevereiro	4 686	1 776	6 462	7 839	234	8 073	187	2 011	2 198	10 271
Março	4 800	1 749	6 549	8 064	241	8 305	173	2 108	2 279	10 584
Abril	4 894	1 735	6 629	8 376	119	8 495	150	2 093	2 243	10 738
Maio	5 097	1 755	6 852	8 594	122	8 716	404	2 061	2 465	11 181
Junho	5 229	1 753	6 982	8 845	116	8 961	385	2 096	2 481	11 442
Julho	5 402	1 749	7 151	9 104	108	9 212	452	1 940	2 392	11 604
Agosto	5 556	1 732	7 288	9 992	111	10 103	407	1 906	2 313	12 416
Setembro	5 718	1 778	7 496	10 403	105	10 508	410	1 973	2 383	12 891
Outubro	6 018	1 810	7 828	10 857	107	10 964	428	1 974	2 402	[illegible]
Novembro	6 192	1 867	8 059	11 383	112	11 495	397	2 182	[illegible]	[illegible]
Dezembro	6 379	1 906	8 285	12 462	89	12 551	368	2 199	2 567	15 118

O custo do dinheiro para o mutuário, nas operações com aceites cambiais a 360 dias, vinculadas a crédito direto ao consumidor, não sofreu alteração importante no ano de 1971, cuja taxa foi ainda superior ao do aumento do nível geral de preços. As taxas pagas aos tomadores dessas letras, por sua vez, mantiveram-se praticamente estabilizadas no ano.

TAXAS DE JUROS

INTEREST RATES

GUANABARA

QUADRO III.30

% a.m.
Per month

Meses *Month*	Crédito ao Consumidor — 1971 *Consumer Credit — 1971*				Capital de Giro [1/] *Working Capital* [1/]			
	Custo do dinheiro para o mutuário *Rate for borrower*			Taxa do Tomador da Letra de Câmbio *Bill of Exchange Yield*	Custo do dinheiro para o mutuário *Rate for borrower*		Taxa do Tomador da Letra de Câmbio *Bill of Exchange Yield*	
	360 d	540 d	720 d		1970	1971	1970	1971
Janeiro	3,72	3,57	3,48	2,35	3,74	3,69	2,35	2,40
Fevereiro	3,70	3,55	3,47	2,34	3,56	3,69	2,34	2,40
Março	3,69	3,54	3,46	2,34	3,74	3,69	2,42	2,40
Abril	3,68	3,54	3,45	2,35	3,69	3,69	2,39	2,40
Maio	3,66	3,53	3,45	2,33	3,68	3,69	2,39	2,40
Junho	3,65	3,52	3,43	2,32	3,72	3,69	2,39	2,40
Julho	3,64	3,52	3,42	2,34	3,68	—	2,40	—
Agosto	3,62	3,49	3,41	2,35	3,64	—	2,40	—
Setembro	3,61	3,48	3,40	2,34	3,68	—	2,43	—
Outubro	3,61	3,49	3,41	2,35	3,45	—	2,42	—
Novembro	3,62	3,49	3,41	2,35	3,62	—	2,35	—
Dezembro	3,64	3,52	3,43	2,34	3,69	—	2,40	—

As *"financeiras"* estão autorizadas a participar do mercado primário, patrocinando lançamentos de ações e debêntures para oferta pública, desde que o valor da emissão não ultrapasse 50 mil vezes o maior salário-mínimo vigente. Em 1971 a participação das *"financeiras"* nessas operações manteve-se em nível pouco expressivo, alcançando Cr$ 19,7 milhões, ou seja, 0,9% do volume global. Ainda no mercado de ações, a atuação das *"financeiras"* se fez sentir através da administração de fundos mútuos, com carteiras correspondentes a 21% do patrimônio global desse tipo de fundo, proporção essa que era de apenas 4% em 1970. Do total de 110 fundos fiscais do Decreto-lei 157, detinham as *"financeiras"* a administração de 48, com patrimônio correspondente a 26% do valor global desses fundos, participação essa que era de 10% em 1970.

O número de *"financeiras"* controladas por bancos comerciais juntamente com bancos de investimentos, aumentou de 28 para 37, e sua participação no volume total de aceites passou de 28% para 48%, ficando assim evidenciada a integração crescente dessas instituições em conglomerados financeiros.

Durante 1971, foram baixadas duas Resoluções, de números 197 e 198, ambas de 30.11.71, através das quais o Banco Central procurou dar às *"financeiras"* maior flexibilidade e condições para a redução de seus custos. A primeira Resolução modificou, de 15% para 20%, o limite das operações de financiamento ao consumidor ou usuário final de prestação de serviços, permitindo aumento daquela faixa de operações. A segunda Resolução, ao dispensar alienação fiduciária de bens financiados, quando o valor for igual ou inferior a cinco vezes o maior salário-mínimo vigente no País, objetivou principalmente a obter redução dos custos operacionais das *"financeiras"*.

Além dessas Resoluções, vale destacar a decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional, em 20.5.71, que autorizou a colocação de recursos do PIS, da ordem de Cr$ 20 milhões, posteriormente aumentados para Cr$ 40 milhões, para serem repassados pela FINAME e destinados a reforçar a liquidez das *"financeiras"*. A Resolução n.º 188, daquela data, reforçou este esquema, autorizando a compra de letras de câmbio pelos fundos mútuos, com prazo de resgate inferior a 24 meses, até 31.7.71, suspendendo temporariamente as limitações contidas na Resolução n.º 164, de 24.11.70, do Banco Central.

CONTROLE ACIONÁRIO DE FINANCEIRAS
MAJORITY IN CAPITAL OWNERSHIP OF FINANCE CO.

QUADRO III.31

Detentor do Controle: *Majority Capital Held bys*	1970		1971	
	N.º de Financeiras *N.º of Companies*	Participação no Total de Aceites % *Share of Acceptances %*	N.º de Financeiras *N.º of Companies*	Participação no Total de Aceites % *Share of Acceptances %*
Bancos Comerciais .... *Commercial Banks*	55	31	39	19
Bancos de Investimento . *Investment Banks*	4	3	–	–
Bancos Comerciais e Bancos de Investimento . *Commercial and Investment Banks*	28	28	37	48
Comércio e Indústria .... *Commercial and Manufacturing Firms*	21	13	24	18
Outros .... *Other*	104	25	68	15
TOTAL	212	100	168	100

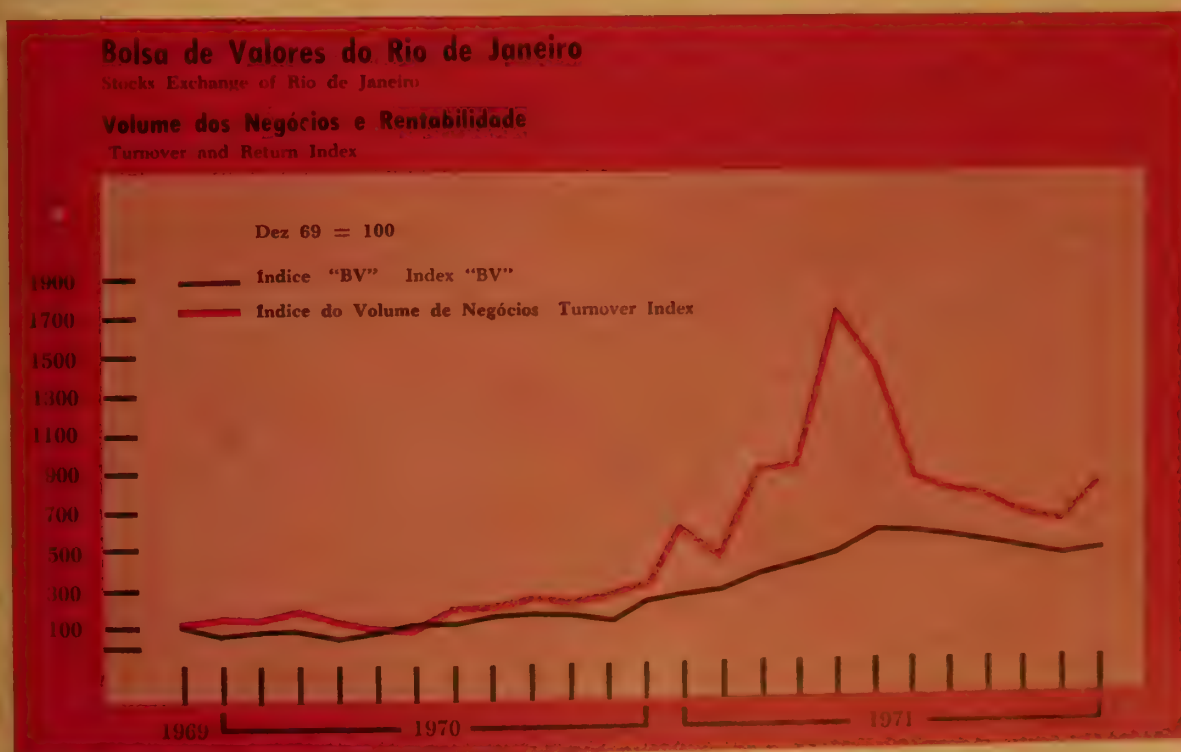
IV – MERCADO DE AÇÕES

IV — MERCADO DE AÇÕES

Os efeitos acumulados do conjunto de medidas institucionais tomadas nos últimos anos, com o objetivo de criar condições para a melhor estruturação financeira das empresas, através da redução de sua dependência em relação a recursos de empréstimos, foram sentidos em 1971. Essas determinações visaram não somente a facilitar a autocapitalização, mediante tratamento fiscal mais adequado, como também propiciar o acesso das empresas a capital de participação. Aos resultados dessas modificações, somaram-se os da contínua elevação dos índices de rentabilidade das empresas a partir de 1968.

O volume de operações processadas no mercado de ações atingiu cifras recordes em 1971. O valor global dos negócios nas Bolsas do Rio de Janeiro e São Paulo, que respondem por cerca de 95% do movimento do País, passou de uma média diária de Cr$ 19 milhões, em 1970, para Cr$ 103 milhões em 1971.

O número de papéis negociados na Bolsa do Rio de Janeiro passou de 1 033 milhões em 1970, para 2 698 milhões em 1971. Esse crescimento se concentrou ainda mais fortemente na Bolsa de São Paulo, onde a quantidade de títulos transacionados se elevou de 692 milhões em 1970 para 2 448 milhões em 1971.

GRÁFICO IV.1

O desenvolvimento do mercado acionário durante o ano de 1971 caracterizou-se por duas fases distintas. Durante o primeiro semestre as cotações apresentaram ritmo de expansão sem precedentes, ensejando, inclusive, a elevação do número de empresas cujas ações passaram a ser transacionadas em Bolsa, ao mesmo tempo que se verificava a entrada de novos investidores para o mercado. Neste período, o movimento das duas principais Bolsas do País superou em 175% o volume global negociado nas mesmas durante o exercício de 1970.

A partir do segundo semestre, verificou-se a inversão da tendência ascedente das cotações. No ano como um todo, a valorização do índice "BV" situou-se em 125% e a do BOVESPA em 120%, comparativamente a 212% e 205%, respectivamente, se considerado apenas o 1.º semestre, denotando a forte oscilação das cotações ocorrida no ano. No período, as Autoridades Monetárias mantiveram sua ação orientada no sentido de criar condições para um crescimento mais estável do mercado de ações. Uma evolução mais estável desse mercado assegura condições de acesso regular a recursos financeiros de participação às empresas que operam dentro de padrões de eficiência mais elevados. Com o objetivo de dar maior regularidade aos fluxos de poupança, canalizados através do mercado acionário, as Autoridades Monetárias tomaram medidas estabilizadoras, ampliando a participação de investidores institucionais e criando, no ano, novos mecanismos de canalização das poupanças.

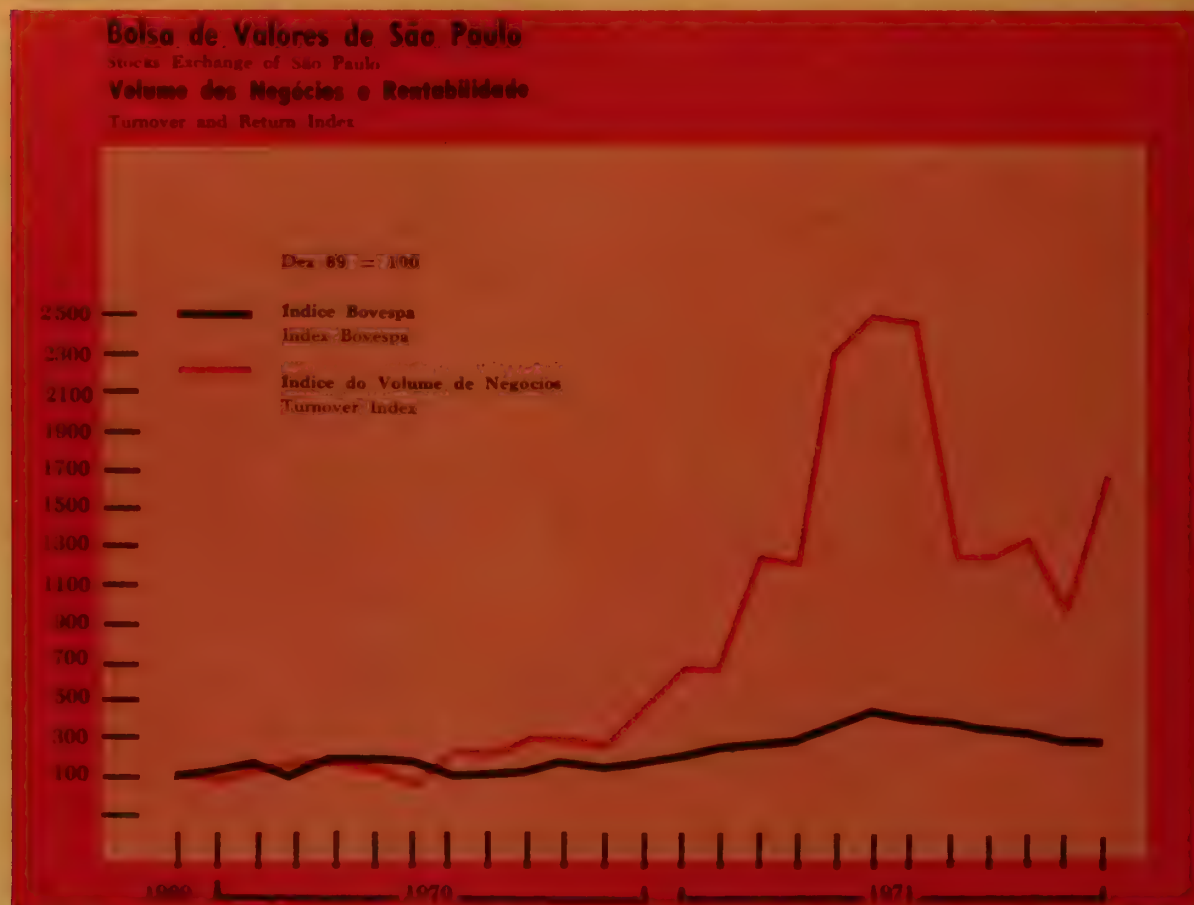



GRÁFICO IV.2

IV.1 — INCENTIVOS AO MERCADO

O ano de 1971 caracterizou-se por importantes medidas tomadas no âmbito do mercado de ações, principalmente com vistas à sua melhor organização e eficiência.

Assim, a Resolução n.º 174, de 25-2-71, do Banco Central, ao aprovar o regulamento das atividades do Fundo de Participação para a execução do Programa de Integração Social (PIS), estabeleceu condições para a orientação de seus recursos na concessão de créditos aos diversos setores da economia, inclusive com

a possibilidade de compra de papéis de renda variável.

Da mesma forma, a Resolução n.º 183, de 27-4-71, que regulamentou a Lei Complementar n.º 8, de 3-12-70, permitiu que os recursos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) possam vir a ser utilizados no fortalecimento do mercado de capitais, mediante investimentos em papéis negociáveis e financiamentos a longo prazo às empresas e assegurando, por outro lado, a formação de poupanças para o servidor público. A Resolução n.º 196, de 30-11-71, possibilitou o aprimoramento do sistema, estabelecendo critérios precisos relativos à arrecadação por parte das entidades oficiais contribuintes do PASEP.

O marcante interesse do público investidor pelo mercado secundário de ações, aliado aos novos recursos disponíveis do PIS e do PASEP, levou as Autoridades Monetárias a facilitar as condições para concessão dos certificados de capital aberto. Pela Resolução n.º 176, de 9-3-71, permitiu-se que somente 20% do capital aberto ao público fosse representado por ações ordinárias com direito a voto, com 29% adicionais podendo ser representados, optativamente, por ações ordinárias ou preferenciais.

O funcionamento das Caixas de Liquidação das Bolsas de Valores foi objeto da Resolução n.º 177, de 9-3-71, que aumentou o capital mínimo, de Cr$ 50 mil para Cr$ 150 mil, de modo a proporcionar melhores condições para a transferência mais eficiente de ações.

As aplicações das reservas técnicas das empresas seguradoras foi objeto da Resolução n.º 180, de 29-3-71, que estendeu até março de 1972 os critérios anteriormente estabelecidos pela Resolução n.º 113, de 28-4-69. Tais critérios viriam a ser complementados pela Resolução n.º 190, de 20-5-71, que incluiu as debêntures como uma das modalidades de investimentos para emprego das reservas técnicas das sociedades seguradoras. Alterações substanciais nos critérios das aplicações das reservas técnicas daquelas empresas foram estipuladas pela Resolução n.º 192, de 28-7-71, que, sem descurar da necessidade de manter um elevado grau de segurança destas aplicações, permitiu que parcela significativa pudesse vir a ser utilizada em ações, debêntures ou debêntures conversíveis de sociedades anônimas de capital aberto, negociáveis em bolsas, e cuja cotação média nos últimos 18 meses não tenha sido inferior ao valor nominal, ou ainda ações novas, debêntures ou debêntures conversíveis, emitidas por empresas destinadas à exploração de indústrias básicas.

A preocupação relativamente ao desenvolvimento do mercado primário de ações não se limitou a medidas que visassem somente as grandes empresas. Considerando que as pequenas e médias empresas têm desvantagem relativa, quanto a sua entrada no mercado de capitais, a Resolução n.º 184, de 20-5-71, liberou parcela do recolhimento compulsório para subscrição, pelo sistema bancário, de debêntures conversíveis ou de ações novas de pequenas e médias empresas.

O desenvolvimento do mercado primário foi ativado pela Resolução n.º 185, de 20-5-71, do

REGISTRO DE EMISSÕES DE AÇÕES E DEBÊNTURES NO BANCO CENTRAL
REGISTER OF STOCKS AND DEBENTURES ISSUES AT BANCO CENTRAL

QUADRO IV.1

Discriminação *Item*	1970		1971	
	Cr$ milhões	N.º de Empresas *N.º of Corporations*	Cr$ milhões	N.º de Empresas *N.º of Corporations*
– OFERTA PÚBLICA *Offering to the Public*	321,8	83	2 306,2	254
ARTIGO 14 1/ *Article 14 1/*	132,3	12	716,5	87
OUTROS *Other*	189,5	71	1 589,7	167
– DECRETO-LEI N.º 157 *Decree-Law n.º 157*	107,9	44	132,2	37
TOTAL	429,7	127	2 438,4	291

1/ Lei n.º 4.357, de 17.7.64 – Permite a dedução integral na renda bruta, para fins de imposto de renda, das ações adquiridas por pessoas físicas, até um máximo de 50% do valor da renda bruta.
Allowing deduction in gross income of individual income tax returns up to a ceiling of 50% of total gross income

Banco Central, que estabeleceu novos percentuais mínimos para aplicação, naquele mercado, dos recursos dos fundos fiscais do Decreto-lei n.º 157. Em conseqüência, as aplicações destinadas à sustentação de quotas desses fundos ou às operações no mercado secundário, ficaram reduzidas de 67%, a um máximo de 30% dos recursos arrecadados a partir de dezembro de 1971. Aquela Resolução proporcionou ainda o alargamento das atividades dos fundos fiscais, determinando que um mínimo de 20% dos recursos arrecadados fossem destinados à subscrição de ações ou debêntures conversíveis emitidas por sociedades anônimas de capital aberto, de pequeno ou médio porte, enquadradas ou não como empresas-157.

Em maio de 1971, as Autoridades Monetárias, tendo em vista possíveis problemas decorrentes de uma elevação excessiva das cotações autorizaram, com a Resolução n.º 188, de 20-5-71, os fundos mútuos de investimentos a adquirirem, até 31-7-71, letras de câmbio com prazo de resgate inferior a 24 meses, de modo a reduzir a pressão exercida por tais fundos no mercado secundário de ações. Igualmente, foi permitido que os títulos da dívida pública dos Estados e Municípios pudessem ser adquiridos pelos fundos mútuos de investimentos até um máximo de 10% do valor total de seus recursos. Tal dispositivo, baixado pela Resolução n.º 189, de 20-5-71, veio regulamentar norma da Resolução n.º 145, de 8 de maio de 1970, que previra apenas aplicações máximas em títulos de renda fixa, equivalentes a até 40% do valor global do fundo, sem entretanto autorizar expressamente a compra de títulos públicos não federais.

Um melhor dimensionamento das empresas brasileiras aos níveis de escala de produção compatíveis com o crescimento econômico foi proporcionado pela Lei 1.182, de 16-7-71, que admitiu a reavaliação do ativo imobilizado em percentuais superiores aos da simples correção monetária e até o valor de mercado, com plena isenção fiscal. A fim de supervisionar o funcionamento desse novo dispositivo legal, foi criada junto ao Ministério da Fazenda a Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas (COFIE).

Medida complementar ao fortalecimento das instituições financeiras foi o objetivo da Lei n.º 5.710, de 7-10-71, regulamentada pela Resolução n.º 201, de 20-12-71, que permite a emissão de ações preferenciais ao portador, sem direito a voto, até o limite de 50% do capital das instituições financeiras de capital aberto.

No sentido de aumentar a segurança do investidor no mercado acionário, a Resolução n.º 203, de 20-12-71, instituiu o Registro Nacional de Títulos e Valores Mobiliários. Segundo a nova sistemática, cada bolsa pode fixar exigências mínimas a serem cumpridas pelas empresas solicitantes de registro, o que implica em dizer que cada bolsa pode não admitir à cotação os títulos que não atendam a seus próprios requisitos.

Ao final do ano, verificou-se a criação pelo Decreto n.º 69.554, de 18-11-71, do Fundo de Desenvolvimento do Mercado de Capitais (FUMCAP). A ser implementado em 1972, o FUMCAP possibilitará condições ao desenvolvimento de um mercado de papéis financeiros de longo prazo, proporcionando a liquidez necessária para que tais papéis sejam aceitos correntemente no mercado. O FUMCAP agirá de forma descentralizada através de bancos de investimento, que irão assumir os riscos de análises e estudos dos projetos de viabilidade dos financiamentos. Prevê-se que esse fundo venha a contar acessoriamente com recursos de fontes multinacionais.

IV.2 — RESULTADOS DO MERCADO

Um dos fatos marcantes ocorridos na área do mercado de capitais, em 1971, foi a expansão dos negócios acionários, principalmente no primeiro semestre. No Rio de Janeiro, os negócios com papéis de risco elevaram-se de 380% durante o ano e de 785%, se considerado apenas o primeiro trimestre. Em São Paulo, o comportamento foi semelhante, ou seja, 607% e 1224%, respectivamente, para os períodos considerados. A média diária dos negócios aumentou, no Rio de Janeiro, de Cr$ 12 milhões em 1970 para Cr$ 55 milhões em 1971, e em São Paulo, de Cr$ 7 milhões para Cr$ 48 milhões. Dado o comportamento das cotações e a possibilidade de altos ganhos em prazos relativamente curtos, verificou-se excessiva demanda de ações por parte do público, em detrimento da procura de papéis de renda fixa. A rentabilidade aferida pelos indicadores habituais — "IBV" no Rio de Janeiro e "BOVESPA" em São Paulo — foi bastante elevada, com um crescimento, em 1971, de 125% e 120%, respectivamente, comparado com o resultado obtido em 1970, de 104% e 56%. Até junho, esses percentuais eram de 212% e 205%, dando a medida da expansão dos negócios na primeira metade do exercício.

A partir de agosto, todavia, observou-se uma tendência declinante, tanto no volume de negócios, quanto na valorização dos papéis transacionados, registrando-se recuperação em dezembro.

O mercado a termo também apresentou forte crescimento no primeiro semestre. Pelas Resoluções números 14, de 29-3-71, e 15, de 14-6-71, do Conselho de Administração da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foram criadas novas condições reguladoras do mercado a termo, tendo sido aumentada a margem em dinheiro requerida para garantia

BOLSA DE VALORES DO RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO STOCK EXCHANGE

QUADRO IV.2

Meses *Mouths*	Volume Total de Negócios com Ações *Total Stocks Transactions* Cr$ milhões (a)	Mercado a Termo *Forward Transactions* Cr$ milhões (b)	% b/a
1970 Total	**2 943,3**	**412,3**	**14,0**
1971 Total	**14 141,1**	**1 026,5**	**7,3**
Janeiro ..	812,4	136,0	16,7
Fevereiro	619,0	91,7	14,8
Março ...	1 234,2	169,3	13,7
Abril	1 268,7	84,4	6,7
Maio	2 333,9	176,8	7,6
Junho ...	1 899,5	119,9	6,3
Julho	1 161,3	12,1	1,0
Agosto ..	1 072,6	9,5	0,9
Setembro	975,8	10,6	1,1
Outubro .	883,6	10,2	1,2
Novembro	820,1	105,6	12,9
Dezembro	1 060,0	100,4	9,5

de operações e vedada, ainda, a divulgação das cotações na imprensa. Em novembro, com a revogação de tais medidas face à estabilização então registrada, o volume das transações a termo voltou a elevar-se praticamente aos níveis vigorantes em junho.

IV.2.1 — Oferta Pública

A elevada taxa de crescimento econômico, aliada ao aumento geral da produtividade e lucros, ensejou melhores oportunidades de participação do público na composição do capital das empresas.

O registro de emissões para oferta pública, com a interveniência de instituições financeiras (*underwriting*), demonstrou sensível aumento em relação a 1970, quer em termos de valor, com mais de 600%, quer em números de lançamentos, 254 em 1971 e 83 em 1970.

Outro resultado positivo, como conseqüência direta das novas exigências regulamentares, foi o aprimoramento técnico das instituições financeiras autorizadas a liderar os novos lançamentos. Atingiu-se uma nova etapa em direção à total abertura de informações, não só quanto ao lançamento em si, mas também com relação à situação da empresa emissora, finalidade dos recursos captados, justificativa fundamentada sobre a pretensão de ágio e esquema de distribuição.

O art. 14 da Lei n.º 4.357, de 17-7-64, ao autorizar abatimentos de até 50% do imposto de renda, para subscrição de ações nominativas na área da SUDAM, SUDENE e SUDEPE, continuou a promover a canaliza-

AÇÕES E DEBÊNTURES EM OFERTA PÚBLICA
LIDERANÇA DE LANÇAMENTOS

STOCKS AND DEBENTURES PUBLIC OFFERING

QUADRO IV.3

Discriminação *Item*	1970 Cr$ milhões	1970 N.º de Lançamentos *N.º of Offerings*	1971 Cr$ milhões	1971 N.º de Lançamentos *N.º of Offerings*
Bancos de Investimento .... *Investment Banks*	94,1	15	1 149,1	106
Bancos de Desenvolvimento .... *Development Banks*	15,0	1	189,2	5
Financeiras .... *Finance Companies*	5,2	4	19,7	2
Corretoras .... *Brokerage Companies*	91,9	37	455,4	80
Distribuidoras .... *Securities Sales Agencies*	115,6	26	492,1	60
Diversos .... *Miscellaneous*	—	—	0,7	1
T O T A L	321,8	83	2 306,2	254

REGISTROS DE EMISSÕES PARA OFERTA PÚBLICA
ARTIGO 14 — *ARTICLE 14*

REGISTER OF STOCKS ISSUES FOR PUBLIC OFFERING

QUADRO IV.4 Cr$ milhões

Discriminação / *Item*	1970	1971
Amazonas	6,1	26,2
Pará	1,8	56,4
Maranhão	11,2	59,0
Ceará	—	131,7
Rio Grande do Norte	—	29,7
Paraíba	—	72,5
Pernambuco	29,2	108,4
Bahia	84,0	198,7
Minas Gerais	—	17,5
Goiás	—	5,2
Mato Grosso	—	3,2
Rondônia	—	8,0
TOTAL	132,3	716,5

ção de apreciável volume de recursos para regiões e atividades mais carentes. Os valores registrados para 1971 atingiram Cr$ 716,5 milhões, com 87 lançamentos, bastante superiores aos Cr$ 132,3 milhões e 12 lançamentos de 1970.

Quanto à distribuição setorial das emissões para oferta pública, verificou-se que, em 1971, cerca de 53,0% do total se referia às indústrias de transformação e 17,2%, às indústrias de energia elétrica. No grupo das indústrias de transformação, tiveram participação importante as indústrias metalúrgicas, de produtos alimentares, têxtil, minerais não metálicos e química. O setor financeiro participou com 14,9% do total das emissões.

REGISTROS DE EMISSÕES DE AÇÕES E DEBÊNTURES NO BANCO CENTRAL

PARA OFERTA PÚBLICA
Distribuição por Setores de Atividade

REGISTER OF STOCKS AND DEBENTURES ISSUES AT BANCO CENTRAL

FOR PUBLIC OFFERING

Distribution by Sectors of Activity

QUADRO IV.5 Cr$ milhões

Discriminação	1970	1971	*Item*
Indústrias Extrativas de Produtos Minerais	—	24,7	*Mining Industries*
Indústrias de Transformação	237,7	1 217,3	*Manufacturing Industries*
Material Elétrico e de Comunicações	20,3	41,8	*Electric and Communications Material*
Mecânica	2,3	105,5	*Mechanics*
Metalúrgica	98,5	234,7	*Metalurgy*
Minerais não Metálicos	13,3	124,3	*Nommetallic Minerals*
Papel e Papelão	10,4	59,4	*Paper and Cardboard*
Produtos Alimentares	39,4	222,0	*Food*
Química	31,3	110,5	*Chemicals*
Textil	1,4	158,1	*Textiles*
Outras	20,8	161,0	*Other*
Construção Civil	—	83,8	*Construction*
Empresas de Transportes	0,6	50,1	*Transportation Enterprises*
Instituições Financeiras	61,1	344,3	*Finance Institutions*
Bancos Comerciais Oficiais	—	131,8	*Official Commercial Banks*
Bancos Comerciais Privados	53,2	136,3	*Private Commercial Banks*
Bancos de Investimentos	4,6	43,2	*Investment Banks*
Outras	3,3	33,0	*Other*
Serviços	1,8	51,6	*Services*
Diversões, Rádiodifusão e Televisão	—	30,1	*Entertainment, Radio and TV*
Outros	1,8	21,5	*Other*
Serviços Industriais de Utilidade Pública	—	397,0	*Public Utility Industrial Services*
Energia Elétrica	—	397,0	*Power*
Comércio de Mercadorias no Varejo	11,7	96,7	*Retail Commerce*
Combustíveis e Lubrificantes	—	19,5	*Fuel and Lubricant*
Veículos e Acessórios	6,4	30,7	*Motor Vehicles and Parts*
Outros	5,3	46,5	*Other*
Administração de Bens ou Negócios	8,9	37,4	*Business Administration and Trust*
Agropecuária	—	3,3	*Agriculture and Livestock*
TOTAL	**321,8**	**2 306,2**	*TOTAL*

IV.2.2 — Fundos Mútuos de Investimento

Ao final de 1971, encontravam-se em funcionamento 121 fundos mútuos de investimentos, que movimentavam um patrimônio líquido de Cr$ 4 737 milhões. Daquele patrimônio, 67% referiam-se a 37 fundos administrados por bancos de investimento, cabendo 21% às financeiras, com 30 fundos, e o restante (12%) aos 54 fundos vinculados a corretoras.

O exame de uma amostragem constituída pelos 20 principais fundos mútuos que, ao final de dezembro, representavam cerca de 76% em termos de valor do total das carteiras, mostra a existência de um diferencial pronunciado do excesso de vendas de quotas em relação aos resgates, até meados de outubro. Esse fato parece indicar um retardamento dos efeitos negativos das baixas ocorridas em bolsa a partir de julho, no comportamento dos investidores em fundos. Por outro lado, ao se verificar, em dezembro, uma melhoria nos negócios e nas cotações, esse diferencial voltou a se acentuar, desta vez, de forma quase imediata. As aplicações em bolsa pelos fundos mantiveram-se positivas em quase todas as semanas cobertas pela amostragem, embora com tendência declinante. A rentabilidade média dos 20 fundos da amostragem situou-se em torno de 66% durante o ano de 1971, inferior, portanto, à evolução dos índices "IBV" e "BOVESPA". O total de quotistas dos dez maiores fundos que, em 1970 era de 267 200, evoluiu, em 1971, para 716 196.

FUNDOS MÚTUOS DE INVESTIMENTOS

MUTUAL INVESTMENT FUNDS

QUADRO IV.6

Em 31 12 71
On

Regiões *Area*	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ADMINISTRADORAS *Administered By:* — Bancos de Investimento *Investment Banks*		Financeiras *Finance Co.*		Corretoras *Brokerage Co.*		Total	
	N.º de Fundos *N.º of Funds*	Valor Patrimonial *Assets* Cr$ milhões	N.º de Fundos *N.º of Funds*	Valor Patrimonial *Assets* Cr$ milhões	N.º de Fundos *N.º of Funds*	Valor Patrimonial *Assets* Cr$ milhões	N.º de Fundos *N.º of Funds*	Valor Patrimonial *Assets* Cr$ milhões
São Paulo	18	2 487,3	17	858,9	30	204,6	65	3 550,8
Guanabara	10	229,0	7	33,3	14	232,0	31	494,3
Minas Gerais	4	203,6	1	84,7	3	80,8	8	369,1
Rio Grande do Sul	3	149,3	2	16,6	2	30,4	7	196,3
Diversos	2	99,9	3	8,6	5	18,8	10	127,3
TOTAL	37	3 169,1	30	1 002,1	54	566,6	121	4 737,8

IV.2.3 — Fundos Fiscais do Decreto-Lei N.º 157

Em 1971, existiam em funcionamento 110 fundos de investimento (Decreto-lei 157), com patrimônio global de Cr$ 936 milhões. Desse patrimônio, 71% referiam-se a 33 fundos administrados por bancos de investimento, 26% por financeiras, com 48 fundos e os restantes 3%, aos 29 fundos vinculados a corretoras.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS FISCAIS – DECRETO-LEI N.º 157

INVESTMENT FUNDS OF DECREE-LAW 157

QUADRO IV.7 — Em 31.12.71 *On*

Regiões *Area*	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ADMINISTRADORAS *Administered By:* Bancos de Investimento *Investment Banks*		Financeiras *Finance Co.*		Corretoras *Brokerage Co.*		Total	
	N.º de Fundos *N.º of Funds*	Valor Patrimonial *Assets* Cr$ milhões	N.º de Fundos *N.º of Funds*	Valor Patrimonial *Assets* Cr$ milhões	N.º de Fundos *N.º of Funds*	Valor Patrimonial *Assets* Cr$ milhões	N.º de Fundos *N.º of Funds*	Valor Patrimonial *Assets* Cr$ milhões
São Paulo	13	474,8	23	168,5	17	16,0	53	659,3
Guanabara	9	70,8	10	27,1	6	8,9	25	106,8
Minas Gerais	4	35,6	1	4,4	3	0,8	8	40,8
Rio Grande do Sul	2	49,4	6	32,4	2	0,1	10	81,9
Diversos	5	34,9	8	11,6	1	0,4	14	46,9
TOTAL	**33**	**665,5**	**48**	**244,0**	**29**	**26,2**	**110**	**935,7**

FUNDOS DE INVESTIMENTOS DO DECRETO-LEI N.º 157

INVESTMENT FUNDS OF DECREE-LAW 157

QUADRO IV.8 — Cr$ milhões

Discriminação *Item*	1970	1971
Recursos *Funds*	**624,4**	**1 380,6**
Arrecadação *Collection*	308,2	523,9
Vendas em Bolsa *Sales at Stock Exchange*	211,6	611,9
Outras Receitas *Other Receipts*	69,7	205,3
Encaixe (em 31-12-69 e 31-12-70, respectivamente) *Cash (at end of previous year)*	34,9	39,5
Aplicações *Uses*	**624,4**	**1 380,6**
Subscrições de Ações *Subscriptions*	162,4	269,1
Compras de ações em Bolsa *Purchases at Stock Exchange*	178,1	431,1
Resgate de Cotas *Payments on maturity of Quotas*	177,6	437,5
Outros Pagamentos *Other Payments*	66,8	168,5
Encaixe (em 31-12-70 e 5-12-71) *Cash at end of period*	39,5	74,4

A arrecadação, em 1971, concentrada principalmente no último trimestre, elevou-se a Cr$ 216 milhões (Cr$ 155 milhões em 1970), ao passo que os resgates de certificados somaram Cr$ 260 milhões.

As subscrições, por esses fundos, elevaram-se a Cr$ 107 milhões, ou seja, valor superior a 100% ao registrado em 1970. De junho a dezembro de 1971, foram aplicados cerca de Cr$ 16 milhões em títulos novos de pequenas e médias empresas, dentro das determinações da Resolução n.º 185.

O número de investidores, pessoas físicas, cresceu de 676 mil em 1970, para 1 238 mil em 1971, enquanto o número de pessoas jurídicas caiu de 224 para 123 mil, entre os dois períodos, queda essa que reflete orientação do Governo, no sentido do afastamento gradativo das empresas do sistema do Decreto-lei 157.

O registro de emissões de ações e debêntures no Banco Central, para fins de utilização dos fundos 157, totalizou Cr$ 132 milhões em 1971, com participação de 54% do setor de indústrias de transformação, dos quais 11% relativos ao ramo de minerais não-metálicos e 10% ao de química.

REGISTROS DE EMISSÕES DE AÇÕES E DEBÊNTURES NO BANCO CENTRAL
DECRETO-LEI N.º 157
DISTRIBUIÇÃO POR SETORES DE ATIVIDADES

REGISTER OF STOCKS AND DEBENTURES ISSUES AT BANCO CENTRAL ACCORDING TO DECREE-LAW N.º 157
DISTRIBUTION BY SECTORS OF ACTIVITY

QUADRO IV.9 — Cr$ milhões

Discriminação	1970	1971	Item
Indústrias de Transformação	82,8	72,1	*Manufacturing Industries*
Minerais não Metálicos	21,0	14,6	*Nommetallic Minerals*
Textil	20,4	12,2	*Textiles*
Produtos de Matérias Plásticas	11,6	2,4	*Plastics*
Material Elétrico e de Comunicações	6,2	6,4	*Electric and Communications Materials*
Química	5,9	13,7	*Chemicals*
Produtos Alimentares	5,5	4,7	*Food*
Mecânica	0,2	9,1	*Mechanics*
Metalúrgica	4,4	7,5	*Metalurgy*
Outros	7,6	1,5	*Other*
Construção Civil	—	7,0	*Construction*
Empresas de Transporte	—	3,8	*Transportation Enterprises*
Serviços	0,8	—	*Services*
Serviços Industriais de Utilidade Pública	—	3,9	*Public Utility Industrial Services*
Energia Elétrica	—	3,9	*Electric Power*
Comércio de Mercadorias no Varejo	14,3	45,4	*Retails*
Roupas e Similares	—	3,3	*Clothing*
Veículos e Acessórios	2,0	0,1	*Motor Vehicles and Parts*
Outros	12,3	42,0	*Other*
Comércio de Mercadorias no Atacado	10,0	—	*Wholesales*
Combustíveis e Lubrificantes	10,0	—	*Fuel and Lubricant*
TOTAL	**107,9**	**132,2**	*TOTAL*

IV. 2.4 — Sociedades de Capital Aberto

A abertura do capital das empresas continuou a processar-se de modo intenso durante o exercício de 1971. Durante o ano foram emitidos 120 certificados, tendo o número de empresas de capital aberto totalizado 493, ao final de 1971.

Desse total, 247 referiam-se à indústria de transformação, com destaque para a metalurgia, seguindo-se as instituições financeiras em número de 100, com participação mais expressiva para os bancos comerciais privados.

A maior concentração de empresas de capital aberto está no eixo Rio-São Paulo, seguindo-se os Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. A Bahia já apresenta valores expressivos superando amplamente os demais Estados da região nordeste.

SOCIEDADES ANÔNIMAS DE CAPITAL ABERTO
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL
OPEN CORPORATIONS
SECTORIAL DISTRIBUTION

QUADRO IV.10

Setores	N.° de Sociedades / *N.° of Corporations* 1970	1971	*Sectors*
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DE PRODUTOS MINERAIS	5	5	*MINING INDUSTRIES*
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	191	247	*MANUFACTURING INDUSTRIES*
Minerais não Metálicos	11	15	*Nommetallic Minerals*
Metalúrgica	31	46	*Metalurgy*
Mecânica	19	23	*Mechanics*
Química	15	24	*Chemicals*
Textil	27	30	*Textiles*
Vestuário, calçado e artefatos de Tecido	11	11	*Clothing, Footwear and apparel*
Produtos Alimentares	32	39	*Food*
Outras	45	59	*Other*
CONSTRUÇÃO CIVIL	6	14	*CONSTRUCTION*
EMPRESAS DE TRANSPORTE	2	3	*TRANSPORTATION ENTERPRISES*
EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO	7	8	*COMMUNICATION ENTERPRISES*
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 1/	105	100	*FINANCE INSTITUTIONS 1/*
SERVIÇOS	6	8	*SERVICES*
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	10	17	*PUBLIC UTILITY INDUSTRIAL SERVICES*
Energia Elétrica	10	16	*Electric Power*
Gás	–	1	*Gas*
SEGUROS	10	13	*INSURANCE*
COMÉRCIO DE MERCADORIAS NO VAREJO	42	53	*RETAIES*
COMÉRCIO DE MERCADORIAS NO ATACADO	5	9	*WHOLESALES*
ADMINISTRAÇÃO DE BENS OU DE NEGÓCIOS	9	13	*BUSINESS ADMINISTRATION AND TRUST*
AGROPECUÁRIA	2	2	*AGRICULTURE AND LIVESTOCK*
TURISMO	–	1	*TOURISM*
TOTAL	400	493	*TOTAL*

1/ Em 1970: Bancos Comerciais Oficiais: 10; Bancos Comerciais Privados. 53. Bancos de Investimento: 11; Financeiras: 31. Em 1971: Bancos Comerciais Oficiais: 13; Bancos Comerciais Privados: 48. Bancos de Investimento: 16; Financeiras: 22; Distribuidorás: 1.
In 1970. Official Commercial Banks: 10; Private Commercial Banks 53; Investment Banks. 11; Finance Companies: 31. In 1971: Official Commercial Banks: 13; Private Commercial Banks. 48; Investment Banks: 16; Finance Companies: 22; Securities Sales Agencies: 1.

IV. 3 – INSTITUIÇÕES DO MERCADO

– Sociedades Corretoras

O número de sociedades corretoras atingia, ao final de 1971, 421 unidades. Desse total, mais de 65% se localizava na região sudeste, com 152 sedes em São Paulo e 74 na Guanabara, como decorrência natural da localização das principais bolsas do País nesses Estados.

As corretoras administravam 54 fundos mútuos de investimentos que detinham 33% do patrimônio líquido desses fundos. Em relação aos fundos fiscais, a presença das corretoras é menos importante com participação de apenas 3% do patrimônio total dos fundos.

As sociedades corretoras têm atuado também no mercado primário, tendo liderado, em 1971, 80 dos 254 lançamentos registrados no Banco Central no ano.

– Sociedades Distribuidoras

Com a finalidade de operar principalmente no mercado primário, inclusive com papéis de renda fixa, existiam em funcionamento no País, ao final de 1971. 572 sociedades distribuidoras com 859 dependências (573 sedes e 362 dependências em 1971).

As sociedades distribuidoras foram autorizadas a patrocinar lançamentos para oferta pública, desde que o respectivo valor não ultrapassasse a 7 mil vezes o maior salário-mínimo vigente. Em 1971, essas instituições lideraram cerca de 22% do valor total dos lançamentos, superando, inclusive, os bancos de desenvolvimento, "financeiras" e corretoras.

V — FINANÇAS DA UNIÃO

V — FINANÇAS DA UNIÃO

A execução orçamentária da União, em 1971, manteve-se dentro da tendência de melhoria, apresentando, ao término do exercício, um desequilíbrio de caixa de Cr$ 672 milhões, correspondente a 2,4% da despesa e a 0,3% do PIB, resultados que se comparam favoravelmente aos do ano anterior (respectivamente 3,7% e 0,4%).

TESOURO NACIONAL

EXECUÇÃO FINANCEIRA

TREASURY CASH BUDGET

QUADRO V.1 — Cr$ milhões

Trimestres *Quarters*	Receita *Revenue*		Despesa *Expenditure*		Deficit (—) ou Superavit (+)		Deficit ou Superavit	Despesa *Expenditure*
	1970	1971	1970	1971	1970	1971	1970	1971
I	3 845,8	6 053,1	3 546,8	4 818,9	299,0	1 234,2	8,4	25,6
II	4 022,5	5 118,6	4 471,1	6 279,1	— 448,6	— 1 160,5	10,0	18,5
III	5 724,6	6 384,2	5 443,3	6 348,6	281,3	35,6	5,2	0,6
IV	5 600,9	9 424,4	6 470,9	10 206,0	— 870,0	— 781,6	13,4	7,7
T O T A L	19 193,8	26 980,3	19 932,1	27 652,6	— 738,3	— 672,3	3,7	2,4

Para a ocorrência de um menor desequilíbrio no resultado final de caixa, continuou a concorrer de forma importante o comportamento da receita, a qual mostrou crescimento de 40,6%, comparativamente ao aumento das despesas de 38,7%.

GRÁFICO V.1

Os itens da receita, de crescimento mais rápido foram os impostos sob regime de vinculação, com aumento global de 48,9%. Além do grupo dos impostos únicos (energia elétrica, minerais e combustíveis e lubrificantes), cuja arrecadação é integralmente vinculada a programas específicos, o Governo Federal estabeleceu condições que levaram a um maior controle sobre as parcelas dos impostos (renda e produtos industrializados), distribuídos através do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. A utilização desses recursos se processou dentro de esquema em que são fixados limites mínimos para sua aplicação em setores prioritários.

TESOURO NACIONAL
RECEITA VINCULADA
TREASURY
EARMARKED TAXES

QUADRO V.2

Discriminação	1970 Receita Total *Revenue* Cr$ milhões	1970 Receita Vinculada *Earmarked Taxes* Cr$ milhões	1970 %	1971 Receita Total *Revenue* Cr$ milhões	1971 Receita Vinculada *Earmarked Taxes* Cr$ milhões	1971 %	*Item*
Impostos							*Taxes*
Produtos Industrializados	8 143,1	977,2	12,0	10 817,4	1 298,1	12,0	*Industrial Products*
Renda	4 628,2	555,4	12,0	6 352,5	762,3	12,0	*Income*
Importação	1 371,9	—	—	1 844,2	—	—	*Imports*
Energia Elétrica	434,4	434,4	100,0	612,5	612,5	100,0	*Electric Power*
Minerais	62,4	62,4	100,0	96,2	96,2	100,0	*Minerals*
Combustíveis e Lubrificantes	2 675,7	2 675,7	100,0	3 673,1	3 673,1	100,0	*Fuels*
Outras Receitas 1/	1 878,1	417,5	22,2	3 584,4	1 186,3	33,1	*Other Receipt*
TOTAL 2/	19 193,8	5 122,6	26,7	26 980,3	7 628,5	28,3	*TOTAL 2/*

1/ Inclui Receita não classificada
Includes Unclassified Receipts.

2/ Exclui Operações de Crédito.
Excludes Credit Transactions.

Além desse esforço de elevar a taxa de investimento nas operações que se processam através do Orçamento, o Governo Federal ampliou o esquema de incentivos fiscais, instituindo, em apoio aos dispositivos de estímulos à poupança e investimentos privados, novos mecanismos, com os quais buscou corrigir desequilíbrios regionais, setoriais e sociais.

Os incentivos fiscais a pessoas jurídicas, com base no imposto de renda, alcançaram, em 1971, Cr$ 2 443 milhões, que representaram 37% de acréscimo sobre 1970, e se destinaram a aplicações em programas de desenvolvimento setoriais ou regionais. Ainda com base nesse tributo, as atividades de exportação foram favorecidas com a isenção desse imposto sobre a parcela do lucro obtido pela exportação de alguns produtos manufaturados.

No âmbito do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), os estímulos fiscais atingiram aproximadamente Cr$ 1,6 bilhões, envolvendo isenção dos impostos de importação, sobre produtos industrializados e de circulação de mercadorias, e representaram, em média, 60% do valor dos equipamentos importados.

A exemplo de anos anteriores, os recursos de incentivos fiscais do imposto de renda continuaram a ser canalizados em maior proporção para aplicação em investimentos nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM.

Em 1971, essas regiões vieram a se beneficiar com a implantação do Programa de Integração Nacional (PIN), o qual tem por finalidade específica o financiamento de investimentos de infra-estrutura, visando a promover mais rápida integração das referidas regiões à economia nacional. Esse programa, com dotação prevista de Cr$ 2 bilhões, a ser constituída nos exercícios financeiros de 1971 a 1976, tem como fontes principais de recursos verbas orçamentárias e parcela correspondente a 30% do total das importâncias deduzidas do imposto de renda para aplicações em incentivos fiscais. Durante 1971, foram canalizados para o programa apenas através dos incentivos fiscais Cr$ 682 milhões.

Para as regiões norte e nordeste, foi aprovado, ainda em 1971 (Decreto-lei n.º 1.179, de 6-7-71), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA). Esse programa, de amplo alcance econômico e social, objetiva promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego da mão-de-obra e fomentar a agro-indústria daquelas regiões. O programa tem recursos previstos da ordem de Cr$ 4 bilhões, provenientes de dotações orçamentárias, transferência de recursos do PIN e de parcelas correspondentes a 20% do total das importâncias deduzidas do imposto de renda das pessoas jurídicas, sob a forma de incentivo.

A correção de desequilíbrios regionais foi objeto de outra medida (Decreto-lei n.º 1.192, de 8-11-71), através da qual o Governo Federal criou um Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE). Esse programa que objetiva investimentos em infra-estrutura, notadamente construção de rodovias, conta com dotações orçamentárias de Cr$ 650 milhões, distribuídas nos exercícios de 1972 a 1974.

Quanto às pessoas físicas, os mecanismos de incentivo à poupança foram basicamente mantidos em 1971, quando permaneceram em vigor as vantagens fiscais vinculadas a aplicações em títulos da dívida pública, letras imobiliárias e hipotecárias, subscrição de ações de empresas e bancos de desenvolvimento das regiões norte e nordeste, de empresas de capital aberto e aquisição de quotas de fundos de investimento.

Além dessas medidas de efeito indireto, o Governo Federal, com base em seu próprio orçamento, destinou recursos objetivando contribuir para a formação de patrimônio dos servidores públicos, através do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Esse programa, do qual participam os Estados, Municípios, Distrito Federal, Territórios, bem como os órgãos da administração indireta, conta com recursos derivados basicamente de suas receitas correntes. Essa medida veio estender aos servidores públicos os benefícios de que passaram a gozar os empregados em empresas privadas, com a instituição do Plano de Integração Social — PIS (Lei Complementar n.º 7, de 7-9-70).

Em 1971, entrou em fase de execução o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), que objetiva institucionalizar o sistema de seguro social para aqueles trabalhadores.

INCENTIVOS FISCAIS DO IMPOSTO DE RENDA
PESSOA JURÍDICA

FISCAL INCENTIVES FOR DEVELOPMENT PROGRAMS
CORPORATIONS

QUADRO V.3

Discriminação *Item*	1970		1971 Jan/Nov	
	Cr$ milhões	% do Imposto de Renda total arrecadado *% of total Income Tax Collected*	Cr$ milhões	% do Imposto de Renda total arrecadado *% of total Income Tax Collected*
SUDENE	939,3	20,3	753,5	11,9
SUDAM	383,8	8,3	331,2	5,2
SUDEPE	234,0	5,0	159,1	2,5
EMBRATUR	68,0	1,4	65,4	1,0
Reflorestamento *Woodland recovery*	114,8	2,5	288,8	4,5
EMBRAER	2,5	0,1	30,0	0,5
ESPÍRITO SANTO	6,6	0,2	8,6	0,1
Investimento em ações *Stocks*	31,9	0,7	...	...
PIS	—	—	94,7	1,5
MOBRAL	—	—	28,7	0,5
PIN	—	—	682,5	10,7
TOTAL	1 780,9	38,5	2 442,5	38,4

V.1 — COMPOSIÇÃO DA RECEITA

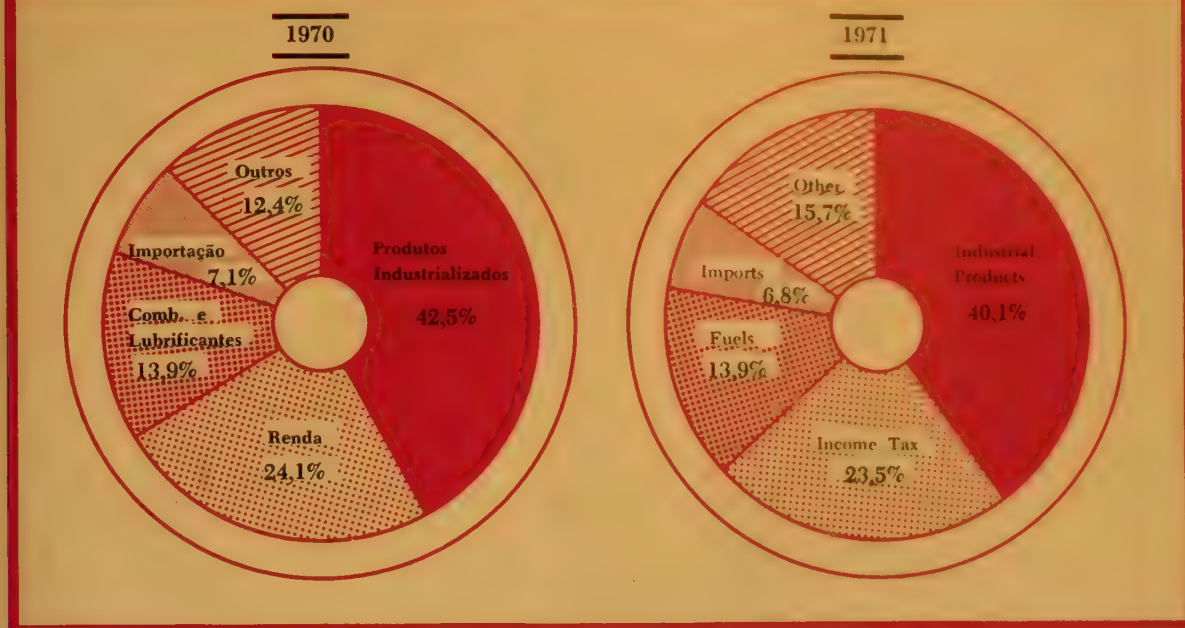
O total da arrecadação atingiu Cr$ 26 980 milhões, evidenciando crescimento de 40,6% em relação ao ano anterior. Na ausência de aumentos gerais nas alíquotas, tal comportamento está relacionado ao ritmo favorável das atividades econômicas e à melhoria do aparelho fiscal da União.

A receita orçamentária continuou a apresentar-se fortemente concentrada em quatro tributos principais: produtos industrializados, renda, combustíveis e lubrificantes e importação, que responderam por 84% da receita global. Quanto à área de incidência, a receita mostra maior participação dos impostos indiretos (65,5%), respondendo os tributos diretos por 23,5% do total da receita.

O imposto sobre produtos industrializados, com uma arrecadação de Cr$ 10 817 milhões, destacou-se como principal item da receita tributária, apresentando taxa de crescimento de 32,8% e participando com 40,1% do total da receita. Este imposto teve ampliada a faixa de incentivos fiscais nele baseados, buscando-se estimular a modernização do parque industrial e a implantação de novos empreendimentos.

O imposto de renda, igualmente utilizado intensamente na política de incentivos fiscais, apresentou, ainda assim, um total de arrecadação da ordem de Cr$ 6 352 milhões, com taxa de acréscimo de 37,3% e participação de 23,5% na receita global.

Em 1971, o uso desse imposto como instrumento de incentivo foi ampliado. Através do Decreto-lei n.º 1.197, de 23-12-71, prorrogou-se o prazo de isenção do imposto de renda para os empreendimentos novos, agrícolas ou industriais, que entrarem em operação na área da SUDENE, até 31-12-74. Como estímulo à exportação de produtos manufaturados, o Governo Federal permitiu às empresas, até o exercício de 1974, inclusive, isentar do im-

GRÁFICO V.2

posto de renda a parcela do lucro obtido pela exportação de produtos manufaturados, cuja penetração no mercado internacional convenha promover. Ainda em 1971, pelo Decreto-lei n.º 1.159, de 17 de março, foi prorrogada, até 1972, inclusive, a não incidência do imposto de renda sobre os juros das letras imobiliárias.

No âmbito do Plano Nacional da Habitação, o Decreto-lei n.º 1.188, de 21-9-71, veio permitir aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação abater da renda bruta, na declaração do imposto de renda de 1972, 20% do montante das prestações efetivamente pagas e juros, mantidos os limites máximos fixados na legislação em vigor.

A arrecadação do imposto de importação atingiu Cr$ 1 844 milhões expressando acréscimo de 34,4%. Sua participação na receita total se reduziu, de 7,1% em 1970, para 6,8% em 1971.

O esquema de incentivos com base nesse imposto foi ampliado. O setor siderúrgico beneficiou-se através do Decreto-lei n.º 1.150, de 14-10-71, que prorrogou, até 31-12-74, o prazo que isentava, pelo período de 30 meses (e que expiraria em dezembro de 1971), do pagamento do imposto de importação, os equipamentos e matérias-primas destinados ao funcionamento, modernização e ampliação das empresas siderúrgicas produtoras ou laminadoras de aço.

O grupo dos impostos únicos — combustíveis e lubrificantes, energia elétrica e minerais — apresentou em 1971 as maiores taxas de crescimento dentre os componentes da receita tributária, respondendo por 16,3% da arrecadação total (Cr$ 4 382 milhões).

O item de maior destaque foi o imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, com arrecadação de Cr$ 3 673 milhões, 37,3% mais elevada que a do ano anterior e com participação de 13,9% da receita global. Em 1971, esse imposto teve reduzidas em 7,0%, e, novamente, no último mês do ano, em 25,0%, as alíquotas incidentes sobre os preços de venda dos produtos, fato que vem minimizar os efeitos dos aumentos nos preços do petróleo e derivados.

Os impostos incidentes sobre energia elétrica e sobre minerais continuaram como fontes menos expressivas da receita (Cr$ 613 milhões e Cr$ 96 milhões, respectivamente).

TESOURO NACIONAL
RECEITA ORÇAMENTÁRIA

TREASURY
BUDGETARY REVENUES

QUADRO V.4 — Cr$ milhões

Ano / *Year*	Impostos / *Taxes* — Diretos / *Direct* — Renda / *Income*	Selo / *Stamp*	Total	Indiretos / *Indirect* — Produtos Industriais / *Industrial Products*	Combustíveis Lubrificantes / *Fuels*	Importação / *Imports*	Energia Elétrica / *Electric Power*	Minerais / *Minerals*	Total	Outras Receitas / *Other Revenues*	Total da Receita / *Total Revenues*	Participação dos Impostos no Total da Receita % / *Taxes to Total Revenue Ratio - %* — Diretos / *Direct*	Indiretos / *Indirect*
1930.	0,1	0,2	0,3	0,4	–	0,6	–	–	1,0	0,4	1,7	17,6	58,8
1935.	0,2	0,3	0,5	0,6	–	1,0	–	–	1,6	0,6	2,7	18,5	59,3
1940.	0,4	0,3	0,7	1,1	–	1,0	–	–	2,1	1,2	4,0	17,5	52,5
1945.	2,3	0,9	3,2	2,8	–	1,0	–	–	3,8	1,9	8,9	36,0	42,7
1950.	5,6	2,1	7,7	6,4	1,4	1,7	–	0,0	9,5	3,6	20,8	37,0	45,7
1955.	19,3	6,4	25,7	17,4	3,7	2,2	0,8	0,0	24,1	9,4	59,2	43,4	40,7
1960.	64,1	25,5	89,6	83,5	27,6	22,1	1,7	0,1	135,0	22,8	247,4	36,2	54,6
1961.	87,3	36,1	123,4	122,7	53,7	35,8	1,9	0,3	214,4	33,2	371,0	33,3	57,7
1962.	121,0	60,7	181,7	204,2	67,7	58,4	2,2	0,4	332,9	51,0	565,6	32,1	58,9
1963.	259,5	91,8	351,3	408,1	120,9	86,8	11,9	0,8	628,5	71,4	1 051,2	33,4	59,8
1964.	518,2	188,0	706,2	880,0	240,1	124,7	32,6	1,1	1 278,5	144,3	2 129,0	33,2	60,1
1965.	1 022,6	347,7	1 307,5	1 307,5	674,2	97,1	19,2	19,2	2 306,5	229,9	3 906,7	35,1	59,0
1966.	1 339,4	538,8	1 878,5	2 215,0	895,6	417,6	193,6	28,7	3 750,5	281,1	5 909,8	31,8	63,5
1967.	1 549,7	1/ –	1 549,7	2 840,3	1 069,9	464,1	104,9	31,5	4 509,8	754,6	6 814,1	22,7	66,2
1968.	2 173,1	–	2 173,1	5 075,4	1 597,2	815,8	157,2	37,5	7 683,1	419,2	10 275,4	21,1	74,8
1969.	3 597,5	–	3 597,5	6 357,5	2 249,5	1 115,3	216,6	40,5	9 979,4	376,2	13 953,1	25,8	71,5
1970.	4 628,2	–	4 628,2	8 143,1	2 675,7	1 371,9	434,4	62,4	12 687,5	1 875,1	19 193,8	24,1	66,1
1971.	6 352,5	–	6 352,5	10 817,4	3 673,1	1 844,2	612,5	96,2	17 043,4	3 584,4	26 980,3	23,5	63,2

1/ Extinto pela Emenda Constitucional n.º 18.
Extinguished by Constitutional Amendment n.º 18.

V.2 – COMPORTAMENTO DA DESPESA

A despesa efetiva do Tesouro Nacional, ao encerramento do exercício, atingiu Cr$ 27 653 milhões, com acréscimo de 38,7%, em relação ao ano anterior.

Do total da despesa, parcela significativa refere-se a operações com base em receita vinculada por dispositivos constitucionais. Em 1971, essa parcela atingiu Cr$ 7 628 milhões, envolvendo a entrega de recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, através do Fundo de Participação, bem como outras destinações a programas de infra-estrutura.

Os recursos distribuídos através do Fundo de Participação dos Estados e Municípios foram da ordem de Cr$ 2 061 milhões, sendo a parcela correspondente a despesas de capital destinada principalmente para os setores de educação e saúde. Para os exercícios de 1972 e 1973, foram estabelecidos novos critérios para a aplicação das cotas dos fundos de participação. Os Municípios aplicarão prioritariamente 20% dos recursos com ensino primário e médio e 10% em saúde e saneamento. Os Estados e o Distrito Federal, além desses setores, utilizarão um mínimo de 10% em apoio à agricultura e abastecimento, 10% aos fundos de desenvolvimento e em serviços básicos de infra-estrutura.

V.3 – RESULTADO DE CAIXA E SEU FINANCIAMENTO

O deficit de caixa decorrente de execução financeira do Tesouro Nacional foi de Cr$ 672 milhões, resultado que se compara favoravelmente ao do ano anterior (Cr$ 738 milhões).

QUADRO V.5

OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DO DEFICIT DO TESOURO NACIONAL

TREASURY DEFICIT FINANCING OPERATIONS

Cr$ milhões

Discriminação	1970	1971	Item
Fontes de Recursos	**3 184,6**	**3 756,0**	*Resources*
A. Autoridades Monetárias	-1 613,8	– 280,1	*Monetary Authorities*
a) Letras do Tesouro Nacional	378,8	–	*Treasury bills*
b) Obrigações sem correção	– 174,0	– 150,0	*Non indexed Treasury Bonds*
c) ORTN	– 34,9	–	*Indexed Treasury Bonds*
d) Cobertura Dec.-lei 96/66 1/	1 443,9	– 130,1	*Special advances Decree-law 96/66 1/*
B. Público em Geral	1 570,8	4 036,1	*General Public*
a) LTN	–	–	*Treasury Bills*
b) ORTN	1 382,8	3 890,7	*Indexed Treasury Bonds*
c) Depósitos de Contribuintes	188,0	145,4	*Taxpayers deposits*
Usos	**3 184,6**	**3 756,0**	*Uses*
C. Aumento de Recursos Junto às Autoridades Monetárias	2 446,3	3 083,7	*Deposits changes with Monetary Authorities*
1) Banco Central	2 446,3	3 083,7	*Central Bank*
2) Banco do Brasil (Variação das Contas do Orçamento)	–	–	*Banco do Brasil (Changes in budgetary accounts)*
D. Cobertura do Deficit de Caixa	738,3	672,3	*Cash Deficit Financing*

1/ Refere-se a suprimentos automáticos para posterior regularização.
Refers to special advances for further adjustment.

O financiamento do deficit voltou a se processar integralmente com recursos levantados através da colocação de títulos públicos. A colocação líquida de títulos públicos federais, em 1971, foi de Cr$ 3 891 milhões, recursos esses que, somados à parcela de Cr$ 145 milhões, referentes a depósitos de contribuintes, superaram amplamente as necessidades financeiras do Tesouro Nacional.

FINANCIAMENTO DE CAIXA

Cr$ milhões

A =	**Débito junto ao público**		4.036,1
	I – Dívida Mobiliária	3.890,7	
	II – Depósito de Contribuintes	145,4	
B =	**Cobertura do deficit**		672,3
C =	**Absorvido pelas Autoridades Monetárias**		3.363,8

GRÁFICO V.3

VI — DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

VI — DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

O Banco Central, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, intensificou, em 1971, sua atuação nas áreas da administração da dívida pública federal e do controle e acompanhamento da dívida pública estadual e municipal.

No âmbito da dívida pública federal, desenvolveu-se vigorosa política de colocação, notadamente de Letras do Tesouro Nacional (LTN), objetivando não só suprir o Tesouro dos recursos necessários à cobertura de seus desequilíbrios de caixa, como também contribuir para regular a liquidez do sistema econômico. A administração da dívida pública federal, ao ser conduzida, na sua totalidade pelo Banco Central, tem-se revelado instrumento flexível para auxiliar a execução combinada das políticas fiscal e monetária. Assim, o Banco Central, ao adquirir LTN nos leilões semanais para abastecer sua própria carteira, fornece recursos ao Tesouro Nacional, os quais podem ser utilizados para cobertura de deficits fiscais. A aquisição desses títulos no mercado, pelo Banco, por outro lado, não exerce influência direta sobre o financiamento do Tesouro, mas provoca aumento das disponibilidades monetárias da economia, atuando como mecanismo regulador do volume dos meios de pagamento.

DÍVIDA INTERNA FEDERAL EM TÍTULOS
INTERNAL PUBLIC DEBT IN SECURITIES

QUADRO VI.1 — Cr$ milhões

Ano *Year*	Responsabilidade do Tesouro por títulos em circulação (A) *Treasury responsability for securities Issued (A)*	Colocação líquida 1/ (B) *Net sales 1/ (B)*	Deficit do Tesouro Nacional (C) *Treasury deficit (C)*	Produto interno bruto (D) *Gross domestic product (D)*	Dívida pública em ORTN e LTN/PIB (A/D) *Public debt in ORTN and LTN/GDP (A/D)*	Colocação líquida de ORTN e LTN/deficit Tesouro Nacional (B/C) *Net sales of ORTN and LTN/Treasury deficit (B/C)*
1964	41	40	728	23 055	0,2	5,5
1965	430	337	593	36 818	1,2	56,8
1966	1 401	629	587	53 724	2,6	107,2
1967	2 482	448	1 225	71 485	3,5	36,6
1968	3 491	93	1 227	99 880	3,5	7,6
1969	5 881	797	756	133 117	4,4	105,4
1970	10 112	2 282 *	738	174 624	5,8	309,2
1971	**15 445**	**2 987 ***	**672**	**230 702 ***	**6,7**	**444,5**

1/ Nos resgates incluem-se correção monetária ou cambial e juros.
Payments include Monetary and Exchange Correction as well as interest
2/ Exclusive custos ressarcidos pelo Tesouro Nacional.
Excludes costs compensated by the Treasury

Pelo terceiro ano consecutivo, a dívida pública forneceu os suprimentos necessários para o financiamento integral do deficit orçamentário do Tesouro Nacional. A colocação de títulos federais, em 1971 e no ano anterior, excedeu amplamente as necessidades de financiamento do deficit de caixa da União, levando a que o volume de papéis em circulação atingisse nível adequado para a ampliação do mercado secundário, resultando em conseqüência melhores condições para a política das operações no mercado aberto.

Procurando explorar todas as faixas do mercado monetário, além das do mercado de capitais, a política da dívida pública tem permitido aos títulos federais alcançar desde as disponibilidades ociosas de curto prazo (através das LTN), até as poupanças destinadas a aplicações de médio e longo prazos (através das ORTN).

Desse modo, ao final de 1971, o total da dívida pública federal, pela emissão de Obrigações Reajustáveis e Letras do Tesouro Nacional, alcançava a cifra de Cr$ 15 445 milhões, revelando aumento de Cr$ 5 333 milhões sobre a posição de igual período do ano anterior. A responsabilidade do Tesouro pelas emissões de ORTN (inclusive juros e correção monetária) atingia o valor de .... Cr$ 11 565 milhões, elevando-se a Cr$ 3 880 milhões a vinculada às emissões de LTN. Assim, no decorrer de 1971, as responsabilidades em LTN aumentaram de Cr$ 3 180 milhões.

Apesar da expansão verificada, a dívida pública federal em títulos ainda se manteve em níveis reduzidos, representando apenas 6,7% do Produto Interno Bruto. Vale ressaltar, contudo, que em 1970 essa relação era de 5,8%, e em 1969, de 4,4%, fato que mostra a crescente importância da dívida pública no contexto da execução das políticas fiscal e monetária.

O acompanhamento pelo Banco Central do endividamento dos Estados e Municípios, embora ainda em processo de implantação progressiva, já vem permitindo um maior disciplinamento do mercado de títulos públicos, que nos anos anteriores a 1969 estava sujeito a frequentes desequilíbrios oriundos de lançamentos desordenados de papéis.

VI.1 — OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOURO NACIONAL (ORTN).

Como títulos bastante difundidos no mercado de valores mobiliários, as ORTN são hoje subscritas, não somente pelo público investidor, mas sobretudo, por instituições financeiras, entidades públicas e empresas de variados ramos de atividade, comprovando a confiança de que desfrutam atualmente os títulos da dívida pública. Embora seja difícil identificar todos os grupos detentores de ORTN, em virtude de a maioria das subscrições serem efetuadas na modalidade "ao portador", tem-se observado que parcela significativa desses títulos está em poder do sistema bancário nacional, principalmente pela faculdade que lhe é dada de atender parte do encaixe compulsório, através da aquisição de Obrigações do Tesouro.

Desde 1964, quando foram lançadas, tem-se verificado tendência à redução dos prazos médios das ORTN em circulação. Assim o prazo médio desses títulos, que era de 17 meses e 5 dias em 1970, passou para 16 meses e 11 dias em 1971. A redução no prazo das ORTN explica-se, em parte, pela crescente participação da subscrição voluntária, em detrimento das compulsórias ou alternativas de tributos. Dentre as subscrições de caráter não voluntário, merecem destaque, atualmente, apenas as adquiridas pelas sociedades seguradoras para constituição de suas reservas técnicas, eis que os recursos provenientes dessas colocações são destinados ao desenvolvimento da construção naval, visando á melhor aparelhar a frota mercante nacional. A forte preferência pelos papéis de prazo mais curto, no caso, as ORTN de 1 ano, parece decorrer da maior dificuldade em se prever, em uma conjuntura inflacionária, o rendimento real das aplicações, na medida em que o prazo se dilata.

PRINCIPAIS TOMADORES DE ORTN

MAIN HOLDERS OF ORTN

QUADRO VI.2 — Cr$ milhões

Ano	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
TOTAL (1+2+3+4)	41	430	1 401	2 482	3 491	5 881	9 412	11 565
1. Sistema Bancário .... *Banking System*	11	109	444	1 182	1 691	2 837	4 452	6 222
1.1 – À Ordem do BCB ...... *At the order of Banco Central*	–	13	102	391	956	1 872	3 091	4 166
1.1.1 – Banco do Brasil	–	–	–	–	–	285	471	618
1.1.2 – Bancos Comerciais Privados .... *Private Banks*	–	13	102	391	956	1 587	2 182	2 961
1.1.3 – Bancos Oficiais ...... *Official Banks*	–	–	–	–	–	–	438	587
1.2 – Outras Aquisições *Other Acquisitions*	11	95	342	791	735	965	1 361	2 056
1.2.1 – Bancos Comerciais Privados .... *Private Banks*	–	3	108	252	144	267	75	87
1.2.2 – Banco do Nordeste do Brasil	–	–	65	86	13	26	77	129
1.2.3 – Banco da Amazônia ..	–	–	–	–	–	–	–	73
1.2.4 – Banco Nacional da Habitação	–	32	23	341	322	550	796	1 514
1.2.5 – Outros Bancos Oficiais *Other Official Banks*	–	–	–	–	–	–	103	8
1.2.6 – Caixa Econômica Federal	10	55	133	82	216	75	253	245
1.2.7 – Banco do Brasil	1	6	13	30	40	47	57	–
2. Banco Central do Brasil	–	–	73	102	152	178	1	18
3. Outras Instituições .... *Other Institutions*	–	12	72	192	321	794	1 188	1 060
3.1 – Entidades Públicas ... *Public Entities*	–	–	10	28	7	390	506	338
3.2 – Empreiteiros do DNER *DNER Contractors*	–	11	60	158	260	280	374	552
3.3 – IRB e Seguradoras .. *IRB and Insurance Companies*	–	1	2	6	54	124	308	170
4. – Não Identificados .... *Non Identified*	30	309	812	1 006	1 327	2 072	3 771	4 265

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS E LETRAS DO TESOURO NACIONAL
RECURSOS LÍQUIDOS PARA O TESOURO

INDEXED BONDS AND TREASURY BILLS
NET RESOURCES ALLOCATED TO THE TREASURY

QUADRO VI.3 — Cr$ milhões

Discriminação *Item*	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1964/ 1971
I – RECURSOS LÍQUIDOS *Net Resources*	40	337	629	448	93	797	2 825	3 500	8 669
II – RECEITA *Renevue*	40	338	777	1 265	1 461	4 946	11 673	17 749	38 249
1. ORTN	40	338	777	1 265	1 461	4 946	9 489	7 532	25 848
1.1 – Subscrição Bruta (+) *Gross Subscription (+)*	41	343	787	1 301	1 493	5 012	9 088	7 169	25 234
1.2 – Comissões (–) *Commissions (–)*	1	3	6	7	8	21	28	40	114
1.3 – Corretagens (–) *Brokerage (–)*	0	1	4	24	24	45	87	110	295
1.4 – Ágios (+) *Premium (+)*	–	0	1	–	–	–	–	–	1
1.5 – Deságios (–) *Deduction (–)*	0	1	1	5	0	–	–	–	7
1.6 – Custos Ressarcidos (+) *Compensated Costs (+)*	–	–	–	–	–	–	516	513	1 029
2. LTN	–	–	–	–	–	–	2 184	10 217	12 401
2.1 – Valor de Face (+) *Face Value (+)*	–	–	–	–	–	–	2 200	10 700	12 900
2.2 – Desconto (–) *Discount (–)*	–	–	–	–	–	–	43	483	526
2.3 – Custos Ressarcidos (+) *Compensated Costs*	–	–	–	–	–	–	27	–	27
III – DESPESA *Expenditure*	–	1	148	817	1 368	4 149	8 848	14 249	29 580
1. ORTN	–	1	148	817	1 368	4 149	7 349	6 729	20 561
1.1 – Juros *Interest*	–	1	32	123	192	344	590	601	1 883
1.2 – Resgates *Payments at maturity*	–	0	116	690	1 169	3 786	6 723	6 088	18 572
1.2.1 – Principal *Principal*	–	0	81	484	810	2 954	5 486	4 407	14 222
1.2.2 – Correção Monetária *Monetary Correction*	–	0	35	206	359	832	1 237	1 681	4 350
1.3 – Com. s/pgt.º de Juros e resgates *Comissions on Interest and Payments*	–	0	0	4	7	19	36	40	106
2. LTN	–	–	–	–	–	–	1 499	7 520	9 019
2.1 – Valor Líquido *Net Value*	–	–	–	–	–	–	1 472	7 199	8 671
2.2 – Desconto *Discount*	–	–	–	–	–	–	27	321	348

NOTA: Os custos ressarcidos referem-se a juros de ORTN e descontos de LTN cobertos com recursos orçamentários específicos.
NOTE: Compensated costs refer to interest on ORTN and discount on LTN covered by specific budgetary resources.

Dentre as aplicações de renda fixa, no mercado de capitais, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional são as que apresentam menor índice de rentabilidade. O tipo mais comum, as ORTN de 1 ano, paga juros de 4% a.a., além da correção monetária, propiciando um rendimento nominal que se tem situado em níveis inferiores aos oferecidos pelas letras de câmbio, letras imobiliárias e depósitos a prazo fixo. Assim, a rentabilidade nominal dessas ORTN, em termos anuais, variou, em 1971, entre um mínimo de 22,12%

(abril 70/abril 71) e um máximo de 27,66% (novembro 70/novembro 71), ao passo que as letras imobiliárias, por exemplo, apresentavam rendimentos variáveis entre 25,84% (março 70/março 71) e 31,25% (novembro 70/novembro 71).

RENTABILIDADE DAS LETRAS DO TESOURO NACIONAL NO MERCADO ABERTO
LTN YIELD AT OPEN MARKET

QUADRO VI.4

Data da Operação *Transaction Date*		Vencimento em n.º de semanas *Maturing in number of weeks*						
		1	3	5	7	9	11	13
Jan		1,19	1,23	1,29	1,37	1,39	1,43	1,50
Fev		1,16	1,20	1,24	1,35	1,44	1,47	1,53
Mar		1,15	1,28	1,35	1,39	1,44	1,46	1,55
Abr	— 16	1,15	1,24	1,32	1,39	1,40	1,44	1,50
	30	1,13	1,18	1,23	1,30	1,36	1,44	1,51
Mai	— 14	1,10	1,18	1,28	1,34	1,35	1,41	1,44
	28	1,15	1,22	1,29	1,35	1,39	1,44	1,50
Jun	— 11	1,16	1,28	1,33	1,36	1,42	1,45	1,50
	25	1,19	1,30	1,36	1,41	1,45	1,48	1,52
Jul	— 16	1,20	1,32	1,39	1,44	1,47	1,50	1,52
	30	1,15	1,30	1,38	1,43	1,45	1,47	1,51
Ago	— 13	1,15	1,37	1,40	1,43	1,46	1,47	1,50
	27	1,10	1,19	1,28	1,33	1,37	1,41	1,45
Set	— 10	1,16	1,25	1,36	1,40	1,45	1,47	1,51
	24	—	1,26	1,34	1,40	1,41	1,45	1,49
Out	— 15	1,10	1,30	1,36	1,40	1,43	1,46	1,49
	29	1,10	1,32	1,37	1,42	1,45	1,48	1,51
Nov	— 12	—	1,32	1,38	1,43	1,46	1,48	1,51
	26	—	1,31	1,38	1,42	1,46	1,48	1,50
Dez	— 17	—	1,34	1,40	1,44	1,48	1,50	1,52
	31	—	1,25	1,38	1,42	1,45	1,48	1,52

NOTA: As taxas consignadas são as que maior frequência apresentaram no mercado nas datas assinaladas. A partir de abril, as taxas representam a moda daquelas verificadas nas 6as. feiras das 2as. e 4as. semanas de cada mês.
NOTE: Yield rates above represent the mode on the specified days. For the period starting in April, yield rates refer to the mode of Fridays of the 2nd and 4th weeks of each month.

A menor remuneração oferecida pelas ORTN, comparativamente aos demais investimentos de renda fixa, visa não só a reduzir o ônus do Tesouro com o serviço da dívida, como ainda contribuir com a política de redução das taxas de juros, sobre as quais o Governo procura atuar também por mecanismos de indução, como é o caso da fixação de juros sobre títulos públicos. Apesar de sua menor rentabilidade, as vantagens oriundas de maior segurança e boa liquidez têm garantido crescimento bastante satisfatório no volume de subsorições das ORTN, como se pode depreender dos dados globais já citados.

PRAZO MÉDIO DOS TÍTULOS FEDERAIS EM CIRCULAÇÃO
AVERAGE MATURITY OF FEDERAL BILLS IN CIRCULATION

QUADRO VI.5

Tipo 1/	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
ORTN 1/	59m e 21d	47m e 9d	24m e 12d	24m e 21d	24m e 12d	20m e 9d	17m e 5d	16m e 11d
LTN 1/	—	—	—	—	—	—	20d	1m e 13d

1/ Em meses e dias.
In months (m) and days (d)

VI. 2 — OBRIGAÇÕES DO TESOURO NACIONAL-TIPO NÃO REAJUSTÁVEL (OTN)

A dívida pública federal, pela emissão de Obrigações do Tesouro Nacional-Tipo não Reajustável, situou-se em Cr$ 180 milhões ao final de 1971. Durante o ano, não foram emitidos novos títulos da espécie e procedeu-se à liquidação de Cr$ 120 milhões, do total de Cr$ 300 milhões que remanescia ao final de 1970. Caso não seja autorizada nenhuma nova emissão de obrigações desse tipo, pode-se prever que o ressarcimento total da dívida do Tesouro, em OTN, se fará até junho de 1973, já que sua liquidação está sendo realizada em parcelas trimestrais de Cr$ 30 milhões.

VI. 3 — LETRAS DO TESOURO NACIONAL (LTN)

As LTN são títulos de curto prazo criados especificamente para as operações no mercado aberto. O teto anual para emissões de Letras do Tesouro Nacional, fixado inicialmente em 10% do volume dos meios de pagamentos existente em 31 de dezembro do ano anterior, foi alterado pela Lei Complementar n.º 12, de 6-11-71, que concedeu ao Conselho Monetário Nacional a prerrogativa de determinar o limite, de acordo com as necessidades e metas da política monetária.

O lançamento desses papéis veio introduzir significativas inovações no mercado financeiro do País, que vão desde a mudança da técnica operacional das instituições financeiras até a reformulação das práticas de aplicação de recursos disponíveis por parte das empresas em geral.

O prazo médio das LTN em circulação, que era de 20 dias em 1970, passou a 1 mês e 13 dias, em 1971. Essa ampliação do prazo médio prende-se ao fato de que no último ano foram lançados títulos com 91 dias a vencer, enquanto em 1970 as emissões se restringiram a papéis de 42 dias. A emissão de letras com prazo de 91 dias, a partir de fevereiro de 1971, objetivou dar prosseguimento ao processo de racionalização da política da dívida pública, mediante a substituição das ORTN de curto prazo por títulos mais adequados ao mercado monetário. Sendo um papel mais apropriado para operações de curto prazo, não surpreendeu a sua plena aceitação pelo público, do que resultou um crescimento de Cr$ 3 180 milhões no saldo dessas letras em circulação, durante o ano de 1971.

A negociação primária (leilões) das Letras do Tesouro Nacional desenvolveu-se basicamente no "eixo Rio—São Paulo", como era de se esperar, tendo a praça do Rio de Janeiro absorvido 52% e São Paulo 45% das colocações efetuadas no último ano.

A alta liquidez alcançada por esse título, em virtude do desenvolvimento do mercado secundário, levou o Governo a facultar às pessoas jurídicas a contabilizá-lo em rubrica específica do ativo disponível, de acordo com a Portaria GB-358, de 28-12-70, do Ministro da Fazenda. Com relação aos bancos comerciais e demais instituições financeiras, a faculdade prevista na portaria ministerial foi tornada obrigatória, conforme Resoluções n.ºs 156, de 9-3-71 e 158, de 31-3-71, do Banco Central, tendo em vista a característica de "quase-moeda" que vêm apresentando as Letras do Tesouro Nacional.

VI. 4 — OPERAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 1971, a atuação do Banco Central no manuseio desse instrumento de política monetária muito constribuiu para regular o ritmo de expansão dos meios de pagamento, além de induzir o desenvolvimento do mercado de títulos públicos federais de curto prazo. Assim, durante os três primeiros trimestres do ano, as operações no mercado aberto funcionaram retirando, liquidamente, recursos da economia, passando a atuar como fornecedora de liquidez no último trimestre, em atendimento às necessidades dos negócios que se dinamizam nesse período do ano, principalmente, no mês de dezembro.

Com vistas ao aprimoramento constante das operações no mercado aberto, como instrumento de política monetária, tem o Banco Central concentrado esforços no sentido de acompanhar, de perto, o comportamento das instituições que operam no mercado. Esse trabalho, iniciado desde o lançamento das LTN, em agosto de 1970, permitiu que, em 1971, já se pudesse selecionar algumas empresas financeiras que receberam a qualificação de "Pré-Dealers", ou seja, instituições que de-

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS E LETRAS DO TESOURO NACIONAL
IMPACTO SOBRE OS MEIOS DE PAGAMENTO
OPERAÇÕES DE MERCADO ABERTO E DA DIVIDA PÚBLICA

INDEXED BONDS AND TREASURY BILLS
IMPACT ON MEANS OF PAYMENT
OPEN MARKET AND PUBLIC DEBT OPERATIONS

QUADRO VI.6

Cr$ milhões

Discriminação *Item*	1968	1969	1970	1971					1968 – 1971
				I	II	III	IV	Total	
I – CONTRAÇÃO (A) (–) *Contraction (A) (–)*	1 307,0	5 116,8	13 201,9	3 519,7	4 147,8	5 287,8	6 847,1	19 802,4	39 428,1
1) Subscrição de ORTN e LTN pelo mercado 1/ .... *ORTN and LTN market subscription 2/*	1 186,4	1 961,9	4 089,2	1 597,0	2 757,0	3 115,5	3 745,7	11 215,2	18 452,7
2) Vendas de ORTN e LTN da Carteira do Banco Central ..... *ORTN and LTN sales by the Banco Central*	120,6	3 154,9	9 112,7	1 922,7	1 390,8	2 172,3	3 101,4	8 587,2	20 975,4
II – EXPANSÃO (B) (+) *Expansion (B) (+)*	1 152,6	4 097,2	11 862,4	2 937,6	3 731,8	4 348,8	7 027,0	18 045,2	35 157,4
1) Resgates de ORTN e LTN 2/ .... *ORTN and LTN maturity payments 2/*	1 115,9	3 775,5	9 887,7	2 516,2	3 100,7	3 462,0	3 922,5	13 001,4	27 780,5
2) Compras no mercado de ORTN e LTN para Carteira do Banco Central .... *ORTN and LTN purchases by the Banco Central*	36,7	321,7	1 974,7	421,4	631,1	886,8	3 104,5	5 043,8	7 376,9
III – SALDO (A + B). *Balance (A + B)*	– 154,4	– 1 019,6	– 1 339,5	– 582,1	– 416,0	– 939,0	+ 179,9	– 1 757,2	– 4 270,7

1/ Exclusive subscrição para a Carteira do Banco Central.
1/ Excludes subscriptions by the Banco Central.
2/ Exclusive resgates de títulos da Carteira do Banco Central.
2/ Excludes payments by the Banco Central.
NOTA: Operações de Mercado Aberto iniciadas em set/68 e Letras do Tesouro Nacional a partir de ago/70.
NOTE: Open Market operations began in Sep/68 and LTN in Aug/70.

monstraram apresentar condições mínimas para se tornarem "Dealers" no futuro, a critério do Banco Central. Essa seleção preliminar foi feita com base na "performance" das empresas, nas operações com ORTN e LTN, em termos de volume negociado, nível técnico, presença constante nos leilões e no mercado secundário. No futuro, com o desenvolvimento dessas instituições, que só ocorrerá com a expansão do próprio mercado, a eficiência do Banco Central na ação de regular a liquidez da economia será aumentada, pois os "Dealers" funcionarão como importantes auxiliares nas transações com títulos federais. É importante registrar que a escolha dos "Dealers" pelo Banco será sempre flexível, a ponto de permitir o credenciamento de instituições comprovadamente mais eficientes, retirando-se essa função das empresas que deixem de corresponder às condições exigidas.

Dentre todas as instituições que atuam no mercado primário das LTN, os bancos de investimento vêm-se destacando, tanto nas vendas e compras, no mercado secundário, ao Banco Central, quanto nas subscrições desses papéis, tendo sido de 78%, 65% e 60%, respectivamente, a participação dos mesmos no movimento global de cada um desses itens em 1971. As sociedades corretoras e distribuidoras, embora com participação importante no mercado, vêm funcionando basicamente como intermediários entre o Banco Central e os investidores finais, apresentando posição de carteira própria relativamente reduzida. Os bancos comerciais, por sua vez, têm pequena participação no mercado primário, por preferirem realizar suas operações através de outras instituições do mesmo grupo financeiro, principalmente os bancos de investimento.

A implantação e posterior dinamização do sistema de custódia de títulos no Banco Central foram de real importância para as operações no mercado aberto. Na medida em que foi permitido às instituições financeiras, que participam dos leilões de LTN, manterem seus títulos custodiados no Banco, e transferi-los entre si quando das respectivas compras e vendas, essas operações ganharam velocidade e segurança. Melhores resultados foram colhidos quando, pela Carta-Circular n.º 51 da GEDIP, estendeu-se aos estabelecimentos bancários, inclusive os não participantes do leilão semanal desses títulos, a possibilidade de usufruirem do serviço de custódia de LTN no Banco Central. Com essas medidas, conseguiu-se ordenar o nascente mercado de trocas de reservas bancárias permitindo que os próprios bancos redistribuissem entre si suas disponibilidades e utilizassem, assim, de forma mais eficiente, as reservas globais do sistema. A rede bancária passou a remunerar suas reservas de curtíssimo prazo (1 ou 2 dias), antes sem oportunidade de aplicação, ao mesmo tempo que passou a adquirir reservas a taxas menos onerosas que as incidentes sobre as operações de redesconto, através da utilização das LTN como colaterais nas trocas de reservas bancárias depositadas no Banco do Brasil (operações de compra de "cheques BB").

A evolução do volume e das taxas nas operações do mercado interbancário de reservas vem-se constituindo, além disso, em mais um importante indicador do comportamento do mercado monetário, de valiosa importância para a tomada de decisões, quando analisado em conjunto com outros indicadores de liquidez da economia.

Através das operações no mercado aberto, o Banco Central tem visado também fazer com que as taxas de rentabilidade no mercado secundário das LTN reflitam efetivamente as disponibilidades de recursos existentes a cada momento, para aplicação nos diversos prazos de maturação dos títulos em circulação. Assim, as taxas das operações com Letras do Tesouro Nacional, no mercado de balcão, entraram em ligeiro declínio a partir da última semana de junho, para chegar aos níveis mais baixos em fins de agosto, subindo no início de setembro, flutuando ligeiramente até novembro, para subir um pouco mais em dezembro.

Importante inovação, no sentido do aperfeiçoamento das operações no mercado aberto, constituiu também a melhoria no sistema de comunicação, elemento essencial nas transações do mercado monetário, entre o Banco Central e as empresas que operam nessa área, principalmente os "Pré-Dealers".

VI.5 — DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

Dando cumprimento à execução de normas expedidas pelo Senado Federal e Conselho Monetário Nacional, desde fins de 1968, vem o Banco Central exercendo o controle da dívida pública estadual e municipal, objetivando principalmente coibir o lançamento desordenado de títulos — que poderia prejudicar o funcionamento do mercado de valores mobiliários — bem como adequar o nível do endividamento à real capacidade financeira de cada Estado ou Município.

De acordo com as normas em vigor, só serão permitidos lançamentos de títulos destinados à realização de operações de crédito para antecipação de receita orçamentária ou ao resgate de obrigações em circulação, desde que seja obedecido o teto estabelecido na Resolução n.º 58, de 23-10-68, do Senado Federal. Para os casos de comprovada necessidade e urgência, e para o lançamento de títulos especificamente vinculados a financiamentos de obras ou serviços reprodutivos, desde que apresentada minuciosa fundamentação técnica, pode o Senado Federal, ou o Presidente da República, autorizar emissões acima do limite.

QUADRO VI.7

DÍVIDA PÚBLICA INTERNA ESTADOS E MUNICÍPIOS

DOMESTIC PUBLIC DEBT STATES AND LOCAL GOVERNMENTS

Posição Estimada em 31.12.71
Position on Dec. 31,71 (estimated)

Discriminação *Item*	Regiões / *Areas*				
	Norte *North*	Nordeste *Northeast*	Sudeste *Southeast*	Sul *South*	Centro-Oeste *Middle West*
I - DÍVIDA FLUTUANTE *Floating Debt*					
Títulos .... *Securities*	56,9	29 800,7	1 824 159,8	219 813,2	269,2
Contratos .... *Contracts*	—	—	1 537 921,2	165 477,9	—
Empréstimos .... *Loans*	—	4 800,0	17,5	65,8	175,8
Notas Promissórias ...... *Promissory Notes*	56,9	23 885,7	187 464,3	53 464,4	18,9
Outros	—	995,7	49 557,6	794,6	59,5
Other	—	119,3	49 199,2	10,5	15,0
II - DÍVIDA FUNDADA *Funded Debt*	31,6	219 657,8	1 052 425,7	144 903,3	29 536,3
Títulos .... *Securities*	—	14 500,1	274 728,2	102 814,0	13,4
Contratos .... *Contracts*	1,6	25 844,6	13 154,8	18.658,9	394,6
Empréstimos .... *Loans*	—	179 243,5	621 718,8	22 629,9	28 374,6
Notas Promissórias ...... *Promissory Notes*	30,0	36,3	4 721,8	739,9	642,5
Outros .... *Other*	—	33,3	138 102,1	60,6	111,2
III - TOTAL (I + II)	88,5	249 458,5	2 876 585,5	364 716,5	29 805,5

Regulamentando a realização de operações de crédito para antecipação de receita orçamentária dos Estados e Municípios, o Banco Central, pela Resolução n.º 171, de 22-1-71, autorizou os bancos privados, com capital e reservas iguais ou superiores a Cr$ 30 milhões e os bancos oficiais a efetuarem referidos adiantamentos. Subordinou, ainda, à aprovação prévia do Conselho Monetário Nacional a concessão de aval ou fiança por instituições financeiras, em títulos ou contratos, de responsabilidade dos Estados e Municípios e suas respectivas entidades de administração indireta. Pela Resolução n.º 53, de 27-11-71, o Senado Federal permitiu operações de crédito acima dos tetos da Resolução n.º 58, desde que os recursos levantados se destinem a financiamentos de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e equipamentos rodoviários.

Na execução de suas tarefas, o Banco Central tem examinado as fundamentações técnicas, apresentadas pelos Estados e Municípios, ao lançamento de papéis além dos limites fixados pela Resolução n.º 58 já citada. Nesse sentido, o Banco tem contribuído para compatibilizar as condições dos lançamentos às necessidades de fortalecimento do mercado de valores, sobretudo impedindo a fixação de taxas de juros não condizentes, em termos de concorrência, com as dos demais papéis.

O total da dívida pública interna estadual e municipal somava, segundo dados preliminares, Cr$ 3 521 milhões ao final de 1971, montante em que 71,7% são referentes a obrigações dos estados da região sudeste.

VII — BALANÇO DE PAGAMENTOS

VII — BALANÇO DE PAGAMENTOS

Em 1971, o resultado das transações comerciais e financeiras do País com o exterior traduziu-se num *superavit* de US$ 555 milhões, superior em US$ 10 milhões ao de 1970. Para isso contribuiu com exclusividade o elevado ingresso líquido de capitais, uma vez que a balança comercial, tradicionalmente superavitária no passado, apresentou *deficit* relativamente elevado.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

BALANCE OF PAYMENTS

QUADRO VII. 1 — US$ milhões

Discriminação *Item*	1969	1970	1971
1. Balança Comercial *Trade Balance*	318	232	— 346
Exportações (FOB) *Exports*	2 311	2 739	2 904
Importações (FOB) *Imports*	— 1 993	— 2 507	— 3 250
2. Serviços *Services*	— 630	— 815	— 978
Receitas *Receipts*	290	378	444
Despesas 1/ *Payments 1/*	— 920	— 1 193	— 1 422
3. Transferências *Unrequited Transfers*	31	21	12
Receitas *Receipts*	83	88	94
Despesas 1/ *Payments 1/*	— 52	— 67	— 82
Transações Correntes *Current Transactions*	— 281	— 562	— 1 312
4. Movimento Líquido de Capitais 1/ *Net Capital Flow 1/*	850	1 015	1 832
5. Erros e Omissões *Net Errors and Omissions*	— 20	92	35
Superavit (+) ou Deficit (—) *Surplus (+) or Deficit (—)*	549	545	555

1/ Exclui "Reinvestimentos".
Excludes "Reinvestments".

O saldo negativo da balança comercial decorreu do incremento substancial das importações, que vêm acusando taxas expressivas. Após crescimento médio anual cumulativo de 16%, no período 1967/69, o incremento nas importações alcançou 26%, em 1970, atingindo 30%, em 1971. Esse índice reflete, particularmente, a expansão da economia e, em especial, aumento dos investimentos em setores básicos que incluem atividades ligadas à produção de bens de exportação.

As exportações apresentaram crescimento global de 6%, tendo atingido US$ 2,9 bilhões. Tal resultado é tanto mais significativo se se considerar que a receita externa do café sofreu uma baixa de US$ 160 milhões, em relação ao montante excepcionalmente elevado do ano anterior. O comportamento do restante da pauta foi, portanto, amplamente satisfatório, evidenciando expansão de 19%, destaque para as vendas de semi-manufaturados e manufaturados, cuja taxa de aumento foi de 24%.

Para esse comportamento favorável das exportações, contribuíram as medidas baixadas ou implementadas no correr do ano, em reforço das adotadas em exercícios anteriores.

Assim, deu-se continuidade à política de taxas flexíveis de câmbio, instaurada em 1968. Tal como relatado em anos anteriores, o reajuste cambial — que atingiu 13,8% — visa a compatibilizar os valores interno e externo da moeda. O montante da desvalorização está regulado pelas condições internas da economia brasileira e pelas que prevalecem, em geral, nos países mais representativos de nossas relações econômicas.

TAXA CAMBIAL
EXCHANGE RATE

QUADRO VII.2 — Cr$/US$

Data do Reajuste / *New Rating Date*	Compra / *Purchase*	Venda / *Sale*	Variação Percentual no período (Venda) / *Per cent change in period (Sale)*
1969			13,6
Fev. 4	3,905	3,93	2,6
Mar. 19	3,975	4,00	1,8
Mai. 13	4,025	4,05	1,3
Jul. 7	4,075	4,10	1,2
Ago. 27	4,125	4,15	1,2
Out. 3	4,185	4,21	1,4
Nov. 14	4,265	4,29	1,9
Dez. 18	4,325	4,35	1,4
1970			13,8
Fev. 4	4,38	4,41	1,4
Mar. 30	4,46	4,49	1,8
Mai. 18	4,53	4,56	1,6
Jul. 10	4,59	4,62	1,3
Jul. 24	4,62	4,65	0,6
Set. 18	4,69	4,72	1,5
Nov. 4	4,78	4,81	1,9
Nov. 18	4,83	4,86	1,0
Dez. 22	4,92	4,95	1,9
1971			13,8
Fev. 9	5,00	5,03	1,6
Mar. 22	5,08	5,11	1,6
Mai. 3	5,16	5,195	1,7
Jun. 11	5,25	5,285	1,7
Ago. 5	5,37	5,405	2,3
Set. 13	5,47	5,505	1,9
Nov. 10	5,60	5,635	2,4

Além da política cambial, o instrumental de incentivos às exportações foi aprimorado. Através de medidas administrativas, procedeu-se, em função das exigências de presença e concorrência mais atuantes nos mercados externos, à revisão e estabelecimento de normas específicas e precisas de classificação e padronização de produtos que, já participando da pauta de exportações, podem ter sua colocação ampliada. Isso ocorreu, por exemplo, com a madeira contraplacada ou compensada, com o minério de manganês e com o minério de ferro.

No campo dos estímulos creditícios, o Banco Central, através da Resolução n.º 182, de 22.4.71, elevou, de 40 para 50, a percentagem referente ao refinanciamento de contratos vinculados à fabricação de produtos manufaturados destinados à exportação.

Diversos outros instrumentos foram convenientemente adaptados, regulamentados ou modificados, para um mais perfeito desempenho e maior alcance quanto aos seus objetivos de estímulo às exportações, particularmente de produtos manufaturados.

Cabe citar o Decreto n.º 68.044, de janeiro de 1971, que trata do crédito na escrita fiscal das empresas fabricantes de produtos manufaturados, como ressarcimento de tributos, da importância correspondente ao Imposto de Produtos Industrializados (IPI), no que se refere a vendas para o exterior.

Em março de 1971, foi baixado o Decreto-lei n.º 1.158, que permite abater, do lucro bruto sujeito ao imposto de renda (IR), a parcela correspondente à exportação de produtos manufaturados, cuja penetração no mercado internacional convenha promover.

Pelo Decreto-lei n.º 1.189, regulamentado pelo Decreto n.º 69.282, ambos de setembro de 1971, concedeu-se às empresas fabricantes de produtos manufaturados isenção de impostos sobre importação e sobre produtos industrializados na importação de bens, em valor até o limite de 10% do incremento de suas exportações em relação ao ano anterior. Por esse documento, foi alterado dispositivo do Decreto-lei n.º 1.118 de 1970, para permitir às empresas exportadoras a inclusão no custo operacional, para fins de IR, dos gastos de promoção realizados no exterior.

O mecanismo do "draw-back" foi aperfeiçoado pelo Decreto n.º 68.904, de 22.7.71, que estabeleceu critérios mais dinâmicos e flexíveis.

O Comunicado GECAM n.º 180, de 30.4.71, transmitiu aos interessados as normas referentes ao refinanciamento das exportações de bens de capital e de consumo durável, assim como à venda de estudos e projetos técnico-econômicos e de engenharia, destinados a empreendimentos no exterior.

As Cartas-Circulares GECAM números 109 e 110, de 30.4.71, estabeleceram normas destinadas a disciplinar as operações de pré-financiamento e de financiamento de exportações, realizadas com participação de recursos externos e que se beneficiam com a isenção

do imposto de renda na fonte para certos itens de custo.

Há ainda a assinalar a vigência do "Programa Quatro Moedas", que consiste na exportação de produtos manufaturados e semi-manufaturados, com pagamento em cruzeiros, para países latino-americanos (exceto Argentina, México e Venezuela), ao amparo de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Quanto às importações, medidas de natureza operativa e administrativa visaram a proporcionar atendimento com bastante flexibilidade às necessidades brasileiras de bens provenientes do exterior.

No que respeita aos capitais estrangeiros, continuaram as Autoridades Monetárias a orientar a política do endividamento externo, no sentido de assegurar condições mais adequadas à utilização das poupanças externas necessárias à complementação do esforço de investimento e de fortalecimento da liquidez internacional do País.

Em fins de novembro, foi implantada nova sistemática a ser aplicada aos empréstimos em moeda estrangeira. Esta sistemática prevê que os pedidos de empréstimos apresentados ao Banco Central deverão atender, no que tange a prazos, à estrutura geral da dívida, estabelecendo ainda que não se fará distinção de categorias entre as modalidades de empréstimos em moeda, o que permitirá simplificação do controle, facilitando novas contratações no exterior.

A finalidade precípua do novo sistema é permitir que, a longo prazo, a complementação da poupança interna com capitais estrangeiros venha a se manter nos limites capazes de assegurar a sustentação das taxas programadas de desenvolvimento econômico.

VII.1 – COMÉRCIO EXTERIOR

O intercâmbio comercial do Brasil com o exterior manteve-se em expansão, atingindo em 1971, o total de US$ 6,1 bilhões (FOB). Este valor, confrontado com o de 1970 e com a média do período 1965/69, revela incrementos de 17,1% e 83,6%, respectivamente.

Excepcional valor no intercâmbio comercial do País foi atingido, não obstante ter-se verificado diminuição na taxa de crescimento das exportações, em 1971. Este fato, conjugado com o ritmo ascendente das importações, inverteu, no ano, a posição superavitária que a balança comercial vinha mantendo desde 1962.

INTERCÂMBIO COMERCIAL (FOB)

US$ bilhões e taxas de acréscimos

Período	Exportação	%	Importação	%	Total do Intercâmbio	%
1965/69	1,84	–	1,51	–	3,35	–
1969	2,31	25,5	1,99	31,8	4,30	28,4
1970	2,74	18,6	2,51	26,1	5,25	22,0
1971	2,90	5,8	3,25	29,5	6,15	17,2

No que se refere às exportações, o total de US$ 2 904 milhões representa incrementos de 5,8%, no confronto com os dados de 1970, e 57,6% na comparação com os da média do qüinqüênio 1965/69. O declínio do crescimento percentual das exportações, verificado de 1971 para 1970, deveu-se, basicamente, à perda de receita sofrida pelas exportações de café como conseqüência da pronunciada baixa ocorrida nos preços internacionais do produto. Com efeito, as exportações brasileiras, exceto café, cresceram de 18,4%.

EXPORTAÇÕES (FOB)

US$ bilhões e taxas de acréscimos

Período	Total Geral	%	Café	%	Total Geral Exclusive Café	%	Manufaturados1/	%	Produtos Primários	%
1965/69	1 836,7	–	771,4	–	1 065,3	–	132,1	–	933,2	–
1969	2 311,2	25,8	845,7	9,6	1 465,5	37,6	181,6	37,5	1 283,9	37,6
1970	2 738,9	18,5	981,8	16,1	1 757,1	19,9	306,9	69,0	1 450,2	13,0
1971	2 903,6	6,0	822,2	– 16,3	2 081,4	18,4	424,0	38,2	1 657,4	14,3

1/ Classes V a VIII

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – FOB

BRAZILIAN EXPORTS

QUADRO VII.3

Discriminação	1965/69 US$ milhões	%	1970 US$ milhões	%	1971 US$ milhões	%	*Item*
TOTAL GERAL	**1 836,7**	**100,0**	**2 738,9**	**100,0**	**2 903,6**	**100,0**	***GRAND TOTAL***
Café	771,4	42,0	981,8	35,8	822,2	28,3	***Coffee***
Em grão	752,6	41,0	939,3	34,3	772,5	26,6	*Beans*
Solúvel	18,8	1,0	42,5	1,5	49,7	1,7	*Instant*
Total (exclusive café)	1 065,3	58,0	1 757,1	64,2	2 081,4	71,7	***Total (excluding coffee)***
Manufaturados 1/	132,1	7,2	306,9	11,2	424,0	14,6	***Manufactures 1/***
Produtos Primários	933,2	50,8	1 450,2	53,0	1 657,4	57,1	***Primary Products***
Especificados	826,4	45,0	1 249,1	45,7	1 379,2	47,5	***Specified***
Tadicionais	489,5	26,7	701,7	25,7	724,1	24,9	***Traditional***
Algodão em rama	124,9	6,8	154,4	5,7	137,1	4,7	*Raw cotton*
Minério de ferro	111,6	6,1	208,6	7,7	237,3	8,2	*Iron ore*
Açúcar	86,8	4,7	126,6	4,6	146,6	5,0	*Sugar*
Demerara	86,3	4,7	126,5	4,6	146,6	5,0	*Raw*
Cristal	0,5	0,0	0,1	0,0	–	–	*Crystallized*
Cacau	82,1	4,5	109,3	4,0	90,8	3,1	*Cocoa*
Amêndoas	57,8	3,1	77,6	2,9	61,7	2,1	*Beans*
Manteiga	23,2	1,3	28,0	1,0	24,3	0,8	*Butter*
Torta	1,1	0,1	3,7	0,1	4,8	0,2	*Cake*
Madeira de pinho	61,9	3,4	72,2	2,6	74,6	2,6	*Pinewood*
Pinho serrado	59,4	3,3	67,5	2,4	71,8	2,5	*Sawn*
Outras	2,5	0,1	4,7	0,2	2,8	0,1	*Other*
Minério de manganês	22,2	1,2	30,6	1,1	37,7	1,3	*Manganese ore*
Outros produtos especificados	336,9	18,3	547,4	20,0	655,1	22,6	*Other specified product*
Carne bovina 2/	34,9	1,9	86,0	3,1	150,0	5,2	*Beef 2/*
Milho em grão	34,3	1,8	80,6	2,9	75,4	2,6	*Maize (grain)*
Soja	32,0	1,7	70,7	2,6	105,8	3,6	*Soya*
Óleo de mamona	30,8	1,7	38,2	1,4	39,3	1,4	*Castor oil*
Couros e peles	29,5	1,6	41,1	1,5	33,4	1,2	*Hides and skins*
Fumo em folha	22,7	1,2	31,2	1,1	36,5	1,2	*Tobacco leaves*
Madeiras (exceto pinho)	22,1	1,2	35,6	1,3	42,9	1,5	*Wood (excluding pinewood)*
Sisal	19,6	1,1	16,5	0,6	15,9	0,5	*Sisal*
Fibra	18,4	1,0	15,4	0,6	15,3	0,5	*Fibre*
Bucha	1,2	0,1	1,1	0,0	0,6	0,0	*Cordage*
Lã	19,5	1,1	20,8	0,8	16,6	0,6	*Wool*
Arroz	18,2	1,0	6,8	0,2	11,5	0,4	*Rice*
Castanha do Brasil	12,8	0,7	13,6	0,5	13,8	0,5	*Brazil nuts*
Cêra de carnaúba	9,3	0,5	9,6	0,4	10,6	0,4	*Carnauba wax*
Banana	6,7	0,4	10,7	0,4	10,4	0,4	*Banana*
Pimenta	6,5	0,4	8,2	0,3	14,9	0,5	*Pepper*
Mate	5,7	0,3	4,8	0,2	5,7	0,2	*Maté*
Lagosta	5,2	0,3	10,0	0,4	12,8	0,4	*Lobster*
Laranja	4,3	0,2	3,4	0,1	4,1	0,1	*Orange*
Amendoim	4,0	0,2	12,3	0,5	8,8	0,3	*Peanuts*
Carne de gado cavalar	3,6	0,2	8,3	0,3	12,9	0,4	*Horse meat*
Minério de nióbio	3,2	0,2	11,1	0,4	2,1	0,1	*Niobium ore*
Melaço	3,1	0,2	7,7	0,3	8,6	0,3	*Molasses*
Castanha de caju	2,6	0,1	7,3	0,3	5,3	0,2	*Cashewnuts*
Camarão	2,4	0,1	6,3	0,2	11,0	0,4	*Shrimps*
Chá	2,1	0,1	2,8	0,1	4,0	0,1	*Tea*
Linters de Algodão	1,8	0,1	3,8	0,1	2,8	0,1	*Cotton linter*
Demais Produtos	106,8	5,8	201,1	7,3	278,2	9,6	*Other Products*

1/ Classes V a VIII.
Classes V to VIII.

2/ Inclui carne congelada, resfriada, de vitela, sêca ou charque, salgada ou salmoura e conserva ou preparação.
Including frozen, chilled, veal, dried, salted, corned and preserved by other means.

O total das importações elevou-se a US$ 3 250 milhões, superando em 29,6% e 115,7%, respectivamente, o valor de 1970 e o relativo à média de 1965/69, o que se justifica pelo atual estágio do processo de desenvolvimento brasileiro, como bem demonstra a participação de 37,7% do item "Máquinas, Equipamentos, Veículos, seus Pertences e Acessórios", no valor total importado em 1971.

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (FOB)

BRAZIL IMPORTS (FOB)

QUADRO VII.4

US$ milhões

Discriminação	1965/69 Valor *Value*	1965/69 %	1970 Valor *Value*	1970 %	1971 Valor *Value*	1971 %	*Item*
1. Matérias-primas	255,4	16,9	370,6	16,9	499,0	15,3	*1. Raw Material*
Petróleo e Derivados	175,4	11,6	240,0	11,6	327,0	10,1	*Petroleum and by-products*
Outras	80,0	5,3	130,6	5,3	172,0	5,2	*Other*
2. Gêneros Alimentícios e Bebidas	245,3	16,3	247,5	16,3	277,0	8,5	*2. Foods and Beverages*
Trigo em Grão	139,5	9,3	103,8	9,3	108,0	3,3	*Wheat (Grain)*
Outros	105,8	7,0	143,7	7,0	169,0	5,2	*Other*
3. Produtos Químicos e Farmacêuticos	225,1	14,9	385,7	14,9	491,0	15,1	*3. Chemicals and Pharmaceutical Products*
4. Máquinas, Equipamentos, Veículos, seus Pertences e Acessórios	477,0	31,7	938,5	31,7	1 225,0	37,7	*4. Machines, Equipment, Vehicles, Spare parts and Accessories*
5. Outros Produtos	303,9	20,2	564,6	20,2	758,0	23,4	*5. Other Products*
TOTAL	1 506,7	100,0	2 506,9	100,0	3 250,0	100,0	*TOTAL*

O exame do comportamento das correntes de comércio do Brasil revela, com base nos elementos disponíveis, perda da posição relativa dos Estados Unidos, Associação Européia de Livre Comércio (AELC), Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON), em favor do Mercado Comum Europeu (MCE), Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), Japão e do Canadá.

Os Estados Unidos continuaram a ser o principal comprador e vendedor do Brasil, com a participação de 27,2% (US$ 1 674 milhões) no total do intercâmbio. Em 1970, tal participação fora de 28,6%, cumprindo notar que a diminuição foi conseqüência de um crescimento mais rápido do intercâmbio com outros mercados, ao que se somou o aspecto negativo da queda do preço internacional do café.

Além dos Estados Unidos, dentre os países não integrantes de blocos econômicos, merecem destaque o Canadá e o Japão, especialmente este último, cujo comércio com o Brasil vem apresentando considerável e continuada expansão. A participação do Japão no comércio global do Brasil passou de 3,4% no período 1965/69, para 5,8%, em 1970, e 7,4%, em 1971; as trocas nos dois sentidos aumentaram, em 1971, de 48,7% e 296,8%, respectivamente, em relação a 1970 e à média de 1965/69, com destaque às importações brasileiras, notadamente de equipamentos, e às exportações de minério de ferro.

O comércio com países pertencentes a blocos econômicos concorre, tradicionalmente, com metade do total registrado pelo Brasil. Em 1971, foi mantida essa participação: MCE, 26,4%; AELC, 11,5%; ALALC, 10,8% e COMECON, 3,3%.

O comércio com o Mercado Comum Europeu (MCE) manteve-se em tendência ascendente, tendo sua respectiva taxa de crescimento sido inferior apenas à verificada em relação ao Japão. A tônica do intercâmbio nessa área foi o crescimento das importações, que passaram de US$ 310 milhões (média de 1965/69) e US$ 571 milhões (1970), para US$ 832 milhões, em 1971, ao passo que as exportações

apresentaram evolução mais moderada, crescendo, nos períodos citados, de US$ 491 milhões (1965/69) e US$ 770 milhões (1970), para US$ 793 milhões, em 1971. Este fato reflete a dificuldade encontrada pelo Brasil na colocação de produtos concorrentes com os de países africanos associados ao MCE e, por esta condição, merecedores de tratamento tarifário especial, bem como em contornar as barreiras levantadas pela política agrária comum daquele Mercado.

Ainda com relação ao MCE, salientam-se dois fatos ocorridos durante o ano de 1971 e que poderão repercutir nas trocas da Comunidade com o Brasil: em julho, foi concedida admissão à Noruega, Dinamarca, Irlanda e Reino Unido, como países membros e a condição de associados a territórios britânicos e a algumas ex-colônias britânicas e sul-africanas (Gâmbia, Gana Kênia, Malavi, Nigéria, Serra Leone, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Botswana, Lesotho e Swazilândia); em novembro, o MCE assinou com a Argentina um tratado de comércio não-preferencial, o primeiro com um país latino-americano, com duração de três anos e com base na cláusula de nação mais favorecida.

O intercâmbio com os países da Associação Européia de Livre Comércio (AELC), ao contrário do sucedido com os do MCE, mostrou diminuição em sua participação no total do comércio exterior do Brasil: 12,1%, para o período 1965/69; 12,9%, em 1970 e apenas 11, %, em 1971.

O comércio do Brasil com os países da ALALC tem apresentado firme ritmo de crescimento. O intercâmbio global atingiu o montante de US$ 660 milhões, superior em cerca de 17% e 59%, respectivamente, em relação a 1970 e ao período 1965/69. No conjunto, a balança de comércio foi favorável ao Brasil em US$ 17 milhões, em 1971, comparativamente ao *superavit* de US$ 40 milhões ocorrido em 1970 e ao *deficit* de US$ 17 milhões relativo ao período 1965/69.

EXPORTAÇÕES (FOB) DO BRASIL PARA PAÍSES DA ALALC

BRAZIL EXPORTS (FOB) TO LAFTA COUNTRIES

QUADRO VII.5 — US$ 1 000

Países *Countries*	1965/69		1970		1971	
	Valor *Value*	%	Valor *Value*	%	Valor *Value*	%
Argentina	128,3	64,5	185,7	61,3	196,2	58,0
Bolívia	2,6	1,3	7,6	2,5	10,1	3,0
Chile	22,1	11,1	23,7	7,8	29,6	8,7
Colômbia	3,3	1,7	6,7	2,2	9,3	2,7
Equador	0,3	0,2	0,8	0,3	1,6	0,5
México	9,5	4,8	20,4	6,7	20,9	6,2
Paraguai	4,0	2,0	11,2	3,7	20,1	5,9
Peru	7,4	3,7	7,7	2,5	9,3	2,7
Uruguai	17,3	8,7	31,1	10,3	30,3	8,9
Venezuela	3,9	2,0	8,2	2,7	11,4	3,4
TOTAL	**198,7**	**100,0**	**303,1**	**100,0**	**338,8**	**100,0**

OBS.: Inclui Bolívia e Venezuela a partir de 1968.
Include Bolivia and Venezuela since 1968.

IMPORTAÇÕES (FOB) DO BRASIL DOS PAÍSES DA ALALC

BRAZIL IMPORTS (FOB) FROM LAFTA COUNTRIES

QUADRO VII.6 — US$ 1 000

Países *Countries*	1965/69 Valor *Value*	1965/69 %	1970 Valor *Value*	1970 %	1971 Valor *Value*	1971 %
Argentina	115,6	53,6	148,2	56,2	136,5	42,4
Bolívia	0,4	0,2	0,1	0,0	3,2	1,0
Chile	19,9	9,3	32,7	12,4	35,7	11,1
Colômbia	0,9	0,4	1,8	0,7	3,3	1,0
Equador	0,3	0,1	1,4	0,6	1,5	0,5
México	14,5	6,7	15,5	5,9	32,5	10,1
Paraguai	0,4	0,2	1,4	0,5	3,2	1,0
Peru	7,5	3,5	9,2	3,5	16,3	5,1
Uruguai	7,8	3,6	10,8	4,1	29,3	9,1
Venezuela	48,3	22,4	42,5	16,1	60,3	18,7
TOTAL	215,6	100,0	263,6	100,0	321,8	100,0

OBS.: Inclui Bolívia e Venezuela a partir de 1968.
Include Bolivia and Venezuela since 1968.

Além dos produtos tradicionais, as exportações brasileiras de manufaturados vêm crescendo progressivamente para aquela área. Entre 1968 e 1971, o incremento da colocação desses produtos foi da ordem de 177%. Na distribuição do intercâmbio com os países dessa Associação, a Argentina continua sendo o principal mercado de exportação e importação do Brasil, seguida de Chile, Uruguai e México.

EXPORTARÇÕES DE MANUFATURADOS

MANUFACTURING EXPORTS

QUADRO VII.7 — US$ milhão

Anos	Total A	Para ALALC B	B/A %
1968	130,0	70,3	54,1
1969	181,6	103,1	56,8
1970	306,9	145,8	47,5
1971	424,0	203,5	48,0

As relações comerciais com os países membros do COMECON têm-se mantido em níveis bastante modestos, em comparação com o total das transações externas do Brasil. As exportações que abrangem, em sua maior parte, produtos primários tradicionais, contudo, vêm apresentando considerável crescimento. Em 1971, registraram-se vendas no montante de US$ 163 milhões (6% das exportações globais do País), superiores em 32% e 50%, respectivamente, às de 1970 e às do período 1965/69. No que tange às importações, constituídas principalmente de máquinas e equipamentos, o montante atingido, de US$ 39 milhões, é ainda pequeno. Tais importações, como se sabe, enfrentam dificuldades, quer por falta de tradição, quer pela ausência de uma razoável manutenção, inclusive quanto ao suprimento de peças para reposição.

VII.2 – EXPORTAÇÕES

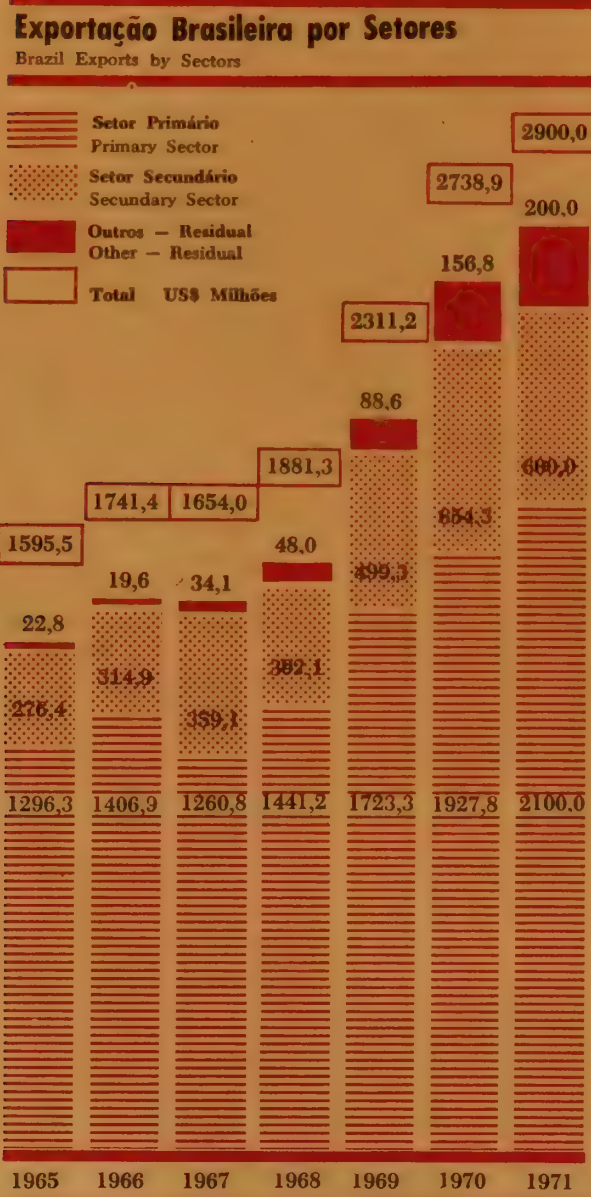
As exportações brasileiras comportaram-se de forma positiva, atingindo um montante de US$ 2 904 milhões, superior em 6% às de 1970 e em 58% às do período 1965/69.

Esse resultado é tanto mais expressivo se considerado que a receita das exportações do café sofreu queda acentuada (US$ 160 milhões), face à redução de 23% nas cotações internacionais do produto. As exportações, exceto café, cresceram de 18,4%.

Além da queda da receita do café, as exportações de outros produtos, como o cacau em amêndoas e em manteiga, foram afetadas negativamente em razão, entre outros fatores, do estabelecimento de barreiras fiscais, fixadas pela política agrária comum do MCE.

O resultado global das exportações refletiu as conseqüências decorrentes da continuidade do regime cambial de taxas flexíveis, bem

como do programa de incentivos fiscais e creditícios, e das inúmeras providências administrativas simplificadoras do processo de exportação. Desse modo, verifica-se o desenvolvimento de uma infra-estrutura ligada à atividade exportadora, condicionada ao fato de que as exportações passaram a constituir um fluxo contínuo e crescente, deixando de representar apenas uma alternativa para o escoamento de sobras do consumo interno.

GRÁFICO VII.1

— Café

O principal fato a registrar-se com relação às exportações de café, em 1971, foi a mudança da política brasileira de venda do produto. Até fevereiro daquele ano, o Brasil buscava, sem o necessário apoio dos principais países produtores, a sustentação de preços externos compatíveis com a posição estatística plenamente favorável do café, fenômeno evidenciado desde a ocorrência, em julho de 1969, de geadas, afetando principalmente os cafezais e a produção paranaense.

CAFÉ EMBARCADO PARA O EXTERIOR

COFFEE SHIPPED

QUADRO VII.8

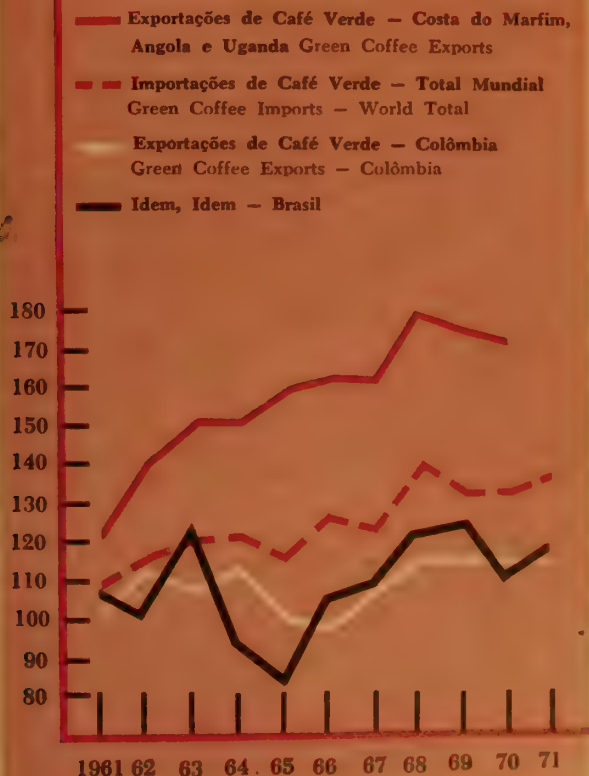
Discriminação *Item*	1965/69	1970	1971
1. Café em grão *Coffee beans*			
a) Sacas — 1 000 . *Bags*	16 840	16 044	17 238
b) US$ milhões ...	752,6	939,3	772,5
c) US$/saca ...... *bag*	44,69	58,55	44,81
2. Café solúvel *Instant coffee*			
a) Sacas — 1 000 . *Bags*	461	1 041	1 161
b) US$ milhões ...	18,8	42,5	49,7
c) US$/saca ...... *bag*	40,78	40,83	42,81
3. TOTAL (1 + 2)			
a) Sacas — 1 000 . *Bags*	17 301	17 085	18 399
b) US$ milhões ...	771,4	981,8	822,3
c) US$/saca ...... *bag*	44,59	57,47	44,69

Verificado que a política brasileira de venda do café já havia propiciado, em 1970, receita de quase um bilhão de dólares, e sentindo-se que — com a falta de um maior entrosamento entre países produtores e com a expansão das quotas de exportação fixadas pelo Conselho do Convênio Internacional do Café (SIC), para o ano-convênio de 1970/71 — já não era mais possível ao Brasil atuar praticamente isolado em favor de preços coerentes com o volume decrescido da oferta, foi baixada, por decisão do Conselho Monetário Nacional, a Resolução n.º 516, de 24.2.71, do Instituto Brasileiro do Café (IBC), que reduziu drasticamente as bases de preços mínimos para os registros de venda do produto ao exterior.

Essa medida e outras que lhe seguiram com o mesmo sentido, isto é, situar novamente os preços de exportação do café brasileiro a níveis de plena competição frente aos cafés "suaves" da Colômbia e da América Central e aos "robustas" da África, possibilitaram a efetivação, em 1971, de exportações de 18,4 milhões de sacas, ao valor médio de US$ 44,68/saca, e com receita equivalente a US$ 822 milhões. Este nível de receita — não obstante as dificuldades que se antepuseram à comercialização do produto no ano, entre as quais se destacam as suscitadas pelo desenvolvimento do processo de confirmação da permanência dos Estados Unidos no Convênio e, bem assim, os problemas de suprimento decorrentes das greves nos portos daquele país — pode ser considerado bastante razoável, uma vez que foi superior à média de US$ 771 milhões, obtida no período 1965/69.

GRÁFICO VII.2

Na verdade, examinando-se os volumes físicos da comercialização do café, observa-se que as importações mundiais do produto, no ano, cresceram cerca de 2,2%, enquanto as vendas de café brasileiro elevaram-se de 7,7%.

A quota inicial atribuída pelo Conselho do CIC para o ano convênio (outubro/setembro) de 1970/71 foi, como já focalizado, elevada, cabendo ao Brasil a parcela de .... 20.113.590 sacas, justamente quando a produção nacional se limitou a 11 milhões de sacas. A queda sucessiva dos preços acionou o mecanismo quota-preço (reajustamento do volume das quotas em função de variações dos preços), de forma que a quantidade final destinada ao País foi reduzida para 17.977.022 sacas. Nesse ano-convênio, aconteceu o oposto ao ocorrido no ano anterior, quando, pelo citado mecanismo, a quota inicial brasileira de

BRASIL
QUOTAS E EXPORTAÇÃO DE CAFÉ
1 000 sacas de 60 kg

COFFEE: QUOTAS AND EXPORTS
1 000 60 kg bags

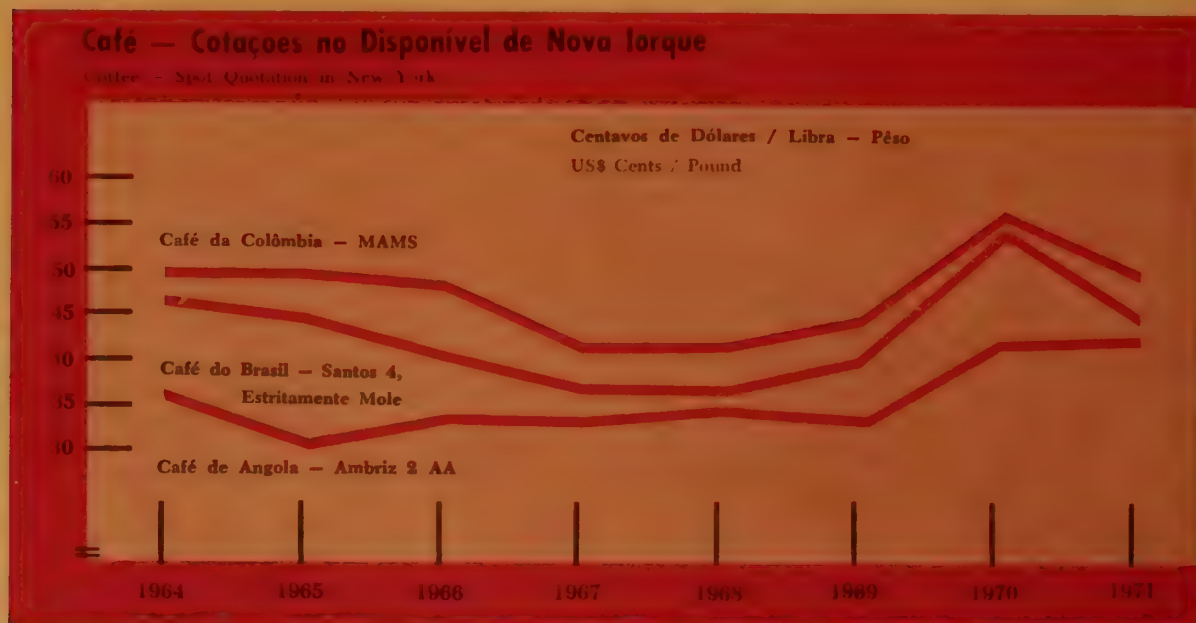
QUADRO VII.9

Discriminação / *Item*	1965/66 a 1969/70 Média / *Average*	1970/71	1971/72[1]
	Ano-Convênio Out/Set *Agreement Year*		
A. Quotas anuais fixadas pelo Conselho do Convênio Internacional do Café .. *Yearly quotas established by the International Coffee Agreement Council*	17 893	17 949	17 741[3]
B. Exportação Efetiva[2] *Actual Exports*	18 085	18 068	18 000[1]
B.1. Mercados Tradicionais ..... *Traditional Markets*	17 470	17 596	17 500[1]
B.2. Mercados Novos *New Markets*	615	472	500[1]

1/ Previsão. *Forecast.*
2/ Inclui café industrializado. *Includes Instant Coffee.*
3/ Posição em 28-12-71 *Position in 12-28-71.*

17.103.119 sacas foi acrescida, até o término do período, de 2.229.296 sacas. Com essas mutações, as exportações brasileiras para os mercados tradicionais aproximaram-se, nos dois anos, das quantidades atribuídas, sem, contudo, completá-las, como acontece em épocas normais.

As cotações do café no mercado de Nova Iorque declinaram em relação às verificadas em 1970, embora permanecessem em nível superior às dos anos precedentes. Todavia, levando em conta o crescimento geral dos preços de produtos comercializados no mercado internacional, os países produtores procuraram articular-se no sentido de manter sua remuneração real, pleiteando, inclusive, um reajuste para compensar a desvalorização da moeda americana. Vale observar que dentre os produtos consumidos no *breakfast* do norte-americano, o café é aquele cujo preço tem sofrido menor acréscimo. Por outro lado, mediante aprimoramento do sistema de industrialização e comercialização, puderam os empresários norte-americanos reduzir seus custos, absorvendo grande parte da elevação dos preços da matéria-prima, motivada principalmente pela geada ocorrida no Brasil, nos meados de 1969, e cujos reflexos começaram a surgir no final daquele ano. Em janeiro de 1971, quando o preço para o importador chegou a seu nível mais elevado, ou seja, quando o valor médio de importação nos Estados Unidos atingiu a US$ 0.4687/libra-peso, a lata de uma libra-peso custava US$ 0.9520, donde uma relação de 2,03. Em dezembro do mesmo ano, embora os preços no varejo tenham descido para US$ 0.9230/lata de uma libra-peso, o valor médio de importação caiu para US$ 0.3865/libra-peso, elevando a relação "preço ao consumidor/valor médio de importação" para 2,39, configurando, na oportunidade, a não transferência, para o consumidor, da queda dos preços internacionais da matéria-prima.

GRÁFICO VII.3

As variações da produção mundial de café exportável têm dependido quase exclusivamente da participação brasileira, estando a dos demais países produtores sujeita a pequenas oscilações. Como a safra brasileira de 1971/72 evidenciou forte aumento em relação à anterior, apesar de não ter sido suficiente para atender à respectiva demanda conjunta (consumo interno + exportação), a oferta mundial voltou a crescer. Visando a reconstituir a capacidade produtora da cafeicultura nacional, o Governo brasileiro pôs em execução plano, envolvendo incentivos ao plantio, formação de mudas, prática da recepa (principalmente como técnica de combate à ferrugem), uso de corretivos, fertilizantes, defensivos e equipamentos fito-sanitários mais eficientes.

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ EXPORTÁVEL
POR SAFRA

WORLD EXPORTABLE COFFEE PRODUCTION
BY CROPS

QUADRO VII.10

Milhões de sacas de 60 kg
Million 60 kg bags

Discriminação	1965/66 a 1969/70 Média *Average*	1970/71	1971/72	*Item*
1. América do Norte e Central	7,8	7,8	8,6	*1. North and Central Americas*
2. América do Sul	32,2	19,2	33,0	*2. South America*
a) Brasil	23,8	11,0	24,6	*a) Brazil*
b) Colômbia	6,7	6,1	6,4	*b) Colombia*
c) Outros	1,7	2,1	2,0	*c) Other*
3. África	16,9	18,1	18,3	*3. Africa*
4. Ásia e Oceânia	2,4	3,3	2,7	*4. Asia and Oceania*
5. TOTAL GERAL	59,3	48,4	62,6	*5. GRAND TOTAL*

O mercado americano absorveu mais da metade da exportação brasileira de café solúvel. É digna de registro, também, a continuação da tendência crescente das aquisições desse manufaturado pelo Reino Unido, as quais, em 1971, atingiram o correspondente a 435 mil sacas, ou seja, 36% acima das comercializadas em 1970.

— Manufaturados

As exportações brasileiras de produtos manufaturados (classes V a VIII), somaram US$ 424 milhões, valor superior em 38% ao de 1970.

A ALALC continua figurando como o principal bloco comprador desses produtos, com a participação de 48%, ou seja, US$ 204 milhões. Deste total, cerca de 52% correspondem a compras da Argentina, principal parceiro do Brasil no comércio zonal e o segundo país maior comprador de produtos manufaturados brasileiros. Os principais produtos exportados para a área são máquinas e veículos, seus pertences e acessórios e produtos siderúrgicos.

O MCE é o segundo maior comprador desses produtos, participando com US$ 76 milhões, ou seja, 18% do total das exportações da espécie, as quais vêm crescendo progressivamente para aquele bloco. Aproximadamente 40% desse total são transacionados com a República Federal Alemã.

Os Estados Unidos continuam mantendo sua posição de principal comprador individual. Embora venha apresentando comportamento ascendente em termos absolutos, sua participação nas exportações brasileiras de manufaturados vem decrescendo progressivamente, tendo passado de 24%, em 1968, para 12%, em 1971. Tal redução explica-se, em boa parte, pela política de diversificação de mercados consumidores, com vistas a evitar excessiva dependência de alguns poucos mercados de consumo, além do que é reflexo de medidas de controle do deficit do balanço de pagamentos dos Estados Unidos.

Quanto aos demais mercados — AELC, Japão, Canadá e outros países — se bem que venham apresentando valores crescentes de compras, os respectivos registros mostram números ainda pouco representativos. Assim, para a AELC exportaram-se, em 1971, US$ 13 milhões; ao Japão, US$ 17 milhões; ao Canadá, US$ 2 milhões e ao COMECON, US$ 2 milhões.

Vale notar, ainda, com relação às manufaturas, que levantamentos de organismos inter-

nacionais revelam que, nos últimos quatro anos, a média de crescimento do valor dessas exportações, dos países em desenvolvimento aos países desenvolvidos, foi de 17,5% ao ano. Este valor se compara ao de 34,5% observado no mesmo período para as exportações globais do Brasil de produtos manufaturados.

— Algodão

As exportações de algodão em rama, alcançaram US$ 137 milhões, valor pouco inferior ao do ano passado (US$ 154 milhões), não obstante ter-se verificado sensível redução no volume exportado. Relativamente à média do período 1965/69 (US$ 125 milhões), a expansão foi da ordem de 9,6%.

Registrou-se acentuada alta dos preços no comércio internacional do produto, determinada pela queda de produção que se verificou mundialmente, e que, no Brasil, mediu-se pelo decréscimo entre as 342.800 t produzidas em 1970 e 250.000 t, em 1971.

Verificou-se uma intensificação na demanda mundial de algodão, decorrente, não só da necessidade de recomposição dos estoques da matéria-prima (5,0 em 1969; 4,7 em 1970 e, segundo estimativas, 4,1 milhões de toneladas, em 1971) como, também, da própria expansão do consumo

— Minério de Ferro

Os registros de 1971 revelam exportações de US$ 237 milhões, com acréscimos da ordem de 13% e 113%, em relação a 1970 e ao qüinquênio 1965/69, respectivamente. A hematita, que vem conquistando posições de destaque na pauta de exportações brasileiras e expandindo continuamente suas vendas, não sofreu grandes variações de preços, face à estrutura de seu mercado.

O Mercado Comum Europeu continua sendo nosso principal comprador e, dentre seus países membros, a República Federal Alemã é, com participação de 26,4%, o maior importador desse produto, seguindo-se o Japão (23%) e Estados Unidos (7%). Quanto aos demais blocos econômicos, a AELC participa com 11,2%, a ALALC, com 5,5% e o COMECON, com 3%.

— Cacau e Derivados

A exportação de cacau e derivados rendeu ao País, no ano de 1971, um montante de US$ 91 milhões, correspondente ao embarque de cerca de 2,7 milhões de sacos de 60 kg, dos quais aproximadamente 74% em amêndoas e o restante em derivados. As exportações de 1971 foram inferiores às do ano anterior (16,9%), em termos de receita cambial.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CACAU E DERIVADOS

BRAZILIAN COCOA AND BY-PRODUCTS EXPORTS

QUADRO VII.11

Discriminação *Item*	1965/69	1970	1971
I. Cacau em amêndoas *Beans*			
US$ milhões	57,8	77,7	61,7
Preços médios ... *Average price* (US$/t)	562,3	648,6	518,0
II. Derivados de cacau *By-products*			
US$ milhões	24,3	31,7	29,1
Preços médios ... *Average price* (US$/t)	945,4	878,1	716,9
III. TOTAL			
US$ milhões	82,1	109,4	90,8
Preços médios .... *Average price* (US$/t)	638,8	701,7	568,6

Os preços internacionais, a partir de abril/maio, apresentaram tendência ascendente, principalmente em função da relativa escassez conjuntural nos estoques dos grandes moageiros internacionais e dos movimentos especulativos nas bolsas de Nova Iorque e Londres.

A partir de fins de agosto e início de setembro, o mercado inverteu sua tendência, com a constatação de que, além de o temporão brasileiro ter sido satisfatório e sua safra principal se antecipar recorde, era certo o bom desempenho da produção africana, mantendo a Costa do Marfim sua tendência de aumento de produção

Face a esses fatores, em especial, e considerando que já há três anos consecutivos vinham os produtores obtendo preços razoáveis, observou-se, no último trimestre do ano, acentuada queda das cotações que chegaram

a atingir níveis bastante baixos, quase idênticos aos obtidos na safra 1965/66.

No âmbito interno, a tônica da política oficial foi a adoção de medidas pelo Conselho Monetário Nacional no sentido de manter ou mesmo elevar a renda do setor. Vale destacar a autorização para o refinanciamento das dívidas dos lavradores, oriundas da safra 1968/69 e a adoção de plano de renovação de cacauais.

Em termos de conjuntura internacional, a produção 1971/72 ratificou sua tendência de crescimento que vem sendo acompanhada pela demanda, considerada a defasagem tecnicamente necessária.

Dentro da estrutura da oferta, depois de Gana e Nigéria, os maiores produtores mundiais, o Brasil e Costa do Marfim vêm-se revezando em terceiro lugar, com a participação de cerca de 12%, no suprimento da procura mundial do produto.

Pela verificação da tendência de aumento das moagens, para 1972, as perspectivas externas apresentaram-se favoráveis, em que pese a já observada recomposição das reservas estratégicas dos grandes industriais de chocolate do mundo, além dos níveis tecnicamente necessários.

GRÁFICO VII.4

— Açúcar

Durante o ano de 1971, as exportações de açúcar atingiram a 1.191 mil toneladas, proporcionando receita de US$ 147 milhões. Verificou-se, assim, a manutenção do comportamento ascendente nas exportações do produto, com acréscimos de 5,7% e 21,7% no quantum, de 15,8% e 68,8% na receita cambial e de 9,5% e 38,7% no preço médio, em confronto com os resultados alcançados em 1970 e no período 1965/69, respectivamente.

As exportações dirigidas ao "Mercado Preferencial Norte-americano" totalizaram 541 mil toneladas, correspondentes a US$ 87 milhões, o que representa um preço médio de US$ 161,14/t, resultados superiores aos conseguidos em 1970, e à média do período 1965/69

Para o "mercado mundial livre", as exportações superaram de 150 mil toneladas a quota básica atribuída ao Brasil (500 mil toneladas), devido ao rateio de quotas não preenchidas pelos respectivos países titulares. Nesse mercado também foram alcançados níveis jamais atingidos, com as 650 mil toneladas exportadas gerando receita cambial da ordem de US$ 59,5 milhões, a um preço médio de US$ 91,53/t

Confirmada a previsão de escassez para os próximos dois anos, principalmente pelas baixíssimas safras cubanas, foi o mercado mundial, a partir de dezembro, fortemente afetado. Em 30.12.71, a cotação do produto na Bolsa de Nova Iorque situava-se 58% acima da do dia 1.º daquele mês. Este fato levou o Conselho Internacional do Açúcar a suspender, a partir de 1.1.72, o sistema de quotas.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS AÇÚCAR

BRAZIL SUGAR EXPORTS

QUADRO VII.12

Discriminação *Item*	1965/69	1970	1971
1. Mercado Mundial (excl. EUA) *World Market (excl. USA)*			
a) 1 000 t	443,18	518,39	650,05
b) US$ milhões	21,50	37,12	59,50
c) Preço médio *Average Price* (US$/t)	48,52	71,61	91,53
2. Mercado Americano *American Market*			
a) 1 000 t	535,04	607,83	540,52
b) US$ milhões	65,36	89,51	87,10
c) Preço médio *Average Price* (US$/t)	122,16	147,26	161,14
3. TOTAL (1 + 2)			
a) 1 000 t	978,22	1 126,22	1 190,57
b) US$ milhões	86,86	126,63	146,60
c) Preço médio *Average Price* (US$/t)	88,80	112,44	123,13

— Pinho

No decorrer de 1971 as exportações de pinho proporcionaram receita de US$ 75 milhões, relativa a um volume de aproximadamente 602 mil toneladas.

Registrou-se, desta forma, um acréscimo de cerca de 3%, na comparação com 1970. As exportações de 1971 superaram a média do qüinqüênio 1965/69 de 20,5%.

O mercado internacional do produto manteve-se relativamente estável, em recuperação no confronto com a fase de retração observada em 1970. A melhoria registrada deveu-se ao incremento das exportações para a Argentina, que continua sendo o principal comprador do produto brasileiro, absorvendo mais de 50% das vendas. Os demais países tradicionalmente compradores, Inglaterra, Alemanha, Holanda e sobretudo o Uruguai, mantiveram suas compras normais.

— Carne bovina

No ano de 1971, persistiu a tendência de aumento verificada no ano anterior, atingindo as exportações de carne o montante de US$ 150 milhões (123 mil toneladas), nível 74% superior ao de 1970 e 330% acima da média do período 1965/69. A participação da receita das vendas de carne no total das exportações do País, da ordem de 5,2%, mostra a importância que o produto vem assumindo no comércio exterior brasileiro.

A escassez da oferta internacional, principalmente por parte da Argentina, tornou muito promissoras as perspectivas mundiais de exportação de carnes. A conjuntura em 1971 apresentou-se favorável, encontrando o Brasil excelentes condições para atender às expansões de mercados tradicionais e para criar mercados novos a preços compensadores. Objetivando não prejudicar o consumo interno, o Governo fixou, quotas máximas regionais de exportação, vinculando-as ao abastecimento doméstico.

— Outros Produtos

O restante dos produtos da pauta, abrangendo os itens "outros produtos especificados" e "demais produtos" do quadro VII.3 — exceção feita à carne bovina, já analizada anteriormente, e com inclusão do minério de manganês — proporcionou uma arrecadação de US$ 821 milhões, superando em cerca de 18,5% as exportações de 1970 e em 90% a média do período 1965/69. Nesse grupo, destacam-se milho, soja e minério de manganês.

— Milho

As exportações de milho em 1971, da ordem de US$ 75 milhões, experimentaram decréscimo de 6,5% em relação aos resultados de 1970, embora superiores em 119,8% à média do período 1965/69.

O valor exportado em 1971 revela posição firme do produto no mercado externo, o qual se manteve em relativa estabilidade, com pequenas variações nos preços e procura em ligeira ascensão.

A política de incentivos à comercialização do cereal tem sido um dos principais responsáveis pelo firme comportamento do produto na pauta de exportações nos últimos anos.

— Soja

As exportações de soja em grão, farelo e torta atingiram, em 1971, US$ 106 milhões, superando em 49,6% as do ano anterior, e em 231% a média do período 1965/69.

A expansão dessas exportações revela não apenas aumento da demanda internacional pelo produto, mas principalmente adaptação da economia de produção e transformação às características dessa procura, a qual se tem deslocado fortemente para a torta e farelo, que participaram com 40%, em 1970, e 70% em 1971, das exportações do produto.

— Manganês

As receitas oriundas das exportações de manganês tem sido oscilantes ao longo dos anos, em conseqüência da natureza peculiar da comercialização desse minério, fortemente influenciada pela política norte-americana de regularização de seus estoques estratégicos. As exportações em 1971 alcançaram 1,5 milhão de toneladas, proporcionando a arrecadação de US$ 38 milhões, superior em 23% à obtida no ano anterior e em 70% à média do qüinqüênio 1965/69.

VII.3 — IMPORTAÇÕES

As importações brasileiras em 1971 totalizaram US$ 3 250 milhões, representando um acréscimo de aproximadamente 30% e 116%, em relação ao ano anterior e à média do período 1965/69, respectivamente.

Esse resultado espelha a correlação entre o desenvolvimento que o País vem experimentando e o aumento de sua necessidade de importar máquinas, equipamentos, matérias-primas e produtos químicos e farmacêuticos. A participação destes itens no total das importações atingiu cerca de 68,1% em 1971, 67,6% em 1970 e 63,5%, em média, no qüinqüênio 1965/69.

IMPORTAÇÕES (FOB)

US$ milhões

Discriminação	1970			1971		
	1.º semestre	2.º semestre	Total	1.º semestre	2.º semestre	Total
Com cobertura cambial	816	1 198	2 014	1 199	1 353	2 552
Sem cobertura cambial	195	298	493	331	367	698
Financiamentos	179	255	434	306	324	630
Investimentos	1	1	2	1	1	2
Outros (*)	15	42	57	24	42	66
TOTAL	1 011	1 496	2 507	1 530	1 720	3 250

(*) — Inclui Doações, Amostras, Retornos e Outros.

— Petróleo e Derivados

As importações de petróleo e derivados atingiram o montante de US$ 327 milhões, nível superior em 36% ao de 1970. Em termos físicos, o total importado alcançou 21 milhões de toneladas, ou seja, 20% superior ao do ano anterior. A expansão da demanda do produto deveu-se ao incremento do consumo de combustível, que, acompanhando o crescimento da economia brasileira, atingiu cerca de 200 milhões de barrís, em 1971. Desse total, 62 milhões foram supridos pela produção nacional, cujo crescimento foi de 3,6%.

A conjuntura internacional do petróleo apresentou-se desfavorável para os países consumidores, pois além da elevação dos preços do combustível e das despesas portuárias, com repercussão nos fretes, a crise monetária de 1971 determinou nova elevação nos preços, especialmente do produto originado dos países do Oriente, através de negociações levadas a efeito entre os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e as grandes companhias petrolíferas internacionais.

GRÁFICO VII.5

— Trigo

As importações de trigo, em 1971, atingiram o montante de US$ 108 milhões, traduzindo crescimento de 4% em relação a 1970, mas significando declínio de 23% em confronto com a média do período 65/69. Tal resultado decorre, fundamentalmente, do aumento da produção nacional, que passou a participar no consumo aparente com 57%, contra 19%, em média, no qüinqüênio mencionado.

Os registros de importação do cereal, em constante queda nos últimos anos, sugerem, não obstante ligeira alta em 1971, perspectivas de se obter redução ainda mais considerável nos gastos com produtos alimentícios na pauta das importações.

TRIGO — CONSUMO APARENTE

WHEAT — APPARENT CONSUMPTION

QUADRO VII.13 — 1 000 t

Discriminação *Item*	1965/69	1970	1971
1. Produção interna .... *Domestic production*	486	1 566	1 817
2. Importação .... *Import*	2 329	1 958	1 527
3. Estoques .... *Storage*	194	490	131
4. Consumo aparente ... (1 + 2 — 3) *Apparent consumption* *(1 + 2 — 3)*	2 621	3 034	3 213

O elevado crescimento da produção nacional de trigo deveu-se a três fatores básicos, tais como: sementes de melhor qualidade; técnicas mais modernas de manejo dessa lavoura; e adubação bem conduzida.

Graças a esses fatores, a produção brasileira por hectare passou de 635 quilos, em 1965, para 1.140 quilos, em 1971, traduzindo acréscimo de produtividade da ordem de 80%, no período de 6 anos.

Discriminação	Média 1965/69	1970	1971
Participação da produção interna no consumo aparente	18,2%	51,6%	56,6%
Consumo "per capita" kg/ano	30,2	32,5	33,4

— Produtos Químicos e Farmacêuticos

Exprimindo-se em US$ 491 milhões, as importações destes produtos superaram as do período anterior em 27,2% e em 118,1%, a média do qüinqüênio 1965/69.

O setor petroquímico, em plena expansão, tem se destacado entre os ramos industriais como importador de produtos químicos e farmacêuticos.

A agricultura vem também demandando, em escala crescente, importações na forma de inseticidas, fungicidas e adubos. Desse modo, a participação dos produtos químicos e farmacêuticos no valor total das importações do País alcançou 15% em 1971.

— Máquinas e Equipamentos

As importações brasileiras de máquinas e equipamentos atingiram, em 1971, a cifra recorde de US$ 1 225 milhões, representando 37,7% do valor global das importações e superando, em 49%, a receita produzida pelas exportações de café.

O rápido crescimento deste tipo de importação, cujas taxas se situam em 30,6% e 157%, respectivamente, em relação a 1970, e à média de 1965/69, é conseqüência direta do processo de desenvolvimento da economia brasileira, nos últimos anos, cuja capacidade de absorção de poupanças externas tem se ampliado em ritmo acelerado.

As máquinas e equipamentos importados destinam-se, não somente à ampliação e reposição do parque industrial brasileiro, mas também, a setores de infra-estrutura ligados especialmente a energia elétrica, telecomunicações e transportes.

VII.4 — SERVIÇOS

O dispêndio líquido com o item "Serviços" elevou-se a US$ 978 milhões, montando o desembolso a US$ 1 422 milhões e a receita a US$ 444 milhões. Com relação à média do período 1965/69, a despesa duplicou (102%, enquanto a receita se expandiu ainda mais rapidamente de 127%).

Equivalente a US$ milhões

Discriminação	1965/69 Média	1970	1971
Viagens internacionais	– 54	– 130	– 135
Transportes	– 66	– 185	– 270
Seguros	– 8	– 13	+ 4
Renda de Capitais	– 224	– 353	– 420
Transações Governamentais	– 56	– 69	– 86
Diversos	– 100	– 65	– 71
TOTAL	– 508	– 815	– 978

O item de "Serviços" que apresenta maior dispêndio líquido é o de "Renda de Capitais", que compreende "Juros" e "Lucros e Dividendos". Em 1971, as remessas sob a forma de "Rendas de Capitais" superaram em 19% as do ano anterior, e de 88% as da média 1965/69.

O crescimento deste item constituiu conseqüência natural dos crescentes financiamentos para a importação de equipamentos e outras modalidades de empréstimos exigidos pelo processo de desenvolvimento da economia nacional. Esse fato explica o rápido incremento do componente "Juros", que, em 1971, superou a média do qüinqüênio anterior em 94%.

O Brasil aufere receita de juros pela aplicação das disponibilidades das Autoridades Monetárias no exterior e dos empréstimos e financiamentos a importadores de mercadorias brasileiras. Conquanto modesta com relação à despesa, seu ritmo de crescimento, no entanto, é bastante expressivo, ou seja, mais 223% em relação à média 1965/69.

Seguindo pela ordem de grandeza na participação do dispêndio líquido com "Serviços", vêm os gastos com "Transportes", com US$ 270 milhões. Desse montante, os "Fretes" concorreram com US$ 67 milhões, cifra inferior à média do período 1965/69 (US$ 70 milhões). Isto mostra o efeito da política governamental com relação a esse tipo de serviço, considerando-se que o intercâmbio do Brasil com o exterior cresceu de cerca de 85% em 1971, com relação à média 1965/69. A melhoria alcançada torna-se mais evidente quando cotejadas, separadamente, receita e despesa. Esta apresentou um incremento de 55%, ao passo que a primeira se elevou de 193%. Cumpre ressaltar que, em 1971, a bandeira brasileira participou com 62,2% do valor dos fretes de importação, contra 56,5% em 1970 e 50,3% em 1969. A maior participação da bandeira brasileira nos fretes originou acréscimos nas despesas portuárias e, ainda, de afretamento. Essa a razão pela qual outros itens de "Transportes" ("Gastos Portuários" e "Outros") apresentaram crescimento de 25%, em 1971, no cotejo com o ano anterior, em comparação com a expansão de apenas 15% na despesa de fretes.

O item "Viagens Internacionais" apresentou um dispêndio líquido de US$ 135 milhões, ligeiramente superior ao de 1970 (US$ 130 milhões.

Os gastos ligados às "Transações Governamentais" elevaram-se a US$ 86 milhões, com o acréscimo de 25% em relação a 1970. Nessa rubrica incluem-se as despesas relacionadas com a instalação e funcionamento de representações no exterior.

Quanto ao item "Seguros", compreendendo todas as suas modalidades, registrou-se, em 1971, um ligeiro resultado positivo, contrariamente ao comportamento tradicional. Tal fato se explica pelo aumento excepcional da receita, no valor de US$ 34 milhões, basicamente resultante de indenizações de sinistros recebidas do exterior em razão de seguros e resseguros colocados em outros países.

No que se refere aos demais itens de "Serviços", grupados em "Diversos", houve um acréscimo líquido de 9,2%, passando de US$ 65 milhões, em 1970, para US$ 71 milhões, em 1971.

SERVIÇOS

SERVICES

QUADRO VII.14 — US$ milhões

Discriminação	1965/69		1970		1971		Item
	Receita *Receipts*	Despesa *Payments*	Receita *Receipts*	Despesa *Payments*	Receita *Receipts*	Despesa *Payments*	
TOTAL	**196**	**704**	**378**	**1 193**	**444**	**1 422**	*TOTAL*
Viagens Internacionais	21	75	30	160	36	171	*Travel*
Turismo	18	68	26	148	31	156	*Tourism*
Outras	3	7	4	12	5	15	*Other*
Transportes	80	146	159	344	161	431	*Transportation*
Fretes	30	100	87	135	88	155	*Freight*
Gastos Portuários	43	12	56	63	57	84	*Port expenditures*
Outros	7	34	16	146	16	192	*Other*
Seguros	6	14	10	23	34	30	*Insurance*
Rendas de Capitais	13	237	50	403	44	464	*Capital Income*
Lucros e Dividendos	0	60	0	119	2	121	*Profits & Dividends*
Juros	13	177	50	284	42	343	*Interest*
Transações Govenamentais	31	87	36	105	42	128	*Government Transactions*
Serviços Diversos	45	145	93	158	127	198	*Other Services*
Administração e Assistência Técnica	10	57	24	96	37	122	*Management Fees & Technical Assistance*
Marcas e Patentes	1	5	3	8	3	10	*Patents & Royalties*
Aluguel de Filmes Cinematográficos	0	6	0	11	0	10	*Film Rentals*
Corretagens e Comissões	16	1	35	4	52	6	*Commissions & Agents' Fees*
Direitos Autorais	0	2	0	3	1	2	*Copyrights*
Assinaturas de Jornais e Revistas	0	2	0	3	1	4	*Subscriptions to press*
Outros	18	72	31	33	33	44	*Other*
SALDO	—	508	—	815	—	978	*BALANCE*

VII.5 — CAPITAIS

O ingresso líquido de capitais do exterior atingiu a US$ 1 832 milhões, com um acréscimo de 80% em relação ao ano anterior e de 115% sobre 1969.

O afluxo de capitais registrado nos últimos anos é indicativo da confiança das fontes estrangeiras de financiamento na economia brasileira, cujas elevadas taxas de crescimento real demonstram o acerto da política econômica seguida. Nas relações com o exterior, os resultados dessa política evidenciam-se pela posição positiva do balanço de pagamentos, pelo estabelecimento de um nível elevado de liquidez e pelo planejamento e execução de uma política de endividamento compatível, quanto ao volume e prazos da dívida, com a efetiva capacidade de pagamentos do País.

Graças a isto e levando ainda em conta o tratamento suficientemente flexível dispensado aos capitais estrangeiros tornou-se possível atrair crescente volume de recursos líquidos — US$ 850 milhões em 1969, US$ 1 015 milhões em 1970 e US$ 1 832 milhões em 1971 — em complementação à poupança interna, na tarefa de assegurar taxa elevada e sustentada de desenvolvimento.

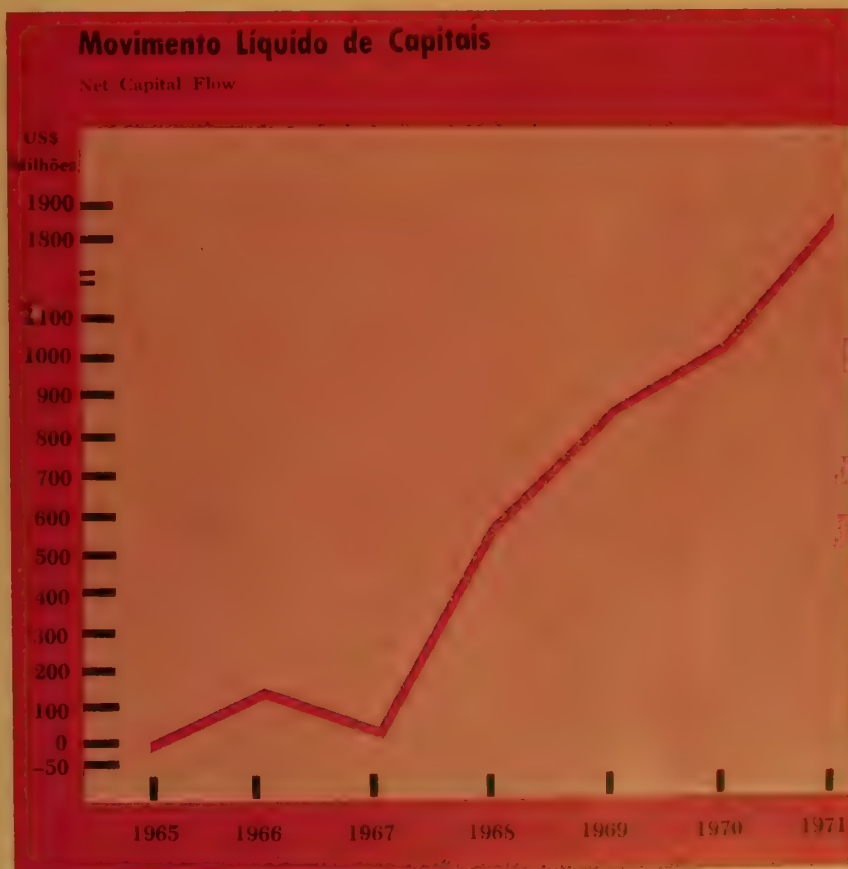
CAPITAIS 1/

CAPITAL 1/

QUADRO VII.15 — US$ milhões

Movimento Líquido *Net Flow*	1969	1970	1971
1. **A Curto Prazo** .. *Short-term*	169	77	467
2. **A Médio e Longo Prazos** .... *Medium and long-term*	681	938	1 365
TOTAL	**850**	**1 015**	**1 832**

1/ Exclusive "Reinvestimentos"
It excludes "Reinvestments"

GRÁFICO VII.6

A entrada bruta de capitais do exterior, a médio e longo prazos foi de US$ 2 312 milhões. Desse total, US$ 632 milhões representaram importações de equipamentos e mercadorias, das quais US$ 630 milhões sob a forma de financiamento e US$ 2 milhões de investimentos. Outros itens importantes corresponderam aos empréstimos em moeda no total de US$ 1 556 milhões, dos quais US$ 144 milhões de capital de risco e US$ 1 412 milhões provenientes, basicamente, de empréstimos ao amparo da Lei 4.131 e da Resolução n.º 63 do Banco Central. A parcela restante, de US$ 124,1 milhões, inclui US$ 47 milhões de "Direitos Especiais de Saque" (DES) atribuídos ao Brasil, em 1971, pelo Fundo Monetário Internacional.

MOVIMENTO DE CAPITAIS

CAPITAL FLOW

QUADRO VII.16 — US$ milhões

A Médio e Longo Prazos *Medium and Long-Term*	1965/69	1970	1971
INGRESSOS ... *Inflow*	**778**	**1 762**	**2 312**
1. Investimentos ... *Investments*	88	128	146
Em Equipamentos ... *Equipments*	7	2	2
Em Moeda ... *Cash*	81	126	144
2. Empréstimos e Financiamentos ... *Loans & Financing*	607	1 440	2 042
Em Mercadorias e Equipamentos ... *Merchandise & Equipment*	270	434	630
Em Moeda ... *Cash*	337	1 006	1 412
3. Outros ... *Other*	83	194	124
SAÍDAS ... *Outflow*	**564**	**824**	**947**
1. Investimentos ... *Investments*	7	20	22
2. Empréstimos e Financiamentos ... *Loans and Financing*	423	673	874
Empréstimos Compensatórios ... *Compensatory loans*	106	80	71
Demais ... *Other*	317	593	803
3. Outras ... *Other*	134	131	51
SALDO ... *Balance*	**214**	**938**	**1 365**

A contribuição dos Organismos Internacionais e Agências Governamentais somou US$ 411 milhões, ou seja 18% do total dos ingressos brutos, cifra que inclui US$ 50 milhões vinculados às importações financiadas de trigo americano e canadense.

Desse montante de US$ 411 milhões, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) participou com 26%, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com 23%, a Agência Internacional para o Desenvolvimento (USAID) com 20% e o Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (EXIMBANK) com 19%.

Do total das mercadorias importadas com financiamento externo (US$ 630 milhões), US$ 397 milhões corresponderam a operações com entidades privadas estrangeiras e os US$ 233 milhões restantes, com organismos internacionais e agências governamentais. Cabe lembrar que o BIRD, BID e a USAID também fazem desembolso em moeda para atender dispêndios dos mutuários envolvendo gastos locais.

O total das saídas de capitais de médio e longo prazo foi de US$ 947 milhões, ou seja, superior em 15% ao de 1970 e de 68% ao da média do período 1965/69. A amortização de empréstimos e financiamentos correspondeu a US$ 874 milhões, sendo US$ 71 milhões referentes a empréstimos compensatórios e US$ 803 milhões aos demais empréstimos. Este montante envolve US$ 103 milhões referentes a operações com organismos internacionais e agências governamentais e mais US$ 700 milhões relativos a amortizações de empréstimos junto a entidades privadas estrangeiras, por conta de financiamentos ligados à compra de máquinas e equipamentos e de empréstimos em moeda.

Deve-se ainda mencionar o item "Outras Saídas", no qual estão englobadas operações residuais, em que se destacam partidas de compensação relacionadas com desembolsos,

ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

DESEMBOLSOS AO BRASIL

INTERNATIONAL FINANCIAL ORGANIZATIONS DISBURSEMENTS TO BRAZIL

QUADRO VII.17 — US$ milhões

Oranismo *Organization*	1965/69 Média *Average*	1970	1971
EXIMBANK ...	23,7	53,4	78,5
BID — IDB ...	64,0	104,7	94,5
BIRD — IBRD ...	16,6	73,4	105,1
USAID 1/ ...	128,9	77,4	58,5 3/
CFI — IFC 2/ ...	0,7	3,0	6,5
KFW 2/ ...	11,4	22,5	18,0
BND 1/ ...	1,0	0,3	0,3
TOTAL ...	**246,3**	**334,7**	**361,4**

1/ Não inclui desembolsos ao amparo da PL-480
Does not include disbursements of PL-480
2/ A média refere-se aos anos de 1968 e 1969
Average of 1968-69
3/ Não inclui juros capitalizados
Does not incıude capitanzed interest

em cruzeiros, obtidos do BID e com a alocação de "Direitos Especiais de Saque".

BALANÇO DE PAGAMENTOS
FINANCIAMENTO DO RESULTADO
BALANCE OF PAYMENTS
BALANCE FINANCING

QUADRO VII. 18 — US$ milhões

Discriminação *Item*	1969	1970	1971
1. Contas Líquidas com o FMI .... *Net IMF Accounts*	–	– 167	– 47
2. Haveres a Curto Prazo (aumento –) ... *Short-term Assets (increase –)*	– 531	– 396	– 660
Autoridades Monetárias ...... *Monetary Authorities*	– 522	– 367	– 515
Bancos Comerciais *Commercial Banks*	– 9	– 29	– 145
3. Obrigações a Curto Prazo (redução –) . *Short-term Liabilities (decrease –)*	– 18	+ 18	+152
Autoridades Monetárias ...... *Monetary Authorities*	– 63	– 21	– 7
Bancos Comerciais *Commercial Banks*	+ 45	+ 39	+159
TOTAL	**– 549**	**– 545**	**– 555**

VII.6 – SITUAÇÃO CAMBIAL

A variação nos haveres líquidos externos do País, em 1971, atingiu US$ 554,9 milhões, dos quais US$ 568,5 milhões resultantes da melhoria na posição das Autoridades Monetárias e de agravamento de US$ 13,6 milhões na dos bancos comerciais.

Os haveres das Autoridades Monetárias cresceram de US$ 561,6 milhões devido principalmente ao substancial incremento nas divisas (US$ 488,0 milhões) e nos "DES" (US$ 48,2 milhões). A variação na posição da "tranche-ouro" no Fundo Monetário Internacional e do ouro foi reduzida. As obrigações das Autoridades Monetárias, por sua vez, decresceram de US$ 6,9 milhões.

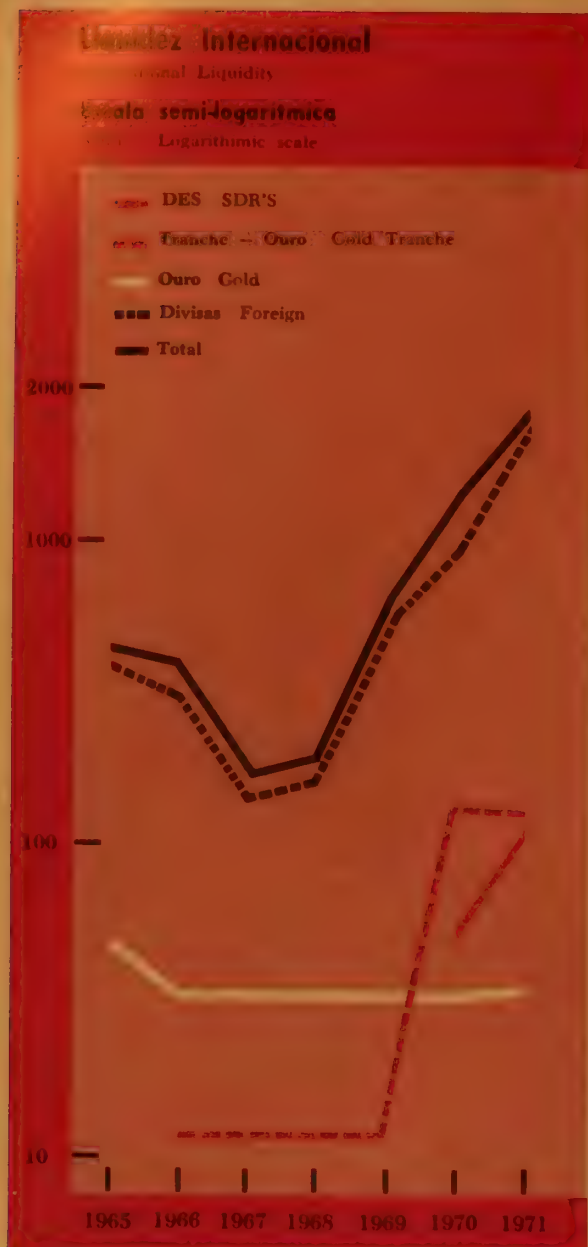
Com os bancos comerciais, o movimento foi inverso. O incremento nas obrigações (US$ 158,8 milhões) foi superior ao dos haveres (US$ 145,2 milhões), resultando daí a posição deficitária de US$ 13,6 milhões.

Em termos de liquidez internacional (reservas "spot"), a posição apresentou melhoria acentuada, ao passar de US$ 1 187 milhões, em 1970, para US$ 1 723 milhões em 1971, representando acréscimo de 45% sobre 1970 e 163% sobre 1969. Esse nível de reservas mostra-se adequado a satisfazer compromissos em

HAVERES E OBRIGAÇÕES
CONCEITO DE BALANÇO DE PAGAMENTOS
ASSETS AND LIABILITIES
BALANCE OF PAYMENTS CONCEPT

QUADRO VII. 19 — US$ milhões

Discriminação	Posição em *Position in*		Variação em *Change in*	*Item*
	1970	1971	1971	
1 - HAVERES (I + II)	1 629,5	2 336,3	– 706,8	*1 – ASSETS (I + II)*
1 – Autoridades Monetárias (a + b) .	1 437,9	1 999,5	– 561,6	*I – Monetary Authorities (a + b)*
a – Liquidez Internacional	1 186,7	1 722,9	– 536,2	*a – International Liquidity*
– Ouro	45,2	46,3	– 1,1	*Gold*
– Direitos Especiais de Saque	62,3	110,5	– 48,2	*Special Drawings Rights*
– "Tranche" Ouro no FMI-Posição	117,4	116,3	+ 1,1	*IMF Gold Tranche Position*
– Divisas	961,8	1 449,8	– 488,0	*Foreign Exchange*
b – Outros Haveres	251,2	276,6	+ 25,4	*b – Other Assets*
II – Bancos Comerciais	191,6	336,8	– 145,2	*II – Commercial Banks*
2 – OBRIGAÇÕES (III + IV)	178,2	330,1	+151,9	*2 – LIABILITIES*
III – Autoridades Monetárias	12,8	5,9	– 6,9	*Monetary Authorities*
IV – Bancos Comerciais	165,4	324,2	+158,8	*Commercial Banks*
3 – HAVERES LÍQUIDOS (1 – 2) ..	1 451,3	2 006,2	– 554,9	*3 – NET ASSETS (1 – 2)*

GRÁFICO VII.7

valor equivalente a seis meses de importações, o que assegura ao País regularidade quanto ao suprimento de bens e serviços do exterior necessários à continuidade do processo de desenvolvimento econômico.

VII.7 – ENDIVIDAMENTO EXTERNO

O montante dos compromissos externos registrados no Banco Central elevava-se, em 31.12.1971, a US$ 6 622 milhões, com os empréstimos em moeda – que englobam as operações amparadas pela Lei n.º 4.131, Resolução n.º 63 do Banco Central e pela Instrução n.º 289, da extinta SUMOC – somando US$ 3 193 milhões, ou seja, 48,2% do total. A seguir, por ordem de importância, aparece a dívida com os Organismos Internacionais e Agências Governamentais, totalizando US$ 1 979 milhões. Esses empréstimos foram concedidos para a compra de máquinas, equipamentos e trigo, embora compreendam também um componente em moeda, inclusive para atender a custos locais.

O terceiro grande item corresponde a "Supplier's Credits", ou seja, a importações financiadas de máquinas e equipamentos diretamente dos fornecedores, com US$ 845 milhões.

Cumpre mencionar, ainda, os empréstimos compensatórios, decorrentes de desequilíbrios temporários do balanço de pagamentos, que somaram US$ 301 milhões e, finalmente, os relacionados com a compra de acervos de companhias estrangeiras no valor de US$ 290 milhões e a Dívida Pública Externa Consolidada, com US$ 14 milhões.

VIII — RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

VIII — RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

VIII.1 — FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

OS fatos de maior realce ligados ao FMI, em 1971, foram a segunda distribuição dos Direitos Especiais de Saque (DES) e as medidas adotadas pelo organismo para restaurar o equilíbrio do sistema monetário internacional.

Com efeito, na forma de Resolução aprovada durante a Reunião de 1969, o Fundo efetuou, em janeiro de 1970, sua primeira alocação de Direitos Especiais de Saque, no montante de DES 3 414 milhões. Em janeiro de 1971 foi feita a segunda alocação, no montante de DES 2 949 milhões. Finalmente, em janeiro de 1972, foi aprovada a terceira distribuição, no total de DES 2 951,5 milhões, elevando o montante de tais ativos internacionais de reserva a DES 9 314,5 milhões nos três anos. No período, o Brasil recebeu, respectivamente, DES 58 800 mil, DES 47 080 mil e DES 46 640 mil, totalizando DES 152 520 mil, incorporados às reservas cambiais.

Durante a XXVI Reunião Anual Conjunta de Governadores do FMI, BIRD e instituições afiliadas, realizada em Washington, em setembro, foi aprovada Resolução recomendando aos países-membros que, na medida do possível, procurassem estabelecer uma satisfatória estrutura de taxas de câmbio, mantendo-as dentro de razoáveis margens de variação e reduzindo as práticas discriminatórias de comércio exterior e câmbio. A Resolução também recomendou à Diretoria Executiva que analisasse as medidas necessárias ou desejáveis para a melhoria ou reforma do sistema monetário internacional, para este propósito estudando todos os aspectos do sistema, incluindo o papel das moedas de reserva, do ouro e dos Direitos Especiais de Saque, a conversibilidade e as disposições do Convênio Constitutivo referentes a taxas de câmbio e aos problemas provocados pelos movimentos especulativos de capital.

Após Reunião dos Ministros de Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais dos países do "Grupo dos Dez", em Washington, quando ficou decidida a cooperação no âmbito do Fundo para restaurar a estabilidade do sistema monetário internacional, a Diretoria Executiva do FMI, em decisão de 18 de dezembro, resolveu permitir que as taxas cambiais dos países-membros oscilassem até 2,25% acima ou abaixo dos valores centrais ou das taxas oficiais. Após essa decisão, considerável número de países realinhou suas taxas de câmbio.

No que toca às operações com o Brasil, ao findar-se o ano de 1971, os haveres em cruzeiros do FMI, totalizavam o equivalente a US$ 323,7 milhões, considerando a onça troy de ouro US$ 35, o que representa 73,57% da quota brasileira na instituição. Em 31.12.70, tais haveres situavam-se em US$ 322,6 milhões, deixando perceber ter havido perda de posição de reserva no FMI equivalente a US$ 1,1 milhão em 1971. Em realidade, houve apenas

TRANSAÇÕES E OPERAÇÕES EM DIREITOS ESPECIAIS DE SAQUE
TRANSACTIONS AND OPERATIONS IN SPECIAL DRAWING RIGHTS

QUADRO VIII.1

Em milhares de DES
In thousands of SDR

Depositários *Holders*	Primeira Alocação em 1-1-70 *First Allocation on 1-1-70*	Segunda Alocação em 1-1-71 *Second Allocation on 1-1-71*	Juros, Comissões e Taxas (Líquido) *Interest, Charges and Assesments (Net)*	Transações e Operações 1/ *Transactions and Operations 1/* Recebidos *Received*	 Utilizados *Used*	Total dos Haveres em 31-12-71 *Total Holdings on 31-12-71* Total	 Percentagem da Alocação *Percentage of allocation*
1. Países industrializados .... *Industrialized Countries*	2 559 312	2 200 027	+ 398	904 083	793 874	4 952 072	104,0
1.1 Grupo dos Dez .... *Group of Ten*	2 191 056	1 882 558	+ 1 510	857 737	654 685	4 428 805	108,7
Canadá — *Canada* ...	124 320	117 700	+ 602	71 480	—	371 875	153,7
Estados Unidos — *USA*	866 880	716 900	+ 144	11 971	480 000	1 099 703	69,4
Japão — *Japan*	121 800	128 400	+ 286	7 832	—	282 805	113,0
Reino Unido — *United Kingdom*	409 920	299 600	− 2 037	194 511	166 881	590 920	83,3
Suécia — *Sweden*	37 800	34 775	− 10	3	—	72 608	100,0
Mercado Comum Europeu — *European Common Market*	633 528	585 183	+ 2 525	571 940	7 804	2 010 894	165,0
Alemanha — *Fed. Rep. of Germany*	201 600	171 200	+ 774	24 861	—	454 463	121,9
Bélgica — *Belgium* ...	70 896	69 550	+ 936	130 000	—	405 397	288,6
França — *France*	165 480	160 500	+ 59	23 747	7 804	347 938	106,7
Holanda — *Netherlands*	87 360	74 900	+ 983	350 000	—	569 949	351,3
Itália — *Italy*	105 000	107 000	− 226	43 332	—	227 924	107,5
Luxemburgo 2/ *Luxembourg 2/*	3 182 2/	2 033	− 1			5 223	100,0
1.2 Outros — *Other*	365 064	317 469	− 1 112	46 346	139 189	523 267	76,6
2. Países em desenvolvimento *Developing Countries*	854 734	749 214	− 5 545	2 269 623	3 872 072	922 369	57,5
2.1 América Latina — *Latin America*	329 952	275 846	− 832	8 606	141 969	413 842	68,3
Argentina	58 800	47 080	− 5	1 380	105 000	2 781	2,6
BRASIL	58 800	47 080	+ 32	1 068	—	110 464	104,3
México	45 360	39 590	+ 22	882	—	88 321	104,0
Venezuela	42 000	35 310	+ 64	172	—	83 045	107,4
Outros — *Other*	124 992	106 786	− 945	5 104	36 969	129 231	55,7
2.2 Índia	126 000	100 580	− 864	37 300	33 150	148 051	65,3
2.3 Outros — *Other*	398 782	372 788	− 3 849	2 223 717	3 696 953	360 476	46,7
TOTAL (1 + 2)	3 414 046	2 949 241	− 5 147	3 173 706	4 665 946	5 874 441	—
3. Conta Geral .... *General Account*	—	—	+ 5 147	325 024	131 484	488 846	—
TOTAL (1+2+3)	3 414 046	2 949 241	—	3 498 730	4 797 430	6 363 287	—

1/ Inclui transações e operações entre participantes e entre participantes e a Conta Geral do FMI.
Includes transactions and operations between participants and participants and the General Account.

2/ Não pertence ao Grupo dos Dez mas faz parte do MCE.
Included because of its EEC membership; it does not belong to the Group of Ten.

alteração na composição das reservas, uma vez que essa diferença representa venda de ouro feita pelo Fundo ao Brasil (em abril e julho de 1971), paga em cruzeiros, como parte da distribuição do lucro líquido do exercício fiscal terminado em 30.4.1971. Pela primeira vez, tal distribuição beneficiou o Brasil, o que se deveu ao fato de os haveres do FMI em cruzeiros estarem, desde agosto de 1970, abaixo de 75% da quota, sendo a moeda brasileira considerada escassa dentro do organismo. Ao final de 1971, tais haveres evidenciavam uma superposição de reserva de 1,43%, ou US$ 6,3 milhões.

Após ter expirado, em fevereiro de 1971, um "stand by" de US$ 50 milhões, não movimentado, foi contratada nova operação no mesmo mês, de igual valor, também sem utilização.

VIII.2 — BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD)

Em 1971, os empréstimos contratados pelo Brasil com o BIRD totalizaram US$ 256 milhões, beneficiando projetos de ferrovias (US$ 46 milhões), portos (US$ 45 milhões), energia elétrica (US$ 70 milhões), indústria (US$ 50 milhões), água potável (US$ 22 milhões), educação (US$ 8 milhões) e saneamento (US$ 15 milhões).

Com os resultados de 1971, o Brasil passou à condição de segundo maior beneficiário dos empréstimos do Banco, com um total autorizado acumulado de US$ 1 094 milhões, contra US$ 1 111 milhões da Índia. Seguem-se pela ordem, o México, com US$ 1 052 milhões, a Colômbia, com US$ 871 milhões e o Japão com US$ 857 milhões. É importante salientar que, com os financiamentos aprovados em 1971, o BIRD recuperou sua posição de principal fonte multilateral de recursos para o desenvolvimento econômico social do País, ultrapassando o Banco Interamericano de Desenvolvimento em cerca de US$ 64 milhões.

EMPRÉSTIMOS DO BIRD AO BRASIL
IBRD LOANS TO BRAZIL

QUADRO VIII.2 — US$ milhões

Discriminação / *Item*	Contratado (Menos cancelado) *Amount Approved (Minus Cancellations)*		Desembolsado *Disbursements*		Amortizado *Repayments*		Dívida Efetiva *Real Debt*	
	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Em *On* 31-12-70	Em *On* 31-12-71
Rodovias / *Roads*	129,0	—	10,6	29,6	3,0	—	7,6	37,2
Ferrovias / *Railways*	25,0	46,0	25,0	—	25,0	—	—	—
Portos / *Ports*	—	45,0	—	0,2	—	—	—	0,2
Energia Elétrica / *Power*	597,0	70,0	363,3	60,9	127,9	14,7	235,4	281,6
Pecuária / *Livestock*	40,0	—	3,2	7,9	—	—	3,2	11,1
Indústria / *Industry*	47,0	49,9	20,2	6,2	—	0,5	20,2	25,9
Água Potável / *Water*	—	22,0	—	—	—	—	—	—
Educação / *Education*	—	8,4	—	0,4	—	—	—	0,4
Saneamento / *Health*	—	15,0	—	—	—	—	—	—
TOTAL	838,0	256,3	422,3	105,2	155,9	15,2	266,4	356,4

VIII.3 — CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL (CFI)

Com US$ 11 milhões contratados durante o ano de 1971, beneficiando as indústrias petroquímicas (US$ 6 milhões) e de papel (US$ 5 milhões), o Brasil continuou a figurar como o principal beneficiário dessa corporação filiada ao grupo do Banco Mundial, já tendo obtido US$ 61 milhões, ou 10,6% de suas aplicações totais (US$ 570 milhões). Vale acentuar que a participação brasileira no capital da CFI é de apenas US$ 1 163 mil, representando .. 1,09% do total (US$ 107 milhões).

Após o Brasil, aparecem como maiores tomadores de empréstimos da CFI as Filipinas (US$ 47 milhões), o México (US$ 42 milhões) e a Índia (US$ 36 milhões).

EMPRÉSTIMOS DA CFI AO BRASIL
IFC LOANS TO BRAZIL

QUADRO VIII.3 — US$ milhões

Discriminação / *Item*	Contratado (Menos cancelado) *Amount Approved (Minus Cancellations)*		Desembolsado *Disbursements*		Amortizado *Repayments*		Dívida Efetiva *Real Debt*	
	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Em *On* 31-12-70	Em *On* 31-12-71
Indústria: *Industry:*								
Material Elétrico .. *Electric Equipment*	1,0	–	1,0	–	0,1	–	0,9	0,9
Plástico .... *Plastics*	0,4	–	0,4	–	0,3	–	0,1	0,1
Automobilística ... *Vehicles*	2,5	–	2,5	–	2,5	–	–	–
Cimento .... *Cement*	1,2	–	1,2	–	–	–	1,2	1,2
Metalúrgica ...... *Metallurgy*	4,9	–	4,9	–	0,9	0,4	4,0	3,6
Papel .... *Paper*	12,1	4,9	12,1	2,0	0,8	0,1	11,3	13,2
Fertilizantes ...... *Fertilizers*	10,7	–	10,7	–	–	–	10,7	10,7
Petroquímica ..... *Petrochemicals*	16,7	6,1	5,7	9,0	–	–	5,7	14,7
TOTAL	49,5	11,0	38,5	11,0	4,6	0,5	33,9	44,4

1/ Inclui os investimentos.
It includes investment.

VIII.4 – ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (IDA)

Esse organismo do grupo do Banco Mundial somente financia projetos localizados em países de renda "per capita" inferior a US$ 200, o que explica a exclusão do Brasil, como tomador de empréstimo dessa Instituição.

Espera-se que nova contribuição dos países industriais para aumento do seu capital, venha permitir, possam também ser futuramente contemplados países de renda "per capita" superior àquele limite.

VIII.5 – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

Em 1971, os empréstimos autorizados pelo BID ao Brasil totalizaram US$ 156 milhões, com redução de US$ 5 milhões em confronto com o ano anterior, quando foi registrado o mais alto valor de financiamento obtido por qualquer país em todos os anos de atividade desse organismo. Não obstante o ligeiro decréscimo observado para o Brasil, o ano de 1971 caracterizou-se pelo maior volume de empréstimos já autorizado pelo Banco (US$ 659 milhões), superando o ano de 1970 (US$ 644 milhões). Ainda assim, manteve o Brasil sua condição de principal mutuário, representando as autorizações em seu favor (US$ 1 031 milhões) o equivalente a 21,7% do total acumulado (US$ 4 745 milhões).

Ao findar-se o ano, efetuou o Brasil o pagamento da primeira parcela do aumento de sua quota junto ao BID, mediante crédito junto ao Banco Central das importâncias em cruzeiros equivalentes a US$ 8 595 mil (Capital Ordinário) e US$ 10 899 mil (Fundo para Operações Especiais), além de US$ 8 595 mil (Capital Ordinário), em moeda estrangeira. Com isso, foi dado o primeiro passo no sentido do aumento de US$ 461 milhões para US$ 813 milhões da quota brasileira, estando previsto o pagamento em dólares de, apenas, US$ 26 milhões, sendo o restante em moeda nacional, para utilização em projetos no País. O aumento global das quotas no BID será equivalente a US$ 3,5 bilhões, passando seu capital para US$ 9 bilhões.

EMPRÉSTIMOS DO BID AO BRASIL

IDB LOANS TO BRAZIL

QUADRO VIII.4 — US$ milhões

Discriminação / *Item*	Contratado (Menos cancelado) / *Amount Approved (Minus Cancellations)*		Desembolsado / *Disbursements*		Amortizado / *Repayments*		Dívida Efetiva / *Real Debt*	
	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Em *On* 31-12-70	Em *On* 31-12-71
Agricultura / *Agriculture*	154,1	0,1	50,2	20,2	7,7	1,6	42,5	61,1
Indústria e Mineração / *Industry and Mines*	137,0	44,5	125,7	7,8	21,9	9,9	103,8	101,7
Energia Elétrica e Transporte / *Power and Transportation*	371,2	55,1	146,3	40,4	12,3	5,5	134,0	168,9
Água Potável e Esgotos / *Water and Sewerage*	127,7	30,1	109,0	7,6	7,8	4,1	101,2	104,7
Assistência Técnica / *Technical Assistance*	8,7	8,4	3,2	2,5	0,4	0,4	2,8	4,9
Habitação / *Housing*	23,3	—	23,3	—	0,5	0,8	22,8	22,0
Educação / *Education*	32,0	—	13,8	4,8	0,7	0,5	13,1	17,4
Financiamento de Exportações / *Export Financing*	20,9	17,6	18,9	13,4	11,9	5,8	7,0	14,6
TOTAL	874,9	155,8	490,4	96,7	63,2	28,6	427,2	495,3

VIII.6 — AGÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL (USAID)

Em 1971, esse organismo autorizou empréstimos ao Brasil no montante de US$ 63 milhões, contra US$ 35 milhões no ano anterior. Outrossim, concedeu empréstimos em cruzeiros no total de Cr$ 0,5 milhão. Com os resultados do ano, elevaram-se a US$ 1 199 milhões e Cr$ 172 milhões os totais concedidos pela Agência ao País, desde 1961.

Note-se que alguns empréstimos para projetos, concedidos em dólares, tiveram suas amortizações repassadas ao Governo brasileiro, constituindo-se nos chamados "empréstimos em duas fases", cujo montante acumulado alcançou em moeda nacional, o equivalente a US$ 33 milhões, sendo US$ 10 milhões em 1971. Essas reaplicações são feitas através do FINAME e FUNAGRI.

U S A I D

EMPRÉSTIMOS EM CRUZEIROS

CRUZEIRO LOANS

QUADRO VIII.5 — Cr$ milhões

Discriminação *Item*	Contratado (Menos cancelado) *Amount Approved (Minus Cancellations)*		Desembolsado *Disbursements*		Amortizado *Repayments*		Dívida Efetiva *Real Debt*	
	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Em *On* 31-12-70	Em *On* 31-12-71
A. Programa .... *Program*	57,1	–	57,1	–	0,6	0,2	56,5	56,3
Desenvolvimento Econômico *Economic Development*	57,1	–	57,1	–	0,6	0,2	56,5	56,3
B. Projetos .... *Projects*	114,5	0,5	111,4	1,9	9,0	1,4	102,4	102,9
Agricultura e Agro-Indústrias *Agriculture and Agro-Industries*	9,0	–	4,2 1/	1,3 1/	–	–	4,2	5,5
Educação .... *Education*	18,6	–	18,6	–	–	–	18,6	18,6
Energia Elétrica .... *Electric Power*	15,7	–	17,2 1/	0,1 1/	1,3	0,5	15,9	15,5
Habitação .... *Housing*	9,5	0,5	9,5	0,5	0,4	0,2	9,1	9,4
Indústria .... *Industry*	2,0	–	2,2 1/	–	2,2 1/	–	–	–
Saúde Pública e Saneamento *Public Health and Sanitation*	10,8	–	10,8	–	0,6	0,3	10,2	9,9
Transportes .... *Transportation*	48,9	–	48,9	–	4,5	0,4	44,4	44,0
TOTAL (A + B)	171,6	0,5	168,5	1,9	9,6	1,6	158,9	159,2

1/ Inclui juros capitalizados
It includes interest

USAID

EMPRÉSTIMOS EM DÓLARES AO BRASIL

DOLLAR LOANS TO BRAZIL

QUADRO VIII.6

US$ milhões

Discriminação *Item*	Contratado (Menos cancelado) *Amount Approved (Minus Cancellations)*		Desembolsado *Disbursements*		Amortizado 1/ *Repayments 1/*		Dívida Efetiva *Real Debt*	
	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Em *On* 31-12-70	Em *On* 31-12-71
A. Programa *Program*	**624,9**	**(0,5)2/**	**603,7**	**20,0**	—	—	**603,7**	**623,7**
Importação de Mercadorias *Commodities Import*	624,9	(0,5)2/	603,7	20,0	—	—	603,7	623,7
B. Projetos *Projects*	**413,9**	**63,6**	**264,73/**	**24,3**	**23,0**	**10,0**	**241,7**	**256,0**
Agricultura e Agro-Indústrias *Agriculture and Agro Industries*	42,3	40,1	30,4	0,1	—	—	30,4	30,5
Educação *Education*	—	2,5	—	—	—	—	—	—
Energia *Power*	214,0	(0,7)2/	148,23/	15,6	14,8	6,2	133,4	142,8
Estudos de Viabilidade *Feasibility Studies*	11,0	(1,8)2/	5,4	1,1	—	—	5,4	6,5
Indústria e Crédito Intermediário *Industry and Intermediate Credit*	19,0	25,0	19,53/	—	7,0	2,6	12,5	9,9
Recursos Naturais *Natural Resources*	8,4	—	1,5	0,5	—	—	1,5	2,0
Administração Pública *Public Administration*	5,8	—	0	0	—	—	0	0
Saúde Pública e Saneamento *Public Health and Sanitation*	46,9	—	13,5	1,9	0,1	0,3	13,4	15,0
Transportes *Transportation*	66,5	(1,5)2/	46,2	5,1	1,1	0,9	45,1	49,3
C. Setorial *Sector Loans*	**97,4**	—	**6,9**	**11,9**	—	—	**6,9**	**18,8**
TOTAL (A + B + C)	**1 136,2**	**63,1**	**875,3**	**56,2**	**23,0**	**10,0**	**852,3**	**898,5**

1/ Os valores referentes às amortizações foram reaplicados ("Two-step loans"), pelo Governo brasileiro, em cruzeiros, no FINAME e FUNAGRI.
Repayments were realocated, in cruzeiros, by Brazilian Government to FINAME and FUNAGRI (Two-step loans).
2/ Cancelado no período.
Amounts canceled in the period.
3/ Inclui juros capitalizados.
It includes capitalized interest.

VIII.7 — BANCO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (EXIMBANK)

Os créditos concedidos ao Brasil por essa Agência do Govêrno dos Estados Unidos da América alcançaram, em 1971, o montante de US$ 118 milhões, com um acréscimo de US$ 7 milhões em relação ao ano anterior. Com esse resultado, o montante acumulado dos empréstimos em vigor ascendeu a US$ 1 259 milhões, já tendo sido desembolsados US$ 1 089 milhões e amortizados US$ 550 milhões.

EMPRÉSTIMOS DO EXIMBANK AO BRASIL

EXIMBANK LOANS TO BRAZIL

QUADRO VIII.7 — US$ milhões

Discriminação *Item*	Contratado (Menos cancelado) *Amount Approved (Minus Cancellations)*		Desembolsado *Disbursements*		Amortizado *Repayments*		Dívida Efetiva *Real Debt*	
	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Até *Till* 1970	Em *In* 1971	Em *On* 31-12-70	Em *On* 31-12-71
Empréstimo em vigor **Active Loans**								
Transporte *Transportation*	235,8	18,4	204,8	15,3	103,7	14,5	101,1	101,9
Siderurgia *Steel and Iron*	98,8	5,9	80,5	13,2	45,7	7,0	34,8	41,0
Energia *Power*	85,1	69,0	77,1	0,7	53,4	4,4	23,7	20,0
Urbanização *Urbanization*	10,0	—	10,0	—	9,2	0,8	0,8	—
Indústria *Industry*	64,0	20,0	20,0	38,4	13,1	1,8	6,9	43,5
Petroquímica *Petrochemical Industry*	25,6	—	22,7	2,0	3,8	0,4	18,9	20,5
Intermediários Financeiros *Financing Agencies and Companies*	28,0	5,0	2,1	8,9	—	0,3	2,1	10,7
Telecomunicações *Telecommunications*	2,4	—	2,4	—	0,3	0,3	2,1	1,8
Compensatórios *Compensatory Loans*	590,5	—	590,5	—	277,0	44,6	313,5	268,9
TOTAL	1 140,2	118,3	1 010,1	78,5	506,2	74,1	503,9	508,3

APÊNDICES

I - ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS
INDEX OF TABLES AND CHARTS

GRÁFICOS — *CHARTS*

IV — MERCADO DE AÇÕES

STOCK MARKET

II — SIGLAS UTILIZADAS
ABREVIATIONS USED

ABINEE — Associação Brasileira das Indústrias Elétricas e Eletrônicas
Eletric and Eletronic Industries Brazilian Association

AELC — Associação Européia de Livre Comércio
European Free Trade Association

AID — Agência para o Desenvolvimento Internacional (Estados Unidos)
U.S. Agency for International Development

ALALC — Associação Latino-Americana de Livre Comércio
Latin American Free Trade Association

ANFAVEA — Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
Automotive Vehicles Manufactures National Association

APE — Associação de Poupança e Empréstimo
Savings and Loans Association

BASA — Banco da Amazônia S.A.
Amazonia Bank Inc.

BB — Banco do Brasil S.A.
Bank of Brazil Inc.

BCB — Banco Central do Brasil
Central Bank of Brazil

BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento
Interamerican Development Bank

BIRD — Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
International Bank for Reconstruction and Development

BNB — Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Bank of Northeastern Brazil Inc.

BNCC — Banco Nacional de Crédito Cooperativo
Cooperative Credit National Bank

BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
National Bank for Economic Development

BNH — Banco Nacional da Habitação
National Housing Bank

BVMG — Bolsa de Valores de Minas Gerais
Minas Gerais State Stock Exchange

BVRJ — Bolsa de Valores do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro (Guanabara State) Stock Exchange

BVSP — Bolsa de Valores de São Paulo
São Paulo City Stock Exchange

CACEX — Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.
Foreign Trade Department of Bank of Brazil Inc.

CAMIO — Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A.
Exchange Department of Bank of Brazil Inc.

CDI — Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio
Industrial Development Council of the Industry and Commerce Ministry

CEE — Comunidade Econômica Européia
European Economic Community

CEMIG — Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.
Minas Gerais State Central Eletric Power Inc.

CEPLAC — Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira
Cocoa Economic Plan Executive Commission

CFI — Corporação Financeira Internacional
International Financial Corporation

CFP — Comissão de Financiamento da Produção
Production Financing Commission

CIBPU — Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai
Interstate Comission for Paraná-Uruguai Rivers Basin

CIESP — Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
São Paulo State Industries Center

CMN — Conselho Monetário Nacional
Monetary National Council

CNP — Conselho Nacional do Petróleo
National Petroleum Council

COFIE — Comissão de Fusões e Incorporações
Wergers and Amalgamation Committee

COHAB — Companhia Habitacional
Housing Companie

COMECON — Conselho de Assistência Econômica Mútua
Council for Mutual Economic Assistance

COOPHAB — Cooperativa Habitacional
Housing Cooperative

CPF — Comissão de Programação Financeira
Financial Programming Commission

CREAI — Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A.
Agricultural and Industrial Credit Department of Bank of Brazil Inc.

CREGE — Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil S.A.
General Credit Department of Bank of Brazil Inc.

CVRD — Companhia Vale do Rio Doce S.A.
Rio Doce Valley Company Inc.

DES — Direitos Especiais de Saque
Special Drawing Rights

DNER — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
Federal Highway Department

EAE — Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas
Management School of Getúlio Vargas Foundation

EFISAN — Programa de Estímulos ao Sistema Financeiro do Saneamento
Sanitation: Program of Stimuli to the Financial System

EMBRATUR — Empresa Brasileira de Turismo
Brazilian Tourism Company

EXIMBANK — Banco de Exportação e Importação dos EUA
U.S. Export-Import Bank

FDPA — Fundo de Defesa de Produtos Agropecuários
Agriculture and Livestock Produces Defense Fund

FGTS — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Unemployment Insurance Fund

FGV — Fundação Getúlio Vargas
Getúlio Vargas Foundation

FIBEP — Fundo de Financiamento para Importação de Bens de Produção
Production Goods Import Financing Fund

FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
São Paulo State Industries Federation

FIMACO — Programa de Financiamento de Materiais de Construção
Building Financing Program

FINAME — Agência Especial de Financiamento Industrial
Industrial Financing Special Agency

FINANSA — Programa de Financiamento para o Saneamento
Sanitation Financing Program

FINEX — Fundo de Financiamento à Exportação
Export Financing Fund

FIPEME — Fundo de Financiamento à Pequena e Média Empresa
Small and Medium-Size Firms Development Fund

FIREX — Financiamentos com Recursos Externos (Resolução n.º 63)
Foreign Resources Financing Operations (Resolution n.º 63)

FMI — Fundo Monetário Internacional
International Monetary Fund

FMRI — Fundo de Modernização e Reorganização Industrial
Fund for the Modernization and Reorganization of Industry

FNRR — Fundo Nacional de Refinanciamento Rural
Agricultural Refinancing National Fund

FRC — Fundo de Racionalização de Cafeicultura
Coffee Plantation Rationalization Fund

FRDC — Fundo de Reserva de Defesa de Café
Coffee Defense and Reserve Fund

FRE — Fundo de Recuperação Econômica
Economic Recovery Fund

FUMCAP — Fundo de Desenvolvimento do Mercado de Capitais
Capital Market Development Fund

FUNAGRI — Fundo Geral para Agricultura e Indústria
Agriculture and Industry General Fund

FUNDAG — Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola
Agricultural Development Special Fund

FUNDECE — Fundo de Democratização do Capital das Empresas
Capital Openning Incentive Fund

FUNDEPE — Fundo de Desenvolvimento da Pecuária
Livestock Development Fund

FUNFERTIL — Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais
Fund of Incentives for Using Fertilizers

FUNGIRO — Fundo de Financiamento de Capital de Giro
Fund for the Financing of Working Capital

FUNINSO — Fundo de Investimentos Sociais
Social Investment Fund

FUNRURAL — Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
Rural Workers Assistance Fund

FUNTEC — Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
Technical and Cientific Development Fund

GECAM — Gerência de Operações de Câmbio — Banco Central do Brasil
Exchange Operations Department — Central Bank of Brazil

GEDIP — Gerência da Dívida Pública — Banco Central do Brasil
Public Debt Management — Central Bank of Brazil

GERCA — Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
Coffee Plantation Rationalization Executive Group

IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool
Sugar and Alchool Institute

IBC — Instituto Brasileiro do Café
Brazilian Coffee Institute

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Brazilian Institute for Geography and Statistics Foundation

IBS – Instituto Brasileiro de Siderurgia
Brazilian Steel Institute

ICM – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias
Tax on Merchandise Circulation (Value Added)

IDA – Associação Internacional de Desenvolvimento
International Development Association

IEASP – Instituto de Economia Agrícola de São Paulo
São Paulo State Agricultural Econnomy Institute

IFS – Revista "International Financial Statistics" do FMI
Review "International Financial Statistics" of IMF

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
National Social Security Institute

IPASE – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Estado
Government Employees Social Security Institute

IPEA – Instituto de Planejamento Econômico e Social
Economic and Social Planning Institute

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
Industrial Products Tax

IRB – Instituto de Resseguros do Brasil
Brazilian Reinsurance Institute

LTN – Letras do Tesouro Nacional
Treasury Bills

MCE – Mercado Comum Europeu
European Economic Community

MF – Ministério da Fazenda
Finance Ministry

MIC – Ministério da Indústria e do Comércio
Industry and Commerce Ministry

MME – Ministério das Minas e Energia
Power and Mining Ministry

ONU – Organização das Nações Unidas
United Nations Organization

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
Organization of Oil Exporting Countries

ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
Indexed Treasury Bonds

OTN – Obrigações do Tesouro Nacional
Treasury Bonds

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
Public Workers' Patrimonial Fund

PES – Plano de Equivalência Salarial
Wage Equalization Plan

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A.
Brazilian Petroleum Inc.

PIB – Produto Interno Bruto
Gross Domestic Product

PIN – Programa de Integração Nacional
National Integration Program

PIS – Programa de Integração Social
Social Integration Program

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo
São Paulo City Government (Municipal Town Hall)

PNB – Produto Nacional Bruto
Gross National Product

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Development of the Midwest Program

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste
Redistribution of Land and Incentives to Agriculture in the North and Northeast

RECON – Fundo de Refinanciamento à Construção
Building Refinancing Fund

REFINAG — Programa de Refinanciamento de Sistemas de Abastecimento D'Água
Water Supply Systems Refinancing Program

REFINESG — Programa de Refinanciamento de Sistemas de Esgotos
Sewerage Systems Refinancing Program

REGIR — Fundo de Refinanciamento ao Capital de Giro
Working Capital Refinancing Fund

REINVEST — Fundo de Refinanciamento para Investimento
Investment Refinancing Fund

SBPE — Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
Saving and Loans Brazilian System

SCI — Sociedades de Crédito Imobiliário
Real State Credit Societies

SERPRO — Serviço de Processamento de Dados do Ministério da Fazenda
Data Processing Service of the Finance Ministry

SFH — Sistema Financeiro Habitacional
Housing Financial System

SUDAM — Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Superintendence for Amazonic Region Development

SUDENE — Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Superintendence for Northeastern Brazil Development

SUDEPE — Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
Superintendence for Fishing Development

SUMOC — Superintendência da Moeda e do Crédito
Superintendence of Money and Credit

SUNAB — Superintendência Nacional de Abastecimento
Superintendence for Food Supplies

UFMG — Universidade Federal de Minas Gerais
Minas Gerais State Federal University

UFRGS — Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rio Grande do Sul State Federal University

UPC — Unidade Padrão de Capital do BNH — equivalente ao valor de uma ORTN
Unity of BNH's capital — it is equivalent to one ORTN value

USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
U.S. Agency for International Development

III - CONVENÇÕES ESTATÍSTICAS
STATISTICAL SYMBOLS

...	Dados desconhecidos *Unknown Data*
—	Dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente *Indicates a figure is zero, or that the phenomenon called for did not exist*
0	Menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado *Less than half of the last digit shown*
e	Dados estimados *Estimated Data*
°	Dados provisórios ou preliminares *Provisional or preliminary data*
r	Dados retificados *Rectified Data*
pr	Dados retificados, mas ainda provisórios *Rectified Data*

Um hífen (-) entre os anos (p. ex. 1969-70) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último. Uma barra (/) é utilizada entre anos (p. ex. 1964/68), indicando a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

A hyphen (-) is used between years (e. g. 1969-70) to indicate a total of the years inclusive of the beginning and ending years. An oblique stroke (/) is used between years (e.g. 1964/68) to indicate an annual average of the years shown, unless specified as crop-year or agreement-year.

NOTE — 1) *It has not been translated:* valor (*value*), Fonte (*source*), Cr$ milhões (*millions of cruzeiros*) quadro (*table*) *and name of the months* — Fev (*Feb*), Mai (*May*), Ago (*Aug*), Set (*Sep*), Out (*Oct*) *and* Dez (*Dec*).

2) *Digits to the right of the comma, in all numbers, represent a fraction of the unit mentioned. For example:* Cr$ 4.645,36 *means 4,645 units (cruzeiros) and 36/100 units (i.e. 36 cents).*

FONTE

Os quadros e gráficos são originais, ou de elaboração deste Banco Central.

SOURCE

Tables and graphs are either original or prepared by the Central Bank.

É permitida a reprodução total ou parcial da matéria deste BOLETIM desde que citada a fonte, na forma: "BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL", Vol ..., n.º ..., mês e ano.

Total or partial reproduction permitted provided that source is indicated as follows: "BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL", *Vol. ..., n.º ..., month and year.*

IV — RESOLUÇÕES E CIRCULARES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM 1971 — RESUMO

1 — RESOLUÇÕES

Nº 167, DE 22 DE JANEIRO

Determina para os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras as datas para apuração dos balancetes e balanços semestrais.

Nº 168, DE 22 DE JANEIRO

Autoriza o Banco Central do Brasil assistir financeiramente aos estabelecimentos bancários comerciais através de contratos de abertura de crédito, em substituição ao sistema de redesconto de liquidez. Mantém, ainda, o instituto do "REDESCONTO" para o refinanciamento às operações especiais (comercialização de safras etc...).

Nº 169, DE 22 DE JANEIRO

Estabelece novas normas para o recolhimento compulsório devido pelos bancos comerciais, mantendo, entretanto, as bases de recolhimento fixadas na Resolução nº 89, de 6-3-68 (itens II e III), com a redução prevista na Resolução número 123, de 21-8-69.

Nº 170, DE 22 DE JANEIRO

Dispõe sobre os recolhimentos de contribuições, de que trata a alínea "b" do artigo 3º da Lei Complementar nº 7, de 7-9-70, para a indústria e comércio varejista fixando, ainda, que os fabricantes de cigarros recolham as contribuições previstas nos moldes e prazos adotados para o recolhimento do ICM pelos Estados.

Nº 171, DE 22 DE JANEIRO

Autoriza os bancos privados, cujo capital e reservas livres sejam iguais ou superiores a Cr$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), e os bancos oficiais, a realizarem operações de crédito, por antecipação da receita orçamentária dos Estados e Municípios, fixando as respectivas condições que devem ser obedecidas.

Nº 172, DE 2 DE FEVEREIRO

Caracteriza como empresas industriais de pequeno e médio porte, para efeito do que dispõe a Resolução nº 130, de 28-1-70, aquelas cujas vendas anuais em 1970, não tenham ultrapassado a Cr$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros).

Nº 173, DE 24 DE FEVEREIRO

Fixa um valor em moeda estrangeira para a quota de contribuição incidente nas exportações de café verde em grão, torrado ou moído, destinada ao "Fundo de Defesa de Produtos Agropecuários e Café" e dá outras providências

Nº 174, DE 25 DE FEVEREIRO

Aprova o Regulamento que rege as atividades do Fundo de Participação para Execução do Programa de Integração Social.

Nº 175, DE 9 DE MARÇO

Objetivando a recuperação da agropecuária nordestina, autoriza o Banco do Brasil S. A., o Banco do Nordeste S. A. e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo a concessão de empréstimos especiais a pequenos e médios produtores daquela região. Caracteriza o pequeno e médio produtor rural e os itens que poderão ser financiados. Define, ainda, o objetivo desses empréstimos e as normas básicas para suas aprovações.

Nº 176, DE 9 DE MARÇO

Altera o item IX da Resolução nº 106, de 11-12-68.

Nº 177, DE 9 DE MARÇO

Modifica os artigos 94 e 95 do Regulamento anexo à Resolução nº 39, de .... 20-10-66.

Nº 178, DE 9 DE MARÇO

Eleva, para 30% (trinta por cento) do montante do capital realizado e reservas livres, o limite estabelecido no item XX da Resolução nº 18, de 18-2-66, para as aplicações dos Bancos de Investimentos em bens do ativo fixo.

Nº 179, DE 29 DE MARÇO

Manda publicar o curso de câmbio, periodicamente, no "Diário Oficial" da União e libera as Bolsas de Valores de sua apuração, bem como bancos, firmas e sociedades corretoras da remessa àquelas entidades dos informes pertinentes. Revoga o item X da Resolução nº 38, de 15-10-66.

Nº 180, DE 29 DE MARÇO

Determina que os critérios fixados para as aplicações das reservas técnicas das sociedades seguradoras, vigorem até março de 1972.

Nº 181, DE 29 DE MARÇO

Aprova o Programa Especial de Crédito Rural Orientado para as Regiões Norte-Nordeste. Define os objetivos do Programa e estabelece seus agentes financeiros.

Nº 182, DE 22 DE ABRIL

Eleva, de 40% para 50%, a percentagem referida no item I da Resolução número 71, de 1-11-67, referente ao refinanciamento de contratos vinculados à fabricação de produtos manufaturados destinados à exportação.

Nº 183, DE 27 DE ABRIL

Aprova o Regulamento que rege as atividades do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, instituído pela Lei Complementar nº 8, de ... 3-12-70.

Nº 184, DE 20 DE MAIO

Reduz, de 0,5%, os percentuais do recolhimento compulsório devido pelos bancos comerciais, estabelecendo que esta redução deverá ser obrigatoriamente destinada à subscrição, pelo sistema bancário, de debêntures conversíveis em ações ou de ações novas de pequenas e médias empresas.

Nº 185, DE 20 DE MAIO

Fixa a parcela mínima dos recursos arrecadados, destinados a constituição de Fundos de Investimentos — Decreto-Lei nº 157 — que deve ser aplicada pelas instituições financeiras, na subscrição de debêntures conversíveis em ações emitidas pelas sociedades anônimas de capital aberto de pequeno e médio porte.

Nº 186, DE 20 DE MAIO

Visa estabelecer condições mínimas e estímulos para a transferência de agências e filiais de estabelecimentos bancários para a Capital Federal.

Nº 187, DE 20 DE MAIO

Prorroga, para 30-6-72, o prazo estabelecido pelo item III da Resolução nº 144, para que as cédulas antigas de 100, 50, 20 e 10 cruzeiros, carimbadas ou não pelo Banco Central, deixem de ter poder liberatório.

Nº 188, DE 20 DE MAIO

Suspende até 31-7-71 a limitação de que trata a alínea "a" do item IV da Resolução nº 164, de 24-11-70.

Nº 189, DE 20 DE MAIO

Autoriza a inclusão dos títulos da dívida pública de Estados e Municípios entre os de renda fixa que poderão compor a Carteira dos Fundos Mútuos de Investimentos.

Nº 190, DE 20 DE MAIO

Inclui a debênture entre as modalidades de investimentos para emprego de reservas técnicas das sociedades seguradoras.

Nº 191, DE 27 DE MAIO

Estabelece as normas para a assistência financeira aos produtores de cacau, mediante refinanciamento de dívidas resultantes de conciliação e reajustamentos de preços, entre produtores e entidades comercializadoras a cargo da ... CEPLAC.

Nº 192, DE 28 DE JULHO

Fixa as diretrizes que dizem respeito às aplicações das reservas técnicas das sociedades seguradoras, contituídas de acordo com os critérios do Conselho Nacional de Seguros Privados.

Nº 193, DE 4 DE NOVEMBRO

Visa estimular o desenvolvimento das regiões situadas ao longo da rodovia Transamazônica, através de critérios necessários à concorrência para concessão de CARTA-PATENTE com vistas à instalação de 10 (dez) agências bancárias, a serem localizadas em centros urbanos já instalados ou que venham a instalar-se naquela região, a critério do Banco Central.

Nº 194, DE 4 DE NOVEMBRO

Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos participantes do Programa de Integração Social e dos beneficiários do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Nº 195, DE 4 DE NOVEMBRO

Institui o Programa Especial de Crédito Rural destinado à recuperação dos pequenos e médios Agricultores e Criadores da Região Amazônica.

Nº 196, DE 30 DE NOVEMBRO

Fixa critérios para efeito do cálculo das contribuições devidas ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Nº 197, DE 30 DE NOVEMBRO

Altera o limite para operações de financiamento ao consumidor ou usuário final de serviços, de que trata o item I da Resolução nº 163, para 20% do total das aplicações da sociedade financiadora, mantidas as demais normas regulamentares sobre a matéria.

Nº 198, DE 30 DE NOVEMBRO

Determina que as sociedades financiadoras poderão, a seu critério, dispensar a alienação fiduciária do bem financiado e fixa critérios para esta determinação.

Nº 199, DE 20 DE DEZEMBRO

Amplia a composição da Comissão Consultiva de Mercado de Capitais, mediante participação de representante das Sociedades Distribuidoras.

Nº 200, DE 20 DE DEZEMBRO

Prorroga até 31-12-76 a suspensão de concessão de novas autorizações para instalação de agências bancárias, inclusive Caixas Econômicas Estaduais, estabelece normas relativas ao assunto e dá outras providências.

Nº 201, DE 20 DE DEZEMBRO

Estabelece que as instituições financeiras privadas que sejam consideradas como sociedade anônima de capital aberto, poderão emitir ações preferenciais ao portador sem direito a voto, desde que previamente autorizadas pelo Banco Central, fixando os critérios necessários.

Nº 202, DE 20 DE DEZEMBRO

Fixa os limites mínimos de capital realizado, de que trata o item II da Resolução nº 76, de 22-11-67, relativamente às Sociedades Distribuidoras.

Nº 203, DE 20 DE DEZEMBRO

Institui o Registro Nacional de Títulos e Valores Mobiliários, permitindo a negociação de títulos e valores mobiliários em âmbito nacional, fixando as normas necessárias à sua efetivação.

Nº 204, DE 20 DE DEZEMBRO

Estabelece a obrigatoriedade de os bancos comerciais ajustarem seu capital integralizado, determinando os níveis e os prazos necessários àquele ajuste.

Nº 205, DE 20 DE DEZEMBRO

Fixa, a partir de 30-6-73, limites máximos para a captação de depósitos, pelos bancos comerciais, em função do capital mínimo do estabelecimento e respectivas reservas livres.

Nº 206, DE 20 DE DEZEMBRO

Dispõe, sobre recolhimentos de contribuições, de que trata a alínea "b" do artigo 3º da Lei Complementar nº 7, para a indústria e comércio varejista.

2 — CIRCULARES

Nº 152, DE 22 DE JANEIRO

Especifica o sistema através do qual será conduzido o mecanismo de assistencia financeira disposto na Resolução número 168, de 22-1-71.

Nº 153, DE 22 DE JANEIRO

Baixa normas no sentido de consolidar as disposições vigentes sobre recolhimentos compulsórios, e de sistematizar o registro contábil pertinente.

Nº 154, DE 5 DE FEVEREIRO

Comunica que a partir desta data, entra em regime de extinção a conta .... 2.04.114 — adiantamentos sobre cambiais, prevista na vigente Padronização da Contabilidade dos Estabelecimentos Bancários.

Nº 155, DE 19 DE FEVEREIRO

Estabelece nova política de crédito, para os estabelecimentos bancários, visando incentivar a atividade pecuária em harmonia com as diretrizes dos Programas de Desenvolvimento.

Nº 156, DE 9 DE MARÇO

Determina — com base na Portaria nº 358, de 28-12-70, do Ministério da Fazenda e na Resolução nº 150, de 22-7-70 — que sejam perfeitamente caracterizadas, nos registros contábeis, as Letras e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional negociadas pelos estabelecimentos bancários na forma daqueles documentos normativos. Institui, na Padronização da Contabilidade dos Estabelecimentos Bancários (PACEB), novas contas e subcontas para escrituração uniforme daquelas operações, a partir de 1-5-71.

Nº 157, DE 30 DE MARÇO

Comunica às instituições financeiras, que por decisão do Conselho Monetário Nacional, foi prorrogado por 360 dias, a partir de 31-3-71, o prazo de que trata o item V.I da Circular nº 155, durante o qual continuarão a ser descontadas, sob as mesmas condições, NPRs emitidas por frigoríficos a favor de invernistas.

Nº 158, DE 31 DE MARÇO

Determina sejam perfeitamente caracterizadas, nos registros contábeis dos Bancos de Investimento, Sociedades de

Crédito e Financiamentos e do Tipo Misto, Sociedades Corretoras e Distribuidoras, as transações efetuadas com Letras e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Consequentemente, determina modificações na Padronização Contábil daquelas entidades.

Nº 159, DE 20 DE MAIO

Comunica aos Estabelecimentos Bancários, a modificação da então sistemática de avaliação do índice de imobilizações tradicionais, cujos níveis foram fixados pela Resolução nº 108, de 4-2-69.

Nº 160, DE 20 DE MAIO

Objetivando a conjugação das normas contidas na Circular nº 122, de 19-9-68, com a filosofia que presidiu a elaboração da Resolução nº 141, de 23-3-70, altera a distribuição dos postos de que trata o item I da Circular nº 122 e dá permissão para que os postos de serviço ora em funcionamento, sejam remanejados sob autorização do Banco Central.

Nº 161, DE 30 DE JUNHO

Fixa critérios relativos à aplicação do disposto na Resolução nº 184, inclusive penalidades para os faltosos.

Nº 162, DE 22 DE AGOSTO

Comunica aos Estabelecimentos Bancários, Caixas Econômicas e Cooperativas de Crédito, as normas relativas à abertura, encerramento e reabertura de conta de depósito livremente movimentável por meio de cheque.

Nº 163, DE 26 DE AGOSTO

Apresenta novo modelo do demonstrativo para cálculo dos índices de imobilizações dos bancos em substituição ao anexado à Circular nº 144, de 15-9-70.

Nº 164, DE 26 DE AGOSTO

Fixa normas para a apresentação dos balancetes e balanços analíticos globais dos estabelecimentos bancários.

Nº 165, DE 20 DE OUTUBRO

Prorroga, para 1-1-72, o prazo previsto para entrada em vigor das disposições regulamentares nos itens XV e XVI da Circular nº 162, de 26-8-71.

Nº 166, DE 21 DE OUTUBRO

Dispõe, sobre a adoção pelo Sistema Bancário, de procedimento uniforme quanto à escrituração dos cheques e documentos recebidos.

Nº 167, DE 4 DE NOVEMBRO

Comunica a aprovação de normas para a execução das linhas de crédito deferidas pelo "EXIMBANK" aos bancos de desenvolvimento e investimento, através do programa denominado "Facilidade de Financiamento Cooperativo", o qual se destina a proporcionar assistência financeira para a aquisição de equipamentos. materiais, acessórios e serviços correlatos, de origem americana.

Nº 168, DE 15 DE DEZEMBRO

Recomenda a adoção do número de ordem CGC (Cadastro Geral de Contribuintes) como código de dependências, para utilização, nos cheques, nas 3 (três) posições reservadas para caracterização das agências pela área 2 da faixa de magnetização de que trata o Regulamento anexo à Circular nº 131, de ... 17-10-69.

Nº 169, DE 12 DE DEZEMBRO

Comunica que estarão sujeitas às penalidades previstas no artigo 44 da Lei 4.595, de 31-12-64, os estabelecimentos bancários e respectivos administradores que admitirem operações "casadas" de Empréstimos/Depósitos objetivando a burla das taxas máximas de juros e abono indireto de juros às contas de depósitos à vista, bem como, a elevação artificiosa dos depósitos.

Nº 170, DE 20 DE DEZEMBRO

Fixa novas normas visando a adoção, pelo Sistema Bancário, de procedimento uniforme na escrituração dos cheques e documentos recebidos e revoga a Resolução nº 166, de 21-10-71, que anteriormente regulamentava o assunto.

Nº 171, DE 20 DE DEZEMBRO

Institui, definitivamente, o CMC-7 como caráter padrão nos cheques e outros documentos bancários, tornando obrigatória, a partir de 1-1-73, sua impressão naqueles que transitarem pelas Câmaras de Compensação da Guanabara e da Cidade de São Paulo.

Nº 172, DE 28 DE DEZEMBRO

Aprova tabela relativa às anuidades devidas pelas empresas inscritas no Registro Nacional de Títulos e Valores Mobiliários, dando proporções e formas na distribuição das anuidades recebidas pelas Bolsas de Valores do País.

V - THE BRAZILIAN ECONOMY IN 1971

V.1 — SYNTHESIS

The Brazilian economy, having registered, in 1971, a growth rate estimated at 11.3%, completed four years of continued and outstanding development, with an unprecedented average annual rate of expansion slightly higher than 9% (9.3% in 1968, 9% in 1969 and 9.5% in 1970).

The performance of the economy during the year should be looked at as a positive result of several measures which envisaged economic development as a whole, together with the systematic struggle against the inflationary process. Thus, for a GDP growth rate estimated at 11.3% and an upsurge of 21.4% in the General Price Index (Domestic Supply), monetary supply expanded 31.0%, aiming at the preservation of liquidity at a level compatible with the effective needs of the economic system.

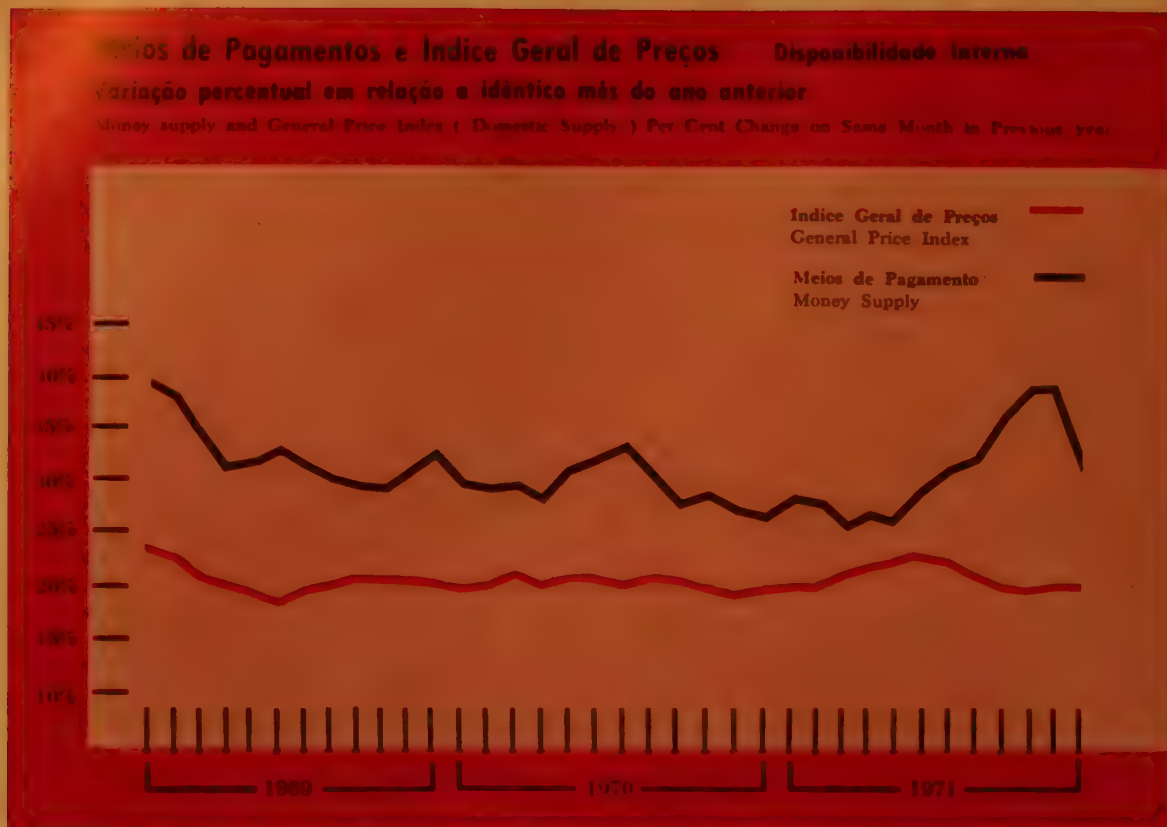
The primary sector, whose performance, in part, has suffered influence from casual events, kept on deserving special attention, mainly with respect to the utilization of new areas, capitalization and overall increase in productivity, through the difusion of technology (mechanization, modern inputs, new methods of land cultivation adapted to soil conditions. The financial support given by official institutions enabled the Government to channel resources, both domestic and foreign, to specialized credits, thus ensuring an adequate flow of funds to the prior sectors of agriculture and livestock.

With measures of incentive the Government sought to obtain a greater supply of foodstuffs as well as a more effective participation of the sector in the GDP.

At the same time the Government went ahead with its policy of sustaining investments in the fields of electric power, transports and communication. thus ensuring a mounting flow of revenues. Other basic sectors of industry (such as siderurgy, cement, petrochemical and manufacturing industry as a whole), also benefited from Government action through fiscal incentives, provision of funds, opening of capital of corporations, creation of facilities to mergers, modernization and enlargement of productive scales, which resulted in the improvement of competitive condictions both in the domestic and in foreign markets.

Brazilian entrepreneurs have responded to official stimuli, contributing to the success of the general policy for development. The emphasis placed on productivity increases activated reequipment programs of business enterprises, leaning on technological improvement, without harmful reflex on industrial employment indexes, which rose by 4% in 1971.

With respect to foreign transactions, they have been implemented in accordance with the global program of sustained growth. Therefore, in 1971, the

CHART V.1

balance of payments once again showed a surplus of US$ 555 million, slightly higher than that of the previous year. This balance came about as a result of net capital inflows which totalled US$ 1 832 million, 80% above 1970 data, offsetting the deficits on services and on the trade balance. The massive and growing inflow of capital reflects the degree of confidence which the Brazilian economy has been able to obtain in the international financial markets, both in the public (governments and organizations) and private areas.

Foreign trade registered a record account of US$ 6.1 billion, 17.1% over 1970. Exports, which totalled US$ 2.90 billion (6.0% over 1970), continued their expansion, specially of manufactured goods. Total exports (coffee excluded) registered gains of 118.4% as a result of the flexible exchange rate and the betterment of fiscal and financial incentives. Exchange policy, incentives to exports and the Government supported entrepreneurial mentality — aware of the needs and advantages of foreign trade — gave rise to the emergence of sectors oriented to foreign markets, in sharp contrast with the experience from the past, which only turned to foreign markets to place surplus production.

This evolution brought forth the need, clearlv perceived by the Government, to establish, improve and coordinate production, transports, marketing, as well as to ease credit requirements, aiming at the continuitv and increase of exports (basic products and manufactures).

It is noteworthy that the increase in exports brought about among other, two very important aspects: diversification and new markets.

The rise in imports (US$ 3.25 billion, 30.0% over 1970 value) can be explained by a faster expansion of the Brazilian

economy which demands an increasing volume of machinery and equipment. The composition of imports in 1971 — with only 8.5% for foodstuffs, including wheat, greatly reduced in comparison with figures for the 1965/69 period showed a market participation of machinery and equipment (37.7%), chemmical and pharmaceutical products (15.1%), and raw materials (15.3%), demonstrating the growth experienced by the economy.

Brazil's official reserves position improved substantially, in 1971 (US$ 1,723 million as compared with 1,187 million, in 1970).

Fiscal, monetary and exchange policies continued to be conducted in strict coordination. During 1971, management of the public debt remained as an important auxiliary tool for the interaction of fiscal and monetary policies.

The implementation of monetary policies through open-market operations served as an important instrument to regulate the liquidity of the System. The allotment of federal securities, during the year, reached an amount far superior to the needs of Treasury deficit financing, providing the Central Bank with a better control over the monetary availabilities of the System. Through financing operations, the Central Bank provided the Banking System with more flexible conditions to obtain short-term resources, aiming at leveling off its cash requirements.

Selective credit policies continued to be applied through its use on rediscount in exports of manufactured goods and in the financing and marketing of crops. Reserve requirements of commercial banks, apart from being an instrument of quantitative control, were also used as selective credit policy and for the improvement of the structure of the Banking System.

The acomplishment of the federal budget continued to improve; the cash deficit (Cr$ 672.3 million) represented 2.4% of Treasury expenditures and 0.3% of GDP. This reduction is explained by the rise in revenues (40.6%), if compared with that of expenditures (38%). Figures for revenue and expenditure were Cr$ 26,980 and Cr$ 27,653 million, respectively. The financing of the Federal deficit was again implemented through non-inflationary means: the absorption of Government bills (ORTN and LTN) by the private sector. As a consequence, public domestic debt reached, by the end of the year Cr$ 15,445 million, approximately 6.7% of GDP (5.6% in 1970), still lower than in other countries.

The capital market continued to deserve special attention by the Authorities, in order to be permanently improved.

The growth in number and value of stock market operations during the year. without causing any harmful contraction in other segments of the market, demonstrated the existence of savings waiting to be mobilized. Aiming at the correction of a few distortions and at avoiding new ones, certain measures were undertaken, resulting in the improvement of the structure and functioning of the stock market. Furthermore, solutions to requests by firms to open their capital were accelerated, together with the establishment of greater facilities for underwriting operations, whenever permitted by the firm's technical and financial conditions. It should be noted that 120 firms out of 493 firms registered as "open capital", gained this status during the year of 1971. The number of enterprises which applied for capital opening at the Central Bank grew by 206%, with stock issues equivalent to Cr$ 2,306 million (576% over 1970 figures — Cr$ 322 million).

Fiscal funds created by Decree-Law number 157 presented an excellent performance in raising and allocating funds. These resources represented a sound support to the expansion of small and medium-sized firms and to the secondary market as a whole. Moreover, mutual funds acted as powerful institutional investors channelling resources to the stock market.

Still aiming at strengthening and improving the capital market, the Government continued to stimulate through mergers the enlargement of scales of investment banks and associations of credit, financing and investments.

In the banking area, mergers were also very stimulated, together with a more rational redistribution of branches. A measure of more general character — aiming at greater integration of the financial system with other sectors of the economic activity — was the decision to release portions of reserve requirements to be used in the subscription of debentures convertible into equity, or of stocks newly issued by small and medium firms other than financial institutions.

V.2 — LEVEL OF PRODUCTION AND EMPLOYMENT INDICATORS

The industrial sector kept on registering, in overall terms, the excellent performance of the preceding year; the rate of growth for 1971 is estimated at 11.2%. It is relevant to point out the leadership rôle played by manufacturing industry, ever since the 1968 recovery, when its growth rate reached 15.9%.

During 1971, only the first quarter was affected by the slowdown in industrial production, due to the seasonal beginning of the year decrease in demand. Starting with the second quarter, the increases in the volume of production became noticiable, specially after July, responding to highly favorable demand conditions; this situation was observed for the great majority of industrial items, practically throughout the country. The optimism of business enterprises with respects to the continuity of this tendency can be measured by the fact that even firms with some degree of idle capacity have maintained their plans to increase production in the last quarter of the year.

MANUFACTURING

REAL GROWTH RATES

TABLE V.1

Item	1971/70 [1]
Nonmetallic Minerals	3,9
Metallurgy *Machinery and Tools* *Electric and Communication Equipment*	14,9
Transport Equipment	17,6
Paper and Cardboard	6,7
Rubber	15,1
Chemicals	13,4
Textiles *Clothes, shoes and other*	14,0
Food *Beverages* *Tobacco*	2,3
TOTAL	11,3

Preliminar Indicators based on data from January to October of 1971.

The growth in the manufacturing industry, as occurred in 1970, was registered in the production of machinery and equipment, as well as of intermediate and consumer goods. Some sectors, as non-metallic minerals, foodstuffs and. to a lesser degree, paper and cardboard. showed smaller increases, as compared with the remaining sectors. It should be borne in mind, with respect to the item non-metallic minerals, that its expansion reached 25.4%, in 1970.

Preliminary indicators confirm this excellent performance of the industrial sector, as can be seen by the growth of 24.6% in the production of vehicles; of 11% in iron ingots; 9.1% in cement; and 4.5% in oil processed in the country's refineries.

INDUSTRIAL ACTIVITY INDICATORS

PER CENT CHANGES OVER THE SAME PERIOD OF PREVIOUS YEAR

TABLE V.2

Item	1970					1971				
	I	II	III	IV	Year	I	II	III	IV	Year
Cement	13,5	19,9	14,7	12,6	15,1	14,1	3,6	10,2	8,8	9,1
Rubber	27,5	14,6	6,4	19,5	16,4	– 4,7	– 0,7	7,6	7,2	2,6
Iron Ore	41,1	40,5	37,1	47,3	41,6	43,9	22,7	– 21,1	– 40,0	– 2,0
Steel Ingots	3,5	8,9	10,7	10,8	9,0	12,6	8,3	11,6	11,4	11,0
Petroleum										
Domestic Production	– 8,8	– 7,6	– 2,6	0,2	– 4,8	2,5	8,5	4,7	1,7	4,4
Processed by Domestic Refineries	5,7	15,9	1,8	8,0	7,6	3,2	4,3	9,1	1,7	4 5
Vehicles	12,3	8,2	9,1	40,2	16,6	22,7	28,5	26,6	20,7	24,6
Cars	39,0	18,0	15,2	46,4	28,6	27,1	38,2	36,2	26,3	31.9
Trucks & other commercial vehicles	– 16,6	– 5,5	0,7	29,8	0,5	14,9	12,1	12,2	10,6	12,4
Electric Power *(Light & CEMIG System)*	3,9	5,8	10,5	13,4	8,6	22,0	21,9	16,1	13,5	18,1

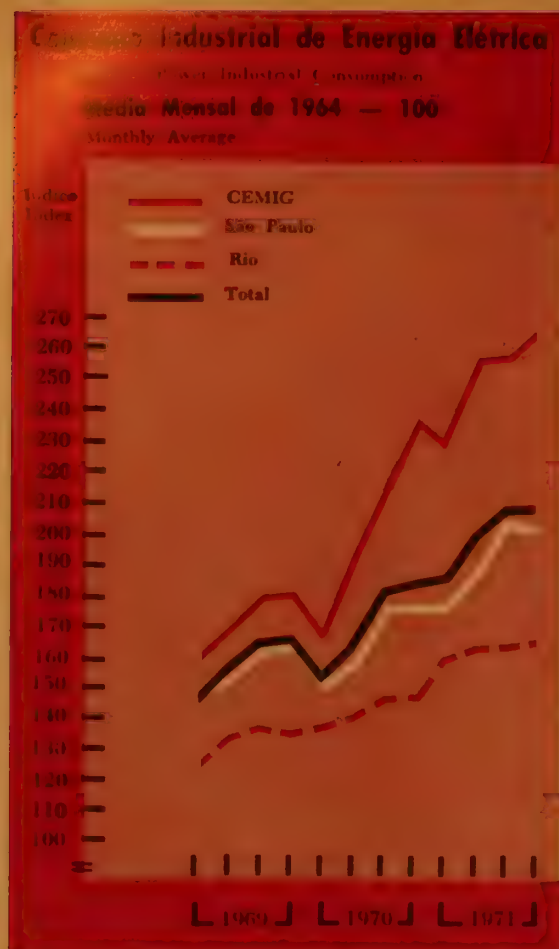
Production.
Production constant prices value indexes; Fisher's criterion, weighing and changeable bases.
Industrial Consumption.
Includes synthetic, natural recovered rubber.

The industrial consumption of electric power increased by 18.1% as compared with 8.6% in 1970, in those regions served by "LIGHT" and "CEMIG", which comprise the country's main industrial complex. Total capacity to generate electric power expanded 12.4%, thus coping with the growth in aggregate demand.

The automobile industry continued to register an ascendant production, with a total of 516,038 vehicles, 24% more than the figure for 1970. Prices of cars increased by 14.4%, which represents a significant reduction, in real terms. This performance indicates that Brazil's automobile industry is slowly but steadily reaching a more efficient scale of production which enables it to offer better price conditions.

Owing to Government stimuli to the mechanization of agriculture, the country's industry provided the sector with 24,680 tractors and motor-plows, more than doubling last year's figure.

Agricultural and livestock activities contributed greatly to enlarge GDP results. The sector's growth is estimated at 11.4%, broken down to 14.8% for agriculture and 4.3% for the production of animals and its derivatives. It is worthy to point out that to attain these results the recovery of coffee production was fundamental. At any rate, coffee being ex-

CHART V.2

cluded, the results from the agricultural sector were highly significant, as car be seen from the following figures referring to increases in the year's crops: soybean (+ 47%), cotton (+ 17%), wheat (+ 11.5%), cocoa (+ 7.2%) and beans (+ 6.9%). Rice production, suffered from the year's irregular rain season; it declined 19.7% as compared with 1970.

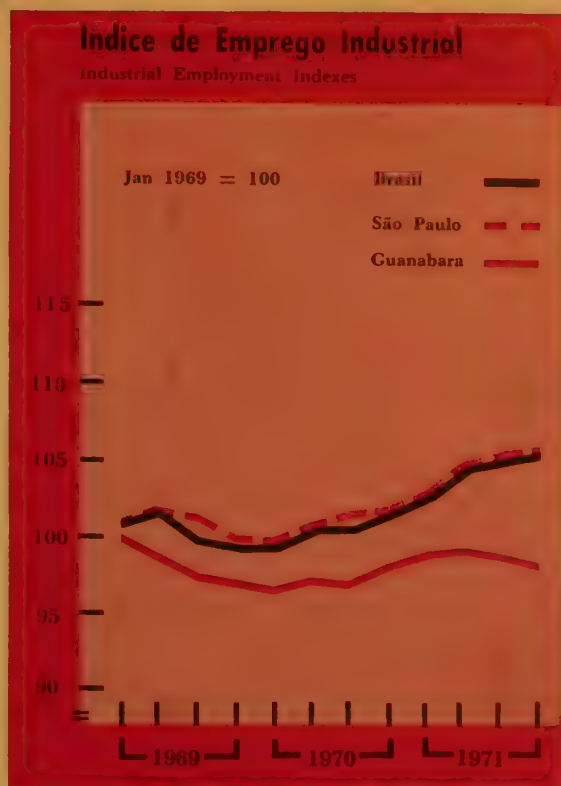
To the prevailing instruments of the primary sector (minimum prices policy, funds, harvest financing, rural investments, fiscal incentives, etc.), others were added, aiming at the improvement of the rural sector's socio-economic overhead facilities, reflecting the Government's permanent pursuit of solutions for agricultural problems. Among these new instruments are the PIN (National Integration Program); the PROTERRA (Redistribution of Land and Agricultural Stimuli to the Northern and Northeastern Regions Program); the PRODOESTE (Program for the Development of the Midwest); and the FUNRURAL (Rural Worker Assistance Fund).

SELECTED AGRICULTURAL PRODUCTS

TABLE V.3

Item	Volume 1 000 t			%	
	1969	1970	1971*	1970/69	1971/70*
Permanent					
Cocoa	211	197	211	– 6,7	7,2
Coffee-Beans	2 567	1 510	3 330	– 41,3	120,7
Sisal	311	263	. . .	– 15,3	. . .
Orange (in million of units)	14 484	15 497	16 694	6,9	7,8
Banana (in million of bunches)	463	493	524	6,5	6,3
Coconuts (in million of units)	656	657	705	0,0	7,5
Black Pepper	14	14	. . .	2,3	. . .
Temporary					
Rice	6 394	7 553	6 065	18,1	– 19,7
Maize	12 693	14 216	14 358	12,0	1,0
Wheat	1 374	1 844	2 056	34,2	11,6
Beans	2 200	2 211	2 364	0,5	6,9
Soybeans	1 057	1 509	2 218	42,9	47,0
Potatoes	1 507	1 583	1 650	4,8	4,4
Manioc	30 074	29 464	30 258	– 2,0	2,7
Cotton	2 111	1 955	2 287	– 7,4	17,0
Peanuts	754	928	962	23,2	3,5
Sugar-cane	75 247	79 753	79 754	6,0	0,0
Jute	49	38	. . .	– 21,1	. . .

The 4% increase registered in the level of industrial employment — greater than the increase in population — reflects the capacity to absorb the existing and upsurging manpower.

CHART V.3

Average wages in the manufacturing industry showed an increase of aproximately 25.4%, as compared with a 19.5% increase in cost of living, reflecting a greater participation of the labor force in productivity gains.

V.3 — INDICATORS OF IN THE AVAILABILITY OF FACTORS OR PRODUCTION

Imports of heavy machinery, the domestic production of capital goods, issues of stocks and the number of projects approved by the Industrial Development Council, give a proper measure of the expansion on the country's productive capacity. The analysis of these elements leads to the conclusion that the sectors of production continue in an accelerated expansion of their fixed investments.

Imports of machinery and equipment reached a record value of US$ 1,225 million, representing growth rates of 30.6% and 157%, as compared to 1970 and 1965/69 (average) values, respectively. These imports were directed not only at new investments and at replacements in the country's industrial complex, but also to basic sectors such as electric power, telecommunications and transports.

STOCKS ISSUES

CONSTANT PRICE AS OF 1957 1/

TABLE V.4 — Cr$ milhões

Item	1970					1971					*Change* %
	I	II	III	IV	Ano	I	II	III	IV	Ano	1971/ /70
New Companies	6,9	4,3	4,5	2,5	18,2	25,3	3,3	5,3	5,5	39,4	116,5
Capital Increase by Subscription	16,6	20,5	20,5	25,1	82,7	35,2	22,8	67,6	45,0	170,6	106,3
Other Operations	6,4	1,6	1,7	2,9	12,6	5,3	1,7	5,1	3,9	16,0	27,0
SUBTOTAL	29,9	26,4	26.7	30,5	113,5	65,8	27,8	78,0	54,4	226,0	99,1
Incorporation of Reserves	15,8	21,5	41,7	21,2	100,2	9,4	15,8	27,4	13,2	65,8	–34,3
Incorporation of Current Accounts	7.0	2,0	1.3	3,5	13.8	2,1	2,2	4,7	3,3	12,3	–10,9
Revaluation of Assets	17,7	17,4	29,9	31,0	96,0	7,0	23,5	46,8	11,7	89,0	– 7,3
TOTAL	70,4	67,4	99,6	86,2	323,5	84,3	69,3	156,9	82,6	393,1	21,5

Deflated by Wholesale Price Index — Domestic Supply.

Stock issues reached above Cr$ 32 billion, growing 46.5% over 1970. It is noteworthy the substantial change occurred in capital increases, which, contrarily to preceding years, came about mainly through funds raised outside the firms This fact can be comproved by examining the figures for capital subscription, incorporation of reserves and reassessment of assets, which registered Cr$ 5.6 billion, Cr$ 6.8 billion, and Cr$ 6.6 billion, respectively, in 1970, while reaching, in 1971, Cr$ 14 billion, Cr$ 5.4 billion and Cr$ 7.3 billion. Capital subscriptions expanded more than 150% as a direct consequence of incentives granted to the capital market.

PROJECTS WITH FISCAL AND FINANCIAL INCENTIVES GRANTED BY THE CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL — FIXED INVESTMENTS —

TABLE V.5 Cr$ milhões

Industrial Sectors	1969	%	1970	%	1971	%
Capital Goods Industries	156,3	3,7	158,7	2,6	120,4	2,9
Raw Material Industries	2 342,7	55,0	2 071,4	34,4	1 694,5	39,6
Intermediate Goods Industries	739,3	17,3	1 423,0	23,7	1 225,2	28,7
Automotive Industries (Including Components)	484,8	11,4	1 656,1	27,5	508,2	11,9
Consumer Goods Industries	536,1	12,6	709,9	11,8	725,0	16,9
TOTAL	4 259,2	100,0	6 019,1	100,0	4 273,3	100,0

The Industrial Development Council approved projects (new plants and expansion of existing ones) representing fixed investments amounting to Cr$ 4,273.3 million, 39.6% of which referring to raw materials; 28.7% to intermediate goods; 16.9% to consumption goods; 11.9% to automotive vehicles and their components; and 2.9% to capital goods. Total fiscal incentives through exemptions granted by the Council ammounted to approximately Cr$ 1,600 million, comprising taxes on imports, on industrialization of goods and on industrialized products representing about 60% of the total value for imports of equipment.

V.4 — FINANCIAL INDICATORS

The financial system continued to play a key rôle in the acceleration of economic growth by raising funds to be allocated to various sectors of the economy, through short and medium-term loans and the financing of fixed investments.

In order to be able to raise funds with the public, the financial system introduced, in the last few years, several instruments which vary in terms of liquidity, earnings and risk. This wider field of choice for the investor brought about a smaller participation of currency and demand deposits in the total of financial assets held by the public.

Apart from raising domestic funds, the financial system dealt with foreign resources in order to meet the expanding demand for credit arising from a more dynamic economic activity. The net inflow of foreign capital reached US$ 1.832 million as compared with US$ 1,015 million in 1970.

The development of non-banking financial institutions brought about the loss in relative participation of the banking system in the total of loans granted to the private sector. This can be explained by the fact that these new institutions have been able to meet the demand for medium and long-term loans of the firms — so far not adequatelv met by the commercial banks — as well as housing financing and durable comsumption goods. The institutions of the housing financial system are a good example: by the end of 1971 they already

accounted for 15.9% of total loans to the private sector.

The same can be said for the remaining non-banking financial institutions such as the investment banks, which also increased their relative participation in the total of loans to the private sector (8.5%, in 1970, against 9.3% in 1971). These banks, following instructions from the Monetary Authorities, have channeled their resources, mainly to the financing of working capital for firms, leaving consumer credit operations for finance companies.

Aiming at increasing and improving the sources of medium and long term financing, as well as at strengthening the structure of corporations, the Government created the FUMCAP (Capital Market Development Fund), and the COFIE (Merger Committee). The FUMCAP will serve as regulator and stimulator for the primary market, through financing operations based on the supply of long term papers (debentures), in order to cope with the needs of establishing, improving and modernizing domestic corporations. as well as the improvement of their financial estructure. The COFIE by means of stimuli to mergers and openings of capital, intends to strengthen domestic corporations through the reduction of operational costs and increases in productivity.

V.5 — THE BEHAVIOR OF PRICES

Results obtained in the fiscal area once more evinced evident the continuous and decreasing tendency of the influence of the Treasury cash deficit as financing a factor of inflationary pressure. Expansion of monetary supply, on the other hand, kept in line with the real liquidity of the economic svstem, thus avoiding the creation of inflationary poles arising from an excessive growth of aggregate demand. The exchange rate, based on variations of internal and external prices, in accordance with the Government policy to increase exports, was devaluated by 13.8%.

COST OF LIVING AND COST OF CONSTRUCTIONS INDEXES

PER CENT CHANGES

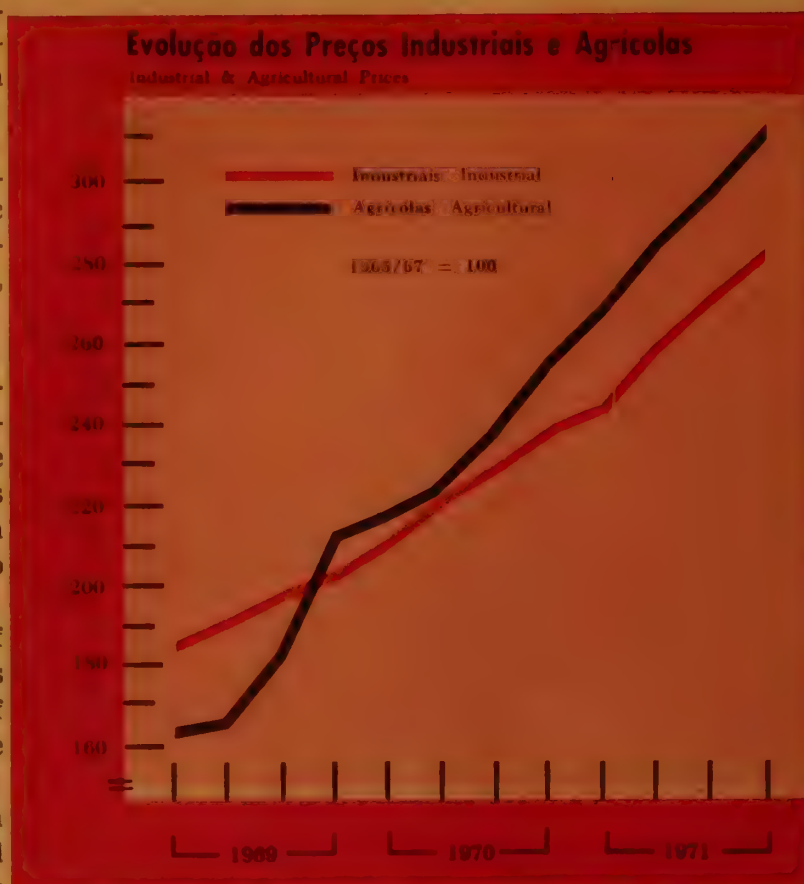
TABLE V.6

Item	1970			1971		
	1.° semestre	2.° semestre	Ano	1.° semestre	2.° semestre	Ano
A. COST OF LIVING INDEXES						
1. Rio de Janeiro (GB)						
1.1 Total	8,9	11,0	20,9	9,3	8.1	18,1
1.2 Food	7,8	12,1	20,9	11,0	7,9	19.8
2. São Paulo (SP)						
2.1 Total	8,1	8,6	17,5	12,6	7,1	20.6
2.2. Food	1,0	10,7	11,9	16,1	6,5	23,6
3. Porto Alegre (RS)						
3.1 Total	13,1	8,8	23.0	11,6	7,5	20 0
3.2 Food	16,5	9,4	27,4	14,5	10,0	25,9
4. Belo Horizonte (MG)						
4.1 Total	13,4	7,5	21.9	12.9	9.6	23.7
4.2 Food	10,5	11,3	23,0	22,2	12,8	37,8
5. Curitiba (PR)						
5.1 Total	13,4**	7,9**	22,3**	10.3	10.5	21.9
5.2 Food	9,2	10,6	20,8	16,2	11,1	29,1
B. COST OF CONSTRUCTION						
1. Rio de Janeiro (GB)	12,6	5,4	18,7	9,2	3.0	12,6
2. São Paulo (SP)	15,8	3,5	19.9	17,4	– 0,5	16,9

Cost of construction and cost of living showed decreases in their rhytm of expansion — 12.6% and 18.1% in 1971, compared with 18.7% and 20.9%, respectively, in 1970 — while wholesale prices increased (Domestic Supply and Aggregate Supply rose by 21.4% and 20%, respectively).

CHART V.4

In the concept of Domestic Supply regarding wholesale prices, the upsurge occurred in foodstuffs was higher than the one in raw materials, contrarily to what happened in 1970. Identically, in the concept of Aggregate Supply, indexes related to the group of agricultural products rose more sharply (24.7% against 20.4%, in 1970) than those referring to industrial products (17.1 against 18.9%).

Consumer goods were the main factor accounting for the rise in wholesale prices, with special emphasis on some agricultural products such as rice, coffee, potato and corn. The 86% increase in the wholesale price of rice, due to shortfalls in the crop, was responsible for the increases of 19.1% and 20.3%,

PRICE INDICATORS

PER CENT CHANGES DURING PERIOD

TABLE V.7

Item	1970					1971				
	I	II	III	IV	*Year*	I	II	III	IV	*Year*
General Price Index										
Domestic Supply	4,7	4,2	6,1	3,1	19,3	5,5	5,7	3,9	3,1	19,5
Total Supply	5,1	4,2	6,2	3,1	19,8	5,2	5,5	3,7	3,1	18,7
Wholesale Price Index										
Domestic Supply	4,7	3,6	6,0	3,0	18,5	6,1	6,7	3,7	3,5	21,4
Total Supply										
General	5,5	3,6	6,1	3,0	19,4	5,6	6,3	3,4	3,5	20,0
Agricultural Produces	5,6	1,5	7,9	4,1	20,4	9,1	6,4	2,2	5,2	24,7
Industrial Produces	5,4	5,1	4,9	2,4	18,9	3,4	6,3	4,1	2,4	17,1

occurred in the indexes for Domestic Supply and Aggregaet Supply, respectively. The increase of 163% in coffee prices which came about as a result of elimination of subsidies to domestic consumption, somewhat influenced (5.8%) the first index mentioned, but had irrelevant impact on the last. Potato and corn, which experienced increases in price of 69.5% and 29.1%, contributed to a rise of 7.2% and 8% in the indexes mentioned.

Three components sharply influenced the rise occurred at the level of consumer prices: "Health Assistance", "Personal Services" and "Foodstuffs", specially the last item, whose components rice and coffee accounted for the rise of 33% in foodstuffs and 13% in cost of living as a whole.

STATE OF SÃO PAULO AGRICULTURE PRICE INDEXES [1]

TABLE V.8

1961/62 = 100

Item	1970					1971				
	I	II	III	IV	Year	I	II	III	IV	Year
Prices Indexes										
Received by farmers	1 702	1 718	1 867	1 968	1 814	2 050	2 160	2 255	2 388	2 213
Paid by farmers	1 635	1 662	1 800	1 929	1 757	2 056	2 197	2 315	2 422	2 247
Paid for inputs from other sectors	1 788	1 841	1 928	1 988	1 886	2 075	2 172	2 292	2 347	2 221
Parity Radio Indexes										
$\frac{A}{B} \times 100$	104	103	104	102	103	99,7	98,3	97,4	98,6	98,5
$\frac{A}{C} \times 100$	95	93	97	99	96	98,8	99,4	98,4	101,7	99,6

Monthly average by period.

Finally, it should be pointed out that the behavior of prices could have been kept more in line with the policies established, if it were not for casual climatic factors which brought about the contraction of supply for some basic items — of considerable weight both in the wholesale and retail price indexes — as well as for the suppression of subsidies to the domestic consumption of coffee.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

MEMBROS

Ministro da Fazenda — Presidente	ANTÔNIO DELFIM NETTO
Ministro do Planejamento e Coordenação Geral — Vice-Presidente	*João Paulo dos Reis Velloso*
Ministro da Indústria e do Comércio	*Marcus Vinícius Pratini de Moraes*
Ministro da Agricultura	*Luiz Fernando Cirne Lima*
Ministro do Interior	*José da Costa Cavalcanti*
Presidente do Banco Central do Brasil	*Ernane Galvêas*
Presidente do Banco do Brasil S. A.	*Nestor Jost*
Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	*Marcos Pereira Vianna*

Paulo H. Pereira Lira
Francisco De Boni Neto
Luiz de Carvalho e Mello Filho
Paulo Yokota
Gastão Eduardo de Bueno Vidigal
Rui de Castro Magalhães

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

ERNANE GALVÊAS	Presidente	DEJUR, DEPEC, GEDIP
José Antonio Berardinelli Vieira	Chefe de Gabinete	
Paulo H. Pereira Lira	Diretor	FIRCE, GECAM
Alfredo Martins de Oliveira	Chefe de Gabinete	
Francisco de Boni Neto	Diretor	GEMEC, ISMEC
Newton Peixoto Leal	Chefe de Gabinete	
Luiz de Carvalho e Mello Filho	Diretor	CEPRO, GEBAN, ISBAN
José Alves Filho	Chefe de Gabinete	
Paulo Yokota	Diretor	CONGE, DEPAD, GECRI, MECIR
Alexandre Caminha de Castro Monteiro	Chefe de Gabinete	

CHEFE	UNIDADE CENTRAL
Antonio Maria Claret de Assis Souza	Centro de Processamento de Dados (CEPRO)
Waldemar Soares de Almeida	Contadoria Geral (CONGE)
Jefferson Paes de Figueiredo	Departamento Administrativo (DEPAD)
Edésio Fernandes Ferreira	Departamento Econômico (DEPEC)
J. Jacaúna de Souza	Departamento Jurídico (DEJUR)
Oswaldo Tavares Moreira	Gerência de Coordenação do Crédito Rural e Industrial (GECRI)
Carlos Brandão	Gerência da Dívida Publica (GEDIP)
Antonio Radesca	Gerência de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros (FIRCE)
Celso de Lima e Silva	Gerência do Meio Circulante (MECIR)
Ari Cordeiro Filho	Gerência do Mercado de Capitais (GEMEC)
Ernesto Albrecht	Gerência de Operações Bancárias (GEBAN)
Pedro José da Matta Machado	Gerência de Operações de Câmbio (GECAM)
Francisco de Assis Figueira	Inspetoria de Bancos (ISBAN)
Edson de Araujo Medeiros	Inspetoria do Mercado de Capitais (ISMEC)